



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

ANDERSON VIEIRA MOURA

**TRABALHADORES, POPULISMO E COMUNISTAS:
OS OPERÁRIOS TÊXTEIS DE MACEIÓ/AL DURANTE O GOVERNO MUNIZ
FALCÃO (1956-1961)**

CAMPINAS
2017

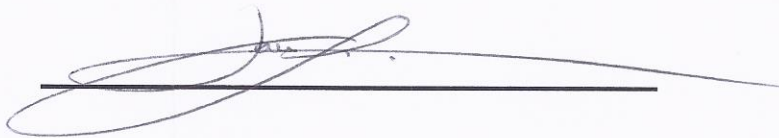
Anderson Vieira Moura

**TRABALHADORES, POPULISMO E COMUNISTAS: OS OPERÁRIOS TÊXTEIS DE
MACEIÓ/AL DURANTE O GOVERNO MUNIZ FALCÃO (1956-1961)**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Estadual
de Campinas como parte dos requisitos
exigidos para a obtenção do título de Doutor
em História, na Área História Social

Supervisor/Orientador: Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO
ANDERSON VIEIRA MOURA, E ORIENTADO
PELO PROF. DR. FERNANDO TEIXEIRA DA
SILVA.



CAMPINAS

2017

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

M865t Moura, Anderson Vieira, 1983-
Trabalhadores, populismo e comunistas : os operários têxteis de Maceió/AL durante o governo Muniz Falcão (1956-1961) / Anderson Vieira Moura. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Fernando Teixeira da Silva.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Trabalhadores têxteis - Maceió (AL). 2. Comunismo. 3. Sindicalismo. 4. Populismo. 5. Alagoas - Política e governo. I. Silva, Fernando Teixeira da, 1963-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Workers, populism and communists

Palavras-chave em inglês:

Textile workers - Maceio (AL)

Communism

Syndicalism

Populism

Alagoas - Politics and government

Área de concentração: História Social

Titulação: Doutor em História

Banca examinadora:

Fernando Teixeira da Silva [Orientador]

Claudio Henrique de Moraes Batalha

Michael McDonald Hall

Antonio Luigi Negro

Murilo Leal Pereira Neto

Data de defesa: 06-02-2017

Programa de Pós-Graduação: História



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão publicada realizada em 6 de março de 2017, considerou Anderson Vieira Moura aprovado.

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva

Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha

Prof. Dr. Michel McDonald Hall

Prof. Dr. Antonio Luigi Negro

Prof. Dr. Murilo Leal Pereira Neto

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

Para Carol, apenas.

AGRADECIMENTOS

Ainda que um trabalho desse porte seja imerso numa grande solidão (às vezes necessária, às vezes forçada), algumas pessoas e instituições contribuíram para que chegasse ao fim. Nada mais justo, então, do que começar agradecendo.

À FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) sou extremamente grato pelo incentivo material e o financiamento dessa pesquisa. Sem a bolsa concedida ainda em 2012, todo esse trabalho seria inviável e a reserva técnica deu-me tranquilidade para encontrar fontes inéditas e poder discutir partes da tese em eventos no Brasil e no exterior. Antes disso, fui agraciado com uma bolsa de doutorado da CAPES, igualmente fundamental na minha manutenção em Barão Geraldo nos primeiros meses de curso.

Apesar das dificuldades de toda ordem e da falta de incentivo e investimentos, fui muito bem recebido em todas as instituições por onde passei: agradeço imensamente ao Sr. Victor e sua equipe por abriram-me as portas dos arquivos da Assembleia Legislativa de Alagoas: eles estão esperando a visita de outros pesquisadores; mesmo não estando mais no Memorial Pontes de Miranda, a Carolina e seus estagiários fizeram quase o impossível para encontrar novos processos e disponibilizá-los; no AEL encontrei um sonho de arquivo, com funcionários atenciosos e uma estrutura ímpar; apesar do calor indescritível, essa pesquisa começou, de fato, na hemeroteca da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Agradeço aos funcionários da casa pela acolhida; o Arquivo Público de Alagoas, após muita luta por parte de um grupo aguerrido de pesquisadores, finalmente se estruturou e agora proporciona aos visitantes uma estrutura digna de sua importância; por fim, agradeço a todos os funcionários da Biblioteca Prof. Dr. Octavio Ianni, de longe, meu local favorito em Barão Geraldo (mais que o bandeirão).

Jamais terei palavras suficientes para agradecer ao meu professor e orientador Fernando Teixeira da Silva por tudo. Seu apoio, confiança e estímulo foram fundamentais ao longo desses anos. Sempre solícito, mostrou-me um novo significado para o verbo “orientar”, além de conciliar com perfeição bom humor e seriedade intelectual.

Sou eternamente grato aos meus professores. Primeiro na UNICAMP: Bob Slenes pelos ensinamentos teóricos que mudaram a percepção que eu tinha da História; Silvia Lara ensinou-me a ser verdadeiramente um pesquisador e aumentou minha paixão por esse ofício; Claudio Batalha leu algumas partes desta tese e seus comentários ajudaram-me a definir melhor o rumo a seguir; Michael Hall levantou questionamentos (na seleção do doutorado, na

Linha de Pesquisa e na qualificação) fundamentais acerca de minha pesquisa. Confesso ter sido uma honra imensa ter meu texto lido e comentado por ele. Na UFPE tive a satisfação de ser aluno de Antonio Montenegro por um semestre bem enriquecedor. Murilo Leal participou das bancas de qualificação e defesa e tomara que veja no resultado final a incorporação de seus valiosos comentários, muito além das inúmeras citações. Tive a satisfação imensa de debater minhas ideias e aprender bastante com Antonio Luigi Negro durante a defesa. Seus comentários e sugestões farão a diferença daqui em diante. Nauber da Silva não participou das “formalidades”, mas teve a gentileza de me enviar sua avaliação e sei que ainda vamos conversar bastante sobre todos esses assuntos.

Em 2005, o professor Alberto Saldanha – então integrante do departamento de Ciências Sociais da UFAL – aceitou-me como seu aluno de FEPS, aquela que era a melhor disciplina de todo curso de História (mesmo sendo ministrada em outro curso). Ainda que eu tenha tomado outros direcionamentos teóricos e metodológicos, suas aulas serviram para eu definir meu tema de estudos dali por diante. Obrigado, Alberto. Golbery Lessa foi o primeiro a despertar em mim o interesse em estudar e pesquisar Alagoas. Nosso grupo de estudos, fora dos muros da universidade, deu frutos. Fernando Medeiros foi o primeiro professor da UFAL a me instruir pelos meandros da pesquisa – mesmo não sendo sua disciplina – e continuou a fazê-lo por um bom tempo. Sei que você lerá com o critério e a seriedade de sempre. Nunca tive a satisfação de ter sido aluno de Osvaldo Maciel (nem ele de ser meu professor), mas se eu fosse agradecer tudo o que ele já fez por mim, essa texto ficaria interminável. Perturbei-lhe nas mais variadas ocasiões, lugares e momentos distintos. Osvaldo, você verá em todos os capítulos um pouco de sua influência direta e por isso, meu muito obrigado.

Muito longe de casa, tive a sorte de fazer poucos e bons amigos. Edilson foi praticamente um irmão que encontrei. Se não fosse por sua amizade, eu não teria ficado muito tempo em Barão Geraldo; Lucas leu e comentou boa parte deste trabalho, além de ter me ouvido falar dele mais do que devia. O bom é que nossa amizade não se restringiu a isso; Rinaldo e Ingrid me deram abrigo inúmeras vezes, além de proporcionar bons momentos, dicas valiosas e um sotaque familiar, coisas essenciais para quem também estava em terras alheias; amigos desde outros tempos, André e Nat me receberam em São Paulo mais de uma vez, com cobertores e um chocolate excelente. Nunca estive com Rodrigo em Campinas: nem sequer estudamos juntos. Já o conhecia de antes, mas só agora ele aceitou ser meu amigo. Em troca, ouviu minhas lamúrias, reclamações, meu choro e meus ensinamentos diariamente por quase cinco anos (e ainda me conseguiu algumas fontes essenciais). Nem sabe a sorte que

tem... Agradeço também aos colegas de turma pelos momentos de descontração após longos debates: Gláucia, Caio, Andréa, Zé Eduardo, Thamires, Adalberto e Gustavo.

Em Ribeirão Preto encontrei tranquilidade, bons amigos e excelentes médicos, fundamentais em me tirar da rotina diária: Vitinho, Pri, Alexandre, Tonho, Gerson, Paulão, Mari e Luísa. Poly já era minha amiga, só que agora é mais, sobretudo por causa do sofá e da geladeira. Renata ajudou-me com a língua italiana e até já leio Ginzburg e Tex no original.

Em Maceió, conto sempre com os melhores amigos para proporcionar-me os melhores momentos. Parece não haver distância espacial ou temporal quando estou com – em ordem alfabética, calma – Airton, Andréa, Claudiana e Williem, Davi e Ellen, Enéas e Roberta, Kedimo e Sol, João (e família), Joel, Markito e Micheline, Mirto e Pablo.

Em Belém, conto sempre com o apoio, a amizade e o carinho de Dona Jose, Luci e André. Definitivamente (e agora oficialmente), minha família.

E por falar em família, é em Pão de Açúcar que todo mal se dissipa e será impossível agradecer-lhes por tudo. Júnior, Luciana, Vini, Lipe e agora Maria Clara, tio Wilson, tio Milton, tia Maria, Maíse, Miguel e família: apenas obrigado.

Meus pais e minha avó nutriam uma grande esperança que eu voltasse para casa após o mestrado, foram surpreendidos com a notícia de que eu iria ainda para mais longe. Nem se eu tivesse mais duas vidas, haveria modo de agradecer-lhes por tudo. A dedicação, o amor e o apoio deles apenas se renovam com o passar dos anos e tenho certeza absoluta que o melhor que tenho em mim veio deles – os defeitos eu aprendi na rua, mãe. Serão sempre meu exemplo.

Finalmente, a única pessoa que realmente acompanhou tudo bem de perto (e às vezes também à distância). Cobrou, incentivou e sempre esteve lá com um sorriso que me dava a certeza de que tudo terminaria bem. Será impossível te agradecer por tudo, Carol. Apenas saiba que você é a melhor parte disso.

*“- Mas essa é a grande dificuldade – interrompe o
Psicólogo. – Podemos nos mover em todas as
direções do Espaço, mas não podemos fazer o
mesmo no Tempo”.*

H. G. Wells

“But the memory remains”.

James Hetfield e Lars Ulrich

RESUMO

Entre 1956 e 1961, Muniz Falcão governou Alagoas e caracterizou-se por ser o único governador do intervalo democrático (1945-1964) com alguma ligação com o trabalhismo getulista e próximo à classe trabalhadora (Muniz iniciou sua vida pública na Delegacia Regional do Trabalho – DRT) no estado. Diante desse contexto, essa tese pretende investigar os operários têxteis de Maceió, capital de Alagoas, nesse período. Para tal, são analisados o pleito eleitoral de 1955 e alguns aspectos de sua gestão, mormente aqueles voltados para os trabalhadores, juntamente com a atuação da DRT, o principal elo entre Estado e classe. Além disso, o movimento operário e o sindicalismo têxtil igualmente são discutidos para, mais adiante, observamos o mundo têxtil através de alguns elementos indispensáveis, tais como moradia, acesso à saúde, assistencialismo e vigilância patronal.

Palavras-chave: trabalhadores têxteis – Maceió (AL); comunismo; sindicalismo; populismo; Alagoas – política e governo.

ABSTRACT

Between 1956 and 1961, Muniz Falcão ruled Alagoas and it was characterized for being the only governor of the democratic interval (1945-1964) with some connection with the getulismo and close to the working class (Muniz initiated his public life at Work's Regional Delegacy - DRT) in the state. Given this context, this thesis intends to investigate the textile workers of Maceió, Alagoas's capital, during this period. To that objective, 1955 electoral process and some aspects of its management, especially those aimed at the workers, with the work at the DRT, the main link between state and class, are analyzed. In addition, the labor movement and textile trade unionism are also discussed, and we look to the textile world through some indispensable elements such as housing, access to health care, welfare and surveillance.

Keywords: textile workers – Maceió (AL); communism; syndicalism; populism; Alagoas – politics and government.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: número de homicídios em Alagoas.....	49
Figura 2: nota da “Frente Popular Alagoana”	64
Figura 3: propaganda eleitoral de Abraão Moura.....	120
Figura 4: propaganda do “escritório trabalhista”.....	129
Figura 5: propaganda do “bramante Carmen”.....	196
Figura 6: propaganda da venda de lotes	259

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: número de habitantes de Alagoas e de Maceió.....	45
Tabela 2: aumento percentual da população nordestina na década de 1950	46
Tabela 3: pesquisa do IBOPE acerca dos candidatos à presidência em Alagoas	48
Tabela 4: votação para governador nas cidades com atividade têxtil e comunista	65
Tabela 5: quantidade de votos nas eleições para governador em 1960	114
Tabela 6: resultado da votação para governador em Maceió (1960).....	122
Tabela 7: processos impetrados por têxteis entre 1941 e 1964	177
Tabela 8: número de operários nas fábricas têxteis na década de 1920	178
Tabela 9: salário mínimo em cruzeiros a partir de 1956	186
Tabela 10: operários que compuseram a comissão	198
Tabela 11: estimativa dos valores diários do custo de vida.....	210
Tabela 12: salário mínimo em cruzeiros a partir de 1959	215
Tabela 13: presidentes do Sindicato de Fernão Velho	229
Tabela 14: Aplicações de “Asmocrinal” em adultos	305
Tabela 15: Aplicações de “Asmocrinal” em crianças	305

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: votos para governador na 9ª Seção (Sindicato dos Conferentes).....	69
Gráfico 2: votos para governador na 10ª Seção (Sindicato dos Estivadores).....	70
Gráfico 3: votos para governador na 12ª Seção (Grupo Escolar de Saúde)	70
Gráfico 4: votos para governador na 25ª Seção (Refeitório da Fábrica Alexandria)	71
Gráfico 5: votos para presidente nas 5 seções de Fernão Velho	72
Gráfico 6: votos para vice-presidente nas 5 seções de Fernão Velho	72
Gráfico 7: votos para governador nas 5 seções de Fernão Velho.....	73
Gráfico 8: votos para vice-governador nas 5 seções de Fernão Velho.....	74
Gráfico 9: votos para prefeito de Maceió nas 5 seções de Fernão Velho.....	75

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: os bairros de Maceió com maior concentração operária	257
Mapa 2: Fernão Velho e suas principais sublocalidades	260
Mapa 3: o povoado de Saúde.....	262
Mapa 4: o bairro do Bom Parto	264

LISTA DE ABREVIATURAS

AEL: Arquivo Edgard Leuenroth

ALE: Assembleia Legislativa de Alagoas

APA: Arquivo Público de Alagoas

APERJ: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

BN: Biblioteca Nacional

BGR: Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGAL: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas

MPM: Memorial Pontes de Miranda da Justiça do Trabalho em Alagoas

SFV: Sindicato de Fernão Velho

UFAL: Universidade Federal de Alagoas

UFPE: Universidade Federal de Pernambuco

UNCISAL: Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
------------------	----

PARTE I

OS TRABALHADORES NO MUNDO DA POLÍTICA

1. A FRENTE POPULAR ALAGOANA E A ELEIÇÃO DE 1955.....	37
1.1 A FORMAÇÃO DA FRENTE	44
1.2 O “AVENTUREIRISMO” DA OPOSIÇÃO.....	51
1.3 A OPOSIÇÃO ENTRE DEFINIÇÕES E RUPTURAS	60
1.4 O VOTO OPERÁRIO	64
 2. O GOVERNO MUNIZ FALCÃO	 78
2.1 AS PERSPECTIVAS SOMBRIAS DA ECONOMIA ALAGOANA	79
2.2 A CRISE POLÍTICA DE 1957.....	86
2.3 O PÓS- <i>IMPEACHMENT</i> : O GOVERNO DO PTB.....	96
2.4 O NOVO GOVERNO MUNIZ FALCÃO	102
2.5 VITÓRIA ASSEGURADA? A SUCESSÃO DE 1960.....	113
 3. O TRABALHISMO E A DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO	 124
3.1 A HARMONIA COM O GOVERNO	129
3.2 MUNIZ <i>VERSUS</i> DRT: O CONFLITO	143
3.3 A DRT CONTRA A FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES	156

PARTE II

SINDICALISMO E MOVIMENTO OPERÁRIO

INTRODUÇÃO	172
 4. AS CAMPANHAS SALARIAIS	 185
4.1 A PARALISAÇÃO EM FERNÃO VELHO (1956)	185
4.2 A CAMPANHA SALARIAL DE 1959	208

5. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O SINDICALISMO ALAGOANO.....	228
5.1 OS CONGRESSOS SINDICAIS	240
5.2 ACIMA DOS TRABALHADORES: AS FEDERAÇÕES	247

PARTE III

OS OPERÁRIOS TÊXTEIS DE MACEIÓ

INTRODUÇÃO	254
6. MORADIA: A CASA COMO FORMA DE SUBORDINAÇÃO.....	256
6.1 O LAR OPERÁRIO	262
6.2 OS NÚCLEOS FABRIS.....	271
7. O ACESSO À SAÚDE E SEUS LIMITES.....	281
7.1 POR DENTRO DO AMBULATÓRIO	285
7.2 RECORRENDO AO SINDICATO	294
7.3 AS PRINCIPAIS ENFERMIDADES.....	299
8. A VIDA FORA DA FÁBRICA.....	311
8.1 CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO.....	313
8.2 O ASSISTENCIALISMO PATRONAL E O SISTEMA S	325
8.3 O “GRANDE IRMÃO”: A VIGILÂNCIA CONSTANTE NAS VILAS	337
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	346
FONTES	353
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	355

INTRODUÇÃO

Pela primeira vez, na violenta e tumultuada vida da pequena unidade da federação, um governo saído das entranhas das massas, exercitou com maestria o populismo, (...) ousando confrontar-se com as elites e a aristocracia estadual, secularmente encasteladas nas suas cidadelas de mando e sempre controlando as rédeas do poder local¹.

A citação acima se encontra logo no início do livro *A tragédia do populismo – O impeachment de Muniz Falcão*, do historiador alagoano Douglas Apratto Tenório. O governo descrito nessa curta passagem foi o de Sebastião Marinho Muniz Falcão, governador de Alagoas entre 1956 e 1961. No entanto, em momento algum de seu mandato – e certamente de sua breve vida política –, Muniz Falcão “exercitou” o “populismo”, nem da forma mais simples, muito menos “com maestria”. Ou sendo ainda mais claro, Muniz não era e nunca foi um “populista” no sentido empregado por Tenório².

Por conseguinte, essa tese não se restringe a verificar se Muniz Falcão fora ou não um “populista”. Se assim procedesse, limitaria a classe trabalhadora à influência do ex-governador e, em função disso, caracterizaria seu mandato como sendo populista, tal qual Douglas Tenório. Da mesma forma, o objetivo não é uma “resposta” ao trabalho do autor ou uma “reinterpretação” do período citado.

O texto está estruturado de uma forma que inicia com uma análise do governo Muniz Falcão, deságua nos instrumentos oficiais utilizados pelo Estado para inserir-se entre os operários, para finalizar com a própria classe trabalhadora; lentamente, Muniz Falcão vai saindo da narrativa. Os anos entre 1945 e 1964 foram de grande agitação política e social, efervescência cultural, aceleração e recessão econômica, período durante o qual os trabalhadores brasileiros se organizaram, lutaram por sua cidadania, pelos seus direitos e melhores condições de vida e trabalho. Em Alagoas também foi assim? Antes dessa pergunta, porém, cabia outra: por que Muniz Falcão? Muito mais do que descobrir se o ex-governador fora ou não um “populista”, interessa-nos saber a situação em que viviam e atuavam os maceioenses.

¹ TENÓRIO, Douglas Apratto. *A tragédia do populismo – O impeachment de Muniz Falcão*. 2º ed. Maceió: EDUFAL, 2007, p. 13. Não pretendo entrar na discussão de que Tenório, indiretamente, apresenta Muniz como um “herói”, sendo taxado como a “maior liderança popular do Estado”.

² Ainda que analisado sob outro prisma, não sou o primeiro a enxergar Muniz como não sendo populista. Cf.: OLIVEIRA, José Alberto Saldanha de. “Governadores alagoanos e os ‘tempos de antes’”. *Revista Crítica Histórica*, ano I, nº 1. Maceió: UFAL/CPDHis, 2010, pp. 56-72.

Na conjuntura assinalada, quatro homens passaram pelo Palácio Floriano Peixoto, sede do governo alagoano. Apenas um deles encaixa-se no perfil que costumeiramente se fazia do período democrático: Muniz Falcão era seguidor, a seu modo, dos preceitos trabalhistas (era um grande defensor da harmonia entre capital e trabalho), um dos herdeiros do legado getulista, o único verdadeiramente próximo ao mundo operário (começou sua vida pública na Delegacia Regional do Trabalho), aliado e correligionário do governador de São Paulo, Adhemar de Barros. Em suma, um populista. Com essas credenciais, alguns pesquisadores rapidamente consideraram que, durante seu mandato, os operários urbanos de Alagoas o apoiaram sem cerimônia e, em troca, foram agraciados com melhorias concretas em suas vidas, o sindicalismo deslanchou e os comunistas atuaram livremente. Outrossim, podemos então imaginar o sentido inverso: os outros três governadores – um notório inimigo do Partido Comunista do Brasil, um filiado à União Democrática Nacional e outro que deu toda assistência ao golpe civil-militar no estado – perseguiram os comunistas, desmantelaram o sindicalismo e reprimiram os trabalhadores. Em virtude disso, Alagoas remaria contra a maré nacional: governado por três conservadores em um período de progresso e liberdades individuais. A “revolução de 30” não cruzou o Rio São Francisco³.

Logo, Muniz Falcão tornou-se a escolha mais óbvia. Seus cinco anos à frente do governo seriam a tradução, em Alagoas, do que vemos em vários trabalhos acerca do chamado “período populista” no Brasil – inclusive na escassa historiografia local. Além disso, com poucas fontes disponíveis, pareceu mais lógico (e sensato) estudar os operários em seu suposto “melhor momento”, ao invés de cair na tentação e produzir um trabalho limitado apenas à repressão aos trabalhadores em um momento mais do que propício.

As pesquisas e os trabalhos existentes apenas caracterizavam Muniz Falcão como populista, acarretando em duas consequências imediatas a essa afirmação: primeiro, uma classe operária sem autonomia, manipulada por um líder carismático e por sindicatos atrelados ao poder central; segundo, sabedores disso, os pesquisadores procuraram estudar outros aspectos daquela conjuntura, em especial o processo de *impeachment* sofrido por Muniz justamente por enfrentar as elites locais, quando defendeu os desamparados trabalhadores, entre outras medidas de cunho populista.

Destarte, essa tese analisa todos os outros aspectos não mencionados acima, tomando como ponto de partida o governo, as instituições voltadas para os trabalhadores e a

³ Divisa natural entre os estados de Sergipe e Alagoas.

própria classe operária. Devido à riqueza do período (e, novamente, da escassez de fontes), além da delimitação temporal (1955-1961), encurtei o espaço (ao invés do estado, apenas a capital, Maceió) e o objeto (apenas os operários têxteis). Isso porque Maceió concentra o grosso dos trabalhadores urbanos e, nesse ambiente, os têxteis eram a maioria. Sistemáticamente, a tese está dividida em três partes: “Os trabalhadores no mundo da política”, “Sindicalismo e movimento operário” e “Os operários têxteis de Maceió”. Na primeira, com três capítulos, esmiúço a relação dos operários têxteis com o governador Muniz Falcão, os partidos de sua base aliada e os comunistas. As eleições ganham destaque, pois é o melhor caminho para acessarmos a visão dos trabalhadores acerca da política partidária, das propostas dos trabalhistas e da aproximação dos comunistas.

Já nos dois capítulos de “Sindicalismo e movimento operário”, encontramos os trabalhadores atuando nessa conjuntura, englobando os movimentos operário e sindical, em especial durante duas campanhas salariais. Ressalto a importância dos sindicatos, mesmo quando parecem atravancar o movimento e impedir saltos maiores, em especial os aliados do governador. Contudo, o decorrer dos fatos mostram duas coisas: as entidades sindicais não conseguiram barrar o movimento (sendo intencional ou não esse impedimento) e seus associados não abandonaram suas entidades; ao contrário, trouxeram-nas para a luta, legitimando sua representação.

Por fim, na última parte, sublinho o cotidiano fabril e suas questões mais imprescindíveis, tais como moradia, vigilância, lazer e o acesso aos serviços médicos. Ainda que muitas desses temas estivessem fora da alçada do poder executivo estadual, os têxteis maceioenses pediram, nas mais variadas ocasiões, ajuda aos seus representantes, nos quais havia votado nas eleições pregressas. Longe de pretender verificar se a classe trabalhadora alagoana precisava ou não de amigos “poderosos” – e de analisar as reais pretensões desses aliados –, o propósito é demonstrar a realidade das vilas operárias, as medidas tomadas pelos patrões para aumentar e consolidar o controle e a repressão e as diversas estratégias dos operários para enfrentar esse domínio. Assim, a Justiça Trabalhista era um campo de lutas em disputa e as visitas de políticos ou de representantes do governador às vilas operárias podiam tornar-se armas contra a soberania patronal.

Os operários não se limitavam apenas às greves e paralisações, da mesma forma que os patrões não mantinham sua autoridade unicamente pela via da força física e da opressão. O número baixo de greves (se comparado com centros urbanos maiores) em

Alagoas poderia, à primeira vista, ser um indício de uma classe trabalhadora apática e dominada por um complexo repressor bem arquitetado e eficiente (seja particular ou estatal); por outro lado, formas de resistência “menos vistosas” não foram supervalorizadas, por não significarem, exclusivamente, operários combativos, soldados do comunismo, líderes revolucionários incontestes. A classe trabalhadora alagoana é entendida pela perspectiva teórica do historiador britânico E. P. Thompson⁴, observada no seu fazer-se cotidiano. Um grupo que não nasceu coeso, de pessoas experimentadas nas mais distintas formas das relações de produção capitalistas, mas que construíram uma identidade própria forjada historicamente e alicerçada em interesses comuns e em discordância aos interesses de uma classe completamente oposta.

Dessa forma, a exposição do mandato de Muniz Falcão não se justifica como um fim em si mesmo, é apenas utilizado como pano de fundo para analisarmos uma parcela da classe trabalhadora alagoana. A junção entre partes aparentemente tão dispares não se dá, portanto, pela passagem de Muniz Falcão pelo Palácio dos Martírios, entre 1956 e 1961. Muito menos para averiguar se ele foi ou não populista. O que conecta as três partes desta tese são os trabalhadores têxteis de Maceió, nas mais variadas situações: eleitores, excluídos dos grandes partidos, aqueles que mais sofreram com os problemas financeiros e de subdesenvolvimento do Estado, usuários de determinados órgãos estatais, associados de sindicatos, moradores de vilas operárias, membros de uma família. Em suma, cidadãos. A seguir, esmiúço um pouco mais os conteúdos abordados em cada capítulo.

A temática do primeiro capítulo é a campanha eleitoral de Muniz Falcão e sua vitória; é o primeiro contato com as siglas partidárias alagoanas e suas frágeis alianças, quando podemos entender algumas atitudes e mudanças de rumo tomadas durante os cinco anos de governo. Justifica-se, assim, toda a argumentação do autor alagoano Luiz Nogueira Barros acerca das aproximações e rupturas no seio da elite política local, mormente nos momentos decisivos⁵. Do “lado de baixo”, observamos a votação em algumas seções eleitorais comprovadamente operárias para vermos o voto dos trabalhadores e qual foi sua adesão às propostas de Muniz. Margeando esse panorama, os comunistas buscavam seu lugar no excludente jogo eleitoral.

⁴ Cf.: THOMPSON, E. P. *A formação classe operária inglesa I – A árvore da liberdade*. 4º ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

⁵ Cf.: BARROS, Luiz Nogueira. *A solidão dos espaços políticos*. Maceió: EDICULTE/SECULTE, 1988.

Então eleito e empossado, o segundo capítulo percorre a faceta popular da gestão Muniz Falcão sob a ótica dos trabalhadores e dos comunistas, com envolvimento mais direto desses com o governador. O *impeachment* de 1957 igualmente é analisado sob esse prisma. Encerrando, mais duas campanhas eleitorais: a disputa legislativa de 1958 e a sucessão governamental de 1960. Esse talvez seja o melhor caminho para vermos o poder de inserção do governador no seio da classe trabalhadora: no momento em que não conseguiu fazer seu sucessor, apesar da forte campanha publicitária e do apoio maciço de algumas lideranças sindicais, os operários mostraram-se indiferentes a um candidato que lhes era alheio e aptos a escolher seus representantes em decorrência de suas próprias demandas.

No capítulo 3, abordo a atuação da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), o instrumento estatal voltado exclusivamente para as questões trabalhistas, além do envolvimento do delegado do Trabalho com o PTB, a aproximação do órgão e o racha definitivo com o governo. Sem dúvida, a DRT foi a representação máxima (e oficial) do governador Muniz Falcão – ele próprio um ex-delegado – entre os sindicatos, com o movimento operário e os trabalhadores de uma forma geral, sendo o melhor caminho para mensurarmos as políticas governamentais para com a classe. A DRT era um dos mediadores institucionais que o aproximava o Estado dos operários; esse papel também fora exercido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), a central sindical criada pelo Estado e que era comandada, em Alagoas, por aliados próximos ao governador.

Na segunda parte, o quarto capítulo é dedicado a duas campanhas salariais ocorridas em pleno governo Muniz Falcão, mais especificamente nos anos de 1956 e 1959. De um lado, a proposta é inserir o movimento alagoano na campanha nacional, destacando os acontecimentos na região Nordeste. Por outro, é a oportunidade ideal de observarmos o movimento operando em uma conjuntura favorável e a ação efetiva dos “instrumentos mediadores” do Estado ligados ao Palácio dos Martírios. Seria o governador capaz de barrar duas mobilizações dessa proporção? Ou teria apoiado a luta dos trabalhadores? Duas questões-chave para entendermos de perto a relação entre Estado e classe operária. Por conseguinte, no quinto capítulo, temos uma discussão mais geral acerca do sindicalismo alagoano e sua proximidade com o Estado. É praticamente impossível entendermos a conjuntura política daquele momento sem debatermos os grandes sindicatos alagoanos. Apesar da pouca documentação, busquei alargar a questão à luz de obras mais recentes.

Por fim, a última parte divide-se em três capítulos, nos quais discuto todas as questões envolvendo a classe trabalhadora na sua mais completa significação: o cotidiano e a organização nas vilas fabris, o assistencialismo do Estado e dos patrões, a ação de órgãos como Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional da Indústria (SENAI) e Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA), a moradia, o lazer, as festas, as enfermidades. Tudo dentro do caldeirão do nacional-desenvolvimentismo de Juscelino Kubistchek, no qual Muniz Falcão pegou carona em alguns momentos. O objetivo é examinar os operários têxteis dentro de todo esse panorama em que as políticas trabalhistas do Estado foram utilizadas não apenas com o intuito de reprimir o movimento ou manter o operariado dócil e apático.

Tenório qualifica o ex-governador de populista, mas não define, conceitua ou caracteriza o termo “populismo”. Apenas deixa pistas soltas e características mais gerais. Parece partir do princípio de que o vocábulo em questão, presente na maioria dos trabalhos relativos ao período democrático (1945-1964), seja de conhecimento dos leitores, fazendo jus as palavras de Jorge Ferreira de que o “populismo (...) tornou-se uma das mais bem-sucedidas imagens que se firmaram nas Ciências Humanas no Brasil”⁶. E qual seria a ideia de populismo utilizada pelo autor?

Ao longo de seu livro, temos a impressão de não haver conflitos sociais fora da arena político-partidária ou durante as eleições. Os crimes, por exemplo, quando não são eleitorais, envolvem políticos afamados e seus aliados e se justificam e se encerram em si mesmos. Na narrativa de Tenório, a luta por direitos por parte da classe trabalhadora fica relegada a um plano menor, pois a associação entre trabalhadores e políticos é vista como uma relação de subordinação dos primeiros pelo carisma dos segundos. A busca incessante, em especial dos trabalhistas, de uma harmonia entre capital e trabalho com o intuito de dirimir a luta de classes (ou negá-la, conforme alguns discursos da época) é mascarada sobre o prisma do populismo e da sujeição.

“Do Populismo Alagoano”⁷

Há pelo menos três teóricos citados em *A tragédia do populismo* como sendo considerados por Tenório estudiosos do tema: Ernest Laclau, Gino Germani e Torcuato di

⁶ FERREIRA, Jorge. “Introdução”. In: FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história – Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 7.

⁷ Esse é o título original da tese de doutorado de Douglas Tenório.

Tella. Curiosamente, nenhum deles está na bibliografia contida no final do livro⁸. Entre os autores que tratam sobre o populismo citados pelo autor, sublinho três deles: Francisco Weffort, Gino Germani e Torcuato di Tella. Ainda que não cite os dois últimos diretamente, é perceptível em todo o livro a influência de ambos; da mesma forma, Tenório utiliza-se bastante dos conceitos de Francisco Weffort.

Para Jorge Ferreira⁹, os dois principais teóricos da ideia “moderna” de “populismo” foram Germani e Di Tella. Segundo Germani¹⁰, as transformações sociais da década de 1960 estavam bem mais aceleradas do que as do século anterior. Até o século XIX, a dinâmica das transformações era pouco diversificada espacialmente. As cidades apresentavam modificações mais ágeis, enquanto o campo estava mergulhado em uma espécie de longa duração braudeliana. Essa “dicotomia” é radicalmente diminuída em meados do século XX. Naquelas sociedades em que o processo de urbanização e industrialização foi mais tardio, como no caso do Brasil, e que as massas populares adquiriram também tardiamente força política, foi reproduzida uma “(...) *acentuação autoritária e nacionalista das formulações de esquerda ou então o surgimento de movimentos nacionalistas autoritários (classificáveis para a direita)*”¹¹, com características coletivistas ou socialistas nos campos social e econômico, principalmente.

Por seu turno, Di Tella apresenta quatro características dos problemas essenciais dos países latino-americanos depois de suas independências. A última delas diz respeito à destruição causada pelas guerras, acarretando desempregos entre os “setores artesanais”. Isso gerou uma massa altamente mobilizada, mas desprovida de organização. Nesse contexto, surge o líder carismático e demagogo, pois essa massa era “(...) uma permanente incógnita política, facilmente manipulável por demagogos de qualquer orientação”¹². É basicamente nisso que se apoia Tenório. Logo no início de seu livro, o autor apresenta o cerne do pensamento desses dois sociólogos:

⁸ Para esse trabalho, utilizei a segunda edição do livro de Tenório, lançada em 2007. A princípio, não difere da primeira edição, de 1995 (exceto pelo formato e capa), imediatamente após a defesa da tese de doutorado em História da qual resulta o livro. Nessa nova edição não há nem uma nova apresentação do autor, por exemplo.

⁹ Cf.: FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história – Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, em especial a “Introdução” escrita pelo organizador.

¹⁰ GERMANI, Gino. *Política e sociedade numa época de transição*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1973, pp. 77-78.

¹¹ Ibid., p. 150. Grifos do autor.

¹² DI TELLA, Torcuato. *Para uma política latino-americana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, p. 13.

Atraente é a explicação encontrada sobre o populismo pelos cientistas Gino Germani e Torcuato di Tella, segundo a qual o populismo ocorre numa situação de transição, isto é, na passagem da chamada sociedade tradicional agrária, pré-capitalista e atrasada, para a sociedade moderna capitalista, urbana e industrial.

A fluência do fenômeno estaria, assim, na acronia entre os processos de transição de uma sociedade para a outra. *É possível, portanto, perceber que as transformações e mudanças ocorridas no país e em Alagoas poderiam se enquadrar nessa linha de raciocínio*¹³.

Esse seria, então, o pano de fundo de sua obra: a transição de uma sociedade alagoana rural e atrasada para uma urbana e moderna em plena década de 1950.

No entanto, é em Francisco Weffort que o historiador encontra respaldo para sua proposta ao “caso alagoano do munizismo”¹⁴:

O carisma de Muniz é um fator importante na análise dos acontecimentos políticos ocorridos em Alagoas, mas não pode ser entendido como fator exclusivo para a compreensão do fenômeno populista local. Assim, com o já foi sublinhado por Francisco Weffort, *o fenômeno populista corresponde a uma manipulação das massas por parte do líder, mas também corresponde a uma satisfação de aspirações longamente acalentadas*. Dessa maneira, o líder populista, em geral dotado de forte dose de carisma, ao mesmo tempo em que procura manipular as massas para que elas se enquadrem dentro dos limites por ele impostos, também ativa mecanismos de satisfação de velhas aspirações; um exemplo é a legislação social dos trabalhadores implantada no período getulista¹⁵.

Em artigo pioneiro, Ângela de Castro Gomes percorreu historicamente todo o trajeto do conceito de populismo, a partir de seus primeiros usos pela academia. Na década de 1950, o vocábulo tinha como objetivo entender a ascensão eleitoral de Adhemar de Barros em São Paulo. Assim, populismo aludia a uma forma de clientelismo e atestava a influência do líder entre os subordinados por meio de seu carisma e não pela sua estrutura partidária¹⁶.

Apesar das coincidências acima (década de 1950 e Adhemar de Barros, o presidente do partido no qual Muniz Falcão alavancou sua carreira política a partir de meados daquela década), não há meios (nem Tenório o faz) para aplicarmos essa mesma ideia ao “caso alagoano”. Por um motivo bem óbvio: a trajetória política de Barros e Falcão foi bem

¹³ TENÓRIO, op. cit., p. 20. Grifos meus.

¹⁴ TENÓRIO, op. cit., pp. 20-21.

¹⁵ TENÓRIO, op. cit., p. 21. Grifos meus. Tenório está fazendo referência à ideia de aliança de classes proposta por Weffort e depois descartada pelo sociólogo. Cf.: DUARTE, Adriano e FONTES, Paulo. “O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953)”. *Cadernos AEL*, vol. 11, nº 20/21, Populismo e trabalhismo. Campinas: Unicamp/IFCH/AEL, 2004, pp. 83-123; FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008 e LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, especialmente a conclusão.

¹⁶ GOMES, Ângela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. In: FERREIRA, Jorge. (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 17-57.

distinta. O ex-governador iniciou sua vida pública em Alagoas na Delegacia Regional do Trabalho (DRT), ou seja, em contato direto com a classe trabalhadora – algo essencial na narrativa de Tenório; segundo o autor, essa associação entre Muniz e classe operária por meio da DRT é primordial para compreendermos os fatos *políticos* a partir de então. Adhemar de Barros, por outro lado, sendo oriundo da máquina administrativa do Estado Novo (ele próprio um interventor), aproveitou-se da estrutura partidária montada, com representações de seu partido espalhadas pelo estado de São Paulo em todos os níveis, desde os municípios, passando pelos bairros e terminando nas ruas (diretórios, delegacias e inspetores de quarteirão a serviço do partido), fazendo com que o caminho até as demandas locais fossem encurtadas e as resoluções mais facilmente executadas¹⁷.

Douglas Tenório delimita temporalmente o “fenômeno” no espaço alagoano: é na “instalação do Estado Novo, onde se encontram as raízes do populismo em Alagoas”¹⁸. Tenório não é específico, mas certamente “as raízes” estão em 1941, quando Getúlio Vargas escolheu o capitão Ismar de Góis Monteiro para ser o interventor em Alagoas. E por que esse momento? Além de incluir Ismar no caldeirão populista, foi durante a sua interventoria que chegou ao estado o pernambucano Muniz Falcão, para comandar a DRT. Com efeito, Tenório assenta sua argumentação no livro de Luiz Nogueira Barros. É no trabalho do médico alagoano que temos uma análise da cisão na família Góis Monteiro, acontecimento que norteou a política alagoana ao longo de duas décadas. À vista disso, Tenório habilmente insere Muniz Falcão entre os dois expoentes dos Góis Monteiro – Ismar e Silvestre Péricles –, para compor sua ideia de populismo. É na dualidade e na indecisão das elites locais que Muniz, na visão de Douglas Tenório, pode emergir, ainda que viesse galgando posições no cenário político local.

Esses dois fatos – a chegada de Muniz e a interventoria de Ismar –, portanto, não apenas fundaram o populismo alagoano, como também inauguraram a fiscalização dos direitos trabalhistas no estado: a legislação social de Vargas chegava a Alagoas. Contudo, o autor não entende ser esse um fato isolado.

Ao nos deter na carismática figura de Muniz Falcão, nos apoiamos nas observações de Weffort para afirmar que o munizismo [sic] alagoano não pode ser explicado unicamente pela aparição de um ex-delegado do Trabalho que conseguiu atrair as massas urbanas de Maceió e de outros centros fabris do interior para sua orbita

¹⁷ DUARTE e FONTES, op. cit., p. 107.

¹⁸ TENÓRIO, op. cit., p. 17.

política. Há inúmeras outras variantes que interferem no processo histórico, e o conhecimento delas é que nos poder aproximar do real¹⁹.

Uma dessas variantes seriam as “condições existentes no Brasil e em Alagoas, a partir do período getulista”. Ou seja, as mudanças culturais, econômicas, políticas e sociais ocorridas mormente na década de 1950, em decorrência dos processos de urbanização e industrialização, conforme o pensamento dos sociólogos citados assim. Essas condições “foram fundamentais para o surgimento de uma personalidade carismática como Muniz Falcão e o aparecimento de um fenômeno populista²⁰”. No entanto, não está claro suficiente a quão moderna e urbana encontrava-se Alagoas nesse momento. Procuro debater essa questão por meio do pleito de 1955, muito rapidamente analisado por Tenório, principalmente nas composições partidárias: o autor ignorou as possíveis rugas existentes entre Ismar e Muniz, além de considerar o Partido Social Democrático (PSD), liderado pelo capitão Góis Monteiro, como um aliado de Muniz. Ainda que faça distinções entre PSD e UDN, Tenório não pontua as características que unia essas duas agremiações, embarcando na ideia de distanciamento defendida por Luiz Barros.

Voltando ao período de Ismar de Góis Monteiro na interventoria estado-novista, encontramos outros elementos acerca do conceito de populismo formulado por Douglas Tenório.

Ismar é, portanto, anfíbio, ao mesmo tempo populista e conservador, afagando os dois blocos antagônicos. Tem ampla margem de negociação e não é à toa que se tornará o chefe do PSD, o partido que mais se ajusta a esse papel conciliador imaginado por Getúlio. (...) E será no PSD, verdadeiro guarda-chuva partidário, que ele reunirá os remanescentes da máquina getulista para enfrentar a fortaleza udenista que agregará, do outro lado, a reação liberal conservadora para retomar o pleno domínio da política alagoana, repartida desde 41²¹.

Entretanto, ao longo do texto fica claro que o “domínio da política” estava repartido desde, pelo menos, 1934. Ou seja, o historiador está mais uma vez em consonância com o pensamento de Luiz Nogueira Barros, ainda que não indique Silvestre Péricles como principal responsável por essa divisão nem explore a cisão no seio da família Góis Monteiro. O ex-governador é inserido no trabalho de Tenório de outra maneira.

No início do primeiro capítulo há uma indicação da gênese do populismo alagoano. Nessa passagem, Tenório caracteriza a gestão de Silvestre Péricles (1947-1951),

¹⁹ TENÓRIO, op. cit., p. 21.

²⁰ TENÓRIO, op. cit., p. 22.

²¹ TENÓRIO, op. cit., p. 156. Grifos meus.

batizando-a de “populismo silvestrista”, sem se preocupar, mais uma vez, em caracterizar essa “vertente” do populismo local. Deixa a impressão de que haveria de existir um “populismo silvestrista” para justificar o “munizismo”, essa a principal faceta do populismo em alagoano. A única referência mais específica sobre o “populismo silvestrista” é seu eleitorado, de origem humilde e denominado como “poeira de ouro” pelo próprio Silvestre²². Em outras palavras, tanto o “populismo” de Silvestre quanto de seu irmão Ismar está mais presente em seu discurso voltado para o povo, mais em ações práticas de cunho eleitoral do que através dos mediadores institucionais, como sindicatos, DRT e até mesmo os partidos trabalhistas (em Alagoas, por exemplo, havia ao menos três com alguma força eleitoral, ainda que baseada em seus próceres).

De volta a Muniz Falcão, o autor extrapola sua personalidade perante a classe trabalhadora, mas sem qualquer fundamentação. Na questão político-partidária, de fato o seu governo reuniu em torno de si “trabalhistas, socialistas, comunistas e nacionalistas de esquerda”²³, além de uma pauta eminentemente popular (e por isso mesmo “populista”) e progressista. Por outro lado, questiono se Muniz Falcão foi “um homem que realmente representava as organizações operárias e era visto como ídolo pelo homem comum”²⁴. *A priori*, a relação de Muniz com os trabalhadores é identificada em razão de seu cargo: sendo delegado do Trabalho, era conhecido no meio – sobretudo entre lideranças –, participava de reuniões sindicais, visitava fábricas e vilas operárias. Alguns ex-funcionários das fábricas têxteis relembram de suas idas às vilas operárias. Como deputado federal, atuou em favor da classe operária e, notadamente, do funcionalismo público, sempre defendida e celebrada por ele²⁵. Em outras palavras, estava em sintonia com o grupo político a que pertencia e possuía seguidores entre os trabalhadores e aliados entre as lideranças sindicais. No entanto, *A tragédia do populismo* trata especificamente do governador Muniz Falcão, com poucas

²² TENÓRIO, op. cit., p. 27.

²³ Em virtude dessa proposta ampla, teria Muniz rompido parcialmente “com o antigo populismo silvestrista, seu inspirador inicial, pois não tem o caráter ferrenhamente anticomunista e antiesquerdista daquele” (TENÓRIO, op. cit., p. 187). Na mesma sentença, Tenório qualifica Silvestre como populista e demonstra que ele *não era* populista.

²⁴ TENÓRIO, op. cit., p. 187. Ser ou não ídolo do “homem comum” não nos interessa. Não é um argumento que possua algum valor nessa questão. Se formos por esse caminho, poderíamos inquirir igualmente se Silvestre Péricles ou Arnon de Mello não foram ídolos do “homem comum”.

²⁵ Seus dois primeiros mandatos vão de 1951 a 1955, quando se elege governador. Sua medida mais conhecida na Câmara dos Deputados foi um projeto, não aprovado, que visava transformar o abono de Natal em décimo terceiro salário, a primeira proposta feita no país nesse sentido. Proferiu alguns discursos em defesa dos trabalhadores e denunciando as péssimas condições de vida dos mesmos; porém, com bem menos intensidade e recorrência do que, por exemplo, os deputados estaduais do PCB em 1947. Fica claro o intuito político dos seus discursos, atacando indiretamente o governador Arnon de Mello.

inserções na sua vida pública pregressa. E quando esteve à frente do Palácio dos Martírios foi justamente que Muniz Falcão menos interagiu com a classe laboral e o movimento operário. Esse ponto é o cerne da primeira parte deste trabalho e será mais bem desenvolvido ao longo dos três capítulos iniciais. A intenção é verificar até que ponto Muniz utilizou-se destes instrumentos para barganhar apoio entre a classe operária.

Até o momento, examinei apenas um lado da balança – Muniz Falcão –, não inserindo na narrativa o outro lado, os trabalhadores. Isso se deu muito por conta da própria estrutura de *A tragédia do populismo*, no qual a classe operária está sempre margeando a obra, nunca protagonizando. A razão para tanto está na concepção não assumida de seu autor: Tenório enxerga e apresenta os trabalhadores como massa de manobra, totalmente manipulável, em praticamente todo o livro. Nem mesmo o movimento operário sai ileso:

As organizações sindicais, que desde o nascimento, nas décadas de 1910 e 1920, viviam timidamente recolhidas a um papel mais ou menos decorativo, de pálida atuação, no governo Muniz Falcão foram alçadas a um papel importante no Estado, em prosseguimento a uma linha de ação desenvolvida desde sua época como delegado regional do Trabalho. Ampliaram, assim, enormemente suas atividades em todo o território alagoano, estruturando sua organização, com apoio do governador, conhecido como amigo e advogado das classes que representavam²⁶.

Certamente, a citação nem carece de maiores comentários. Como não há notas de rodapé, não sabemos em que/quem o autor se baseou para afirmar não haver qualquer tipo de movimento operário nas primeiras décadas do século XX. Sem sombra de dúvidas, não foi em Luiz Sávio de Almeida²⁷, cujos textos haviam sido publicados na revista do curso de História da UFAL, inclusive na época em que Douglas Tenório chefiava o departamento do curso.

Tenório alça a atuação e influência de Muniz (como delegado e governador) a alturas imensuráveis. O apoio do *governador* Muniz Falcão, veremos, sempre aconteceu de maneira indireta, através de aliados e correligionários (com uma forte influência da DRT nos primeiros anos). Essa influência de Muniz entre os trabalhadores deve ser analisada com mais cautela.

²⁶ TENÓRIO, op. cit., pp. 15-16. Grifos meus. Sobre a atuação da classe operária na virada do século XIX para o XX, ver: ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Crônicas alagoanas vol. II – Notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2006; e MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *Trabalhadores, identidade de classe e socialismo: os gráficos de Maceió (1895-1905)*. Maceió: EDUFAL, 2009.

²⁷ Cf.: ALMEIDA, op. cit.

Por fim, o autor enxerga apenas aquele movimento operário tutelado pelo Estado²⁸, que em Alagoas foi dominado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) com amplo apoio do governador Muniz Falcão e da DRT. Mesmo não citando a entidade em nenhum momento, com efeito, é a essa vertente do movimento operário que Douglas Tenório está se referindo, esquecendo-se daqueles trabalhadores, sindicatos, partidos e líderes sindicais que lutavam por fora da órbita da CNTI – e sem o seu apoio.

O Partido Comunista do Brasil (PCB)²⁹, por exemplo, não estava dentro da CNTI e igualmente tem um papel secundário e marginalizado em *A tragédia do populismo*. No primeiro capítulo – que possui um grande viés de “crônica memorialística” –, o autor apresenta uma visão bem particular do tema: “O comunismo não fica restrito a operários mal informados ou intelectuais recalcados; tem muitos adeptos entre a juventude, para horror dos pais, religiosamente comungando-o nos congressos e entidades estudantis³⁰”. Em seguida, quando descreve o quadro partidário de Alagoas e expõe as siglas, Tenório define melhor os comunistas: “Na outra margem, o lado progressista tem o PSB com reduzidíssima e decrescente influência, (...) e o *subterrâneo PCB, sem penetração no interior e no meio rural, mas com apreciável capacidade de mobilização na capital e nos centros fabris* (...)”³¹. Fora isso, o PCB é citado apenas para ilustrar o anticomunismo violento de Silvestre Péricles, a perseguição e prisões arbitrárias sofridas por seus membros ao longo do período democrático ou para preencher a composição partidária. A exceção é a seguinte passagem:

Para alcançar os seus objetivos, um programa de revitalização da economia em meio ao bombardeio incessante que o atacava, só se ele se mantivesse coerente com suas raízes, apoiando, como sempre fez, os movimentos populares, *através do estímulo à sindicalização, as manifestações nacionalistas, a tolerância com as greves, com a esquerda e o próprio Partido Comunista, o que permitiria um salto organizativo e mobilizatório da sociedade alagoana*³².

²⁸ TENÓRIO, op. cit., p. 188.

²⁹ Este trabalho tratará apenas do PCB, fundado em 25 de março de 1922, inicialmente denominado de Partido Comunista - Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC), logo em seguida ficando conhecido como Partido Comunista do Brasil. Apenas a partir de seu V Congresso (realizado em setembro de 1960), passou a ser chamado de Partido Comunista Brasileiro. O PCdoB nasceu de uma dissidência no PCB e adotou o nome de Partido Comunista do Brasil em sua fundação, em 1962. Sendo assim, mesmo englobando o nosso corte temporal, sempre farei referência ao PCB, denominando-o como Partido Comunista do Brasil, principalmente por não aceitar a apropriação histórica feita pelo PCdoB, conforme indica seu site: “Em 1962, rechaçou o oportunismo de direita, reorganizou-se, adotando a sigla PCdoB, e realçou sua marca revolucionária” (Cf.: http://www.pcdob.org.br/texto.php?id_texto_fixo=4&id_secao=145).

³⁰ TENÓRIO, op. cit., p. 45.

³¹ TENÓRIO, op. cit., p. 121. Grifos meus. Sobre o raio de alcance dos comunistas alagoanos, ver: MOURA, *Comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas (1951-1961)*, op. cit.

³² TENÓRIO, op. cit., p. 207. Grifos meus.

Ainda de acordo com Tenório, Muniz Falcão fez muito pela classe trabalhadora enquanto atuava como delegado do Trabalho.

Enquanto enfrentava pressões para não prosseguir em sua tarefa, fundou numerosos sindicatos, criou federações, que permitiram a instalação do SENAI, Sesi, Sesc e SENAC, oferecendo muitas oportunidades de melhoria profissional e lazer para os trabalhadores, exercendo permanente fiscalização nas fábricas de tecidos, nas usinas de açúcar, no comércio e na indústria em geral, visando ao respeito ao direito dos assalariados. Por fim, criou o Palácio do Trabalhador, obra inédita no país, destinada a reunir todos os sindicatos obreiros de Alagoas, que, assim, intensificando os seus contatos, *poderiam consolidar o movimento sindical que esperava uma oportunidade como essa para se afirmar em Alagoas*³³.

A parte destacada na citação expressa bem a visão do historiador em relação à classe trabalhadora alagoana: passiva e totalmente dependente de forças superiores (no caso, o Estado), requisitos básicos à ação de um manipulador carismático, oferecendo vantagens a muito desejadas – mas pouco pleiteada – em troca de apoio e votos.

Devemos levar em consideração a fase do Estado Novo em que Getúlio Vargas investiu pesado na sua política voltada para os trabalhadores. A suposta criação de sindicatos realizada por Muniz (não comprovada por documentos) estava inserida nessa política de tutela do Estado; era uma de suas atribuições enquanto representante do Estado no seio da classe trabalhadora. O Palácio do Trabalhador é uma obra posterior ao Estado Novo, inaugurado na gestão de Silvestre Péricles e pode ser vista, por outro lado, como uma forma de concentrar todos os sindicatos em um único local, facilitando assim o controle estatal sob os mesmos em uma democracia de alcance limitado. Douglas Tenório fornece subsídios para esse raciocínio: “Muniz era uma espécie rara de homem público. *Acreditava firmemente na função do Estado-juiz* e tinha coragem para aplicar a lei sem medo”³⁴. Antes mesmo de se filiar ao Partido Trabalhista Brasileiro, já partilhava os valores de seus principais ideólogos.

Em resumo, e apesar do que foi explanado, o fato de Muniz Falcão ser ou não populista tem pouca importância para o estudo acerca da classe trabalhadora alagoana. O intuito inicial desta introdução é muito mais uma contribuição ao debate historiográfico em Alagoas do que uma necessidade de conceituar o termo à luz da realidade local.

Diante disso, essa tese pretende investigar a relação do governador Muniz Falcão com os operários têxteis de Maceió, observando sua atuação política naquela conjuntura.

³³ TENÓRIO, op. cit., p. 236. Grifos meus.

³⁴ Ibid., ibidem. Grifos meus.

Além disso, tenciona perceber como essa classe trabalhadora atuou e viveu em um governo supostamente tão favorável as suas aspirações e lutas, ao mesmo tempo em que insere o movimento operário dentro de um contexto de acirramento das lutas e ascensão dos movimentos sociais nas regiões mais desenvolvidas Brasil, particularizando o caso alagoano ao mesmo tempo em que o situo no Nordeste. Afinal, Maceió nunca foi São Paulo, tampouco Manchester.

Fontes e Arquivos

Este trabalho é o resultado de uma busca incessante por fontes acerca dos trabalhadores urbanos de Alagoas. Ao menos um terço da documentação utilizada aqui não é inédito: foi trabalhado durante o mestrado e embasou outras dissertações³⁵. Dessa leva, o principal documento é, sem dúvidas, o jornal *A Voz do Povo*, órgão oficial do PCB alagoano, depositado na hemeroteca do Arquivo Público de Alagoas (APA). Além de ser a mais importante fonte escrita para se estudar o PCB alagoano, o extinto periódico semanal possui informações valiosas sobre o movimento operário e o cotidiano dos trabalhadores. Ao verificar a periodicidade existente em seu expediente, por exemplo, é possível mensuramos as dificuldades encontradas pela publicação³⁶ e a repressão sofrida pelo partido em tempos democráticos. Nesse sentido, não causa surpresa o fato de existir hoje mais edições durante a gestão Muniz Falcão³⁷. No campo da investigação científica, *A Voz do Povo* revelou-se uma fonte heterogênea, servindo as mais variadas temáticas e diferentes propósitos da pesquisa histórica³⁸.

³⁵ Em termos de publicação, essa documentação gerou a coletânea: SALDANHA, Alberto (org.). *A Indústria Têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2011.

³⁶ Por exemplo: a certa altura, o jornal lança uma campanha solicitando doações de seus leitores para adquirir um novo linotipo. Sobre *A Voz do Povo*, ver: MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. “*A Voz do Povo* – Um registro da esquerda alagoana (1954-1964)”. *Cabanos: Revista de História*. Arapiraca: v. 1, n. 4, 2007a, p. 129-144 e MOURA, Anderson Vieira. “Os trabalhadores também são notícia: a relação dos operários alagoanos com os jornais nos anos 1950”. *Revista Crítica Histórica*, Ano V, nº 9. Maceió: UFAL/ICHCA, 2014.

³⁷ Em termos de periodicidade e não de exemplares salvos. Entre 1954 e 1957 existem poucas edições (além de um solitário exemplar de 1951, encontrado anexado a um processo trabalhista). Já os anos de 1958 e 1961 são os mais completos. O único ano que não possui nenhuma edição é 1960, em pleno governo Muniz Falcão. Em alguns números, há um carimbo da Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica (DOPSE). Por fim, há relatos publicados sobre empastelamentos e prisões dos trabalhadores durante os governos Silvestre Pércles e Arnon de Mello.

³⁸ Cf.: COSTA, Rodrigo José da. *O golpe civil-militar em Alagoas: o governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais (1961 – 1964)*. 2013. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013; FARIAS, Ivo dos Santos. *Dominação e resistência operária no núcleo fabril de Fernão Velho (1953-1962)*. 2012. 114 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa

Continuando na hemeroteca do APA, encontramos os três órgãos da chamada grande imprensa local: *Diário de Alagoas* (Muniz Falcão), *Gazeta de Alagoas* (Arnon de Mello) e *Jornal de Alagoas* (da rede *Diários Associados* de Assis Chateaubriand). Do primeiro, existem encadernações que cobrem praticamente todo o período entre 1957 a 1960, além de edições avulsas de anos tanto anteriores como posteriores. Dos outros dois, não há grandes sequências, que podem ser complementadas com as edições armazenadas no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) e na Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos. Nas três instituições também é possível encontrar outros jornais, como o *Diário Oficial do Estado de Alagoas*, *A Notícia* e o *Jornal de Hoje*³⁹.

Voltando aos comunistas locais, no mesmo APA há alguns documentos produzidos (e não apreendidos)⁴⁰ pela polícia política alagoana, institucionalizada na Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica (DOPSE). Essa documentação apresenta informações, sobretudo quantitativas acerca do PCB, seus membros e sua inserção na classe trabalhadora; através de pequenas fichas de prisões de militantes e simpatizantes, é possível traçar o panorama social do partido e delimitar espacialmente seu raio de atuação no estado⁴¹.

Documentação produzida especificamente pelos próprios trabalhadores, temos dois livros de atas: do Sindicato de Fernão Velho, entre os anos de 1953 e 1964, e da Caixa Beneficente dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Rio Largo⁴², cobrindo os anos de 1948 a 1964 (as reuniões da Caixa eram anuais, com raras exceções). Material importantíssimo para acessarmos o cotidiano fabril de duas grandes indústrias têxteis alagoanas, suas lutas, impasses e disputas internas.

de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012; MELO, Airton de Souza. *Operários têxteis em Alagoas: organização sindical, repressão e vida na fábrica (1951 – 1964)*. 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012; e MOURA, *Comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas (1951-1961)*, op. cit.

³⁹ *A Notícia* era o órgão governista oficial da interventoria de Ismar de Góis Monteiro (primeira metade da década de 1940). Já o *Jornal de Hoje* pertencia ao jornalista petebista Jorge Assunção, um grande aliado de Muniz Falcão.

⁴⁰ Sobre essa importante diferenciação, ver: NEGRO, Antonio Luigi e FONTES, Paulo. “Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de polícia. O acervo do DEOPS paulista e o movimento sindical”. In: AQUINO, Maria Aparecida de, MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi de, e SWENSSON Jr., Walter Cruz (org). *No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2001, pp. 157-179. Ver também: MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, pp. 25-48.

⁴¹ Cf.: MOURA, Anderson Vieira. *Comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas (1951-1961)*. 2012. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012, em especial o segundo capítulo.

⁴² Doravante Caixa Beneficente de Rio Largo.

Uma grande descoberta documental aconteceu em 2010, com o acesso aos processos trabalhistas armazenados no Memorial Pontes de Miranda da Justiça do Trabalho, museu pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região. Naquela época, utilizamos uma leva considerável de processos envolvendo operários têxteis, já devidamente catalogados e depositados no Memorial. Porém, menos de três anos depois a equipe responsável pelo museu mudou e outras peças com participação dos têxteis maceioenses vieram à tona. O corpus documental depositado no Memorial Pontes de Miranda acrescentou substancialmente às aquelas outras fontes catalogadas acerca dos trabalhadores urbanos de Alagoas e possivelmente ainda renderá uma gama considerável de estudos⁴³.

⁴³ Sobre esse tipo de documentação, ver: GOMES, Angela de Castro e SILVA, Fernando Teixeira da (org.). *A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

PARTE I

OS TRABALHADORES NO MUNDO DA POLÍTICA

1. A FRENTE POPULAR ALAGOANA E A ELEIÇÃO DE 1955

Enquanto cada representante popular individual representa apenas este ou aquele partido, esta ou aquela cidade, esta ou aquela cabeça de ponte ou meramente a necessidade de eleger um 750º qualquer, do qual não se examina detidamente nem a causa nem a pessoa, *ele* [o presidente] é o eleito da nação, e o ato de elegê-lo é o trunfo que o povo soberano joga uma vez em cada quatro anos⁴⁴.

Com a redemocratização de 1945, uma nova lei eleitoral e o aumento excepcional no número de pessoas aptas a votar, as eleições ganharam importância e foram crescendo ao longo dos quase 20 anos que separam as duas ditaduras brasileiras do século XX. O pleito de 1955 foi um dos mais concorridos desse intervalo democrático, muito em razão do ciclo anterior, iniciado com o retorno de Getúlio Vargas à presidência e encerrado com sua morte em agosto de 1954. O suicídio de Vargas, aliás, interferiu diretamente naquela eleição⁴⁵.

Alguns pesquisadores enxergaram nas campanhas eleitorais e nos pleitos aspectos essenciais que ajudam a entender melhor a conjuntura política brasileira do período. Neste trabalho, é uma forma – ainda que indireta – de inserirmos a classe trabalhadora alagoana nesse debate. Em alguns casos, é o único meio, devido ao limitado acervo documental em Alagoas acerca dos trabalhadores. Ainda que o caminho por esse viés seja mais longo, sua relevância não deve ser descartada tão apressadamente.

Francisco Weffort, por exemplo, considera a eleição um importante elemento para a análise do período entre os anos de 1945 e 1964. “Por menos que se queira, este meio formal e limitado foi decisivo como forma de expressão política das massas populares”⁴⁶. Portanto, não é de se estranhar que Douglas Tenório afirme ter o governo Muniz Falcão (1956-1961) “saído das entranhas das massas”⁴⁷. Diante disso, passo a analisar neste capítulo e no seguinte os três pleitos durante o “período Muniz Falcão” e suas consequências para os trabalhadores: a vitória em 1955 para governador, a disputa legislativa em 1958 e a sucessão governamental de 1960. O objetivo é observar a presença e atuação de comunistas, lideranças sindicais e trabalhadores no apogeu político de Muniz Falcão – visto que a todo o momento seus aliados creditavam sua vitória ao povo e à classe trabalhadora do estado –, concomitante

⁴⁴ MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2015, pp. 44-45. Grifo no original.

⁴⁵ D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O segundo governo Vargas: 1951-1954 – democracia, partidos e crise política*. São Paulo: Editora Ática, 1992, p. 44.

⁴⁶ WEFFORT, Francisco C. *O populismo na política brasileira*. 5º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 17.

⁴⁷ TENÓRIO, Douglas Apratto. *A tragédia do populismo – O impeachment de Muniz Falcão*. 2º ed. Maceió: EDUFAL, 2007, p. 13. É bem verdade, Tenório não estava interessado nas eleições, mesmo dedicando um capítulo inteiro ao tema.

ao jogo partidário e à formação de alianças. Independente desse apoio, Muniz Falcão foi o único dos quatro governadores do período a realizar uma gestão progressista no sentido de haver uma tentativa palpável de englobar toda a sociedade alagoana e não apenas as elites agrárias (canavieiras) e industriais (têxteis), como era de praxe. Recebeu e aceitou o apoio dos comunistas (único momento em que não houve perseguições arbitrárias aos militantes) e buscou atender algumas das aspirações da classe trabalhadora – mesmo de forma tímida e em várias ocasiões de maneira indireta.

Veremos ao longo desses dois capítulos que, apesar desses “feitos”, estava longe de ser um governo de centro-esquerda e tão “radical” quanto o vizinho Miguel Arraes, por exemplo, principalmente no campo, onde residia mais da metade da população alagoana. No máximo, pegou carona na proposta desenvolvimentista de seu tempo (governo Juscelino Kubitschek): o “progressismo” de Muniz Falcão se destacou mais em decorrência do conservadorismo de seus antecessores. Sua gestão buscou atualizar Alagoas aos novos tempos, pois qualquer tentativa de realmente provocar mudanças profundas em sua estrutura esbarraria em uma Assembleia Legislativa e uma elite dominante ultraconservadoras.

Além disso, por tal via de estudo, poderemos entender melhor a relação entre a política partidária dos trabalhistas, a esquerda representada pelos comunistas e os trabalhadores. Mormente durante a campanha de 1955, ficou clara a exclusão dos dois últimos pelos primeiros. Os trabalhistas tencionavam apoiar e defender os trabalhadores no parlamento, mas sem envolvê-los diretamente. Por seu turno, os comunistas se aliaram a tradicionais inimigos para participar do jogo político formal, da mesma forma que procederam em 1947⁴⁸. Contudo, antes de esmiuçar essas questões, examino o processo eleitoral.

Eleições e partidos

A forma como o brasileiro votava nos anos 1950 é o resultado direto da chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930. Durante o governo provisório, uma comissão formada por Vargas com a consultoria de juristas elaborou o Código Eleitoral de 1932. Dentre as mais diversas mudanças promovidas pelo Código, estava a criação da Justiça Eleitoral, o direito de voto para as mulheres e a uma fotografia do eleitor no título. Ademais, o alistamento podia ser

⁴⁸ Cf.: MOURA, Anderson Vieira. *Comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas (1951-1961)*. 2012. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012, em especial o primeiro capítulo.

feito por iniciativa própria (herança da Primeira República) ou *ex-officio*, sendo obrigação dos chefes a inscrição de seus subalternos⁴⁹.

A obrigação do voto era mais branda: o título era exigido “para trabalhar como funcionário público e provar identidade”. Essa medida, no entanto, restringia-se apenas para os homens com menos de 60 anos. Em consequência disso, o percentual de cadastramento foi baixo no começo dos anos 1930. Para evitar as fraudes, foram impostas duas medidas. A primeira refere-se ao envelope onde era depositada a cédula, que passava a ser padronizado (tamanho e cor) e numerado pelos mesários. A segunda tem relação com o local de votação, com a instalação de uma porta ou cortina restringindo o acesso, tornando-o privado, garantindo ao eleitor o depósito da célula de maneira individualizada⁵⁰.

Em Alagoas, os primórdios do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) datam de abril de 1932, quando se deu uma reunião do antigo Tribunal de Justiça para discutir e criar o Tribunal Regional da Justiça Eleitoral em Alagoas. Três meses depois instalou-se esse novo órgão do judiciário alagoano, com seus juízes, funcionários e regimento interno⁵¹. Com a abertura política de 1945, a Justiça Eleitoral também retornou e o alistamento cresceu exponencialmente em relação à década de 1930. A Lei Agamenon manteve o cadastramento como antes (iniciativa própria ou *ex-officio*), mas tornou a obrigatoriedade mais ampla. Agora as mulheres também eram obrigadas a se alistar e foram instituídas multas para aqueles que não comparecessem ao alistamento ou à votação. Pela modalidade *ex-officio*, interventores e sindicatos lideraram o número de recrutamento⁵².

Mais mudanças foram empregadas. O sistema tornara-se exclusivamente proporcional, acabando com o majoritário. Não eram mais permitidas as candidaturas avulsas (sem partido) e o eleitor votava em apenas um candidato. Entre as mais variadas modificações, o sistema proporcional favoreceu bastante a maior máquina eleitoral do período, o Partido Social Democrático (PSD): “Um partido (ou coligação) elegia tantas cadeiras quantas vezes ele atingisse o quociente eleitoral. As cadeiras que restassem eram preenchidas pelo partido mais votado no estado”⁵³. Havia uma série de outras razões para o

⁴⁹ NICOLAU, Jairo. *História do voto no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004, pp. 37-38.

⁵⁰ Ibid., pp. 38-39.

⁵¹ SÁ JÚNIOR, Heider Lisboa de. *A Justiça Eleitoral em Alagoas*. Maceió: Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, 2008.

⁵² NICOLAU, op. cit., p. 44.

⁵³ Ibid., ibidem.

sucesso eleitoral dos pessedistas, mas o partido não obteve uma hegemonia ampla em Alagoas durante todo o período, principalmente por ficar de fora dos dois últimos governos eleitos⁵⁴.

Igualmente de inspiração varguista como o PSD, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) se favoreceu em razão de um mesmo candidato poder concorrer em mais de um estado e para cargos diferentes. Getúlio Vargas, por exemplo, candidatou-se em 1945 a senador em dois estados e a deputado federal em outros sete e no Distrito Federal. Com uma votação excepcional em vários lugares, seus suplentes assumiram os cargos. Obviamente, essa brecha na legislação eleitoral não favoreceu o PTB em todo o país, ficando o partido mais restrito em alguns locais, sobretudo no Rio Grande do Sul e no Distrito Federal. Em Alagoas, o partido nunca se consolidou de fato.

A partir da década de 1950, o alistamento era feito apenas por iniciativa do cidadão, sendo extinto o cadastro *ex-officio*. Qualquer pessoa alfabetizada e maior de 18 anos era *obrigada* a comparecer ao cartório eleitoral. O pleito de 1955 foi o último em que se era possível votar em qualquer seção. Após isso, cada eleitor só poderia comparecer ao local designado no título. Este passou a conter um número e a seção à qual pertencia o portador. No local de votação existia uma lista com informações do votante e sua fotografia. Essa modificação aumentou a segurança eleitoral e buscava impossibilitar as fraudes ocorridas com títulos falsos ou o comparecimento a diversas seções em um mesmo pleito.

De 1932 até 1955, os envelopes eram padronizados, mas as cédulas podiam ser confeccionadas pelas agremiações, que as deixavam na cabine (a partir de 1956, as cédulas de votação passaram a ser confeccionadas pela Justiça Eleitoral). Dessa forma, aqueles pouquíssimos partidos com uma grande infraestrutura e poder econômico eram favorecidos – inicialmente PSD e União Democrática Nacional (UDN) e posteriormente o Partido Social Progressista (PSP), ao qual era filiado Muniz Falcão e por onde se elegeu governador –, pois possuíam meios de confeccionar um número exacerbado de cédulas e uma cadeia de distribuição que alcançava os mais longínquos rincões. Eis aí outro motivo para o domínio do PSD nas cidades do interior⁵⁵.

⁵⁴ De modo geral, o PSD não participou diretamente do Executivo alagoano em momento alguma. O primeiro governador eleito pertencia ao partido, mas terminou o mandato em outra agremiação. Em 1950, elegeram o vice-governador, completamente preterido pela gestão.

⁵⁵ NICOLAU, op. cit., pp. 52-53. Cabe registrar a proibição do voto para analfabetos, que em 1950 representava 48% da população adulta.

Outra mudança significativa foi no caráter das agremiações políticas: os partidos tornaram-se nacionais, eliminando-se os locais e regionais⁵⁶. “É preciso notar que esses partidos nacionais eram frouxas confederações de unidades estaduais e locais, tendo apenas uma vaga coerência política e organizacional”⁵⁷. A princípio, apenas seis partidos se estabeleceram em Alagoas: Partido Comunista do Brasil (PCB), Partido Republicano Democrático (PRD), Partido Republicano Progressista (PRP), além dos já citados PSD, PTB e UDN⁵⁸.

O PSD foi o primeiro a ser registrado em Alagoas. Como partido, surgiu dentro do Estado, da máquina administrativa do Estado Novo varguista “a nível federal, e nas interventorias, na esfera estadual, o que possibilitaria ao partido já nascer controlando uma sólida infraestrutura administrativa-clientelista”. Destarte, o PSD buscou romper com a centralização política da ditadura varguista, ampliando suas bases em todo Brasil por meio dos interventores do próprio regime. Com a eminente abertura política, o partido ganhou ares nacionais, com ramificações por todo o país. Ao mesmo tempo, não deixa de se desvincular totalmente do poder central, em razão da conexão das interventorias com o ditador⁵⁹. Em vista disso, o PSD em Alagoas foi formado pelo ex-interventor Ismar de Góes Monteiro (presidente do partido), juntamente com seus dois irmãos, Silvestre Péricles (o primeiro governador eleito pós-Estado Novo) e Edgar de Góes Monteiro⁶⁰, além de pessoas-chave em importantes órgãos da administração estadual, como Ari Boto Pitombo (ex-diretor do Instituto da Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, o IPASE), o ex-prefeito de Maceió Antônio Mafra e o padre Medeiros Neto (diretor do Departamento de Educação durante boa parte da gestão de Ismar). Sendo o partido da situação, teve um grande poder de inserção pelo interior, criando diretórios municipais em nada menos que 33 cidades, alcançando praticamente todas as zonas eleitorais alagoanas⁶¹. Esse era o cenário da política partidária em Alagoas: os partidos que estão no poder cresciam e os demais minguavam, independente de seu poderio em nível nacional.

⁵⁶ Decreto Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945 (o mesmo que reestabeleceu a Justiça Eleitoral).

⁵⁷ ERICKSON, Kenneth Paul. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p. 16.

⁵⁸ SÁ JÚNIOR, op. cit., p. 63. As informações dos próximos três parágrafos são dessa mesma obra, pp. 63-66. Já as notas sobre as pessoas citadas são do ABC das Alagoas: <http://www.abcdasalagoas.com.br/>.

⁵⁹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1989, p. 28.

⁶⁰ Seu período como interventor foi curtíssimo, pouco mais de um mês nos fins de 1945.

⁶¹ Para se ter uma ideia, entre os seis partidos criados, apenas PSD e UDN constituíram diretórios municipais. Os udenistas fizeram-no em apenas seis cidades.

A UDN foi o segundo partido alagoano pós-Estado Novo. Os udenistas locais diferenciavam-se dos pessedistas em poucos detalhes: alguns já faziam parte do mundo da política antes da ditadura varguista (deputados e prefeitos), a maioria era ligada de alguma forma à monocultura da cana-de-açúcar e às usinas, fazendo parte do grupo que dominava não só a economia alagoana, mas também a política, e alguns outros eram profissionais liberais. Ter suas origens no mundo rural não os impediam de cursar o ensino superior em Maceió, Recife ou no Rio de Janeiro, dando uma roupagem moderna, liberal e urbana ao partido defensor do *status quo* canavieiro⁶². Alguns nomes são bem conhecidos e ainda ecoam no estado, como os dos canavieiros Rui Palmeira, Mário Gomes de Barros e Eustáquio Gomes, dos médicos Lourival de Melo Mota e Ezequias da Rocha, dos advogados Alfredo de Barros e Freitas Cavalcanti, do professor Anfilóbio Melo (Jayme de Altavilla) e do jornalista Arnon Affonso de Farias Mello.

Quanto às duas agremiações mais estritamente ligadas ao mundo do trabalho, cabe analisar as primeiras experiências do PTB e do PCB. O primeiro teve um início discretíssimo, se comparado com a sua badalada criação no Rio de Janeiro. “Seu diretório, por incrível que pareça, estava constituído por um único cidadão, o sr. Bertulino Alves Feitosa” – porém, na primeira eleição estadual (1947, quando ocorreu o primeiro grande rearranjo partidário), elegeu quatro deputados (entre eles, o ex-pessedista Ari Pitombo). Três dias antes, o único partido nacional de fato e não surgido nessa conjuntura voltava ao cenário: cinco militantes registraram o PCB alagoano⁶³. Ainda assim, em 1945 conseguiram um número considerável de votos para Iedo Fiúza (candidato a presidente), Luis Carlos Prestes (Senado) e para a Constituinte⁶⁴. Os comunistas alagoanos também se mostravam uma exceção no estado. Seus militantes eram fieis ao partido, que possuía alguma consistência teórica e programática, algo praticamente inexistente nas outras agremiações. Publicaram críticas e autocríticas contundentes independente da conjuntura e das diretrizes nacionais – diretrizes essas que muitas vezes deixavam os militantes em dificuldades em sua relação com a base⁶⁵. Em 1947, durante as eleições estaduais, o PCB apoiou Rui Palmeira, candidato udenista ao governo do

⁶² TENÓRIO, op. cit., p. 27.

⁶³ Os primórdios do partido em Alagoas remetem a meados da década de 1920. Cf.: MOURA, *Comunistas e trabalhadores...*, op. cit., p. 82.

⁶⁴ Fiúza obteve 8% de votos em Alagoas, Prestes e José Francisco de Oliveira (Senado), juntos, somaram mais de 10 mil votos e na votação por legenda, o PCB perdeu para o PTB por uma diferença de 67 votos. MOURA, *Comunistas e trabalhadores...*, op. cit., p. 48.

⁶⁵ SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa. Os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade, 1937-1968*. São Paulo: Hucitec; Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995, p. 109.

estado, uma coligação feita em outras partes do Brasil – Luis Carlos Prestes desembarcou em Alagoas para referendar a inusitada união. Naquele momento, os comunistas combatiam o continuísmo dos Góis Monteiro, antigos inimigos dos tempos de ditadura varguista⁶⁶ e ainda aliados em torno do PSD. Nessa mesma eleição, o PCB elegeu três deputados estaduais⁶⁷. Dez anos depois, os comunistas faziam campanha para o candidato de Muniz ao Senado: Silvestre Péricles de Góis Monteiro, o mesmo que eles combateram junto a UDN. Mesmo apoiando Silvestre, o PCB não se furtou de criticá-lo em seu jornal.

Em resumo, temos um imenso quebra-cabeça partidário instalado em Alagoas, pela completa falta de lealdade dos filiados e da ausência de um perfil ideológico definido das agremiações⁶⁸. No entanto, para Maria Victória Benevides, não tem

(...) sentido estudar partidos políticos partindo de sua negação. O que interessa não é seguir critérios formais para dizer o que os partidos não são (não são de classe, não são nacionais, não têm ideologia), mas, sim, o que são, isto é, expressões legítimas de determinadas forças sociais, atuando no legislativo ou na sociedade como um todo, na medida em que ofereciam uma certa imagem que permitia identificar correntes de opinião e interesse, recuperando-se, assim, seu sentido político e sua unidade sociológica⁶⁹.

Por exemplo, adjetivar a UDN como um partido de bases açucareiras é comprovadamente plausível, mas pode dar a impressão que o PSD possuía um perfil diferente disso ou antagônico: entre os pessedistas, igualmente havia muitos usineiros e empresários, e ambos estavam no legislativo unicamente para defender as elites agrárias e industriais. Não por menos, Tenório caracteriza o PSD como “híbrido” e, seguindo a argumentação de Miguel Bodea⁷⁰, une pessedistas e udenistas no mesmo perfil ideológico: liberal-conservador⁷¹. As raízes são as mesmas.

O maior problema, no entanto, é a volatilidade dos membros. Eleito governador pelo PSD, Silvestre Péricles logo saiu do partido fundado pelo irmão e outros pessedistas

⁶⁶ MOURA, *Comunistas e trabalhadores...*, op. cit., p. 41.

⁶⁷ Cf.: MOURA, Anderson Vieira. “O partido da classe operária: a campanha eleitoral comunista em Alagoas (1947)”. *Revista Piauiense de História Social e do Trabalho*, Ano II, n. 3. Parnaíba: UFPI, 2016, p. 25-34.

⁶⁸ Exceto pelo PCB (apesar de suas próprias particularidades). Cf.: MOURA, *Comunistas e trabalhadores...*, op. cit., pp. 90-104). Obviamente, a afirmação acima não é uma exclusividade alagoana.

⁶⁹ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubitschek – Desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, pp. 61-62.

⁷⁰ BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992, p. 26. É bem verdade, Bodea estava falando exatamente do Partido Liberal (PL) e da UDN (inclusive ambos uniram-se em 1960, como veremos). Segue a citação exata: “(...) ao contrário dos partidos liberal-conservadores PL e UDN e do próprio PSD (...)”.

⁷¹ TENÓRIO, op. cit., p. 115.

debandaram ou para o Partido Social Trabalhista (PST), liderado por Péricles, como foi o caso de Abraão Fidélis de Moura⁷², ou para o PTB, como fez Ari Pitombo. Os trabalhistas circularam por PSP, PST e PTB, com raros casos de fidelidade mínima. Durante seu mandato, Muniz Falcão deparou-se com dois deputados oposicionistas (entre três eleitos) de seu próprio partido, o PSP – aliás, não havia bancadas sólidas, com deputados de todos os partidos de ambos os lados, como udenistas e pessedistas na situação e petebistas na oposição⁷³.

Esse mosaico caótico, além de causar confusão até mesmo àqueles familiarizados com os nomes citados e a política alagoana, embaralha a narrativa acerca das composições das chapas, com idas e vindas e afirmações públicas dos envolvidos aparentemente sem muito sentido em vários momentos. Um desafio hercúleo para o pesquisador e o leitor.

1.1 A FORMAÇÃO DA FRENTE

O dia 3 de outubro de 1955 caiu em uma segunda-feira e, assim, decretou-se feriado nacional⁷⁴. O país escolhia seu novo presidente e vice e, em vários estados, os governadores. Após um concorrido, porém tranquilo dia de votação, começava a apuração. Pelo menos em Maceió, desde o início, o candidato do PSP ao governo, Sebastião Marinho Muniz Falcão, liderava a disputa. Já no segundo dia de contagem na capital, Falcão possuía uma diferença de 3.837 votos em relação ao adversário da UDN, Afrânio Lages. A maior discrepância foi verificada na nova zona eleitoral da capital, a 3ª Zona⁷⁵, onde Muniz obteve cerca de 75% dos votos. Nas três zonas eleitorais de Maceió, Muniz ganhou em todas⁷⁶. No final das contas, a diferença final na capital foi de 7.425 votos para o candidato da oposição⁷⁷.

⁷² Futuro candidato ao governo apoiado por Muniz, Fidélis fora vereador em sua cidade natal pelo PSD, antes de eleger-se deputado estadual por PST e PTB, respectivamente.

⁷³ TENÓRIO, op. cit., p. 256.

⁷⁴ “O Delegado Regional do Trabalho torna público que, sendo o próximo dia 3 de outubro, segunda-feira, feriado em todo território nacional, nos termos da Lei nº 2550, de 27/7/1955, é proibido o trabalho em todo o estado (...)”. IHGAL, FERIADO O DIA 3 de outubro. *Jornal de Alagoas*. Maceió, 1 out. 1955, p. 6. Ao contrário do que afirma Douglas Tenório em várias passagens de seu livro, as eleições foram em 1955 e não em 1956.

⁷⁵ SA JÚNIOR, op. cit., p. 90. A 3ª Zona foi criada em 14 novembro de 1954, logo após o pleito daquele ano. A indicação geográfica dessa zona está exposta mais adiante.

⁷⁶ Entre os vices a diferença era, até então, de 3.339 votos em favor dos trabalhistas. IHGAL, OS RESULTADOS DAS apurações ontem realizadas em Maceió. *Jornal de Alagoas*. Maceió, 6 out. 1955, p. 6.

⁷⁷ IHGAL, OS VENCEDORES DA capital. *Jornal de Alagoas*. Maceió, 9 out. 1955, p. 6. O subtítulo da matéria era o seguinte: “O maceioense deu a João Goulart a maior votação”. Porém, o candidato a governador teve 14.088 votos, enquanto Jango obteve 12.782 votos. Ou seja, o maceioense deu, na verdade, a maior votação a Muniz Falcão.

O eleitorado da capital era o maior, mas a população de Maceió ainda estava bem aquém em comparação com todo o estado. A partir do final da década de 1920, iniciou-se grande processo migratório do interior para a capital, intensificado na década de 1950⁷⁸, e o quadro demográfico de Maceió cresceu em demasia, ainda que em 1960 representasse apenas 13,4% da população total de Alagoas.

Tabela 1: número de habitantes de Alagoas e de Maceió.

Ano do Censo	População de Alagoas	População de Maceió	Aumento do número de habitantes na capital
1940	951.300	90.253	—
1950	1.093.137	120.980	30.727
1960	1.271.062	168.055	47.075

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1940, 1950 e 1960.

Entre as décadas de 1950 e 1960, a população de Maceió cresceu cerca de 40% – porcentagem média da região⁷⁹ –, enquanto, no mesmo período, a população do estado aumentou em torno de 16%, a mesma proporção do crescimento do total de votos válidos entre as eleições de 1955 e 1960. Em termos de incremento populacional, Alagoas foi o estado com o menor acréscimo demográfico no Nordeste: no geral, a região teve um aumento de 25% de sua população na década de 1950. A tabela a seguir tem os números de todos os nove estados nordestinos em ordem decrescente.

⁷⁸ MEDEIROS, Fernando. *Montando o cenário: o quadro de redefinição/modernização social e econômica (Alagoas nas décadas de 1950-1960)*, 2011 (mimeo), p. 13.

⁷⁹ Apenas para efeitos comparativos: Recife, a maior capital do Nordeste até então, registrou um aumento de 52%; Aracaju, a menor, ficou na casa dos 47%; João Pessoa, uma cidade de um porte aproximado ao de Maceió, teve um aumento de 30% de sua população ao longo da década de 1950.

Tabela 2: aumento percentual da população nordestina durante a década de 1950.

Estado	Estimativa do aumento populacional
Maranhão	57%
Ceará	24%
Bahia	24%
Pernambuco	22%
Piauí	21%
Rio Grande do Norte	20%
Paraíba	18%
Sergipe	18%
Alagoas	16%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1950 e 1960.

Para fins eleitorais, é interessante vermos os números demográficos em relação ao mundo urbano e o mundo rural. O IBGE fazia a seguinte distinção entre esses dois mundos: “Considerou-se *População urbana* a recenseada nas cidades e vilas (quadros urbanos e suburbanos); a *População rural* constituiu-se da recenseada fora dos limites das cidades e vilas”⁸⁰. Em números absolutos, havia 835.011 moradores nas áreas rurais do estado, contra 421.148 habitantes das zonas urbanas⁸¹. Isso demonstra o número baixo do eleitorado alagoano em relação a sua população: tendo como base o total de votos válidos em 1960, ele representa apenas 29,5% da população urbana, justificando, assim, a pesada campanha de alistamento feita tanto por comunistas quanto por trabalhistas – e o fato de o grosso da população rural ser analfabeta (e não votar), “explicaria” a completa ausência do campesinato nas campanhas eleitorais, nas falas das lideranças, nas matérias jornalísticas e, principalmente, nas fontes, mesmo sendo a imensa maioria da população⁸². Devido a isso, o eleitorado maceioense fez a diferença, ainda que não fosse um número muito expressivo no total⁸³.

⁸⁰ IBGE, Censo Demográfico de 1960 – Alagoas e Sergipe. VII Recenseamento Geral do Brasil: volume I, tomo VII (série regional), p. XI. Grifos no original.

⁸¹ IBGE, Censo Demográfico de 1960 – Alagoas e Sergipe. VII Recenseamento Geral do Brasil: volume I, tomo VII (série regional), p. 2.

⁸² Exceto pelo PCB, nenhum outro partido fez qualquer referência aos trabalhadores do campo ou à situação fundiária de Alagoas. O líder comunista Rubens Colaço lembrou em suas memórias de algumas poucas tentativas de Francisco Julião de instalar Ligas Camponesas em Alagoas, todas frustradas. Por outro lado, os comunistas fundaram sindicatos rurais no interior alagoano com certa intensidade, sobretudo após 1960, processo esse interrompido apenas pelo golpe civil-militar de 1964 (MAJELLA, Geraldo de. *Rubens Colaço: paixão e vida – A trajetória de um líder sindical*. Recife: Edições Bagaço, 2010, p. 80). Ao menos uma fonte

O resultado poderia causar confusão a quem teve acesso à pesquisa encomendada ao Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) pelo *Diário da Noite*, realizada em Maceió, provavelmente entre janeiro e fevereiro ou agosto de 1954 (não há indicação nesse sentido). Isso porque Muniz Falcão não aparece entre os 15 nomes na listagem sobre quem seria o próximo governador de Alagoas⁸⁴. É bem verdade que, tecnicamente falando, a pesquisa abria uma grande margem ao entrevistado, ainda que não esteja disponível a metodologia utilizada. Contudo, conferi outra pesquisa do mesmo teor, realizada em agosto de 1954 em São Paulo, em que uma das perguntas era: “Dentre os seguintes nomes, em quem o Sr.(a) pretende votar para Governo do Estado?” Entre os cinco nomes estabelecidos (Hugo Borghi, Adhemar de Barros, Prestes Maia, Jânio Quadros e Toledo Piza), havia as seguintes opções: “Nenhum”, “Não Opina”, “Não pret. Votar” e “Algum outro?”⁸⁵ Com efeito, na pesquisa encomendada pelo *Diário da Noite* havia a opção do entrevistado citar algum nome diferente entre aqueles pré-determinados – levando-se em conta a existência de tais nomes.

Destarte, há entre os citados, por exemplo, os nomes de Arnon de Mello (na condição de então governador, não poderia concorrer à reeleição) e do comunista André Papini – naquele momento, certamente nem se encontrava mais em Alagoas, após dura repressão ao PCB durante os governos Dutra (1945-1951) e Silvestre Péricles (1947-1951). Por outro lado, ser citado significava ter alguma popularidade entre os eleitores maceioenses. Nesse sentido, liderava a pesquisa os políticos udenistas: o senador Freitas Cavalcanti, com 12%, seguido de Arnon de Mello (11%) e do senador Rui Palmeira (9%); ou seja, os nomes em alta na política alagoana naquele momento. Curiosamente, o deputado federal Muniz

corroborar o depoimento de Colaço (e mesmo este não se demora muito no tema, apenas fazendo referências espaciais). Em uma das fichas da Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica (DOPSE), conhecemos a professora Benigna Silva Fortes, natural de São Miguel dos Campos e residente em uma localidade da cidade de Pilar. Segundo o levantamento da DOPSE, Benigna estudava Direito, era vereadora da cidade e atuou na “fundação do Sindicato Rural do município de Pilar, onde existe foco de agitação comunista” (APA, DOPSE. Ficha nº 13, Pasta 15, p. 1). Por sua vez, o estudante Berto Farias França fazia “parte do sindicato dos camponeses. (...) Desenvolve vasta atividade subversiva no meio dos trabalhadores rurais” (APA, DOPSE. Ficha nº 01, Pasta 15, p. 2. O local onde está escrito seu nome está ilegível, aparecendo apenas claramente “Berto Farias França”). Das 75 fichas da DOPSE consultadas, apenas uma faz referência a um trabalhador rural: o agricultor José Firmino Gomes, apontado como integrante da célula comunista “Moreira Lima”, em Mata Grande, no sertão de Alagoas (APA, DOPSE. Ficha sem numeração, Pasta 16, p. 40). Por fim, não podemos esquecer também da força (e da violência) do coronelismo no interior alagoano, ainda muito presente nas décadas de 1950 e 1960.

⁸³ Não possuo os números disponíveis para essas duas décadas e sim para o alistamento feito em dezembro de 1945: o eleitorado de Maceió representava 18,8% do total.

⁸⁴ Se os meses estiverem corretos, Muniz nesse momento era deputado federal e seria reeleito em outubro com uma expressiva vitória, sendo o mais votado daquele pleito (1954).

⁸⁵ AEL, IBOPE. Pesquisas Especiais 021/05 (vol. 4) MR260.

Falcão aparece na lista dos candidatos à Presidência da República, com 2%. Para visualizarmos melhor, segue a listagem:

Tabela 3: pesquisa do IBOPE acerca dos candidatos à presidência em Alagoas.

Candidato	Total	Homens⁸⁶	Mulheres	Classe A⁸⁷	Classe B	Classe C
Eduardo Gomes	30%	19%	53%	43%	32%	26%
Adhemar de Barros	29%	30%	26%	—	24%	39%
Juarez Távora	18%	23%	9%	29%	19%	15%
Eurico Dutra	7%	9%	3%	—	14%	4%
Getúlio Vargas	4%	8%	—	—	3%	6%
Juscelino Kubitschek	2%	3%	—	14%	—	—
José Américo	2%	3%	—	7%	—	2%
Muniz Falcão	2%	—	6%	—	3%	2%
Góis Monteiro	1%	—	3%	—	3%	—
Luis C. Prestes	1%	1%	—	—	—	2%
Hugo Borghi	1%	1%	—	—	—	2%
Canrobert	1%	1%	—	7%	—	—
Nenhum	1%	—	—	—	—	2%
Não Opinaram	1%	—	—	—	2%	—

Fonte: AEL, IPOBE. Pesquisas Especiais 016/32 (vol. 3) MR259.

Os comunistas citados (André Panini para governador e Luis Carlos Prestes para presidente) tiveram a mesmíssima pontuação: 1% dos entrevistados, sendo todos homens da camada mais pobre da cidade; vários deles provavelmente operários. Muniz Falcão não foi citado por homens, apenas por mulheres das classes B e C; não era bem visto pela elite maceioense, da mesma forma que Getúlio Vargas (esquecido pelas mulheres).

Afora esse levantamento, não podemos esquecer que, na primeira metade da década de 1950, Alagoas era um dos três únicos estados do país administrado pela UDN. E o governador Arnon de Mello estava confiante na vitória de seus candidatos: “O voto que libertou Alagoas em 50 não irá escravizá-la agora”. Na sua avaliação, a vitória em 1950 foi a

⁸⁶ É o único campo cujo total não bate os 100%.

⁸⁷ De acordo com a citada pesquisa realizada em São Paulo em agosto de 1954 (MR260_0003), o IBOPE dividia a sociedade em classe rica (A), classe média (B) e classe pobre (C).

maneira encontrada pelo povo de condenar a gestão anterior “pelos seus desatinos”⁸⁸. Por conseguinte, esse mesmo povo não iria condená-lo “pelo bom senso com que tenho me conduzido à frente do estado”⁸⁹.

No entanto, o povo o “condenou”. Afinal, muito do que Arnon de Mello alardeou durante sua gestão não era mais novidade. Durante todo período democrático, a grande imprensa alagoana possuía o mesmíssimo discurso quando ligada à situação: no governo anterior a violência reinou e os crimes continuaram impunes. Ao ler o jornal de Mello durante sua gestão, sabemos que seu governo foi de paz e o de Silvestre (anterior) ficou marcado pela violência. Ao ler o jornal de Muniz durante a sua gestão, sabemos que no seu governo reinou a paz e no de Mello, a violência e impunidade. No final das contas, a violência, os assassinatos e a impunidade são as únicas constantes na vida dos alagoanos nos vinte anos de democracia restrita, conforme a figura abaixo⁹⁰:



HOMICÍDIOS REGISTRADOS NO ESTADO, NO PERÍODO DE 1947-1952	
1947.....	136
1948.....	105
1949.....	145
1950.....	120
1951.....	165
1952.....	165

Figura 1: número de homicídios em Alagoas. Fonte: APA, *Diário de Alagoas*. Maceió, 9 set. 1953, p. 5.

Volto às eleições de 1955: Juscelino Kubitscheck e João Goulart derrotaram Juarez Távora e Milton Campos. O mesmo fez a dupla Muniz Falcão e Sizenando Nabuco

⁸⁸ Esses “desatinos” teriam sido cometidos por Silvestre Péricles de Góis Monteiro, governador eleito em 1947 e espécie de padrinho político de Muniz Falcão. Cf.: TENÓRIO, op. cit. e LIMA, Mario de Carvalho. *Sururu apimentado – Apontamentos para a história política de Alagoas*. 2º ed. Maceió: Editora da Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2008.

⁸⁹ IHGAL, O GOVERNADOR ARNON de Mello. *Jornal de Alagoas*. Maceió, 4 out. 1955, p. 6

⁹⁰ Obviamente, a fonte deve ser questionada, principalmente por não apresentar a origem dos números. O intuito do jornal ligado a Muniz Falcão era mostrar o aumento de homicídios na gestão Arnon de Mello. Por outro lado, demonstra igualmente o alto índice de assassinatos no governo anterior, de Silvestre Péricles, principal aliado de Muniz.

com Afrânio Lages e Antonio Mafra naquele sufrágio. Os trabalhistas⁹¹ também fizeram o prefeito de Maceió, com uma vitória expressiva de Abelardo Pontes Lima. O que aconteceu para tamanha derrota? Arnon de Mello era o governador, tinha dois (dos três) grandes jornais alagoanos ao seu lado – era dono da *Gazeta de Alagoas*, e o *Jornal de Alagoas*, dos *Diários Associados*, apoiava seus candidatos – e havia derrotado a oposição no ano anterior, nas eleições legislativas: a UDN elegera dois senadores (para duas vagas), cinco deputados federais (nove vagas) e 16 deputados estaduais (35 vagas)⁹². Se os números são surpreendentes isoladamente, havia mais um elemento expressivo nessa vitória: em 1954, a oposição unira-se em um único bloco, uma coligação formada por seis partidos: Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Republicano (PR), além de PSP, PTB e o governista PSD.

Naquele pleito de 1954, a UDN de Mello coligou-se apenas com o PTN, e elegeu deputados federais (todos da UDN) entre os cinco mais votados. Mas o campeão das urnas de 1954 não era udenista: Muniz Falcão obteve 13.115 votos – alcançando uma diferença de 4.502 votos em relação ao segundo colocado, José Afonso Casado de Mello, primo de Arnon⁹³. Não apenas isso: na eleição anterior, quando se elegeu deputado federal pela primeira vez, pelo PST de Silvestre Péricles, Muniz foi apenas o oitavo entre os nove eleitos (dentro do próprio partido, com quatro deputados eleitos, Muniz ganhou apenas de Mendonça Braga). Em quatro anos, o número de votos obtidos pelo futuro governador cresceu 236%. Essa expressiva vitória fez de Muniz um líder quase incontestável do bloco oposicionista e abriu-lhe caminho para o Palácio Floriano Peixoto⁹⁴.

Ex-delegado do Trabalho, o pernambucano Sebastião Marinho Muniz Falcão chegou a Alagoas quando Ismar de Góis Monteiro fora interventor estadonovista no começo

⁹¹ A designação “trabalhista” será utilizada nesse trabalho para referir-se genericamente aos políticos ligados a PTB, PST e PSP, que de alguma forma gravitavam na órbita do trabalhismo, mesmo que não o invocando diretamente. Aquele trabalhismo do PTB amplamente estudado, sobretudo por pesquisadores do Rio de Janeiro, não possui muito espaço em Alagoas no período pelo simples fato de o PTB nunca ter decolado eleitoralmente (o mesmo aconteceu em São Paulo, por exemplo), sempre levado a reboque por outras legendas, como PSD e PSP. Ainda que o partido tenha dominado os organismos estatais ligados aos trabalhadores, nunca conseguiu uma grande inserção em sindicatos ou no seio do operariado. A doutrina trabalhista simplesmente não vingou. Os maiores êxitos eleitorais do PTB alagoano foram junto com Muniz Falcão: a vice-governança com Sizenando Nabuco e a prefeitura de Maceió entre 1953 e 1961. Por outro lado, o Partido Trabalhista Nacional (PTN), apesar do nome (“muito mais nacional que trabalhista”. TENÓRIO, op. cit., p. 121), ficará de fora da análise, pois sempre foi levado a reboque pela UDN e não interfere em minha narrativa.

⁹² O PTN, coligado com a UDN, elegeu cinco deputados.

⁹³ TENÓRIO, op. cit., pp. 163-164.

⁹⁴ Caberia um estudo mais aprofundado para explicar o que levou Muniz Falcão a ascender tão rapidamente na vida eleitoral alagoana.

dos anos 1940. Após idas e vindas, Muniz retornou ao estado, desta vez pelas mãos do irmão de Ismar, Silvestre Péricles, primeiro governador eleito após o fim da ditadura varguista. Muito certamente por causa de espaço e por possuir uma relação no mínimo conturbada com o ex-interventor⁹⁵, Muniz não ingressou no PSD de Ismar e sim no PTB – os dois partidos criados sob a influência direta de Getúlio Vargas⁹⁶ –, posteriormente optando pelo PST de Silvestre Péricles⁹⁷. Mais adiante veremos que desde o início das conversas acerca do candidato da oposição, Ismar vinha preterindo o nome de Muniz.

Pretendo analisar nesse primeiro capítulo a formação da chamada Frente Popular Alagoana para a eleição de 1955 e seus possíveis desdobramentos sociopolíticos, além do entrelaçamento partidário, para verificarmos se houve de fato uma “aliança PSP-PSD-PTB”, como afirma Tenório⁹⁸. De mais a mais, veremos como foi a votação da classe trabalhadora em algumas seções eleitorais para entendermos suas escolhas naquele momento.

1.2 O “AVENTUREIRISMO” DA OPOSIÇÃO

É bem sabido que para as eleições presidenciais a composição partidária foi a seguinte: Juscelino Kubitschek e João Goulart formaram a chapa PSD-PTB, em uma aliança considerada desde o início como imbatível nas urnas, fortalecendo-se ainda mais com o legado de Getúlio Vargas (e igualmente fortalecendo esse mesmo legado); general Juarez Távora, líder militar antigetulista reunindo o PDC, o PSB e o Partido Libertador (PL), além de um grupo dissidente do PSD que não concordava com o suposto esquerdismo de Kubitschek; Adhemar de Barros pelo PSP; por fim, Plínio Salgado saiu pelo PRP⁹⁹.

⁹⁵ Não encontrei provas concretas que atestem algum problema de relacionamento entre os dois. Entretanto, se Muniz chegou a Alagoas graças a Ismar e ficou no cargo de delegado do Trabalho durante todo seu mandato como interventor, as fontes levam a entender que desde os anos finais da década de 1940 a relação entre os dois andava estremecida. O jornal governista *A Notícia* dava muito destaque a Ari Pitombo e pouquíssimo espaço ao então delegado do Trabalho; como veremos adiante, Ismar terminou o pleito de 1955 apoiando “indiretamente” Arnon de Mello, a quem fizera pesadas críticas durante toda primeira metade dos anos 1950; talvez a aliança entre Muniz e Silvestre, que rompeu com o PSD de Ismar ainda durante seu mandato de governador, seja um indicativo.

⁹⁶ Para Gomes e D’Araújo, o PSD era um partido “eminentemente conservador” e sua missão era garantir uma transição para a democracia controlada e sem grandes mudanças no caminho político que o Brasil seguia. Já o PTB “estava encarregado de veicular a proposta trabalhista de Vargas em termos partidários” (GOMES, Angela de Castro e D’ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 9).

⁹⁷ Falcão foi eleito deputado federal em 1950 pelo PST, mas já em 1954 reelegeu-se pelo PSP, partido em que permaneceu até a sua morte, em 1966, sempre como principal liderança.

⁹⁸ TENÓRIO, op. cit., p. 119.

⁹⁹ FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 217.

Em Alagoas, as coisas foram um pouco diferentes. Primeiro que, no entender dos oposicionistas, a coligação de 1954 foi vitoriosa. Ou seja, a coligação PSD-PTB seria repetida em nível local, mas sem o seu protagonismo nacional e com decisivo e amplo apoio de outros partidos, como o PSP. Se houve sucesso, seria natural repeti-lo no ano seguinte. Também parecia natural para alguns a escolha de Muniz Falcão como candidato a governador, o que já inviabilizaria a chapa PSD-PTB. Em suma, não foi tão simples.

Os dois maiores partidos trabalhistas da oposição alagoana – PTB e PSP – começaram a se movimentar a partir de março de 1955. Ambos estavam com a cabeça no passado e tencionavam repetir a vitoriosa coligação nacional de 1950: Getúlio Vargas (PTB) e Café Filho (PSP) para presidente e vice, respectivamente, algo bem distinto da composição coqueluche daquele período (PSD e PTB). Muito embora, é bem verdade, pensar no passado “longínquo” (1950) e ignorar o recente (1954) era justificável: o PSD não apenas apoiou a candidatura de Arnon de Mello (UDN) em 1950, como forneceu o vice de sua chapa, o professor Guedes de Miranda. O PSD apenas debandou para oposição em 1954 por ter sido preterido da gestão governamental por praticamente todo o mandato de Mello. E mesmo assim, não de forma homogênea: os setores mais conservadores do partido não via com bons olhos essa aproximação com Muniz Falcão. Já com o PTB não havia maiores empecilhos, visto que a principal liderança petebista, Ari Pitombo, iniciou na vida política no PSD e na vida pública com ampla colaboração de Ismar.

Segundo o *Jornal de Alagoas*, Muniz Falcão anunciaria em breve o lançamento de sua candidatura. Com essa informação circulando pelas ruas, o periódico procurou Jorge Assunção, jornalista membro do Diretório Regional do PTB, 1º suplente de deputado estadual e um dos aliados mais entusiasmados de Muniz Falcão: “A sua candidatura ao Governo de Alagoas nasceu da patriótica imposição do nosso povo, à qual não pode fugir, manifestada magnificamente através da verdadeira consagração que obteve nas urnas” no pleito de 1954. Além dele, outros membros do partido estavam empenhados e comprometidos com o nome de Muniz e não restavam dúvidas de que o PTB aceitaria formar uma chapa com o deputado do PSP, considerado por Assunção um “grande parlamentar contrerrâneo, *cujas sadias ligações com os nossos trabalhadores* são uma garantia de que o seu Governo tornará possível, em nosso Estado, *a paz social por que lutamos nós trabalhistas*”¹⁰⁰. Assunção mostrava-se em

¹⁰⁰ IHGAL, O SR. JORGE Assunção confirma: em marcha a candidatura do deputado Muniz Falcão. *Jornal de Alagoas*. Maceió, 25 mar. 1955, p. 6. Grifos meus.

sintonia com as diretrizes petebistas, defensores ferrenhos de uma paz social e da harmonia entre capital e trabalho no país, com os trabalhadores sempre lembrados nos discursos.

Mesmo antes de serem definidas as coligações, a classe trabalhadora já estava em disputa pelos futuros candidatos. Em 1955, essa luta pelo voto operário já não era mais uma novidade. Para John French, após vários anos de ditadura e sem eleições em todo país, 1945 trouxe uma conjuntura nova nesse aspecto: políticos ligados às elites oligárquicas, que dominaram o cenário político pré-1930, viram-se em uma situação completamente atípica, com a explosão de eleitores nos centros urbanos, em especial os trabalhadores: se antes eram proibidos de participar do jogo eleitoral, agora formavam um bloco a ser considerado. Como se não bastasse, homens simples do povo não apenas podiam escolher seus representantes, mas também podiam ser escolhidos¹⁰¹. Nessa nova conjuntura, Getúlio Vargas foi o primeiro a perceber o peso eleitoral dos trabalhadores e apoiou-se neles para “manter-se” no poder e alavancar seu partido recém-criado, o PTB. Vargas não foi buscar “no povo trabalhador” o sustentáculo de sua vida política apenas por questões ideológicas ou demagógicas. No final do Estado Novo, com a abertura política e a criação de novos partidos, ele se viu “diante de inimigos espalhafatosos e de amigos duvidosos”, principalmente com a formação de um partido tão forte como o PSD¹⁰².

O PCB teve importância significativa nesse movimento. Nas primeiras eleições pós-Estado Novo, operários foram eleitos deputados federais, estaduais e vereadores nas hostes do partido. Foi um momento único na história da classe trabalhadora brasileira: simples operários dentro do parlamento, lado a lado com as elites, eternas dominantes do espaço político-eleitoral do país. “A elite não só parecia pouco apta a aceitar um partido comunista, mas também a se ver às voltas, tão próxima e em tal grau de igualdade, com membros das classes subalternas”¹⁰³.

O enorme entusiasmo de Jorge Assunção não era gratuito. O que os petebistas iriam reivindicar para compor a coligação? Assunção não podia falar em nome do partido, estava apenas emitindo sua opinião: “ao PTB caberá indicar ao candidato a vice-governador e

¹⁰¹ FRENCH, John D. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classes em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo: Hucitec / São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995, p. 96.

¹⁰² Ibid., p. 101.

¹⁰³ SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos – Comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001, p. 49.

ter assegurada a sua participação no futuro governo”¹⁰⁴. O repórter faz sua última e pertinente pergunta: existia a possibilidade de um racha na oposição? O petebista estava convencido do contrário. “Se o povo aclama Muniz Falcão, se a opinião pública está ao lado do bravo companheiro, nada mais justo do que cerrar fileiras em torno do seu nome, porque falam mais alto os interesses de Alagoas”. Na sua avaliação, naquele momento não havia espaço para individualismos e rixas pessoais e a vitória era dada como certa.

O *Jornal de Alagoas* procurou o líder da bancada do PTB na Assembleia Legislativa de Alagoas, Abraão Fidélis de Moura, que igualmente não estava autorizado pelo PTB “a falar a respeito do futuro Governo de meu Estado”. Com um discurso mais defensivo e com menos entusiasmo do que Jorge Assunção, Fidélis comentou que o PTB não possuía ainda um candidato ao governo. Ademais, a Comissão Executiva do partido nem ao menos havia deliberado “para que o seu presidente entrasse em entendimento com outros partidos com esta finalidade”. Mas sobre Muniz ele podia falar: “Nada tenho a dizer contra a pessoa do líder populista, deputado Muniz Falcão, (...) que tem sabido desempenhar o seu mandato em benefício da coletividade alagoana”¹⁰⁵.

Ainda em março, Muniz “confirmou sua disposição de se candidatar ao governo alagoano, sob a legenda do PSP”. Embaralhando a trama, deixou a entender que as conversas com o PTB estavam bem adiantadas, confirmando Sizenando Nabuco como seu vice. O *Correio da Manhã* chamou a atenção para o fato de a candidatura de Muniz Falcão cindir a oposição alagoana, pois o PST, PSD e PR estariam negociando o lançamento da candidatura de outros nomes, como do senador pessedista Ismar de Góis Monteiro. Caso se confirmasse a cisão, “deverá ser fácil à [sic] vitória da UDN (...)”¹⁰⁶. Pelo visto, o nome de Muniz Falcão estava longe de ser uma unanimidade, ao mesmo tempo em que não deixava de ser atrativo para alguns setores oposicionistas.

O *Jornal de Alagoas* procurou o deputado federal Mendonça Braga, um dos que concordavam com a candidatura de Muniz:

A candidatura do deputado federal Muniz Falcão é uma candidatura de inspiração popular. A sua reeleição à Câmara Federal, sobrepujando a todos os candidatos,

¹⁰⁴ O próprio Assunção participou: foi secretário de Educação e Cultura nos três últimos anos da gestão Muniz Falcão.

¹⁰⁵ IHGAL, O PTB AINDA não tem candidato à sucessão. *Jornal de Alagoas*. Maceió, 26 mar. 1955, p. 4. Grifos meus.

¹⁰⁶ IHGAL, CONFIRMA O DEP. Muniz Falcão a sua disposição de candidatar-se ao governo de Alagoas. *Jornal de Alagoas*. Maceió, 30 mar. 1955, p. 1.

mesmo aqueles que tiveram o apoio direto do governador, é uma inequívoca demonstração da preferência do eleitorado pelo seu nome.

Para Braga, a oposição iria unir-se em torno do nome de Muniz Falcão, não havendo uma cisão do bloco. Segundo o deputado, os partidos oposicionistas deveriam compreender “o significado da hora em que estamos vivendo”. Questionado sobre as pretensões do PTB para o pleito que se aproximava, mostrou-se bem mais modesto que seu colega Jorge Assunção: “O PTB não reivindica postos. Apenas deseja um candidato eminentemente popular que cumpra o seu programa mínimo para as classes trabalhadoras”¹⁰⁷.

Na concepção de Jorge Ferreira, essa adequação ajuda a compreender a meteórica ascensão política e eleitoral do PTB. Para o autor, não se pode atribuir esse crescimento apenas às ações de Getúlio Vargas (e seu personalismo) ou a atuação dos militantes dentro do aparelho burocrático estatal (em especial, no Ministério do Trabalho). Ainda segundo Ferreira, o partido se apoderou de “tradições, crenças e valores que circulavam na sociedade brasileira da época”¹⁰⁸, e, junto ao “getulismo”, foram institucionalizados pelo partido, resultando em “um projeto para o país, nomeado de trabalhismo”¹⁰⁹. No entanto, ao menos para o caso alagoano, essa noção de trabalhismo não funciona dessa maneira. Apenas Muniz Falcão e Edson Falcão¹¹⁰ eram ligados à burocracia estatal (foram delegados do Trabalho) – e ambos sempre defenderam a paz social e a harmonia entre capital e trabalho. Fora eles, havia um pequeno grupo de líderes sindicais próximos a Muniz e gravitavam na órbita da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), mas apenas um chegou a ser candidato (foi vereador em Maceió no fim dos anos 1940) e não possui quaisquer informações sobre a filiação partidária dos mesmos. O trabalhismo enquanto projeto político estava bem distante da realidade local e a aproximação com a classe trabalhadora, via de regra, possuía mais fins eleitorais.

Porém, se o PTB crescia eleitoralmente, não se estabilizava como uma agremiação política de força, principalmente pelo estilo personalista de Getúlio Vargas. Cinco anos após sua criação, apesar de ser um sucesso eleitoral, o partido não se consolidou institucionalmente de forma que afiançasse a permanência do presidente em sua segunda passagem pelo Palácio

¹⁰⁷ IHGAL, “A CANDIDATURA MUNIZ Falcão é uma candidatura de inspiração popular”. *Jornal de Alagoas*. Maceió, 5 abr. 1955, p. 6.

¹⁰⁸ FERREIRA, *O imaginário trabalhista...*, op. cit., p. 11.

¹⁰⁹ FERREIRA, *O imaginário trabalhista...*, op. cit., p. 12.

¹¹⁰ É apresentado no terceiro capítulo.

do Catete (1951-1954)¹¹¹. Outrossim, algumas medidas tomadas pelo ex-ditador gerou descontentamento entre trabalhadores e o seu personalismo desagradava ao PTB, que se sentia preterido de sua gestão. Buscando acertar-se com ambos, Vargas nomeia João Goulart para cargo de ministro do Trabalho. Goulart, até então em uma ascensão meteórica tanto na política nacional quanto dentro do PTB, “tentaria imprimir uma linha distributivista de concessões, visando antecipar-se aos movimentos grevistas e alargar a clientela trabalhista nos órgãos previdenciários e nos sindicatos”¹¹².

Nacionalmente, o suicídio de Getúlio Vargas ainda ecoava em forma de crise política um ano depois. Segundo Jorge Ferreira, em agosto de 1955, a política nacional apresentava-se instável com a radicalização das propostas, tendo como centro o ex-presidente. Para o autor, “o clima político” estava “tenso e radicalizado”¹¹³. De um lado, os partidários varguistas, que enxergavam em Getúlio “um líder nacionalista e reformador social”. O PTB institucionalizava este grupo em torno de si através do trabalhismo: o governo devia intervir e planejar a economia, protegendo os interesses da nação diante dos ataques externos, em especial dos EUA. As reformas sociais também estavam pautadas na agenda do trabalhismo. De outro lado, encontravam-se forças civis e militares, agrupadas em torno principalmente da UDN. Antivarguistas, este grupo era radicalmente contrário ao passado político recente do país. Nos campos econômico e social eram partidários do liberalismo e de uma relação mais próxima com as grandes potências capitalistas¹¹⁴. Em Alagoas, não houve a invocação do nome de Getúlio Vargas. Nos discursos colhidos pelo *Jornal de Alagoas* durante a campanha, o ex-presidente não é citado por nenhum dos lados.

No fim das contas, Muniz Falcão foi o escolhido para disputar o governo em uma reunião do Diretório Regional do PSP, e a homologação ficou para a convenção estadual do partido. Contudo, a oposição ainda não havia sido procurada oficialmente pelo PSP para “referendar” seu nome. Algumas reuniões entre os partidos foram marcadas, no Rio de Janeiro e em Maceió, mas não chegaram a acontecer. Sem perder tempo, “resolveu o PSP adiantar-se na escolha do candidato que ora anuncia”. Francisco Arlindo, vice-presidente do partido, esperava contar com as demais agremiações na empreitada, pois, segundo ele, existia

¹¹¹ GOMES e D’ARAÚJO, op. cit., p. 10.

¹¹² SILVA, op. cit., p. 146.

¹¹³ FERREIRA, *O imaginário trabalhista...*, op. cit., p. 223.

¹¹⁴ FERREIRA, *O imaginário trabalhista*. Op. cit., pp. 214-215.

um curioso acerto da coligação que disputou a eleição no ano anterior: o candidato ao governo do estado em 1955 recairia “sobre aquele que tivesse aglutinado maior votação”¹¹⁵ em 1954.

Diante disso, o *Jornal de Alagoas* conversou com Muniz. O candidato pessepista asseverou não ter “nenhuma influência direta” no processo de escolha de seu nome e sentia-se “muito honrado com o lançamento da candidatura”. Em relação à falta de entendimento entre os partidos, respondeu: “Entendo que a divisão poderia ser fatal às oposições coligadas. Como o PSP dirigiu a todas as agremiações aliadas uma consulta oficial a esse respeito, aguardo um pronunciamento dos outros partidos (...)”. A aliança com o PTB era dada como certa: as lideranças trabalhistas de Alagoas tinham declarado seu apoio ao candidato. Em resumo, restava apenas um possível entendimento com o PSD.

Ao final, o repórter perguntou ao deputado sobre sua possível plataforma de campanha. Muniz começou falando de forma vaga, sobre sua preocupação constante de solucionar os problemas de Alagoas na Câmara Federal, “procurando corresponder ao generoso acolhimento que tenho encontrado em todas as classes”. Caso viesse a ser vitorioso na eleição que se aproximava, afirmou que sua administração seria “por excelência progressista”, não entrando em mais detalhes. Apenas citou problemas mais gerais do estado (transporte rodoviário, educação, saúde, agricultura e os latifúndios). Ao contrário das falas dos trabalhistas, Muniz não fez qualquer referência diretamente aos trabalhadores a não ser nesta passagem: “Quero lembrar a necessidade do reajustamento do funcionalismo civil e militar que recebe vencimentos ínfimos, em flagrante disparidade com os níveis de vida, de tal modo que mal chegam para atender as necessidades mais prementes”¹¹⁶. Falcão, de fato, aproximou-se bastante dos funcionários públicos estaduais durante seu mandato, em uma relação de reciprocidade¹¹⁷.

Poucos dias depois, o candidato pessepista conversou com um jovem repórter de o *Diário de Alagoas*. Expondo o clima de incertezas que permeava até aquele momento, sua primeira pergunta não poderia ser outra: “Deputado, o senhor é *mesmo* candidato ao cargo de Governador?” A dúvida pairava também sobre o periódico responsável por cobrir seus atos sociopolíticos. As indefinições e a desinformação confundiam a todos, exceto Muniz. Sereno,

¹¹⁵ IHGAL, MUNIZ FALCÃO --- Candidato do PSP à sucessão do governo do Estado. *Jornal de Alagoas*. Maceió, 19 abr. 1955, p. 5.

¹¹⁶ IHGAL, MUNIZ FALCÃO: “CONSIDERO intacto, ainda, o espírito da coligação”. *Jornal de Alagoas*. Maceió, 23 abr. 1955, pp. 4;6.

¹¹⁷ OLIVEIRA, Jorge. *Curral da morte – O impeachment de sangue, poder e política no Nordeste*. Rio de Janeiro: Record, 2010, p. 36.

o deputado começou a responder de forma muito calma, apaziguando o nervosismo do repórter, sendo bastante objetivo: “Naturalmente, meu caro”. Não parou por aí.

Falou da situação de penúria vivida pelos professores da rede pública, guardas-civis, policiais militares e médicos sanitaristas: novamente, o funcionalismo público. Outros temas abordados foram os mesmos citados acima. Quanto à união das oposições coligadas em torno de seu nome, mostrou-se bem otimista e confiante. “Quando qualquer oposicionista sofreu uma violência, imediatamente minha voz se fez ouvir na tribuna da Câmara dos Deputados, fosse a vítima do PSP, do PSD, do PTB, do PR, do PSB”. Depois, seu jornal sempre esteve à disposição de seus correligionários, no combate ideológico com a *Gazeta de Alagoas* e o *Jornal de Alagoas*. Quanto ao PSD, esperava o apoio de suas principais lideranças, em retribuição a sua lealdade aos mesmos. Finalmente, citou os trabalhadores. O jovem repórter questionou sua plataforma para a indústria e o comércio, oportunidade para vermos Muniz Falcão expor a ideologia política.

Já fui delegado do Trabalho neste Estado. *O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio é uma espécie de balança entre o Capital e o Trabalho. Uma secretaria de Estado, que tem como mister fomentar a paz social.* Ora, se olho com o máximo carinho as classes trabalhadoras e penso dar-lhes melhores dias, cairia num erro grosseiro se fosse contra as indústrias e o comércio. Se eleito, serei, acima de tudo, um juiz, separando o joio do trigo, *para que a almejada paz social que trata a “Rerum Novarum” não seja uma utopia*¹¹⁸.

Ao citar pela primeira vez a classe trabalhadora, Muniz não apenas se mostrou em sintonia com os princípios básicos do trabalhismo brasileiro; ele deu pistas de como atuou enquanto delegado do Trabalho.

Diante do panorama exposto até aqui, fica patente ao menos uma questão: em relação às expectativas populares e os interesses dos trabalhadores, Muniz Falcão demonstrou ser o mais contido entre seus aliados. No entanto, igualmente não se furtou de citar o “povo” de forma genérica, deixando claro, de forma indireta, que os conchavos político-partidários são tramas envolvendo exclusivamente as cúpulas das agremiações, que muitas vezes não estão em consonância com a realidade dos grupos sociais invocados por eles mesmos. Francisco Weffort considera “desnecessário discorrer” com mais detalhes “sobre a manifesta incapacidade de penetração popular dos partidos”. Para o autor, dentro desse contexto, “na ausência de partidos eficientes, o sufrágio tende a transformar a relação política em uma

¹¹⁸ APA, MUNIZ FALCÃO CANDIDATO do povo ao Governo de Alagoas. *Diário de Alagoas*. Maceió, 1 mai. 1955, pp. 1; 3. Grifos meus.

relação entre indivíduos”¹¹⁹. John French segue outro caminho. Para ele, os embates e conflitos entre as várias facções trabalhistas possuíam “pouco importância em nível popular”, com os partidos formados a partir de um eixo comum¹²⁰. Por seu turno, Maria Celina D’Araújo afirma:

A participação popular ficaria restrita ao apoio ou não aos candidatos indicados pelas cúpulas políticas. Apesar do apelo popular de que se revestia a candidatura Vargas [em 1950], ela esteve essencialmente subordinada ao consentimento dos chefes políticos e militares. A participação política nas arenas decisórias continuou prerrogativa dos dirigentes, a quem coube também validar ou não as preferências populares¹²¹.

Sem nenhuma definição oficial quanto a nomes e na esteira da vitória eleitoral dos “populistas” à Prefeitura de São Paulo¹²², a reportagem de *A Voz do Povo* saiu às ruas e ouviu três lideranças comunistas sobre as eleições vindouras. O primeiro foi um operário têxtil de Fernão Velho, o comunista Silvio Lira. Questionado sobre uma possível candidatura de frente única, Lira mencionou os paulistanos como inspiração para uma vitória em Alagoas. Era uma possibilidade real e a frente paulistana mostrou-se um exemplo a ser seguido, desde que os “interesses do povo” fossem defendidos. Da mesma forma, “políticos reacionários e entreguistas” que não compreendiam os desejos do povo estavam fadados à derrota. Apresentado como “líder dos comerciantes varejistas”, o próximo foi Péricles de Araujo¹²³, proprietário de *A Preferida*, loja de roupas localizada no centro de Maceió e com alguns anúncios do jornal comunista¹²⁴. A pergunta versava a opinião do comerciante acerca de uma candidatura popular ao governo. Assim como Silvio Lira, Péricles citou a frente paulistana como um exemplo palpável, sendo que o comerciante não falava ainda de vitória e sim fazia alusão à composição de chapa. Em sua opinião, o exemplo de São Paulo servia para criar uma coligação semelhante em Alagoas, pois disso dependeria “os destinos da democracia e do

¹¹⁹ WEFFORT, op. cit., p. 18. Grifos do autor.

¹²⁰ FRENCH, *O ABC dos operários...*, op. cit., p. 197.

¹²¹ D'ARAÚJO, *O segundo governo Vargas...*, op. cit., p. 79.

¹²² Saudados pelo PCB alagoano, Lino de Matos e Wladimir Toledo venceram com 50% dos votos. A chapa era formada pelo PTB, PSP, PSD, PST e PCB, ou seja, uma coligação bastante semelhante com a formada por Muniz em Alagoas (exceto pelo PSD). APA, VITORIOSA A CHAPA popular. *A Voz do Povo*. Maceió, 11 jun. 1955, p. 1.

¹²³ Péricles e sua irmã Maria Augusta Neves de Miranda eram conhecidos militantes comunistas de Maceió. O prédio onde funcionou por quase 20 anos a redação de *A Voz do Povo* pertencia a Maria Augusta. Ambos foram presos algumas vezes, inclusive durante a gestão de Arnon de Mello. Cf.: MAJELLA, *Rubens Colaço...*, op. cit., p. 56, nota 55 e MAJELLA, Geraldo de. *Mozart Damasceno, o bom burguês*. Recife: Edições Bagaço, 2011, p. 84, nota 69.

¹²⁴ Cf.: MOURA, “Os trabalhadores também são notícia”. Op. cit., p. 228.

progresso de nosso Estado”. Por fim, a reportagem conversou com o comerciante Jaime Barbosa, candidato a deputado estadual em 1947 (o quinto mais votado pelo PCB)¹²⁵. A pergunta foi a mesma feita a Péricles. A seu ver, era de suma importância uma frente popular única para enfrentar Arnon de Mello na eleição. Contudo, era “indispensável (...) a união de toda a oposição em particular das forças populistas”¹²⁶.

Na mesma edição, *A Voz do Povo* criticava ferozmente o candidato de Arnon de Mello para o governo do estado. Segundo o jornal, Afrânio Lages, além de fascista (por suas ligações passadas com o integralismo), era o candidato dos interesses norte-americanos, como também representava “uma continuação do atual estado de violência e miséria”¹²⁷. Infelizmente, nas três únicas edições ainda existentes do jornal para aquele ano, não temos os comunistas fazendo referência alguma ao futuro candidato da Frente Popular Alagoana. O melhor indício sobre a provável adesão comunista à Frente está na política partidária do PCB naquele momento. O partido passava por mudanças em sua estrutura e organização política na segunda metade da década de 1950 e possuía seus próprios problemas internos¹²⁸. Além, é claro, de sua visão em relação às eleições: se em 1950, durante a campanha de Getúlio Vargas à presidência, os comunistas indicaram o voto em branco como alternativa, em 1955 participaram ativamente da campanha de Juscelino Kubitschek¹²⁹. Com isso, o partido reafirmava “a necessidade de ‘unificação das forças democráticas e patrióticas’, em ‘defesa das liberdades democráticas e da Constituição’”¹³⁰.

1.3 A OPOSIÇÃO ENTRE DEFINIÇÕES E RUPTURAS

O PSD, que até então não havia interferido muito no debate, resolveu participar. Ficamos sabendo que, em uma reunião contando com a presença de líderes da oposição alagoana, Muniz Falcão desistiu de sua candidatura, cedendo a vez para o petebista Ari Pitombo. A trama se complicava. Para o senador Ismar de Góis Monteiro, Muniz era um nome forte em Alagoas, “mas não congregava todas as forças da oposição” – reforçando a

¹²⁵ Cf.: MOURA, “O partido da classe operária”. Op. cit.

¹²⁶ APA, LÍDERES ALAGOANOS OPINAM sobre as eleições. *A Voz do Povo*. Maceió, 11 jun. 1955, pp. 2;4.

¹²⁷ APA, ARNON ESCOLHE UM fascista para governador. *A Voz do Povo*. Maceió, 11 jun. 1955, p. 1.

¹²⁸ SEGATTO, José Antonio. “PCB: a questão nacional e a democracia”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano v.3 – O tempo da experiência democrática*. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 228-229.

¹²⁹ SANTANA, op. cit., p. 91.

¹³⁰ SEGATTO, op. cit., pp. 228-229.

tese da existência de algum desentendimento entre ambos e a completa falta de visão de Ismar, além da clara faceta conservadora de seu partido. De acordo com o líder do PSD, uma aliança com o PSP colocaria o partido em um dilema estratégico: apoiar o ascendente Muniz ou a consolidada UDN de Arnon de Mello? Deixando ainda mais claro haver problemas pessoais com Muniz, no entender de Ismar, um bloco oposicionista sólido era o caminho da vitória. “Entretanto, se todos os partidos o apoiassem, ele [Ismar] também ficaria como candidato”. E como vimos até agora, apenas o PSD, sobretudo na pessoa de seu líder, não era a favor do nome de Muniz. Os trabalhistas, ao contrário, mantiveram sua posição. “Ary Pitombo defendeu a candidatura do deputado Muniz Falcão: teria ele o apoio do PTB”. Por fim, Muniz esquivou-se, afirmando não ter ambições políticas, tampouco era sua intenção impor seu nome como candidato, pois não desejava a cisão da coligação oposicionista, muito menos por sua causa. Como o nome foi vetado, desistia da candidatura, indicando Ari Pitombo. Ismar e Ezequias da Rocha (também do PSD) viram-se obrigados a “adiar a deliberação para consultar os diretórios”¹³¹.

Em menos de uma semana, outro revés. Por meio de um telegrama, Muniz Falcão e Ari Pitombo comunicaram a Sizenando Nabuco (PTB) e Francisco Arlindo (PSP) a composição da chapa entre os dois partidos, “diante do egoísmo de uns e incompreensões de outros”. Dessa forma, criaram um bloco sólido e formaram a “Frente Popular Alagoana para disputar a eleição para governador, vice-governador e prefeito de Maceió”¹³².

Muniz Falcão ainda nutria esperanças de que os outros partidos da oposição se juntassem à Frente Popular Alagoana, formada naquele momento apenas por PTB e PSP, “num magnífico movimento de libertação do povo alagoano. Atitude diferente seria suicídio injustificado”. O candidato criticou os membros das outras agremiações, condenando a divisão “por simples interesses pessoais” e acreditando que a desunião do bloco oposicionista só levaria à derrota, em um claro recado a Ismar de Góis Monteiro. No seu entender, não existiam razões para setores oposicionistas serem “contra minha candidatura”, pois o seu nome surgiu “como uma imposição *das camadas populares, das massas humildes* às quais

¹³¹ IHGAL, EM FAVOR DO Dep. Ary Pitombo, desiste Muniz Falcão de candidatar-se ao Governo de Alagoas. *Jornal de Alagoas*. Maceió, 28 mai. 1955, p. 1.

¹³² IHGAL, FRENTE POPULAR ALAGOANA com Muniz Falcão como candidato à sucessão governamental. *Jornal de Alagoas*. Maceió, 2 jun. 1955, p. 1.

jamais faltei, nem faltarei. *Antes de ser candidato de partidos, já o era do povo, sem distinção de categorias sociais*”¹³³. A cisão entre as maiores forças da oposição parecia inevitável.

Apenas os pessedistas estavam receosos com essa coligação. O líder do partido em Alagoas concedeu mais uma entrevista ao *Jornal de Alagoas* sobre a Frente Popular Alagoana, com o mesmo discurso contraditório de antes. Segundo Ismar de Góis Monteiro, seu partido sempre buscou honrar os compromissos firmados pela coligação oposicionista, parcialmente vitoriosa em 1954. Entretanto, considerava a candidatura de Muniz Falcão uma imposição do PSP, não fazendo jus aos “compromissos” da coligação – compromissos esses não elucidados pelo próprio. “Jamais concordamos com essa imposição, procurando sempre um denominador comum”. Sua entrevista revelou outros detalhes, como seu desejo de ser o candidato. Seu nome foi indicado pelo PSD para disputar o cargo e Ismar estava inclinado a aceitar, declarando “inúmeras vezes que não seria empecilho a um entendimento que resultasse na candidatura única”. Revelou ter se encontrado com Muniz Falcão no Rio de Janeiro, buscando “num último esforço, a solução que todos nós desejamos”. Eis as pretensões do PSD (ou, como parece claro, de Ismar):

Certo de que subsistindo dois candidatos de oposição, a derrota seria inevitável, propus-lhe a seguinte preliminar que resultaria na retirada do meu ou do seu nome: o PSD apresentaria determinadas condições de ordem política, administrativa e partidária para a retirada do meu nome. Se essas condições não fossem aceitas pelo deputado Muniz Falcão, eu as aceitaria, retirando o candidato pessepista a sua candidatura. Como se vê, nada mais justo e equitativo. O deputado Muniz Falcão tinha ainda a vantagem de escolher em primeiro lugar.

O repórter indagou Ismar sobre estas “determinadas condições” e o senador citou quatro, sendo as duas primeiras assaz reveladoras sobre a política em Alagoas. A polícia seria apenas mantedora da ordem e não um braço armado dos coronéis do interior alagoano; a Secretaria do Interior funcionaria como se deve, realizando as tarefas que lhe são cabíveis, não servindo de “órgão auxiliar” dos grandes partidos; mais liberdade para todas as agremiações políticas; e o PSD, como partido mais forte da coligação, teria o candidato a vice-governador. Muniz Falcão, Ari Pitombo e Sizenando Nabuco não aceitaram a proposta, lançando candidatura própria. Ismar então decretou: “Essa derrota será imposta não às oposições alagoanas, visto que o PSD, o PSB e o PR não concordaram com o aventureirismo

¹³³ IHGAL, ACREDITA MUNIZ NA união de todos os partidos da oposição em torno de sua candidatura. *Jornal de Alagoas*. Maceió, 5 jun. 1955, pp. 1; 3. Grifos meus.

de certo grupo PSP-PTB”. As críticas do líder pessedista aos seus antigos aliados demonstra a fragilidade organizacional dos partidos no Brasil.

Diante da cisão, Ismar finalmente descortinou seu partido: “O PSD liberto de compromissos, poderá tomar o rumo que melhor atender aos seus próprios interesses”¹³⁴, certamente contrários ao da “Frente”. Isto ficou ainda mais escancarado nas vésperas da eleição. Jogando mais lenha na fogueira, o PSD alagoano publicou uma nota curta, ainda sobre o racha do bloco oposicionista.

O texto deixava claro logo em seu início o fato de o PSD não ter medido “sacrifício para esse fim”: a escolha de um candidato único de oposição, “escolhido e apoiado pela unidade dos partidos coligados”. Na avaliação do partido, o acordo “foi deslealmente quebrado” por “uma manobra antipolítica de grupos”, amplamente conhecida e encorajada por alguns membros de outros partidos “a revelia dos demais”, possuindo a manobra um caráter “arrivista e aventureiro”. Após analisar a conjuntura política do momento e os seus antecedentes, a nota finalizava com as seguintes resoluções, totalmente antagônicas entre si:

- I – Não convocar a Convenção Regional para apoio oficial a qualquer dos candidatos apresentados;
- II – Continuar na linha de oposição ao atual Governo do Estado e a seu governador;
- III – Com o fim de esclarecer o eleitorado e não podendo omitir-se em assunto de tanta relevância, recomendar os nomes dos Drs. Afrânio Lages e Antônio Mario Mafra como cidadãos merecedores de maior confiança e melhores qualidades para os cargos de governador e vice-governador do Estado¹³⁵.

Vejamos esse panorama. O PSD fez oposição ao governador Arnon de Mello no pleito de 1954, após ser preterido na administração do estado. No ano seguinte, iria recomendar aos eleitores os candidatos da UDN ao governo, ainda mantendo-se em posição oposta a uma gestão udenista. Se os pessedistas guardavam algum rancor da complicada coligação de 1950, esqueceram rapidamente. Por que não apoiaram a Frente Popular Alagoana? A julgar pelo material analisado, o único problema do conservador PSD era com a liderança de Muniz Falcão e sua apregoada plataforma popular. Sua meteórica ascensão política preocupava o então maior partido alagoano. O receio justificou-se: após 1955, o PSD iniciou um lento processo de definhamento, não mais chegando ao poder majoritariamente.

¹³⁴ IHGAL, PREVÊ O CEL. Ismar a derrota da candidatura Muniz Falcão. *Jornal de Alagoas*. Maceió, 20 ago. 1955, pp. 5-6.

¹³⁵ IHGAL, NOTA DO PSD. *Jornal de Alagoas*. Maceió, 1 out. 1955, p. 6.

Como partido, resistiu apenas em razão de sua eficiente máquina eleitoral e de alguns nomes fortes muito bem alicerçados na política alagoana.

Ismar de Góis Monteiro e o seu PSD não deviam ser os únicos preocupados com uma possível vitória da oposição. Apesar do discurso confiante (e narcisista) de Arnon Mello, que se apoiava cegamente em seu autodeclarado prestígio, membros da UDN, sem se intimidarem com os ventos modernizantes da nova legislação eleitoral, não se furtaram de utilizar práticas dos primórdios da República brasileira, ainda muito vivas no imaginário político alagoano na década de 1950, como pode ser visto nessa pequena nota publicada na véspera do pleito:

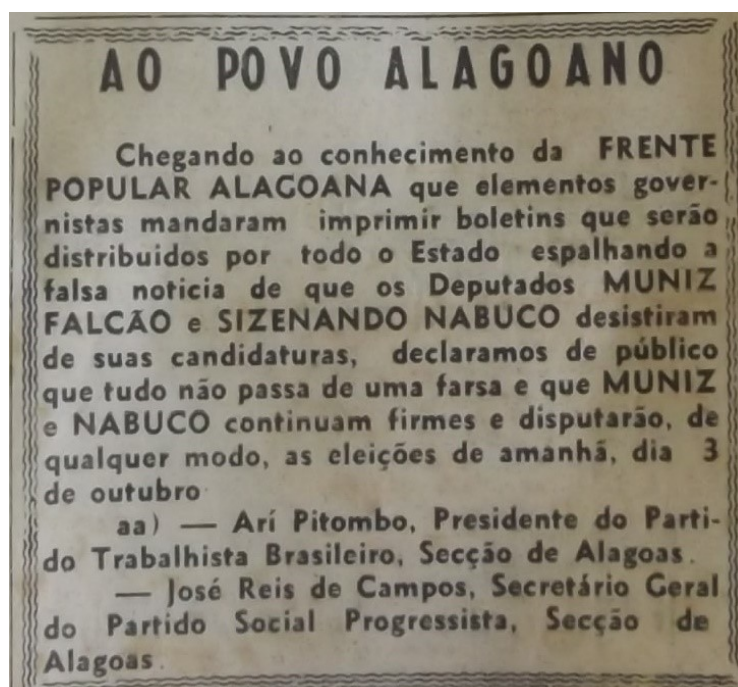


Figura 2: nota da Frente Popular Alagoana, desmentindo boatos. Fonte: IHGAL, *Jornal de Alagoas*. Maceió, 2 out. 1955, p. 6.

1.4 O VOTO OPERÁRIO

Ao fim e ao cabo, Muniz Falcão foi eleito governador com uma diferença no cômputo geral de pouco mais de 3.000 votos em relação a Afrânio Lages, vencendo em praticamente todas as cidades com operariado têxtil e movimentação comunista¹³⁶. Em Rio Largo, a diferença chegou a 1.800 votos de vantagem para a Frente Popular Alagoana, tanto

¹³⁶ MAJELLA, *Rubens Colaço...*, op. cit., p. 162.

para governador quanto para vice; Maceió, cuja diferença entre os dois candidatos passou os 7.000 votos, possuía cerca de 20% do eleitorado de todo o estado em 1955 e teve uma abstenção de mais de 50% na contagem final¹³⁷. Vejamos a tabela abaixo:

Tabela 4: votação para governador nas cidades com atividade têxtil e comunista.

Município	Votos para Muniz Falcão	Votos para Afrânio Lages
Maceió	13.939	6.727
Delmiro Gouveia ¹³⁸	543	881
Pão de Açúcar ¹³⁹	983	2.010
Penedo	1.700	1.270
Pilar	836	559
Rio Largo	2.805	994
São Miguel dos Campos	1.491	918

Fonte: IHGAL, *Jornal de Alagoas*. Maceió, 9 out. 1955, p. 1 e BGR, *Gazeta de Alagoas*. Maceió, 12 out. 1955, p. 1¹⁴⁰.

Para uma melhor visualização, destaquei as duas cidades em que Afrânio Lages obteve vitória. No geral, das 37 cidades com Zona Eleitoral, Muniz venceu apenas em 12 (incluindo as cinco da tabela acima). A expressiva superioridade na capital, juntamente com a diferença nessas localidades (sobretudo em Rio Largo), foi decisiva para a vitória da Frente Popular Alagoana¹⁴¹. Confirma o prognóstico de Douglas Tenório, de que Muniz dominou “sem restrições o eleitorado operário”¹⁴².

¹³⁷ IHGAL, *Diário Oficial do Estado de Alagoas*. Maceió, 26 out. 1955, pp. 9-10.

¹³⁸ Delmiro Gouveia, outrora conhecida como Pedra (tornou-se cidade apenas no início de 1950), era um povoado pertencente à cidade de Água Branca que nasceu a partir de uma estação ferroviária. Pedra começou a se transformar quando o comerciante cearense Delmiro Augusto da Cruz Gouveia lá se instalou para negociar com couro. Para aproveitar o potencial hidroelétrico de Paulo Afonso (distante cerca de 45km), em 1913, fundou a Companhia Agro Fabril Mercantil para produzir linhas de coser, de olho em outro potencial das redondezas: o algodão, o principal produto agrícola do sertão. Quatro anos depois, foi assassinado na porta de sua casa.

¹³⁹ Por sua vez, a bela cidade de Pão de Açúcar está situada às margens do Rio São Francisco, em pleno sertão alagoano, e é um dos mais antigos povoamentos do estado. Nos anos 1950, chegou a ter duas fábricas de beneficiamento de algodão. Não fugia ao estereótipo das cidades da região: violência política, assassinatos encomendados e disputas entre os coronéis. Em 1958, a principal figura política da cidade, Elísio Maia, elegeu-se deputado estadual pelo PSP, selando uma oportuna aliança entre Muniz Falcão e os políticos da região.

¹⁴⁰ Entre as duas fontes, há discordância apenas em Maceió: na *Gazeta de Alagoas*, Muniz venceu com 7.212 votos a mais, enquanto no *Jornal de Alagoas* a diferença foi de 7.425. Nas outras cidades, os números são exatamente os mesmos em ambos os periódicos.

¹⁴¹ Segundo Douglas Tenório (pp. 186-187), durante a sua gestão, “gerou-se um ambiente propício para uma aliança entre setores da classe média baixa, pequena burguesia industrial, certos ‘coronéis’ do interior e alguns poucos ‘capitães da indústria’”. Ou seja, após sua derrota no sertão alagoano, os “coronéis” vieram oferecer seu

Desde a campanha, a importância eleitoral dos trabalhadores urbanos não era descartada e seus votos disputados pelos candidatos. Quando concedeu uma entrevista ao *Jornal de Alagoas*, Arnon de Mello estava percorrendo algumas seções eleitorais. Até aquele momento, havia visitado os bairros do Bom Parto, Bebedouro, Tabuleiro dos Martins, Ponta Grossa, o distrito de Fernão Velho e a cidade de Rio Largo¹⁴³. A campanha de Afrânio Lages foi encerrada com dois comícios no dia 1º de outubro, sendo um em Rio Largo e o outro em Fernão Velho¹⁴⁴. Os locais foram escolhidos pelas lideranças udenistas não sem alguma razão.

Próxima a Maceió, Rio Largo possuía duas grandes fábricas têxteis, ambas pertencentes ao industrial paraibano Gustavo Paiva¹⁴⁵. De acordo com Luiz Sávio de Almeida, a militância comunista na cidade data desde os primórdios do partido no estado, na virada dos anos 1920 para os anos 1930¹⁴⁶. No final da década de 1940, havia por lá um diretório do PCB – somente Penedo e Rio Largo possuíam um, além de Maceió¹⁴⁷ –, com duas células e aproximadamente 180 comunistas filiados, segundo números da Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica (DOPSE)¹⁴⁸. A polícia política mantinha constante vigilância nas localidades têxteis, como atesta esse trecho de um documento produzido pelo secretário de Interior e Educação e dirigido à delegacia: “As demais células [comunistas] achavam-se espalhadas nos municípios alagoanos, *preferindo os vermelhos as localidades onde existiam fábricas de tecidos*, de charutos, de manteiga, etc. (...)”¹⁴⁹.

Os bairros de Maceió visitados por Arnon também eram redutos operários: no Bom Parto localizava-se a Fábrica Alexandria; Bebedouro, Tabuleiro dos Martins (bairros

apoio ao novo governador. Um exemplo: Elísio Maia, empresário muito influente em Pão de Açúcar, elegeu-se deputado estadual pelo PSP de Muniz em 1958.

¹⁴² TENÓRIO, op. cit., p. p. 196.

¹⁴³ IHGAL, O GOVERNADOR ARNON de Mello. *Jornal de Alagoas*. Maceió, 4 out. 1955, pp. 5-6. Fernão Velho tornou-se bairro de Maceió apenas na década passada. Até então, era um distrito da capital.

¹⁴⁴ IHGAL, Não há mais detalhes sobre os comícios. DECLARAÇÃO ÀS ÚLTIMAS horas das eleições. *Jornal de Alagoas*. Maceió, 2 out. 1955, p. 6.

¹⁴⁵ A primeira fábrica era, na verdade, de seu sogro. Após a morte deste, Gustavo Paiva assumiu os negócios, ampliando-o consideravelmente. Dois de seus filhos enveredaram também pela política, filiados ao PSD. Humberto elegeu-se deputado estadual constituinte em 1947 e Arnaldo igualmente esteve na Assembleia Legislativa, em 1954 e 1962. Antes disso, fora prefeito de Rio Largo e posteriormente suplente do senador Teotônio Vilela, pela ARENA, no final dos anos 1960. Um distrito da cidade leva o nome do patriarca da família e uma de suas netas foi prefeita de Rio Largo em 2004 pelo PMDB.

¹⁴⁶ ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Crônicas alagoanas vol. II – Notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2006, pp. 126-127.

¹⁴⁷ APERJ, “2º Sec. DG-1. 757-50/7.13”. DOPSE. D. Estados 02 - Alagoas cx. 605 fl.25.

¹⁴⁸ APERJ, INFORMAÇÃO. DOPSE. D. Estados 02 - Alagoas cx. 605 fl.26. Ainda segundo esse documento, o partido mantinha na cidade os seguintes quadros: um Secretário Político, um Sindical, um de Organização, um de Educação, um de Massa e Eleitoral e um Tesoureiro, todos cargos existentes também no diretório maceioense.

¹⁴⁹ APERJ. INFORMAÇÃO. DOPSE. D. Estados 02 - Alagoas cx. 605 fl.27. Grifo meu.

periféricos) e Ponta Grossa (central e com uma célula comunista) eram típicos locais de moradia dos filhos do trabalho desde os primeiros anos do século XX¹⁵⁰. Já em Fernão Velho localizava-se uma das maiores fábricas têxteis de Alagoas, com enorme contingente de trabalhadores e constante movimentação de comunistas em suas ruas e na própria fábrica, além de uma grade célula do PCB conforme nos informa a DOPSE: “Um pouco afastado desta cidade, existia, também, uma célula no centro industrial (Fábrica Carmen), em Fernão Velho, com apreciável número de militantes. Calcula-se que o efetivo daquelas células seja de 2 mil militantes”¹⁵¹.

Em outro documento produzido pela DOPSE, a polícia política identificou movimentação comunista nas localidades maceioenses citadas acima. Cito dois exemplos. No Jacintinho, o operário Florentino Cavalcante filiou-se ao PCB em 1945. Ao menos uma vez terminou encarcerado, em março de 1951 (gestão Arnon de Mello). Classificado como “agitador comunista”, a polícia pegou-o distribuindo “material de propaganda subversiva: boletins e jornais de caráter comunista”¹⁵². No supratricado Fernão Velho, o operário têxtil Arlindo Lopes Ferreira, comunista e sindicalizado, mantinha “ligações com os comunistas Rubens Colaço e Rubem Ângelo”, além de ter participado “ativamente de uma greve naquele centro, juntamente com outros elementos esquerdistas movimentando e orientando”¹⁵³. Certamente ambos fizeram campanha para Muniz Falcão em seus círculos sociais.

Essas informações são corroboradas pelo depoimento oral. Perguntei a três trabalhadores sobre as eleições ao tempo em que entraram nas fábricas, em meados dos anos 1950, quando nenhum deles ainda votava. Tecelã da Fábrica Alexandria, Ednaura Oliveira, por exemplo, só tirou título de eleitor em sua maturidade, em 1975 (juntamente com carteira de identidade. Até aquele ano, possuía apenas a carteira de trabalho, que guarda até hoje e ainda faz questão de participar das eleições). Segundo ela, naqueles anos, havia “comício em todo canto” e os políticos compareciam ao bairro do Bom Parto, visitando os operários. Para os comícios, montava-se o palanque onde os candidatos ficavam “um esculhambando o

¹⁵⁰ Cf.: MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *Trabalhadores, identidade de classe e socialismo: os gráficos de Maceió (1895-1905)*. Maceió: EDUFAL, 2009, em especial o primeiro capítulo, e MOURA, *Comunistas e trabalhadores...*, op. cit. Sobre as células comunistas em Rio Largo e no centro de Maceió: APERJ, INFORMAÇÃO. DOPSE. D. Estados 02 - Alagoas cx. 605 fl.27.

¹⁵¹ APERJ, INFORMAÇÃO. DOPSE. D. Estados 02 - Alagoas cx. 605 fl.26.

¹⁵² APA, DOPSE. Ficha nº 23, Pasta 10, p.15.

¹⁵³ APA, DOPSE. Ficha nº 75, Pasta 15, p.5.

outro”¹⁵⁴. Antonio Cardoso e vários outros entrevistados contaram que Arnon de Mello e Muniz Falcão visitaram Fernão Velho¹⁵⁵.

Até mesmo a fábrica de Saúde – povoado do distrito de Ipioca e relativamente isolado e com um acesso mais complicado que as demais – não ficou de fora do radar dos candidatos, conforme relatou Luís Paulino. O ex-funcionário soube pelos mais antigos que Arnon de Mello andou pelo distrito, pois era amigo da família proprietária da fábrica¹⁵⁶. Quando questionado especificamente sobre Muniz Falcão, Luís confirmou sua presença por lá, pois os candidatos sempre apareciam na localidade em “tempo de política”. Apesar da amizade entre Mello e a família Nogueira, havia certa liberdade no período eleitoral. “Era mesma coisa de hoje. Porque naquela época a *gente também já tinha o direito de escolher o candidato*”¹⁵⁷.

Depois dos discursos, vamos à prática. Nas três grandes fábricas têxteis maceioenses (todas dentro do sistema fábrica com vila operária¹⁵⁸) havia seções eleitorais, sendo Saúde pertencente à 2ª Zona e Fernão Velho e Alexandria à 3ª Zona Eleitoral – àquela que deu a maior votação a Muniz em todo o estado –, sendo possível observar o voto do operariado. Como dito acima, em 1955 o eleitor não era ligado a uma seção fixa; muito provavelmente o sufragista votava perto de casa – e nesses casos, residia bem próximo do trabalho. De bônus, duas seções portuárias, apenas para efeitos comparativos. Vamos conhecê-las um pouco melhor.

À 9ª Seção, localizada no Sindicato dos Conferentes e Consertadores de Cargas e Descargas do Porto de Maceió, na Rua Sá e Albuquerque, em Jaraguá (tradicional e antigo bairro portuário da cidade), compareceram 172 votantes. No Sindicato dos Estivadores, situado na Praça General Lavenere Machado (hoje Praça Dois Leões), no mesmo bairro, existia a 10ª Seção¹⁵⁹; lá compareceram 197 eleitores. Com 112 votantes, temos a 12ª Seção,

¹⁵⁴ Depoimento de Ednaura Oliveira da Silva concedido ao autor em 27 de maio de 2014.

¹⁵⁵ Depoimento de Antonio Cardoso concedido ao autor em 22 de outubro de 2014. Outros operários recordam-se de ambos visitando Fernão Velho.

¹⁵⁶ Contudo, o ex-governador está marcado na memória dos habitantes do distrito por outro motivo. Em entrevistas e conversas informais, moradores lembram Arnon ao falar de seu filho, Fernando Collor, que é muito estimado em Saúde.

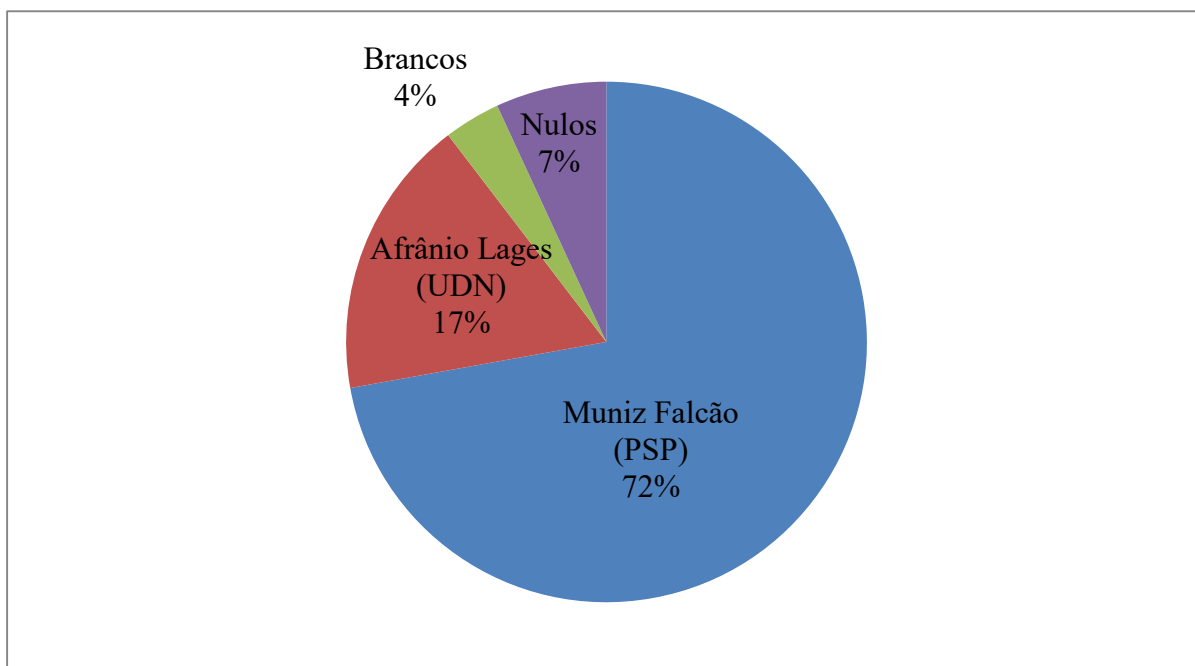
¹⁵⁷ Depoimento de Luís Paulino concedido ao autor em 28 de outubro de 2014. Grifos meus.

¹⁵⁸ Cf.: LOPES, José Sergio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”*. São Paulo: Marco Zero / Brasília: Editora de UnB em coedição com MTC/CNPq, 1988.

¹⁵⁹ Após algumas visitas a sede do sindicato, finalmente consegui conversar bem rapidamente com o presidente. Este me contou que perdeu todos os documentos armazenados em um galpão no fundo do prédio em um incêndio. A sede do Sindicato dos Estivadores, datado dos anos 1920, é um grande prédio em Jaraguá, bem próximo ao Porto.

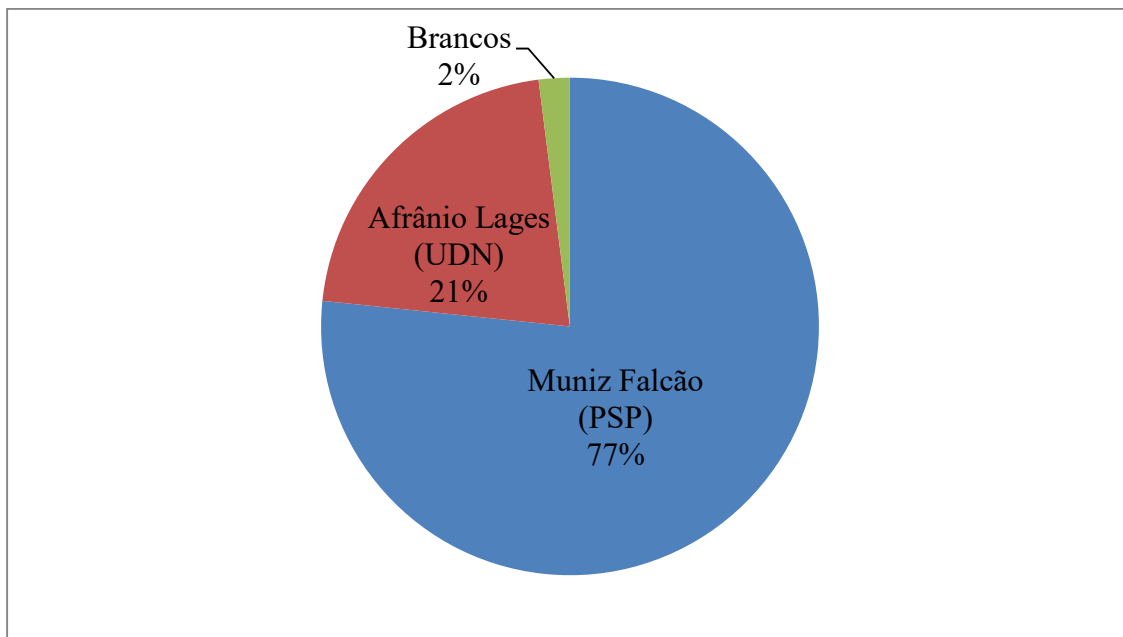
instalada em uma das salas (havia três seções no local) do Grupo Escolar de Saúde (em seu depoimento, Luís Paulino confirmou que havia seções na escola). Essas são as seções da 2ª Zona. Na 3ª Zona temos: na 25ª Seção, no refeitório da Fábrica Alexandria, compareceram 185 eleitores; em Fernão Velho havia as seções 33ª (Dispensário Infantil), 34ª (grupo escolar), 35ª (Círculo Operário), 36ª e 37ª (ambas no Colégio São José), com 723 votantes (uma média de 145 por seção). Eis os números¹⁶⁰.

Gráfico 1: votos para governador na 9ª Seção (Sindicato dos Conferentes).



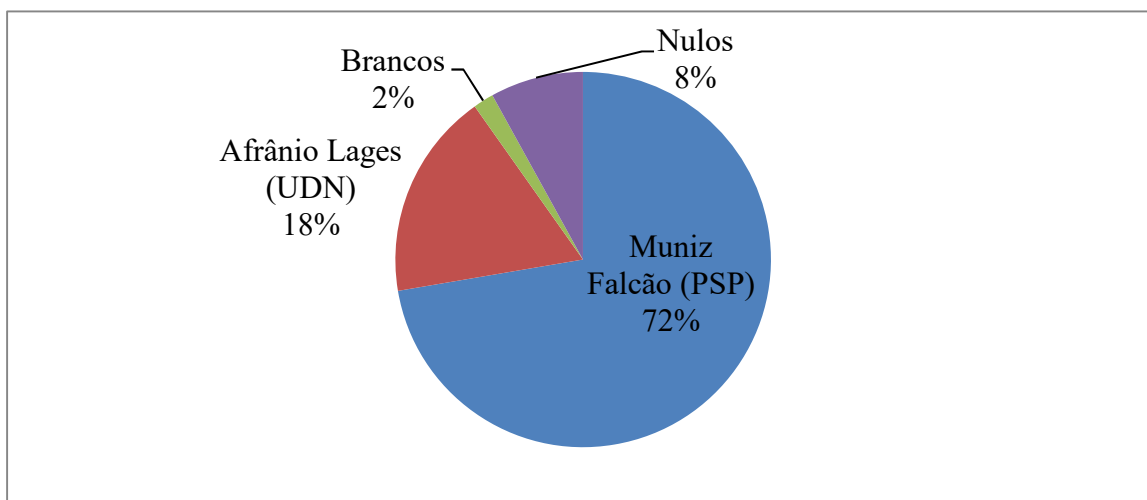
¹⁶⁰ Os dados contidos nos gráficos da 2ª Zona Eleitoral foram retirados de: IHGAL, 3.112 VOTOS NULOS e em branco na Segunda Zona. *Jornal de Alagoas*. Maceió, 12 out. 1955, pp. 4-5. Já os da 3ª Zona podem ser encontrados em: BGR, RESULTADOS ATÉ ONTEM nesta capital. *Gazeta de Alagoas*. Maceió, 8 out. 1955, p. 1.

Gráfico 2: votos para governador na 10ª Seção (Sindicato dos Estivadores).



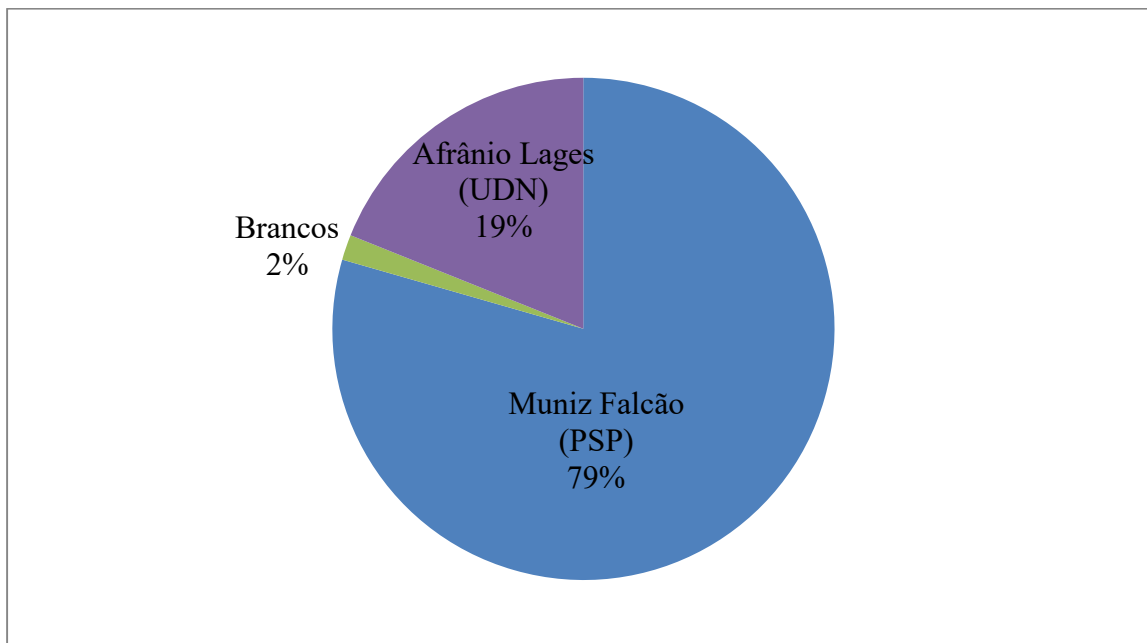
Observamos, além de um voto claramente classista e da vitória tranquila do candidato do PSP, uma paridade na divisão dos votos entre os dois candidatos nas duas seções. Como governador, Muniz realizaria ainda uma grande reforma no Porto de Maceió, aumentando sua capacidade, e receberia mais de uma vez ao longo de seu mandato várias categorias portuárias, especialmente os estivadores, no Palácio dos Martírios (como é mais conhecida a antiga sede do governo). Como os personagens principais desse trabalho são os têxteis, detalho um pouco mais a votação nas referidas seções.

Gráfico 3: votos para governador na 12ª Seção (sala “B” do Grupo Escolar de Saúde).



Com uma validação de 90%, Muniz Falcão teve uma vitória tranquila e o percentual é praticamente o mesmo das seções portuárias. Passo agora para 3º Zona Eleitoral, com um contingente de operários têxteis e de comunistas superior. Primeiro na Fábrica Alexandria:

Gráfico 4: votos para governador na 25ª Seção (Refeitório da Fábrica Alexandria).



Os operários da Alexandria aumentaram um pouco a média em relação aos seus companheiros de Saúde, sobretudo por ter um número bem maior de votos válidos (98%) e de eleitores, com índices mais próximos aos dos estivadores, por exemplo. Em resumo, nas seções operárias analisadas, tivemos vitórias esmagadoras da Frente Popular Alagoana (os números para vice-governador são bem semelhantes). Para finalizar, vamos atentar com mais detalhes para os números em Fernão Velho, começando pela votação para presidente e vice.

Gráfico 5: votos para presidente nas 5 seções de Fernão Velho.

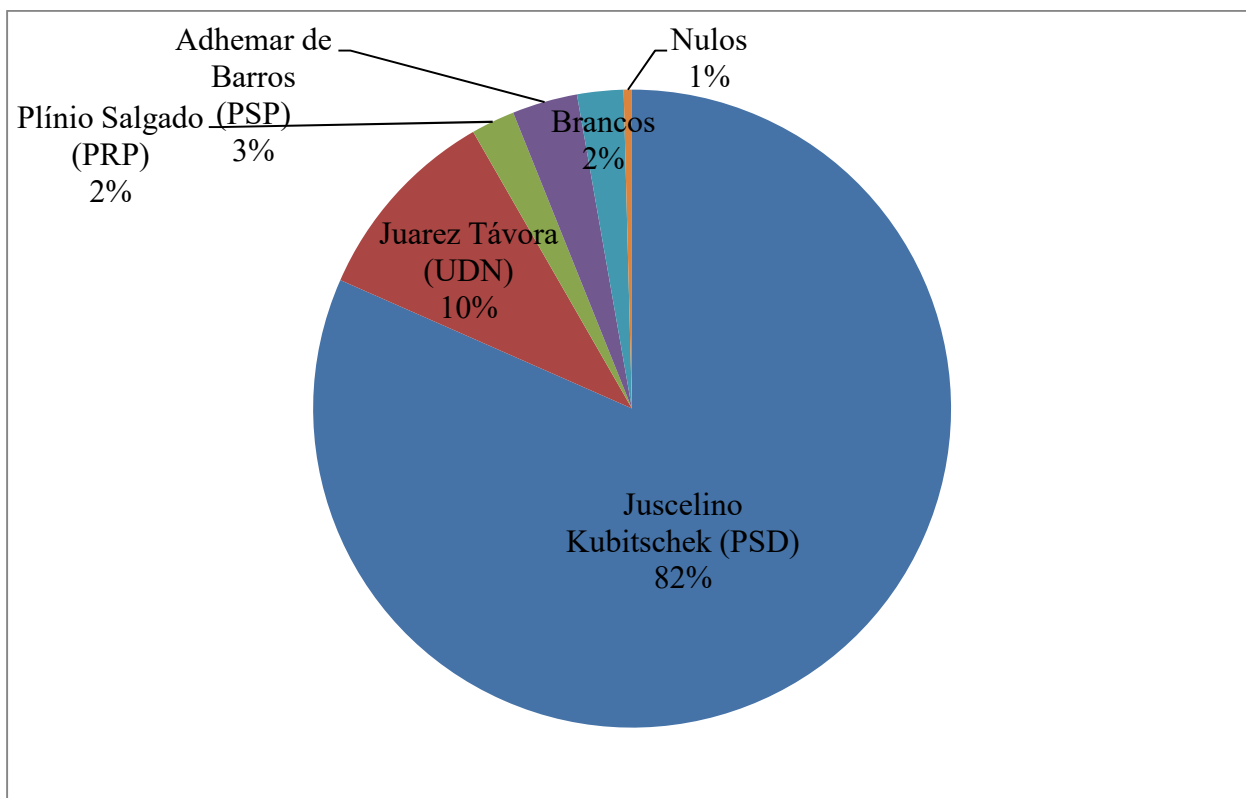
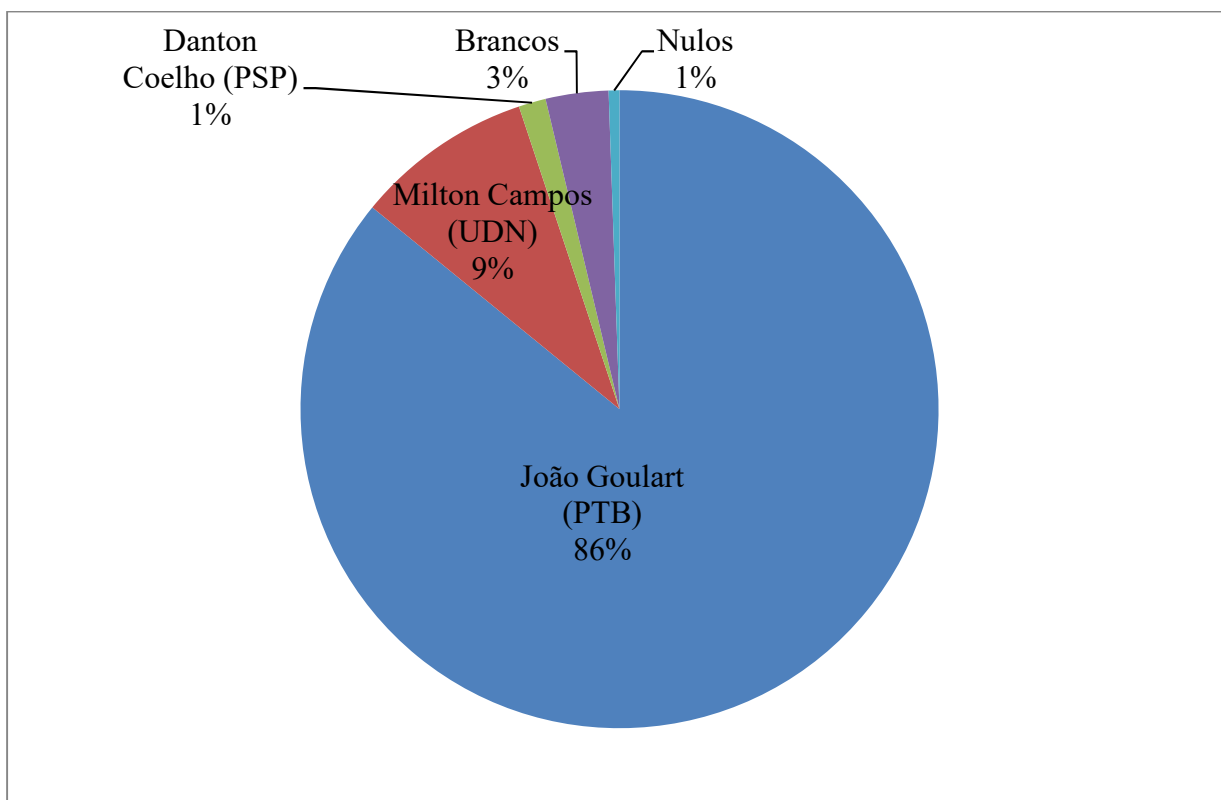


Gráfico 6: votos para vice-presidente nas 5 seções de Fernão Velho.



Provavelmente em razão da quantidade de candidatos, Juscelino obteve um percentual um pouco menor do que seu vice, João Goulart. Independente disso, temos mais uma vitória relativamente tranquila dos candidatos apoiados por comunistas e trabalhistas. Em Alagoas, vimos apenas Arnon de Mello fazer uma referência a Juarez Távora, enquanto nenhum membro da Frente Popular Alagoana pronunciou-se sobre os candidatos à presidência, certamente em virtude da composição nacional, a aliança PSD-PTB. Como os pessedistas ficaram de fora da frente alagoana, ainda que o vice-governador fosse do PTB, houve esse silêncio nas fontes consultadas. Vejamos, então, os números para o executivo estadual.

Gráfico 7: votos para governador nas 5 seções de Fernão Velho.

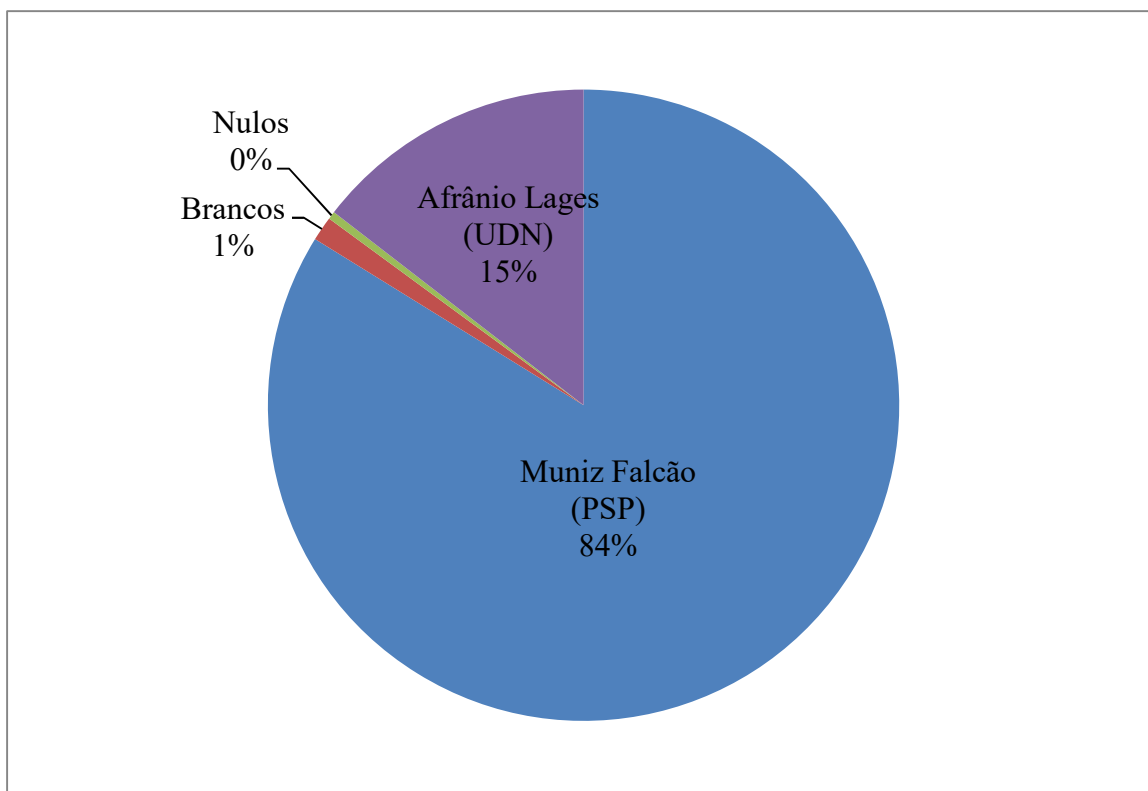
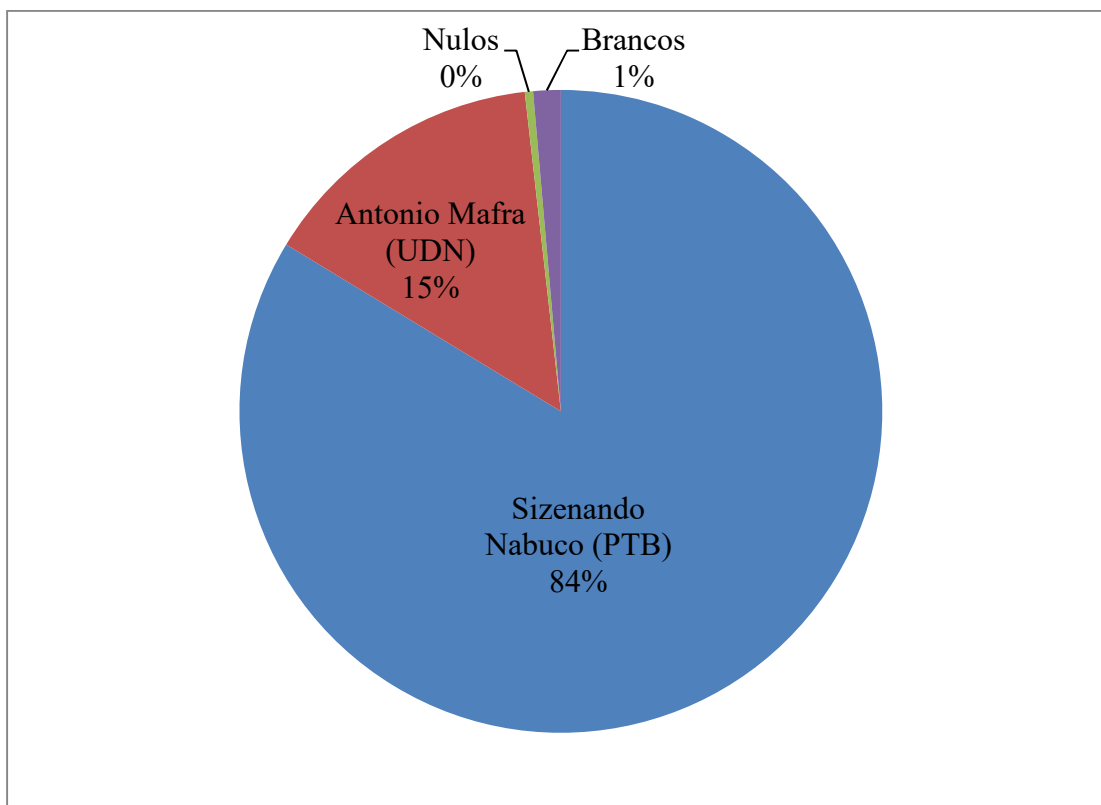


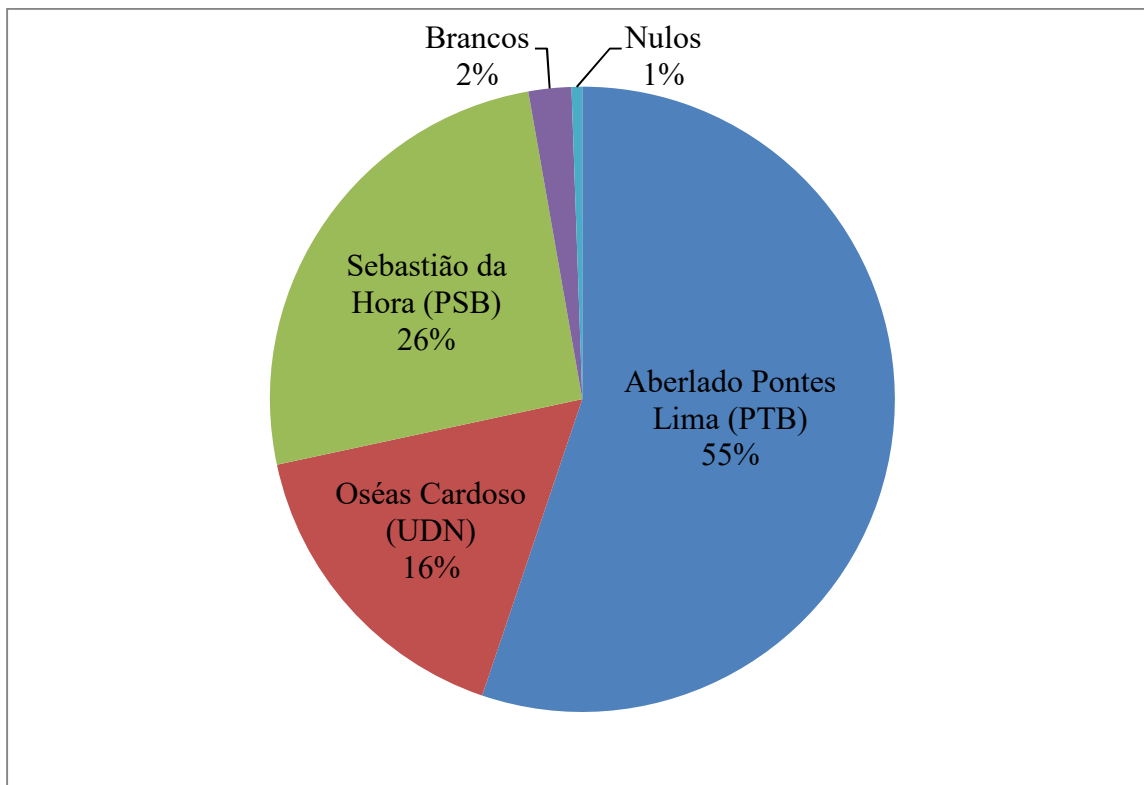
Gráfico 8: votos para vice-governador nas 5 seções de Fernão Velho.



Em números absolutos, nas cinco seções há uma única diferença: Sizenando Nabuco teve um voto a mais que Muniz Falcão (certamente o eleitor votou em Nabuco e em branco para governador), o que torna os índices ainda mais expressivos. Em um universo maior de eleitores como Fernão Velho, é mais clara a vitória da “Frente”. Ou seja, de nada adiantou as entrevistas e o discurso de Arnon de Mello em prol dos operários; ou ainda, não surtiu o efeito esperado o último comício de Afrânio Lages ter sido realizado em Fernão Velho. Com grande apoio dos comunistas, a Frente Popular Alagoana nem ao menos foi ameaça das urnas da localidade. Nem manipulados nem cooptados: os operários têxteis da Fábrica Carmen fizeram suas escolhas independente do poder político do governador em exercício. Aconteceu o que Arnon de Mello mais temia: o povo o “condenou”.

Para encerrar, vamos à votação para prefeito de Maceió, na qual podemos mensurar e destacar outras questões apenas citadas acima.

Gráfico 9: votos para prefeito de Maceió nas 5 seções de Fernão Velho.



Em Saúde, a votação do médico Sebastião da Hora ficou bem aquém dos demais. Hora conseguiu apenas oito votos (em um universo de 112 votantes); os votos nulos, por exemplo, foram nove. Na Alexandria, perdeu para Oséas Cardoso (UDN) por dois votos (39 contra 37). Mas em Fernão Velho, sobrepujou o candidato governista nas cinco seções. Qual a importância de vermos a sua votação?

Membro do PCB desde os anos 1930, Sebastião da Hora ajudou a fundar em Alagoas a Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935. Foi preso em decorrência de seu envolvimento com a ANL e possível contribuição ao movimento daquele ano. Sua campanha ocupou bastante o PCB, como relembra o sindicalista Rubens Colaço¹⁶¹ em seu depoimento: “O partido deu a carga que podia dar. O jornal *A Voz do Povo*, em plena atividade, contribuindo também; todos os militantes empenhados na campanha”. Na visão de Colaço, a derrota de Hora se deu à custa da burguesia alagoana, que “se encarregou de sacanear contra ele, embora fosse estimadíssimo. Uma coisa era o médico, o homem de propósitos. Outra

¹⁶¹ Rubens Colaço Rodrigues nasceu em 4 de abril de 1930, em Poço Fundo, um povoado de Santa Cruz do Capibaribe, em Pernambuco. Caçula entre dezoito filhos, logo cedo veio morar em Alagoas, em União dos Palmares. Ex-dirigente sindical e conhecido militante comunista, atuou principalmente nos anos 1950 e 1960. Motorista, presidiu o sindicato da categoria.

coisa era o comunista. Então foi fácil, era só atirar pedras contra o Sebastião da Hora”¹⁶². Não há fontes ou literatura para entendermos melhor essa opção do PCB alagoano por duas frentes, principalmente por optar compor coligação com PSD, PSB e PR à Prefeitura de Maceió. Uma indicação seria a proximidade com o PSB, partido com o qual os comunistas teriam alguma afinidade nos anos seguintes. A melhor possibilidade talvez seja alguma antipatia (recíproca) dos próceres petebistas: seguindo as suas raízes, é muito provável que o PTB de Alagoas possuísse um forte viés anticomunista¹⁶³.

A única divergência encontrada na documentação entre PCB e Muniz Falcão dizia respeito justamente à Prefeitura de Maceió. Com a morte do coronel Lucena Maranhão, em maio de 1955, foram incluídas no pleito a escolha do prefeito da capital¹⁶⁴. Os comunistas não apoiaram Abelardo Pontes Lima, da Frente Popular Alagoana, e lançaram candidato próprio. Quando entrevistou o senador Ismar de Góis Monteiro, o repórter do *Jornal de Alagoas* perguntou sobre o clima eleitoral na capital, principalmente sobre o candidato a prefeito de Maceió, o médico Sebastião da Hora: “Sua candidatura, o que tudo indica, será apresentada pelo PSD, PSB e PR (...)”¹⁶⁵.

Observar a formação da Frente Popular Alagoana nos ajuda a compor o cenário político-partidário do governo Muniz Falcão e entender as intrincadas alianças construídas e desfeitas ao longo de seu mandato, inclusive em momentos-chave, como no processo de *impeachment*. Os desdobramentos aqui expostos refletirão ao longo da narrativa, facilitando o entendimento do que vem a seguir. Da mesma forma, deixa clara a existência de rugas entre

¹⁶² MAJELLA, *Rubens Colaço...*, op. cit., p. 50.

¹⁶³ BENEVIDES, Maria Victoria. *O PTB e o trabalhismo – partido e sindicato em São Paulo: 1945-1964*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 42 e GOMES e D’ARAÚJO, op. cit., p. 16. As arengas entre as duas agremiações ficaram mais claras durante o mandato de Muniz Falcão (no terceiro capítulo trato um pouco mais sobre isso). Gomes e D’Araujo mostram como “os trabalhistas jogavam em duas frentes”: ora combatendo, ora se aliando aos comunistas.

¹⁶⁴ Oficial da polícia militar, José Lucena de Albuquerque Maranhão ficou famoso por ser o coronel do batalhão responsável por capturar e executar Lampião de seu bando. Elegeu-se prefeito de Santana do Ipanema, no sertão alagoano, em 1948. Dois anos depois, assumia na Assembleia Legislativa, eleito pelo PST de Silvestre Péricles, então governador. Em 1952, tornava-se prefeito de Maceió, em coligação formada por PTB e PSP. Morreu em maio de 1955, antes de completar seu mandato. No intervalo entre sua morte e o pleito de outubro de 1955, o vereador Abelardo Pontes Lima assumiu a prefeitura. Antes, em 1954, Lima candidatou-se a deputado estadual, sem sucesso. Repetindo a mesma coligação de Lucena Maranhão e com o apoio da Frente Popular Alagoana, Pontes Lima venceu, tornando-se prefeito de Maceió dessa vez pelo voto.

¹⁶⁵ IHGAL, PREVÊ O CEL. Ismar a derrota da candidatura Muniz Falcão. *Jornal de Alagoas*. Maceió, 20 ago. 1955, p. 5. Não encontrei documentação que comprove, mas muito provavelmente Hora saiu pelo PSB, ainda que coligado com o PSD. No pleito seguinte, dois comunistas elegeram-se vereadores de Maceió pelo partido socialista. Outrossim, não encontrei alguma outra aproximação de Hora com Ismar de Góis Monteiro, outrora inimigo político dos comunistas.

Muniz e Ismar, indo de encontro ao que há muito estava consolidado entre os historiadores locais: o apoio do PSD e seu prócer ao governador.

E o mais importante: ficou evidente a escolha dos operários têxteis e da classe trabalhadora de uma forma geral pelo candidato do PSP, independente do galanteio minuciosamente urdido por Arnon de Mello e do deslocamento da realidade apresentado pelas principais lideranças trabalhistas. Muito dessa escolha recai, justamente, sobre as atitudes da gestão anterior, quando comunistas e trabalhadores foram perseguidos por Mello desde o início de seu mandato: a principal liderança do PCB alagoano, Jaime Miranda, organizou um comício no mesmo dia da posse do novo governador (31 de janeiro de 1951), na Praça Rosa da Fonseca, a poucos metros da solenidade oficial (no Palácio dos Martírios). Sem perder tempo, Arnon de Mello convocou o 20º Batalhão de Caçadores, do exército, liderado pelo padrinho de Miranda e “conhecido como fervoroso udenista, no seu tempo”¹⁶⁶, o capitão Mário Lima. Este, por sua vez, não demorou a agir e vamos deixá-lo relatar como procedeu: “O saudoso e então tenente Alfredo Camarão, que chefiava o controle do policiamento do centro da cidade, conseguiu detê-los no tempo exato. Transportou-os (...) para o quartel do Farol onde, para maior tranquilidade, determinamos que ali pernoitasse”¹⁶⁷.

Com esse cartão de visitas, Arnon de Mello dava início ao seu mandato. Conforme demonstrado acima, a vitória de Muniz se deu nos centros urbanos, com eleitores-operários que não queriam e nem tinham razões para votar em um candidato apoiado por Mello.

¹⁶⁶ BARROS, Luiz Nogueira. *A solidão dos espaços políticos*. Maceió: EDICULTE/SECULTE, 1988, p. 170.

¹⁶⁷ Lima, op. cit., pp. 275-276.

2. O GOVERNO MUNIZ FALCÃO

Votar é exercer autoridade; é a suprema autoridade da qual todas as outras derivam... (...) *Força*, se preferirem! O direito de voto é força, nua e crua, o poder das varas e do machado. Quer ela seja exercida por dez homens ou dez bilhões, a autoridade política é *força*¹⁶⁸.

Muniz Falcão sagrou-se vencedor na disputa governamental de 1955 e possuía uma maioria frágil na Assembleia Legislativa – a Casa de Tavares Bastos –, com os deputados eleitos durante o governo Arnon de Mello (em 1954) e por ele apoiado. A conjuntura política não se mostrou favorável, tampouco a econômica: o governo eleito acusou, mais de uma vez, a “herança” da gestão anterior, com um grande déficit financeiro, motivo pelo qual inviabilizou de imediato a plataforma de campanha da Frente Popular Alagoana, em que uma das soluções encontrada foi a criação de um novo imposto. As crises política e econômica foram cruciais no início do mandato e geraram acontecimentos que marcaram Alagoas.

Assim, o governo Muniz Falcão pode ser dividido de maneira simplificada em dois momentos distintos. Nos dois primeiros anos (1956 e 1957), os ataques e perseguições ao governador por parte da oposição agroindustrial, institucionalizada em setores da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Social Democrático (PSD), deram a tônica. Nesse biênio sucederam-se os fatos mais impactantes e marcantes da gestão: a criação da Taxa Pró-Economia, Saúde e Educação, o assassinato de um deputado oposicionista, o tiroteio dentro da Assembleia, uma intervenção federal e o processo de *impeachment*. Após esse tumultuado início, nos três últimos anos (1958 a 1960) o governador conseguiu estabilizar seu mandato, contornou a crise política e alcançou importante vitória eleitoral no pleito legislativo de 1958. A euforia após esse triunfo foi tamanha que o grupo situacionista – agora maioria incontestada – concorreu à sucessão governamental de 1960 com dois candidatos.

Com base nessa conjuntura, o presente capítulo sublinha e discute alguns momentos do mandato de Muniz Falcão cruciais para a classe operária, priorizando como o reflexo de suas ações e de seus aliados e desafetos incidiu e afetou diretamente os trabalhadores. Os comunistas ganham mais destaque ao apoiarem quase integralmente e participarem diretamente da gestão, inclusive com membros do partido fazendo parte oficialmente do governo – e como essa proximidade bilateral impregnou a sua política dali

¹⁶⁸ HEINLEIN, Robert. *Tropas estelares*. São Paulo: Editora Aleph, 2015, p. 243. Grifos no original.

por diante. Ao mesmo tempo, o capítulo destrincha mais duas campanhas eleitorais (1958 e 1960), sublinhando a sucessão governamental.

2.1 AS PERSPECTIVAS SOMBRIAS DA ECONOMIA ALAGOANA

O boletim trimestral da Associação Comercial de Maceió¹⁶⁹ – principal sede do capitalismo alagoano e maior força econômica do estado – não trazia boas notícias no início de 1956, sendo “sombrias as perspectivas” para aquele momento. A inflação assombrava o país e o boletim destacava “o crescente e fantástico custo de vida” – tema recorrente naqueles anos; todos, a seu modo, criticaram ou denunciaram a carestia: desde trabalhadores e comunistas, passando pelo governo e até empresários e industriais.

Com o advento de um novo governo federal, o informativo enaltecia duas metas de Juscelino Kubitschek: transporte e energia, grandes deficiências em Alagoas, que não possuía “qualquer facilidade de transporte – marítimo ou rodoviário – e muito menos de energia”. Não desejando “situarmos como pessimistas”, o texto assevera não faltar “cargueiros para escoamento de nossa produção: açúcar, tecidos, coco, etc”. Contudo, o Porto de Maceió estava “desaparelhado” e seu cais era muito limitado, o que dificultava e atrasava a movimentação de mercadorias, encarecendo o transporte. Diante disso, o editorial louvava o programa de Kubitschek ao mesmo tempo em que rogava para que tivesse “um cunho nitidamente nacional”¹⁷⁰.

Em outras palavras, observamos nitidamente como a classe dominante recorreu ao Estado para resolver questões estruturais necessárias ao seu próprio desenvolvimento e, deste modo, lucrar ainda mais. Essa mesma classe dominante necessitava do Estado para se manter, por isso lutou tão aguerridamente para não se afastar do poder. Aos seus olhos, Muniz Falcão era uma ameaça.

Apenas essa informação (carência de transportes e energia) serve para mostrar-nos o nível de industrialização do estado na década de 1950 e demonstra a sintonia entre

¹⁶⁹ A Associação Comercial de Maceió remete a meados de 1866, ano de sua fundação. Na visão de Moacir Santana, a Associação era a representação máxima do açúcar e do algodão em Alagoas. A história desses produtos está intrinsecamente associada a da entidade. Era a casa dos comerciantes que enriqueceram com a venda e exportação do açúcar e do algodão, principais produtos agrícolas do estado. Em vários momentos, inclusive recentemente, serviu como sede da Assembleia Legislativa. Cf.: SANTANA, Moacir Medeiros. *Uma associação centenária*. Maceió: Sem Editora (Arquivo público de Alagoas), 1966.

¹⁷⁰ APA, ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE Maceió. *Boletim da Associação Comercial de Maceió*. Maceió, nov-jan. 1956, p. 1.

governador e capital comercial. As três principais obras realizadas por Muniz Falcão foram justamente a ampliação da malha rodoviária, a reforma do Porto e um plano de eletrificação do estado. Destaco a última delas¹⁷¹:

Para facilitar e atrair a instalação de novas indústrias, com o aproveitamento do potencial hidráulico da CHESF, foram estabelecidas (...) as bases para a fundação de uma Sociedade de economia mista, a Companhia de Eletricidade de Alagoas (CEAL), que veio abrir melhores horizontes à industrialização. Por outro lado, a isenção de impostos pelo prazo de dez anos foi facultada aos empreendimentos industriais pioneiros que busquem o nosso território¹⁷².

O governador empenhava-se para acompanhar o ritmo de industrialização executado pelo governo federal, sobretudo com as metalúrgicas e automobilísticas. Ou, pelo menos, diversificar o parque industrial alagoano, pois como era bem sabido pelo executivo local, “Alagoas, com efeito, tem sua economia precipuamente fundada na base de açúcar e, em segundo plano, na indústria dos tecidos”. Com base em estudos, Muniz Falcão citou ainda a possibilidade de instalação de fábricas de cimento (por conta do calcário), laticínios (na bacia leiteira), celulose (bagaço da cana), fumo e petróleo¹⁷³.

Com esperanças no novo governo federal, outro artigo da Associação Comercial direcionou suas críticas ao anterior (Getúlio Vargas). Para o futuro de seus negócios, os comerciantes de Maceió mostravam um “moderado otimismo” – ainda que, paradoxalmente, considerassem “sombrias as perspectivas”. Criticaram ferozmente o exagero – considerado “nocivo para a economia” – do período eleitoral de 1955, dividido entre dois extremos: otimismo ou pessimismo. “Obviamente, quem acha tudo bem, torna-se popular, ao passo que os que pensam de maneira diversa, antipáticos e odiados”. Tal análise ajuda-nos a entender os pronunciamentos de Arnon de Mello durante a campanha, todos bem direcionados nesse sentido, principalmente vindo de um partido eminentemente antipopular. O artigo parte para um rápido exame do momento.

¹⁷¹ As rodovias alagoanas foram tema das cinco mensagens enviadas à Assembleia pelo governador; nessas oportunidades, Muniz atualizava o Legislativo acerca do avanço das obras, mesmo diante das dificuldades econômicas. As duas principais foram as rodovias que ligam Maceió a Recife (pelo litoral, hoje chamada de AL-101 Norte) e à Palmeira dos Índios (BR-316). Já o Porto de Maceió foi alvo de uma grande reforma empreendida por Muniz em seu mandato, modernizando-o e ampliando seu cais.

¹⁷² APA, FALCÃO, Muniz. *Mensagem apresentada pelo governador Muniz Falcão à Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas em 21 de abril de 1959*. Maceió: Imprensa Oficial, 1959, p. 5.

¹⁷³ APA, FALCÃO, Muniz. *Mensagem apresentada pelo governador Muniz Falcão à Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas em 21 de abril de 1959*. Maceió: Imprensa Oficial, 1959, pp. 4-6.

O Brasil acha-se presentemente na rua da amargura. Predomina o pessimismo, depois dum período de excesso de confiança que gerou manobras especulativas de porte até agora desconhecidas no país. Quase todos acreditam agora na perspectiva da era das vacas magras. Na realidade, porém, não houve alteração espetaculosa que justifique essa passagem repentina ao polo oposto, de julgar tudo negro. Não há lógica, nem sentido anterior, de excessivo otimismo, nem ao atual, de exagerado pessimismo.

Segundo o artigo, o momento era justificável e poderia ser facilmente resolvido. Havia sim uma crise, mas de confiança “e não de ordem material”¹⁷⁴.

O “moderado otimismo” dos comerciantes não se refletiu entre a classe trabalhadora. Após o aumento do salário mínimo decretado por Kubitschek em 1956, os trabalhadores agora lutavam para não ver o aumento minado pela onda inflacionária citada pelos comerciantes de Maceió. Congelamento dos preços, aumento da tarifa dos ônibus, luta contra a carestia de vida entre outros foram temas abundantes em *A Voz do Povo* ao longo daquele ano¹⁷⁵. O PCB alagoano tinha outro entendimento em relação ao momento econômico do Brasil, bem diferente da Associação. A curta matéria cita um editorial do *Diário de Alagoas* acerca da problemática conjuntura financeira e econômica brasileiras. Na opinião do articulista, o jornal governista acertou ao mostrar “conhecimento dessa realidade”, pois mostrar-se cômico das dificuldades é o primeiro passo para resolvê-las. A discordância entre comunistas e trabalhistas versava sobre as medidas do presidente e da tentativa dos últimos de “justificar a política inflacionária e as medidas antipáticas de aumento dos impostos, alegando que não há outra saída”. Para o articulista, o *Diário de Alagoas* dava um passo para trás ao encarnar “o espírito de vacilação das classes dominantes [e] o seu medo de apresentar ao povo as causas da situação de calamidade que atravessa o país”. Então, coube à matéria revelar os responsáveis pela vida miserável do povo: “o latifúndio e a dominação norte-americana”. Ambos impediam o Brasil de progredir e alcançar um bem-estar para sua população¹⁷⁶.

A princípio, aumentar os impostos não era uma solução viável para o novo governador. Em sua primeira mensagem à Assembleia Legislativa, datada de 21 de abril de 1956, Muniz Falcão demonstrou primeiro, e indiretamente, estar ciente de sua posição tênue

¹⁷⁴ APA, TENDÊNCIAS DOS NEGÓCIOS nacionais. *Boletim da Associação Comercial de Maceió*. Maceió, nov.-jan. 1956, p. 2.

¹⁷⁵ A título de exemplo, somente a cesta básica consumia, em média, 44% do salário mínimo em 1957. APA, O LEGADO DA carestia. *A Voz do Povo*. Maceió, 12 jan. 1957, p. 3.

¹⁷⁶ APA, O GOVERNO E a plataforma do PCB. *A Voz do Povo*. Maceió, 29 jul. 1956, pp. 1; 4. Não ficando apenas no campo da denúncia, o texto apresenta uma solução diferente daquela sugerida pelos trabalhistas: seguir “a plataforma de 4 pontos apresentada pelo PCB”.

dentro daquela casa¹⁷⁷. Sem perder tempo, convocou os deputados “para uma ação harmônica e continuada no sentido de serem dadas soluções concretas e definitivas aos grandes e justos problemas da nossa coletividade”. Aproveitou o momento para compartilhar as responsabilidades: “O esforço do Governo seria infrutífero caso lhe faltasse a cooperação dos representantes do povo, cuja responsabilidade não é menor do que a do Chefe do Poder Executivo”¹⁷⁸. Harmonia e “conjugação de forças” eram as palavras-chave de Muniz nesse momento. Conhecia bem o trabalho parlamentar e apresentou-se sabedor da importância da governabilidade em um ambiente que não lhe era amigável.

Por outro lado, não ficou apenas na defensiva. De forma bem moderada e generalizante, teceu críticas à gestão anterior e aos imbróglios e ataques surgidos e externados ao longo da campanha de 1955. *Pari passu*, criticava aqueles em que buscava apoio. Mais adiante o tom vai endurecendo – sempre de forma moderada – e parecia disposto a não ceder mais espaço à oposição, culpando-os igualmente pela situação: “A Vossas Excelências não escapa esta grande verdade que declarei acima e a faço repetir: recebi o Governo de Alagoas em condições as mais desfavoráveis, em todos os seus aspectos”¹⁷⁹.

Financeiramente, Alagoas estava em situação caótica. Muniz não poupou nem seu “mentor político”, Silvestre Péricles: para o atual governador, os problemas fazendários datavam dos fins do Estado Novo. Segundo ele, apenas no início da interventoria de Ismar de Góis Monteiro, em 1941, o Estado municiou-se de funcionários capacitados, de técnicos especializados em cada questão. Em outras palavras, o momento em que a administração pública funcionou corretamente foi quando da sua chegada a Alagoas, juntamente com seu aliado Ari Pitombo. Antes e depois de suas vindas, imperaram o nepotismo e as nomeações de cunho partidário¹⁸⁰.

No caso específico da Secretaria da Fazenda, além desses problemas técnicos, os funcionários possuíam salários baixos, um sistema de promoções ineficiente e alguns sofriam perseguições políticas. No plano mais geral, “os encargos criados para o Tesouro (...),

¹⁷⁷ Toda a *Mensagem* encontra-se resumida em seu discurso de posse, proferido na Assembleia Legislativa de Alagoas em 31 de janeiro de 1956. Naquela ocasião, Muniz resumiu-se a criticar a gestão anterior, sobretudo por ter deixado grandes problemas financeiros a serem resolvidos, e a solicitar o apoio dos poderes Legislativo e Judiciário (APA, FALCÃO, Muniz. *Mensagem apresentada pelo governador Muniz Falcão à Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas em 21 de abril de 1956*. Maceió: Imprensa Oficial, 1956, pp. 163-174).

¹⁷⁸ APA, FALCÃO, Muniz. *Mensagem apresentada pelo governador Muniz Falcão à Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas em 21 de abril de 1956*. Maceió: Imprensa Oficial, 1956, p. 6.

¹⁷⁹ APA, *Ibid.*, p. 9. Em seguida, afirmou que “todo poder emana de Deus”, excluindo o povo até mesmo da célebre citação.

¹⁸⁰ APA, *Ibid.*, pp. 11-12.

ultrapassaram, consideravelmente, as possibilidades do aparelhamento fazendário (...) [e] o orçamento vigente não traduz a realidade financeira nem a situação econômica do Estado”¹⁸¹. O governo Muniz Falcão herdou algumas dívidas, como um empréstimo tomado junto ao Banco do Brasil, e problemas na previdência estadual¹⁸². No fim das contas, Alagoas exibia um panorama financeiro que inviabilizava a atual gestão.

Ainda de acordo com o governador, havia outros três problemas: a) por conta de uma estiagem prolongada, a produção agrícola ficou aquém do esperado; b) com isso, as exportações sofreram uma queda, com reflexos diretos no comércio; c) por fim, o mais grave: a sonegação fiscal, causadora de um grande estrago na arrecadação estadual. Ciente desse fato, Muniz prometeu resolvê-lo, deixando claro não ser uma tarefa simples e de “improviso”. A Secretaria da Fazenda e da Produção carecia de uma reforma estrutural para combater e coibir os sonegadores e Muniz pediu a colaboração do Legislativo¹⁸³. Havia uma grande ironia em seu pedido: na mensagem do ano anterior, Muniz citou a baixa arrecadação de dois impostos bem emblemáticos para a Casa de Tavares Bastos: o de Vendas e Consignações (mais especificamente a taxa sobre o açúcar) e o Territorial (com destaque para os latifúndios)¹⁸⁴. Assinalava estar disposto a propor mudanças que certamente não agradariam as elites locais.

Expressão máxima dessas elites, as usinas – bem entrosadas com o poder público¹⁸⁵ – apresentavam maquinário desgastado e obsoleto, mas existente apenas por conta da intervenção do governo federal ao tempo da presidência de Eurico Dutra, por meio do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Muniz Falcão não se furtou de criticar os limites dessa mesma política, acrescentando que os resultados do “plano de reequipamento foram parciais, podendo-se até considerar milagrosos os últimos aumentos da produção”. Com isso, a proposta do governo era modernizar as usinas alagoanas, aumentando a produtividade e, conseqüentemente, a arrecadação. Para os demais industriários não houve um plano mais detalhado: apenas uma promessa de melhoria e de atrair novas indústrias para o estado¹⁸⁶.

¹⁸¹ APA, Ibid., p. 13.

¹⁸² APA, Ibid., p. 14.

¹⁸³ APA, FALCÃO, Muniz. *Mensagem apresentada pelo governador Muniz Falcão à Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas em 21 de abril de 1957*. Maceió: Imprensa Oficial, 1957, pp. 57-58.

¹⁸⁴ APA, FALCÃO, Muniz. *Mensagem apresentada pelo governador Muniz Falcão à Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas em 21 de abril de 1956*. Maceió: Imprensa Oficial, 1956, p. 23.

¹⁸⁵ APA, Ibid., p. 29.

¹⁸⁶ APA, Ibid., pp. 30-31. As outras indústrias não são especificadas, apenas a têxtil.

Diante desse panorama desfavorável, tomou uma medida bem impopular visando enxugar os gastos: de uma só vez, demitiu todos servidores contratados a partir de 15 de setembro de 1955, segundo ele mesmo, de maneira irregular, “pois deixaram de preencher as exigências legais e enveredaram pelo caminho da fraude”. Acusou Mello de inchar propositadamente a máquina pública, com o único objetivo de criar dificuldades ao seu sucessor. No entanto, demitiu apenas “os servidores admitidos, nomeados ou transferidos, irregular ou fraudulentamente, ao apagar das luzes do último Governo”. Ainda assim, não deixou de pagar o funcionalismo em dia e ainda reajustou o salário dos servidores, “em vista da ascensão do custo de vida”¹⁸⁷. Mesmo diante desses problemas, Muniz Falcão asseverou ser contra o aumento de impostos para equilibrar as contas públicas. Prometeu lutar contra a sonegação fiscal e, em virtude disso, havia a necessidade de uma reforma nos quadros do funcionalismo da Fazenda¹⁸⁸.

Com dívidas, um déficit imenso, produção e arrecadação escassas e dismantelo nas contas públicas, o primeiro ano da gestão Muniz Falcão ficou marcada pelos poucos investimentos, sobretudo na área social. Estava difícil não recorrer a um novo imposto.

A Taxa Pró-Economia, Educação e Saúde

Só para ilustrar, os gastos do Estado em 1956 com segurança pública e assistência social representaram 13,2% das despesas; a educação foi responsável por 16% e a saúde, 8,9% (esses números se mantiveram em 1957). Os chamados “serviços de utilidade pública” e os “encargos gerais” foram as maiores despesas e juntos somam 40% do total de gastos¹⁸⁹. Boa parte desse dispêndio foi empregada em reformas de escolas e posto de saúde sem a menor possibilidade de funcionamento. O jornal governista *Diário de Alagoas* possuía números mais alarmantes. De acordo com a publicação, eram gastos Cr\$ 25 milhões de cruzeiros apenas com o funcionalismo público, enquanto a “arrecadação, segundo de sabe, oscila entre vinte e quatro e trinta milhões de cruzeiros”¹⁹⁰.

¹⁸⁷ APA, *Ibid.*, pp. 53, 56-57.

¹⁸⁸ APA, FALCÃO, Muniz. *Mensagem apresentada pelo governador Muniz Falcão à Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas em 21 de abril de 1956*. Maceió: Imprensa Oficial, 1956, pp. 18-21.

¹⁸⁹ APA, FALCÃO, Muniz. *Mensagem apresentada pelo governador Muniz Falcão à Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas em 21 de abril de 1957*. Maceió: Imprensa Oficial, 1957, p. 56.

¹⁹⁰ APA, A TAXA PRÓ-ECONOMIA. *Diário de Alagoas*. Maceió, 3 mai. 1957, p. 3.

Para viabilizar uma plataforma popular e voltada para as classes menos favorecidas, providências precisavam ser tomadas. A primeira delas veio em junho de 1956, com a criação da Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde¹⁹¹. Sem muitas opções e com uma grave crise econômica em seu primeiro ano de mandato¹⁹², o governador criou a Taxa Pró-Economia, Educação e Saúde, sancionada pela Lei n. 2013 de 22 de outubro de 1956, para vigorar a partir de 1957. Segundo Douglas Tenório, com essa lei, Muniz Falcão chocava-se frontalmente com as elites locais, com um “imposto criado para garantir um mínimo de realizações na área social”. Considerada “o estopim do inconformismo” de uma “poderosa coalizão”¹⁹³, a medida, entretanto, teve vida curta: no dia 21 de maio de 1957, o Tribunal de Justiça do Estado considerou-a inconstitucional. Antes de seu melancólico fim, o fracasso era manifesto: “Muito tem contribuído para o decréscimo da arrecadação a obstinada atitude assumida por alguns grupos econômicos, que se recusam a recolher aos cofres estaduais a Taxa Pró-Economia, Educação e Saúde”¹⁹⁴.

O governador tentava justificar sua atitude. De acordo com Muniz Falcão, Alagoas vivia “o drama educacional primário, como no início do período republicano”, e apontou os dois principais problemas da educação no estado: os baixíssimos salários dos professores e as péssimas condições das escolas, “fruto do completo abandono material”. Na saúde, a situação não era muito diferente: esquistossomose, tuberculose, sífilis, doenças ligadas ao sistema gastrointestinal e causadas pela desnutrição imperavam¹⁹⁵, além de poucos leitos e hospitais obsoletos. Mas, afinal, qual o teor da lei que desestabilizou em definitivo a política alagoana?

Com sete artigos, além de contemplar as áreas denominadas em seu título, era voltada também para as obras do plano rodoviário do governo. É no Artigo 2º que temos o motivo da discórdia: “A Taxa criada por esta lei incidirá sobre a produção de açúcar, tecidos, fumo, arroz, álcool, cana de açúcar e coco (...)”. O seguinte instituía os valores: “A Taxa Pró-

¹⁹¹ APA, FALCÃO, Muniz. *Mensagem apresentada pelo governador Muniz Falcão à Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas em 21 de abril de 1957*. Maceió: Imprensa Oficial, 1957, p. 59.

¹⁹² A título de exemplo, podemos mensurar a crise financeira alagoana com a seguinte informação: o ano de 1957 fechou com um déficit de quase 59 milhões de cruzeiros nas contas públicas. APA, FALCÃO, Muniz. *Mensagem apresentada pelo governador Muniz Falcão à Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas em 21 de abril de 1958*. Maceió: Imprensa Oficial, 1958, pp. 17-18.

¹⁹³ TENÓRIO, Douglas Apratto. *A tragédia do populismo – O impeachment de Muniz Falcão*. 2º ed. Maceió: EDUFAL, 2007, pp. 16-17.

¹⁹⁴ APA, FALCÃO, Muniz. *Mensagem apresentada pelo governador Muniz Falcão à Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas em 21 de abril de 1957*. Maceió: Imprensa Oficial, 1957, p. 57.

¹⁹⁵ APA, *Ibid.*, pp. 60-61, 72-73.

Economia, Educação e Saúde é fixada em 2% e será recolhida pelos produtores (...) por ocasião da primeira operação de venda ou consignação”, exceto a cana de açúcar, que pagaria 1% do valor de sua produção e 3% quando fosse vendida fora do estado¹⁹⁶. Com porcentagens mínimas, não surtiria grandes efeitos para o erário: a Taxa representava apenas 3,36% de toda a arrecadação do estado (o imposto de exportação, por exemplo, representava 5,88%)¹⁹⁷.

Muniz tencionava arrecadar dinheiro para suas reformas sociais justamente entre as três maiores forças econômicas de Alagoas: os produtores agrícolas, os industriários e os comerciantes, cuja representação na Assembleia Legislativa era maciça. O problema, de fato, era sociopolítico: em termos financeiros, o próprio governo reconhecia o fracasso do imposto. No início de maio de 1957, quando a lei estava *sub judice*, o periódico situacionista atestou: “Sabe-se, aliás, que o recolhimento da Taxa Pró-Economia, Educação e Saúde não tem correspondido aos cálculos otimistas feitos anteriormente”¹⁹⁸. Nessa edição, um curto artigo justificou a taxa e fez um apelo:

A arrecadação da Taxa, pela fazenda estadual, representa maior número de escolas nas cruzadas contra o analfabetismo, maior assistência sanitária-hospitalar na capital e no interior, mais efetivo estímulo às fontes produtoras de riquezas, visando, necessariamente, ao fortalecimento da economia privada. (...) Há, no Estado, uma infância escolar carente dos cuidados do poder público. Temos, em Alagoas, índices desoladores de mortalidade infantil e adulta, devido à precariedade dos serviços de saúde.

Ao encerrar, aludiu novamente sobre a importância da medida: “Isso tudo depende do recolhimento ao Tesouro da Taxa Pró-Economia, Educação e Saúde”¹⁹⁹ – o que, conforme dito anteriormente pelo próprio jornal, não era verdade. De toda forma, o apelo não surtiu efeito e o imposto foi considerado inconstitucional²⁰⁰.

2.2 A CRISE POLÍTICA DE 1957

No pleito de 1954, a UDN e o Partido Trabalhista Nacional (PTN) elegeram cerca de 60% dos deputados contra 17% do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Social

¹⁹⁶ TENÓRIO, op. cit., pp. 254-255.

¹⁹⁷ APA, FALCÃO, Muniz. *Mensagem apresentada pelo governador Muniz Falcão à Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas em 21 de abril de 1958*. Maceió: Imprensa Oficial, 1958, pp. 12-13.

¹⁹⁸ APA, A TAXA PRÓ-ECONOMIA. *Diário de Alagoas*. Maceió, 3 mai. 1957, p. 3.

¹⁹⁹ APA, FUNÇÃO SOCIAL DO TRIBUTO. *Diário de Alagoas*. Maceió, 3 mai. 1957, p. 5.

²⁰⁰ Nem mesmo entre a sociedade. Não encontrei nas fontes qualquer referência ao imposto, além das citações feitas pelo executivo estadual.

Progressista (PSP). O restante (23%) veio do PSD. Pela ótica das coligações em 1955, era uma composição nada favorável. Por outro lado, observar os números baseado apenas nas siglas partidárias pode levar-nos ao erro. Segundo Douglas Tenório²⁰¹, na época do *impeachment* (setembro de 1957), 22 deputados eram opositores ao governo, sendo os outros 13 sua base aliada. Em seu livro, o autor apresenta uma tabela nominal, que cruzei com os dados do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas contidos no livro de Heider Lisboa de Sá Júnior²⁰², indicando assim o partido de cada parlamentar – dados que só aumentam a confusão e exibem a fragilidade partidária. Primeiro, os dois casos mais emblemáticos: dos três deputados do PSP – partido de Muniz –, apenas um (Ramiro Pereira) pertencia à base do governador²⁰³. O PTB não ficaria atrás. Igualmente com três deputados eleitos, um deles, Manoel Borges, estava do lado dos oposicionistas.

O PSD, após toda a indecisão na campanha de 1955, estava dividido: dos oito deputados, quatro eram da base aliada. Arnaldo Paiva, Edson Lins, Machado Lobo (suplente) e Lamenha Filho (presidente da Casa) estavam na oposição. Arnaldo Paiva, na condição de industriário têxtil (Rio Largo), certamente cruzou com Muniz Falcão quando este atuava em Alagoas como delegado do Trabalho²⁰⁴.

Até mesmo na UDN Muniz tinha algum apoio, com quatro deputados (entre os dezesseis eleitos) considerados da situação. Um deles, Luiz Coutinho, era deputado pela UDN desde 1950, sendo reeleito em 1958 já pelo PSP de Muniz. Humberto Mendes, sogro do governador e assassinado dentro da Assembleia no dia da votação do *impeachment*²⁰⁵, era filiado ao PTN: dos cinco eleitos pela sigla, apenas Mendes era da situação. O casamento de sua filha Alba com o governador selou essa oportuna união, aproximando ainda mais Muniz Falcão de algumas lideranças do interior (o enlace matrimonial ocorreu no início de 1957).

²⁰¹ TENÓRIO, op. cit., p. 256.

²⁰² SÁ JÚNIOR, Heider Lisboa de. *A Justiça Eleitoral em Alagoas*. Maceió: Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, 2008. Médico de formação, Heider Lisboa é (ou era) funcionário do TRE/AL e responsável pelo Centro de Memória do local, tendo assim acesso a documentação do tribunal. Ao contrário do médico, fiquei preso à burocracia do local nas três visitas que fiz ao TRE.

²⁰³ Em uma matéria de capa, o jornal governista *Diário de Alagoas* cita o deputado Júlio França, do PSP, como integrante do grupo de 22 parlamentares oposicionista. APA, INVENTÁRIO DOS 22. *Diário de Alagoas*. Maceió, 19 out. 1958, p. 1.

²⁰⁴ Essa divisão pode ser conferida em uma nota do diretório nacional após a votação do *impeachment*, em setembro de 1957. No documento, temos o seguinte: “O PSD alagoano está dividido em dois grupos: um que apoia o governador Muniz Falcão e, outro, que lhe é contrário. O PSD nacional, por isso, não tomará posição [acerca do *impeachment*]”. BN, PREGA O NOVO governador alagoano a pacificação política. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 19 set. 1957, p. 11.

²⁰⁵ Cf.: OLIVEIRA, Jorge. *Curral da morte – O impeachment de sangue, poder e política no Nordeste*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

Segundo Jorge Oliveira²⁰⁶, Muniz perdeu apoio de sua base aliada e nove deputados mudaram de lado, desequilibrando a balança – nas contas de Tenório, dez deputados passaram para a oposição²⁰⁷. Essa mudança ocorreu pouco antes do casamento. Partindo desse pressuposto, Muniz teria iniciado seu governo com maioria na Assembleia, perdendo ao longo do ano de 1956 (de uma vez ou paulatinamente, não sabemos) o apoio de nove ou dez deputados. Isso poderia explicar porque membros de seu próprio partido e do seu vice estavam na oposição e levantaria a hipótese de o casamento ter um algum viés político (Mendes tinha influência no agreste alagoano, não fazendo parte do mundo açucareiro).

A composição de aliados e opositoristas apresentada por Tenório pode ser conferida em alguns jornais da época do *impeachment* (meados de 1957); o que não encontrei foram razões para a posição de alguns deles (em especial os deputados do PSP e PTB). Como Oliveira não apresenta suas fontes, não temos como saber como a mudança se deu. A minha primeira hipótese era de que Muniz iniciou seu governo com minoria na Assembleia Legislativa, pois herdou um legislativo dominado pelo ex-governador Arnon de Mello. Destarte, grande parte da UDN e uma parcela do PSD jamais ficariam ao lado do governador, independente de suas atitudes. Basta lembrarmos que até mesmo o setor mais próximo de Muniz Falcão dentro do PSD, nas eleições de 1955, pediu votos para o candidato udenista. Ou seja, independente de qualquer consistência ideológica ou partidária, a elite agroindustrial alagoana sabia bem que não estava mais com as rédeas do Poder Executivo.

Além do casamento, Jorge Oliveira (seguindo Douglas Tenório) usa como argumento as medidas tomadas pelo governador e pelo caráter de sua gestão (dita popular). Para ambos os autores, a cobrança de um imposto sobre os principais produtos alagoanos seria o ápice da batalha entre governo e Assembleia. Para a oposição, era o cúmulo da falta de discernimento do governador, uma grande ousadia. “O presidente da Assembleia Legislativa na época, o fornecedor de cana-de-açúcar Lamenha Filho, seu adversário político, reconhece que os produtores de cana não gostaram”,²⁰⁸.

O imposto tem grande peso na narrativa de Douglas Tenório. Contudo, o assassinato do deputado udenista Marques da Silva na cidade de Arapiraca foi, comprovadamente, usado como razão principal para o pedido de *impeachment* e intervenção federal no estado, de acordo com a denúncia do deputado Oséas Cardoso dirigida ao

²⁰⁶ Ibid., p. 35.

²⁰⁷ TENÓRIO, op. cit., p. 81, nota 79.

²⁰⁸ OLIVEIRA, op. cit., p. 35.

presidente da Assembleia Legislativa. A Taxa dividiu a Assembleia: a partir dali, não haveria mais trégua por parte da oposição. A morte de Marques da Silva esgotou a paciência do bloco oposicionista, que encontrou elementos para o ataque decisivo.

Com efeito, uma hipótese do início do mandato com uma minoria governista fica então descartada. O que tínhamos, na verdade, eram três grupos na Assembleia:

1. A situação *de facto*, com 12 deputados, como os aliados trabalhistas que participaram ativamente de sua campanha (Abraão Moura e Jorge Assunção), acrescido daqueles que “mudaram de lado” ou tomaram um posicionamento em definitivo ao longo de 1956 e 1957, como Humberto Mendes (sogro do governador) e o deputado udenista Luiz Coutinho;
2. A oposição, composta por tradicionais políticos vindos do mundo agroindustrial (Arnaldo Paiva e Teotônio Vilela) e com fortes tradições liberais (irmãos Gomes de Barros), mormente filiados a UDN e ao PTN, e que jamais se aliaria a Muniz Falcão;
3. Um grupo volátil de perfil majoritariamente conservador, mais preocupado em seus interesses pessoais e com trânsito entre a situação e a oposição, pendendo para esse último. De atitudes dúbias, foi responsável, por exemplo, pela aprovação da Taxa Pró-Economia, que mais tarde seria utilizada contra o governador.

Certamente, Jorge Oliveira tomou com base para suas afirmações uma entrevista ao *Correio da Manhã* em setembro de 1957, quando Muniz Falcão relatou os acontecimentos de sua posse até o dia da votação do *impeachment*. Nesse relato, o governador asseverou ter maioria na Assembleia até o momento em que a Taxa entrou em debate²⁰⁹. Logo no início da entrevista, Muniz explicou:

É evidente que deputado que seja usineiro, proprietário de fábrica de tecidos, latifundiário, não perdoa nenhum governo que, em benefício da coletividade, procure reduzir, embora de modo suave, os lucros da empresa. *Iniciou-se desde então uma luta surda visando a estabelecer incompatibilidades entre o governo e alguns deputados de sua bancada*, tendo como pretexto a iniciativa a que me estou referindo, a taxa pró-economia (...).

De acordo com esse relato, a oposição aproveitou-se da aprovação desse imposto para desestabilizar a sua gestão, cooptando os deputados da situação que não tinham qualquer compromisso com a Frente Popular Alagoana – cuja proposta inicial para contornar a crise

²⁰⁹ Na verdade, essa entrevista é citada por Tenório; Oliveira utiliza *A tragédia do populismo* como fonte, já que não cita o jornal carioca. Aliás, no livro de Tenório há um pequeno erro: a referida edição é de 18 de setembro de 1957 e não do dia 19, como diz o texto.

econômica era aumentar o Imposto de Vendas e Consignações. Muniz era contra essa ideia e se justificou da seguinte maneira:

É preciso considerar que o Imposto de vendas e consignações incide frontalmente sobre a economia popular. O industrial, o comerciante, apenas o recebe do contribuinte para transferi-lo aos cofres públicos. É um modo muito fácil de aumentar as aflições do povo, em vez de taxar àqueles que realmente podem pagar impostos²¹⁰.

Em outras palavras, o reajuste desse imposto apenas aumentaria os preços, minorando ainda mais o poder de compra da classe trabalhadora, já bastante corroído pela inflação.

O *impeachment* de Muniz Falcão

Diante de um grupo tão indefinido de parlamentares, Muniz Falcão iniciou seu mandato com cautela. As suas duas primeiras mensagens ao legislativo alagoano foram bem respeitadas e o governador solicitou a ajuda e o apoio da Casa de Tavares Bastos para resolverem, juntos, os problemas de Alagoas. Preocupou-se em criticar a gestão Arnon de Mello ao mesmo tempo em que eximia os deputados dos supostos pecados da gestão anterior.

As medidas tomadas em 1956 não surtiram efeito no ano seguinte e a crise financeira permaneceu. A Taxa Pró-Economia, Educação e Saúde, atitude mais ousada de Muniz para viabilizar alguns de seus projetos populares, fracassou e serviu apenas para escancarar a instabilidade política e os embates entre Executivo e Legislativo. Antes mesmo de o Judiciário revogar a lei, Alagoas assistiu a mais um crime político: em 7 de fevereiro de 1957, o deputado udenista Marques da Silva foi assassinado em Arapiraca. Esse tipo de evento não era novidade na década de 1950, ainda que causasse comoção e deixasse a sociedade em choque. Nesse sentido, o que o diferencia dos demais crimes políticos foi uma carta enviada por Marques da Silva à presidência da UDN em dezembro de 1956 e divulgada na imprensa. No documento, o deputado revelou a existência de um plano para matá-lo e responsabilizou Muniz pelo que aconteceria: “O senhor governador foi e é conivente em todos esses crimes, de notória filiação política. Nem pode ele argumentar que não foi advertido,

²¹⁰ BN, MUNIZ FALCÃO ENTREVISTADO pelo Correio entre Maceió e Rio: primeiro depoimento do governador de Alagoas sobre a crise. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18 set. 1957, p. 1; 11 (primeiro caderno). Grifos meus.

porque, por várias vezes, tive ensejo de prevenir, da Tribuna da Assembleia, a marcha dos acontecimentos do meu município”²¹¹.

Na introdução de sua mensagem ao Legislativo de 1957, Muniz Falcão defendeu-se: “Infelizmente, os sentimentos de pesar e de revolta vieram a servir de pretexto para as mais absurdas explorações. (...) Repetidas vezes promovi, em Arapiraca, a substituição de autoridades policiais, quando se positivavam reclamações de prejudicados”²¹². Ao longo de oito páginas, encontra-se a troca de ofícios entre Executivo e Judiciário, a fim de elucidar o crime. Muniz defendia-se das acusações de seus opositores ao mesmo tempo em que elencava uma série de crimes ocorridos na administração Arnon de Mello, como se buscasse uma referência histórica para justificar os constantes crimes políticos no estado²¹³.

A defesa mostrou-se urgente porque a reação da oposição foi imediata: em 9 de fevereiro, apenas dois dias após o crime de Arapiraca, o deputado Oséas Cardoso (PTN) entrou com uma denúncia contra o governador na Assembleia Legislativa: era o início do processo de *impeachment*. Dividido em três pontos, o primeiro (e mais longo) versou sobre a morte de Marques da Silva e o clima de insegurança vivido não apenas pela oposição, mas por toda a população do estado²¹⁴. A partir desse momento, a oposição cresceu, a instabilidade política chegou a níveis críticos e o governador viu-se acuado e enfraquecido politicamente. A atuação da bancada governista no caso era apática, mormente seus aliados do PTB e seu único deputado do PSP. Nas atas da Assembleia Legislativa consultadas há poucos pronunciamentos e pífias tentativas desses deputados em salvaguardar o governador dos ataques sofridos constantemente. O ápice desse processo deu-se durante a votação do *impeachment* no dia 13 de agosto de 1957, quando os deputados chegaram à Assembleia armados com metralhadoras, inclusive com barricadas separando as duas facções²¹⁵.

O periódico governista publicizava o apoio popular contra a “tentativa de usurpação do poder, esboçada pelo udenismo indígena, com a colaboração odiosa de

²¹¹ TENÓRIO, op. cit., p. 268.

²¹² APA, FALCÃO, Muniz. *Mensagem apresentada pelo governador Muniz Falcão à Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas em 21 de abril de 1957*. Maceió: Imprensa Oficial, 1957, pp. 5-6. Na entrevista ao *Correio da Manhã*, Muniz voltou a explicar suas atitudes para coibir atos de violência em Arapiraca. Uma delas foi a nomeação do capitão Cícero Argolo para o cargo de delegado da cidade; segundo Muniz, Argolo “sempre gozou da simpatia e da confiança da oposição”.

²¹³ APA, Ibid., p. 14-16.

²¹⁴ A denúncia pode ser lida em TENÓRIO, op. cit., pp. 257-262. Os outros dois pontos tratam de supostos problemas na loteria estadual e o jogo do bicho e fica claro que serviram apenas de pretexto para caracterizar um crime de responsabilidade fiscal e, assim, justificar o pedido de *impeachment*.

²¹⁵ O desenrolar dos fatos até tiroteio na Assembleia, quando o sogro do governador foi morto, e a posterior intervenção federal estão bem expostos em: TENÓRIO, op. cit., pp. 49-84 e OLIVEIRA, op. cit., pp. 97-115.

elementos despeitados e inconformados de outras facções políticas”. O golpismo, uma das marcas fortes da UDN²¹⁶, se fazia presente entre os partidários alagoanos.

Durante um curso de orientação sindical em Fernão Velho, um grupo de moradores de um popular bairro maceioense entregou ao governador um abaixo-assinado com pouco mais de 160 assinaturas, com o objetivo de “hipotecar sincera solidariedade a Vossa Excelência, nesta hora em que impiedosos e injustos ataques lhe são feitos por inimigos gratuitos que, a todo custo, pleiteiam a desmoralização” de sua gestão. Os moradores estavam certos da “inocência” de Muniz e rogavam “a Deus, a fim de que nunca lhe faltem forças e coragem para levar avante essa luta patriótica no sentido da recuperação do povo alagoano”²¹⁷. Mais dois documentos com o mesmo teor foram publicados nessa edição, dessa vez vindos do bairro do Poço e do povoado operário de Saúde. Uma comissão de servidores da Rede Ferroviária do Nordeste foi pessoalmente ao Palácio dos Martírios solidarizar-se com o governador²¹⁸.

Em busca de mais apoio, o Muniz Falcão aproveitou quando os trabalhadores resolveram homenagear a memória de Getúlio Vargas; exatos três anos após o suicídio, a classe operária alagoana demonstrou seu apreço ao ex-presidente com a chamada “Semana Getúlio Vargas”. A primeira reportagem do *Diário de Alagoas* leva-nos a crer que o evento fora organizado pelos próprios trabalhadores com “todo o apoio do governador” e, a princípio, não há referências a partidos ou lideranças sindicais. No dia 24 de agosto de 1957, uma programação bem simples ocorreria no Palácio do Trabalhador: pela manhã, hasteamento da bandeira e leitura da carta-testamento; à noite, um comício no qual seriam expostas as principais obras varguistas (“hidroelétrica do São Francisco, a Legislação Trabalhista, assistência social, Petrobrás etc.”) pelos oradores. O último parágrafo do artigo afirmava que as três indústrias têxteis de Maceió seriam paralisadas “a fim de que os operários possam acorrer em massa à grande concentração”, sem dar-nos maiores detalhes²¹⁹. Contudo, na edição seguinte o jornal relevou mais detalhes acerca da organização do evento.

²¹⁶ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo – Ambiguidades do liberalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

²¹⁷ APA, AO LADO DE Muniz Falcão: os moradores de Ponta Grossa. *Diário de Alagoas*. Maceió, 6 ago. 1957, pp. 1-2. O primeiro a assinar o documento foi Luiz Bina Xavier, indicado como “1º Vice Presidente do PSB”. Não encontrei qualquer informação a seu respeito.

²¹⁸ APA, REAFIRMADA A SOLIDARIEDADE dos ferroviários ao governo. *Diário de Alagoas*. Maceió, 7 ago. 1957, p. 6.

²¹⁹ APA, CULTO A GETÚLIO Vargas: as classes laboriosas reverenciarão a memória do grande presidente. *Diário de Alagoas*. Maceió, 24 ago. 1957, pp. 1; 5.

Logo no início, descobrimos que não só Muniz deu “inteiro e integral apoio” às festividades: o presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alagoas, Osvaldo Veloso Rosas, teve grande participação. Ao contrário do que imaginávamos, os oradores não seriam os trabalhadores; o jornalista presente ao evento anotou os nomes de Edson Falcão (delegado do Trabalho), dos líderes sindicais José Viana Filho, José Luiz Ferreira e Francisco Claudemiro, do jornalista Miguel Alcides, de um certo Amaurílio Pereira e dos vereadores Hamilton Moraes e Renalvo Siqueira – este último um dos principais e mais destacado militante comunista de Alagoas²²⁰. Todos próximos ao governador, o que justifica a suposta dispensa dos operários têxteis (o governador havia decretado ponto facultativo para o funcionalismo naquele dia). Como não poderia deixar de ser, aproveitou-se a ocasião para tratar do momento político:

Todos os oradores que ocuparam a tribuna em praça pública, na noite de ontem, foram unânimes em repudiar o gesto de certos e determinados políticos que, movidos pelo ódio doentio, querem arrebatam das mãos do digno e honrado Governador Muniz Falcão, aquilo que o povo, com a sua sabedoria, outorgou livremente ao atual Chefe do Executivo Alagoano, no memorável pleito de 3 de outubro de 1955.

Ainda segundo o texto, os responsáveis pela morte de Vargas eram os mesmos que tentavam, através de um “*impeachment* institucional”, retirar Muniz Falcão do poder²²¹.

Provavelmente na esteira do sucesso desse evento, realizou-se outro comício, agora na praça defronte ao Palácio, “promovido por um grupo de senhoras alagoanas”²²². Não obstante, apenas três mulheres discursaram e apenas uma teve seu nome registrado: Luzinete Campos Teixeira²²³. Dos próceres sindicais, apenas Osvaldo Veloso teve a oportunidade de discursar. Os demais foram Guedes de Miranda (ex-vice-governador de Arnon de Mello), Reinaldo Gama (secretário de Educação e Saúde), o deputado petebista Jorge Assunção, o jornalista Miguel Alcides e Muniz Falcão. Este, em seu discurso, deixou claro “que jamais reconhecerá autoridade na maioria eventual da Assembleia Legislativa Estadual para lhe

²²⁰ Edson Falcão é apresentado no próximo capítulo; os sindicalistas, no quarto capítulo.

²²¹ APA, OS TRABALHADORES DE Alagoas reverenciaram com fé cívica a memória de Getúlio Vargas. *Diário de Alagoas*. Maceió, 25 ago. 1957, pp. 1-2. Convém notar a ausência dos deputados petebistas ao evento. Exceto pelo delegado do Trabalho, um notório varguista, nenhum outro membro destacado do PTB compareceu.

²²² APA, REAÇÃO POPULAR CONTRA o “*impeachment*”. *Diário de Alagoas*. Maceió, 31 ago. 1957, p. 6

²²³ Dois anos depois, em 1959, Luzinete seria eleita vereador e empossada na Câmara de Vereadores de Maceió e entraria para a história como a primeira mulher a assumir um mandato político na capital. Cf.: ROSA E SILVA, Enaura Quixabeira e BOMFIM, Edilma Acioli (org.). *Dicionário mulheres de Alagoas ontem e hoje*. Maceió: EDUFAL, 2007, pp. 211-212.

arrebatado o mandato outorgado pelo povo” e que só deixaria o poder ao seu final, em 31 de janeiro de 1961²²⁴.

Os exemplos acima demonstram o apoio popular ao governador em sua luta contra o *impeachment*, sobretudo nos momentos decisivos, quando se aproximava o dia da votação na Assembleia. Em contrapartida, não é possível dimensionarmos esse apoio, muito menos caracterizá-lo; o povo, mais uma vez, aparece nas fontes de forma genérica. Os comunistas, bastante engajados no governo, certamente tencionaram organizar sua base operária, mas falta-nos documentação para comprová-la. Os trabalhistas, por seu turno, possuíam uma mínima inserção na classe trabalhadora, dependendo exclusivamente de alguns parlamentares (com atuação irrisória até mesmo no parlamento), do delegado do Trabalho em suas visitas às entidades operárias e de alguns líderes sindicais. Por conseguinte, os festejos operários em nome da memória de Getúlio Vargas, por exemplo, foram apropriados por esse grupo, em uma tentativa de revertê-los em prol de sua causa mais imediata.

No dia da votação do *impeachment*, organizou-se mais uma mobilização, dessa vez convocada por uma “Comissão de Defesa da Autonomia do Estado e da Soberania do Voto Popular”. Eis o convite:

Conclamamos aos trabalhadores de todas as categorias profissionais – operários, comerciários, industriários, bancários – aos estudantes, donas de casa, homens e mulheres dos diferentes setores políticos e filiações doutrinárias, enfim, a todos os que almejam a paz, a liberdade e o progresso de Alagoas, a que compareçam hoje, à praça D. Pedro II, a partir das 14 horas, quando se realizará, ali, uma grandiosa manifestação pacífica em defesa da autonomia do Estado e da soberania do voto popular.

Nessa ocasião, será entregue à Assembleia Legislativa um memorial com vários milhares de assinaturas, apelando para o seu patriotismo, no sentido de que não vote o “impeachment” absurdo e inconstitucional.

O povo alagoano exige que seja respeitado o seu pronunciamento nas urnas!²²⁵

Sublinho três passagens: a importância dada aos trabalhadores de uma forma geral e aos operários, os primeiros a serem convocados; os comunistas sendo incluídos; e o apelo à paz, palavra que compunha o vocabulário político apenas para referenciar o passado de quem discursava. A citada comissão não aparece em mais nenhum documento e talvez as assinaturas fossem recolhidas naquele momento – ou foram conseguidas nos comícios anteriores. A única certeza é que por muito pouco uma tragédia sem precedentes não se deu

²²⁴ APA, SÓ DEIXARÁ O governo em 1961. *Diário de Alagoas*. Maceió, 31 ago. 1957, pp. 1-2. O repórter ainda anotou que o comício encerrou com uma grande salva de palmas e, após isso, todos cantaram o hino nacional.

²²⁵ APA, AO POVO ALAGOANO. *Diário de Alagoas*. Maceió, 13 set. 1957, pp. 1; 5. Grifos meus.

naquele dia. “Em frente à Assembleia, na praça Pedro II, a multidão (...) entrava em debandada. Começado o tiroteio [dentro da Assembleia Legislativa], o povo entrou em pânico, subindo a Ladeira da Catedral, em completa desordem”²²⁶. O saldo final após a troada na Assembleia Legislativa: morto o deputado Humberto Mendes e feridos cinco deputados oposicionista, um repórter e um funcionário da casa. Em seguida, Juscelino Kubitschek decretou uma intervenção parcial em Alagoas com o envio do general Moraes Âncora para comandar a força policial, enquanto Sizenando Nabuco assumia o Executivo²²⁷.

Apesar de toda mobilização popular, o *impeachment*, que já possuía a fisionomia de um golpe parlamentar, consumou-se das duas formas: como instrumento jurídico e como golpe. Em 18 de setembro de 1957, apenas cinco dias após a tragédia, os deputados votaram e aprovaram o *impeachment* de Muniz Falcão. Naquela sessão, apenas deputados da oposição compareceram (com exceção de José Onias e Virgílio Barbosa), incluindo Carlos Gomes, um dos que saíram feridos da Assembleia. O ato aconteceu no Instituto de Educação sob vigilância do Exército. Com o fim da sessão, os deputados regressaram ao quartel do 20º Batalhão de Caçadores, onde se encontravam em asilo.

Alexandrino Rocha, o repórter enviado a Alagoas pelo *Correio da Manhã*, expos uma imagem do povo para aquela ocasião. Abaixo de uma fotografia das ruas do centro de Maceió, com um cartaz, carros estacionados e pessoas andando, escreveu:

O povo alagoano, apesar dos últimos acontecimentos políticos em Maceió, tem demonstrado ser ordeiro e amante do trabalho. Não parece ter dado maior importância à mudança de governo, com a licença do Sr. Muniz Falcão. Toda a agitação (...) parece ficar circunscrita às faixas, cartazes, e às divergências na Assembleia. Nas ruas, o povo anda indiferente aos fatos políticos.

No entanto, ao longo da matéria, Rocha aduziu os motivos: “O Exército controla, praticamente, todo o Estado de Alagoas, proibindo manifestações de caráter agressivos, como a que pretendiam realizar alguns populares, durante o dia de ontem (...)”²²⁸. Essa não foi a única: três dias antes, no domingo 15 de setembro, uma manifestação fora agendada e em

²²⁶ TENÓRIO, op. cit., p. 52.

²²⁷ TENÓRIO, op. cit., p. 278. Muniz viajou para o Rio de Janeiro antes da votação do *impeachment* do dia 13 de setembro, passando o cargo legalmente ao vice. Na capital federal, tratou de preparar sua defesa, certo de que a votação naquele dia ser-lhe-ia desfavorável.

²²⁸ BN, DECRETADO ONTEM O “*impeachment*” do Sr. Muniz Falcão. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 19 set. 1957, pp. 1; 13 (primeiro caderno). Grifos meus.

seguida proibida de acontecer. Na ocasião, seria lido um abaixo-assinado e coletado assinaturas em prol do mandato de Muniz Falcão e contra a intervenção federal²²⁹.

A UDN nacional aproveitou a situação caótica de Alagoas para acusar o Partido Comunista do Brasil. De acordo com seu presidente à época, Juracy Magalhães, os comunistas e aliados de Muniz Falcão foram os responsáveis pela “subversão da ordem”; Magalhães, aliás, asseverou que Gregório Bezerra esteve presente na Praça Pedro II no dia do tiroteio na Assembleia²³⁰.

Talvez por conta desse clima de repressão e vigilância por parte dos militares, algumas lideranças sindicais tenham optado por outra forma de mobilização: o telegrama. Oito presidentes de sindicatos enviaram a Juscelino Kubitschek e ao ministro da Guerra, Teixeira Lott, a seguinte mensagem:

Presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Energia Elétrica, Óleo Vegetais, Carris Urbanos, Panificação, Construção Civil, Oficiais Alfaiates e Calçados de Maceió, apelam ao espírito democrático de vossência no sentido da manutenção do voto soberano do povo alagoano, assegurando o Governador Muniz Falcão frente os destinos de nosso Estado. Saudações. – Daniel Augusto Alcantara, José Luiz Ferreira, Joel Joaquim dos Santos, Sérgio Ferreira, José Benedito Leão, Francisco Claudemiro, Genésio Herval e Sílvia Martins²³¹.

De uma forma ou de outra, o vice-governador Sizenando Nabuco assumiu o Palácio dos Martírios e seu partido – o PTB – buscava uma solução “amigável” para não deixar mais o poder.

2.3 O PÓS-IMPEACHMENT: O GOVERNO DO PTB

No confuso cenário político da Assembleia Legislativa, o que merece mais destaque é o caso de Sizenando Nabuco. Eleito deputado estadual pelo PTB nos três pleitos consecutivos pós-Estado Novo (1947, 1950 e 1954), Nabuco compôs a chapa vitoriosa com Muniz Falcão em 1955. Assumindo o governo em setembro de 1957, declarou-se ao lado dos oposicionistas, aumentando ainda mais a crise política no estado. Por ser vice-governador,

²²⁹ APA, CONTRA A INTERVENÇÃO federal em Alagoas. *A Voz do Povo*. Maceió, 29 set. 1957, p. 3.

²³⁰ BN, PREGA O NOVO governador alagoano a pacificação política. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 19 set. 1957, p. 11.

²³¹ APA, EM DEFESA DO mandato de Muniz. *A Voz do Povo*. Maceió, 29 set. 1957, p. 4. No quarto capítulo conheceremos melhor alguns desses líderes e veremos que enviar telegramas era uma conduta bem comum. Aliás, o grupo aproveitou a ida aos correios e enviou outro telegrama, endereçado a Muniz, hipotecando-lhe solidariedade e mostrando-se confiante em seu retorno.

assumiu sua vaga na Assembleia Legislativa o suplente, Jorge Assunção, que, como vimos, era um dos mais entusiasmados com a Frente Popular Alagoana e não debandou para a oposição²³².

Antes da reabertura política de 1945, a única vivência de Nabuco como político foi sua nomeação como prefeito interino de Maceió, em 1933. Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife no início dos anos 1930, sempre desempenhou cargos importantes no Judiciário durante toda essa década, todos por pouco tempo. Atravessou praticamente toda a Era Vargas como inspetor-geral do ensino primário. Em meados dos anos 1930, tornou-se primeiro delegado auxiliar da polícia e, com o advento do Estado Novo, trabalhou no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), sendo censor da imprensa entre 1938 e 1942, sempre em Maceió. Provavelmente seu contato com o mundo do trabalhismo e com o PTB aconteceu quando foi contratado, em 1946, como advogado do IPASE ao tempo em que seu correligionário Ari Pitombo era diretor do instituto²³³.

Segundo Douglas Tenório, por conta de suas origens provincianas, Nabuco, dentro do PTB, era “importante como ponte com segmentos mais transigentes do empresariado e dos quadros conservadores”. Ou seja, seria o responsável em acalmar setores conservadores acerca da Frente Popular Alagoana, ao mesmo tempo em que fazia com que o PTB não fosse um partido realmente novo dentro desse quadro político-partidário inaugurado em 1945. Era uma agremiação notadamente urbana e sua proximidade com a classe trabalhadora dava-se por meio de elementos da burocracia estatal e algumas lideranças sindicais. No entanto, havia espaço para os conservadores e setores da elite com pouca ou nenhuma ligação com o mundo operário, como era o caso de Sizenando Nabuco – um panorama bem diferente daquele apresentado por Jorge Ferreira anteriormente. Tanto é que, dos três deputados eleitos em 1954, um (Manoel Borges) compunha o grupo oposicionista. “No episódio do *impeachment*, há a cisão do grupo mais afinado com o partido na sua orientação nacional, que apoia Muniz, e os deputados oriundos dos estratos conservadores, que fazem a impossível aliança com a UDN”²³⁴. Destarte, a “oportunidade” do PTB alagoano surgiu nesse episódio.

²³² Assunção e Muniz possuíam uma relação bem próxima. Após reassumir o governo em 1958, Muniz nomeia o petebista Secretário de Educação e Cultura, ficando no cargo até o fim do mandato, em 1961.

²³³ Cf.: ABC das Alagoas: <http://www.abcdasalagoas.com.br/>.

²³⁴ TENÓRIO, op. cit., p. 122. Grifo do autor.

O PTB [nacional] via, preocupado, a posição dos deputados estaduais e particularmente o comprovado aliciamento do vice-governador, já encantado em assumir o poder. Com posição de solidariedade ao titular e incomodado com a posição de JK, após o dia 13 de setembro, João Goulart diz que não foi consultado sobre a intervenção e que o governo federal devia manter a paz. Recomenda ao deputado Ari Pitombo, presidente do diretório estadual, “que o senhor Sizenando Nabuco não tome muito gosto pelo cargo que não lhe pertence, pois se trata de um mandato de emergência”. Pitombo procura desautorizar qualquer acordo local, dizendo que isso seria monstruoso e que, em qualquer circunstância, os trabalhistas fariam aliança com os golpistas da UDN²³⁵.

Em outras palavras, o PTB não queria perder aquela chance. Os comunistas trataram logo de denunciar os interesses ocultos de Pitombo e Nabuco. De acordo com o colunista N. Nunes Carvalho, Ari Pitombo possuía uma “fórmula” amplamente divulgada pelos órgãos de imprensa. O deputado enviou uma missiva a João Goulart recomendando uma interferência perante o presidente “no sentido de conseguir um escritório comercial no exterior para o sr. Muniz Falcão. A pacificação, assim, ao seu ver, só será alcançada com o afastamento do governador e a permanência na chefia do Executivo do sr. Sizenando Nabuco”. Essa proposta era amplamente defendida pelos oposicionistas, dispostos a tudo para retirar Muniz Falcão permanentemente de cena²³⁶. Caso se concretizasse a solução de Pitombo, caracterizada pelos comunistas como “golpista”, a UDN local utilizaria a posse de Nabuco para “dividir e enfraquecer as forças populares” para depois atacar o petebista e voltar ao poder. “Nessas circunstâncias, não pode o PTB fazer o jogo escuso da UDN, mesmo que seus integrantes estejam imbuídos dos melhores propósitos de pacificação”. Nunes Carvalho encerrou seu texto informando que pesquisas mostravam a vontade do povo: a volta de Muniz Falcão ao seu posto. Ir contra esse desejo só favoreceria aos golpistas da UDN, prejudicando até mesmo o PTB, que não deveria “comprometer o seu prestígio, abraçando a ‘fórmula Ari’”²³⁷.

O texto de Nunes Carvalho pode ser confirmado em uma reportagem de capa do *Correio da Manhã*: Pitombo e Nabuco iniciaram um movimento com o intuito de “pacificar” Alagoas e descartar Muniz Falcão em definitivo, posto que “a orientação” seguida pelo vice-governador era “inteiramente oposta à que vinha sendo seguida” por Muniz. Súbito, Pitombo “rompeu politicamente” com o governador deposto. Aproximando-se ainda mais da UDN, o deputado federal petebista asseverou “que o governo Muniz Falcão ficou comprometido por

²³⁵ TENÓRIO, op. cit., p. 131. As fontes utilizadas pelo autor são os periódicos pernambucanos *Jornal do Commercio* (Jango) e *Diário de Pernambuco* (Ari).

²³⁶ Algumas das artimanhas da UDN local e nacional podem ser conferidas em TENÓRIO, op. cit., pp. 126-136.

²³⁷ APA, A FÓRMULA ARI Pitombo. *A Voz do Povo*. Maceió, 29 set. 1957, p. 3.

julgar que a violência seria a melhor solução para problemas políticos”. Em Alagoas, Nabuco articulava-se com a oposição, certo de que tinha o apoio da situação nesse movimento pacificador²³⁸.

Para o artifício petebista lograr êxito, era necessário que Muniz renunciasse a seu cargo e, em seguida, partisse para o exterior, conforme relatou Nunes Carvalho. A pacificação, nesse sentido, viria com a divisão das secretarias entre oposição e situação pelo novo governador. Ao que parece, a “fórmula Ari Pitombo” liquidaria com Muniz de uma vez: “O curioso é que o ministro do Trabalho também pertencente ao partido dos srs. João Goulart, Ari Pitombo e Sizenando Nabuco, está tomando providencias para imediata extinção dos escritórios comerciais do Brasil no exterior por considerá-los inúteis e onerosos”²³⁹. Nem mesmo o senador Ismar de Góis Monteiro – que mostrou-se contrário ao candidato da Frente Popular Alagoana – tencionava extirpar Muniz Falcão da política alagoana dessa forma²⁴⁰.

Como a violência supostamente dominava o mandato e tornou-se a base em que se assentavam as denúncias e acusações da UDN contra governador, havia uma necessidade urgente de uma “pacificação”, utilizada como válvula de escape política, carecendo de análises sérias e descompromissadas por partes dos atores envolvidos naquele momento. Douglas Tenório dedica um capítulo inteiro somente para discutir “a violência política em Alagoas”, mostrando não ser uma característica exclusiva da gestão de Muniz Falcão ou de Silvestre Péricles, como apregoava Arnon de Mello. As raízes são mais profundas e estavam longe de ser consequência das atitudes de Muniz²⁴¹.

Para o azar dos comunistas, Sizenando Nabuco não queria apenas permanecer no cargo até 1961: seu curto governo tomou um rumo completamente diferente daquele direcionado por seu companheiro de chapa. Em uma edição comemorativa de *A Voz do Povo*, datada do início de 1985, Nilson Miranda recordava esse período turbulento na vida política alagoana. Após destacar o fato de apenas durante a gestão Muniz Falcão a folha do PCB “não foi nenhuma vez perseguida”, Miranda relembrava a rápida titularidade de Nabuco, sublinhando seu objetivo de manter-se governador.

²³⁸ BN, PREGA O NOVO governador alagoano a pacificação política. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18 set. 1957, pp. 1; 11.

²³⁹ BN, ESTÃO PLEITEANDO A renúncia do governador de Alagoas. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 19 set. 1957, p. 1.

²⁴⁰ BN, PREGA O NOVO governador alagoano a pacificação política. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 19 set. 1957, p. 11; ver também: APA, ISMAR DE GOIS à Voz do Povo: a intervenção só favorece os golpistas. *A Voz do Povo*. Maceió, 29 set. 1957, pp. 1; 4.

²⁴¹ TENÓRIO, op. cit., p. 85.

E a perseguição à “Voz do Povo” não cessou [nem] mesmo quando a intervenção [federal] em Alagoas [foi] suspensa [e] assumiu o vice-governador Sizenando Nabuco que era do PTB e fazia coligação com o PSP, partido do governador Muniz Falcão. E como Sizenando Nabuco tinha a esperança que, no processo de “impeachment”, Muniz Falcão fosse condenando, tudo fez para perseguir a proibir os atos de manifestações de solidariedade ao governador Muniz Falcão. E uma das formas era criar dificuldades e apreender “A Voz do Povo” quando não impedir sua impressão²⁴².

Há no Arquivo Público de Alagoas apenas uma edição de *A Voz do Povo* referente ao ano de 1957 (para o ano anterior são nove exemplares), e Tenório também faz referência – baseada no artigo acima – à perseguição do jornal comunista a mando de Sizenando Nabuco²⁴³.

Na falta de exemplares desse periódico, a perseguição aos membros do PCB pode ser verificada no *Diário de Alagoas*. Estava marcado para um domingo, nos fins de novembro de 1957, mais um comício defronte ao Palácio do Trabalhador, com o objetivo de prestar solidariedade a Muniz Falcão após seu afastamento. O secretário de Segurança Pública interino até havia autorizado o encontro, mas voltou atrás de sua decisão poucas horas antes do início do evento. Utilizando-se de um antigo (e “falso”) pretexto ainda muito em voga naqueles anos, alegou que o comício era um “plano comunista, visando à perturbação da ordem pública” e enviou a Polícia Militar para as ruas, “fazendo ostensivo aparato bélico e prendendo várias pessoas”. A notícia espalhou-se, porém vários trabalhadores dirigiam-se ao local, transformado pelo Exército em “praça de guerra”. Com “fuzis, metralhadoras de mão e pesadas”, a polícia e os soldados expulsaram a aglomeração da praça. Era o retorno dos “processos fascistas”²⁴⁴. O intuito desse ato estava claro: tratava-se de “uma provocação feita diretamente ao Governador Muniz Falcão (apesar de ausente), aos seus amigos e correligionários”²⁴⁵.

Com o jornal comunista fechado, o PCB utilizou-se dos serviços do *Diário de Alagoas* para publicar uma nota de esclarecimento (impressa no canto inferior da última página), assinada pelo advogado do partido, Rubem Ângelo.

²⁴² APA, NO TEMPO DA Voz do Povo. Resta-nos apenas a memória. *A Voz do Povo*. Maceió, jan-fev. 1985, p. 4. A edição não é datada, mas faz informes sobre um “ato pública em memória de Jayme Miranda” que aconteceria em 5 de fevereiro de 1985.

²⁴³ TENÓRIO, op. cit., p. 125.

²⁴⁴ APA, MACEIÓ TRANSFORMADA EM praça de guerra. *Diário de Alagoas*. Maceió, 26 nov. 1957, pp. 1; 5.

²⁴⁵ APA, PROIBIÇÃO DO COMÍCIO flagrante hostilidade a Muniz Falcão. *Diário de Alagoas*. Maceió, 27 nov. 1957, p. 5.

A direção d'A VOZ DO POVO torna público, através de seu advogado que, em virtude de certos rumores de que se planeja um atentado à sua livre circulação, responsabiliza o vice-governador, dr. SIZENANDO NABUCO. (...)

Não se admite nem tão pouco se justifica que A VOZ DO POVO seja envolvida nos acontecimentos de domingo que culminaram com a prisão arbitrária de dois de seus redatores. O que se exige é que o vice-governador assegure o respeito à liberdade de imprensa, garantindo sua livre circulação e pondo imediatamente em liberdade os jornalistas NILSON MIRANDA E RENALVO SIQUEIRA, do seu corpo redacional²⁴⁶.

Os dois dirigentes comunistas ainda ficaram cinco dias presos. No entanto, eles não foram os únicos encarcerados naquela noite. Postos em liberdade, Nilson e Renalvo compareceram à redação do *Diário de Alagoas*, em companhia de outros companheiros levados pela polícia: do industrial Barnabé de Lima, os comerciantes Jaime Barbosa e Belmonte Neves de Araújo e do alfaiate José Barbosa²⁴⁷. Além disso, a matéria informava que outro prisioneiro ainda se encontrava desaparecido. O também alfaiate Zeferino Antônio da Silva foi levado à 1ª Delegacia de Polícia (os outros ficaram trancafiados na Penitenciária do Estado). “Até quando foi redigida esta nota, entretanto, a família do alfaiate Zeferino Antônio da Silva procura, aflita, o paradeiro que lhe deu os titulares daquela Delegacia”²⁴⁸.

Ainda sobre o caso, Nilson Miranda concedeu uma entrevista ao *Diário de Alagoas*, falando em nome das demais vítimas, e logo esclareceu: “Fomos sequestrados e não presos, como afirmou a polícia”. O comerciante Barnabé de Lima, por exemplo, teria sido “arrancado de sua residência” durante sua sesta, sem a família ter conhecimento do que estava acontecendo, não lhe sendo permitido “que calçasse os sapatos, o que bem caracteriza a forma de sequestro”. Os policiais conduziram Barnabé até a 1ª Delegacia, depois para a subdelegacia do bairro do Poço e, por fim, já na segunda-feira, para a Penitenciária do Estado. De acordo com Nilson, todos foram pegos em suas residências e encaminhados à delegacia e de lá para outras subdelegacias (Vergel do Lago, Ponta da Terra, Bom Parto), e, ao fim, à Penitenciária²⁴⁹. Sobre o alfaiate desaparecido, o periódico não nos informou mais nada.

As decisões tomadas por Ari Pitombo e Sizenando Nabuco vão refletir nas eleições legislativas de 1958 e na sucessão governamental de 1960. No fim de 1957, surgiram

²⁴⁶ APA, SOLICITADAS ESCLARECIMENTOS D'A Voz do Povo. *Diário de Alagoas*. Maceió, 28 nov. 1957, p. 6.

²⁴⁷ Provavelmente todos eram comunistas. Renalvo, Nilson e Jaime já foram citados anteriormente. Belmonte possui o mesmo sobrenome e a mesma profissão dos irmãos Péricles e Maria Augusta. Os únicos sem nenhum indício são Barnabé e José.

²⁴⁸ APA, LIBERTAS, ONTEM, AS vítimas da caçada policial de domingo. *Diário de Alagoas*. Maceió, 29 nov. 1957, p. 6.

²⁴⁹ APA, NO DIA DAS prisões: o comerciante fazia a sesta e foi proibido até de calçar os sapatos. *Diário de Alagoas*. Maceió, 30 nov. 1957, pp. 1; 5.

rumores – difundidos (se não criados) com bastante entusiasmo pelo periódico governista – de uma possível aliança entre PTB e UDN, mais o PSD²⁵⁰. A vitoriosa Frente Popular Alagoana estava desfeita.

2.4 O NOVO GOVERNO MUNIZ FALCÃO

Permaneço no Rio em defesa do mandato popular que me foi conferido e da autonomia do Estado, tendo em vista, ainda, a *manutenção da legalidade democrática* que os dirigentes da UDN estão subvertendo mais uma vez. Em Alagoas a oposição procura manter aceso um foco de perturbação da ordem institucional, numa experiência que, se for admitido o precedente, logo se generalizará e conturbará a vida do país de extremo a extremo²⁵¹.

A citação acima pertence à declaração inicial concedida por Muniz Falcão ao jornalista alagoano (radicado no Rio de Janeiro) Pedro Mota Lima, da folha comunista *Imprensa Popular*. Muniz aludiu seu caso às tentativas golpistas de 1955, quando setores civis e militares liderados pela UDN intentaram obstar a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart²⁵².

Após a Assembleia referendar o *impeachment* em uma sessão da qual o grupo situacionista não participou, restava apenas o julgamento do caso por um tribunal misto, formado por cinco deputados e cinco desembargadores²⁵³. Eis os deputados: os udenistas Teotônio Vilela, Mário Guimarães e Luís Coutinho, Edson Lins (PSD) e Haroldo Loureiro²⁵⁴. Em outras palavras, apenas Coutinho era pró-Muniz. Exatos quatro meses após o início do processo, chegava ao fim a novela do *impeachment*: com seis votos pela condenação e quatro pela absolvição, Muniz retornava ao cargo – eram necessários sete votos (dois terços) para condená-lo²⁵⁵.

²⁵⁰ APA, COMPÕE-SE A ALIANÇA UDN-PTB em Alagoas. *Diário de Alagoas*. Maceió, 28 dez. 1957, pp. 1; 2.

²⁵¹ APA, MUNIZ FALCÃO À Imprensa Popular: “Voltarei a Alagoas para fazer respeitar a autonomia estadual”. *A Voz do Povo*. Maceió, 29 set. 1957, p. 1. Grifos meus.

²⁵² Cf.: FERREIRA, Jorge. “Crises da República: 1954, 1955 e 1961”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). *O Brasil republicano v.3 - O tempo da experiência democrática*. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 301-342.

²⁵³ Houve um sorteio anterior, anulado pelo Supremo Tribunal Federal por conta de supostas irregularidades cometidas pelo presidente da Assembleia, Lamenha Filho. Na ocasião, foram sorteados cinco deputados da oposição.

²⁵⁴ Não encontrei qualquer referência a Loureiro. Os desembargadores foram: Edgar Valente de Lima, Miguel Arcanjo Batista e Mário Augusto Guimarães (votaram a favor de Muniz) e Xisto Gomes de Melo e Osório Gatto (contra).

²⁵⁵ APA, O POVO VENCEU. *Diário de Alagoas*. Maceió, 16 dez. 1957, p. 1.

Somente nos fins de janeiro Muniz Falcão retornou a Maceió, quase dez dias após o resultado final. Antes de sua chegada, tanto o *Diário de Alagoas* quanto *A Voz do Povo* publicaram matérias sobre as comemorações populares por todo estado: ruas lotadas de pessoas, festas nos bairros, um verdadeiro carnaval fora de época. No entanto, não temos nenhuma foto ou uma reportagem mais específica, exceto por um exemplo, divulgado em ambos: uma comissão de operários da Fábrica Apolo (beneficiamento de coco) dirigiu-se às redações dos jornais para que fossem publicados seus votos de solidariedade a Muniz Falcão e outros políticos mais engajados em sua defesa²⁵⁶. A comissão aproveitou e mandou um recado para o governador:

Desejamos (...) que o Sr. Governador, ao reassumir a chefia do Executivo realize uma política que consulte aos interesses dos trabalhadores. Como nós estivemos com ele nos momentos mais difíceis da luta contra o “impeachment”, esperamos igualmente que realize uma política em nosso benefício²⁵⁷.

No entender dos operários, os dois primeiros anos da gestão de Muniz estavam bem aquém de suas expectativas e praticamente nada foi realizado em vistas de melhorar a vida das classes subalternas de Alagoas; até aquele momento, Muniz não havia superado sua própria retórica – muito embora as dificuldades políticas e econômicas tivessem sua parcela de culpa. Ainda assim, os trabalhadores nutriam esperanças de um futuro próximo melhor²⁵⁸.

Ao contrário no dia da vitória, a chegada de Muniz Falcão a Maceió rendeu ao menos uma pequena foto da praça defronte ao Palácio. O periódico comunista calculou mais de 20 mil pessoas; o governista não se arriscou: apenas fez referências à multidão e às caravanas vindas do interior do estado (chefiadas por deputados estaduais). Recepcionados por Guedes de Miranda, os presentes ainda ouviram discursos de Aurélio Viana, Luzinete Campos Teixeira e do representante de Adhemar de Barros (na época, prefeito de São Paulo)²⁵⁹.

²⁵⁶ Além do deputado Luiz Coutinho, integrante do tribunal misto, temos os nomes de Ismar de Góis Monteiro, Odilon de Souza Leão, professor Guedes de Miranda (o vice-governador de Arnon atuou na defesa de Muniz) e os deputados federais Aurélio Viana e Teotônio Monteiro de Barros (do PSP paulista e advogado de Muniz no caso). O fato do grupo não citar nenhum outro deputado estadual, ajuda-nos a dimensionar a insignificante atuação da bancada governista no caso e no Legislativo de uma forma geral.

²⁵⁷ APA, HOMENAGEM DOS OPERÁRIOS da Fábrica Apolo ao governador Muniz Falcão. *A Voz do Povo*. Maceió, 19 jan. 1958, pp. 1; 4.

²⁵⁸ O recado, no entanto, não foi publicado no *Diário de Alagoas*. Cf.: APA, VOTOS DE LOUVOR do operariado alagoano. *Diário de Alagoas*. Maceió, 17 jan. 1958, pp. 1-2.

²⁵⁹ APA, ENTRADA TRIUNFAL DO governador Muniz Falcão no Palácio Floriano Peixoto. *Diário de Alagoas*. Maceió, 25 jan. 1958, pp. 1; 3. Segundo o repórter, os discursos ocorreram “a pedido do povo”.

Obviamente, Muniz era o mais aguardado. Falou de seu calvário, das injustiças sofridas e das ofensas e, pondo-se humilde, afirmou que não transformaria sua vitória em um ataque aos seus desafetos. Repetiu essa promessa na sua primeira mensagem ao Legislativo após reassumir o cargo: “Voltei sem ódios, estendendo as mãos aos homens de boa vontade que desejem sinceramente colaborar com o meu Governo em prol da paz, da tranquilidade e do progresso de Alagoas”²⁶⁰. Em seu discurso na sacada do Palácio, engrandeceu o povo sobremaneira: “Pois, acima de nós – Governo e Oposição – funciona uma entidade eterna, que é o Povo. (...) Ele tem sido a maior vítima das incompreensões que, objetivando a ferir-me, na realidade vão atingi-los”. Como não poderia deixar de ser, fez pedidos de paz e garantiu as liberdades individuais e coletivas, não sendo tolerante com as possíveis perturbações da ordem. Finalizou de maneira profética: “Nossos destinos [dele e do povo] estão indissoluvelmente fundidos na lembrança de um passado de honra e na esperança de um futuro de glória. Conservai-me, portanto, convosco”²⁶¹.

O momento agora era de total expectativa. Muniz Falcão ganhou uma segunda chance de verdadeiramente mudar Alagoas e o PCB – seguindo o exemplo dos operários da Fábrica Apolo – esperava de Muniz “uma administração qualitativamente superior a que vinha pondo em prática”. O editorial de *A Voz do Povo* era claro: havia a necessidade de um secretariado comprometido com Alagoas e seu povo e não com “os interesses pessoais, oportunistas e mesquinhos de indivíduos. (...) Precisamos superar o velho conceito coronelista de que os governos montam máquinas para garantir a reeleição de seus correligionários”²⁶².

Uma das principais mudanças desse “novo” governo foi o envolvimento mais próximo e direto do PCB. Douglas Tenório assinala que, ao contrário de Silvestre Péricles, Muniz fez aliança com os comunistas²⁶³. Estes, por sua vez, depositaram seus anseios na gestão e consideravam Muniz como o primeiro governador “livre” e com meios para realizar uma administração voltada para os interesses de Alagoas e o bem-estar de sua população. Ademais, para tal empreitada, Muniz possuía quatro elementos a seu favor. O primeiro seria o apoio e a predileção da opinião pública, sobretudo “das massas trabalhadoras e populares”. Em segundo lugar, não havia mais compromisso ou qualquer tipo de amarra com os partidos

²⁶⁰ APA, FALCÃO, Muniz. *Mensagem apresentada pelo governador Muniz Falcão à Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas em 21 de abril de 1958*. Maceió: Imprensa Oficial, 1958, p. 8.

²⁶¹ APA, ACIMA DE NÓS – Governo e Oposição – funciona uma entidade eterna que é o povo. *A Voz do Povo*. Maceió, 26 jan. 1958, pp. 1; 4.

²⁶² APA, MOMENTOS DE EXPECTATIVA. *A Voz do Povo*. Maceió, 26 jan. 1958, p. 1.

²⁶³ TENÓRIO, op. cit., p. 196.

alagoanos – até mesmo o “seu que se encontra desorganizado” –, principalmente para compor o novo secretariado. Terceiro, seu nome ganhou projeção nacional com o episódio do *impeachment*, amplamente divulgado na imprensa. E por fim: “compreensão por parte de inúmeros homens de cultura no sentido de ajudá-lo a fazer uma boa administração”. O articulista, após adjetivar os comunistas locais como progressistas, fez referências às realizações de Getúlio Vargas: “As reformas políticas, econômicas e sociais, introduzidas no Brasil a partir de 1930, chocam-se com os privilégios que ainda conservam certos grupos econômicos”. Ao término, repetiu: todos esperavam um governo diferente daquele inicial²⁶⁴.

Um pouco diferente dos comunistas, os representantes das entidades de classe fizeram uma visita ao Palácio, chefiados por Osvaldo Veloso, para prestar solidariedade e oferecer seu apoio ao governador. Em seu pronunciamento, Veloso reafirmou “a simpatia do operariado alagoano pelo governador que sempre respeitou e soube acatar às suas reivindicações”. Por seu turno, Muniz reiterou seu compromisso “em atender aos seus governados”, em especial a “classe dos operários, *por ser a menos favorecida de nossa escala social*”²⁶⁵.

Três dias depois, a folha governista publicou uma matéria de capa com mais detalhes dessa visita e assim ficamos sabendo quem compôs a comissão liderada por Osvaldo Veloso (à época, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alagoas e representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria no estado) que fez uma visita ao “governo populista do sr. Muniz Falcão”²⁶⁶. Além de alguns operários, compareceram os seguintes presidentes sindicais: os têxteis Abelardo Cavalcante Lins (Fernão Velho), Arlindo Feitosa (Alexandria), José Reis da Silva (Saúde) e Pedro Farias (Rio Largo); os aliados mais próximos de Osvaldo Veloso: Francisco Claudemiro (Construção Civil), José Luiz Ferreira (Termo Elétrica), Daniel Alcântara (Metalúrgicos) e Joel Joaquim dos Santos (Óleo Vegetal); e por fim, José Benedito (Panificação), Genésio Herval (Alfaiates) e Silvio Martins (Calçados de Maceió).

Surpreso e emocionado, Muniz “cumprimentou os presentes, a quase totalidade seus velhos conhecidos desde o tempo em que, *na qualidade de Delegado do saudoso Presidente Vargas, iniciou a execução das leis trabalhistas em Alagoas*”. O repórter

²⁶⁴ APA, PODE O GOVERNO Falcão realizar algo novo. *A Voz do Povo*. Maceió, 26 jan. 1958, p. 4.

²⁶⁵ APA, REAFIRMAM O OPERARIADO e o povo apoio ao governador Muniz Falcão. *Diário de Alagoas*. Maceió, 5 fev. 1958, pp. 1-2. Grifos meus. Esse mesmo grupo, logo em seguida, fez uma visita à redação de *A Voz do Povo*, que se localizava bem próximo do Palácio Floriano Peixoto.

²⁶⁶ APA, “A VOZ DO Povo necessária a vida dos trabalhadores”. *A Voz do Povo*. Maceió, 9 fev. 1958, p. 4.

preocupou-se tanto em redigir um longo elogio a Osvaldo Veloso, com reafirmação de sua incontestável liderança sindical, e relatar episódios de sua vida pública, que se esqueceu de anotar seu discurso. Ao tomar a palavra, Muniz agradeceu a todos e salientou a importância da atuação da classe operária na sua vitória no caso do *impeachment* e esperava continuar com esse apoio no restante do mandato. Ao fim, prometeu seguir trabalhando em prol dos “justos e sagrados interesses dos humildes, ou melhor, dos nossos valorosos trabalhadores”²⁶⁷. Várias outras categorias compareceram ao Palácio para confraternizar com o governador, levar sua solidariedade e fazer seus pedidos: portuários, ferroviários, sapateiros, motoristas, além de moradores dos bairros mais humildes.

Após os festejos e felicitações, era hora de voltar ao trabalho. Contudo, a economia continuava em baixa. Muniz retomou sua política de melhorar as finanças através da modernização sistema fazendário, com o “fortalecimento das fontes de receita existentes e a moralização do sistema de arrecadação”²⁶⁸. Após resultados animadores, em 1958 as contas públicas voltaram a se desequilibrar. No campo, as outras produções agrícolas (arroz, fumo e algodão) sofriam com as secas. Ainda assim, o governo não criou nenhum novo imposto nem contraiu empréstimos. A fonte dos problemas eram os mesmos de antes: o “pesadíssimo encargo da despesa de pessoal. Para vencê-lo, impõe-se a prática do mais acentuado espírito público na preservação dos altos interesses de uma coletividade realmente merecedora de amparo”²⁶⁹.

A indústria têxtil nacional estava em crise desde o fim da II Guerra Mundial, quando o mercado externo se normalizou com o retorno de antigos fornecedores e a entrada do Japão no ramo. Com isso, “o Brasil virtualmente parou de exportar entre 1952 e 1953”²⁷⁰. Em Alagoas, a situação não era das melhores. O parque industrial têxtil estava obsoleto e contrair empréstimos para modernizá-los era uma tarefa difícil por conta dos juros elevados ou “porque os estabelecimentos de créditos oficiais e privados, têm sua ação dificultada nesse particular por uma incompreensível política financeira”²⁷¹. Em outras palavras, a classe

²⁶⁷ APA, INDESTRUTÍVEIS OS LAÇOS de amizade entre Muniz Falcão e trabalhadores. *Diário de Alagoas*. Maceió, 8 fev. 1958, pp. 1-2. Grifos meus.

²⁶⁸ APA, FALCÃO, Muniz. *Mensagem apresentada pelo governador Muniz Falcão à Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas em 21 de abril de 1958*. Maceió: Imprensa Oficial, 1958, p. 18.

²⁶⁹ APA, FALCÃO, Muniz. *Mensagem apresentada pelo governador Muniz Falcão à Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas em 21 de abril de 1959*. Maceió: Imprensa Oficial, 1959, pp. 5, 7-8, 11, 15.

²⁷⁰ LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 58.

²⁷¹ APA, FALCÃO, Muniz. *Mensagem apresentada pelo governador Muniz Falcão à Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas em 21 de abril de 1959*. Maceió: Imprensa Oficial, 1959, p. 5.

industrial esperava uma resolução de seus problemas via Estado. A modernização das indústrias dependia dos canais oficiais. Os operários sofriam em consequência da carestia e movimentavam-se em uma nova campanha salarial que tomaria fôlego no fim de 1958.

No geral, toda a indústria alagoana estava com problemas financeiros, reflexo direto dos problemas econômicos que assolavam o Estado. Isso fica claro em uma correspondência enviada pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA), Napoleão Barbosa, ao presidente da Confederação Nacional das Indústrias, Lídio Lunardi. As chamadas classes produtoras confeccionaram um memorial e enviaram ao ministro da Fazenda e ao presidente do Banco do Brasil solicitando, entre outros:

(...) descontos de duplicatas de acordo com a real produção industrial, a efetivação das medidas já aprovadas com respeito ao financiamento da indústria algodoeira, financiamento para aquisição de veículos automotrizs com desconto ou caução de duplicatas no prazo dezoito meses, (...) criação de novas agências [do Banco do Brasil] em outros municípios, facilidade para importação de produtos essenciais às atividades rurais e industriais (...), recuperação de indústrias paralisadas como (...) a Companhia Pilarense de Fiação e Tecidos e a Companhia Industrial Penedense, cujos processo encontram-se em andamento no Banco do Brasil, (...) além do câmbio de custo para reequipamento da indústria têxtil e açucareira²⁷²,

Não causou estranheza, então, a visita das classes produtoras ao Palácio no início de 1958. Da mesma forma que os trabalhadores, os patrões “foram levar congratulações” a Muniz Falcão “por motivo de haver reassumido a chefia do Governo”²⁷³. Na verdade, tencionavam que o Estado, já bastante onerado, resolvesse todos os problemas econômicos pelos quais passava a classe dominante naquele momento. O pedido de recuperação de indústrias como a Penedense é bem claro nesse sentido.

Muniz sempre culpou a instabilidade política dos dois primeiros anos de seu mandato como sendo o real motivo de seu problemático início de gestão, muito mais do que o caos financeiro herdado. Em sua última mensagem ao Legislativo de 1960, voltou a citar o caso: “Atende-se [sic] para o fato de que o espaço compreendido entre os anos de 1956 e 1958 foi prejudicado totalmente, devido à insólita campanha com que se pretendia, a todo custo, golpear as instituições democráticas em nossa terra”²⁷⁴. Por conta disso, as principais realizações de Muniz Falcão seriam sentidas, de fato, na gestão seguinte. Muitas de suas ações

²⁷² APA, PROBLEMAS QUE AFETAM a economia de Alagoas. *Diário de Alagoas*. Maceió, 20 ago. 1959, p. 6.

²⁷³ APA, CLIMA DE COMPREENSÃO para fortalecer nossa economia. *Diário de Alagoas*. Maceió, 5 mar. 1958, p. 1.

²⁷⁴ APA, FALCÃO, Muniz. *Mensagem apresentada pelo governador Muniz Falcão à Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas em 21 de abril de 1960*. Maceió: Imprensa Oficial, 1960, p. 7.

eram a longo prazo, cujos frutos foram colhidos em governos posteriores²⁷⁵. Uma das mais significativas foi a criação da CODEAL (Comissão de Desenvolvimento de Alagoas) em maio de 1959, com o objetivo de coordenar e planejar as ações econômicas do Estado. O órgão tinha como função básica conseguir os meios para viabilizar na prática os estudos realizados por outras entidades a fim de impulsionar a economia.

Um dos grandes males das administrações alagoanas foi a improvisação no trato dos empreendimentos básicos. Jamais se cuidou, no campo econômico, de um planejamento técnico que permitisse ação constante, no sentido de ser transposta a fase de subdesenvolvimento em que ainda nos achamos. (...) Em nosso país, vemos as diferenciações tremendas oriundas do desequilíbrio econômico entre as regiões do centro-sul e as do norte e nordeste, aquelas já em pleno estágio de vitoriosa autossuficiência, enquanto que o resto do país apenas começa a reagir²⁷⁶.

Alie-se a esses problemas a condição rural do estado, conforme vimos no primeiro capítulo: em 1960, a população urbana havia crescido satisfatoriamente, alcançando a cifra de 421.148 habitantes, mas ainda representava metade da população rural (835.011 habitantes). No quesito alfabetização, os números são elucidativos: entre os habitantes das áreas urbanas, apenas 15% possuíam alguma instrução escolar, enquanto na rural, não chegava a 1,5%²⁷⁷. Territorialmente, Alagoas iniciava a nova década com 69 municípios, 102 distritos, 69 cidades e 33 vilas²⁷⁸. As áreas urbanas e suburbanas possuíam 87.903 domicílios particulares permanentes: 45% possuíam algum tipo de instalação sanitária; 18,5% eram abastecidos com água da rede geral; e 42,5% contavam com iluminação elétrica²⁷⁹. No fim das contas, esses números justificam os anseios dos operários da Fábrica Apolo pelo “novo” governo Muniz Falcão, aguardando por mudanças reais e palpáveis em suas vidas.

Diante desse quadro, não é de se estranhar que existisse em “Alagoas uma deficiência notória de estabelecimentos hospitalares”, fato que aumentava a importância dos sindicatos na vida de seus associados e do assistencialismo patronal, conforme veremos na última parte deste trabalho. Nesse sentido, uma das obras mais marcantes de seu governo foi a

²⁷⁵ TENÓRIO, op. cit., p. 204.

²⁷⁶ APA, FALCÃO, Muniz. *Mensagem apresentada pelo governador Muniz Falcão à Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas em 21 de abril de 1960*. Maceió: Imprensa Oficial, 1960, p. 5.

²⁷⁷ IBGE, Censo Demográfico de 1960 – Alagoas e Sergipe. VII Recenseamento Geral do Brasil: volume I, tomo VII (série regional), p. 2 e 23.

²⁷⁸ IBGE, Censo Demográfico de 1960 – Alagoas e Sergipe. VII Recenseamento Geral do Brasil: volume I, tomo VII (série regional), p. VII. Surgiram 32 novos municípios no período.

²⁷⁹ IBGE, Censo Demográfico de 1960 – Alagoas e Sergipe. VII Recenseamento Geral do Brasil: volume I, tomo VII (série regional), p. 102.

inauguração do II Centro de Saúde de Maceió – localizado até hoje na Praça Maravilha, no bairro do Poço –, evento que contou com a presença do ministro da Saúde Mário Pinotti²⁸⁰.

A Secretaria de Educação foi, enfim, desmembrada da Saúde e essa última passou a contar com o Departamento de Assistência Social (DAS), criado no início de 1959, mas com funcionamento efetivo apenas no final daquele ano, quando tomou posse o diretor do órgão, Djalma Falcão, irmão do governador. Praticamente em seu último ano de mandato, Muniz Falcão voltou-se para a questão assistencialista. Nas palavras do próprio, o DAS vinha para “preencher uma lacuna no sistema da administração estadual, que se ressentia de um órgão assistencial capaz de equacionar e resolver convenientemente, dentro das possibilidades do erário público os problemas assistenciais em nosso Estado”. Ainda segundo Muniz, as funções do departamento eram muitas e mostrava a necessidade de um órgão desse tipo.

Construção e reconstrução de pequenas casas; doação de material ortopédico a pessoas inválidas; fornecimento de gêneros alimentícios, medicamentos, internamento de pessoas enfermas (indigentes) em hospitais e casas de saúde desta Capital, são algumas das atividades exercidas em benefício da pobreza alagoana que apela para o Governo²⁸¹.

O PCB e o governo

Nos primeiros meses de 1958, os comunistas ainda teciam críticas a Muniz Falcão, embora em um tom mais leve se comparadas com aquelas feitas em 1956. Quando dois secretários foram empossados, o PCB rapidamente comentou os nomes. Odilon de Souza Leão, fiel aliado do governador, para Viação e Obras Públicas era muito bem visto. O problema consistia na Educação e Saúde (ainda uma única pasta): Luiz Duarte fora sugerido por Silvestre Péricles, que não possuía “credenciais para fazer indicação ao atual governo”²⁸². No entanto, ao contrário do que afirmou o editorial, Péricles possuía “credenciais” com Muniz Falcão independente da posição do PCB, inimigo declarado do ex-governador. Apesar do silêncio de Péricles durante o *impeachment*, este ainda era estimado por Muniz.

Ainda nesse sentido, o reinício do mandato de Muniz continuava a decepcionar os comunistas, com a “velha política” dando as cartas. Após a indicação de Silvestre Péricles, era a vez do PSD fazer suas exigências. Ter apoiado Muniz no *impeachment* parecia dar

²⁸⁰ APA, FALCÃO, Muniz. *Mensagem apresentada pelo governador Muniz Falcão à Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas em 21 de abril de 1960*. Maceió: Imprensa Oficial, 1960, p. 8.

²⁸¹ APA, *ibid.*, p. 68.

²⁸² APA, O NOVO SECRETARIADO. *A Voz do Povo*. Maceió, 16 fev. 1958, p. 1.

credenciais à agremiação, mesmo após a conturbada campanha de 1955. Os comunistas rapidamente descortinaram as intenções do PSD:

(...) certos políticos frustrados e vacilantes do PSD que só abraçaram a luta contra o “impeachment” precisamente quando ninguém mais tinha dúvida de sua vitória, fazem exigências absurdas, não escondendo seus propósitos de se apossarem da “máquina governamental” (expressão deles) visando, em 1960, assegurar a volta de uma oligarquia odiada e repudiada pelo povo.

Na verdade, a julgar pelo texto, havia uma batalha partidária nos bastidores do “novo” governo. Os comunistas trataram logo de marcar sua posição: apenas eles e os socialistas do PSB haviam se pronunciado oficialmente a favor de Muniz durante o *impeachment*. Fora isso, apenas membros isolados e dissidentes de PTB e PSD fizeram o mesmo – a própria bancada governista mostrou-se tímida e receosa. Além do que, PCB e PSD não pediram nada em troca, não fizeram exigências. De acordo com o colunista F. Sales, o PSD estava interessado na pasta de Interior e Segurança Pública que, como vimos no capítulo anterior, era a mais utilizada para fins eleitorais, de acordo com o líder pessedista²⁸³.

Ao longo de 1958 os comunistas foram amaciando cada vez mais seu discurso acerca do governador, em uma mudança gradual de postura, ainda que previamente anunciada. Se nos dois primeiros anos não se furtavam de fazer cobranças e críticas, após a luta do *impeachment* o PCB embarcou de vez na gestão. Rapidamente as declarações do partido adquiriam um sentido mais claro: amplificar a relação de Muniz Falcão com a classe trabalhadora. Na maioria das vezes, culpavam pessoas do governo – nomeadas por Muniz – por certas atitudes antidemocráticas, reacionárias ou impopulares.

O maior “prêmio” por todo esse apoio veio em meados de 1959, quando Muniz Falcão empossou seu novo secretário do Interior e Segurança Pública, o coronel Henrique Cordeiro Oest²⁸⁴. Infelizmente, nas quatro únicas edições de *A Voz do Povo* preservadas não há qualquer notícia sobre sua passagem pelo governo. Resta-nos o *Diário de Alagoas*: em uma edição de março, há uma pequena nota informando que Muniz solicitou a vinda de Oest

²⁸³ APA, TÓPICOS: AS EXIGÊNCIAS absurdas do PSD. *A Voz do Povo*. Maceió, 30 mar. 1958, p. 3.

²⁸⁴ Um dos fundadores da Aliança Nacional Libertadora na década de 1930, Oest comandou um batalhão na II Guerra Mundial. Iniciou sua vida política no Rio de Janeiro, chegando a primeiro suplente de deputado federal em 1945 pelo PCB, cargo que ocupou em 1947, quando foi cassado, em 1948. Sua ligação com Maceió começa em 1957, quando foi designado para comandar o 20º Batalhão de Caçadores por alguns meses. Em 1959 retornou à capital para assumir a citada Secretaria. Em 1962 ficou na segunda suplência de deputado federal, pelo PSP de Muniz, assumindo entre agosto e outubro de 1963. Teve seu mandato cassado pelo Ato Institucional nº 1. Exilado no Uruguai, voltou ao Brasil somente 1972. Dez anos depois, morreu no Rio de Janeiro.

junto ao ministro da Guerra, general Teixeira Lott, sendo de pronto atendido²⁸⁵. O nome de um afamado comunista nas hostes do governo não iria passar ileso pelos oposicionistas. O então governador da Bahia, Juracy Magalhães, externou o receio de seus correligionários alagoanos: a UDN local mostrava-se inquieta com a nomeação. Em entrevista, o deputado Abraão Moura (agora bastante ativo) garantiu que o ato não era uma provocação de Muniz: “Não houve segundas intenções no caso. (...) Estamos dispostos a dar aos udenistas todas as garantias que eles desejarem. Queremos que, em Alagoas, haja paz”²⁸⁶.

Com essa nomeação, a proximidade do PCB com o Executivo estava selada em definitivo. No ano anterior, durante as eleições legislativas, temos a prova de que ambos – comunistas e governador – estavam bem afinados. O candidato ao Senado apoiado pelo governador foi Silvestre Péricles. A escolha de seu nome reitera dois elementos tratados anteriormente: a proximidade de Péricles com Muniz Falcão – que os comunistas enxergavam como influência – e o completo atrelamento do PCB ao governo.

No citado relato memorialístico, Nilson Miranda revela que *A Voz do Povo* ficou fechada por quase todo o mandato de Silvestre Péricles, entre meados de 1948 (ano da cassação dos três deputados estaduais eleitos pelo PCB) e janeiro de 1951, quando Arnon de Mello iniciou seu governo e o militante Oswaldo Nogueira assumiu a direção do periódico comunista. Miranda concentra seus ataques em Arnon, muito por conta do encarceramento de seu irmão, Jaime Miranda (diretor de *A Voz do Povo* de 1953 até 1964). Porém, o texto cita a prisão de outro militante, Renalvo Siqueira. Filiado ao partido desde muito cedo, Renalvo foi sapateiro, vereador de Maceió, jornalista, sindicalista e dirigente comunista. Negro e de origem pobre, ousou desafiar as elites alagoanas e pagou caro por sua luta: por várias vezes foi preso e torturado entre 1945 e 1964. Nilson Miranda, após narrar acerca da prisão de Jaime, passa para o caso de Renalvo.

Anteriormente, Renalvo Siqueira, que foi vereador de Maceió também foi condenado a cinco anos de prisão pelo crime de colher assinaturas pela paz contra a bomba atômica, o “Manifesto de Estocolmo”. Renalvo Siqueira, somente foi solto depois de dois anos, quando já havia passado na penitenciária de Maceió, quando seu processo foi anulado²⁸⁷.

²⁸⁵ APA, CORONEL OEST O novo secretário do Interior. *Diário de Alagoas*. Maceió, 10 mar. 1959, p. 1.

²⁸⁶ APA, CORONEL OEST É um homem muito combatido pela UDN. *Diário de Alagoas*. Maceió, 17 mar. 1959, p. 1.

²⁸⁷ APA, NO TEMPO DA Voz do Povo. Resta-nos apenas a memória. *A Voz do Povo*. Maceió, jan-fev. 1985, p. 4.

Lançado em março de 1950, o “Apelo de Estocolmo” fazia parte de uma série de movimentos e manifestações pela paz mundial e contra as armas atômicas que assolaram o mundo do pós-guerra. Os comunistas em todo o planeta se engajaram nessa campanha, colhendo assinaturas para serem enviadas ao II Congresso Mundial da Paz. Os diretórios estaduais do PCB por todo Brasil tinham como missão colher quatro milhões de assinaturas até o final da campanha, em 30 de setembro de 1950²⁸⁸. Sendo assim, se a memória não traiu Nilson Miranda, Renalvo Siqueira ficou preso entre o último ano do mandato de Silvestre Péricles e o primeiro ano do período Arnon de Mello²⁸⁹.

Em sua primeira edição de 1958, *A Voz do Povo* trouxe um artigo de Jaime Miranda em que o dirigente lembrava aos leitores o 12º ano de vida do jornal comunista. Miranda refletia sobre os “doze anos de árduas lutas”, um período de “resistência popular contra a prepotência da tirania de governos despóticos como os dos sobas Silvestre Péricles e Arnon de Mello, manchados do sangue derramado pela violência e o terrorismo policial implantados em Alagoas que perdurou de 1947 a 1954”. Para Miranda, a principal característica desses anos “foi o fio sangrento do rompimento da legalidade constitucional”. Miranda estava referindo-se às dezenas de vezes em que o jornal foi empastelado e seus militantes presos e espancados a mando dos dois ex-governadores, em um período constitucionalmente democrático. A liberdade de imprensa e a autonomia sindical foram alvos de ações policiais, violando “todos os direitos e garantias constitucionais do indivíduo e da coletividade alagoana”. Para Jaime Miranda, não havia distinção entre Silvestre Péricles e Arnon de Mello, deixando claro que a situação só mudou, de fato, com a chegada de Muniz Falcão ao poder.

Nesse momento, talvez Jaime Miranda não soubesse que em breve seu jornal estamparia a foto de Silvestre Péricles em primeira página e seu partido estaria fazendo campanha para seu sanguinário inimigo, menos de 10 anos após o fim de seu mandato. Ou talvez já imaginasse que isso iria acontecer, haja vista a relação de proximidade entre Muniz e Péricles. Ou ainda, desconfiando dessa possibilidade, aproveitou a distância até o pleito de outubro para tecer suas críticas e escancorar o futuro senador antes de começar a pedir votos.

²⁸⁸ Cf.: RIBEIRO, Jayme. “Os ‘combatentes da paz’ – a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950)”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 42, julho-dezembro de 2008, p. 261-283.

²⁸⁹ Sobre a violenta perseguição do governador Silvestre Péricles aos comunistas alagoanos, ver: MOURA, op. cit., pp. 51-63. Um dos mais famosos episódios desse período foi a prisão completamente arbitrária dos deputados do PCB em 1947.

Tudo em nome da fidelidade ao “primeiro governador nacionalista e democrático dos últimos 30 anos da política alagoana”²⁹⁰.

2.5 VITÓRIA ASSEGURADA? A SUCESSÃO DE 1960

Com uma Assembleia mais favorável, alguma inserção na Câmara Municipal de Maceió, um senador e três deputados federais, os dois últimos anos do mandato de Muniz Falcão foram bem mais tranquilos, se comparado aos dois primeiros – principalmente pelo fato de os envolvidos já estarem mais preocupados nas eleições seguintes. Com isso, o governador pode se ocupar melhor com a sucessão, buscando dar alguma continuidade a sua gestão defensora do “projeto Nacional Desenvolvimentista”²⁹¹ (ou de caráter “nacional-estatista”²⁹²).

Olhando o resultado eleitoral de 1960 em Alagoas, pode-se ter uma primeira impressão de que a soberba imperou no seio das forças autodenominadas democráticas e nacionalistas: entre os quatro candidatos, três eram desse grupo, sendo dois ligados diretamente ao governador. Os grupos ligados de alguma forma a Muniz cresceram bastante durante esses cinco anos e ficaram tão fortes nos últimos dois anos de seu mandato que dificilmente continuariam coesos²⁹³. A UDN perdeu bastante espaço no legislativo federal e estadual, mas ainda possuía dois senadores e muita influência política. A partir desses resultados, a UDN passou por uma profunda transformação, buscando fortalecer sua organização e estrutura internas, após os anos de mando de Arnon de Mello. Para Douglas Tenório, o partido “não podia incorrer no erro de dividir a margem oposicionista, impondo um nome sem a concordância geral e a consulta a outros partidos que se alinhavam contra o poderio do governador”²⁹⁴. Dentro desse panorama de mudanças udenistas, temos a saída de Mello do partido.

Nesse contexto, os fatos em Alagoas desenrolaram-se de forma um pouco semelhante ao que aconteceu no Brasil para presidência: alguma confiança por parte das

²⁹⁰ APA, NO XII ANIVERSÁRIO de “A Voz do Povo”: o melhor presente de ano novo e vida nova. *A Voz do Povo*. Maceió, 05 jan. 1958, p. 4.

²⁹¹ COSTA, Rodrigo José da. “Repressão e resistência dos movimentos sociais em Alagoas (1961-1964)”. *Revista Crítica Histórica*, ano II, nº 4. Maceió: UFAL/CPDHis, 2011, p. 237.

²⁹² SALDANHA, Alberto. “Governadores alagoanos e os ‘tempos de antes’”. *Revista Crítica Histórica*, vol. 1, nº 1. Maceió: UFAL/CPDHis, 2010, p. 58.

²⁹³ TENÓRIO, op. cit., p. 168.

²⁹⁴ Ibid., ibidem.

forças “nacionalistas e democráticas”, e uma UDN recuada investindo em um candidato desconhecido por um partido pequeno. Pela primeira vez, a UDN alagoana não teve um candidato próprio concorrendo para o Palácio dos Martírios. Permitiu a candidatura de um ex-membro do partido em franca ascensão política, filiado a uma agremiação sem qualquer expressão no estado até então. Obviamente, os udenistas não iriam apoiar qualquer um. Souberam escolher aquele que iria vencer os fortes candidatos governistas.

Luiz Cavalcante entrou para a política através de seu conterrâneo, Arnon de Mello. Engenheiro formado pela Escola Militar de Realengo, Cavalcante participou da Revolução de 1930 ao lado dos rebeldes. De volta a seu estado natal, na gestão de Mello comandou a Comissão de Estrada de Rodagens e em 1954 elegeu-se suplente do senador Rui Palmeira (UDN)²⁹⁵. Quatro anos depois, alcançava sua “independência”: elegeu-se deputado federal pelo PSD, que compôs a Frente Democrática Trabalhista, junto com PTB e PRP. Dois anos depois, era eleito governador de Alagoas pelo Partido Liberal (PL) em coligação com a UDN, que indicou o vice-governador, Teotônio Vilela, o futuro “menestrel das Alagoas”.

Luiz Cavalcante ganhou por muito pouco. Principalmente por conta da quantidade de candidatos com chances reais de vitória, as eleições de 1960 ficaram marcadas como a mais concorrida do interregno democrático em Alagoas. Os números abaixo demonstram melhor como se deu aquela disputa.

Tabela 5: quantidade de votos nas eleições para governador em 1960.

Candidato	Quantidade de votos
Major Luiz de Souza Cavalcante (PL / UDN / PTN)	38.915 (31,4%)
Abraão Fidélis de Moura (PSP)	37.213 (30%)
Silvestre Péricles de Góis Monteiro (PDC)	31.020 (25%)
Ari Boto Pitombo (PTB / PSD)	7.938 (6,4%)
Branços	3.632 (3%)
Nulos	5.201 (4,2%)
Total	123.919

Fontes: COSTA, *O golpe civil-militar...*, op. cit., p. 59; SÁ JÚNIOR, op. cit., pp. 195-196; TENÓRIO, op. cit., p. 170.

²⁹⁵ COSTA, Rodrigo José da. *O golpe civil-militar em Alagoas: o governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais (1961 – 1964)*. 2013. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013, p. 59.

A diferença foi de apenas 1.702 votos para o Major. Segundo Douglas Tenório e Rodrigo Costa, Abraão Fidélis venceu no interior e Silvestre Péricles na capital, com Luiz Cavalcante em segundo lugar em ambos os casos; daí sua vitória²⁹⁶. Percebamos ainda que a quantidade de votos da UDN/PL/PTN caiu 21,6% em relação a 1955, quando, no mesmo período, o número total de votos válidos teve um aumento de quase 16%. Ou seja, é razoável pensar que as forças “democráticas e nacionalistas” perderam para si mesmas. Resta-nos averiguar o que se sucedeu para uma derrota tão vexaminosa²⁹⁷.

“Abraão Moura candidato nacionalista”

Ao contrário do que aconteceu em 1955 – quando o nome de Muniz foi referendado em meados daquele ano –, Abraão Fidélis de Moura fixou-se como candidato do PSP um ano antes da eleição, em setembro de 1959. Abraão Fidélis elegeu-se deputado estadual pela primeira vez em 1950 no apagar das luzes do governo Silvestre Péricles e pelo partido deste, o PST (sua vida política, entretanto, começou em 1947, quando fora vereador em Atalaia, sua cidade natal, pelo PSD). Como era de praxe, o partido governista costumava dominar as eleições legislativas. Assim, o PST fez quatro deputados federais (entre eles, Ari Pitombo e Muniz Falcão), contra três da UDN e dois do PSD. Na Assembleia Legislativa, os números são mais expressivos: 16 do PST, nove da UDN, cinco do PSD, dois do PSP²⁹⁸ e um do PSB. No ranking do PST, Abraão Moura ficou em 11º lugar. No geral, foi o 23º colocado²⁹⁹. Na eleição seguinte, dominada pela UDN de Arnon de Mello, retorna à Assembleia, desta vez pelo PTB.

Assim como aconteceu no legislativo estadual em 1958, o PSP continuaria sozinho. Lançou seu candidato à revelia dos demais partidos, contando apenas com o apoio de seus membros. Pelo teor dos textos publicados no *Diário de Alagoas*, o nome de Fidélis era

²⁹⁶ TENÓRIO, op. cit., p. 171 e COSTA, *O golpe civil-militar...*, op. cit., p. 59.

²⁹⁷ Para ficar no mínimo e no fato mais conhecido, o governo de Luiz Cavalcante foi um dos primeiros a reconhecer o golpe civil-militar de 1964, além de ter sido um dos principais articuladores do complexo IPES/IBAD no estado. Cf.: MEDEIROS, Fernando. *O homo inimicus: Igreja católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2007. Rodrigo Costa estabelece uma outra ideia: que Cavalcante, na verdade, procurou mostrar-se como um grande articulador desse sistema em Alagoas. Cf.: COSTA, *O golpe civil-militar...*, op. cit.

²⁹⁸ Júlio França e Ramiro Costa seriam reeleitos em 1954, acrescentando a bancada Otacílio Cavalcante. Na ocasião do *impeachment*, Júlio e Otacílio ficaram com a oposição e Ramiro ao lado do governador.

²⁹⁹ LIMA, Mario de Carvalho. *Sururu apimentado – Apontamentos para a história política de Alagoas*. 2º ed. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2008, pp. 266-268.

uma unanimidade³⁰⁰. A partir daí começou uma pesada propaganda por parte do jornal governista, com dezenas de matérias no restante de 1959 e ao longo 1960, noticiando os feitos do deputado Abraão Fidélis, suas idas a Maceió, passeatas, comícios, mensagens de apoio da população e toda a sorte de reportagens envolvendo seu nome.

Os comunistas compartilhavam desse entusiasmo. Realizaram uma ampla cobertura da convenção regional do PSP, que deliberou o nome de Abraão Fidélis como candidato situacionista ao governo de Alagoas. Na ocasião da convenção, *A Voz do Povo* ouviu o deputado federal Odilon de Souza Leão e este deixou claro que o clima eleitoral possuía um aspecto semelhante ao pleito legislativo de 1958, com uma divisão ideológica “entre o nacionalismo e o entreguismo”. O discurso do parlamentar alagoano estava em sintonia com a conjuntura da época, de radicalização das propostas existentes para o país. Odilon citou ainda as reservas petrolíferas e de areia monazítica³⁰¹ em Alagoas, temas de “interesse internacional”, o que gerava uma grande “cobiça” entre “as forças entreguistas”. Dessa forma, convocava “os verdadeiros alagoanos, aqueles que realmente pugnam pela defesa dos nossos interesses” a correrem nas “fileiras em torno de Abraão Moura”. O deputado deixou claro que o PSP iria marchar sozinho nessa campanha, contando apenas com seus “chefes políticos” e a liderança de seu presidente, Muniz Falcão, “a maior bandeira popular do Estado”³⁰². Em outras palavras, o partido apostou tudo no prestígio do governador, ignorando seus aliados e subestimando a oposição, aparentemente bastante desarticulada.

Sem disfarçar seu poderio e grandeza, o PSP escolheu o Teatro Deodoro como local para a realização de sua convenção estadual. Um teatro “completamente lotado” viu a homologação do nome de Abraão Fidélis. Na ocasião, discursaram alguns deputados (inclusive vindos de outros estados), o governador, o candidato, o ministro da Saúde, Mário Pinotti, e, representando o prefeito de São Paulo Adhemar de Barros, o deputado federal Ferreira Martins, vice-presidente nacional do partido. Na plateia, a bancada pessepista alagoana, políticos de outros estados, além de “industriais, comerciantes e delegações de todos os municípios do interior”³⁰³.

³⁰⁰ APA, PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (hoje) reúne-se para indicar candidatos. *Diário de Alagoas*. Maceió, 1 set. 1959, pp. 1; 2.

³⁰¹ Nessa época eram muito difundidos os supostos fins terapêuticos desse tipo de areia, utilizada principalmente no tratamento de artrites e inflamações.

³⁰² APA, ODILON DECLARA: ABRAÃO Moura candidato nacionalista. *A Voz do Povo*. Maceió, 11 out. 1959, p. 1.

³⁰³ APA, NO TEATRO DEODORO: homologada a candidatura Abraão Moura. *A Voz do Povo*. Maceió, 11 out. 1959, p. 4.

Em entrevista ao *Diário de Alagoas*, o presidente do sindicato dos metalúrgicos, Daniel Augusto, revelou a possibilidade de se criar um comitê operário pró-Abraão Fidélis próximo ao Palácio do Trabalhador. Sempre que fala de Abraão, Daniel faz alguma referência direta a Muniz. Mesmo quando deixou claro o apoio dos metalúrgicos ao candidato governista: “O deputado Abraão Moura possui nos nossos centros operários a mesma admiração e simpatia que sempre teve e tem o Governador Muniz Falcão”. Daniel afirmou a boa receptividade de Abraão entre os trabalhadores, principalmente por conta de suas características: “homem simples, acessível, dotado de um profundo conceito de justiça e honradês” [sic]. Havia o desejo de se criar o “Comitê Operário de Abraão Moura”, para agregar os operários em torno da candidatura do deputado³⁰⁴. O presidente dos metalúrgicos só não citou quais categorias e forças estavam por trás dessa iniciativa.

O objetivo dessa matéria era óbvio: demonstrar o apoio das classes trabalhadoras ao nome de Abraão Moura, saindo do campo da retórica. Afinal, se era mesmo o candidato dos operários, faltava expressar esse sentimento no seio da própria classe. Com esse objetivo em mente, o repórter do *Diário de Alagoas* ouviu mais duas lideranças sindicais. O primeiro foi Joel Joaquim dos Santos, presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alagoas. Sem perder tempo, Joel asseverou que o comitê operário pró-Abraão teria “o apoio irrestrito de todos os trabalhadores”. Destarte, a função principal do comitê era reunir a classe trabalhadora para garantir a vitória de Fidélis. Para Joel, Abraão era o candidato dos operários alagoanos por representar os anseios da classe e por ser o único a dar continuidade ao “clima de harmonia” iniciado na gestão de Muniz Falcão. “Jamais Governo algum nos prestigiou tanto, como prestigia, agora, o governo de Muniz Falcão. Temos que trabalhar para que esse regime seja mantido”. Por sorte, o repórter possuía as mesmas dúvidas que apresentei no parágrafo anterior e quis saber de Joel “se realmente suas palavras traduziam o pensamento da maioria dos trabalhadores”. Na condição de presidente da maior entidade sindical de Alagoas, Joel foi categórico: “Os trabalhadores estão convictos da necessidade de eleger o deputado Abraão Moura. Esse fato ficou provado por ocasião da sua chegada a Maceió, quando lhe foi tributado um grande espetáculo de vibração cívica”.

O segundo sindicalista entrevistado foi Francisco Claudemiro dos Santos, presidente do Sindicato da Construção Civil e Imobiliária de Maceió. Seu discurso inicial é

³⁰⁴ APA, TRABALHADORES FUNDARÃO COMITÊ operário para dinamizar a campanha do deputado Abraão. *Diário de Alagoas*. Maceió, 24 jan. 1960, pp. 1-2.

bem semelhante aos dos demais: reiterou e destacou a consonância de toda a classe operária alagoana em eleger Abraão Moura. Não apenas da classe, como também de todos os sindicatos do estado. Segundo Francisco, além do “Comitê Operário Abraão Moura”, ele juntamente com outros companheiros instalariam outros comitês nos bairros mais populosos de Maceió, iniciando pela Ponta Grossa. Francisco teceu alguns elogios a Abraão, comentando sobre sua atuação como deputado:

Os trabalhadores não poderiam ter escolhido melhor candidato (...). O seu passado de lutas na Câmara Estadual em favor dos trabalhadores alagoanos bem atesta a popularidade encontrada em nosso meio operário. Ouvindo e sentido de perto os anseios dos trabalhadores, posso afirmar que eles estão unânimes no sentido de dar a vitória ao deputado Abraão Moura³⁰⁵.

Nas atas das sessões ordinárias da Assembleia Legislativa de Alagoas vemos, de fato, Abraão Moura sempre presente – era um dos poucos a comparecer em praticamente todas as sessões, inclusive aquelas em que não havia quórum mínimo. Mas sua atuação é bem discreta, com pouquíssimas propostas e quase nenhum pronunciamento. Comparando com a atuação da bancada do PCB em 1947, por exemplo, posso afirmar que Abraão esteve longe de lutar pelos trabalhadores na Casa de Tavares Bastos. Os comunistas denunciaram a situação de penúria da classe operária alagoana mais de uma vez, além de apresentar e defender propostas que beneficiavam diretamente os operários, como pavimentação de ruas em bairros populares, a falta de ônibus circulando nessas localidades e as dificuldades por quais passavam os funcionários das fábricas têxteis³⁰⁶. Nas atas que consultei, não encontrei Abraão Moura fazendo nada semelhante³⁰⁷.

Da mesma forma, só encontramos o deputado nas atas do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho³⁰⁸ em uma única ocasião. Em dezembro de 1953, o tema da reunião versava sobre a prestação de contas da atual gestão, presidida por Lourival Lira da Rocha. Todavia, Fidélis não compareceu a Fernão Velho para debater sobre as contas do sindicato ou qualquer outro tema relacionado à vida dos operários. “Em seguida falou o deputado Abraão Fidélis, a qual foi encarregado de fazer a entrega dos

³⁰⁵ APA, TRABALHADORES UNIDOS PARA levar Abraão Moura ao Governo de Alagoas. *Diário de Alagoas*. Maceió, 27 jan. 1960, p. 1.

³⁰⁶ Cf.: MOURA, op. cit., pp. 51-71

³⁰⁷ Não fiz uma varredura minuciosa nas atas, apenas examinei alguns livros. Aos interessados, todas as atas estão disponíveis para consulta no prédio da ALE, na Praça Dom Pedro II, no Centro de Maceió (defronte a Catedral Metropolitana). Basta dirigir-se ao Setor de Anais e Pesquisa, onde estão armazenadas todas as atas existentes. No local existe até mesmo um espaço para consulta.

³⁰⁸ Doravante Sindicato de Fernão Velho.

prêmios ao jovem Narciso Cesar da Silva, em virtude este ter concluído o curso ginásial como melhor aluno e mais aplicado da classe”³⁰⁹. A julgar pelas fontes disponíveis, Abraão não era muito próximo aos trabalhadores. Coube às lideranças sindicais próximas a Muniz e ao seu jornal (dirigido por Abraão desde 1957, pelo menos³¹⁰) transformá-lo no candidato da classe operária.

Dando continuidade a sua missão, o *Diário de Alagoas* conversou com o presidente do Sindicato dos Estivadores, Antonio Primo da Silva, claramente o mais entusiasmado (e mais sincero) entre os entrevistados, não lhe restando dúvidas quanto à vitória de Abraão em outubro de 1960. Antonio Primo falou pessoalmente com Muniz Falcão, deixando-o ciente de seu apoio ao candidato governista. Os estivadores igualmente apoiavam Fidélis.

Na qualidade de líder sindical e porta-voz que sou, da classe numerosa que represento, acumula-se nos meus ombros enorme responsabilidade. Não posso e não devo dizer de público através do seu jornal, sem correr o risco de faltar a verdade, que toda a classe dos estivadores de Maceió, comunga dos meus próprios desejos. Posso afirmar, todavia, sem medo de errar, que a grande maioria apoia, inabalavelmente, a candidatura do deputado Abraão Moura.

Ainda segundo Primo, os trabalhadores não poderiam ignorar a candidatura apresentada pelo PSP nem o seu significado político. Pois somente Abraão Moura poderia dar continuidade ao trabalho de Muniz Falcão, mantendo o clima de “cordialidade” e “entendimento mútuo” entre o executivo e a classe trabalhadora³¹¹.

³⁰⁹ SFV, Ata da reunião, 02 dez. de 1953.

³¹⁰ Antes e depois de Abraão, Muniz Falcão dirigiu o jornal. Cf.: MOURA, Anderson Vieira. “Os trabalhadores também são notícia: a relação dos operários alagoanos com os jornais nos anos 1950”. *Revista Crítica Histórica*, Ano V, nº 9. Maceió: UFAL/ICHCA, 2014.

³¹¹ APA, A CANDIDATURA DE Abraão Moura acolhida com entusiasmo pelos operários da estiva. *Diário de Alagoas*. Maceió, 28 jan. 1960, p. 1. Destaco o subtítulo da entrevista: “Legítimo representante dos anseios e das reivindicações de nosso povo”.



Figura 3: propaganda eleitoral de Abrahão Moura publicada no *Diário de Alagoas*. Detalhe para as categorias profissionais que estariam apoiando sua candidatura. Fonte: APA, *Diário de Alagoas*. Maceió, 2 jul. 1960, p. 3.

Faltava, então, a presença de Abrahão Fidélis junto aos trabalhadores. E isso aconteceu sete meses após as declarações de apoio das lideranças sindicais, em agosto de 1960. Por conseguinte, Fidélis começou a visitar os operários, acompanhado de Joel dos Santos. Se na entrevista realizada em janeiro Joel fora apresentado pelo jornal como presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alagoas, agora aparecia como presidente do Sindicato de Extração de Óleo Vegetal e Animal, entidade pelo qual iniciou sua

vida sindical. A comissão era formada também pelo deputado governista Cleto Marques Luz, o ex-vereador Nicanor Fidélis e pelo líder sindical José Luiz dos Santos. O grupo visitou a Fábrica Apolo, cujos operários eram filiados ao sindicato presidido por Joel dos Santos. O séquito caminhou por toda a Apolo, com Fidélis bem interessado no processo produtivo e conversando cordialmente com os operários, “ouvindo as suas necessidades e reivindicações”. O candidato explicava os motivos daquela visita: “ter um contacto direto com o operariado, a fim de sentir melhor os seus problemas”, não esquecendo de garantir continuar o trabalho feito de Muniz Falcão, que sempre prestigiou a classe trabalhadora. Em um único parágrafo, a matéria resume as outras visitas com intuito semelhante: “Indústria ‘Cama Progresso S/A’, Fábrica Alexandria, Sindicato dos Marítimos e Coletoria Estadual”³¹².

Fernão Velho, conforme provou Arnon de Mello cinco anos antes, merecia um destaque especial. Sem a presença de Muniz Falcão (representado pelo irmão, Djalma), para lá se dirigiu a comitiva de Abraão Fidélis. A matéria não lista cada um dos integrantes, apenas aqueles que discursaram, entre eles tínhamos: Cleto Marques Luz, Beroaldo Maia Gomes (candidato a vice), José Idalício (presidente em exercício do Sindicato de Fernão Velho) e Djalma Falcão. O povo de Fernão Velho recebeu Abraão Moura de forma calorosa, com “os mais vibrantes aplausos”. Afinando seu discurso, o candidato governista disse que boa parte de seu sucesso na política devia-se “aos trabalhadores do campo e das indústrias”. Prometeu um plano de governo que visava “proteger aos operários das indústrias de fiação e tecelagem” e por fim “as aflições das famílias pobres dos operários, relativas à assistência médica e à educação”, do qual o estado se eximia e deixava sob responsabilidade dos patrões³¹³.

Como o voto dos operários parecia garantido, o último comício de Abraão Moura (juntamente com Beroaldo Gomes, Cleto Marques e Wilson Torres) aconteceu na Rua do Comércio, principal logradouro do Centro de Maceió, por volta das 19h30min, com a presença do governador e de lideranças sindicais, como José Luiz dos Santos e Osvaldo Veloso Rosas (ambos discursaram). Em sua fala, não encontramos mudanças no discurso de Fidélis: seria o continuador do governo Falcão, de sua gestão de paz e tranquilidade. Perdendo um pouco a compostura, chamou Silvestre Péricles de “louco” e questionou a “vergonha” do Major Luiz. Todavia, coube a Muniz Falcão a tarefa de entusiasmar a plateia, “com sua palavra vibrante e plena de franqueza”. O governador falou bastante do clima de paz e

³¹² APA, OPERARIADO MACEIOENSE FIRME com Abraão. *Diário de Alagoas*. Maceió, 06 ago. 1960, p. 6.

³¹³ APA, DISTRITO DE FERNÃO Velho presta calorosa recepção aos seus candidatos nacionalistas. *Diário de Alagoas*. Maceió, 14 ago. 1960, p. 6.

tranquilidade atual do estado, necessário para que a população pudesse votar livre de qualquer tipo de coação. Afirmou não ser necessário responder aos insultos de seus inimigos, pois a “brava gente alagoana” faria sua defesa. Entre esses defensores estavam os operários e a “gente humilde”³¹⁴.

O resultado final vimos acima. Resta vermos os números em Maceió, comprovando a grande derrota de Muniz Falcão na capital. Todos os seus candidatos ficaram apenas em terceiro lugar por lá. Para a prefeitura, o vice Wilson Torres ainda arrebanhou 2.310 votos a mais do que Cleto Marques. Abraão Moura nem ao menos ameaçou Silvestre ou Luiz Cavalcante e Ari Pitombo teve uma votação inexpressiva.

Tabela 6: resultado da votação para governador em Maceió (1960).

Candidato	Quantidade de votos
Silvestre Péricles de Góis Monteiro	10.047
Major Luiz Cavalcante	9.093
Abraão Fidélis de Moura	4.319
Ari Boto Pitombo	1.827

Fonte: APA, VASP INFORMA: RESULTADOS gerais das eleições (até 22 horas de ontem). *Diário de Alagoas*. Maceió, 08 out. 1960, p. 6.

Com efeito, Fidélis saiu-se melhor no interior: a capital deu-lhe apenas 11,6% de todos os seus sufrágios. Sem a listagem por seções eleitorais não tenho meios de verificar sua verdadeira inserção entre os operários, apesar de esse número total ser um indicativo.

Pretendi com este capítulo mostrar as opções classistas feitas pelos trabalhadores, seja nas urnas ou em momentos de grande agitação sociopolítica. Os trabalhadores deram seu apoio a Muniz em duas eleições, provavelmente confiando que dias melhores estavam por vir, como deixaram claro após a vitória do *impeachment*. O resultado do pleito de 1960 demonstra que nem todo o prestígio do governador garantiria a vitória eleitoral de um ilustre desconhecido dos operários, alguém que nunca esteve, de fato, entre eles e não tinha qualquer identificação com a classe. As tímidas ações de Muniz Falcão no campo social e suas tardias obras assistencialistas não foram suficientes para aqueles que muito esperavam. Intentei demonstrar, igualmente, como composições partidárias e formações de chapas eleitorais são

³¹⁴ APA, POVO OUVIU CHEIO de fé e esperança palavras de Abraão Fidelis Moura. *Diário de Alagoas*. Maceió, 02 out. 1960, pp. 1-2.

atividades pertencentes a um ambiente de exclusividade, onde não cabiam os eleitores, a quem era direcionado os discursos. Ao votar, ao escolher um candidato, a classe trabalhadora investia em um capital político, no qual nem sempre era garantido algum tipo de retorno. Todavia, no pleito seguinte, liquidava-se a dívida.

3. O TRABALHISMO E A DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO

Na historiografia acerca dos operários no período democrático (1945-1964), encontramos, via de regra, dois tipos de citações à Delegacia Regional do Trabalho (DRT): queixas dos trabalhadores quanto à ineficiência da fiscalização ou o órgão mediando tentativas de conciliação entre patrões e empregados, antes de um dos lados (ou os dois) irem à Justiça do Trabalho³¹⁵. Em Alagoas, as fontes disponíveis não indicaram nada disso. Muito pelo contrário: veremos o uso político-partidário da DRT local, com as questões trabalhistas quase sempre em segundo plano. A DRT alagoana servia mais para propagar os ideais do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) entre o operariado do que garantir o cumprimento das leis.

As delegacias surgiram com o Decreto-Lei nº 2.168, de 6 de maio de 1940, quando Getúlio Vargas e o então ministro do Trabalho Valdemar Falcão transformaram as Inspetorias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em Delegacias Regionais do Trabalho, criando assim o cargo de delegado do Trabalho “com atribuições, responsabilidade e representação idênticas às dos Inspetores Regionais³¹⁶, cujos cargos são extintos por este decreto-lei”. Importante frisar que os delegados seriam “indicados pelo ministro de Estado e designados pelo Presidente da República”³¹⁷.

De acordo com o decreto que criou as Inspetorias Regionais, as funções do inspetor eram, entre outras, gerir o órgão ao qual foi designado e autuar aqueles que infringissem os “dispositivos de todas as leis de assistência e proteção ao trabalho e respectivos regulamentos e julgar os recursos interpostos das que forem impostas por

³¹⁵ Não encontrei nenhum trabalho que discorra especificamente sobre as DRTs enquanto elemento importante na legislação trabalhista de Getúlio Vargas. A delegacia sempre surge de forma marginal nos textos, sobretudo nos estudos que tratam dos casos paulista e gaúcho. O melhor trabalho é uma parte do quarto capítulo da seguinte tese: FONTES, José Raimundo. *A Bahia de todos os trabalhadores. Classe operária, sindicatos e política – 1930-1947*. 1997. 466 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

³¹⁶ Sobre as Inspetorias, cf.: SOUZA, Samuel Fernando de. *“Coagidos ou subornados”: trabalhadores, sindicatos, Estado e as leis do trabalho nos anos 1930*. 2007. 225 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

³¹⁷ Artigos 2º e 3º do Decreto-Lei nº 2.168, de 6 de Maio de 1940, <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2168-6-maio-1940-412207-publicacaooriginal-1-pe.html>. Essa informação será essencial para entendermos as nomeações para o cargo em determinados períodos.

autoridades inferiores”³¹⁸. Em suma, fiscalizar a aplicação das leis do trabalho nos ambientes laborais.

Valendo-se do exemplo do próprio Muniz Falcão, primeiro delegado do Trabalho de Alagoas, podemos entender um pouco o peso político do cargo. Falcão exerceu a função em duas oportunidades: entre 26 de novembro de 1942 e 23 de novembro de 1945, retornando para mais um período entre 3 de março de 1947 e 21 de março de 1951³¹⁹. Na primeira vez, veio como figura-chave no processo de sindicalização do estado, então governado pelo interventor Ismar de Góis Monteiro. Com o fim do Estado Novo e as primeiras eleições do novo momento democrático, Muniz Falcão retornou para sua antiga função, dessa vez no mandato do irmão de Ismar, Silvestre Péricles. Só deixou de ser delegado do Trabalho para eleger-se deputado federal – não sem antes enfrentar os adversários políticos de Silvestre e a classe patronal alagoana.

Possuo pouquíssimas informações acerca da atuação de Muniz Falcão como delegado do Trabalho. Em uma edição da *Gazeta de Alagoas* de 1950, temos uma nota sobre a inauguração do Palácio do Trabalhador, “notável realização do Governador Silvestre Péricles e do dr. Muniz Falcão, delegado regional do Trabalho”³²⁰. O curto texto trata apenas das festividades de inauguração. Segundo Tenório³²¹, antes de ir para Alagoas em 1942, Muniz comandou a DRT de Sergipe, ao longo de 1941, e antes de retornar em 1947, exerceu o cargo na Bahia, onde estava desde janeiro de 1946 – mesmo estando em terras baianas, estudava Direito em Maceió. Sua brevíssima passagem por aquela DRT (pouco mais de um ano) relegou-nos as melhores informações sobre seu trabalho como delegado. De acordo com José Raimundo Fontes:

³¹⁸ Artigo 18º do Decreto nº 22.244, de 22 de Dezembro de 1932, <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22244-22-dezembro-1932-526781-publicacaooriginal-1-pe.html>

³¹⁹ Essas são as datas oficiais segundo a DRT local. Em sua sede no Centro de Maceió, há cinco pequenos quadros com foto, nome e período no cargo dos cinco delegados que passaram por Alagoas.

³²⁰ BN, PALÁCIO DO TRABALHADOR. *Gazeta de Alagoas*. Maceió, 15 set. 1950, p. 1. Vale dizer que esse jornal foi encontrado e acessado na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. As edições existentes da *Gazeta de Alagoas* no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas não estão disponíveis para consulta: não há previsão para sua liberação nem a funcionária soube dizer se existiam mais edições. No Arquivo Público de Alagoas não há periódicos para o intervalo de tempo entre os anos de 1940 e 1952, ao contrário do que afirma o catálogo de jornais do local. Pelo menos as funcionárias não encontraram nenhum exemplar nas vezes em que solicitei. Na Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos há edições somente a partir de meados dos anos 1950.

³²¹ TENÓRIO, Douglas Apratto. *A tragédia do populismo – O impeachment de Muniz Falcão*. 2º ed. Maceió: EDUFAL, 2007, p. 272.

No início, segue idêntica orientação do seu antecessor, empenhando-se na resolução de vários embates oriundos do mundo do trabalho. *A partir de fins de 1946, essa conduta é alterada e ganha contornos claramente conservadores*, sobressaindo-se as atitudes que visam deter a crescente presença de correntes classistas e combativas no interior do movimento operário e no início de 1947 se torna abertamente repressiva³²².

José Fontes não aponta os motivos dessa reviravolta. Em seu texto, Muniz Falcão aparece apenas em reuniões com os operários, mediando conflitos e mantendo o ministro do Trabalho bem informado – tudo conforme as atribuições do cargo.

Edinaldo Oliveira Souza também encontrou Muniz em suas pesquisas e corrobora a citação acima, apresentando alguns detalhes. Primeiro, a conjuntura nacional: quando Muniz assumiu, o desembargador João Vicente Bulcão Viana governava a Bahia na condição de interventor federal e José Linhares encerrava seu curto período como presidente. Nos fins de janeiro, Eurico Gaspar Dutra assumiu a presidência – o primeiro eleito após o fim do Estado Novo – e a Bahia teve dois governadores interinos: Guilherme Marback e Cândido Caldas. Como a atuação de Muniz Falcão ocorreu durante o mandato de Dutra, talvez sua mudança de postura viesse daí: não tardou para que Dutra reprimisse o movimento operário e perseguisse os comunistas³²³.

Segundo, a aproximação com o PTB baiano. Edinaldo Souza cita uma greve na qual os ferroviários saíram vitoriosos no primeiro trimestre de 1946. O sindicato da categoria sofria forte influência do trabalhismo, sendo presidido por um militante petebista, João Batista de Souza. Após o movimento paredista, João Batista elogiou as ações de Muniz Falcão durante a greve, além de asseverar que Muniz era um “dedicado” servidor, “que honrava o cargo que ocupava e merecia a confiança dos trabalhadores na sua ‘ação serena e reta’”³²⁴.

Por fim, a mudança de postura, quando os embates entre movimento operário e DRT se agravaram. O início dessa mudança, segundo Edinaldo Souza indica, nos leva a meados de 1946, quando o general Cândido Caldas assumiu o governo da Bahia³²⁵. A substituição no Executivo não ocasionou alteração no comando da DRT: a transformação deu-

³²² FONTES, *A Bahia de todos os trabalhadores...*, op. cit., p. 235. Grifos meus.

³²³ Com essa afirmação, não pretendo isentar Muniz Falcão de uma possível (e não confirmada) veia conservadora. Contudo, fica a impressão de que o ex-delegado ou se aproveitou da conjuntura desfavorável à classe trabalhadora para mostrar uma faceta até então desconhecida ou apenas pegou carona nos acontecimentos.

³²⁴ SOUZA, Edinaldo Antonio Oliveira. *Trabalho, política e cidadania: trabalhadores, sindicatos e lutas por direitos (Bahia 1945-1964)*. 2015. 294 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015, p. 127.

³²⁵ Representa também mudança de postura do governo Dutra: troca o tabelião e professor Guilherme Marback (ex-deputado classista) por um militar de carreira.

se na postura de atuação do delegado, “bem mais repressiva do que conciliatória em face das ações reivindicatórias dos trabalhadores”³²⁶. Ainda de acordo com Edinaldo Souza, houve um alinhamento na política de vários órgãos estatais, quando assumiram um tom mais repressivo para com os sindicatos e o movimento operário, seguindo a dinâmica imposta pelo presidente Dutra.

Se não encontrei documentação que esclareça essa suposta mudança ou confirmação de postura do ex-delegado do Trabalho em relação ao movimento operário, o mesmo não pode ser dito de sua relação com a classe patronal. Durante a campanha de 1955, o jornal pertencente ao então deputado federal enviou um jovem repórter para entrevistar o candidato Muniz Falcão. Questionando-se sobre a ligação de Muniz com os humildes ser o motivo de sua candidatura ser tão perseguida pelos poderosos, o repórter terminou por lembrar-se dos tempos de Muniz como delegado do Trabalho:

Na verdade, o deputado Muniz Falcão, quando à frente da Delegacia Regional do Trabalho, foi um honesto cumpridor da Legislação Trabalhista. *Mas não se pode dizer que um patrão digno, tenha alguma vez sido injustiçado.* Não queremos citar nomes de gente viva. Relembramos, todavia, *o grande Gustavo Paiva, industrial que nunca precisou ser fiscalizado*, porque antes de Getúlio Vargas presentear o trabalhador brasileiro com a sua legislação social, já o Comendador Gustavo Paiva era um padrão de virtudes sociais, plantando em Rio Largo uma obra que não tem similar em outros estados³²⁷.

Na condição de “diretor-responsável” pela publicação, podemos supor que tal matéria tenha sido aprovada pelo futuro governador. Essa postura do delegado do Trabalho frente aos patrões não será diferente ao longo dos anos 1950.

Se há poucas informações sobre a época de Muniz à frente da DRT alagoana, encontramos algum material acerca de seu sucessor. Edson Falcão³²⁸ seguiu um caminho diferente, pois nem chegou a ingressar na carreira política, mesmo sendo filiado ao PTB desde muito tempo³²⁹. Essa filiação partidária, inclusive, foi crucial em seu declínio à frente da DRT alagoana. Destarte, torna-se importante observar o PTB nesse contexto e entender melhor a atuação do delegado.

³²⁶ SOUZA, *Trabalho, política e cidadania...*, op. cit., p. 130.

³²⁷ APA, MUNIZ FALCÃO CANDIDATO do povo ao Governo de Alagoas. *Diário de Alagoas*. Maceió, 1 mai. 1955, p. 1. Grifos meus.

³²⁸ Ter o mesmo sobrenome do governador era apenas uma coincidência. Muniz e Edson não tinham nenhum parentesco.

³²⁹ Depoimento de Thomas Edson Muniz Falcão concedido ao autor em 11 de julho de 2013. Não era apenas filiado, era militante ativo e um dos responsáveis por reerguer o partido na reabertura política na virada dos anos 1970 para os anos 1980.

Segundo John French, “o PTB ainda se fundamentava nas velhas técnicas de clientelismo burocrático para a construção de seu novo partido ‘popular’”³³⁰. Para esse autor, o PTB surgiu de uma maneira análoga ao Partido Social Democrático (PSD), guardada as devidas proporções: formou-se de funcionários do aparelho estatal, igualmente clientelistas como os ex-interventores e funcionários públicos de cargos de prestígio que formariam o PSD. Acrescentem-se funcionários sindicais ligados ao corporativismo do sindicalismo oficial. Se a proposta era nova, as práticas eram antigas. Não por menos, alguns trabalhistas alagoanos, diluídos em três agremiações (PTB, PSP e PST), eram dessa linhagem, sendo Muniz Falcão, o ex-deputado Ari Pitombo e Edson Falcão, os exemplos de maior destaque. Muniz e Edson eram ligados ao Ministério do Trabalho em Alagoas (Pitombo foi funcionário do Instituto de Pensões).

Fernando Teixeira da Silva igualmente enxerga os resquícios de práticas antigas na criação do PTB, mas com um diferencial: a legenda serviria como um “elo” para manter o passado dentro da nova conjuntura política³³¹. Distanciando-se de outras agremiações surgidas no mesmo momento (sobretudo PSD e UDN), “o PTB significou uma proposta direcionada aos trabalhadores urbano-industriais em termos partidários”. Para o autor, entre os objetivos da criação do PTB (como, por exemplo, se fazer presente nos sindicatos) estavam o controle de algumas instituições-chave do governo por seus membros, como Ministério do Trabalho, Justiça do Trabalho e Previdência Social – mormente o Ministério, que durante todo o período democrático esteve sob o controle dos petebistas³³².

Da mesma forma que Muniz, Edson Falcão foi delegado do Trabalho em duas ocasiões, exercendo a função em duas conjunturas completamente distintas. Na primeira vez, ficou apenas um ano, entre 12 de outubro de 1953 e 27 de setembro de 1954. Retornou em seguida, atravessando praticamente toda a gestão de Muniz à frente do governo, entre 20 de fevereiro de 1956 e 24 de abril de 1959³³³. Durante esse interregno de quase um ano e meio, exerceu a advocacia com amplo apoio de Muniz Falcão e dos trabalhistas, conforme atesta a imagem abaixo:

³³⁰ FRENCH, John D. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classes em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo: Hucitec / São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995, p. 130.

³³¹ SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa. Os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade, 1937-1968*. São Paulo: Hucitec; Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995, p. 142.

³³² Ibid., p. 144.

³³³ Entre esses dois períodos, o delegado foi José de Barros Sarmiento (28 de setembro de 1954 a 15 de fevereiro de 1956). Sarmiento ocupou o cargo por mais tempo em Alagoas. Somando seus três mandatos, foi delegado por cerca de 15 anos.

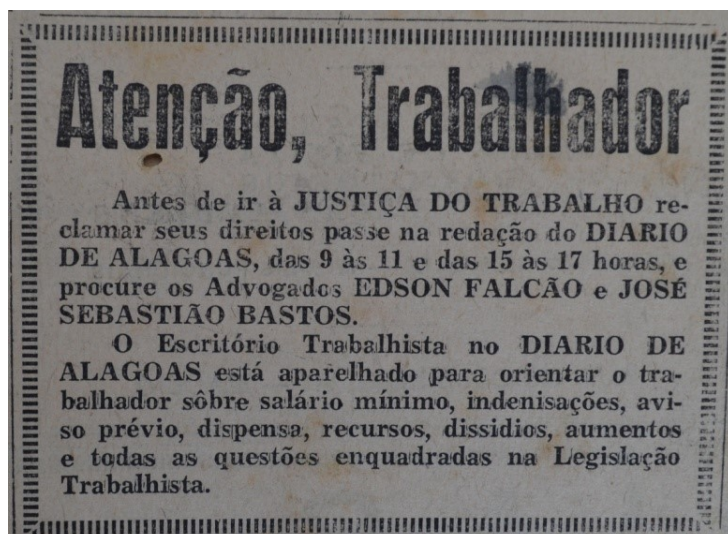


Figura 4: propaganda do “escritório trabalhista” do jornal de Muniz Falcão. Fonte: APA, *Diário de Alagoas*, maio de 1955.

Na primeira ocasião, Alagoas era governada por Arnon de Mello e não há muita documentação disponível sobre a atuação de Edson Falcão nesse momento³³⁴. Por isso, é a sua segunda passagem pela DRT que passo a analisar neste capítulo. Edson Falcão voltava ao cargo menos de um mês depois de Muniz Falcão ser empossado governador de Alagoas. Nesse início, era muito festejado, não apenas entre a classe trabalhadora, como também entre o governo.

3.1 A HARMONIA COM O GOVERNO

Fora a citada entrevista, encontrei apenas duas fontes sobre a passagem de Edson Falcão pela DRT durante o governo Arnon de Mello. A primeira é a única edição existente do periódico trabalhista *Diário de Alagoas* para o ano de 1953. A capa do exemplar destacou a visita do então ministro João Goulart a Alagoas, que recebia um ministro do Trabalho pela primeira vez, 23 anos após a criação do órgão. Ainda na capa, uma pequena nota trata de

³³⁴ Muita coisa foi-me contada por seu filho mais velho. De acordo com Thomas Falcão, seu pai saiu da DRT pela primeira vez por causa do ex-governador, de quem era inimigo político. Edson Falcão queria “ver o demônio, mas não queria ver” Arnon de Mello. Depoimento de Thomas Edson Muniz Falcão concedido ao autor em 11 de julho de 2013. Corroborando essa informação, temos uma pequena nota na primeira página de o *Diário de Alagoas* de agosto de 1957. O ex-governador moveu um “processo-crime” contra o delegado por injúria. Falcão teria chamado Mello de “desonesto”, mas o júri popular absolveu o delegado. A nota encerra com uma provocação: “Como é Arnon, ainda teima em processar aos que lhe acusam de falcatruas?” APA, JULGAMENTO DA OPINIÃO pública. *Diário de Alagoas*. Maceió, 10 ago. 1957, p. 1.

Edson Falcão, “recentemente empossado no elevado cargo de delegado do Trabalho”. O novo delegado já havia mostrado “o seu interesse pelas classes trabalhadoras, confirmando, assim, os prognósticos daqueles que confiaram na sua capacidade de ação e nos seus bons propósitos”. O jornal mostrava confiança no trabalho vindouro de Falcão à frente da DRT, no qual viria a “melhorar a situação da repartição” e, claro, do “operariado, digno de melhor sorte”. Sendo assim, diante de tão ilustre visita, cabia ao novo delegado do Trabalho ser “o fiel intérprete da massa proletária” de Alagoas, “sempre sacrificada e espoliada”³³⁵.

Edson Falcão até poderia ser o “fiel intérprete”, mas obviamente o governador encarregou-se de receber o ministro do Trabalho. Pouco mais de dez dias antes de seu desembarque, a *Gazeta de Alagoas* noticiava a vinda de Goulart, publicando o telegrama enviado a Arnon; no documento, o ministro anunciava o motivo de sua viagem: fazer uma visita à DRT³³⁶. João Goulart ficou apenas uma tarde e uma noite em Maceió, partindo na manhã do dia seguinte para Aracaju. Na ocasião, o ministro percorria os estados do norte e nordeste do país, visitando as delegacias do Trabalho. Interessante é que a visita não estava incluída na agenda publicada pelo jornal no dia de sua chegada. Goulart, após conhecer o Palácio dos Martírios, teria uma audiência com as “classes conservadoras na Associação Comercial” e de lá seguiria até o Palácio do Trabalhador, para prestigiar a aposição de seu retrato na sede da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alagoas. Em seguida, mais audiências, dessa vez com os “sindicatos e associações de classe”. À noite, outra aposição de seu retrato, agora na sede do PTB, seguido por um jantar no elitizado Clube Fênix Alagoana, com direito a discurso de um “representante das classes conservadoras” e outro “dos trabalhadores”, além do próprio Goulart. Na manhã seguinte, uma breve visita ao Arcebispo e depois, às 9 horas, embarcaria para Aracaju³³⁷.

A folha governista não perderia a oportunidade de criticar de alguma forma o partido do ministro, tudo de maneira muito sutil, bem ao estilo do governador. O editorial publicado no dia de sua chegada, 25 de outubro de 1953 (um domingo), tratou das suas duas facetas: ministro e presidente partidário. Como primeiro vinha o ministro, era “preferencialmente” dessa forma que iria ser bem recebido por Arnon de Mello, ficando a cargo de seus correligionários a recepção do presidente do PTB. Era sabido o objetivo de sua

³³⁵ APA, O MINISTRO JOÃO Goulart em Maceió. *Diário de Alagoas*. Maceió, 25 out. 1953, p. 1.

³³⁶ APA, VEM A ESTA Capital o Ministro do Trabalho. *Gazeta de Alagoas*. Maceió, 13 out. 1953, p. 1.

³³⁷ APA, CHEGARÁ, HOJE, A esta capital o ministro João Goulart. *Gazeta de Alagoas*. Maceió, 25 out. 1953, pp. 1; 4.

visita: examinar as ramificações de seu Ministério em Alagoas. E sendo esse Ministério essencialmente petebista, algumas ressalvas precisavam ser feitas.

*Nós, graças a Deus, não temos o que se chama a luta de classes, pois que, até agora, temos resolvido dentro da ordem e à sombra da lei os desajustes de trabalhadores e patrões. Mas temos setores do Ministério do Trabalho que precisam alcançar maior teor de eficiência, mais produtividade, mais consonância com os interesses que lhes incumba, por sua natureza específica, defender e resguardar. Seria desprimar [sic], nestas palavras de saudação ao eminente visitante, pô-los diante de seus olhos e se lhe fazemos referência é para que sobre eles se lance a atenção do jovem brasileiro que vamos receber. Possa ele, durante sua permanência na nossa terra, interpretar essas omissões para que as corrija ou as atenu*³³⁸.

Com esse mesmo espírito, a *Gazeta de Alagoas* fez a cobertura da viagem do ministro e centrou nos aspectos que mais lhe interessava. Primeiro na sua chegada: a curta matéria de capa não registrou a presença de nenhum correligionário ou membro de órgãos ligados ao Ministério no aeroporto dos Palmares, até mesmo o delegado do Trabalho. A longa lista nominal incluía, além do governador, secretários de Estado (Interior e Segurança Pública), deputados situacionistas, presidentes da Federação das Indústrias, da Federação do Comércio, da Associação Comercial e de sindicatos patronais (Despachantes Aduaneiros e Produtores de Tecidos), um diretor da Fábrica Carmen e um do Serviço Social do Comércio (SESC), militares e delegados das polícias Civil e de Ordem Política e Social. Igualmente são citados os nomes de Osvaldo Veloso Rosas (presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria de Alagoas), Anísio Rodrigues (operário da Carmen), Cícero Torres (“da Ala dissidente do PTB”), “presidentes de sindicatos, numerosos líderes operários, (...) Bertulino Feitosa, presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Açúcar e várias outras pessoas”. Após ser apresentado por Arnon a alguns dos presentes, Goulart e o governador encaminharam-se até o Palácio dos Martírios para conhecer mais pessoas não ligadas ao mundo do trabalho, como um desembargador, um monsenhor, um prefeito e um diretor de a *Gazeta de Alagoas*. Só após palestrar com os presentes, o ministro seguiu seu destino: “Em seguida à visita que fez ao Governador Arnon de Mello, o Ministro João Goulart deixou o Palácio no carro do Chefe do Executivo, dirigindo-se para repartição do Ministério do Trabalho”³³⁹.

O jornal governista ainda conseguiu uma entrevista com Goulart na manhã de segunda-feira, pouco antes de sua partida para Aracajú – o ministro hospedou-se na casa de veraneio do então deputado petebista Sizenando Nabuco. Curiosamente, o periódico não

³³⁸ APA, O MINISTRO DO Trabalho. *Gazeta de Alagoas*. Maceió, 25 out. 1953, p. 3. Grifos meus.

³³⁹ APA, ESTEVE, EM MACEIÓ, o ministro do Trabalho. *Gazeta de Alagoas*. Maceió, 27 out. 1953, p. 1.

participou da entrevista concedida à imprensa alagoana na noite de domingo porque não foi “avisado”, o que causou surpresa ao ministro. Após esse momento embaraçoso, João Goulart traçou um panorama genérico da DRT alagoana:

Quanto à Delegacia Regional do Trabalho, aqui encontrei o que já esperava, ou melhor, o mesmo que encontrei nas várias Delegacias que visitei: *uma completa falta de aparelhamento, incapaz de atender as suas reais necessidades*. É meu propósito iniciar imediatamente o reaparelhamento destas Delegacias que necessitam de pessoal e de material. Têm elas como missão principal oferecer às classes trabalhadoras brasileiras uma assistência de que elas necessitam para que vejam satisfeitas as suas aspirações honestas, dentro da legislação trabalhista³⁴⁰.

Havia um motivo para a situação vexatória da entrevista coletiva de João Goulart (um jornal que não foi informado). Ou melhor, um culpado: Edson Falcão. Segundo uma pequena nota, Falcão tentou de todas as formas “excluir” o jornal de Mello da agenda de Goulart em Maceió, não “enviando o programa da recepção e homenagens, nem convites, nem participação de hora para entrevista coletiva”. Como era de se imaginar, Falcão estava entre os organizadores do cronograma de atividades do ministro, ainda que o periódico tenha ignorado sua presença no aeroporto. O texto não poupa críticas ao delegado, afirmando que seu nome era “uma escolha sem felicidade, para posto de tão grande responsabilidade”³⁴¹.

A segunda fonte na qual encontramos o delegado do Trabalho no governo Arnon de Mello são duas atas do Sindicato de Fernão Velho, de reuniões realizadas no final de 1953, dois meses depois de Edson Falcão assumir o cargo. Em 27 de novembro, houve uma sessão solene para inaugurar as novas dependências do sindicato, com algumas presenças ilustres: Alberto Brito Bezerra de Melo (diretor da Fábrica Carmen), padre Cabral (pároco da localidade), José Maria de Albuquerque (presidente do Sindicato dos Marítimos), Osvaldo Veloso Rosas e o já conhecido Jorge Assunção (nesse momento atuando como jornalista). Em sua fala inicial, o delegado do Trabalho fez uma “ligeira explanação” sobre “como deviam os operários seguir”, deixando claro que estava a disposição para informar qualquer um “sobre esclarecimentos trabalhistas”. Mesmo sem acesso à sua fala, encontramos alguns elementos interessantes. Primeiro o paternalismo escancarado, indicando o caminho “correto” a ser seguido pelos trabalhadores, justificando algumas análises teleológicas da classe trabalhadora. O segundo é mais voltado para as práticas de seu partido. Ou seja, tornar as leis trabalhistas,

³⁴⁰ APA, JOÃO GOULART: «SOU mais um advogado das aspirações do povo alagoano». *Gazeta de Alagoas*. Maceió, 27 out. 1953, p. 4. Grifos meus.

³⁴¹ APA, UM HOMEM QUE não é para o cargo. *Gazeta de Alagoas*. Maceió, 28 out. 1953, p. 3.

outorgadas por Getúlio Vargas, conhecidas entre os têxteis, para que estes pudessem reivindicar seus direitos pelo caminho da legalidade. Além de enaltecer a figura de Vargas³⁴², traz a discussão sobre os direitos dos operários para dentro do sindicato, “maneira pela qual os trabalhadores poderiam se sentir participantes da vida política do país”³⁴³.

Ao final da reunião, não havendo mais ninguém inscrito, Falcão pediu novamente a palavra, mas dessa vez para pedir ao “Sr. Alberto, em memória das grandes obras de seu grandioso pai, que fosse dado o abono de Natal aos operários”³⁴⁴. Como não tenho acesso à explanação completa do delegado, não posso inferir muita coisa. Apenas sabemos que, ao tempo em que exerceu seu primeiro mandato como deputado federal entre 1951 e 1954, Muniz Falcão elaborou um projeto de lei embrião do décimo terceiro salário: o abono de Natal. Segundo Murilo Leal, o projeto do deputado Muniz foi classificado como inconstitucional pela Comissão de Constituição da Câmara. Em uma “visão estritamente liberal”, grande parte dos deputados ponderou sobre o fato de a Constituição não permitir qualquer interferência do Estado em questões particulares³⁴⁵.

Já o “grandioso pai” de Alberto Bezerra de Melo era o industrial pernambucano Othon Bezerra de Melo, proprietário da Fábrica Carmen – falecido quatro anos antes dessa reunião³⁴⁶. A relação do delegado do Trabalho com a família Bezerra de Melo é no mínimo instigante. Quando Edson Falcão viajava ao Rio de Janeiro, sozinho, “normalmente ficava hospedado no hotel da rede Othon”, o Aeroporto Hotel. Ademais, “um dos últimos donos da rede foi padrinho de crisma” de um de seus filhos. Até mesmo quando viajava com a família de férias, Falcão ia até a residência dos Bezerra de Melo, fazer uma “visita de cortesia”³⁴⁷.

Na semana seguinte, o tema da reunião era a prestação de contas da gestão. Na ocasião, Milton Ramires (advogado do sindicato) destacou o tratamento dos mestres com seus subordinados, pois “muitos destes pareciam nem serem humanos, porque por simples erro do companheiro denunciavam a gerência invés de darem um conselho, evitando que deste modo,

³⁴² SILVA, op. cit., p. 142.

³⁴³ Ibid., ibidem.

³⁴⁴ SFV, Ata da reunião, 27 de nov. de 1953.

³⁴⁵ LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 291.

³⁴⁶ Sobre o industrial, cf.: MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. *Fios da rede: industrial e trabalhadores na criação e expansão de um grupo empresarial (1920-1949)*. 2012. 239 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

³⁴⁷ Depoimento de Thomas Edson Muniz Falcão concedido ao autor em 11 de julho de 2013.

fosse o mesmo lançado à rua”. Sobre isso, não sabemos a opinião de Edson Falcão, pois não há nada registrado em ata. Ele preocupou-se com outra questão:

(...) o Sr. delegado do Trabalho disse que notava um certo receio estampado nas faces dos presentes, porém queria que desaparecesse, por que o delegado que hoje se encontra em Alagoas, não era um delegado político ou econômico e nem tinha vindo com o único fim de beneficiar a si próprio, porém *com o fim de fazer cumprir as leis trabalhistas e assim criar deste modo a harmonia entre o capital e o trabalho*³⁴⁸.

O receio é justificável. O ciclo político anterior a essa reunião, quando o governador de Alagoas era Silvestre Pércles (1947-1951) e Eurico Gaspar Dutra comandava o país (1946-1951), foi bastante desfavorável aos trabalhadores e à política sindical como um todo – conforme vimos acontecer na Bahia. A repressão durante o governo Dutra foi severa e Silvestre Pércles combatia os comunistas de forma violenta³⁴⁹. Um exemplo significativo dessa repressão em nível nacional foi a cassação do registro do Partido Comunista do Brasil em 1947. Efetivamente, Dutra cessou o crescimento dos comunistas³⁵⁰, que desde a reabertura de 1945 gozavam de um prestígio político e social inédito até então.

Alguns historiadores creditam a ascensão de João Goulart (e ao trabalhismo) como o início de uma mudança nesse panorama: primeiro em 1952, quando Goulart tornou-se presidente do PTB; depois, no ano seguinte, quando foi nomeado ministro do Trabalho³⁵¹. Para Angela de Castro Gomes e Maria Celina D’Araújo³⁵², até 1953, temos um período semelhante a “um interregno que frustra a redemocratização na área da política sindical. (...) Também há acordo [na historiografia] quanto à afirmação de que de 1946 a 1952 praticamente não houve crescimento na organização sindical. Este só foi retomado nesta data, para atingir seu clímax entre 1961 e 1963”.

De acordo com Hélio da Costa, Dutra e seus aliados desde cedo começaram a testar “as bases da democracia e do ideário democrático, que se propunham a praticar e

³⁴⁸ SFV, Ata da reunião, 2 de dez. de 1953. Grifos meus.

³⁴⁹ Sobre a perseguição escancarada de Silvestre aos comunistas e operários em Alagoas: LIMA, Mario de Carvalho. *Sururu apimentado – Apontamentos para a história política de Alagoas*. 2º ed. Maceió: Editora da Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2008; MELO, Airton de Souza. *Operários têxteis em Alagoas: organização sindical, repressão e vida na fábrica (1951 – 1964)*. 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012; e MOURA, Anderson Vieira. *Comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas (1951-1961)*. 2012. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

³⁵⁰ COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995, p. 56.

³⁵¹ GOMES, Angela de Castro e D’ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 46.

³⁵² Ibid., p. 47.

defender”, cabendo aos trabalhadores o papel de “rasurar um *script* previamente elaborado”³⁵³. Uma onda grevista agitou o Brasil desde o final de 1945, indo até março de 1946: esse foi o cenário da posse de Dutra (fevereiro de 1946)³⁵⁴. O presidente não esperou muito e em março veio a reação, com a publicação do Decreto-lei nº 9.070, que “dispõe sobre a suspensão ou abandono coletivo do trabalho e dá outras providências”. O decreto apresentava-se como mais uma arma legal para reprimir o movimento operário. Houve prisões de grevista e perseguição a lideranças políticas e sindicais, intervenções em sindicatos e proibição de comícios e manifestações³⁵⁵. A conjuntura estava excessivamente adversa.

O momento político ruim pelo qual passou a classe trabalhadora e a presença constante do Estado (e de um partido) na figura de Edson Falcão no sindicato poderiam apresentar duas faces completamente opostas para os operários. De um lado, havia a proximidade para fazer denúncias e utilizar o aparato oficial para conquistar e garantir seus direitos, objetivo propalado por Falcão. Por outro, o comparecimento do delegado em assembleias e reuniões poderia prejudicar eventuais debates que rompiam com a harmonia entre capital e trabalho tão pregada pelo mesmo, além de ser uma forma “legal” de manter a vigilância sob o movimento. A julgar pelo “receio estampado nas faces” dos trabalhadores, conforme foi percebido pelo próprio delegado, podemos supor a percepção dos operários diante de suas aparições em Fernão Velho.

De volta à DRT

Edson Falcão retornou à DRT em 1956, em uma conjuntura completamente diferente. Sem perder tempo, exatas duas semanas após ter reassumido o cargo, encaminhou-se até Fernão Velho. O motivo de sua visita: uma assembleia extraordinária realizada na sede social do Sindicato de Fernão Velho, para que Falcão expusesse seu (novo?) programa de trabalho. Além dos operários, fizeram-se presentes José Viana, presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria de Alagoas, e o padre Cabral. Como nos anos anteriores, podemos intuir acerca de outros objetivos dessa visita. Entre os dois partidos criados pós-Estado Novo sob a influência direta do ex-ditador, coube ao PTB “veicular a proposta trabalhista de Vargas

³⁵³ COSTA, *Em busca da memória...*, op. cit., p. 53. Grifo do autor.

³⁵⁴ MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002, p. 50.

³⁵⁵ COSTA, *Em busca da memória...*, op. cit., p. 200.

em termos partidários”³⁵⁶. Ir ao maior sindicato urbano de Alagoas expor seu programa de trabalho talvez estivesse incluído dentro da ideia de propagar o trabalhismo em terras alagoanas.

Ainda por esse caminho, Lucília Neves Delgado destaca a relação do PTB com os sindicatos, principalmente por meio do que ela chama de “relação tríplice – movimento sindical, Ministério do Trabalho e PTB”³⁵⁷. Como membro filiado, Edson Falcão era parte importante dessa relação, pois representava, ao mesmo tempo, duas pontas do triângulo. Igualmente é interessante notar como os trabalhistas alagoanos estavam distante da realidade do partido, fazendo-se presentes nos sindicatos apenas através do delegado do Trabalho ou nas eventuais visitas do jornalista Jorge Assunção antes de assumir sua vaga de deputado na Casa de Tavares Bastos.

Convidado por Arenito Mello – indicado na ata como “administrador do sindicato” – para compor a mesa da assembleia, Edson Falcão falou rapidamente acerca do seu programa de trabalho, “tendo oportunidade de ouvir várias reclamações dos associados sobre a perseguição no trabalho por parte da empresa, *prometendo regular harmoniosamente a situação*. (...) O delegado do Trabalho tomou nota das reclamações para uma posterior fiscalização”³⁵⁸. Sublinho a promessa de Falcão, invocando mais uma vez a harmonia entre capital e trabalho, utilizando o espaço para divulgar uma das propostas de seu partido, ao invés de falar mais sobre as fiscalizações, apuração das denúncias e sua resolução dos embates dentro da lei em vigor que tanto defendia. Além da proximidade com a família proprietária da fábrica, Edson Falcão – assim como Muniz Falcão – incorporava a ideia do Estado de harmonização dos conflitos, algo explícito na Justiça do Trabalho e em seu caráter conciliatório e no próprio PTB – nesse caso, não apenas de harmonia entre classes, como também a busca por uma “paz social”, um dos objetivos de Getúlio Vargas com a criação desse partido³⁵⁹. Ao mesmo tempo, como membro ativo do PTB local, Edson Falcão expressava (ou tentava expressar) igualmente a ideologia primordial dos trabalhistas: “um grande partido de massas com bases sindicais”³⁶⁰. Há também nesse discurso o paternalismo típico dos petebistas, herdado diretamente do getulismo que fundou o partido. Assim, o PTB

³⁵⁶ GOMES e D'ARAÚJO, op. cit., p. 9.

³⁵⁷ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1989, p. 75.

³⁵⁸ SFV, Ata da reunião, 3 de mar. de 1956. Grifos meus.

³⁵⁹ DELGADO, *PTB: do getulismo ao reformismo*, op. cit., p. 103.

³⁶⁰ GOMES e D'ARAÚJO, op. cit., p. 14.

tinha outra função: canalizar as “pressões populares” e condicionar o “potencial reivindicativo e político dos trabalhadores pelo Estado”³⁶¹. Daí sua importância na política de base do PTB e sua presença em reuniões e assembleias sindicais. Falcão não estava lá unicamente para apurar denúncias e realizar fiscalizações, como deu a entender.

Advogado, Edson Falcão entrou no mundo do trabalho através da DRT. Antes disso, só havia labutado como jornalista em seus tempos de estudante de Direito. Quando questionei seu filho sobre seu ingresso na delegacia, ele respondeu:

Acho que foi doutor Ari [Pitombo] quem [o] botou no Ministério, botou na delegacia. Não lembro se foi concurso, eu não sei. (...) Mamãe disse que parece que foi concurso quando ele foi pro Ministério. Agora, lá dentro eu sei que ele botou muita gente, pessoas correligionários, mas ele sempre foi dessa área política, ligado a doutor Ari Pitombo, a Silvestre Péricles, esse pessoal que era ligado ao PTB³⁶².

O prócer trabalhista Ari Pitombo foi um dos mais conhecidos integrantes do PTB alagoano. Bem verdade que Pitombo foi membro fundador do PSD em Alagoas, pois era aliado e muito próximo do ex-interventor Ismar de Góis Monteiro. Contudo, já nas eleições de 1947, elegeu-se deputado estadual pelo PTB e assumiu algumas secretarias na gestão de Silvestre Péricles. Nos cinco pleitos seguintes, elegeu-se deputado federal pelo partido (exceto em 1950, pelo PST de Péricles).

Sabemos que durante o período democrático, o Ministério do Trabalho sempre esteve nas mãos do PTB³⁶³. Segundo Lucília Delgado, a existência “do PTB esteve profundamente ligada a dois tipos de instituições: os sindicatos e o Estado; a esse último através do Ministério do Trabalho”³⁶⁴. Sobre tudo na gestão de Danton Coelho – entre janeiro e setembro de 1951 –, o Ministério assumiu “uma feição partidária, indelével”. Nesse período, Coelho renovou as DRTs em “quase 70% de seus quadros, e a eles, segundo Hugo Faria,

³⁶¹ DELGADO, *PTB: do getulismo ao reformismo*, op. cit., p. 14.

³⁶² Depoimento de Thomas Edson Muniz Falcão concedido ao autor em 11 de julho de 2013. Aqui vale uma correção: o ex-governador Silvestre Péricles não foi filiado ao PTB, mas era muito próximo dos trabalhistas de modo geral. Elegeu-se em 1947 pelo PSD e depois andou pelo PST e PDC.

³⁶³ Em suas duas passagens pela DRT, Edson Falcão foi comandado por quatro ministros. Na primeira vez, quando Getúlio Vargas era presidente, começou no cargo sob a batuta de João Goulart, a quem conhecia pessoalmente e tinha um respeito enorme. Durante a crise do suicídio, assumiu a pasta Napoleão de Alencastro Guimarães, um petebista que não possuía boa relação com seu partido. No segundo momento, agora com Juscelino Kubitschek presidente, Falcão retornou na gestão do senador José Parsifal Barroso, encerrando seu ciclo na DRT durante a passagem de Fernando Nóbrega pelo Ministério – que, apesar de ter iniciado a vida política pós-Estado Novo na UDN, logo se transferiu para o PTB.

³⁶⁴ DELGADO, *PTB: do getulismo ao reformismo*, op. cit., p. 294.

ascenderiam pessoas que ‘*não sabiam nada do trabalho*’. A renovação de pessoas à frente dos cargos seria feita para fortalecer o partido”³⁶⁵.

Novamente encontramos Edson Falcão em Fernão Velho. Realizada no Recreio Operário, essa reunião teve como finalidade a posse da nova diretoria do sindicato. Discutiu-se, também, o apoio e a defesa dos operários ao governador Muniz Falcão, representado aqui pelo delegado do Trabalho.

O Sr. Dr. Darwin Araujo, que em sua oração disse se sentir satisfeito em representar os trabalhadores de Fernão Velho, fazendo referências elogiosas ao governador do estado, Dr. Muniz Falcão, *afirmando que ele muito poderá fazer pela classe operária, em retribuição à confiança nele depositada pelos trabalhadores*. Falou em seguida o presidente do sindicato recém-empossado Sr. Abelardo Lins que em breve palavras agradeceu a todos os companheiros de trabalho pela vitória alcançada no dia 6 de novembro de 1955, e afirmando que no desempenho de sua árdua tarefa esperava *contar com o apoio do Sr. delegado Regional do Trabalho e do Exmo. Senhor Governador do Estado*.

Ao fim da sessão, Edson Falcão deixou claro que tanto a DRT como o Palácio dos Martírios estavam de portas abertas para os trabalhadores, prometendo cobrar dos patrões respeito pelas leis trabalhistas³⁶⁶. Como vimos, o nome de Muniz, com quem Edson Falcão mantinha alguma proximidade, havia sido referendado pelo líder petebista Ari Pitombo – com quem Edson matinha laços estreitos. Essa proximidade pode ser conferida também no periódico governista *Diário de Alagoas*. Vejamos essa nota publicada em uma edição de domingo:

Aniversaria, amanhã, o dr. Edson Falcão, Delegado Regional do Trabalho, no Estado de Alagoas e figura de destaque nos meios políticos, sociais e esportivos, do nosso Estado. (...) Além do cargo de Delegado Regional do Trabalho, o nosso companheiro de PTB, Dr. Edson Falcão, ocupa, ainda as funções de representante do Ministro do Trabalho, nos Conselhos Regionais do SESI, SENAI, SESC e SENAC, onde vem colaborando com os dirigentes das referidas entidades, em favor dos trabalhadores alagoanos³⁶⁷.

Nas comemorações do 1º de Maio de 1957, Edson Falcão compôs uma programação que incluía desde a leitura da carta-testamento de Getúlio Vargas e momento

³⁶⁵ Idem, p. 108. Grifos da autora.

³⁶⁶ SFV, Ata da reunião, 14 de abr. de 1956. Grifos meus. A fala de Darwin Araujo é a mesma citada na introdução dessa tese.

³⁶⁷ APA, ANIVERSARIA, AMANHÃ, O Dr. Edson Falcão. *Diário de Alagoas*. Maceió, 7 abr. 1957, p. 6.

para as lideranças sindicais discursarem, passando por sessões grátis de cinema e duas partidas de futebol. Por fim, uma sessão solene presidida pelo governador³⁶⁸.

Nesse mesmo exemplar, temos uma “saudação” do governador a todos os trabalhadores. E Muniz confirmou sua aproximação ideológica com o delegado do Trabalho: “reafirmo os propósitos do meu governo, (...) que são no sentido de *proporcionar um clima de harmonia entre capital e trabalho*, para que nossa terra, livre de lutas estéreis e inspiradas nos ensinamentos sábios de Leão XIII (...) possa atingir a meta final do seu glorioso destino”³⁶⁹. Muniz Falcão compartilhava da mesma ideia de harmonia expressada publicamente por Edson Falcão, como também se mostrou contrário as lutas (“estéreis”) encampadas pelo movimento operário. Outrossim, pode ser um indicativo de sua forma de atuação enquanto à frente da DRT alagoana, semelhante ao final de seu período no órgão baiano.

Na edição seguinte ficamos sabendo como transcorreram as comemorações, as quais “alcançaram grande êxito”. Os festejos foram organizados pela DRT, “auxiliada por entidades de classe” de Maceió, além da “participação destacada” do Sistema S (SESI, SENAI e SESC). Mostrando a importância da indústria têxtil, houve “salvas de 21 tiros” em praças da capital e nos bairros do Bom Parto, Saúde e Fernão Velho, onde localizavam-se as fábricas têxteis da capital. A reportagem destacou o espaço deixado na solenidade na parte da manhã para os próprios operários exporem seus problemas, tudo “sem sobressaltos de medidas restritivas da liberdade para a manifestação de suas justas reivindicações”³⁷⁰. Esse recado final faz parte da interminável campanha da folha governista contra o ex-governador Arnon de Mello, que respondia e atacava o governo diariamente. Os dois jornais – *Gazeta de Alagoas* e *Diário de Alagoas* – viviam nesse eterno debate para “descobrir” qual governador trouxera a paz e qual instalara um clima de terror no estado. Revelo ao leitor o resultado: não houve “vencedor” nessa arenga. A violência em Alagoas atravessou a década de 1950 intocada, dando aquele ar de naturalidade que já possuía desde muito tempo.

³⁶⁸ APA, HOJE: DIA DO Trabalho. *Diário de Alagoas*. Maceió, 1 mai. 1957, p. 3. Nessa mesma página temos a “Saudação aos Trabalhadores ALAGOANOS” feita pelo deputado federal Ari Pitombo. Na curta nota, Pitombo afirmou “que o sacrifício do imortal Presidente Getúlio Vargas servirá para a união de todo o proletariado da minha Terra, em defesa dos seus direitos justos e honestos, ainda relegados a um plano secundário”. Essa era a sua mensagem e do PTB, “o Partido do Trabalhador”.

³⁶⁹ APA, CONSTRUTORES DA GRANDEZA da pátria e do bem-estar da família brasileira. *Diário de Alagoas*. Maceió, 1 mai. 1957, p. 1. Grifos meus. No quadro com o texto, há uma foto de Muniz, de um lado, e Getúlio Vargas, no outro.

³⁷⁰ APA, PALAVRAS DO GOVERNADOR aos trabalhadores: jamais fui omissos e dúbios nos compromissos assumidos com os trabalhadores. *Diário de Alagoas*. Maceió, 3 mai. 1957, p. 1.

Ainda dentro das diretrizes do trabalhismo e do getulismo, em agosto de 1957 ocorreu no Palácio do Trabalhador um “Curso de Orientação Sindical, baseado na legislação trabalhista”, organizado pela Delegacia Regional do Trabalho, sendo o advogado Ortegá Jucá o responsável pelo mesmo. Esse tipo de curso era bem comum, pois havia por parte dos líderes sindicalistas em todo o país uma preocupação com a “educação jurídica dos trabalhadores”³⁷¹. Em uma reunião, o presidente do Sindicato de Fernão Velho solicitou que os associados se inscrevessem no curso³⁷². Quanto a Jucá, são escassas as informações³⁷³. Assistiu ao Sindicato de Fernão Velho em meados dos anos 1950 durante uns poucos anos. Concorreu para a Assembleia Legislativa em 1958 pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) – compondo a chamada Aliança Socialista Cristã, formada por PSB, Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Social Trabalhista (PST) –, ficando na suplência. Como o PST praticamente “pertencia” a Silvestre Péricles, poderia indicar uma proximidade do advogado com o ex-governador e, conseqüentemente, de outros trabalhistas, como Muniz Falcão, Ari Pitombo e Edson Falcão. Como poucos trabalhistas (e políticos de forma geral) realmente possuíam alguma fidelidade partidária – notadamente os três citados –, não seria estranho pensar Ortegá Jucá como membro do PTB naquele momento.

O curso contou “com a presença dos presidentes de Sindicatos, delegações de Fernão Velho, Bom Parto, Rio Largo e Saúde”, ou seja, presença maciça dos têmeis. Tanto o local do evento quanto “a praça fronteira ao Palácio do Trabalhador estavam totalmente lotados por compacta massa popular”. Além de sindicalistas e trabalhadores, fizeram-se presentes o governador Muniz Falcão, Osvaldo Veloso, José Luiz Ferreira dos Santos (nesse momento presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Termelétricas de Maceió) e, claro, Edson Falcão, a quem coube expor “as finalidades daquele Curso”. Infelizmente, o repórter presente ao local não inseriu em sua matéria tais finalidades, pois estava mais interessado em divulgar o comparecimento do governador, que não estava agendado: atendendo “um apelo dos trabalhadores” e “contrariando as prescrições médicas” (encontrava-

³⁷¹ CORRÊA, Larissa Rosa. *A tessitura dos direitos: patrões e empregados na Justiça do Trabalho, 1953-1964*. São Paulo: LTr, 2011, p. 68.

³⁷² SFV, Ata da reunião, 1 de agosto de 1957.

³⁷³ Em uma edição de abril de 1956 do *Diário de Alagoas* encontramos no espaço denominado “Indicador Profissional” um pequeno quadro com os dizeres: “Dr. Ortegá Jucá: Causas cíveis – Comerciais e, especialmente, trabalhistas”. Meses depois ele já não fazia mais parte do Sindicato de Fernão Velho.

se gripado), Muniz Falcão “aquiesceu ao honroso convite do operariado e compareceu ao Palácio do Trabalhador”, sendo recebido com “palmas e vivas”³⁷⁴.

A única informação sobre o evento é um pequeno edital publicado no *Diário de Alagoas* poucos dias antes do início das atividades. Assinado pelo secretário dos Cursos de Orientação Trabalhista da DRT, Manoel Rolemberg, e convocado pela Comissão Técnica de Orientação Sindical, o nome oficial era Curso Prático de Legislação do Trabalho. Direcionado exclusivamente para trabalhadores sindicalizados, as inscrições poderiam ser feitas na sede da delegacia, localizada no prédio com o sugestivo nome de Edifício Ary Pitombo, na Secção de Relações Sindicais, entre os dias 18 e 26 de julho, “das 14 às 17 horas, diariamente, exceto aos sábados”. O limite máximo era de 50 alunos e Ortegá Jucá seria o responsável pelas instruções, conforme vimos³⁷⁵. A lotação no Palácio do Trabalhador pode causar estranheza quanto à oficialidade e exigência de inscrições para participação no evento. Afinal, a publicação da convocação oficial aconteceu no dia em que começaram as inscrições e as mesmas seriam feitas em um horário deveras complicado para os operários e em poucos dias. Certamente, o curso já havia sido divulgado de maneira informal pelo delegado aos dirigentes sindicais.

Três dias depois, a DRT organizou mais um “Curso de Orientação Sindical”, dessa vez na sede do Sindicato de Fernão Velho, “sob a responsabilidade direta do próprio Delegado do Trabalho, Dr. Edson Falcão” e novamente presidida pelo governador. A “meritória iniciativa” da DRT era apoiada pelo governador e Muniz não perdeu a oportunidade de estar diante dos “altivos e progressistas operários de Fernão Velho”, sendo recebido de “maneira entusiasta e carinhosa”. Não por menos, chegou ao local acompanhado da primeira dama Alba Mendes Muniz Falcão, de alguns secretários, parlamentares da sua base aliada e membros da imprensa. Sem nenhuma surpresa, o repórter de o *Diário de Alagoas* não se preocupou em legar à posterioridade as finalidades do curso explicadas pelo delegado do Trabalho. Citou os discursos do presidente sindical, Abelardo Lins, de Osvaldo Veloso Rosas e Albino Dantas, indicado como advogado do sindicato³⁷⁶, preferindo publicar a

³⁷⁴ APA, APOIO DOS TRABALHADORES ao Governador. *Diário de Alagoas*. Maceió, 2 ago. 1957, pp. 1-2. Os exageros do repórter é a justificativa perfeita para a argumentação de Douglas Tenório acerca do “munizismo”.

³⁷⁵ APA, COMISSÃO TÉCNICA DE Orientação Sindical (Curso Prático de Legislação do Trabalho). Edital. *Diário de Alagoas*. Maceió, 18 jul. 1957, p. 3.

³⁷⁶ Encontrei apenas mais uma referência ao advogado, em duas atas do sindicato, de junho e julho de 1957.

relativamente curta e “eloquente oração” da primeira dama louvando o marido e seu trabalho em prol a classe trabalhadora.

Havia um motivo para o excesso de discursos e personalidades públicas no local: a “inauguração do retrato do presidente Juscelino Kubitschek, na sala de reuniões”. A julgar pela reportagem, não houve aula nesse dia. Muniz fez seu discurso (resumido e bastante adjetivado pelo repórter) e depois todos seguiram para o Recreio Operário, onde foi servido um coquetel e os operários puderam se divertir e dançar ao som da sanfona e da voz marcante do Rei do Baião Luiz Gonzaga³⁷⁷. Em outra nota na mesma edição, ficamos sabendo que o evento foi uma espécie de “solenidade de abertura” do curso. Por isso, toda pompa e circunstância.

Dois anos depois, em abril de 1958 era empossada uma nova diretoria do Sindicato de Fernão Velho – em uma sessão presidida pelo petebista Sizenando Nabuco, vice-governador de Alagoas, bastante satisfeito com o convite. Na mesma reunião seria entregue os certificados dos alunos do curso de orientação técnica ao trabalho. O delegado do Trabalho manifestou seu contentamento e entregou os certificados aos alunos³⁷⁸. O salto temporal na narrativa deu-se por causa da documentação. Nesse intervalo, principalmente a partir de setembro de 1957, a votação do *impeachment* de Muniz Falcão e seus desdobramentos monopolizam as fontes. Alguns fatos ocorridos durante o processo de afastamento do governador tratados no capítulo anterior ajudam a compreender o rompimento entre o delegado do Trabalho e o PTB com Muniz.

Por ora, vimos Edson Falcão participar de reuniões estratégicas, expor seu programa de atuação, promover cursos e entregar certificados, quase sempre compondo a mesa, porém nada de fiscalização nas fontes. Apenas ouviu e anotou as reclamações dos operários para futuras visitas. John French³⁷⁹ lembra que a fiscalização em São Paulo era precária e ineficiente, com quadros reduzidos de profissionais e altos índices de corrupção. Por sua vez, Murilo Leal³⁸⁰ demonstra a ineficiência dessas fiscalizações da DRT paulista nas indústrias do estado. A inoperância de alguns fiscais era denunciada pelos trabalhadores: o agente até chegava a ir ao estabelecimento fabril, mas limitava-se a conversar banalidades com os gerentes e outros funcionários mais graduados. No caso de São Paulo, ainda havia

³⁷⁷ APA, APOTEÓTICA RECEPÇÃO AO governador: Muniz ovacionado pelo operariado de Fernão Velho. *Diário de Alagoas*. Maceió, 6 ago. 1957, pp. 5-6.

³⁷⁸ Sindicato de Fernão Velho. Ata da reunião, 20 de abr. de 1958.

³⁷⁹ FRENCH, *O ABC dos operários*, op. cit., p. 19.

³⁸⁰ LEAL, op. cit., pp. 139-140.

outro problema: a disparidade entre o número de locais e a quantidade de funcionários para fiscalizar. Outrossim, não existiam muitos “profissionais especializados em engenharia sanitária e higiene industrial”. Não cabe aqui uma comparação entre as realidades paulista e alagoana. Ainda assim, podemos pensar em possíveis visitas sociais de Edson Falcão à Fábrica Carmen, por exemplo, baseado na sua relação e proximidade com a família Bezerra de Melo. Igualmente, vimos o relato de João Goulart, enquanto ministro do Trabalho, sobre a situação precária das DRTs nordestinas em 1953 e dificilmente muita coisa mudou em cinco anos.

Pelo menos até meados de 1958, Edson Falcão representava o Estado nos sindicatos urbanos de Alagoas. Não apenas o Estado: simbolizava também a pessoa de Muniz Falcão, com quem mantinha bom relacionamento. Apesar da desconfiança no olhar dos operários, o delegado se propunha a ser a ponte entre os trabalhadores e o governador. No entanto, em determinado momento, essa harmonia azedou e as coisas mudaram significativamente para ambos os lados.

3.2 MUNIZ *VERSUS* DRT: O CONFLITO

A saída de Edson Falcão da DRT aconteceu dois anos antes de 1961, quando João Goulart assumiu a presidência e o país viu-se tomado por uma grave crise política e econômica. Não apenas no Brasil: o PTB, que até então amortecia os embates entre operários e patrões (principalmente através do Ministério), não conseguia conter a classe trabalhadora e uma crise interna se instalou³⁸¹. A partir da década de 1960, “o papel central desempenhado pelas delegacias regionais do Trabalho” modificou-se, com o órgão sendo fundamental “para o desmantelamento de um certo perfil de sindicalismo” da mesma forma que “o tinham sido para a sua montagem”³⁸².

Porém, alguns anos antes dessa mudança conjuntural e de sua saída da DRT alagoana, o PCB local já não compartilhava da empolgação do governador com o delegado. Em seu estudo acerca do PTB, Lucília Neves Delgado dá grande destaque ao anticomunismo (especialmente por parte de Getúlio Vargas) como um fator importante na criação do PTB: seria o partido varguista a concorrer com o PCB pelos corações e mentes da massa de

³⁸¹ DELGADO, *PTB: do getulismo ao reformismo*, op. cit., p. 123.

³⁸² GOMES e D'ARAÚJO, op. cit., p. 47.

trabalhadores urbanos, agora com poder de escolha através do voto. Destarte, o PTB seria o freio para o notável crescimento do PCB a partir de 1945 entre o eleitorado das cidades³⁸³. Fernando Teixeira da Silva, ao analisar os objetivos da criação do PTB, tem opinião semelhante: “competir com o PCB, buscando absorver nos quadros do PTB os setores operários sob influência dos comunistas³⁸⁴”.

Não obstante, dez anos depois, os dois partidos estavam bem próximos – mormente em termos de cúpula –, sobretudo após a morte de Vargas³⁸⁵. Na Convenção Nacional do PTB que homologou o nome de João Goulart como candidato a vice-presidente, ocorrida no dia 18 de abril de 1955 (seis dias antes, o Diretório Nacional do PSD confirmou a coligação com o PTB), foi lida uma carta de Luís Carlos Prestes sobre o apoio dos comunistas a chapa JK-Jango para o pleito³⁸⁶.

No plano nacional, trabalhistas e comunistas estavam unidos ao menos momentaneamente. Em Alagoas, o delegado do Trabalho era aliado do governador, no mesmo instante em que o PCB tecia críticas a Edson Falcão e outras lideranças partidárias, tentando sempre excluir o PTB de seus comentários.

A primeira crítica diz respeito à Caixa Beneficente de Rio Largo³⁸⁷ e certamente está ligada as diferenças entre trabalhistas e comunistas. Supostamente, o delegado “prometeu ir à reunião” da Caixa, mas “lá não apareceu”. O redator de *A Voz do Povo* não perdeu tempo: “Ficou constatada na reunião que o sr. Delegado [do] Trabalho anda vacilando ante a resistência da empresa, chegando mesmo a aconselhar o presidente da Caixa a renunciar”. É nesse momento que podemos inferir acerca de rixas partidárias e de uma faceta anticomunista do delegado: o presidente da Caixa era José Graciano, operário têxtil, líder sindical e militante comunista dos mais conhecidos e destacados em Rio Largo³⁸⁸. Deve ter presidido a Caixa Beneficente do Sindicato de Rio Largo por pelo menos três mandatos, sendo vice em ao menos uma vez. As críticas dos comunistas não cessaram.

³⁸³ DELGADO, *PTB: do getulismo ao reformismo*, op. cit., p. 49 e NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)*. São Paulo: FAPESP/Boitempo, 2004, p. 75.

³⁸⁴ SILVA, op. cit., p. 142.

³⁸⁵ MATTOS, *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*, op. cit., p. 55.

³⁸⁶ DELGADO, *PTB: do getulismo ao reformismo*, op. cit., p. 171.

³⁸⁷ O primogênito do ex-delegado não tem nenhuma recordação do pai em relação à cidade ou à família Paiva, proprietária das duas fábricas existentes na localidade. A cerca de 30 km da capital, Rio Largo possuía um acesso mais fácil do que, por exemplo, o povoado da Saúde, localizado em Maceió. Diariamente, partiam ônibus de hora em hora entre as cidades até às 19h.

³⁸⁸ Cf.: MAJELLA, Geraldo de. *Mozart Damasceno, o bom burguês*. Recife: Edições Bagaço, 2011, p. 57, nota de rodapé 51.

Ora, não se justifica que o sr. Edson Falcão, *que prometeu aos trabalhadores liberdade sindical*, não garanta o livre exercício do mandato de um presidente de uma Caixa de Assistência legalmente eleita e depois confirmada em duas outras votações contra as manobras da empresa³⁸⁹.

Para entendermos a crítica dos comunistas, vamos saber o que estava acontecendo em Rio Largo. Segundo seu próprio relato, Graciano tentou junto à empresa “conseguir os descontos em folha” para o pagamento da Caixa por parte dos associados. Após idas e vindas ao escritório da fábrica e até mesmo à “casa dos senhores diretores”, ouviu deles algo bem comum: “vá a Justiça do Trabalho”³⁹⁰; onde não se solucionou. Diante disso e da situação em que se encontrava a Caixa, Graciano “resolveu botar cobradores pelas portas, por motivo de que se achava a situação desta sociedade”. O associado Carlos Oliveira pediu a palavra questionando sobre os cobradores, pois essa decisão, a seu ver, deveria ter sido votada em assembleia. Segundo o presidente, a decisão foi tomada pela diretoria da Caixa e “para o progresso da sociedade a Diretoria pode resolver”. A partir daí, alguns associados questionaram José Graciano, acusando-o de “soberano” da Caixa, cujas decisões passavam por cima da instituição. Outros questionaram a legalidade da assembleia extraordinária, pois o estatuto dizia só ser possível uma assembleia com 2/3 dos associados presentes e naquele momento havia apenas 73. Com pouco mais de uma hora e muita discussão, o presidente “deu por suspensa a reunião”³⁹¹.

Na ata está registrado que, durante vários momentos, o presidente permaneceu calado, enquanto alguns associados interpelavam-no. De acordo com a matéria do jornal *A Voz do Povo*, um dos associados era “policia a serviço da empresa”. Outros dois (incluindo o citado Carlos) seriam “lacaio mais descarado” e pretendiam “desmoralizar a diretoria”, pois a família Paiva “esperava com isto ver liquidada a Caixa”. Ao final da matéria, o redator asseverou que “os operários continuam solidários com a diretoria e dispostos a não se deixar levar pela manobra dos Paiva que tudo fazem para tomar a Caixa dos operários”³⁹².

³⁸⁹ APA, OS OPERÁRIOS DE Rio Largo defendem a Caixa do sindicato. *A Voz do Povo*. Maceió, 7 out. 1956, p. 4. Grifos meus.

³⁹⁰ SILVA, Fernando Teixeira da. “Prefácio”. In: CORRÊA, Larissa Rosa. *A tessitura dos direitos: patrões e empregados na Justiça do Trabalho, 1953-1964*. São Paulo: LTr, 2011, p. 11.

³⁹¹ Caixa de Beneficência dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Rio Largo. Ata da reunião, 27 de set. de 1956. A próxima assembleia aconteceu cinco meses depois, em fevereiro de 1957, com 201 associados e tendo como pauta a leitura e aprovação da movimentação financeira da Caixa no ano findo, não sendo tratados os acontecimentos da assembleia anterior.

³⁹² APA, OS OPERÁRIOS DE Rio Largo defendem a Caixa do sindicato. *A Voz do Povo*. Maceió, 7 out. 1956, p. 4.

Saindo de Rio Largo e voltando a Maceió, os comunistas continuavam a criticar o delegado do Trabalho. Na Companhia de Fiação e Tecidos Norte Alagoas (Saúde), os patrões obrigaram os operários de três secções “a trabalharem uma média de dez a treze horas diárias”, além de substituir “os trabalhadores de maior por menores”, cujos salários eram mais baixos. Por conseguinte, os operários daquela localidade solicitavam “as necessárias providências da Delegacia do Trabalho, enviando seus fiscais”. A pequena nota encerra com críticas diretas ao órgão fiscalizador:

Não sabemos quando a Delegacia do Trabalho irá deixar de ajudar a provocar o fechamento das pequenas indústrias e passará a cuidar da fiscalização das grandes “senzalas”, como são os casos das usinas e fábricas de tecido.

Não sabemos também para que está servindo um corpo de fiscalização burocratizado e que somente dá expediente dentro daquela autarquia.

Será que estão fiscalizando os seus próprios funcionários?³⁹³

Somente a partir de 1958, quando Muniz reassumiu as rédeas do poder em Alagoas, as relações entre governo e DRT modificaram-se profundamente. A primeira indicação remete-nos a abril. Na posse da nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem Floriano Peixoto³⁹⁴, além da presença dos trabalhadores da localidade e uma delegação vinda de Fernão Velho, compareceram o diretor geral da fábrica, Antonio Nogueira, o delegado do Trabalho e Odilon de Souza Leão Filho, Secretário de Viação e Obras Públicas e representante do governador Muniz Falcão³⁹⁵. A mudança do representante, naquele momento, pode não indicar uma ruptura entre governador e delegado – apesar do repórter de o *Diário de Alagoas* comentar com certa frieza a presença de Edson Falcão no evento. Por seu turno, Odilon de Souza elegeu-se deputado federal seis meses depois, em outubro 1958, pela coligação comandada por Muniz. *A priori*, pode-se tratar de uma manobra eleitoral do governador. Contudo, o rompimento não tardaria a acontecer.

Ao contrário do ano anterior, as comemorações do dia Primeiro de Maio organizadas pelo Palácio dos Martírios, não contariam com o delegado do Trabalho – muito menos na cobertura feita pela folha governista. A matéria – com o sugestivo título de “O dia Primeiro de Maio será inédito” – anunciava “os responsáveis pelos festejos”: Djalma Falcão,

³⁹³ APA, VOZES DAS FÁBRICAS – De Saúde. *A Voz do Povo*. Maceió, 28 out. 1956, p. 3. Grifo no original.

³⁹⁴ Doravante Sindicado de Saúde. Com efeito, a homenagem ao “marechal de ferro” deu-se porque Floriano nasceu em Ipioca, distrito maceioense formado por alguns povoados, quase todas praianos. Saúde é uma dessas localidades, mas sem acesso para o mar.

³⁹⁵ APA, POSSE FESTIVA DA diretoria do sindicato operário de Saúde. *Diário de Alagoas*. Maceió, 2 abr. 1958, p. 6.

Napoleão Barbosa (presidente da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas – FIEA) e Osvaldo Veloso (os dois últimos tornaram-se as novas estrelas do jornal, “substituindo” Edson Falcão). Entretanto, ficamos sabendo apenas que os responsáveis tentavam trazer o Sport Clube do Recife para duas partidas amistosas em Maceió: uma contra o CSA (Centro Sportivo Alagoano, maior time do estado) e outra contra a Seleção Alagoana, como também “uma caravana de artistas do Recife, que se apresentaria em ‘shows’ para os trabalhadores”³⁹⁶. Um conteúdo um pouco diferente dos festejos organizados por Edson Falcão, principalmente nos detalhes.

Primeiro detalhe: pela “primeira vez” desde a posse de Muniz, “o Governo do Estado toma a si a incumbência de patrocinar as festas do dia 1º de Maio”. Por um momento, tencionei que iria encontrar uma crítica dos comunistas ao fato de um governo com “laços de amizade e de cordialidade” com “as classes trabalhadoras” ter patrocinado a data festiva mais importante do calendário dos operários pela primeira apenas em seu terceiro ano de gestão. A busca foi em vão³⁹⁷. A aliança entre o Palácio dos Martírios e a Delegacia Regional do Trabalho parecia ser bem maior, fazendo com que o governador “terceirizasse” a organização dos festejos. Não podemos esquecer que “o sr. Muniz Falcão exerceu, por vários anos, o cargo de Delegado Regional do Trabalho, em Alagoas, cargo esse em que se houve com dignidade, praticando a verdadeira justiça social”. Talvez Muniz Falcão fosse avesso a comemorações lúdicas. Segundo detalhe: além do trio citado anteriormente, participaram da organização da efeméride um Dr. Roberto Castro (de quem não encontrei qualquer informação) e José Luiz Ferreira.

Terceiro e último detalhe: foi mantida a salva de 21 tiros, o hasteamento da bandeira e a execução do Hino Nacional pela banda da Polícia Militar (tudo defronte ao Palácio do Trabalhador), porém não houve a leitura da carta-testamento de Getúlio Vargas, ideia do getulista Edson Falcão. Da mesma forma, as lideranças sindicais e os trabalhadores não tiveram espaço para discursar em praça pública. No lugar disso, agendou-se uma “visita das delegações sindicais ao Governo do Estado, no Palácio Floriano Peixoto”. Manteve-se a partida de futebol, assim como o show com artistas da Rádio Difusora local e outros vindos

³⁹⁶ APA, O DIA PRIMEIRO de Maio será inédito. *Diário de Alagoas*. Maceió, 19 abr. 1958, p. 6. Por fim, não houve esses jogos. A partida foi entre dois clubes de menor expressão: o maceioense CRB (Clube de Regatas Brasil) e o recifense América.

³⁹⁷ Não quero dizer com isso que os comunistas alagoanos estivessem completamente alheios. Em alguns momentos, teceram críticas leves ao governador.

da capital pernambucana, como o popular cantor Genival Lacerda³⁹⁸. Por fim, Muniz Falcão não se incumbiria apenas de receber as delegações sindicais no palácio. A banda da Polícia Militar realizou “uma retreta” em Rio Largo e para lá se dirigiu o governador “acompanhado de Secretários de Estado e Diretores de Serviços”³⁹⁹.

Os únicos a discursar após o hasteamento da bandeira e execução dos hinos Nacional e de Alagoas foram Osvaldo Veloso (“vibrantemente aplaudido”), o professor José Cajueiro (segundo a matéria, falou em nome do governador, mas quem o representou oficialmente foi o advogado e Secretário de Estado José Reis de Campos) e o jornalista Nilson Miranda, dirigente do PCB local. Em seu discurso, Miranda “pregou a união dos trabalhadores como condição indispensável à conquista de objetivos correspondentes aos seus direitos” e, ao final, solicitou aos ouvintes “que se dirigissem ao Palácio Marechal Floriano, onde seriam recebidos pelo Governador Muniz Falcão”. No salão nobre do palácio, Muniz cumprimentou os presentes “em mais uma indiscutível prova de apoio das classes obreiras ao Governador”⁴⁰⁰, fato que deixaria alguns cientistas sociais instigados nos anos 1960.

Muniz Falcão mostrou empenho nesse Dia do Trabalho especial. Após receber as delegações sindicais no palácio e antes de partir até Rio Largo, ainda houve tempo para participar das festividades em Fernão Velho, juntamente com sua caravana de secretários. No bairro maceioense, assistiu “à missa campal celebrada pelo arcebispo coadjutor, Dom Adelmo Machado, que falou sobre a figura de São José como trabalhador modelo e chefe de família” e aos desfiles dos bombeiros, estudantes e atletas da Fábrica Carmen. Hasteou a bandeira duas vezes, uma defronte ao escritório da fábrica e outra na sede do sindicato, e ouviu os discursos do presidente do sindicato, Abelardo Lins, e da “Srta. Neocí Bastos, bolsista do Ministério do Trabalho”. No entanto, os dois não foram os únicos a falar naquela tarde.

Após o discurso do delegado do Trabalho, dr. Edson Falcão, o governador do Estado pronunciou oportuno discurso sobre as reivindicações operárias, situando a posição do trabalhador dentro do esquema governamental, de prestigiar ao máximo as aspirações das classes obreiras⁴⁰¹.

³⁹⁸ APA, COMEMORAÇÃO FESTIVA DO 1º de Maio. *Diário de Alagoas*. Maceió, 29 abr. 1958, p. 6.

³⁹⁹ APA, PATROCINARÁ O GOVERNO do Estado as festividades do Dia do Trabalho. *Diário de Alagoas*. Maceió, 30 abr. 1958, p. 1.

⁴⁰⁰ APA, PROMOVIDAS PELO GOVERNO decorreram brilhantes as festas de 1º de Maio. *Diário de Alagoas*. Maceió, 3 mai. 1958, pp. 1-2.

⁴⁰¹ APA, MUNIZ PARTICIPOU DOS atos de 1º de Maio em Fernão Velho. *Diário de Alagoas*. Maceió, 3 mai. 1958, pp. 1-2.

O completo desinteresse do repórter no pronunciamento do delegado do Trabalho demonstra mais uma fase no processo de rompimento entre Muniz e Edson Falcão. O delegado não estava lá como parte da comitiva do governador. Segundo a folha comunista, a DRT também programou uma agenda para comemorar 1º de Maio, como haveria de ser. “Muito embora a Delegacia do Trabalho houvesse feito sua programação através dos sindicatos, em separado da Federação dos Trabalhadores (...)”⁴⁰². A exclusividade pela data não era apenas do Palácio dos Martírios.

“A falência do organismo trabalhista”

Uma trégua entre DRT e aliados do governo aconteceu somente com a proximidade das eleições legislativas de 1958. Ambos os periódicos ligados ao governo, *A Voz do Povo* e *Diário de Alagoas*, estavam demasiado ocupados com as propagandas eleitorais, em cobrir comícios e com artigos acerca dos “candidatos nacionalistas”. Os comunistas, em especial, estavam bastante atarefados naquele pleito. No entanto, houve tempo para mais um relato anterior às eleições.

Em maio, os comunistas flagraram mais uma desavença entre delegado e trabalhadores. Dessa vez em Fernão Velho, dentro do sindicato e durante uma reunião importante presidida por Edson Falcão. Os operários debatiam sobre o aumento salarial quando Falcão proibiu o presidente da Caixa Beneficente, José Correia, de prestar alguns esclarecimentos. Naquele momento, Correia respondia a processo trabalhista impetrado pela fábrica⁴⁰³ e, provavelmente devido a isso, Falcão agiu de forma coercitiva. De acordo com a matéria, ao ser questionado o motivo de tal proibição, Edson Falcão limitou-se apenas a responder “que ele [Correia] não podia falar”. Diante dos protestos, o delegado retirou-se da reunião. “A Assembleia passou a girar em torno do assunto, provocado pelo operário Sólon Araújo que pediu fosse esclarecido em que lei se baseava o Sr. Edson Falcão para cassar a palavra de um operário *em questão com a empresa*”. Aqui podemos levantar duas hipóteses complementares: Sólon também respondia processo pelo mesmo motivo, daí ser conhecedor do imbróglio jurídico de seu companheiro; Edson Falcão relatou a situação de Correia e nisso se baseou para impedi-lo de falar. O presidente do Sindicato de Fernão Velho e mais dois

⁴⁰² APA, BRILHANTEMENTE COMEMORADO O 1º de Maio. *A Voz do Povo*. Maceió, 4 mai. 1958, pp. 1-4.

⁴⁰³ Trato desse assunto no capítulo seguinte.

presidentes sindicais têxteis presentes à reunião prestaram solidariedade e deram apoio a José Correia⁴⁰⁴.

Vimos no capítulo anterior que no campo econômico a conjuntura não era das melhores. Nos últimos meses de 1958, fechava suas portas a Companhia Pilarense de Fiação e Tecidos, indústria localizada na cidade de Pilar, distante cerca de 40 quilômetros de Maceió. Esse fechamento era reflexo de uma crise pela qual passava o setor têxtil no final da década de 1950⁴⁰⁵. Por exemplo, uma edição de janeiro de 1959 do jornal paraibano *A União* anunciava o encerramento das atividades de 11 fábricas em toda a região⁴⁰⁶. Após a Companhia Pilarense, a Fábrica Alexandria encerrou suas atividades em 1966, quando pertencia ao grupo que administrava a Fábrica da Torre, em Recife. Paulo Fontes cita o caso de São Paulo, que justamente no final da década de 1950 viu as metalúrgicas aglutinar cerca de 30% da mão de obra, enquanto o setor têxtil caía de 40% (em 1939) para 20% no final daquela década. Somente entre 1955 e 1960, a porcentagem de trabalhadores qualificados na indústria têxtil caiu de 38% para 7% em São Paulo⁴⁰⁷.

No caso da Companhia Pilarense, os mais penalizados foram os operários. A empresa devia 63 semanas de salários atrasados aos seus funcionários. Antes de anunciar a falência, a fábrica devia 34 semanas em salários e até mesmo os funcionários que continuaram trabalhando após o fechamento (como os vigias) estavam sem receber. Com todas essas informações, o alvo do jornal situacionista era outro: “A verdade em torno desse triste caso, é que há falência de autoridade trabalhista que zele pelos interesses dos pobres trabalhadores esbulhados pela Pilarense de Fiação e Tecidos”. A mesma reportagem assevera que “várias providências foram solicitadas aos poderes centrais, sem, contudo, haver interesse das autoridades trabalhistas no estudo de uma fórmula que solucionasse as angústias daquela gente humilde”. A questão central não recaía também no problema econômico por que passavam as indústrias têxteis. Focalizava-se apenas na questão posterior a isso, ou seja, as indenizações a que tinham direitos os trabalhadores, pois sua situação de penúria era atrelada apenas ao não pagamento de seus direitos; o que viria ser a vida deles depois ficava nas

⁴⁰⁴ APA, CASSADA ARBITRARIAMENTE EM Fernão Velho a palavra do operário. *A Voz do Povo*, Maceió, 25 mai. 1958, p. 4. Grifos meus.

⁴⁰⁵ Sobre a crise do setor texto, ver: FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos – Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997, p. 46 e MELLO, op. cit., pp. 153-161.

⁴⁰⁶ VALE, Eltern Campina. *Tecendo fios, fazendo história: a atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964)*. 2008. 225 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008, p. 98.

⁴⁰⁷ FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 63.

entrelinhas. Ao fim e ao cabo, parecia ser mais importante fazer críticas à DRT do que tratar da situação de miséria do operariado alagoano.

O que há, repetimos, é a falência do organismo trabalhista, que tem à frente um representante em situação acomodaticia, ao invés de fazer valer as suas prerrogativas funcionais, compelindo a Companhia Pilarense a saldar os seus compromissos com o operariado, sem as evasivas e chicanas que está pondo em prática constantemente⁴⁰⁸.

Cinco dias depois, as notícias sobre a fábrica de Pilar ganhavam novos contornos. Curiosamente, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Pilar publicou uma “Nota Oficial” justamente na *Gazeta de Alagoas* com “um arrazoado insulto à guisa de contestação a uma denúncia que publicamos (...)”. Segundo a matéria, a nota foi escrita na própria DRT e contém louvações a Edson Falcão. Não obstante, para o jornal, a nota “não consegue destruir” a reportagem anterior. “A denúncia por nós levada ao conhecimento público não foi produto de nossa imaginação. Fizemo-la em consequência de declarações que nos foram prestadas por operários daquele centro fabril, em nossa redação”. Essa era uma prática comum adotada por *A Voz do Povo*: um redator (muitas vezes, o advogado Rubem Ângelo⁴⁰⁹) encarregava-se de transformar em matéria as denúncias, relatos e informações trazidas pelos trabalhadores ou colhidas no próprio ambiente fabril – no caso de Rubem Ângelo, seu contato próximo e constante com os operários “facilitava” sobremaneira esse serviço⁴¹⁰.

A reportagem de o *Diário de Alagoas* classificou como “insignificante” os “‘benefícios’ conseguidos” por Edson Falcão “em favor dos operários da Pilarense e nela [na nota oficial] enumerados”. Benefícios esses que, infelizmente, não são republicados pela folha governista, com exceção de um: cada operário recebeu “uma única vez” a quantia de Cr\$ 400,00, que “serviram para fins políticos com retribuição imediata”. De forma tacanha, o redator sugeriu que Edson Falcão e “seu protetor” Ari Pitombo deveriam aproveitar o “prestígio” que diziam possuir para pleitear no Congresso Nacional “um financiamento substancial”, objetivando o retorno das atividades na Fábrica do Pilar, “proporcionado

⁴⁰⁸ APA, OPERÁRIOS NA MAIS negra miséria pela falência de uma autoridade trabalhista acomodaticia. *Diário de Alagoas*. Maceió, 15 de nov. 1958, pp. 1;5.

⁴⁰⁹ Ângelo, que terminou sua carreira profissional como juiz trabalhista, chegou a advogar por 18 sindicatos de Maceió no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, incluindo aí os têxteis da capital.

⁴¹⁰ MOURA, Anderson Vieira. “Os trabalhadores também são notícia: a relação dos operários alagoanos com os jornais nos anos 1950”. *Revista Crítica Histórica*, Ano V, nº 9. Maceió: UFAL/ICHCA, 2014, p. 235.

trabalho honesto aos humildes operários”. O texto finaliza fazendo alusão à Justiça do Trabalho, dando indícios de uma ação conjunta dos trabalhadores junto a essa instituição.

Ademais, como orientador das classes trabalhadoras, o Delegado Regional do Trabalho, tem grande responsabilidade nas questões trabalhistas, e de sua atuação junto à Justiça do Trabalho depende a sorte dos humildes contra a prepotência dos que procuram esbulhar os operários, negando-lhes o que de direito lhes pertence⁴¹¹.

Novamente, Muniz Falcão não é sequer citado, legando a matéria toda responsabilidade à DRT e a lideranças do PTB. O repórter também se esquece das promessas do governador feitas em 1956, conforme relatado no capítulo anterior. Naquela oportunidade, ao dar muita ênfase aos problemas financeiros causados pela gestão de Arnon de Mello, Muniz Falcão garantiu tomar providências para fortalecer as indústrias locais. Dois anos depois, parecia que a solução se encontrava no governo federal.

A bem da verdade, o governador estava preocupado com outras questões: a solenidade de posse de uma nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Óleos Vegetais de Animais ocorreu no Palácio do Trabalhador, em um sábado de comemorações cívicas (15 de novembro). Joel dos Santos era mais uma vez eleito presidente e delegado no conselho da Federação dos Trabalhadores. Muniz Falcão não compareceu ao evento; em seu lugar, mandou o irmão, Djalma Falcão, dando “posse à nova diretoria daquele órgão de classe”. Em seu discurso, Joel não poupou as “hostilidades divisionistas do Delegado do Trabalho”. Como era de se esperar, o delegado não compareceu à solenidade – nem enviou um representante, ato bastante criticado pelos presentes. O clima não era muito favorável. Segundo Joel, nas reuniões convocadas pela DRT para tratar sobre o aumento do salário mínimo naquele ano, seu sindicato não foi convidado, “impedindo desse modo, que uma classe numerosa como aquela ficasse privada de tomar parte num debate que diz respeito à própria vida do trabalhador (...)”. A julgar pela matéria, o discurso de Joel limitou-se a criticar Edson Falcão.

Francisco Claudemiro (Construção Civil) e os comunistas Renalvo Siqueira e Nilson Miranda igualmente “teceram severas críticas à política divisionista do Delegado Regional do Trabalho, que, por interesses políticos partidários, segundo declararam, procura dividir o movimento sindical e assim enfraquecê-lo para fins escusos”. A essa altura dos

⁴¹¹ APA, INDIFERENÇA DO DELEGADO do Trabalho ao esbulho de humildes operários. *Diário de Alagoas*. Maceió, 20 de nov. 1958, pp. 1;5.

acontecimentos, a folha governista ainda “recusava-se” a escancarar o viés partidário desse longo imbróglio.

Por fim, discursou Djalma Falcão. Sua presença na solenidade era mais uma demonstração do “apreço e o carinho que tem o Chefe do Executivo Alagoano pela classe operária, pois era aos trabalhadores e humildes que devia S. Excia. toda a sua vida política e o seu mandato de Governador. Assim como fizera Edson Falcão no ano anterior em Fernão Velho, Djalma garantiu que as portas do Palácio dos Martírios estavam sempre abertas, tanto para os trabalhadores quanto para o povo. Os operários alagoanos podiam contar com o governador, “um amigo com a disposição de lutar” por suas “reivindicações”. Djalma Falcão estranhou não haver um representante do Ministério do Trabalho (“órgão máximo oficial para servir o trabalhador”) na posse. Relembrou aos presentes o tempo em que seu irmão exercia o cargo de delegado do Trabalho no estado: quando não ia pessoalmente, Muniz sempre enviava um representante para “dar posse aos Sindicatos”. Djalma finalizou seu discurso taxando as atitudes do atual delegado como sendo uma “política criminosas” que visava apenas prejudicar a classe trabalhadora. Contudo, os operários poderiam “ficar tranquilos pois encontrarão sempre na pessoa do Governador Muniz Falcão um defensor de suas reivindicações”⁴¹².

Menos de vinte dias depois, o chefe do Executivo compareceu à solenidade de posse da nova diretoria do Sindicato dos Estivadores de Alagoas e o nome de Edson Falcão não foi citado pelos oradores. Em seu discurso, o governador elogiou os estivadores alagoanos pelo seu trabalho e relatou toda sua carreira política, desde quando se elegeu deputado federal em 1950, creditando à classe trabalhadora suas vitórias eleitorais. Finalizou com mais elogios à categoria, incentivando-a a manter-se unidos em suas lutas, contando sempre com o seu apoio. Mais algumas pessoas discursaram, entre eles o presidente eleito e o antigo, todos enaltecendo o momento e a unidade sindical dos estivadores. A reportagem confirmou a presença de “representantes do Ministério do Trabalho” na mesa, sem nominá-los⁴¹³.

⁴¹² APA, HOSTIL AOS TRABALHADORES a atividade do atual delegado do trabalho. *Diário de Alagoas*. Maceió, 18 de nov. 1958, pp. 5-6. Basicamente, a “mesma” matéria pode ser conferida em: APA, SOLENEMENTE EMPOSSADA A diretoria do Sindicato do Óleo. *A Voz do Povo*. Maceió, 23 de Nov. 1958, p. 2.

⁴¹³ APA, EMPOSSADA A NOVA Diretoria do Sindicato dos Estivadores. *A Voz do Povo*. Maceió, 7 de Dez. 1958, p. 4. Igualmente se fizeram presentes o Secretário do Interior (Evilasio Torres), o comandante da Guarda Civil (Vitor dos Santos), o padre José Theuws, além de Djalma Falcão, Renalvo Siqueira e Nilson Miranda.

O ano de 1958 foi bastante conturbado, e 1959 iniciava da mesma forma. Em meio à luta pela manutenção do salário mínimo, temos várias denúncias contra a inoperância da DRT em garantir um direito legítimo, com repercussão até na Assembleia Legislativa. O *Diário de Alagoas* certificava os protestos diários da classe trabalhadora “contra a incúria” do delegado do Trabalho e sua preocupação “em fazer política e dividir os trabalhadores”. O jornal apoiou-se no líder sindical José Luiz Ferreira, publicando um ofício enviado ao deputado estadual Cleto Marques Luz da bancada governista e um dos que tinham ido a plenário externar as denúncias contra Edson Falcão.

No longo documento (dividido em 9 pontos) publicado na íntegra, José Luiz, então delegado da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) em Alagoas, classificou como “patriótico protesto” a atuação de Cleto Marques na Assembleia. Os pontos sobre a luta pelo salário mínimo – principal motivador do discurso do deputado e do ofício – serão discutidos no capítulo 4. O primeiro tema diz respeito a uma festa promovida por Edson Falcão para comemorar seu terceiro ano à frente da DRT (em sua segunda passagem). José Luiz anexou ao documento (não publicado pelo jornal) uma cópia do telegrama enviado por Falcão “solicitando a todos os Presidentes de Sindicatos o comparecimento para os festejos com apreço”. A crítica do representante da CNTI direcionou-se à falta de “espontaneidade dos dirigentes sindicais em prestar uma homenagem ao ‘honrado’ Delegado do Trabalho”. O intuito principal dos “comes e bebes” era “inebriar a mente de dirigentes sindicais menos avisados e esclarecidos”. Não sabemos quais foram esses dirigentes. Apenas ficou claro que a festa na DRT não foi um fracasso completo, como pareciam desejar as lideranças mais avisadas e esclarecidas. Em seu texto, temos uma espécie de autocritica involuntária de José Luiz, ao mostrar que nem a Federação dos Trabalhadores nem a Confederação Nacional haviam conquistados todos os corações e mentes dos sindicatos alagoanos. O ponto 5, por exemplo, evidencia ainda mais esse fato:

5 – O apoio que certo representante do povo [possivelmente, o deputado federal Ari Pitombo] declarou ter o atual Delegado do Trabalho pela maioria dos Sindicatos não procede. É muito fácil fazer uma verificação, procedendo-se a reuniões nos Sindicatos e solicitando a opinião dos trabalhadores. Declaro por ter constatado que o nome do atual Delegado é vaiado e apupado nestas reuniões.

Como a documentação existente apresenta apenas a versão de um lado, resta-nos questionar se toda a intriga não se restringiu apenas à política partidária e de cúpula de ambos os lados – com efeito, o partidarismo dos líderes da Federação se sobressai em relação às

demandas de classe, mas não foi possível identificar os partidos por trás de cada membro. Dentro desse contexto, a verificação sugerida por José Luiz não foi feita pelos dois órgãos de imprensa (trabalhista e comunista), nem encontrei em outras fontes algum indício de que a base estava realmente comprometida na luta contra a atual gestão da DRT. Isso porque os personagens que aparecem na documentação são lideranças sindicais – e de um grupo bastante específico.

Por outro lado, há sempre algo “não-dito” na documentação produzida pela classe operária, pelas mais diversas razões⁴¹⁴. No início deste capítulo, quando tratei da proximidade entre DRT e governo, relatei sobre uma reunião no Sindicato de Fernão Velho para discutir sobre o aumento salarial com a presença de Edson Falcão. Isso no dia 18 de maio de 1958, quando já não havia mais uma harmonia entre delegado e governador. Como vimos, coube a Falcão abrir os trabalhos daquela reunião e não há na ata qualquer menção aos futuros problemas entre as partes⁴¹⁵. Em reunião ocorrida na primeira metade da década de 1950, o delegado percebeu um “receio estampado nas faces” dos operários e atribuí essa manifestação a conjuntura do momento. Por certo, o momento político do Brasil e de Alagoas não é a única explicação para o receio dos têxteis de Fernão Velho. A presença de Edson Falcão em reuniões sindicais deixava os operários acuados, tolhendo sua liberdade e camuflando estratégias, refletindo nas atas.

José Luiz seguiu com indícios pouco convincentes. Segundo ele, quando os trabalhadores de duas empresas não especificadas tinham qualquer tipo de problema, os patrões mandavam procurar o delegado do Trabalho. Portanto, concluía o líder sindical, Edson Falcão era “o melhor advogado que as empresas patronais do Estado já encontraram nestes três anos”. A contradição está na crítica à legalidade, afinal esse não era um procedimento tão apregoado pelos sindicalistas trabalhistas? Procurar as instituições para garantir e conquistar direitos? Ficamos sabendo que Edson Falcão apresentou “listas de adesões de Presidentes de Sindicatos”, porém sem mais informações detalhadas. Para o representante da CNTI, esse fato “não demonstra que o mesmo está sendo apoiado pelas classes trabalhadoras, pois, as listas, são confeccionadas no Gabinete da Delegacia Regional do Trabalho, como muitos fatos escabrosos têm sido tramados e urdidos naquele infeliz Gabinete”. A disputa entre DRT e Federação pelo apoio dos sindicatos urbanos do estado já

⁴¹⁴ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

⁴¹⁵ SFV, Ata da reunião, 18 de mai. de 1958.

havia sido descortinada, só não temos clareza dos objetivos e direcionamentos de cada um dos lados. Mencionada em entrevistas anteriores, José Luiz reiterou uma divisão no seio da classe trabalhadora, atribuindo “à atuação desagregadora” do mandatário da DRT⁴¹⁶.

Assim como os comunistas, o *Diário de Alagoas* não tinha rugas com o PTB como um todo. Diferenciava o partido, isolando apenas Ari Pitombo e Edson Falcão como os dois elementos a serem combatidos. Pois se Falcão era filiado ao PTB, não seguia “as normas nem as diretrizes daquela agremiação política, porque os seus atos são de um inimigo do trabalhador”⁴¹⁷. A mesma situação acontecia entre parlamentares petebistas na Assembleia Legislativa, com alguns deputados procurando explicar os acontecimentos – porém, a folha governista não deu uma cobertura completa das explicações: restringiu-se apenas ao campo das acusações.

3.3 A DRT CONTRA A FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES

Antes de prosseguir, é necessário apresentar melhor e tentar definir três personagens citados anteriormente e que serão ainda mais citados daqui em diante. Não possuo elementos para caracterizá-los de maneira categórica, pois as fontes não são muito precisas e há pouca informação concreta sobre os três. Refiro-me aos líderes sindicais Joel Joaquim dos Santos, José Luiz Ferreira e Osvaldo Veloso Rosas.

O primeiro, conhecido apenas por Joel, presidiu o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Óleos Vegetais de Animais em pelo menos quatro ocasiões, além de ser o delegado desse sindicato em algum dos conselhos (ou no único conselho) na Federação dos Trabalhadores. Vimos o *Diário de Alagoas* apresentá-lo como presidente da Federação no início dos anos 1960 (em agosto do mesmo ano apareceu apenas como presidente de seu sindicato). Segundo o “ABC das Alagoas”, Joel foi filiado ao PTB, mas o dicionário não indica quando e não encontrei qualquer menção nesse sentido nas fontes. Deve ter pertencido ao PTB no início do partido em Alagoas até meados da década de 1950. A julgar pelas críticas contundentes, não devia estar mais no PTB nesse momento. Caso tenha seguido o caminho “natural” de outros trabalhistas alagoanos, pode ter se envolvido com o PST na primeira

⁴¹⁶ APA, DELEGADO DO TRABALHO: - o melhor advogado das empresas patronais. *Diário de Alagoas*. Maceió, 26 de fev. 1959, pp. 6;2.

⁴¹⁷ APA, PROPOSTA QUE NÃO se coaduna com o exercício da função do D. do Trabalho. *Diário de Alagoas*. Maceió, 3 de mar. 1959, p. 1.

metade da década e depois, com a vitória de Muniz Falcão, se filiado ao PSP. Não seria estranho, visto que era próximo do governador, aparecia constantemente em seu jornal e se engajou na campanha de Abraão Moura.

José Luiz presidiu o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Termelétricas de Maceió ao menos em três ocasiões e foi delegado da CNTI em Alagoas, entidade da qual a Federação era filiada. Esse pode ser o melhor caminho para entender um pouco mais os três citados (pois todos gravitaram na órbita da Federação e da CNTI). Prevista pelo § 2º do Artigo 535 da CLT, a CNTI surgiu pelo Decreto nº 21.978, de 25 de outubro de 1946, em pleno governo Dutra. Em resumo, era um órgão completamente atrelado ao Estado. Além disso, em decorrência da atuação de seus líderes ao longo da década de 1950, não era bem vista entre os nomes mais combativos do sindicalismo, principalmente do Sudeste brasileiro. Segundo Kenneth Erickson, essa situação mudou apenas com a ascensão de Goulart à presidência. O brasilianista também demonstra uma das “funções” do órgão:

A oportunidade para um afastamento definitivo dos pelegos mais impopulares veio com a eleição bienal para a CNTI, quando Goulart colocou o poder da presidência por trás dos homens que o haviam apoiado três meses antes. Goulart veio ao Rio para o congresso da CNTI e organizou então o afastamento dos pelegos. *Os pelegos ocupantes dos cargos-chave exerciam influência sobre os delegados eleitores porque seus postos na Confederação permitiam-lhes distribuir oportunidades de viagem, empregos e outros favores*⁴¹⁸.

Possivelmente graças a isso (atrelamento ao Estado e lideranças consideradas pelegas), não há muitos estudos e referências bibliográficas acerca da Confederação. No entanto, é a entidade sindical com maior destaque entre os trabalhadores alagoanos na segunda metade da década de 1950 – será mais bem analisada nos capítulos seguintes –, o que poderia indicar pistas mais gerais do sindicalismo no estado.

Por fim, o mais emblemático dos três: Osvaldo Veloso Rosas. Admitido em 1935 pelo Cotonificio Nogueira (proprietário da fábrica de Saúde), trabalhava na função de prático de farmácia naquela fábrica e elegeu-se presidente da Federação dos Trabalhadores pela primeira vez em 1949, além de presidir o Sindicato de Saúde⁴¹⁹ e ser secretário da CNTI. Em alguns documentos consultados, vemos Osvaldo como vereador de Maceió no final da década

⁴¹⁸ ERICKSON, Kenneth Paul. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p. 148. Grifos meus.

⁴¹⁹ MPM, TRT19, Processo n. 128, 1953.

de 1940⁴²⁰ e indicado como candidato a deputado estadual em 1950 por alguma agremiação trabalhista, certamente pelo PST. Os indícios quanto a sua filiação são os seguintes: em 1950, a *Gazeta de Alagoas* (uma dessas fontes) era ligada ao então governador Silvestre Péricles (do PST); o periódico pediu votos para Cristiano Machado (PSD) e não para Getúlio Vargas (PTB); e fazia propaganda eleitoral para Muniz Falcão e Ari Pitombo, além do Cel. Lucena Maranhão, Abraão Moura e Sizenando Nabuco: todos se elegeram no pleito de 1950 pelo PST, os dois primeiros deputados federais e os outros três estaduais. Entre os citados na campanha, estava Osvaldo Veloso.

Essas são as melhores informações encontradas a respeito dessas três lideranças sindicais. Passo agora ao imbróglio envolvendo Federação e DRT.

Após as comemorações do 1º de Maio em 1958, as relações entre governo e DRT romperam-se em definitivo. Em sua reportagem, os comunistas iniciam um texto adjetivando o delegado de “atrabiliário” e expondo a “medida absurda e arbitrária” tomada por Edson Falcão: uma intervenção na Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alagoas, sob a suposta alegação de que a entidade estava “acéfala”, empossando uma Junta Governativa. O periódico do PCB vai além, descortinando o viés político da intervenção: com apoio de alguns “divisionistas”⁴²¹, Edson Falcão tentava “transformar o Palácio do Trabalhador em sede de sua campanha política” em prol de Ari Pitombo, líder do PTB alagoano.

Temos mais informações por causa de um manifesto redigido pelos presidentes de três sindicatos filiados à Federação e já conhecidos por nós: Construção Civil, Metalúrgica e Mecânica de Maceió e Óleo Vegetais e Animais de Alagoas. No dia 26 de maio, ocorreram as eleições da entidade, com duas chapas inscritas, sendo o resultado final um empate com quatro votos para cada um. Em reunião, Edson Falcão afirmou não ter sido comunicado oficialmente pela Federação do resultado, “quando nós temos em nosso poder, cópia dos dois ofícios, enviado ao Delegado do Trabalho”⁴²².

Os antigos aliados do delegado consideraram suas atitudes como sendo “lesivas aos interesses da classe trabalhadora”. Não reconhecendo a Junta Governativa, membros da Federação contrários à atitude “se dirigiram ao Ministério do Trabalho, comunicando as

⁴²⁰ Não é citado o partido e a listagem existente no site da Câmara de Maceió começa em 1951,

⁴²¹ Apenas são citados seus nomes, não sendo esclarecido qual a função de cada um dentro e fora da Federação.

⁴²² APA, ATO ARBITRÁRIO DO delegado do Trabalho na Federação dos Trabalhadores. *A Voz do Povo*. Maceió, 8 jun. 1958, p. 4. O segundo ofício seria para esclarecer melhor o primeiro, a pedido do próprio delegado ao então presidente Osvaldo Veloso.

razões do seu protesto e solicitando as providências que o caso requer”⁴²³. Por outro lado, não houve esclarecimentos por parte dos representantes de como ficou a entidade após o empate nas eleições.

Apenas três dias depois da publicação da denúncia ficamos sabendo o desfecho das eleições. Em entrevista ao *Diário de Alagoas*, José Luiz citou a portaria 146, datada de 18 de outubro de 1957: “No caso de empate, o Presidente da mesa [Osvaldo Veloso] comunicará ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, para que este designe nova data para o pleito”. José Luiz defendeu Veloso, assegurando possuir cópias dos ofícios enviados à DRT. A portaria por si só demonstra um forte atrelamento da Federação ao Estado e ao Ministério do Trabalho, controlado pelo PTB.

José Luiz continuava seus ataques ao delegado. De acordo com o representante da CNTI, “o sr. Delegado, verificando que a chapa na qual tinha interesse não fora eleita, procurou fazer o seu jogo, lançando trabalhadores contra trabalhadores, por meio de intrigas mesquinhas”. Por outro lado, parece haver uma incoerência entre as matérias dos dois jornais e a entrevista de José Luiz. Em sua fala, este afirmou: “Se a Federação dos Trabalhadores estava acéfala, como disse o sr. Delegado do Trabalho, porque não determinou a intervenção, como manda a Consolidação das Leis do Trabalho?”⁴²⁴ Afinal, era uma prerrogativa do Ministério poder “intervir nos assuntos internos de uma organização sindical, indicando um delegado ou junta para administrá-la”⁴²⁵. Edson Falcão, na qualidade de delegado do Trabalho, era exatamente o representante do Ministério em Alagoas. E não foi isso exatamente o que aconteceu? Houve o pleito, o resultado final foi um empate e o presidente avisou ao Ministério para que se marcasse nova eleição. Ao empossar uma Junta Governativa, Edson Falcão acabou por destituir Osvaldo Veloso, pois enquanto não se realizasse um novo pleito, Veloso continuaria na presidência – ou teria que sair, deixando a entidade “acéfala”. A possibilidade de intervenção ministerial não era aleatória, acontecia “apenas em caso de desacordo interno ou outras circunstâncias que impediavam seu funcionamento normal, e os interventores permaneceriam somente o necessário para restaurar a atividade normal”⁴²⁶. José Luiz referia-se ao Artigo 528 da CLT. Nele, encontramos a seguinte determinação:

⁴²³ APA, O DELEGADO REGIONAL do Trabalho contra interesses dos trabalhadores alagoanos. *Diário de Alagoas*. Maceió, 5 jun. 1958, p. 6.

⁴²⁴ APA, A POLÍTICA NA delegacia do Trabalho fere a autonomia da Fede. dos Trabalhadores. *Diário de Alagoas*. Maceió, 8 jun. 1958, p. 6.

⁴²⁵ ERICKSON, op. cit., p. 65.

⁴²⁶ Ibid., ibidem.

Ocorrendo dissídios ou circunstâncias que perturbem o funcionamento do sindicato, o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio poderá nele intervir, por intermédio de delegado com atribuições para administração da associação e executar ou propor as medidas necessárias para normalizar-lhe o funcionamento.

Fica cada vez mais evidente que essas desavenças não passavam de problemas político-partidários, como os envolvidos alegaram mais de uma vez.

A Voz do Povo publicou uma nota assinada pelos mesmos presidentes sindicais que redigiram o manifesto denunciando a intervenção. O documento, datado do dia 14 de junho de 1958, é um aviso aos diretores e associados dos três sindicatos para não comparecerem “à Assembleia Extraordinária convocada pela Junta Governativa, na pessoa do Sr. Genésio Herval do Nascimento”. O texto deixou claro “que ninguém será credenciado para representar os órgãos de classe na referida reunião, dada a ilegalidade da mesma”⁴²⁷.

Oswaldo Veloso foi pessoalmente até a capital federal comunicar o ocorrido a Parsifal Barroso, ministro do Trabalho, como se objetivasse corroborar as palavras do brasilianista Kenneth Erickson vinte anos antes: “O ministério exerce controle sobre o processo eleitoral dentro das organizações trabalhistas”⁴²⁸. Do Rio de Janeiro, Veloso mandou um telegrama aos seus correligionários informando o resultado de sua visita: a diretoria atual (ou seja, ele próprio) deveria permanecer no cargo devido ao impasse no pleito. Destarte, chegava ao fim “a intervenção ilegal do Delegado do Trabalho”⁴²⁹. Ao menos legalmente.

Os aliados governistas não cessaram as críticas à intervenção considerada indevida do delegado “com fins políticos e exorbitando de suas funções, numa atitude arbitrária, ferindo, inclusive, os brios daquela instituição, com suas insinuações malévolas e destituídas de qualquer fundamento”. O *Diário de Alagoas* procurou mais uma vez José Luiz Ferreira, “um dos grandes líderes dos trabalhadores alagoanos”. Em sua entrevista, após retomar todo o caso novamente, José Luiz prestou solidariedade às três supracitadas lideranças sindicais, pela atitude de não comparecer à reunião marcada pela Junta Governamental. O representante da CNTI em Alagoas mostrou-se confiante em uma resolução dentro da lei para a questão, tecendo elogios a Parsifal Barroso⁴³⁰. O ministro, por

⁴²⁷ APA, AVISO SINDICAL. *A Voz do Povo*. Maceió, 15 jun. 1958, p. 4.

⁴²⁸ ERICKSON, op. cit., p. 66.

⁴²⁹ APA, PERMANECERÁ A DIRETORIA legítima da Federação dos Trabalhadores. *Diário de Alagoas*. Maceió, 15 jun. 1958, pp. 1; 5. O mesmo telegrama foi enviado ao jornal comunista, que publicou na íntegra.

⁴³⁰ APA, DELEGADO DO TRABALHO quer utilizar o sindicalismo para interesses políticos. *Diário de Alagoas*. Maceió, 17 jun. 1958, pp. 1-2.

seu turno, não decepcionou: em telegrama enviado à DRT, confirmou Osvaldo Veloso na presidência da Federação, determinando que “as eleições marcadas pelo referido delegado para sábado próximo vindouro” não procediam⁴³¹. A legalidade falou mais alto.

Restava agora comemorar essa vitória. Entretanto, não foi o que publicou a folha governista na edição posterior ao anúncio do ministro. Procuraram José Luiz Ferreira, que não poupou críticas ao delegado do Trabalho. Houve espaço para expor seu apreço à legalidade dos acontecimentos: “Conforme-se o sr. Delegado com mais esta derrota, porque o presidente da Federação agiu de conformidade com a lei e por este motivo levou a melhor”⁴³². Outrora defensor da lei trabalhista em reuniões sindicais, na visão do representante da CNTI, Edson Falcão estava sendo derrotado justamente por não continuar pautando-se por dentro da legalidade. O *Diário de Alagoas* seguia mesmo caminho, ao nomear a reportagem com o título de “verdadeiro sindicalismo”, ou seja, aquele que se pautava por dentro da lei e do Estado.

Sem mais novidades para o caso, o periódico governista seguiu com mais uma entrevista com José Luiz Ferreira, tornando-se repetitivo. O caráter político-partidário da questão ficou mesmo apenas nos títulos das matérias do jornal. Coube, então, aos comunistas aprofundar essa temática. Em sua coluna “Políticos e Política”, o jornalista Nilson Miranda não poupou o delegado do Trabalho de suas críticas irônicas. Miranda deixou claro logo no início que Edson Falcão e “seu chefe” Ari Pitombo estavam “em difícil situação junto aos sindicatos dos trabalhadores alagoanos”. Sem perder tempo, Miranda descortinou os objetivos do líder petebista: “O deputado Ari Pitombo, ao colocar o sr. Edson Falcão, na chefia da Delegacia do Trabalho, visava estreitar os laços do seu partido (PTB) e do seu próprio nome, com os trabalhadores alagoanos (...)”⁴³³.

Vimos no início desse capítulo os objetivos de Getúlio Vargas ao criar o PTB. Maria Celina D’Araújo complementa com “a incorporação dos dirigentes sindicais que ocupavam os cargos de mando na estrutura sindical corporativa montada” durante o Estado Novo. No entanto, a autora salienta: “A quase totalidade desses dirigentes pertencia a sindicatos cariocas, isto é, estava no Rio de Janeiro, a capital federal, o que evidencia a proximidade com o poder central”. Fora do Rio de Janeiro, o PTB tinha outras características.

⁴³¹ APA, MANTIDO OSVALDO VELOSO. *Diário de Alagoas*. Maceió, 20 jun. 1958, p. 1.

⁴³² APA, VERDADEIRO SINDICALISMO DERROTOU a politicalha da delegacia do Trabalho. *Diário de Alagoas*. Maceió, 21 jun. 1958, pp. 6; 5.

⁴³³ APA, POLÍTICOS E POLÍTICA – O delegado do Trabalho e a Federação dos Trabalhadores. *A Voz do Povo*. Maceió, 29 jun. 1958, p. 3.

Sendo “uma invenção das ‘rodas palacianas’, principalmente no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e do Departamento Nacional do Trabalho”⁴³⁴, coube aos funcionários ligados a esses órgãos a estruturação do partido em outras regiões, como foi o caso de Alagoas.

As limitações estruturais e eleitorais do partido não era uma exclusividade alagoana. O PTB era pequeno na região do ABC paulista⁴³⁵ e no estado de São Paulo como um todo. O PTB paulista, além de seguir a diretriz básica do partido (“para os trabalhadores” e não “dos trabalhadores”), era formado por muito industriais. Não cresceu como partido – sindical e eleitoralmente falando – propositalmente, pois corria o “risco” de ficar muito grande e escapar do controle dos dirigentes, que eram partidários, na verdade, da paz social e harmonia entre capital e trabalho típicos do trabalhismo e herdados do Estado Novo⁴³⁶, tal qual Edson Falcão. Em outras palavras, o PTB “jamais conseguiu capitalizar inteiramente a popularidade de seu líder entre os trabalhadores de São Paulo”⁴³⁷.

Como se não bastasse, o partido se fracionou em outras legendas trabalhistas. Em Alagoas, esse foi um expediente muito comum: nenhuma das lideranças permaneceu fiel a qualquer partido durante todo o período democrático. Em São Paulo, aconteceu o mesmo⁴³⁸. Murilo Leal aponta o motivo:

As demais siglas trabalhistas eram todas ‘legendas de aluguel’ que se alimentavam da fraqueza das disputas entre as facções do PTB para acolher dissidentes e especular no mercado eleitoral, muito mais do que representações de trabalhadores no sentido aqui trabalhado⁴³⁹.

O delegado do Trabalho era o petebista com maior proximidade e mais contato com a classe trabalhadora no estado. Contudo, não há elementos que atestem uma propaganda partidária por sua parte, ainda que fosse um militante destacado, como frisou seu primogênito. À vista disso, ter maior controle da Federação dos Trabalhadores poderia estar dentro de um objetivo político-partidário maior, conforme acusou os comunistas. Por outro lado, seria necessária uma pesquisa mais aprofundada e direcionada para enxergarmos os limites e

⁴³⁴ D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. “Partidos trabalhistas no Brasil: reflexões atuais”. *Estudos Históricos*, vol. 3, n. 6. Rio de Janeiro, 1990, p. 197.

⁴³⁵ FRENCH, *O ABC dos operários*, op. cit., p. 130.

⁴³⁶ LEAL, op. cit., p. 403.

⁴³⁷ DUARTE, Adriano e FONTES, Paulo. “O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953)”. *Cadernos AEL*, vol. 11, nº 20/21, Populismo e trabalhismo. Campinas: Unicamp/IFCH/AEL, 2004, p. 90, nota 7.

⁴³⁸ Ibid., ibidem.

⁴³⁹ LEAL, op. cit., p. 403.

alcances da Federação e mensurar sua real inserção entre aqueles que buscava representar. Nas fontes consultadas, a Federação surge sempre por meio de suas lideranças, mormente Osvaldo Veloso, José Luiz e Joel, em uma relação bem verticalizada e completamente atrelada ao Estado durante a gestão de Muniz Falcão.

Depois de seguidas conversas com José Luiz, o periódico do PCB enfim publicou uma entrevista com Osvaldo Veloso, ainda presidente da Federação. Veloso não perdeu tempo: “Ainda sou o Presidente e o único legal da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias no Estado de Alagoas”. Asseverou que Edson Falcão recebeu o ofício de Parfisal Barroso e, portanto, estava ciente da situação. A seu ver, ainda era o presidente “não por minha vontade, mas, por uma determinação legal do Ministro do Trabalho” e ficaria no cargo até o fim⁴⁴⁰.

A disputa pelo controle da Federação parecia não ter fim. Segundo o *Diário de Alagoas*, o delegado do Trabalho “oficiou ao Banco do Brasil, nesta Capital, autorizando a Junta Governativa a movimentar contas da Federação dos Trabalhadores”⁴⁴¹. Diante disso, uma denúncia foi encaminhada ao Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública (o jornal não informa o autor da denúncia)⁴⁴². O teor das acusações no jornal governista aumentava, extrapolando a esfera do mundo do trabalho. Chegou ao ponto de envolver até mesmo os periódicos rivais: “A ‘*Gazeta de Alagoas*’ que, em tempo não muito remoto, mimoseava o sr. Edson Falcão, atual Delegado Regional do Trabalho, com uma série de adjetivos desairosos, vem, agora e mui cavilosamente, dar-lhe guarida”. Na ótica do órgão governista, se a *Gazeta de Alagoas* estava ao lado de Edson Falcão, colocava-se “consequentemente contra os trabalhadores de Alagoas”⁴⁴³.

Francisco Claudemiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e um dos signatários do manifesto contra a intervenção na Federação, concedeu uma entrevista à folha comunista. Reiterou seu apoio a Osvaldo Veloso e fazia mais uma denúncia contra o delegado do Trabalho. Segundo Francisco, sua entidade tinha um cheque no valor de Cr\$ 5.000,00 cruzeiros a ser pago ao advogado do sindicato. O pagamento

⁴⁴⁰ APA, OSVALDO VELOSO A “A Voz do Povo”: ainda sou o presidente da Federação dos Trabalhadores. *A Voz do Povo*. Maceió, 6 jul. 1958, pp. 1;4.

⁴⁴¹ O Banco do Brasil era o responsável por movimentar o dinheiro do imposto sindical. Até 1965, a distribuição desse imposto seguia da seguinte forma: sindicato (54%), federação (15%), confederação (5%), Fundo Social Sindical (20%) e Banco do Brasil (6%). “O Banco do Brasil deduz 6% para despesas de manutenção da conta” (ERICKSON, op. cit. p. 60).

⁴⁴² APA, DENÚNCIA À POLÍCIA contra o Delegado Regional do Trabalho. *Diário de Alagoas*. Maceió, 4 jul. 1958, p. 5.

⁴⁴³ APA, É PENOSO SER fantoche do delegado do Trabalho. *Diário de Alagoas*. Maceió, 19 jul. 1958, p. 1. Grifos meus.

não havia sido realizado por ser necessário um “‘visto’ do Delegado para movimentação das contas bancárias” sindicais quando diz respeito ao imposto sindical. Em sua opinião, tal prática (do “visto”) era “uma grave irregularidade”. Francisco Claudemiro acusava Edson Falcão de se aproveitar dessa situação, pois as entidades que apoiavam “os atos arbitrário do sr. Delegado têm direito a tantos “vistos” quando queiram, mesmo no caso de ser necessário ir além da Previsão para determinadas despesas”⁴⁴⁴.

“Coagiu operários”

A partir de meados de março de 1959, o *Diário de Alagoas* deixou, em definitivo, de enfeitar o seu discurso em relação a Edson Falcão. Classificou suas atitudes nos últimos meses como criminosa (“pelo seu sentido agitaciónista”) e impatriótica (afinal, naquele momento, o Brasil necessitava “de ordem e tranquilidade”). O jornal não mais escondia: Falcão deveria deixar sua função. O novo ministro do Trabalho, Fernando Nóbrega, enviou ao estado um representante, Rubens Prazeres, com a função de “gerir os negócios da Federação dos Trabalhadores de Alagoas, e realizar o pleito para renovação da Diretoria (...)”. Em outras palavras, uma intervenção, como mandava a lei. Ao menos essa parecia ter o apoio dos aliados governistas.

Vamos tentar entender essa trama bastante emaranhada que vinha se arrastando desde maio do ano anterior. De acordo com o jornal governista, o delegado primeiro organizou “uma chapa da Delegacia” na própria DRT. No dia do pleito, autorizou o retorno de seis sindicatos que não eram mais filiados à Federação para participarem da eleição. Após isso, teria coagido a “Mesa receptora”, indicando-a com funcionários do Ministério que não compareceram ao local de votação, com exceção de um “menos avisado” – esse teria sido “intimado” por Falcão a se retirar de lá. Esse expediente, de indicar a Mesa, não era uma obrigação da DRT, podendo ser essa tarefa realizada pelo próprio Rubens Prazeres. Contudo, o “administrador” teria cedido por pressão de Falcão. Diante disso, não houve eleição. João Vasconcelos, funcionário da DRT e “presidente da Mesa Coletora”, justificou o cancelamento pela falta de quorum. “O argumento não justifica, pois se a reunião não fora aberta, nem a chamada dos delegados-eleitores chegara a ser feita, impossível saber do número legal para

⁴⁴⁴ APA, A “A VOZ do Povo” o presidente do Sindicato de C. Civil: o delegado do Trabalho não visa cheques de quem não lhe diz “amem”. *A Voz do Povo*. Maceió, 13 de jul. 1958, p. 4.

votação”. Desdizendo-se logo sem seguida, o repórter revelou um meio de saber a quantidade “eleitores”: Rubens Prazeres realizou uma primeira chamada, constatando a presença de nove dos catorze votantes. A partir desse ponto, a reportagem ganha contornos dramáticos.

Apesar dessas providências, [Edson Falcão] sentiu, na véspera do pleito, que seria derrotado, arquitetando, então, um plano diabólico. Um automóvel esteve em Saúde para apanhar o presidente do Sindicato, de ordem do Delegado do Trabalho. O líder operário daquele centro fabril desconfiou do convite, mas, por insistência, cedeu. Antes, porém, comunicou o fato a um soldado do Destacamento de Polícia, que serviu de testemunha. Esse delegado eleitor está desaparecido, tendo sua esposa, aflita, viajado a Maceió ontem à tarde, para cientificar-se do que se passava. Soube-se, também, que outros delegados eleitores não compareceram ao pleito porque ficaram retidos no próprio gabinete do Sr. Edson Falcão.

Indignados com a situação, doze representantes de oito sindicatos (incluindo os três têxteis de Maceió) enviaram telegramas ao ministro Fernando Nóbrega, ao senador Silvestre Péricles, ao deputado Abraão Fidélis e ao presidente da CNTI, relatando o acontecido. Entre os signatários dos telegramas, temos Joel (Extração de Óleo), Daniel Augusto (Metalúrgicos), Francisco Claudemiro (Construção Civil), Aurélio Cavalcante (Fábrica Alexandria), Luiz Januário e José Antonio (Fernão Velho) e Osvaldo Veloso (Saúde). Interessante o fato de Osvaldo Veloso assinar como representante do Sindicato de Saúde e não mais como presidente da Federação⁴⁴⁵.

Em meio a esses acontecimentos, o *Diário de Alagoas* palestrou com Osvaldo Veloso, que nessa eleição concorria a uma vaga no Conselho de Representantes da CNTI. Veloso fez um apanhado de todo o imbróglio, revelando alguns pormenores. Com o empate no pleito de maio de 1958, ambas as chapas impetraram recurso que tramitou por quase 10 meses no Ministério. O ministro não reconheceu nenhum dos recursos e decidiu enviar um administrador para realizar novas eleições. Nesse período tivemos a intervenção da DRT e a nomeação de uma Junta – um ato ilegal, imoral e indecente, na visão do entrevistado. Não por menos, “Edson Falcão não remeteu para o Rio de Janeiro a ata dos trabalhos, e nem teve coragem de dar posse aos ‘eleitos’ naquele conchavo”. Em prol da eleição e tendo consciência de ser um ato ilegal, o grupo concordou com a inclusão das seis entidades que não eram mais filiadas a Federação – mas sem deixar de protestar (“convenientemente, na forma da lei”). Veloso revelou tentativas de aproximação: “Por duas vezes, os trabalhadores tiveram oportunidade de discutir uma fórmula pacificadora, apresentando uma chapa única, visando à

⁴⁴⁵ APA, DELEGADO DO TRABALHO coagiu operários. *Diário de Alagoas*. Maceió, 19 de mar. 1959, pp. 1;2.

unidade sindical dos trabalhadores”. Em razão da interferência de Falcão, essas tentativas não chegaram a ser concretizadas⁴⁴⁶.

O desfecho desse embate entre DRT e Federação não poderia ser menos dramático: “Alarmado com a marcha dos acontecimentos que deliberadamente provocou, o Delegado do Trabalho viajou apressadamente para o Rio de Janeiro, embarcando a bordo do navio ‘Itanagé’, que ontem deixou o nosso porto”⁴⁴⁷. Um mês depois, Edson Falcão era destituído do cargo.

As notícias acerca das eleições e da própria Federação cessaram no jornal pessepista, mas não o desentendimento com setores do PTB. Dois meses depois, o *Diário de Alagoas* resolveu deixar claro o motivo de sua desavença com uma parte do PTB. Em um artigo no topo da primeira página, o jornal publicou severas críticas ao deputado Ari Pitombo (chamando-o de “burro”!). No penúltimo parágrafo as mágoas passadas foram descortinadas: “Depois de haver traído miseravelmente os alagoanos, bandeando-se para o lado daqueles que pretenderam cassar o mandato do Governador Muniz Falcão, um mandato que pertence ao povo (...)”⁴⁴⁸. As críticas eram direcionadas nominalmente, pois o PTB ainda abrigava vários correligionários de Muniz Falcão.

O jornal igualmente não esqueceu o antigo aliado do governador, agora ex-delegado do Trabalho. Além de ressentimento, demonstrava uma profunda antipatia por Edson Falcão. Vale ressaltar que, após a saída de Falcão (abril de 1959) a DRT alagoana ficou dois anos sem delegado (José Sarmento só reassumiu em maio de 1961). Talvez às custas disso, o jornal governista afirmasse que os fatos narrados na reportagem foram inspirados no ex-delegado. Isso fica claro na primeira frase do texto: “Volta a Delegacia do Trabalho a intervir ostensivamente nos sindicatos”. Para o repórter, o momento não era dos melhores, com “a vida sindical em Alagoas” à beira de um “colapso devido à má administração aqui instaurada pelo representante do PTB”. Ou seja, os problemas sindicais no estado eram culpa única e exclusiva do delegado do Trabalho, superestimando suas atribuições e até mesmo a influência, inserção e poder do órgão fiscalizador, que, como vimos o ex-ministro João Goulart afirmar, possuía suas próprias limitações, principalmente técnicas e de logística. Vendo de outro modo, podemos entender que, para o jornal, a Federação dos Trabalhadores

⁴⁴⁶ APA, OSVALDO VELOSO DENUNCIA ao povo arbitrariedades do Sr. Edson Falcão. *Diário de Alagoas*. Maceió, 19 de mar. 1959, pp. 1;2.

⁴⁴⁷ APA, ALARMADO COM A luta que desfechou no meio sindical, delegado do Trabalho viajou ao Rio. *Diário de Alagoas*. Maceió, 20 de mar. 1959, pp. 1;5.

⁴⁴⁸ APA, PITOMBADAS DO ARY. *Diário de Alagoas*. Maceió, 22 de mai. 1959, p. 1.

era a expressão máxima do sindicalismo alagoano: com os problemas na sucessão da entidade e a consequente intervenção, toda a vida sindical no estado terminava por perecer lentamente.

A Federação dos Trabalhadores ressurgiu nas páginas da *Gazeta de Alagoas* em outubro de 1959, um ano e meio após o imbróglia inicial (e a entidade permanecia sob intervenção ministerial). Com isso em mente, o senador udenista Freitas Cavalcanti procurou o ministro Fernando Nóbrega para que a situação em Alagoas fosse resolvida. Antes disso, Cavalcanti discursou no Senado, por incumbência de um cabograma enviado por José Luiz (apresentando-se como presidente do II Congresso Regional dos Trabalhadores de Alagoas realizado naquele momento em Maceió). Mudando seu discurso, José Luiz afirmava no documento não haver “motivos justificáveis” para a intervenção, fato do qual concordava inteiramente o senador, ainda que não soubesse os motivos para tal ato, visto que regressou a pouco tempo de uma viagem ao exterior “em missão desta casa”⁴⁴⁹. A menos que tenha ficado um ano e meio fora do país, difícil acreditar que Cavalcanti não estivesse minimamente ciente dos acontecimentos, ainda mais sendo opositor aos governos federal e estadual.

Nos primeiros dias de novembro de 1959, ocorreu, enfim, um novo pleito para a escolha da diretoria da Federação. E para tal evento, temos matéria dos dois periódicos rivais – *Gazeta de Alagoas* (UDN) e *Diário de Alagoas* (PSP) –, com conteúdos completamente distintos; apenas o resultado final é o mesmo. Se seguirmos o jornal de Arnon de Mello, veremos a eleição confirmar a assertiva de Marx: a história se repetiu, primeiro como tragédia e depois como farsa. De acordo com a matéria, mais uma vez, no dia marcado, o presidente do Sindicato de Saúde desapareceu; entretanto, não houve rapto, somente “por uma questão de precaução, foragiu-se para que pudesse comparecer” no local de votação. A astúcia de Antonio Cícero funcionou e ele conseguiu votar. As atenções se voltaram para o inspetor da DRT, José da Cunha Gomes, “a quem caberia presidir a Mesa Eleitora”: no dia da eleição, José Gomes foi preso e transportado para a cidade de Arapiraca, por “ordem do Secretário da Segurança Pública”. Coube ao suplente Helio Bezerra (“funcionário do Ministério do Trabalho”) presidir o pleito e a Celso Mendes, promotor da 6ª Região enviado pelo próprio ministro do Trabalho, presidir a apuração⁴⁵⁰.

⁴⁴⁹ BGR, ELEIÇÕES LIVRES NA Federação dos Trabalhadores de Alagoas. *Gazeta de Alagoas*. Maceió, 11 de out. 1959, pp. 1-2.

⁴⁵⁰ BGR, FUNCIONÁRIO DA DELEGACIA do Trabalho foi preso para o governador vencer eleições trabalhistas. *Gazeta de Alagoas*. Maceió, 8 de nov. 1959, p. 6.

Nada disso é narrado na versão do *Diário de Alagoas*, publicada dois dias antes da matéria acima (e no dia posterior ao pleito). Não há prisões (José Gomes e Helio Bezerra nem ao menos são citados), desaparecimento de líder sindical ou qualquer tipo de balbúrdia. Muito pelo contrário: a eleição aconteceu em um “ambiente de camaradagem e compreensão, numa prova incontestada de que os trabalhadores de Alagoas estão realmente unidos, nada adiantando os malabarismos do sr. Edson Falcão para dividir a classe”. Não sabemos o real clima do evento, posto que um jornal desejava apenas criticar o governador e o outro o ex-delegado do Trabalho. Todos os 15 sindicatos com direito a voto compareceram no horário marcado, 13h, em sessão presidida por Celso Mendes. A chapa governista era encabeçada por Joel dos Santos e a “oposição” por Aquino Costa Japiassú⁴⁵¹ (apenas este é citado pela *Gazeta*; Joel aparece como candidato governista). Ao final da contagem, Joel venceu por nove votos a seis. Sua chapa era formada por alguns nomes citados anteriormente e com dois operários têxteis na diretoria⁴⁵².

A posse da diretoria eleita aconteceu no dia seguinte, novamente presidida por Celso Mendes. Após o evento, o grupo marchou até o Palácio dos Martírios para hipotecar solidariedade a Muniz Falcão, “verdadeiro amigo do trabalhador alagoano”⁴⁵³.

Ao chegarem à sede do governo, foram recebidos por Muniz, a quem o “movimento sindicalista de Alagoas muito deve” desde seus tempos como delegado do Trabalho até aquele momento, pois em sua nova função, Muniz continuava “amparando” o movimento. E não poderia ser diferente; afinal, “o sindicato é o melhor meio de defesa das reivindicações trabalhistas”. Os presentes ouviram um discurso de Osvaldo Veloso, em que o líder sindical enalteceu “o clima de liberdade e respeito reinante”. Veloso foi além, dando mais pistas sobre suas concepções políticas para a classe operária:

Acerca de como o Governo atual encara as reivindicações dos trabalhadores, o orador frisou que a participação dos trabalhadores na política através das

⁴⁵¹ Em uma pequena nota de janeiro de 1960, encontramos Aquino como vereador da cidade de Rio Largo. Por ser presidente da Câmara, assumiu a prefeitura por um período após a morte do titular. Essa informação não consta no *ABC das Alagoas*. Lá é dito que Aquino era músico e comandava a banda da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, uma das fábricas têxteis da cidade.

⁴⁵² A diretoria era composta por Joel, José Idalício (Sindicato de Fernão Velho), Aurélio Cavalcante (Fábrica Alexandria) e Daniel Augusto. Osvaldo Veloso estava entre os representantes junto ao conselho da Confederação.

⁴⁵³ APA, ONTEM: TRABALHADORES ALAGOANOS elegeram a nova diretoria da federação. *Diário de Alagoas*. Maceió, 6 de nov. 1959, pp. 1-2.

representações parlamentares, lhe oferece oportunidade para defender os direitos de sua classe em pé de igualdade com a elite burguesa.

Por seu turno, Muniz agradeceu a visita e garantiu a manutenção do ambiente de liberdade e respeito citado por Veloso e “o livre funcionamento das associações da classe laboriosa”⁴⁵⁴. Ou melhor, passaria a garantir depois de um ano e meio de intervenção e impasses na Federação.

Como Edson Falcão não estava mais na DRT (e em Alagoas⁴⁵⁵), as informações sobre o órgão no periódico governista chegaram ao fim, ficando ainda mais claro que o interesse do jornal na DRT dependia exclusivamente da presença de Falcão por lá. Mesmo quando eram aliados, não encontramos nas fontes a DRT fazendo seu papel: intermediando conflitos, apurando denúncias, fiscalizando os locais de trabalho. Até mesmo nos processos trabalhistas pesquisados a DRT raramente aparece e quando o faz é exercendo um papel secundário: informando quando é requisitada pelos juízes. Como desejavam as lideranças trabalhistas, não houve intermediação de conflitos entre capital e trabalho.

Ao fim e ao cabo, fica atestada a preferência de Muniz Falcão pelo sindicalismo oficial tutelado pelo Estado, representado pela Federação dos Trabalhadores e a união umbilical da entidade estadual com a CNTI. O pouco que o governador fez pelo movimento operário limitou-se a essa esfera, com dirigentes sempre a postos para defendê-lo ou representá-lo no seio da classe trabalhadora. Entretanto, veremos no próximo capítulo que o sindicalismo alagoano não se resumia apenas a essa faceta, forjada e gerida na burocracia estatal.

Réquiem para uma documentação

Com sede própria localizada no centro de Maceió, fui à DRT alagoana em várias ocasiões. Consegui apenas duas coisas: o contato com Thomas Falcão e a informação de que há documentação antiga do órgão armazenada em um galpão fora do prédio⁴⁵⁶. Visitando os mais diversos setores e andares (são seis no total), informaram-me que após uma chuva forte,

⁴⁵⁴ APA, COMUNHÃO DE PENSAMENTOS e ideais entre governador e trabalhadores alagoanos. *Diário de Alagoas*. Maceió, 7 de nov. 1959, pp. 1; 5.

⁴⁵⁵ Depoimento de Thomas Edson Muniz Falcão concedido ao autor em 11 de julho de 2013.

⁴⁵⁶ Além disso, conversei diversas vezes com o auditor do Trabalho – a quem agradeço por ter aberto as portas da delegacia e facilitado meu trânsito por lá. Ele mostrou-me algumas caixas com várias fichas da antiga Delegacia do Trabalho Marítimo, separadas por categorias portuárias (arrumadores, conferentes, motoristas, vigias etc.), dos mais variados períodos, iniciando na Era Vargas.

a sala onde era guardada essa documentação sofreu infiltração e muito material se perdeu. O restante – não se sabe o quanto nem o quê – foi levado para esse galpão, que outrora servia de garagem. Portanto, a chave do local é responsabilidade do setor de transportes da DRT. E o responsável por esse setor, um simpático e atencioso servidor com quem conversei algumas vezes, disse-me para não ficar muito otimista, pois o local estava bagunçado, desorganizado e muito sujo, pois não era visitado com frequência.

Absolutamente ninguém soube informar o que pode ainda estar guardado – apenas as condições em que se encontram. Exceto pelo auditor do Trabalho, não demonstraram qualquer interesse em saber. Não há nenhum tipo de informação sobre o arquivo da DRT – que até chegou a ter um responsável, mas não ficou muito tempo. Por três vezes tentei marcar uma visita ao local com o guardião das chaves da garagem – sempre muito solícito, frise-se –, porém, alguns contratempos impediram o acesso.

Esse panorama desalentador não é exclusividade da DRT alagoana, infelizmente. Diversas instituições públicas e privadas não têm o menor interesse quando o assunto é “papel velho”. A citação abaixo deveria constar nos regimentos internos desses órgãos:

Como é trivial afirmar, só é possível o desenvolvimento de pesquisa acadêmica séria e bem fundamentada quando se dispõe de documentação para atestá-la, ou seja, quando os registros produzidos por um indivíduo, grupo ou instituição social, além de não serem destruídos pela ação do tempo e do homem, são por eles mantidos, arranjados e então colocados ao acesso do público para consulta, visando fins de diversos tipos, inclusive e com destaque a pesquisa científica⁴⁵⁷.

Fora esses contratempos, uma análise mais acurada da DRT enquanto instituição é dificultada pela escassez de trabalhos dedicados às delegacias, como destaquei logo no início deste capítulo. Há pesquisas sobre os primórdios das leis trabalhistas, sobre as Inspetorias Regionais e a criação e trajetória do Ministério do Trabalho. Mais fortes são os estudos sobre a Justiça do Trabalho, que “ganhou cidadania acadêmica e merece ser interpretada a partir de seus próprios objetivos, intenções e práticas, assim como de seus limites e contradições”⁴⁵⁸. Resta agora os pesquisadores debruçarem-se também sobre as DRT e inseri-las no contexto macro que envolve toda a Justiça Trabalhista.

⁴⁵⁷ GOMES, Ângela de Castro e SILVA, Fernando Teixeira da. “Os direitos sociais e humanos dos trabalhadores no Brasil: a título de apresentação”. In: GOMES, Ângela de Castro e SILVA, Fernando Teixeira da (org.). *A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013, p. 13.

⁴⁵⁸ GOMES e SILVA, op. cit., p. 36.

PARTE II

SINDICALISMO E MOVIMENTO OPERÁRIO

INTRODUÇÃO

Mas isso não significa dizer que os dominantes tinham necessidade da lei para oprimir os dominados, ao passo que os dominados não tinham necessidade de lei alguma⁴⁵⁹.

A partir desse ponto, os trabalhadores têxteis assumem o protagonismo da narrativa, atuando dentro do contexto da gestão Muniz Falcão (1956-1961). Dessa forma, cabe explanar sobre uma fonte importante e ainda pouco explorada pelos historiadores alagoanos: os processos trabalhistas. Esse material somou-se às edições do jornal comunista *A Voz do Povo*, os depoimentos orais e as pouquíssimas atas sindicais restantes, para formar o conjunto de documentação primordial para os pesquisadores interessados em estudar a classe operária alagoana – da mesma forma que acontece em outros lugares com mais intensidade desde os anos 1990.

Larissa Corrêa mensurou o alcance da Justiça Trabalhista através dos números encontrados em *O Observador Econômico e Financeiro* de 1957: apenas 39% (sete milhões) das 18 milhões de pessoas que compunham a chamada “população ativa brasileira” eram cobertas pela legislação trabalhista (trabalhadores domésticos, rurais e servidores públicos estavam fora desse contingente). E entre essas sete milhões, apenas 8% foram à Justiça do Trabalho reaver seus direitos, contando apenas os dissídios individuais, que, veremos, é o caso alagoano⁴⁶⁰.

Lutar por seus direitos pelo judiciário não era nenhuma novidade para a classe trabalhadora na década de 1950. Ao contrário, desde a criação da Justiça do Trabalho, patrões e empregados envolveram-se em disputas cada vez mais acirradas nessa nova arena. Angela de Castro Gomes sublinha, especialmente, o intervalo entre os anos de 1951 a 1964, quando “ocorreu um significativo crescimento da força do movimento sindical, que se utilizou dos dois instrumentos principais que possuía para lutar pela aplicação e ampliação dos direitos do trabalho: as greves e o recurso à Justiça do trabalho”⁴⁶¹. Por outro lado, se sua existência era sabida, o seu funcionamento ainda era uma novidade. Nesse mesmo período, “patrões e

⁴⁵⁹ THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 351.

⁴⁶⁰ CORRÊA, Larissa Rosa. *A tessitura dos direitos: patrões e empregados na Justiça do Trabalho, 1953-1964*. São Paulo: LTr, 2011, p. 91.

⁴⁶¹ GOMES, Angela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 48.

empregados estavam aprendendo a lidar com uma instituição que, também ela, se via na contingência de pelejar com as inseguranças de um ramo novo do Direito”⁴⁶².

Se para a classe operária a Justiça é uma velha conhecida, não se pode dizer o mesmo da pesquisa histórica: o uso dos processos trabalhistas como fonte é relativamente recente⁴⁶³ e há alguns estados brasileiros com uma produção mais avançada e sólida: São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco, seguidos por Bahia e Paraná. Como toda e qualquer fonte histórica, esses processos possuem suas próprias particularidades. Para entendê-los melhor, é necessário conhecer a instituição que os produziu, armazenou e disponibilizou e as diferenças inerentes de cada uma dessas etapas. A Justiça Trabalhista alagoana, obviamente, tem suas peculiaridades que ficam ainda mais perceptíveis quando comparada a outras realidades, sobretudo a dos estados citados.

Sendo assim, começemos pela instituição. Antes de ser criado o Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (Alagoas), instalado apenas em 28 de junho de 1992, o estado era coberto por Juntas de Conciliação e Julgamento, as JCJ, subordinadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, em Pernambuco. A primeira JCJ alagoana foi criada, por decreto, em dezembro de 1940, passando a funcionar em 1º de maio de 1941⁴⁶⁴. E por muitos anos, a JCJ de Maceió foi o único órgão da Justiça Trabalhista em todo o estado. Vários anos depois surgiu a segunda JCJ na capital e a primeira do interior data dos anos 1970.

Os processos estão sob a guarda – e disponíveis para consulta – do Memorial Pontes de Miranda da Justiça do Trabalho em Alagoas, museu pertencente ao TRT19⁴⁶⁵. O Memorial possui em seu acervo, além de uma importante coleção de objetos ligados ao seu patrono, o jurista alagoano Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda, peças que contam a história da Justiça do Trabalho no estado. Por meio de fotografias, objetos anexados como

⁴⁶² SILVA, Fernando Teixeira da. “Prefácio”. In: CORRÊA, Larissa Rosa. *A tessitura dos direitos: padrões e empregados na Justiça do Trabalho, 1953-1964*. São Paulo: LTr, 2011, p. 14.

⁴⁶³ GOMES, Angela de Castro e SILVA, Fernando Teixeira da. “Os direitos sociais e humanos dos trabalhadores no Brasil: a título de apresentação”. In: GOMES, Ângela de Castro e SILVA, Fernando Teixeira da (org.). *A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013, p. 26.

⁴⁶⁴ As informações sobre a justiça trabalhista no estado podem ser encontradas em: ALAGOAS. *História da Justiça do Trabalho em Alagoas (1941 – 1956) I Volume*. Maceió: TRT da 19ª Região, 1996.

⁴⁶⁵ Sobre o acervo do museu: PALMEIRA, Marta; MACIEL, Osvaldo; e GUSMÃO, Renata. “Quando novos personagens irrompem no museu: o acervo do Memorial Pontes de Miranda e a pesquisa em História Social”. *Espaço Plural*, Ano XVII, nº 34. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE/CEPEDAL, 2016, pp. 498-519.

provas e processos trabalhistas considerados históricos⁴⁶⁶ podemos conhecer todo o percurso da Justiça Trabalhista em Alagoas, desde a sua instalação até os dias atuais.

Infelizmente, muita coisa se perdeu e o que restou foi sistematicamente eliminado por falta de uma política interna e nacional de preservação (e de interesse), como alerta Antonio Negro: “Um inestimável registro histórico está sendo incinerado com a permissão da lei. Queixas, processos, acordos, testemunhos e relatórios – afora diversos documentos anexados para fins de comprovação – estão sendo queimados em todos os cantos do país”.⁴⁶⁷ O TRT19 “enfrenta” também o “problema” da falta de espaço para o armazenamento e não possui uma quantidade mínima de pessoal especializado⁴⁶⁸.

Antes de ser criado o TRT alagoano, os processos eram julgados em primeira instância nas JCI do estado e o recurso, caso houvesse, era encaminhado ao TRT da 6ª Região, sediado na capital pernambucana, Recife. Por iniciativa dos professores do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), firmou-se um convênio entre o TRT6 e a UFPE para o tratamento e armazenamento desse acervo⁴⁶⁹, que pode ser consultado no quarto andar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) daquela universidade. Em 2010, estive lá para tentar encontrar algo sobre Alagoas e informaram-me que todo o material fora “devolvido” quando criado o tribunal alagoano.

Depois de apresentar as condições de armazenamento, trato agora da produção desse documento. E a informação do parágrafo anterior é primordial para entendermos o

⁴⁶⁶ Na primeira vez que fomos lá (o historiador Ailton Melo e eu, então alunos do mestrado da Universidade Federal de Pernambuco), em meados de 2010, outra equipe era responsável pelo acervo e fazia a curadoria do museu (em 2012 e em 2015 houve mudanças na gestão do Memorial). Essa equipe estava lá havia vários anos, desde o início dos trabalhos em meados da década de 1990. Contaram-nos que os processos estavam guardados em local inadequado e muitos deles foram achados em um sótão úmido, com infiltrações de água, onde vários processos foram completamente perdidos, sem a menor condição de manuseio ou leitura. Salvaram o que conseguiram e deixaram na exposição permanente o que consideram históricos: na verdade, o critério pode ser definido como “curiosidade” (por exemplo: o primeiro processo, o primeiro processo aberto por uma mulher, um contra comunistas e seu “credo vermelho”, além daqueles que possuíam provas materiais “curiosas” que igualmente estão expostas). Aqui não estou fazendo qualquer tipo de crítica ao critério utilizado: até hoje, o grosso das visitas ao museu são de escolas, turistas e alunos de Direito (alguns turistas se enquadram nesse grupo) interessados muito mais na vida e na obra de Pontes de Miranda do que na justiça trabalhista. Nós fomos os primeiros historiadores a visitar o Memorial com o intuito de realizar uma pesquisa com esse material, e somente a partir de 2012, um trabalho mais intenso, orientado pelo professor do curso de História da Universidade Federal de Alagoas, Osvaldo Maciel, foi iniciado também nesse sentido.

⁴⁶⁷ NEGRO, Antonio Luigi. “O que a Justiça do Trabalho não queimou: novas fontes para o estudo do trabalho no século XX”. *Politeia: História e Sociedade*. Vitória da Conquista: v. 6, n. 1, 2006, p. 194.

⁴⁶⁸ Nessa primeira visita, em 2010, fomos logo ao arquivo central do TRT, um prédio anexo ao edifício central. As funcionárias alocadas não eram arquivistas: apenas foram realocadas para o arquivo por falta de pessoal, esperando retornar a seus postos de origem quando alguém gabaritado for nomeado – e torcendo para que seja rápido. Enquanto isso, pilhas de processos estavam guardadas sem a menor organização. Não sei se essa situação mudou nesses anos. Aliás, quem nos indicou o Memorial foram essas funcionárias.

⁴⁶⁹ GOMES e SILVA, op. cit., p. 29.

funcionamento da Justiça Trabalhista em Alagoas. Nos três estados citados – São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco –, há tribunais trabalhistas desde a gênese dos mesmos, em 1941. Como em Alagoas é algo muito recente, alguns dos principais temas explorados pela historiografia desses lugares não existe para o caso alagoano. Podemos entender melhor através da explanação de Clarice Speranza:

Antes da Justiça do Trabalho, as *Juntas de Conciliação e Julgamento criadas nos anos 1930 examinavam somente litígios individuais*, enquanto as reivindicações coletivas cabiam às Comissões Mistas de Conciliação, que sofriam maior resistência do patronato. Com a instalação da Justiça do Trabalho, em 1941, *a incumbência de examinar os dissídios coletivos passou aos Conselhos Regionais do Trabalho (CRT). As novas Juntas, ligadas à Justiça do Trabalho e com poder executório, mantiveram a incumbência de julgar os conflitos individuais*. A transformação dos Conselhos Regionais em Tribunais Regionais ocorreu em 1946 e foi instituída pelo decreto-lei n. 9.797, que também converteu o Conselho Nacional do Trabalho (CNT) em Tribunal Superior do Trabalho (TST)⁴⁷⁰.

Ou seja, para que fosse instalado um dissídio coletivo, um sindicato teria que ir até a cidade de Recife⁴⁷¹, sede do TRT. Além dos gastos inerentes ao deslocamento, na década de 1950 as viagens de trem para a capital vizinha eram diárias, mas só havia um único horário de partida (pela manhã) e um único de volta (à tarde). Os ônibus só saíam às terças-feiras, quartas-feiras e sábados, igualmente em um único horário de ida e volta.

Não havendo a possibilidade *legal* de impetrar dissídio coletivo, restava aos trabalhadores recorrer a outros meios, como entrar conjuntamente, aos pares, ou em grupos de três ou quatro, ou, no caso de uma grande quantidade de pessoas, através de procuração a um representante legal, muitas vezes o presidente do sindicato⁴⁷². Ainda que a lei estipulasse uma restrição dessa magnitude, a classe operária buscava contorná-la por dentro desde seu início – ou seja, ainda na abertura do processo –, mantendo a atuação nesse campo de lutas que estava, sim, em disputa, e não já pronto para ser apenas executado de cima para baixo⁴⁷³.

A primeira equipe responsável pelo Memorial, enquanto recolhia os processos a serem destruídos, produziu um banco de dados com as seguintes entradas: número do

⁴⁷⁰ SPERANZA, Clarice Gontarski. “Nos termos das conciliações: os acordos entre mineiros de carvão do Rio Grande do Sul e seus patrões na Justiça do Trabalho entre 1946 e 1954”. In: GOMES, Angela de Castro e SILVA, Fernando Teixeira da (org.). *A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, pp. 79-80, nota 44. Grifos meus.

⁴⁷¹ As duas capitais estão separadas por cerca de 260 quilômetros. Hoje em dia, a viagem de ônibus dura entre quatro e cinco horas, em uma rodovia duplicada em quase 35% do caminho total. Na década de 1950, essa mesma viagem não era feita em menos de seis horas.

⁴⁷² Em alguns casos, como era comum em todo o país, os patrões abriam processos contra os operários.

⁴⁷³ Cf.: THOMPSON, *Senhores e caçadores...*, op. cit., sobretudo o último capítulo.

processo, ano, reclamante, reclamado, objeto, data da abertura, atividade profissional do trabalhador, atividade da empresa, solução, data da conclusão do auto, se o sindicato esteve envolvido, se o trabalhador era menor de idade e o sexo. Também há uma indicação de quais processos foram preservados e quais foram eliminados, que não será exposto aqui para não causar comoção gratuita. No total, há 6.611 registros no banco de dados, iniciando em 4 de agosto de 1941 (o primeiro) e encerrando em 6 de novembro de 1964. Contudo, nem todos estão preenchidos. Como a numeração dos processos era sequencial e anual, foi possível para a equipe estimar quantos foram impetrados em cada ano. Passo agora a aprofundar-me nos têxteis⁴⁷⁴.

Vimos acima que 560.000 trabalhadores impetraram dissídio coletivo no Brasil apenas em 1957. Com esse número em mente, não é estranho conferir o número estimado de processos envolvendo os têxteis maceioenses ao longo de vinte e três anos (1941-1964), principalmente em relação à população alagoana no mesmo período. Por esse ângulo, Fernando Teixeira da Silva nos alerta que “os inquéritos nos tribunais do trabalho não são índice suficiente para aferir os embates entre trabalhadores e chefes e as demais práticas de ‘insubordinação’”⁴⁷⁵. Assim, dos 235 processos registrados relativos à Fábrica Carmen, em 82,5% os operários que deram entrada na Justiça. Da Fábrica Alexandria, há 156 peças, das quais 95,5% foram impetrados pelos trabalhadores. Por fim, na Cia. Norte Alagoas, temos 55 casos registrados e, assim como acontece na Alexandria, a maioria esmagadora é de processos cujos trabalhadores deram entrada: 96% (em números absolutos, a empresa entrou apenas com dois processos e contra a mesma pessoa, Osvaldo Veloso Rosas, em duas oportunidades distintas).

Aparentemente, um dos maiores problemas enfrentados pelos trabalhadores na Justiça Trabalhista era a falta de testemunhas. No dia 18 de julho de 1957, os operários da Fábrica Carmen reuniram-se em seu sindicato para mais uma plenária. O tecelão Abelardo Lins, presidente do Sindicato, passou a palavra ao então advogado da entidade, Albino Dantas, e este apresentou alguns casos e informou aos presentes que, quando fossem à Justiça, era necessário conseguir “testemunha para não perder a questão”⁴⁷⁶. Na reunião seguinte, o

⁴⁷⁴ Os números, é claro, são uma estimativa aproximada – e diante do quadro, é a melhor possibilidade. Há alguns erros de digitação mínimos nas entradas, como por exemplo, “Metalúrgica” e “Metalurgica”, ou abreviações diversas para a mesma palavra, o que dificulta uma maior precisão na filtragem do banco de dados.

⁴⁷⁵ SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa. Os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade, 1937-1968*. São Paulo: Hucitec; Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995, p. 80.

⁴⁷⁶ SFV, Ata da reunião, 18 de julho de 1957.

assunto voltou à tona, quando Abelardo Lins disse que funcionários do “escritório tinham medo de serem testemunhas dos próprios companheiros de trabalho”. Pitágoras Café rebateu, dizendo “que no escritório teve vários operários que não viram o caso e não podiam ser testemunhas”. O operário Cícero confirmou as palavras de Pitágoras: não testemunhou porque não presenciou os acontecimentos⁴⁷⁷. A desconfiança dos operários era justificada. Em um dos processos analisados no próximo tópico, o advogado sindical “disse que as testemunhas do seu constituinte haviam deixado de comparecer a essa audiência sob alegação de que estavam com receio de represália”⁴⁷⁸. O controle patronal inerente ao sistema fábrica com vila operária – como era o caso da Carmen – deixava os operários cismados e temerosos com suas idas à Justiça do Trabalho.

Voltando aos processos, a tabela abaixo considera os processos ajuizados por trabalhadores, dos quais extraí algumas informações: quantos não eram operários; quantas eram mulheres; qual o número de casos em que a decisão final foi improcedente e em que houve conciliação; e qual a taxa de processos durante o governo Muniz Falcão.

Tabela 7: processos impetrados por trabalhadores têxteis de Maceió entre 1941 e 1964.

Fábrica	Não operários	Mulheres	Improcedente	Conciliação	Governo Muniz
Alexandria	5% ⁴⁷⁹	32%	7%	68%	48%
Carmen	3% ⁴⁸⁰	27%	11%	35%	12%
Norte Alagoas	1,8% ⁴⁸¹	38%	7%	51%	19%

Fonte: Memorial Pontes de Miranda da Justiça do Trabalho.

O número superior de casos envolvendo a Fábrica Carmen justifica-se pelo maior contingente de trabalhadores empregados e uma maior agitação do movimento operário. O Bom Parto, bairro maceioense onde se localizava a Fábrica Alexandria e sua vila operária não fica muito distante de onde estava instalada a JCJ de Maceió; bem mais distante fica Fernão Velho, sede da Carmen e sua vila, e era lá que encontramos o maior polo agregador do

⁴⁷⁷ SFV, Ata da reunião, 1 de agosto de 1957. Não é dito o que aconteceu. É informado apenas que um operário fez um acordo com o advogado da fábrica para trabalhar com quatro teares.

⁴⁷⁸ MPM, TRT19, Processo n. 182, 1956.

⁴⁷⁹ Como são poucos: motoristas, vigias, contramestre e escriturários.

⁴⁸⁰ Eles eram: ajudante de contramestre, cirurgião-dentista, contramestre, engenheiro mecânico, fiscal e dois motoristas.

⁴⁸¹ Apenas um contramestre.

movimento operário, daí a maior quantidade de casos em que os patrões deram entrada na Junta.

Do total de litigantes nas três fábricas, menos de 10% eram menores de idade. O número de mulheres e daqueles reclamantes mais especializados, trabalhadores dos escritórios ou de fora do ambiente operário, é bem semelhante nos três exemplos. No caso das mulheres, a proporção é de quase um terço entre os reclamantes. Número baixo, se pensarmos principalmente na grande quantidade de operárias empregadas nas fábricas têxteis, sobretudo nas tecelagens⁴⁸². Porém, ainda que essas fábricas sejam um raro exemplo do emprego maciço da força de trabalho feminina, isso não significa um ambiente sem opressão de gênero – e a porcentagem acima expressa bem essa questão.

A indústria têxtil representa um setor tradicional da indústria brasileira, *com grande presença de mulheres e menores de idade, com baixa remuneração*. A preferência dos industriais por esse tipo de mão de obra devia-se à ideia, bastante difundida no mundo empresarial, de que estes desempenhavam serviços “complementares”, o que justificaria o pagamento de salários inferiores⁴⁸³.

A tabela abaixo, apesar de bem anterior ao período mencionado, dá-nos uma boa noção da disparidade de gênero nas fábricas têxteis:

Tabela 8: número de operários nas fábricas têxteis na década de 1920⁴⁸⁴.

Fábrica	Teares	Homens	Mulheres	Crianças	Total
Alexandria	120	26,6%	53,4%	20%	300
Carmen	550	38,8%	61,2%	—	850
Rio Largo ⁴⁸⁵	850	26%	47,4%	26,6%	1.112

Fonte: MARROQUIM, Adalberto. *Terra das Alagoas*. Maceió: Grupo João Lyra, 2000, pp. 182-204.

⁴⁸² LOPES, José Sérgio Leite. “Fábrica e vila operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa”. In: LOPES, José Sérgio Leite et. ali. *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação (estudos sobre trabalhadores urbanos)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (Série Estudos sobre o Nordeste vol. 5), p. 33.

⁴⁸³ CORRÊA, op. cit., p. 22.

⁴⁸⁴ Marroquim consultou relatórios da época e informações conseguidas junto às diretorias. A Norte Alagoas (Saúde) não está representada porque surgiu apenas durante a década de 1920.

⁴⁸⁵ Na cidade de Rio Largo havia duas fábricas têxteis: Companhia Progresso Alagoano e Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, pertencentes ao mesmo grupo industrial. A tabela acima utiliza-se dos números apenas da Alagoana. Não há os registros da Progresso (apenas o total de trabalhadores: 810).

Como podemos observar, a mão de obra feminina representa 53% do operariado da Alexandria, 61% da Carmen e 47% em Rio Largo. Mesmo sem os números para a década de 1950, certamente essa proporção foi, no mínimo, mantida⁴⁸⁶.

As mulheres eram empregadas principalmente na fiação e na tecelagem (os maiores setores das têxteis) e, em menor número, nas enfermarias, escolas e escritórios. Além disso, possuíam uma dupla jornada: na fábrica e em casa, algo que modificou decisivamente o cenário familiar dessas mulheres, tanto no campo econômico quanto no social, conforme nos lembra E. P. Thompson: “Todos os estágios do processo de especialização e diferenciação industrial atingiram a economia familiar, afetando as relações habituais entre marido e mulher, pais e filhos, e aumentando a distinção entre ‘trabalho’ e ‘vida’”. Essas mudanças podem ser observadas nos depoimentos, visto que as entrevistadas sempre falam com orgulho do fato de terem criado seus filhos mesmo tendo uma jornada de trabalho tão extenuante. A opressão de gênero fica estampada nos salários mais baixos, nas proibições sociais, na exclusão velada dos sindicatos e na perseguição sofrida dentro do ambiente de trabalho por seus superiores. De forma mais indireta, a opressão no seio da família pode ser observada também. “Enquanto isso, a família era brutalmente separada todas as manhãs pelo sino da fábrica, com a particularidade de que a mãe assalariada se sentia vivendo no pior lado dos dois mundos, o doméstico e o industrial⁴⁸⁷”.

As ex-operárias Aidée Santos e Maria José contaram, por exemplo, que trabalhavam apenas pelo dia: somente aos homens era permitido labutar à noite⁴⁸⁸. Excluídas dos sindicatos – cujas reuniões aconteciam justamente à noite –, espaço majoritariamente masculino, participavam de forma marginal do movimento operário⁴⁸⁹.

Isso pode ser comprovado em um documento publicado no início de 1955, pelo Partido Comunista do Brasil e intitulado “Sobre o trabalho do Partido Comunista do Brasil entre as mulheres. Resolução do Comitê Central do PCB ao Pleno Ampliado”. Nesse texto, o

⁴⁸⁶ Cf.: MELO, Airton de Souza. *Operários têxteis em Alagoas: organização sindical, repressão e vida na fábrica (1951 – 1964)*. 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

⁴⁸⁷ THOMPSON, E. P. *A formação classe operária inglesa II – A maldição de Adão*. 4º ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002, pp. 307-308.

⁴⁸⁸ APA, Aidée Santos. *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Vol. 1. 2008 e APA, Maria José. *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Vol. 6. 2008.

⁴⁸⁹ Cf.: LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 270 e MELO, *Operários têxteis em Alagoas...*, op. cit., p. 110.

partido asseverou a impossibilidade de organizar uma “ação vitoriosa (...) sem a participação das grandes massas de mulheres-operárias, camponesas, donas-de-casa, comerciárias, funcionárias públicas, artesãs, intelectuais, etc.” Para os comunistas, havia a necessidade de incluir as mulheres nos combates do movimento operário; a falta desse grande contingente de trabalhadoras descaracterizava as ações indispensáveis para uma vida melhor da classe como um todo. Dessa forma, a luta tornava-se incompleta. “Sem a participação da mulher não pode haver nenhum verdadeiro movimento de massas”⁴⁹⁰.

Contudo, ao menos em Alagoas, a resolução não foi à frente e ficou apenas no campo das ideias. Vejamos o que disse o comunista Rubens Colaço em seu depoimento: “A participação de mulheres dentro do Partido era ínfima, resumia-se a duas ou três, mais amigas de Marinete do que militantes. Nunca se desenvolveu um trabalho em cima disso. *O que era feito não passava de uma nota no jornal no dia 8 de março*”. Não satisfeito, o interlocutor questiona acerca da possibilidade de existir células femininas dentro do partido. “Não. Mas nós tínhamos condições de criar. Poderíamos ter feito um bom trabalho (...)”. Diante da negativa, o entrevistador insiste em saber quem eram as poucas militantes amigas da Marinete e obtém apenas o seguinte: “Tem mais duas ou três companheiras de que não lembro o nome. Elas eram membros do partido municipal, da organização de base. Nós tínhamos massa de mulheres nos sindicatos, como o de camponeses”⁴⁹¹.

De fato, Colaço atuou bastante entre os trabalhadores do campo, conforme explicita ao longo de seu depoimento. Por outro lado, não há informações que comprovem uma “massa de mulheres” dentro dos sindicatos urbanos. Ao contrário, havia uma grande resistência entre os militantes, como o citado documento oficial deixa claro:

O trabalho do Partido entre as grandes massas femininas é ainda muito pequeno e não se desenvolve de acordo com as possibilidades existentes. *Há profunda subestimação do trabalho feminino nas fileiras do Partido. É acentuada a resistência em colocar o trabalho entre as mulheres como uma de nossas principais tarefas*. Não é o conjunto do Partido que desenvolve sua atividade entre as diversas

⁴⁹⁰ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Tecendo lutas, abrindo espaços – Mulheres nos movimentos sociais dos anos 50*. Recife: Editora Oito de Março, 2004, p. 127. O texto está anexado ao livro.

⁴⁹¹ MAJELLA, Geraldo de. *Rubens Colaço: paixão e vida – A trajetória de um líder sindical*. Recife: Edições Bagaço, 2010, pp. 56-57. Grifos meus. Já a citada Marinete é Maria Augusta Neves de Miranda. Dirigente do PCB, chegou a ser presa no mandato de Arnon de Melo. Era a dona do prédio onde funcionou o jornal *A Voz do Povo* durante dezoito anos.

camadas da população feminina. Esta subestimação do trabalho feminino causa imenso prejuízo ao desenvolvimento da luta revolucionária no Brasil⁴⁹².

Nessa autocrítica, o PCB escancara o machismo intrínseco ao partido e de nossa sociedade, ao deixar claro existir uma resistência em suas fileiras para com a integração das mulheres ao movimento. O mundo operário permitia apenas que mulheres se *dividissem* entre o trabalho doméstico e o trabalho na fábrica, com o único intuito de complementar a renda familiar.

O expediente puramente financeiro não era garantia de permanência no emprego. Em seu depoimento, a ex-tecelã Ednaura Oliveira da Silva contou-me que deixou a Fábrica Alexandria antes do seu fechamento, fato que aconteceu na segunda metade dos anos 1960. Ao tempo em que era funcionária, seus quatro filhos ficavam em casa com sua mãe. A família cresceu, o espaço diminuiu e seus pais optaram por mudar-se para outro local. “Fiquei sem ter com quem deixar os meninos. (...) O jeito foi pedir as contas”. Para complementar a renda, aprendeu a costurar, serviço que passou a exercer em casa⁴⁹³. José Sérgio Leite Lopes encontrou situações bem semelhantes ao exemplo de Dona Ednaura em Paulista, interior de Pernambuco: após o casamento ou nascimento dos primeiros filhos, algumas operárias pediam demissão⁴⁹⁴. Além disso, não nos esqueçamos, as mulheres ganhavam menos que os homens e, em muitos casos, podiam não ter o controle sobre seus próprios ganhos⁴⁹⁵.

De volta à tabela 7, observamos o baixo número de processos cujo resultado final foi o não procedimento da causa, o que poderia indicar, *a priori*, operários sabedores de seus direitos – e consequentemente da justeza da causa – e a Justiça do Trabalho como um caminho para mantê-los. Porém, ao recorrer da decisão na instância seguinte – o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região –, os patrões complicavam a vida dos reclamantes: além de adiar seu desfecho, havia os gastos e as dificuldades com o deslocamento até o Tribunal, localizado em Recife, condição que certamente pesava no bolso e na decisão dos trabalhadores. Isso leva-nos à coluna seguinte, acerca das conciliações: Alexandria e Saúde tiveram mais da metade de seus julgamentos finalizados com um acordo entre as partes, ao passo que na Carmen temos praticamente um terço para a mesma situação. A conciliação era

⁴⁹² ABREU E LIMA, op. cit., p. 127.

⁴⁹³ Entrevista com Ednaura Oliveira da Silva concedida ao autor em 27 de maio de 2014.

⁴⁹⁴ LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”*. São Paulo: Marco Zero / Brasília: Editora de UnB em coedição com MTC/CNPq, 1988, pp. 69-70.

⁴⁹⁵ LINDEN, op. cit., p. 271.

a função primordial da Justiça Trabalhista⁴⁹⁶. Fazia parte dos planos varguista de harmonia entre capital e trabalho e tão bem divulgado pelos trabalhistas posteriormente.

Nesse sentido, o alto número de conciliações nas duas fábricas certamente não causaria estranheza a John French. Em seu estudo acerca da legislação varguista, o brasilianista criticava essa característica fundamental da Justiça Trabalhista brasileira: “Ineficiência administrativa, tribunais superlotados e uma tendência para a ‘conciliação’ frequentemente produziram o que pode ser denominado de “justiça com desconto”. Mesmo quando ganhava um caso legal, por exemplo, um trabalhador brasileiro era forçado a um acordo com seus patrões (...)”⁴⁹⁷.

Os têxteis de Fernão Velho – justamente aqueles mais próximos das ações do movimento operário, dos trabalhistas e comunistas – pareciam menos dispostos a ceder seus direitos garantidos em contraste com a suposta urgência dos moradores do Bom Parto e Saúde.

Larissa Corrêa igualmente chama a atenção para o fato de que, antes de 1964, não havia correção monetária nas indenizações trabalhistas. Em processos com muitos recursos, as indenizações eram evaporadas pela inflação, com o trabalhador recebendo valores que beiravam o insignificante ao final do processo. Em casos mais comuns e de julgamento rápido, os patrões procuravam fazer acordos com o sindicato, conseguindo pagar um valor menor do que aquele conseguido via Justiça⁴⁹⁸. Contudo, a situação financeira dos têxteis da Carmen não era melhor do que seus companheiros.

Além de fatores econômicos, ainda há mais dois elementos a serem analisados: a perseguição patronal e a repressão, ambos citados em alguns depoimentos. Logo, fazer um acordo com os patrões ao invés de ir até à Justiça estava no horizonte dos trabalhadores. Além disso, muitos conflitos eram resolvidos no próprio ambiente de trabalho, seja entre os envolvidos ou através da interferência direta dos empregadores⁴⁹⁹. Em Saúde, por exemplo, os números impressionam e a baixa quantidade de processos em comparação com as duas outras está relacionado a esse fato. Em primeiro lugar, havia a distância e a dificuldade de locomoção do distrito litorâneo até o centro de Maceió. E segundo, por ser um local bem mais

⁴⁹⁶ SILVA, Fernando Teixeira da. “Entre o acordo e o acórdão: a Justiça do Trabalho paulista na antevéspera do golpe de 1964”. In: GOMES, Ângela de Castro e SILVA, Fernando Teixeira da (org.). *A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013, p. 206.

⁴⁹⁷ FRENCH, John D. *Afogados em leis – A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002, p. 19. Grifos meus.

⁴⁹⁸ CORRÊA, op. cit., p. 174.

⁴⁹⁹ SILVA, *A carga e a culpa*, op. cit., p. 80.

isolado, imperava a forte vigilância e a repressão. Fica evidente nas fontes a escassa atividade de militância de comunistas e trabalhistas na localidade. Saúde só apareceu no momento de votar na diretoria da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alagoas.

A princípio, esse percentual não significa muita coisa em comparação com a Fábrica Alexandria, por exemplo. Por isso, seguem os números absolutos: dos 55 casos, apenas dois foram julgados como procedentes (ambos em 1955: um homem e uma mulher maiores de idade, e contra suspensão do trabalho). Mais significativo é o número de arquivamentos por não comparecimento ou homologação a pedido do reclamante: 38% dos processos. Diante desse quadro, aceitar a proposta de conciliação estava longe de ser considerada uma derrota, principalmente diante de uma quantidade tão baixa de processos vencidos sem “desconto”.

Larissa Corrêa cita o discurso irônico da classe patronal quando mandava o funcionário ir à Justiça do Trabalho para garantir seus direitos: na lógica dos patrões, a Justiça do Trabalho estava ao seu serviço. Atrelado a essa concepção dominante, ainda havia a ideia “de que, mesmo se o trabalhador saísse do tribunal vitorioso, ainda assim o patrão estaria ganhando. Afinal, de acordo com a lógica da conciliação, ambas as partes eram obrigadas a ceder, logo, o trabalhador teria de abrir mão de algum direito pleiteado”⁵⁰⁰ – basicamente, o que defende John French. As dificuldades que os operários de Saúde enfrentavam para chegar até a Justiça Trabalhista aliado às possibilidades de perda financeira por conta da inflação, a impossibilidade de acompanhar o processo em instância superior e a demora dos julgamentos⁵⁰¹ tornaram a conciliação uma opção a ser sempre considerada.

Nesse sentido, Clarice Speranza sublinha esses dois lados antagônicos, ao demonstrar como “o caminho da conciliação poderia ser vantajoso, na prática, para o operário. Não representava sempre o atendimento completo da reclamação (...), mas geralmente era mais rápido do que a tramitação completa de um processo”⁵⁰². Com o imediatismo do retorno financeiro, não é de se estranhar que alguns industriais acusassem “a classe trabalhadora de tentar enriquecer de maneira ilícita por meio de ‘aventuras judiciais’”⁵⁰³. Para Speranza, os acordos travados na Justiça e a rapidez dos ganhos (palpáveis, ainda que reduzidos) eram uma espécie de incentivo indireto da classe patronal –

⁵⁰⁰ CORRÊA, op. cit., p. 174.

⁵⁰¹ Idem, p. 69.

⁵⁰² SPERANZA, “Nos termos das conciliações...”, op. cit., pp. 51-52.

⁵⁰³ CORRÊA, op. cit., p. 16.

juntamente com o irônico “vá procurar seus direitos” – para que os trabalhadores fossem, de fato, reaver seus direitos e assim “mantinha um campo de luta passível de ser utilizado pelos dominados”⁵⁰⁴. Se era uma vitória incompleta, não deixava de ser simbólica: perante o trabalhador, o patrão era *forçado* a pagar uma parte daquilo que já pertencia ao trabalhador por direito. Ou seja, deixava de ser intocável e não podia mais ignorar a legislação em vigor e agir como um ser onipotente. E não apenas isso: para José Sérgio Leite Lopes, a “ousadia” de ir até a Justiça contribuiu para “interiorizar, no conjunto dos operários, a lógica e a prática dos *direitos*, (...) acionada nas pequenas disputas dentro da fábrica, instrumentalizando não somente a ida individual ou em grupo à justiça, mas a própria ação coletiva direta”⁵⁰⁵.

Por fim, a última coluna: a quantidade de processos impetrados ao longo da gestão Muniz Falcão. Como não há nenhum registro para janeiro de 1961, o período considerado é entre os anos de 1956 e 1960. Na Fábrica Carmen, há uma queda brusca em relação aos governos anteriores: 29% na época do governador Silvestre Péricles (1947-1950) e 30% durante o mandato de Arnon de Mello (1951-1955). Ou seja, justamente quando temos um governador oriundo das instituições fiscalizadoras das leis trabalhistas – ele próprio um ex-fiscalizador –, é contraditório que seja o período de menor procura das leis que ele e seus aliados tanto defendiam e incentivavam que os trabalhadores fossem à sua procura.

Alexandria parece ter sido mais receptível ao discurso legalista de Muniz Falcão e propalado por seus correligionários, com quase metade de seus casos ocorridos durante esses cinco anos. Partidários do populismo “munizista” poderiam pensar que essa alta procura durante sua gestão demonstraria uma maior segurança da classe trabalhadora em acionar o dispositivo legal, “protegidos” que estavam pelo governador e agora conhecedores desse caminho para garantir seus direitos. O alto número de conciliações, por outro lado, talvez expresse uma perspectiva diferente dos têxteis do Bom Parto com relação à Justiça do Trabalho. Em Saúde, não há uma grande variação ao longo do período.

Diante do exposto, essa segunda parte examina dois momentos nos quais os têxteis maceioenses lutaram pelo aumento e manutenção do salário mínimo durante o governo Muniz Falcão, dando ênfase à atuação dos sindicatos e da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alagoas. Outrossim, dedico um capítulo apenas para discutir o sindicalismo alagoano nesse período, suas lideranças, formas de atuação e inserção na classe trabalhadora.

⁵⁰⁴ SPERANZA, “Nos termos das conciliações...”, op. cit., p. 55.

⁵⁰⁵ LOPES, *A tecelagem dos conflitos de classe...*, op. cit., p. 360. Grifo do autor.

4. AS CAMPANHAS SALARIAIS

Esse capítulo utiliza-se de processos trabalhistas para tratar de dois casos de aumento do salário mínimo ocorridos entre os têxteis de Maceió ao longo do governo Muniz Falcão, ambos inseridos nas campanhas salariais em âmbito nacional. São dois fatos bem distintos, no qual podemos observar a atuação da classe operária em um contexto político bem mais favorável. Igualmente podemos analisar o sindicalismo oficial, apresentado no capítulo anterior, em ação diante de uma questão tão cara aos trabalhadores.

4.1 A PARALISAÇÃO EM FERNÃO VELHO (1956)

No campo econômico, a segunda metade década de 1950 é marcada por dois aspectos completamente opostos: os valores do salário mínimo atingiram os mais altos patamares desde sua criação, em 1940, mas era minado por uma inflação que corroía o poder aquisitivo dos trabalhadores⁵⁰⁶. Na virada da década, a inflação começou a ficar descontrolada e uma grave crise econômica (e política) assolou todo o mandato de João Goulart à frente da presidência. Para termos uma ideia, o valor do salário mínimo em 1960 era bem próximo ao de seis anos antes e continuaria em queda. A inflação anual saltou de 19,1% em 1955 para 52,1% em 1959, chegando a incríveis 79% em 1963⁵⁰⁷. Para a conjuntura específica do que apresento a seguir, temos o cálculo da inflação feita pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE): entre julho de 1956 e julho de 1957, a inflação girou em torno de 43%⁵⁰⁸. Em Alagoas, vimos as justificativas do governador nos seus dois primeiros anos de mandato para a falta de investimentos sociais e pela não viabilização de sua plataforma de campanha. Em resumo, a situação financeira dos operários de Maceió estava suficientemente precária e a classe não esperaria melhorias vindas de cima.

No social, por conseguinte, temos uma ascensão da participação e mobilização política da classe trabalhadora⁵⁰⁹ e do movimento sindical, com o aumento no número de

⁵⁰⁶ Cf.: ERICKSON, Kenneth Paul. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p. 141; MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002, p. 56; e SILVA, A carga e a culpa, op. cit., p. 161.

⁵⁰⁷ MATTOS, *Trabalhadores e sindicatos no Brasil...*, op. cit., p. 56.

⁵⁰⁸ FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos – Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997, p. 149.

⁵⁰⁹ FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, pp. 213-214.

greves a partir de meados dessa década, atingindo ao auge na primeira metade dos anos 1960⁵¹⁰. Murilo Leal mapeou 12 campanhas salariais promovidas pelos têxteis paulistas entre 1951 e 1963. Dessas 12, em cinco realizou-se greves gerais⁵¹¹. De fato, é o tema que mais mobiliza a classe operária e não poderia ser diferente. “O operário vai à greve econômica por quê? Porque quer salário, quer melhores condições de trabalho, quer assistência social, uma razão qualquer que ele sente na pele, imediatamente, está doendo nele”⁵¹².

Se em 1956, os têxteis paulistas não entraram em greve por melhores salários⁵¹³, o mesmo não se pode dizer dos nordestinos. Cerca de 6.000 trabalhadores de oito fábricas cearenses resolveram cruzar os braços pelo não pagamento do novo salário mínimo, reajustado por Juscelino Kubistchek⁵¹⁴. Em Paulista, as duas fábricas têxteis dos Lundgren foram paralisadas pelos operários pelo mesmo motivo⁵¹⁵. Em Alagoas, não seria diferente. O jornal comunista *A Voz do Povo* publicou uma matéria com a vitória parcial dos trabalhadores brasileiros em decorrência do aumento salarial decretado pelo presidente Kubitschek. Eis os novos valores:

Tabela 9: salário mínimo em cruzeiros a partir de 1956.

Região	Mensal	Diário	Horário
Maceió	2.200	73,33	9,17
Demais municípios	2.000	66,67	8,33

Fonte: Decreto n. 39.604-A, de 14 de julho de 1956, <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-39604-a-14-julho-1956-519762-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Vitória parcial porque em apenas oito estados o aumento foi, de fato, significativo: São Paulo, Minas Gerais, Estado do Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Alagoas⁵¹⁶; as outras regiões do país tiveram um

⁵¹⁰ MATTOS, *Trabalhadores e sindicatos no Brasil...*, op. cit., pp. 56-57.

⁵¹¹ LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 158.

⁵¹² MAJELLA, *Rubens Colaço...*, op. cit., p. 91.

⁵¹³ Apenas houve algumas paralisações de 24 horas, deliberada pelo sindicato. Com o compromisso do ministro Parfisa Barroso, o sindicato desistiu do movimento – mas alguns trabalhadores chegaram a parar no dia marcado. Houve greve em 1954 e 1957. LEAL, op. cit., p. 503.

⁵¹⁴ SANTOS, Bárbara Cacao dos. “*Trabalhadores cearenses, uni-vos!*”: o pacto de unidade sindical em Fortaleza (1957-1964). 2009. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal de Ceará, Fortaleza, 2009, p. 49.

⁵¹⁵ LOPES, *A tecelagem dos conflitos de classe...*, op. cit., p. 421-422.

⁵¹⁶ Interessante notar que, exceto pelo Espírito Santo e Guanabara, todos os estados do eixo Sul-Sudeste foram contemplados por reajustes mais significativos.

reajuste aquém do esperado. Em outros sete estados, de acordo com a matéria, “o decreto presidencial rebaixou os salários sugeridos, cedendo assim o governo à pressão dos patrões”. Isso aconteceu na Bahia, Distrito Federal, Ceará, Amazonas, Maranhão, Pará, Mato Grosso e Território do Acre. Os trabalhadores alagoanos almejavam um salário mínimo no valor de Cr\$ 2.500 cruzeiros (esse foi o valor decretado para a cidade de Fortaleza, capital do Ceará), pouco acima do estabelecido para Maceió. *A Voz do Povo* ressaltou a importância da luta dos operários nesses oito estados: “Sem os protestos não teria sido possível a decisão da Comissão”. O texto encerra com um incentivo à luta, pois só assim todos seriam contemplados com um aumento digno e garantiria o cumprimento dos pagamentos pelos patrões⁵¹⁷.

Interessa-nos, sobretudo, esse último apelo do periódico comunista: era um expediente bem comum da classe patronal – especialmente entre os têxteis – não acatar os aumentos salariais, como atestam os exemplos do Ceará e Pernambuco. Por conta disso, na tarde de sábado, 11 de agosto de 1956, ocorreu uma paralisação em uma das seções da Fábrica Carmen, justamente pelo não reajuste do novo salário mínimo decretado no mês anterior pelo governo federal.

Contudo, o movimento não surgiu ao acaso, como quis fazer parecer o representante patronal na Justiça do Trabalho. O aumento salarial era debatido entre os têxteis da Carmen pelo menos cinco meses antes da paralisação. Naquela mesma assembleia do Sindicato de Fernão Velho em que Edson Falcão, voltando à DRT, expôs seu programa de trabalho e ouviu algumas denúncias dos operários, encontramos o então presidente da Federação dos Trabalhadores, José Viana Filho, discorrendo acerca de um possível novo salário mínimo a ser decretado naquele ano⁵¹⁸.

Após a homologação, *A Voz do Povo* publicou algumas matérias em torno desse fato. Para mensurarmos a importância desse tema, das cinco reportagens de capa da edição de 29 de julho de 1956, quatro são sobre o aumento salarial. A primeira delas exemplifica os dois aspectos opostos citados no início desse tópico. “Preparam-se os trabalhadores alagoanos para impedir que o salário mínimo que entrará em vigor a partir de quarta-feira, conquistado em duras lutas, seja devorado com a carestia de vida”. De acordo com o texto, o aumento já não era suficiente, demonstrando que a vitória tão comemorada na edição anterior possuía suas

⁵¹⁷ APA, VITÓRIA DOS OPERÁRIOS – 2.200 cruzeiros para Alagoas. *A Voz do Povo*. Maceió, 22 jul. 1956, pp. 1, 4.

⁵¹⁸ SFV, Ata da reunião, 3 de março de 1956.

limitações. Só havia um caminho para impedir que a situação piorasse: “levar para os sindicatos e para as ruas a luta contra a carestia, de maneira organizada, mobilizando em torno dela a maioria esmagadora da população”. A prioridade era o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Um grande aliado se juntaria a classe trabalhadora nessa luta: as mulheres, “que sentem em sua própria carne as consequências da carestia”. Para conquistar mais essa vitória, a organização e a unidade eram imprescindíveis⁵¹⁹.

Todo esse discurso de lutas e mobilizações é amenizado em uma entrevista com já conhecido José Luiz Ferreira, naquele momento presidente do Sindicato das Termoeletricas. Conforme abordado de forma superficial anteriormente, a partir desse ponto aprofundarei uma análise acerca da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alagoas e suas principais lideranças na segunda metade dos anos 1950: Osvaldo Veloso, Joel dos Santos e José Luiz Ferreira. No meu entender, a atuação da Federação e a postura desses três líderes sindicais é peça fundamental para situarmos o sindicalismo alagoano de forma geral. Mais adiante poderemos acompanhar mais de perto a atuação de José Luiz, com atitudes e ideias muito semelhante com o que ele revelou nessa entrevista⁵²⁰.

José Luiz acabara de retornar de uma viagem ao Rio de Janeiro; tinha ido até à capital federal “a fim de reforçar o pedido de aumento do salário mínimo que fora estabelecido para Alagoas”. Através do entrevistado, ficamos sabendo a existência de um movimento nos sindicatos alagoanos, crucial para que uma nova discussão sobre os índices salariais fosse feita. Se não fosse por esse movimento, Alagoas teria um salário mínimo inferior a Sergipe, um estado menor que, porém, crescia mais rapidamente do que Alagoas, segundo o censo. Não é detalhado o teor do aludido movimento sindical, exceto por essa passagem, na qual José Luiz revela uma das principais táticas do seu grupo: “Que os telegramas enviados pelos sindicatos à Câmara Federal, ao Senado, ao Ministro do Trabalho e ao Sr. Presidente da República, bem como o memorial de 1.900 assinaturas constituíram-se elementos decisivos para a vitória”. Ainda houve tempo para o jornal comunista interrogar José Luiz sobre a contribuição da bancada alagoana na Câmara dos Deputados e o líder operário elogia os esforços dos deputados Aurélio Viana (PSB) e Ari Pitombo (PTB) – esse

⁵¹⁹ APA, LUTAR PELO CONGELAMENTO de preços. *A Voz do Povo*. Maceió, 29 jul. 1956, p. 1

⁵²⁰ Não é minha intenção tecer qualquer tipo de crítica ou julgamento da atuação da entidade e suas lideranças. Muito pelo contrário: o objetivo é entendê-la e situá-la em um contexto macro. A tarefa não é das mais fáceis, pois as informações são limitadas, desconstruídas e os envolvidos são apenas mencionados em poucos trabalhos historiográficos já existentes. No entanto, essa mesma atuação pode “desagradar” a certas concepções da História que já têm um papel definido e pré-estabelecido para as classes trabalhadoras.

último, ainda um grande aliado do governador Muniz Falcão. Esse forte vínculo dos próceres da Federação com os políticos que gravitam na órbita do trabalhismo alagoano e apoiavam o governador será comum ao longo de todo o período aqui tratado. Ao fim da entrevista, José Luiz falou da importância da união e organização dos trabalhadores: foi isso que conquistou o aumento do salário mínimo e será isso que garantiria o congelamento dos preços⁵²¹.

Nesse contexto de carestia de vida, o jornal abordou uma questão muito debatida neste século XXI: a elevação no preço das passagens de ônibus⁵²². Após ser autorizado o aumento no preço do pão e dos barbeiros, a proposta dos empresários era dobrar a passagem de ônibus, subindo de 1,50 para Cr\$ 3,00⁵²³. O motivo alegado, claro, não poderia ser outro: os empresários precisavam reajustar os valores “para fazer frente ao novo salário mínimo”. Além do aumento extorsivo, os comunistas denunciaram a precariedade da frota, a superlotação e outro problema monetário: a falta de troco⁵²⁴. Ao fim e ao cabo, o texto exaltou a necessidade de união da população para impedir esse aumento, não deixando de fazer um apelo ao governo do estado⁵²⁵.

No editorial dessa mesma edição de *A Voz do Povo* temos uma resposta à argumentação dos empresários para justificar o aumento da passagem de ônibus. O intuito do texto era demonstrar que a majoração do salário mínimo não era a causa do encarecimento dos gêneros de primeira necessidade. Essa ideia, bastante difundida, visava apenas ludibriar os trabalhadores em sua luta em favor de melhores salários. “Essas ‘argumentações’ não convencem mais a ninguém. Visam, entretanto, jogar nas costas dos trabalhadores o peso das dificuldades que atravessa o país e esconder as causas verdadeiras dessa situação”. Segundo o editorial, os trabalhadores não aceitavam mais essa ideia distorcida e deveriam lutar, unidos e organizados, pelo congelamento dos preços. Somente pela luta seria possível “barrar a especulação dos intermediários e gananciosos. Nessa luta, os sindicatos, juntamente com todo

⁵²¹ APA, FALA A VOZ do Povo: o líder sindical José Luiz Ferreira. *A Voz do Povo*. Maceió, 29 jul. 1956, p. 1.

⁵²² Verdade seja dita, essa questão não era novidade entre os comunistas. A bancada estadual do PCB, em 1947, denunciou na Assembleia Legislativa as precárias condições dos ônibus urbanos e das ruas da periferia de Maceió. Cf.: MOURA, Anderson Vieira. *Comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas (1951-1961)*. 2012. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012, pp. 54-55.

⁵²³ A título de exemplo, as passagens em Recife e Salvador, cidades bem maiores que Maceió, custavam Cr\$ 2,00 (e o jornal comunista era vendido por Cr\$ 1,00). APA, AUMENTOS ESCANDALOSOS. *A Voz do Povo*. Maceió, 5 ago. 1956, p. 1

⁵²⁴ Com uma passagem custando Cr\$ 1,50, fornecia-se uma espécie de vale de Cr\$ 0,50 aceito apenas nos ônibus. Dessa forma, “uma passagem, na prática” custava “dois cruzeiros”.

⁵²⁵ APA, BARREMOS O AUMENTO dos ônibus. *A Voz do Povo*. Maceió, 29 jul. 1956, p. 1.

o povo, têm um papel importante a desempenhar”⁵²⁶. Esse papel ativo dos comunistas alagoanos com o movimento operário não é nenhuma surpresa. Segundo Marco Aurélio Santana, a conjuntura entre os anos 1945-1964 tem como característica justamente a “relação estreita” entre PCB “e o movimento organizativo dos trabalhadores”. Mais ainda: foi nesse período “que essa relação encontra seu nível elevado de desenvolvimento”⁵²⁷. O PCB de Alagoas sempre esteve junto da classe operária e do movimento sindical, lutando ao seu lado por ser composto *também* de trabalhadores entre seus militantes⁵²⁸.

Em meio a mais uma capa do periódico comunista recheada de matérias denunciando a prática abusiva de aumentar os preços em decorrência no novo salário mínimo, encontramos um convite da Federação dos Trabalhadores e dos sindicatos (não são especificados quais): os trabalhadores e o povo em geral estavam convidados a comparecer a uma reunião na noite da segunda-feira, 6 de agosto, no Palácio do Trabalhador, para discutirem “a aplicação do salário mínimo”, “o reajustamento dos salários” e “o combate a carestia de vida”⁵²⁹. Trata-se de uma prova de que o movimento operário, mesmo após a conquista do aumento, não ficou parado e preparou-se para um possível descumprimento por parte dos patrões, como de fato aconteceu. Essa atitude da classe patronal, ao que parece, já não era mais nenhuma novidade para a classe trabalhadora – como asseverou uma matéria na edição anterior. É também outro indício de que a paralisação ocorrida em Fernão Velho não ocorreu de forma “espontânea”.

Nessa mesma edição, o jornalista e dirigente comunista Nilson Miranda comentou em sua coluna o momento econômico alagoano. Os tempos ruins pareciam não atingir, por exemplo, o periódico situacionista *Diário de Alagoas*, que passava por uma “melhoria da apresentação gráfica”. O ano de 1956 também trouxe “modificações em sua orientação”. Segundo Miranda, a “missão inglória” da publicação trabalhista era explicar o momento difícil por qual passava o povo e o Estado, ao esquivar-se de expor os reais motivadores da conjuntura econômica. Ou seja, em meados de 1956 o líder comunista demonstrava impaciência com o governo Muniz Falcão, que utilizava o caos econômico herdado do governo anterior em sua defesa. A classe operária tinha urgência.

⁵²⁶ APA, NÃO PERMITIR QUE o salário-mínimo seja liquidado. *A Voz do Povo*. Maceió, 29 jul. 1956, p. 1.

⁵²⁷ SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos – Comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001, p. 39.

⁵²⁸ Sobre a composição social do PCB alagoano, ver: MOURA, *Comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas (1951-1961)*, op. cit., em especial o segundo capítulo.

⁵²⁹ APA, CONVITE. *A Voz do Povo*. Maceió, 5 ago. 1956, p. 1.

De forma incrível, um editorial da folha governista questionou a serventia do aumento salarial decretado pelo presidente, sugerindo melhorias e mais estímulos à produção, com a modernização do campo, como soluções para enfrentar a crise. Nilson Miranda aproveitou para criticar o latifúndio e defender “a distribuição gratuita das terras”, ao invés de investir no atual modelo, convocando os trabalhadores a permanecer na luta. “O *Diário* enfileira, com essas tiradas, entre aqueles que afirmam ser o aumento salarial que provoca a corrida de preços. Mas, perguntamos: em que tempo deixaram os preços de subir?”⁵³⁰ Em outras palavras, o governador, que supostamente tão bem conhecia a situação de penúria da classe trabalhadora, mostrou-se *contra* o aumento salarial. E seu mandato estava apenas começando. O que Miranda não faz é questionar um posicionamento do governador ou o fato do diretor do jornal, o então deputado Abraão Fidélis de Moura e futuro candidato de Muniz a sucessão governamental, ser proprietário rural.

Quanto àquela reunião ocorrida no Palácio do Trabalhador – cinco dias antes da paralisação na Fábrica Carmen –, *A Voz do Povo* possui algumas informações. Compareceram os presidentes de 11 sindicatos, todos filiados à Federação. O periódico registrou a presença de vários operários têxteis de Fernão Velho (mais um indício) e da indústria açucareira, dando a entender que estes últimos eram a maioria na plateia. Juntamente com os presidentes, compuseram a mesa, a convite de Osvaldo Veloso (então presidente da Federação e da assembleia), Theobaldo Barbosa (vereador de Maceió), Rubem Ângelo (redator do jornal comunista e advogado sindical), Nilson Miranda e José Viana (ex-presidente da Federação). O primeiro a falar naquela noite foi José Luiz (Sindicato das Termoelétricas), repetindo o teor de sua entrevista: salientou a importância da vitória da classe em relação ao novo salário e a unidade sindical. Relatou novamente sobre “o envio de telegramas e memoriais ao ministro do Trabalho, Câmara dos Deputados e o envio de seus representantes ao Rio” como “fatores de suas [dos trabalhadores] vitórias”. Finalizou seu discurso convocando seus companheiros à luta pela “aplicação do novo salário mínimo”, sem esquecer “os menores que fazem serviço de adulto” e deveriam receber “o mesmo salário”⁵³¹.

O próximo a discursar foi o vereador Theobaldo Barbosa⁵³². A julgar pela matéria, Barbosa concentrou-se apenas em mostrar a “necessidade de barrar a elevação do custo de

⁵³⁰ APA, O CUSTO DA vida. Nova linha do “Diário de Alagoas”. *A Voz do Povo*. Maceió, 5 ago. 1956, p. 3.

⁵³¹ ASSEMBLEIA DOS TRABALHADORES. *A Voz do Povo*. Maceió, 12 ago. 1956, p. 1.

⁵³² Nomeado, em 1951, oficial de gabinete e, posteriormente, chefe do gabinete do Governador Arnon de Mello (1951-55). Em 1954 é eleito vereador, em Maceió, pela UDN, sendo reeleito em 1958. Por três períodos – nas

vida”. Se disse mais alguma coisa, não sabemos. Todavia, não é aquilo que o vereador falou (ou deixou e falar) na assembleia que nos interessa; afinal, vimos anteriormente Arnon de Mello proferindo discursos digno de um trabalhista na campanha eleitoral de 1955, quando sugeriu até mesmo a participação dos operários nos lucros das empresas, entre outras bandeiras do movimento sindical combativo. A questão é saber por que convidaram um vereador da UDN para participar de uma reunião tão importante. Vendo a composição da Câmara de Maceió para aquela legislatura, temos, entre outros, os nomes de Cleto Marques Luz e Bruno Ferrari⁵³³. No primeiro capítulo, vimos Cleto como um grande aliado do governador Muniz Falcão e Ferrari era do PTB, demonstrando todo o distanciamento do partido em relação àqueles que dizia representar. Para completar, não encontrei mais qualquer referência a Barbosa entre os trabalhadores alagoanos nesse período.

A fala do vereador gerou muito debate e algumas sugestões. *A Voz do Povo* registrou apenas uma: “a criação de uma comissão de congelamento dos preços partindo da Federação dos Trabalhadores”, sugestão bastante comemorada pelos trabalhadores. O texto não deixa claro, mas dá a entender ter sido uma ideia de algum operário, jogando a responsabilidade do movimento para a entidade, algo não muito diferente do que aconteceu no Brasil nesse mesmo período. Quando as entidades sindicais esbarravam em sua própria inércia, cabia à base fazê-las andar em prol de suas reivindicações. No exato momento em que a sugestão chegou à direção da Federação, ganhou seus próprios contornos e características já conhecidas: “a iniciativa no sentido de oficializar as Câmaras Estadual e Municipal, ao Governo e a COAP, as entidades estudantis, associações de imprensa e jornais, convocando seus representantes para constituir a comissão bem como para planificar a sua ação”. Os líderes da Federação buscavam fazer o movimento crescer, chamando para o debate e para a construção das atividades outras entidades além daquelas operárias. Por outro lado, insistiam no atrelamento ao poder legislativo e executivo.

Ao estudar a conjuntura entre 1960 e 1964, Kenneth Erickson apresenta a seguinte perspectiva: quando a inflação corroía o poder aquisitivo dos operários, as lideranças sindicais

legislaturas 1962, pela UDN e como suplente; 1966 e 1970, ambas pela ARENA –, foi deputado estadual, tendo sido presidente da Assembleia Legislativa entre 1971-72. Nas eleições de 1974 foi o candidato a Deputado Federal mais votado na ARENA, partido ao qual se filiara com a implantação do bipartidarismo, e do qual foi presidente. (...) Vice-governador de Guilherme Palmeira, assume o governo de 15 de março de 1982 a 15 de março de 1983. Com a extinção do bipartidarismo se filiou ao PDS. E, posteriormente, no PFL e, por fim no PSDB. BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. *ABC das Alagoas: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 124. Grifos meus.

⁵³³ Havia também Nicanor Fidelis de Moura, que deve ter algum grau de parentesco com Abraão Fidélis.

deflagravam greve com grandes “chances de sucesso”; no entanto, “se o faziam logo depois de um reajuste salarial, e se as palavras de ordem pareciam aos trabalhadores como sendo essencialmente políticas e não diretamente ligadas à sua luta pelo pão do dia-a-dia, as chances de sucesso diminuía”⁵³⁴. Podemos acrescentar aqueles movimentos iniciados *após* vitórias financeiras, que ocorriam quando o reajuste salarial estava decretado, mas não era repassado aos trabalhadores, conforme aconteceu em outros estados nordestinos.

Dessa forma, em 1956, no primeiro ano do governo Muniz Falcão, temos um exemplo claro desse tipo de movimento. Mesmo com o aumento salarial decretado, os trabalhadores não estavam satisfeitos e demonstravam o desejo de continuar a luta pelo reajustamento, “tendo sido proposto na base percentual de 120% sobre o atual salário”. A Federação assumiu o protagonismo e ficou responsável por comandar “as lutas, desde que autorizada pelos sindicatos para tal fim”. Perto do fim da assembleia, houve denúncias de empresas que ainda não pagavam o novo salário mínimo e outras que substituíram os operários adultos por menores de idade (a Fábrica Carmen não foi citada). Ao fim da reunião, o presidente Osvaldo Veloso repetiu as palavras do advogado Rubem Ângelo, quando “concitou os trabalhadores a se unirem e se organizarem na luta por melhores dias”⁵³⁵.

A seção de bramantes parou

A greve na Fábrica Carmen – considerada “ilegal” e injusta pelo Grupo Othon Bezerra de Mello, proprietário da fábrica – aconteceu no dia anterior à referida edição de *A Voz do Povo*⁵³⁶. Ainda assim, o periódico comunista publicou uma nota sobre o ocorrido. De maneira sucinta, o texto informa o motivo da greve: o não pagamento do novo salário mínimo. Os trabalhadores, junto com o presidente do sindicato, procuraram o gerente da fábrica e este se recusou a recebê-los. Diante de tamanha intransigência, resolveram cruzar os braços. O gerente, então, chamou a polícia e os operários voltaram ao trabalho no fim da tarde. “No próximo número daremos mais detalhes dessa paralisação, que bem demonstra a

⁵³⁴ ERICKSON, op. cit., p. 141.

⁵³⁵ APA, ASSEMBLEIA DOS TRABALHADORES. *A Voz do Povo*. Maceió, 12 ago. 1956, pp. 1 e 4.

⁵³⁶ O jornal saía aos domingos. Cf.: MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. “A Voz do Povo – Um registro da esquerda alagoana (1954-1964)”. *Cabanos: Revista de História*. Arapiraca: v. 1, n. 4, 2007a, p. 129-144.

firmeza e a combatividade dos operários de Fernão Velho, que não estão dispostos a se deixar morrer de fome pelos Bezerra de Mello”⁵³⁷.

Por causa dessa rápida paralisação, os proprietários da Fábrica Carmen deram entrada na Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió (JCJ), com o intuito de dispensar cinco operários estáveis, garantidos pela lei, e acusados de serem os líderes do movimento⁵³⁸. Isso gerou três processos trabalhistas, analisados de agora em diante. Um dos processos tem anexado como prova um recorte de jornal com uma matéria acerca do movimento. Não há qualquer indicação a qual periódico pertence o texto, mas tudo leva a crer ser de a *Gazeta de Alagoas*. Por exemplo, o redator não apenas descreveu as razões da paralisação, mas também teceu pesadas críticas ao governador Muniz Falcão e o seu “clima de paz”. Confirmando a reportagem de *A Voz do Povo*, a matéria trata da chegada de um delegado da polícia civil, juntamente com alguns policiais e o delegado do Trabalho, Edson Falcão. Os policiais teriam invadido “a fábrica e tentaram obrigar os operários a voltar ao trabalho”. O fim do movimento deixou o repórter com uma dúvida: “não conseguimos saber se por haverem chegado a um acordo ou se forçados pela polícia, que ali se mantinha em provocante estado de alerta e chegara a invadir o recinto de trabalho, os operários reiniciaram as suas atividades”⁵³⁹. De toda forma, é um demonstrativo de como a classe patronal se utilizava da força policial do Estado para reprimir seus funcionários, quando seu corpo de vigilantes não era suficiente.

Na JCJ, os três processos foram impetrados um mês após o movimento, no dia 10 de setembro de 1956. São contra os seguintes operários: José Correia da Silva (13 anos de fábrica e presidente da Caixa Beneficente do sindicato), por ter liderado, “segundo apurou a Requerente”, “o referido movimento, cometendo assim ato de manifesta indisciplina”⁵⁴⁰; já Sebastião Ramos Galvão (10 anos e 11 meses) e Manoel Gabriel Silva (13 anos e 6 meses) “tiveram destacada ação no referido movimento pois, além de partícipes da greve, obrigavam outros operários a participarem do mesmo movimento, cometendo assim atos de manifesta indisciplina e insubordinação”⁵⁴¹; Sólon Araújo (10 anos) e Sebastião Correia Dantas (11

⁵³⁷ APA, ONTEM – GREVE EM Fernão Velho. *A Voz do Povo*. Maceió, 12 ago. 1956, p. 4. Contudo, o “próximo número” não existe nos arquivos alagoanos.

⁵³⁸ A perseguição dos patrões a operários estabilizados – a única forma de demissão era via justiça trabalhista – não era nenhuma novidade nesse período. Cf.: LOPES, *A tecelagem dos conflitos de classe...*, op. cit.

⁵³⁹ A matéria, intitulada “Grevaram por 4 horas e meia os operários de Fernão Velho”, está publicada na primeira página.

⁵⁴⁰ MPM, TRT19, Processo n. 182, 1956.

⁵⁴¹ MPM, TRT19, Processo n. 183, 1956.

anos) cometeram a mesma “indisciplina e insubordinação, qualificando-se tal ato como ilícito”⁵⁴².

Entre os cinco trabalhadores processados, Manoel Gabriel e Sólon Araújo não compuseram nenhuma das comissões; em seus depoimentos, deixaram isso claro: participaram somente da paralisação. Vários dos depoentes, de ambos os lados (incluindo o delegado do Trabalho), confirmaram essa versão ao mostraram-se surpresos com a presença dos dois no julgamento. Até mesmo alguns contramestres disseram não saber o que Manoel e Sólon ali faziam, pois tomaram parte do movimento da mesma forma que os demais; em momento algum tiveram qualquer tipo de iniciativa ou assumiram alguma liderança⁵⁴³. No entanto, na visão de Rubem Ângelo, advogado do Sindicato de Fernão Velho, os patrões buscavam uma forma de demiti-los, visto que possuíam estabilidade garantida por lei; e só havia uma maneira da demissão acontecer: os operários cometerem falta grave.

Posto isso, vamos saber o que aconteceu naquele sábado, utilizando com base as ações processuais. Como dito acima, uma das principais características das tecelagens é o fato de serem compostas principalmente por mulheres e crianças; estes recebiam menos que os homens e com a mesma jornada⁵⁴⁴. O evento aqui narrado aconteceu em uma seção conhecida como “bramantes”, um tipo de tecido fabricado, geralmente, apenas com algodão (100%); por sua vez, o bramante é utilizado na confecção de cortinas, estofamentos, colchas etc. Resumindo, é um tecido mais duro e pesado, fazendo com que a seção tenha uma especificidade: apenas homens trabalhavam por lá. Vale acrescentar que o bramante era uma das especialidades da Fábrica Carmen.

⁵⁴² MPM, TRT19, Processo n. 184, 1956. Cabe ressaltar que, na primeira audiência dos três processos, o então advogado do Sindicato de Fernão Velho, Ortegá Jucá, solicitou adiamento da mesma, com o intuito “de tentar pessoalmente, junto à direção da empresa requerente, uma solução amigável”. Jucá parecia não conhecer bem seus clientes ou os operários não confiavam muito nele: uma nova proposta de conciliação foi feita na segunda audiência e José Correia dispensou a mesma, afirmando ser seu único desejo retornar ao trabalho. Nessa mesma segunda audiência, o advogado dos operários passou a ser Rubem Ângelo. A contratação de Ângelo junto ao sindicato foi um tanto quanto conturbada. Cf.: MOURA, op. cit., pp. 150-154.

⁵⁴³ Sólon pode ser encontrada em várias atas do Sindicato de Fernão Velho participando ativamente e fazendo propostas. Possivelmente não liderou essa paralisação, mas dificilmente participou apenas como a maioria.

⁵⁴⁴ MATTOS, *Trabalhadores e sindicatos no Brasil...*, op. cit., p. 18.



Figura 5: propaganda do “bramante Carmen”. Fonte: BGR, *Gazeta de Alagoas*, setembro de 1955.

Naquele sábado, os tecelões da primeira turma da seção de bramantes saíram do serviço às 9h da manhã, para onde retornariam às 13h, encerrando seu turno. Prática muito comum entre as indústrias têxteis de Maceió e do Brasil, a Fábrica Carmen pagava seus operários semanalmente, sempre aos sábados. Ao perceberem que o valor recebido não condizia com o novo salário mínimo decretado havia poucos dias – uma prova do quanto andavam informados sobre a questão –, rumaram para o sindicato, distante menos de 500 metros dos portões da fábrica. Queriam saber o motivo de não receberem corretamente. Essa primeira ida ao sindicato demonstra, também, a importância da entidade para os trabalhadores. Sua luta passava primeiro por aquele local.

Na sede do sindicato, formou-se uma pequena comissão com cinco operários e o presidente sindical, Abelardo Lins, com o intuito de conversar com o chefe do escritório. Este, por sua vez, não viu nenhuma irregularidade nos pagamentos; correspondia ao aumento decretado por Kubistchek. Inclusive, a defesa patronal na abertura dos processos, afirmou que a greve “tinha como fundamento a falsa notícia sub-repticiamente difundida por entre o operariado de que o novo salário mínimo não estava sendo pago”⁵⁴⁵. Não satisfeita, a comissão operária retornou ao sindicato e, em reunião agora com um número maior de trabalhadores, decidiram cruzar os braços no retorno à fábrica, às 13h.

⁵⁴⁵ MPM, TRT19, Processo n. 182, 1956. Nas razões iniciais, o advogado patronal escreveu que o salário diário de José Correia era de Cr\$ 73,36, três centavos a mais do que o decretado no mês anterior.

A razão da greve não era novidade para aqueles operários: na segunda audiência, José Correia, em sua defesa por escrito, dizia ser a Fábrica Carmen uma “empresa toda poderosa e que até hoje não encontrou quem a fizesse ao menos respeitar a lei do país, nem sequer no que diz respeito ao salário mínimo decreto em julho próximo”. Essa denúncia de Correia mostra-nos duas situações: primeiro, a importância da Justiça Trabalhista na vida daqueles trabalhadores – agora tinham um órgão para fazer com que a lei fosse cumprida; segundo, a fiscalização nos locais de trabalho não parecia muito eficiente. Paulo Duarte Quintella Cavalcanti, juiz do Trabalho responsável pelo processo, ainda que pretendesse responder à “assertiva” de José Correia, terminou por caracterizar a indústria: presidente da JCJ de Maceió desde o seu início, na década de 1940, “condenou, por dezenas de vezes, a empresa requerente, fazendo com que a mesma cumprisse os dispositivos da lei do trabalho, quando provada a violação dos mesmos”⁵⁴⁶.

Após a decisão de paralisar o serviço, um operário da mesma seção de bramantes, José Gomes, avisou ao gerente interino, Tancredo Antunes, sobre o movimento e este solicitou que os operários formassem uma comissão com “homens esclarecidos” e fossem ao seu escritório para dialogar⁵⁴⁷. A função real de Tancredo Antunes na Fábrica Carmen era gerenciar a farmácia, o empório e o almoxarifado; naquele dia, atuava como gerente da fábrica, pois o titular do cargo não se fazia presente. Não era a primeira vez que Antunes assumia tal responsabilidade, conforme asseverou em seu depoimento.

Com efeito, a comissão formada entre os trabalhadores era composta pelos seguintes operários: José Correia, Sebastião Dantas, Sebastião Ramos, Floriano de Sousa, Oséas Geraldo e Abelardo Lins (presidente do sindicato). Apesar de existir algumas lacunas nos depoimentos, podemos inferir com alguma certeza esses nomes.

Montei a tabela 10 com o intuito de facilitar o entendimento diante de tantos nomes citados. Temos, então, dois unânimes (José Correia e Sebastião Dantas) e dois esquecidos apenas por José Vasconcelos (Sebastião Ramos e Floriano de Sousa). Vamos aos demais. Oséas Geraldo e Floriano de Sousa depuseram na JCJ e afirmaram ter participado da comissão. José Gomes participou apenas como “informante” e muito certamente restringiu-se

⁵⁴⁶ MPM, TRT19, Processo n. 182, 1956. Como vimos, José não se esquivou de criticar a Justiça do Trabalho e sua “proverbial lentidão”. Daí a resposta do juiz, acrescentando “ainda que no momento de julgar, este Tribunal nunca se dobrou a injunções políticas ou de qualquer outra natureza, tendo mesmo tido a hombridade, em tempo de ditadura [do Estado Novo], de se opor a imposição de tal natureza”.

⁵⁴⁷ MPM, TRT19, Processo n. 184, 1956. José Gomes contou em seu depoimento que, na verdade, “recebeu um chamado para ir se entender com o gerente Tancredo Antunes”; quando “todos os teares da seção de bramante já estavam paralisados”.

a esse papel. A última vaga só pode ser de Abelardo Lins, o presidente do Sindicato de Fernão Velho. Sendo assim, a provável composição da comissão é a seguinte: José Correia, Sebastião Dantas, Sebastião Ramos, Floriano de Sousa, Oséas Geraldo e Abelardo Lins.

Tabela 10: operários que compuseram a comissão.

Depoente	Comissão	Data do depoimento
Oséas Geraldo	José Correia Sebastião Dantas Sebastião Ramos Floriano “de tal” ⁵⁴⁸ José Gomes Oséas Geraldo	12 de fevereiro de 1957
Manuel Ricardo da Silva ⁵⁴⁹	José Correia Sebastião Dantas Sebastião Ramos Floriano Francisco de Sousa	20 de fevereiro de 1957
José Vasconcelos de Melo	José Correia Sebastião Dantas João Inácio Oséas Geraldo	2 de maio de 1957
Floriano Francisco de Sousa	José Correia Sebastião Dantas Sebastião Ramos Floriano Francisco de Sousa Abelardo Lins José Gomes	9 de maio de 1957

Fonte: MPM, TRT19, Processos n. 183 e 184, 1956.

Durante o julgamento, vários tecelões da seção de bramantes foram convocados a depor e falaram um pouco mais sobre a formação das comissões. Manuel Ricardo da Silva,

⁵⁴⁸ Certamente, Floriano Francisco de Sousa.

⁵⁴⁹ Segundo ele, a comissão tinha seis membros, mas recordava-se apenas de quatro nomes.

demitido menos de um mês após a paralisação, confirmou toda a história acima: a reunião no sindicato para debater a questão salarial; formação de uma comissão de seis operários; falta de entendimento com o gerente; paralisação. Manuel acrescentou de novo apenas o seguinte: formou-se uma comissão de forma *espontânea* entre os presentes, ao invés de alguns trabalhadores serem escolhidos por José Gomes, aquele operário que avisou a Tancredo Antunes sobre o movimento⁵⁵⁰. José Vasconcelos de Melo, com quase doze anos de empresa, mostrou-se taxativo: os operários formaram uma comissão *espontaneamente*⁵⁵¹. Floriano Francisco de Sousa ratificou o que foi dito pelos companheiros, inclusive sobre o caráter *espontâneo* da comissão⁵⁵². Os três citados diferem apenas no número de pessoas e em alguns nomes envolvidos.

Caracterizar a curta greve como espontânea mostrou-se a perfeita estratégia dos operários frente ao ataque patronal, além de reforçar os laços de solidariedade de classe. Um dos objetivos da argumentação do advogado da empresa era comprovar a existência de líderes daquele movimento e, assim, justificar a demissão dos mesmos (todos estabilizados). Ao tornar o movimento espontâneo, os operários “naturalizaram” seu ato e deixaram claro não haver lideranças. Contudo, todos tinham noções de seus direitos e eram sabedores de que os valores pagos naquele sábado estavam abaixo do novo salário mínimo. Se essa estratégia pode, por um lado, fazer com que certas concepções historiográficas qualifiquem os têxteis de Fernão Velho como uma potencial massa de manobra para políticos carismáticos – afinal, o movimento parecia desorganizado por conta de sua espontaneidade –, por outro, indica que os trabalhadores eram conhecedores dos meandros da Justiça do Trabalho e de que a lei estava em disputa, longe de ser apenas mais um instrumento da classe dominante para controlá-los e subjugar-los⁵⁵³.

A conversa do grupo com Tancredo Antunes não teve um teor diferente daquela anterior: não havia erro algum nos pagamentos. Com a insistência dos trabalhadores, Antunes lembrou aos presentes não ter poderes para resolver esse tipo de questão e nem se importou em negociar: apenas prometeu entrar em contato com o Dr. Alberto Bezerra, diretor da fábrica, que no momento estava em Recife, onde morava; em alguns dias teria uma resposta e tudo se resolveria. Sendo assim, todos deveriam retornar ao trabalho. Por seu turno, a

⁵⁵⁰ MPM, TRT19, Processo n. 183, 1956. Alguns depoimentos dão a entender que José Gomes escolheu os tecelões que deveriam falar com Tancredo, sendo ele (Gomes) quem formou a comissão.

⁵⁵¹ MPM, TRT19, Processo n. 184, 1956.

⁵⁵² MPM, TRT19, Processo n. 183, 1956.

⁵⁵³ Cf.: THOMPSON, *Senhores e caçadores...*, op. cit.

comissão respondeu que precisava informar à base, pois também não possuía poderes para falar em nome dos demais.

Retornando ao sindicato, os operários não aceitaram a (ou não acreditaram na) promessa de Antunes e resolveram continuar parados. Nesse momento, a greve já havia se espalhado e ultrapassado a seção de bramantes, atingido toda a tecelagem, com cerca de setecentos operários, agora entre homens e mulheres, de braços cruzados.

De acordo com os jornais citados anteriormente, a greve chegou ao fim perto das 17h, quando chegaram a Fernão Velho alguns policiais, um delegado de polícia e Edson Falcão, delegado do Trabalho. Falcão não foi convocado a depor; apenas enviou um ofício respondendo a outro solicitado pelo juiz⁵⁵⁴. No texto, assegura não ter comparecido com a polícia, muito menos houve presença de policial na fábrica; ao contrário, chegou ao local juntamente com um dos advogados patronais, pois o mesmo buscou-lhe em. Segundo o documento, ao chegar a Fernão Velho, Edson Falcão promoveu

(...) no escritório da citada empresa uma reunião, tomando parte o presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Fernão Velho, Abelardo Cavalcante Lins, o gerente-substituto, Tancredo de tal e os advogados [patronais] Gerson Lopes e Humberto Tavares. Inteirado do ocorrido, *interpelei o presidente do sindicato sobre a sua responsabilidade no movimento, tendo o mesmo negado qualquer participação direta ou indireta na paralisação da tecelagem*⁵⁵⁵.

Indo ao encontro dos grevistas, Edson Falcão solicitou “que voltassem ao trabalho”. O trabalhismo do delegado do Trabalho foi posto à prova naquela tarde: invocou a legalidade tão cara ao seu partido e, sem nem averiguar os fatos, caracterizou a greve como “ilegal” e os envolvidos como “indisciplinados”, pois romperam a harmonia entre capital e trabalho.

Todavia, muitas testemunhas arroladas ao processo e as matérias jornalísticas são categóricas quanto à presença de policiais naquela tarde. Por exemplo, José Palácio Filho (testemunha patronal) não viu nem soube de qualquer ato de violência, física ou moral, por parte dos tecelões ao solicitarem de seus companheiros a paralisação das máquinas, pois “teve oportunidade de testemunhar pessoalmente” esse fato. Por “ordem do seu contramestre”, José

⁵⁵⁴ O ofício de Quintella Cavalcanti foi enviado no dia 31 de outubro. No início de novembro, o delegado do Trabalho substituto esclareceu que Edson Falcão estava de férias. A resposta de Falcão é de 4 de janeiro de 1957.

⁵⁵⁵ MPM, TRT19, Processo n. 182, 1956. Grifos meus. Interessante perceber que Falcão sabia (ou recordava-se) do nome completo de Abelardo, mas demonstrava desconhecer Tancredo. Falcão teria perguntado ainda a José Correia sobre a participação de Abelardo, e o operário “afirmara que nenhuma responsabilidade cabia ao presidente”.

Palácio acompanhou “o movimento dos grevistas em toda fábrica”. Observou ainda “o entendimento havido na fábrica entre o Delegado Regional do Trabalho, o presidente do sindicato e vários grevistas” e a chegada de Edson Falcão com “alguns membros da polícia desta Capital, mas os policiais não fizeram qualquer ameaça e se limitaram a uma atitude de simples observação dos acontecimentos”. Se os policiais apenas observaram o desenrolar dos fatos, não se pode dizer o mesmo de Edson Falcão, o único a falar de forma exaltada, “pois (...) estava irritado com o fato dos empregados haverem entrado em greve sem ter dado ciência a ele”⁵⁵⁶. Talvez estivesse receoso de que a falha de sua vigilância e controle do movimento pudesse causar algum imbróglio com a família Bezerra de Mello. Comparecer ao local com a polícia reforça uma ideia de uma tentativa de cessar a paralisação o mais rápido possível – e sem diálogo.

Testemunha pelo lado dos operários, Jorge Cardoso dos Santos possuía, até o momento da greve, treze anos na empresa, sempre trabalhando como tecelão na seção de bramantes e observou de perto todo o movimento, pois estava na turma que saiu às 9h e voltou às 13h daquele sábado. Seu depoimento é muito esclarecedor.

*(...) depoente sabe que antes do dia da greve houve várias reuniões do Sindicato em que se debateu a questão do novo salário mínimo (...) [e] em uma dessas reuniões esteve até presente o delegado do Trabalho, o qual afirmou que dentro de um mês a fábrica estaria pagando o novo salário mínimo; (...) que no dia da greve esteve na fábrica o delegado do Trabalho, que falou para os operários de modo alterado, atribuindo toda a culpa de toda greve ao presidente do sindicato; que no entretanto [sic] não houve qualquer alteração entre o mencionado Delegado e qualquer operário da Fábrica*⁵⁵⁷.

Em outras palavras, a presença constante do delegado do Trabalho nas reuniões sindicais mostrou-se mais maléfica do que os benefícios que o próprio aludiu ter. Ao invés de fiscalizar o emprego das leis e as condições de trabalho na fábrica, o delegado vigiava o movimento operário – daí sua irritação ao não ter sido comunicado –, interferia em sua dinâmica, ao passo que tentava controlá-lo, manipulá-lo e enquadrá-lo em seus interesses harmônicos e em prol da classe patronal. Dessa forma, ao garantir o pagamento do novo salário, Edson Falcão estava falando em nome do grupo Othon e não fiscalizando a empresa. Simultaneamente, vemos uma clara disputa da DRT com o presidente do sindicato – e interferir nas entidades sindicais parecia ser um expediente comum ao delegado. No entanto,

⁵⁵⁶ MPM, TRT19, Processo n. 184, 1956.

⁵⁵⁷ MPM, TRT19, Processo n. 184, 1956. Grifos meus.

essa greve demonstra como devemos ter algumas ressalvas com as atuações de Abelardo Lins; outros exemplos virão mais adiante.

Não houve qualquer ameaça de agressões físicas ou ao patrimônio e a própria fábrica possuía um corpo permanente de vigilantes (armados) no local, além de um pequeno posto da polícia no bairro, sediado em imóvel pertencente ao grupo Bezerra de Mello. Ainda de acordo com alguns depoentes, Edson Falcão, ao chegar a Fernão Velho, realmente solicitou aos grevistas a paralisação do movimento e o retorno imediato dos tecelões ao trabalho. Contudo, teria prometido também resolver pessoalmente aquele problema junto à direção, garantindo ainda que não haveria qualquer tipo de punição aos envolvidos – ou seja, voltava a falar em nome da empresa. Diante de uma promessa feita por uma autoridade trabalhista e aliada do governador e de tamanha intimidação policial, chegava ao fim a greve na tecelagem da Fábrica Carmen.

Vários trabalhos debateram a participação de trabalhadores em greves. A questão da espontaneidade, porém, foi vista de uma forma pejorativa por certa tendência historiográfica, principalmente quando não se consideram

(...) os vários vínculos formais e informais entre lideranças sindicais, militantes e trabalhadores em geral e as várias formas de organização existentes, a ideia de uma “espontaneidade” menospreza os esforços organizativos e de mobilização levados a cabo pela classe operária. O “espontâneo” realça uma propensão “natural” da classe trabalhadora para a luta, perdendo, assim, a dimensão *histórica* da organização dos trabalhadores⁵⁵⁸.

A maneira “espontânea” de como tudo aconteceu em Fernão Velho tem um significado distinto; objetivava combater as sucessivas tentativas dos patrões em apontar os líderes do movimento e com isso poder demiti-los sem qualquer prejuízo. Ao contrário, vimos a solidariedade operária na estratégia dos trabalhadores para combater essa argumentação, caracterizando o movimento como algo espontâneo, sem lideranças – nem mesmo sindical, como parece realmente não ter ocorrido – e, assim, desfazer a alegação patronal em prol de seus companheiros. Negar sua própria organização mostrou-se apenas uma forma de luta encontrada pela classe trabalhadora para agir dentro da arena jurídica. Afinal, eles estavam, sim, muito bem organizados, conforme atestamos nos depoimentos de, por exemplo, Manuel Ricardo e Jorge Cardoso, sobre reuniões no sindicato acerca da questão salarial.

⁵⁵⁸ FONTES, Paulo. “Centenas de estopins acessos ao mesmo tempo – A greve dos 400 mil, piquetes e a organização dos trabalhadores em São Paulo”. In: FORTES, Alexandre et. al. *Na luta por direitos – Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p 170. Grifo do autor.

Nesse caso, “a mobilização da classe ultrapassou em muito a ação dos sindicatos”⁵⁵⁹, algo que não inviabiliza a luta operária. Muito pelo contrário: diante das atitudes (ou da falta delas) do presidente sindical, os trabalhadores encontraram liderança e unidade entre eles mesmos no chão da fábrica, independente da entidade que os representavam, que não foi negada em momento algum: desde o início, todas as reuniões aconteceram em suas dependências. Os trabalhadores apenas foram adiante e enxergaram o sindicato muito além de sua direção. Nesse sentido, Michael Hall afirma que “a estrutura sindical (...) não exclui na prática a possibilidade de representação legítima e de uma certa autonomia, sobretudo quando a cultura de solidariedade nos locais de trabalho propiciou a emergência de lideranças combativas”⁵⁶⁰. Os trabalhadores apoderaram-se de sua entidade, que era maior do que sua direção.

A jurisprudência de uma greve

Como não poderia deixar de ser – e amparado pela fala da autoridade trabalhista presente no local –, o advogado patronal caracterizou a greve como um movimento ilegal; mas não sem qualquer fundamento. Gerson Lopes de Oliveira baseou-se no Decreto-lei nº 9.070, publicado 10 anos antes, em 15 de março de 1946, pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra. Com 16 artigos, o decreto dispunha “sobre a suspensão ou abandono coletivo do trabalho e dá outras providências”; em outras palavras, regulamentava o direito de greve no Brasil⁵⁶¹. Logo em seu Artigo 1º temos: “Os dissídios coletivos, oriundos das relações entre empregadores e empregados, serão obrigatoriamente submetidos à conciliação prévia, ou à decisão da Justiça do Trabalho”. Ademais, de acordo com o parágrafo 1º do Artigo 2º, uma greve deveria ser “deliberada pela totalidade ou pela maioria dos trabalhadores de uma ou de várias empresas, acarretando a paralisação de todas ou de algumas das respectivas atividades”. No entanto, Gerson de Oliveira apegou-se ao Artigo 4º: a partir daquele momento, antes de deflagrar uma greve, os trabalhadores ou os sindicatos deveriam informar ao Departamento Nacional do Trabalho ou as Delegacias Regionais do Trabalho (DRT) as causas e finalidades da paralisação. Cientes, estes órgãos trabalhistas deveriam promover a

⁵⁵⁹ Ibid., ibidem.

⁵⁶⁰ HALL, Michael. “Prefácio”. In: FORTES, Alexandre et. ali. *Na luta por direitos – Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p 10.

⁵⁶¹ NEGRO, Antonio Luigi. ““Não trabalhou porque não quis”: greve de trabalhadores têxteis na Justiça do Trabalho (Bahia, 1948)”. *Revista Brasileira de História*, vol. 32, n. 64. São Paulo: ANPUH, 2012, p. 118.

conciliação entre as partes em um prazo de 48 horas. Aqueles que não respeitassem os termos poderiam ser penalizados por falta grave e até mesmo demitidos, incluindo os estabilizados pela lei, através dos tribunais trabalhistas.

Por seu turno, a estratégia do advogado sindical de Rubem Ângelo era demonstrar a inconstitucionalidade do referido decreto. Para tanto, Ângelo citou o Artigo 158 da Constituição de 1946: esse artigo regulamentava o direito de greve no país. O artigo é bem curto: “É reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará”. Como a Constituição era posterior ao citado decreto-lei, o mesmo era automaticamente anulado e tornava-se inconstitucional; em outros termos, o artigo da Constituição o suprimia e regulava as greves no Brasil. Para os juristas favoráveis ao Decreto-lei nº 9.070, como o Artigo 158 da Constituição era muito vago e não encerrava o tema, cabia ao primeiro, então, regular as greves: o citado decreto-lei era a única lei regulamentadora existente para tal questão.

Quintella Cavalcanti, juiz do caso, possuía o mesmo entendimento do advogado sindical e estava convencido “como realmente estamos da derrogação do Decreto-lei 9.070” e “que o empregado requerido não praticou falta grave pelo fato de participar, mesmo em caráter ativo, na greve (...), pois a Constituição Federal lhe assegurava tal direito”⁵⁶². Com um parecer favorável aos operários, o juiz ordenou o retorno imediato dos cinco ao trabalho e o pagamento dos salários atrasados (a sentença é de junho de 1957). Não satisfeito com o resultado final, Othon Bezerra de Mello, Fiação e Tecelagem S/A recorreu da sentença na instância superior, o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT), instituição tradicionalmente mais conservadora em suas sentenças do que aquelas vistas na JCJ.

No TRT, o advogado patronal mudou o teor de seu discurso, resultado direto da sentença na Junta. Basicamente, o recurso possui três tópicos distintos. No primeiro, destacou a decisão de Quintella Cavalcanti, que orbitou apenas em torno do debate da constitucionalidade do Decreto-lei nº 9.070. No segundo, no seu entender, o juiz ignorou a principal causa da greve: o pagamento do novo salário mínimo. Esse tema passou em branco em todos os julgamentos, sendo ofuscado pelo debate sobre a legitimidade da greve – que era o eixo argumentativo inicial dos patrões, frise-se. Não restavam dúvidas quanto ao fato de os salários terem sido pagos corretamente e, com isso, havia mais um motivo para caracterizar a

⁵⁶² MPM, TRT19, Processo n. 182, 1956. Cabe ressaltar o seguinte: os três processos correm praticamente juntos. Por exemplo, alguns depoimentos dados em um (por possuírem a mesma testemunha) é anexado em outro. No geral, o que difere os documentos são algumas testemunhas (que dependem, em muitos casos, das redes sociais de cada trabalhador) e alguns detalhes na sentença, ainda que seja o mesmo juiz.

greve como ilegal. No terceiro e último, apresentou as mais variadas teses acerca da vigência do supracitado decreto-lei; o Supremo Tribunal Federal, instância jurídica máxima, condenou algumas greves utilizando esse mesmo argumento.

Na questão salarial, havia um detalhe ignorado pelo advogado: um abono de Cr\$ 96,00 semanais era concedido pelos patrões aos operários da Fábrica Carmen. Em troca, exigiam aumento da produção, o que representava mais trabalho: além de aumentar as horas trabalhadas, era preciso o tecelão operar em mais teares, pois atingir a produção necessária e poder receber o abono era uma tarefa quase impossível no maquinário defasado. Nada disso eram novidades entre os têxteis: o desgaste das máquinas e a baixa produtividade do setor⁵⁶³, o aumento dos teares e da produção em troca de abono para compor o salário⁵⁶⁴. Somando-se a isso, não nos esqueçamos dos problemas inflacionários enfrentados pela classe trabalhadora que fez subir os preços do aluguel (descontado em folha para aqueles que moravam na vila operária) e uma taxa de higiene. No final, com uma inflação crescente, o salário mínimo não era atingido de qualquer maneira.

No TRT, houve uma reviravolta no caso. Os juízes autorizaram a demissão de José Correia, Sebastião Galvão e Sebastião Dantas e mantiveram a sentença da JCJ para Manoel Gabriel e Sólon Araújo. Os juízes do TRT não consideravam o decreto-lei inconstitucional; ao contrário, era o instrumento que regulava o direito de greve no Brasil, conforme indicado na Constituição. Logo, a greve era ilegal e os pagamentos estavam corretos. Para o procurador do TRT, ancorado em outras decisões do Supremo Tribunal Federal, não existia nenhum dispositivo legal a impedir a existência do decreto-lei simultaneamente a Constituição de 1946; não havia o porquê de um anular ao outro. Afirmou ainda a necessidade de as greves serem reguladas, pois eram

*(...) recurso extremo, desesperado, resultante (...) da impossibilidade, comprovada historicamente até o início deste século, de o Estado oferecer, às classes trabalhadoras meios, instrumentos de solução dos problemas do trabalho. No Brasil, a instituição da justiça trabalhista, converteu o problema da greve em problema jurídico, transformou-o em direito a ser exercido em termos legais, subordinando à decisão dos tribunais. Qualquer fuga a essa orientação constitui ofensa às normas reguladoras da matéria*⁵⁶⁵.

⁵⁶³ LEAL, op. cit., p. 57.

⁵⁶⁴ CORRÊA, op. cit., p. 74. Como esse processo deixa claro, os patrões pagavam um salário abaixo do mínimo e obrigavam seus empregados a trabalhar mais, pois aqueles que atingissem metas estipuladas de produção ganhavam um abono que, ao juntar com o ordenado fixo, finalmente atingia os valores do salário mínimo.

⁵⁶⁵ MPM, TRT19, Processo n. 184, 1956. Grifos meus.

No TRT, foi “provado” que Sebastião Dantas, por exemplo, liderou o movimento, justificando-se assim sua demissão. Já a decisão de manter a sentença para o caso de Sólon Araújo deu-se pela “falta de garantias em que se encontrava, o natural receio de atrair o ódio de seus companheiros, o que justifica sua atitude” de aderir a greve⁵⁶⁶. Por medo de retaliações de seus companheiros, Sólon viu-se obrigado a participar e a paralisação ganha a pecha de violenta e Sólon, de covarde.

Porém, ainda não acabou: se o TRT “amparou” dois operários, mantendo suas sentenças originais, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) reverteu novamente a situação e deu ganho de causa aos patrões e confirmou as derrotas dos operários no TRT. O TST igualmente votava pela constitucionalidade do Decreto-lei 9.070.

José Correia recorreu da decisão no TST: seu recurso foi negado e sua dispensa manteve-se autorizada. No TST, identificou-se uma suposta prova contra o tecelão: sua confissão como líder do movimento, algo que não aconteceu (ele apenas fora indicado como líder por algumas testemunhas patronais). Sebastião Galvão e Sebastião Dantas também recorreram no TST, sem sucesso. Quanto a Manoel Gabriel e Sólon Araújo, o Grupo Othon impetrou recurso no TST para rever a decisão do TRT. Lá, foi autorizada a dispensa de Manoel. Já o caso de Sólon, estendeu-se ainda mais.

A argumentação utilizada pelo advogado patronal para Manoel e Sólon residia no fato de não existir distinção, na lei, entre lideranças e demais grevistas: sendo a greve ilegal, a punição era para todos. No entanto, a decisão para o caso de Sólon aproveitou-se do argumento do procurador do TRT:

A simples participação em greve, anda que ilegal, não constitui falta, principalmente quando, como no caso, *viu-se o empregado, por falta de garantias, ante uma situação de evidente força maior. Não é possível exigir-se do empregado um comportamento de herói em defesa dos interesses patronais*⁵⁶⁷.

O Grupo Othon mostrou-se disposto a levar até as últimas consequências – comprovando as óbvias perseguições e o teor político de sua entrada na Justiça, Assim, o caso de Sólon Araújo foi parar no Supremo Tribunal Federal. Estamos agora em 1960, distante quatro anos do início da greve, quando um novo salário mínimo vigorava no país e advogados sediados no Rio de Janeiro cuidavam do processo para a Fábrica Carmen. A argumentação continuava: não havia distinção entre os grevistas e todos deveriam ter a mesma punição pela

⁵⁶⁶ MPM, TRT19, Processo n. 184, 1956.

⁵⁶⁷ MPM, TRT19, Processo n. 184, 1956.

falta grave cometida. Contudo, o relator do caso seguiu a decisão do TST e manteve a decisão. O caso retornou a Maceió para ser encerrado, apenas em 8 de junho de 1960: o Grupo Othon solicita o arquivamento do processo na JCJ. O motivo: um “pedido de demissão do requerido Sólton Araújo, no qual autoriza à Requerente assim proceder, renunciando a qualquer vantagem por ele auferida, no já mencionado processo”⁵⁶⁸. O agora ex-operário era funcionário público do município, autorizou o arquivamento e enviou um documento aos seus ex-patrões, no qual revelou seu novo trabalho e, com isso, abria mão de seus direitos: os salários atrasados enquanto o processo tramitava, férias, 13º salários, indenizações e aviso prévio.

Consequências imediatas

Ao fim e ao cabo, a greve de 1956 mostrou-se parcialmente vitoriosa; parcial devido à demissão dos cinco trabalhadores pela Justiça do Trabalho, fato que manchou a justa reivindicação. O resultado, ainda que maculado, fortaleceu o movimento operário em Fernão Velho. Todavia, os operários sabiam que a luta não terminava ali, quando conquistas materiais eram alcançadas ou o embate político era abrandado por essas mesmas conquistas.

Quase dois meses depois do início do movimento, em 29 de setembro de 1956, *A Voz do Povo* publicou uma reportagem sobre outra vitória dos têxteis de Fernão Velho: os operários agora recebiam o novo salário mínimo corretamente, nas bases dos valores decretados, mas reivindicavam 10% de taxa de eficiência e 35% do adicional noturno a que tinham direito. Segundo a matéria, formou-se uma comissão entre os trabalhadores para reaver seus direitos perante os patrões. Vitoriosos, viram os salários reajustados. No entender do jornal comunista, os demais operários deveriam se inspirar nessa experiência e exemplo de ganhos reais. A unidade da classe operária era exaltada como elemento importante nesse processo⁵⁶⁹.

Os exemplos concretos e as experiências acumuladas contagiaram todos os trabalhadores, como pode ser conferido no exemplar de 28 de outubro de 1956. Uma reportagem exhibe as seguidas vitórias pelo reajuste do novo salário dos operários da Fábrica Carmen.

⁵⁶⁸ MPM, TRT19, Processo n. 184, 1956.

⁵⁶⁹ APA, SIGNIFICATIVA VITÓRIA DOS operários de Fernão Velho. *A Voz do Povo*. Maceió, 29 set. 1956, p. 1.

Uma seção após a outra tem alcançado os objetivos desejados. Há poucos dias noticiamos a vitória dos operários da seção de preparação (3ª turma). A semana passada foi a vez da seção de acabamento. Aproveitando a visita de um dos diretores, dirigiram-se os operários em comissão ao industrial e expuseram perante este suas pretensões, no que foram atendidos. Essas pequenas vitórias têm o mérito de impulsionar outras tantas e criar um ambiente favorável à conquista de maiores vitórias⁵⁷⁰.

Por fim, observamos uma primeira tensão entre o operariado e a DRT. Naquele momento, não nos esqueçamos, o delegado Edson Falcão era um dos aliados mais próximos de Muniz Falcão e apresentava-se em vários momentos como representante do governador entre a classe trabalhadora. Com efeito, os acontecimentos relatados acima não estremeceram profundamente a relação de Muniz com os operários, mas certamente não passou em branco – o pleito de 1960 é uma boa prova disso. Possivelmente, também por esse motivo, os comunistas já eram bastante desconfiados em relação ao delegado do Trabalho muito tempo antes do rompimento definitivo entre DRT e Palácio dos Martírios⁵⁷¹.

4.2 A CAMPANHA SALARIAL DE 1959

Após muita luta e mobilização por parte da classe trabalhadora brasileira, o presidente Juscelino Kubitschek aumentou o salário mínimo em 1956, mas este era sempre corroído pela inflação⁵⁷². A década de 1950 é marcada pela escassez e diminuição no padrão de consumo das classes populares, que não possuem condições de adquirir os gêneros de primeira necessidade mesmo com o abastecimento popular minimamente normalizado. Murilo Leal levanta a hipótese de ser ainda resultado do período de guerra e o aumento meteórico da inflação⁵⁷³.

⁵⁷⁰ APA, MAIS UMA VITÓRIA dos operários da fábrica de Fernão Velho. *A Voz do Povo*. Maceió, 28 out. 1956, p. 2.

⁵⁷¹ Barbara Santos demonstra, através de um caso, as interferências do delegado do Trabalho do Ceará no movimento operário daquela estado, principalmente através de uma relação mais próxima com a classe patronal. Cf.: SANTOS, “*Trabalhadores cearenses, uni-vos!*”..., op. cit., pp. 158-167.

⁵⁷² A inflação no governo JK girou numa média de 25% ao ano durante todo o seu mandato (Cf.: JATOBÁ, Roniwalter. *O jovem JK*. São Paulo: Nova Alexandria, 2005), mas sua política econômica veio refletir nos anos seguintes, marcados por uma aguda crise do capitalismo nacional (além, é claro, da crise política enfrentada por João Goulart). Cf.: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil 1961-1964*. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986 e LEAL, op. cit.

⁵⁷³ LEAL, op. cit., p. 192.

Os trabalhadores alagoanos sempre buscaram acompanhar o movimento operário nacional, mormente nas campanhas salariais⁵⁷⁴. Aliás, essas campanhas não eram exclusivamente pelo reajuste. Os trabalhadores debatiam o “significado econômico-social do regime de assalariamento, além da legitimidade da base de cálculo do salário mínimo”⁵⁷⁵. Ainda que bastante espaçados pelo tempo, os têxteis de Maceió se fortaleciam nos embates com os patrões. Não era nenhuma novidade para os operários de Fernão Velho, por exemplo, que todo novo decreto instituindo um aumento salarial não seria cumprido pelos proprietários da fábrica – como de fato ocorreu. Cada nova luta revigorava o movimento operário têxtil, agindo até mesmo quando dirigentes sindicais e a Federação demonstravam pouco entusiasmo nas causas encampadas pelas próprias entidades. Por outro lado, reconheciam a importância dessas mesmas entidades na organização do movimento: reuniões envolvendo todas as categorias; repasse de informações acerca da conjuntura e do movimento operário no país; o protagonismo assumido ou inevitável, perante toda a classe, em alguns momentos; a busca constante por uma unidade entre os trabalhadores: tudo isso robustecia o movimento como um todo.

Destarte, em meados de maio de 1958 aconteceu uma reunião ordinária na sede do Sindicato de Fernão Velho tendo como assunto de pauta o ordenado dos operários. Nessa reunião, fizeram-se presentes, além de “um grande número de associados”, o delegado do Trabalho – nesse momento, não mais aliado do governador – e os presidentes sindicais de mais duas fábricas têxteis: Arlindo Feitosa (Alexandria) e Pedro Farias (Rio Largo), acompanhado de Railson de Oliveira (secretário do Sindicato de Rio Largo). Após abrir os trabalhos, Edson Falcão passou a palavra ao presidente, para que pudesse anotar “as propostas dos associados no sentido do referido aumento salarial”. Este, após realizar essa tarefa, franqueou a palavra e vários operários falaram, além de Arlindo Feitosa e Pedro Farias, que deram detalhes (não transcritos) de seus sindicatos⁵⁷⁶.

Os comunistas também se fizeram presentes à reunião e nos legaram mais algumas informações. Junto aos citados acima, cinco operários da Carmen compuseram a mesa, entre eles José Idalício e o presidente da Caixa Beneficente, nosso conhecido e atuante

⁵⁷⁴ MELO, Airton de Souza. “A passos de tartaruga: operários têxteis e campanhas salariais em Fernão Velho – Maceió/AL (1962 – 1964)”. In: *XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social*, 2013, Natal. Anais Eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, p. 1-15.

⁵⁷⁵ LEAL, op. cit., p. 84.

⁵⁷⁶ SFV, Ata da reunião, 18 de maio de 1958. A ata é muito resumida.

José Correia⁵⁷⁷. No entanto, o repórter comunista também se limitou a resumir os acontecimentos e seus “demorados debates”⁵⁷⁸. Cabe acrescentar mais uma presença, relatada apenas na matéria de *A Voz do Povo*: o presidente do sindicato de Fernão Velho se fez presente na reunião, conforme vimos no capítulo anterior. Só não é explicado o motivo de Abelardo Lins não compor a mesa da assembleia – além de, supostamente, ter se pronunciado *apenas* quando Edson Falcão não estava mais no sindicato.

Antes dessa reunião, porém, o aumento salarial já era debatido pelos comunistas. O então vereador de Maceió, Renalvo Siqueira, escreveu um curto artigo no qual abordou o tema. Após informar o início do debate em nível nacional, justificou as razões para um aumento: “o salário mínimo instituído em 1956 de há muito tornou-se nulo em virtude do acelerado aumento do custo de vida”. Para ilustrar, apresentou uma tabela com os valores dos gastos diários de uma família operária com cinco membros (não informou onde colheu os dados; apenas que os mesmos são de janeiro de 1958):

Tabela 11: estimativa dos valores diários do custo de vida.

Produtos	Valores (em cruzeiros)
250g de charque	18,70
½kg de farinha	8,00
250g de arroz	5,00
2 ovos	6,00
1l de leite	9,00
1kg de pão	17,00
35% sobre o salário mínimo ⁵⁷⁹	25,00
Total	87,70

Fonte: APA, A CAMPANHA ELEITORAL e o novo salário mínimo. *A Voz do Povo*. Maceió, 13 abr. 1958, p. 3.

⁵⁷⁷ Não nos percamos no tempo: a decisão da primeira instância, a JCJ de Maceió, decidiu pela reintegração ao trabalho, decisão essa publicada em junho de 1957. A fábrica então recorreu no TRT, ganhou (autorizada a demissão de Correia) e lá o processo se encerrou apenas em setembro de 1958; portanto, três meses *depois* dessa reunião. O operário ainda recorreu e a decisão final do TST – favorável a fábrica – foi publicada em janeiro de 1959.

⁵⁷⁸ APA, CASSADA ARBITRARIAMENTE EM Fernão Velho a palavra do operário. *A Voz do Povo*. Maceió, 25 mai. 1958, p. 4.

⁵⁷⁹ “Base diário para aluguel da casa”.

Lembremos que o valor diário do salário mínimo era Cr\$ 73,33 cruzeiros naquele momento. Além disso, Siqueira frisa “que na relação acima não se inclui vestiário, medicamento, transporte, livros, diversão e outras despesas, gêneros também indispensáveis, tais como manteria, café, açúcar, combustível, banha, carne verde etc.”. Então, ainda que possamos discutir os números de Renalvo, não havia dúvidas quanto à defasagem do ordenado da classe trabalhadora. O vereador comunista chamou a responsabilidade para os sindicatos e sugeriu que as entidades discutissem o aumento do custo de vida quando fossem tratar do aumento salarial, sobretudo por 1958 ser um ano eleitoral. Os operários deveriam observar os candidatos para não deixar essa questão ser excluída das campanhas. Afinal, “a luta por um novo salário é para os trabalhadores uma questão de sobrevivência para si e seus filhos”⁵⁸⁰.

Somente mais próximo do fim do ano é que o assunto começou a ganhar intensidade. Os comunistas, novamente, desde outubro de 1958 estavam falando sobre o salário mínimo e a necessidade de reajuste. Em um curto artigo publicado no jornal oficial do partido – assinado por um João da Paz –, temos um ataque aos “argumentos infantis” de alguns setores da sociedade (apoiados por parte da imprensa) que diziam que um aumento “no ordenado” não resolveria o problema da classe trabalhadora. Dois anos depois, os comunistas ainda refutavam a ideia de que um aumento salarial “encarece o custo de vida”, afirmando ser essa “uma argumentação quase superada (pelo menos no Brasil)”. Denunciando a miséria em que vivia os operários alagoanos, João da Paz convidava os trabalhadores a unirem-se em prol de suas plataformas de lutas e de um salário melhor, não deixando os patrões influenciarem os “presidentes desonestos dos sindicatos” contra seus anseios, “e para que isso se concretize é preciso a união de todos em defesa de todos”⁵⁸¹.

Menos de um mês depois⁵⁸², uma matéria na folha comunista buscava entusiasmar o movimento operário de Alagoas. O texto trata do aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade autorizado pelo então governador de São Paulo, Adhemar de Barros, além dos boatos sobre um possível aumento nas tarifas do transporte público paulistano. Ao trazer o problema para Alagoas, os comunistas seguiam com denúncias do aumento dos

⁵⁸⁰ APA, A CAMPANHA ELEITORAL e o novo salário mínimo. *A Voz do Povo*. Maceió, 13 abr. 1958, p. 3.

⁵⁸¹ APA, A BATALHA DO salário mínimo. *A Voz do Povo*. Maceió, 26 out. 1958, p. 3.

⁵⁸² O jornal *A Voz do Povo* não era diário e sim semanal. O desenrolar dos fatos narrados nesse artigo aconteceram nos primeiros meses de 1959, ano que, infelizmente, menos possui edições do periódico guardadas no Arquivo Público de Alagoas (APA). Mais especificamente, restam quatro edições: uma de junho e três de outubro de 1959. Cf: MOURA, Anderson Vieira. “Os trabalhadores também são notícia: a relação dos operários alagoanos com os jornais nos anos 1950”. *Revista Crítica Histórica*, Ano V, nº 9. Maceió: UFAL/ICHCA, 2014.

preços no estado e as péssimas condições de vida dos operários. E começavam a cobrar: “Para fazer face a essa situação, os trabalhadores se movimentam e exigem do governo JK, excepcionalidade para a revisão dos níveis de salário mínimo”. O texto é encerrado com um pedido muito comum nesse período: solidez ao movimento sindical na luta contra o aumento dos preços⁵⁸³.

Membro da direção do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, Lauro Leite esteve em Alagoas visitando familiares na cidade de Viçosa e foi entrevistado pelos comunistas. Segundo Leite, dias antes de embarcar para Alagoas, alguns líderes sindicais do Distrito Federal reuniram-se com Juscelino Kubitschek para tratar do tão desejado aumento salarial. O presidente contou sobre seus esforços para realizar essa tarefa, tendo inclusive recomendado ao ministro do Trabalho “que ultimasse os estudos com vistas a atender a esta sentida aspiração dos trabalhadores de todo o país”. O plano era assinar e publicar o decreto até o Natal de 1958. Lauro Leite, então, convocou as lideranças do estado:

A todos os sindicatos de Alagoas dirijo um apelo para que realizem assembleias, despertem a classe e *enviem ao Presidente da República e ao Ministro do Trabalho memoriais solicitando destes a rápida fixação dos novos níveis de salário mínimo*. Depende de nossa união e de nossa organização a conquista ainda este ano do novo salário⁵⁸⁴.

Na noite de 19 de novembro, realizou-se uma reunião extraordinária bastante movimentada, convocada pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecidos de Maceió⁵⁸⁵, no bairro do Bom Parto, em Maceió. Além dos operários da fábrica, fizeram-se presentes Abelardo Lins (presidente do Sindicato de Fernão Velho) e os comunistas Renalvo Siqueira e Nilson Miranda. Ao abrir a sessão, o presidente ressaltou a necessidade de um aumento salarial naquele momento e em seguida sublinhou “com bastante precisão a necessidade da unidade dos trabalhadores como fator de garantia das suas reivindicações”. O operário Aureliano Gama foi o primeiro a falar após o presidente franquear a palavra e incendiou a reunião, “propondo que o salário de Alagoas fosse igual ao do Sul do país”. Segundo a reportagem, praticamente todos os oradores que se seguiram concordaram com a proposta de Gama – exceto o operário Antonio Santino: para ele, os níveis salariais

⁵⁸³ APA, AUMENTO DE SALÁRIO mínimo: uma medida que se impõe. *A Voz do Povo*. Maceió, 16 nov. 1958, p. 4.

⁵⁸⁴ APA, FALA A VOZ do Povo um líder sindical do Rio: o salário mínimo do Distrito Federal será de 6.200 cruzeiros. *A Voz do Povo*. Maceió, 23 nov. 1958, p. 1. Grifos meus.

⁵⁸⁵ Doravante Sindicato de Maceió.

deveriam ser Cr\$ 4.000 em Maceió e Cr\$ 3.000 no interior⁵⁸⁶. Pouco depois o Sindicato de Fernão Velho fez uma assembleia geral com o mesmo intuito. Sólon Araújo – o mesmo da greve de 1956, cujo processo ainda não havia sido encerrado nesse momento –, propôs Cr\$ 8,000,00 mensais para Alagoas. Os operários que falaram em seguida aprovaram esse valor. Não havendo outras sugestões, a assembleia aprovou a proposta de Sólon⁵⁸⁷.

Para Murilo Leal, a mobilização dos trabalhadores naquela conjuntura de redemocratização (1945-1964) não deixou de passar por dentro dos sindicatos, “embora sem descartar diversas instâncias independentes”⁵⁸⁸. Ainda assim, os sindicatos não deixaram de ser, de uma forma ou de outra, uma instituição de suma importância para os trabalhadores. Segundo o autor, os sindicatos eram “organizações complexas”: ao mesmo tempo em que estavam completamente atreladas ao Estado, não deixaram de ser, em momento algum, “a casa do trabalhador”⁵⁸⁹. Um bom exemplo seria a Delegacia Regional de Alagoas da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), que nos fins de novembro publicou um convite nos jornais alagoanos para uma reunião que aconteceu no Palácio do Trabalhador, no Centro de Maceió. Nessa reunião foram “debatidos assuntos referentes à campanha que ora se move em todo país, qual seja a da revisão do Salário Mínimo”. O convite era extensivo às autoridades e jornalistas, para uma maior divulgação da causa⁵⁹⁰.

José Luiz Ferreira, delegado da CNTI em Alagoas, dirigiu-se à capital federal para “participar de uma reunião da Confederação”. Os líderes sindicais do país reuniram-se com o governo federal e alguns deputados e para que estes, juntamente com “seus órgãos competentes”, pressionassem os patrões para a instalação de um novo salário mínimo. José Luiz contou ter havido reuniões com a bancada do Norte e Nordeste em prol de uma equiparação salarial para as duas regiões, “desde a Bahia até o Pará”. A proposta foi de um salário-base de Cr\$ 5.000 cruzeiros para as duas regiões, “unificando desta forma os trabalhadores nordestinos por uma única reivindicação”. Para Ferreira, não é uma reclamação descabida, pois a diferença salarial de Recife e Salvador em relação a Maceió era de Cr\$ 500 cruzeiros, por exemplo. Em Fortaleza a diferença era de apenas Cr\$ 50 cruzeiros a mais,

⁵⁸⁶ APA, DECIDIRAM OS OPERÁRIOS: o salário mínimo deve ser igual ao do Sul. *A Voz do Povo*. Maceió, 23 nov. 1958, pp. 1, 4.

⁵⁸⁷ SFV, Ata da reunião, 22 de nov. de 1958.

⁵⁸⁸ LEAL, op. cit., p. 339.

⁵⁸⁹ Idem, p. 340.

⁵⁹⁰ APA, ATUALIZAÇÃO DO SALÁRIO mínimo. *Diário de Alagoas*. Maceió, 25 nov. 1958, p. 6.

“portanto pode-se muito bem chegar a uma padronização, o que de modo nenhum prejudica a indústria”⁵⁹¹.

O alvitre de padronizar o salário mínimo das duas regiões em Cr\$ 5.000 ganhava força, ainda de acordo com José Luís Ferreira. Para tanto, já estavam marcadas reuniões em Fortaleza com o intuito de discutir essa proposta, com a participação dos líderes sindicais das duas regiões e do então presidente da CNTI, Deocleciano Holanda Cavalcante. Dias antes dessa entrevista de Ferreira ao *Diário de Alagoas*, aconteceu um “importante comício, defronte o Palácio do Trabalhador, objetivando a validação e consequentemente execução do decreto presidencial que dispõe sobre o congelamento dos preços de nossas mercadorias, em todo território nacional”. Os trabalhadores sabiam que apenas aumentar o salário não significaria uma grande mudança em suas vidas, com a inflação diminuindo seu poder de compra. No comício, os trabalhadores mostraram-se entusiasmados com o decreto, sendo feitas algumas propostas que perpassam pela maneira de agir da CNTI: colaborar com os órgãos governamentais na fiscalização dos preços, por exemplo. Houve espaço, é bem verdade, para propostas fora desse radar. Alguns presidentes sindicais chegaram a sugerir a criação de uma “Polícia da Economia Popular”, para combater as “possíveis licenciosidades [e] sendo integrada pelas senhoras donas de casa e coadjuvada pelos trabalhadores em geral encarregados de apresentarem denúncias contra os infratores”⁵⁹².

Em uma concorrida assembleia realizada no Palácio do Trabalhador em meados de dezembro, várias categorias “lançaram um apelo dramático” a Juscelino Kubitschek em prol de um salário mínimo de Cr\$ 5.000, única solução para evitar “que os trabalhadores alagoanos não morram de fome”. O pedido era extensivo aos deputados federais, senadores e, claro, ao governador Muniz Falcão – até então, o nome de Falcão não havia sido citado⁵⁹³.

“Salário mínimo a partir de primeiro de janeiro”

⁵⁹¹ APA, ATUALIZAÇÃO DO SALÁRIO mínimo. *Diário de Alagoas*. Maceió, 25 nov. 1958, pp. 5-6.

⁵⁹² APA, TRABALHADORES QUEREM CRIAR uma polícia de economia popular”. *Diário de Alagoas*. Maceió, 10 dez. 1958, p. 6. Não era novidade a luta para proteger a “economia popular”. Ainda que não tenha encontrado qualquer outra menção a isso nas fontes, várias medidas foram tomadas nesse sentido, inclusive no âmbito estatal. Cf.: PUREZA, Fernando Cauduro. “*Isso não vai mudar o preço do feijão*”: as disputas em torno da carestia em Porto Alegre (1945 a 1964). 2016. 353 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

⁵⁹³ APA, APELO DRAMÁTICO DOS trabalhadores: 5 mil cruzeiros para não morrer de fome”. *A Voz do Povo*. Maceió, 25 a 31 dez. 1958, p. 1.

Então na véspera do Natal de 1958, Juscelino Kubitschek finalmente publicou o Decreto nº 45.106-A, que alterava “a tabela de salário-mínimo”, exatos dois anos e meio depois do último reajuste. Para Alagoas, os novos valores eram os seguintes:

Tabela 12: salário mínimo em cruzeiros a partir de 1959⁵⁹⁴.

Região	Mensal	Diário	Horário
Maceió	3.600	120,00	15,00
Demais municípios	3.000	100,00	12,50

Fonte: Diário Oficial da União - Seção 1 - 26/12/1958, Página 27.177 (publicação original), <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-45106-a-24-dezembro-1958-384179-publicacaooriginal-1-pe.html>.

O quinto e último artigo da publicação dizia: “O presente decreto entrará em vigor a 1º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário”. Com apenas uma semana para se ajustarem, os empregadores não ficaram parados e logo se apegaram a um dispositivo legal existente na CLT: somente após 60 dias de decretado, deveriam ser pagos os novos salários⁵⁹⁵. Como lembra John French, certas táticas patronais não eram novidade: “Direitos garantidos categoricamente em lei eram rotineiramente desrespeitados na prática daqueles que gerenciavam a expansão do setor industrial”⁵⁹⁶. Os trabalhadores igualmente não ficaram esperando: pelas experiências anteriores, sabiam que a luta não se encerrava com o aumento. Em Alagoas, foi marcado um “comício monstro” na Praça do Trabalhador em um domingo, dia 4 de janeiro. José Luiz novamente falou ao *Diário de Alagoas*:

Enquanto a classe patronal declara, por intermédio da imprensa, que não está disposta a pagar o salário mínimo a partir de 1º de janeiro, desrespeitando o decreto presidencial, como se Cr\$ 3.600,00 fosse um salário que viesse a satisfazer às necessidades dos trabalhadores, os operários lutarão para que o decreto presidencial seja cumprido e respeitado.

⁵⁹⁴ Em Maceió, houve um aumento de 63% no salário desde o último reajuste em 1956.

⁵⁹⁵ Amparados pela CLT, os patrões dificilmente reajustavam o salário imediatamente. A prática não era uma exclusividade do patronato alagoano. Cf.: SILVA, Nauber Gavski. *O “mínimo” em disputa: salário mínimo, política, alimentação e gênero na cidade de Porto Alegre (c. 1940 – c. 1968)*. 2014. 385 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014, pp. 289-290.

⁵⁹⁶ FRENCH, *Afogados em leis...*, op. cit., p. 16.

Quanto ao salário no Nordeste, José Luiz continuava a enviar telegramas ao presidente, senadores e deputados federais, para que os valores na região fossem revistos⁵⁹⁷. Enquanto isso, os trabalhadores davam a entender que não esperariam por respostas e se inquietavam: começavam a surgir rumores de uma greve em prol do cumprimento do decreto⁵⁹⁸. As greves, juntamente com as “passeatas, comícios e congressos”, eram “as principais formas de mobilização dos trabalhadores nos anos imediatamente anteriores a 1964”⁵⁹⁹.

O ano de 1959 entrava em sua segunda semana e o jornal governista apresentava sua visão acerca dos trabalhadores alagoanos – ou o que esperava deles –, afirmando que estes “esperavam *pacientemente* que o decreto presidencial fosse cumprido”, apesar de alguns sindicatos pensarem de forma diferente e estarem “se movimentado para fazer valer o ato presidencial”. Por essa afirmação, podemos entender o motivo do governador Muniz Falcão não interferir em momento algum nessa luta da classe trabalhadora. Em um claro momento de acirramento nos embates entre capital e trabalho, Muniz Falcão ratificava seu discurso de harmonia e paz social que Edson Falcão, seu representante oficial por mais de dois anos, tão bem defendeu nos sindicatos.

Nesse instante, segundo o repórter do *Diário de Alagoas*, apenas a Fábrica Carmen e algumas casas comerciais pagaram o mês de janeiro com o reajuste⁶⁰⁰. Contudo, não foi um simples ato de benevolência dos patrões. Em uma reunião ocorrida no final de fevereiro na sede do Sindicato de Fernão Velho, informou-se sobre o reajustamento salarial da seção de tecelagem conseguido por meio do sindicato e dos operários em reunião com o Dr. Alberto Bezerra de Mello. Ou seja, nem toda a fábrica teve reajuste salarial, apenas aquela seção que abrigava o maior número de funcionários. Nessa reunião, o diretor se prontificou a “fazer o reajustamento do salário daquela seção e das demais que não tivessem ainda seu salário reajustado”⁶⁰¹.

Janeiro chegava ao fim e o delegado da CNTI em Alagoas, José Luiz, continuava a apelar para o presidente Kubitschek, para que o decreto fosse cumprido. Em sua opinião,

⁵⁹⁷ APA, TRABALHADORES LUTARÃO PELA vigência do novo salário-mínimo a partir de janeiro. *Diário de Alagoas*. Maceió, 3 jan. 1959, p. 6.

⁵⁹⁸ APA, POSSIVELMENTE SURGIRÃO GREVES pelo pagamento novo salário. *Diário de Alagoas*. Maceió, 4 jan. 1959, p. 5.

⁵⁹⁹ DELGADO, *O Comando Geral dos Trabalhadores...*, op. cit., p. 178.

⁶⁰⁰ APA, OS PATRÕES COMEÇAM a aderir ao pagamento do novo salário. *Diário de Alagoas*. Maceió, 11 jan. 1959, p. 6. Grifo meu.

⁶⁰¹ SFV, Ata da reunião, 27 de fev. de 1959.

somente o executivo federal possuía “poderes não somente para determinar o pagamento do salário mínimo a partir de primeiro de janeiro, como também para obrigar os menos compreensivos ao cumprimento de sua determinação”. Piorando a situação da classe operária, desde antes do anúncio do novo salário mínimo os preços vinham aumentando consideravelmente no estado. Para o delegado da CNTI, era inaceitável que os trabalhadores esperassem por 60 dias para receber o salário reajustado “quando os senhores empregadores já fizeram o reajustamento dos preços de suas mercadorias”. Ao fim de sua entrevista, fez mais um apelo, mas dessa vez aos industriais, com mais detalhes do seu modo de agir: “Como dirigente da entidade máxima do operariado das indústrias alagoanas, faço um apelo aos senhores empregadores, *para que não seja quebrada a harmonia das classes em nosso estado*, não criando embaraços à medida, justa e humana, que pleiteamos”⁶⁰². Se, nesse momento, José Luiz e Edson Falcão estavam em lados opostos, podemos observar que ambos compartilhavam do mesmo pensamento acerca da classe trabalhadora e do movimento operário. O objetivo era uma “paz social”, evitando a “luta de classes”, talvez desnecessária em seus entendimentos.

Osvaldo Veloso Rosas, ex-operário da Companhia Norte Alagoas, então presidente da Federação dos Trabalhadores e secretário da CNTI, possuía uma visão bem semelhante à de seu companheiro José Luiz. Naquele momento, Osvaldo viajava pelas regiões Norte e Nordeste “com a incumbência de articular os órgãos sindicais na defesa do salário mínimo”. Esteve em Maceió para falar da forma como os operários alagoanos deveriam defender seu novo ordenado. Para Osvaldo Veloso, “o movimento sindicalista” visava “*apoiar intransigentemente o Governo*, na autoridade que lhe compete de decretar o salário mínimo para vigência, em qualquer tempo”⁶⁰³. De Maceió, Osvaldo Veloso seguiu para o Maranhão e retornou à capital alagoana, com um novo discurso: o objetivo de seu retorno era “concitar os trabalhadores do Norte e do Nordeste a entrar em greve caso o decreto presidencial (...) não seja respeitado pelos empregadores”. Informou ao jornal que já havia entrado em contato (e em entendimento) com vários presidentes sindicais, levando o repórter da folha governista a “crer que se os empregadores não resolverem pagar realmente o salário mínimo a partir de janeiro, o nordeste operário entrará em greve”, fato que apenas traria

⁶⁰² APA, JOSÉ LUIZ DOS Santos ao “D.A”: “Salário mínimo a partir de primeiro de janeiro”. *Diário de Alagoas*. Maceió, 25 jan. 1959, p. 6. Grifos meus.

⁶⁰³ APA, ARTICULAÇÃO SINDICAL (NORTE) para vigência imediata do salário mínimo. *Diário de Alagoas*. Maceió, 31 jan. 1959, p. 1. Grifos meus.

“consequências terríveis para a nossa subdesenvolvida região”⁶⁰⁴, como se ter o salário aumentado e não o receber não fosse, por si só, uma “consequência terrível” para os trabalhadores.

Nessa conjuntura, aconteceu mais uma reunião no Palácio do Trabalhador na noite daquela sexta-feira, com “todos os sindicatos sediados em nossa cidade” e dirigida por Osvaldo Veloso. O objetivo da plenária: decidir sobre uma greve geral a ser deflagrada no dia 17, dali a cinco dias – cerca de um mês e meio após o aumento. Eram esperados os sindicatos de Energia e Termoeletrica, Construção Civil, Extração de Óleo, Metalurgia, Panificação, Têxteis (não especificado quais), Alfaiates, Gráficos, Sapateiros, Enfermeiros e Comerciais⁶⁰⁵.

Passados quase os 60 dias desde a publicação do decreto, não houve greve. O motivo, sabemos por meio de um telegrama enviado por Osvaldo Veloso à CNTI: “quase 70% das empresas estão pagando o salário mínimo”. Na noite do dia 17 (data em que estava marcado o início da greve), houve mais uma reunião no Palácio do Trabalhador com os presidentes sindicais, na qual Veloso passou as novas diretrizes da CNTI: os sindicatos deviam enviar à DRT uma lista das empresas que ainda não estavam pagando o novo salário mínimo⁶⁰⁶. Ainda que não fossem mais aliados da delegacia, a legalidade falava mais alto entre as lideranças e a luta passava por dentro do Estado.

Os operários alagoanos continuavam “em reunião permanente, a fim de incentivar o movimento nacional pela vigência do salário mínimo”. Os presidentes dos sindicatos dos Panificadores e Construção Civil enviaram um telegrama ao presidente da República e ao ministro do Trabalho solicitando providências quanto à atuação da DRT nessa querela pelo aumento, pois a delegacia “até agora não autuou nenhuma firma por falta do cumprimento da lei do salário mínimo”. Na esteira dessa crítica, o *Diário de Alagoas* procurou novamente Osvaldo Veloso para comentar acerca das festas promovidas pelo delegado do Trabalho, Edson Falcão, no intuito de celebrar a passagem de seu terceiro ano à frente da DRT. Segundo Veloso, o delegado não deveria estar comemorando, deveria “impor uma orientação sadia a sua alta função”, pois havia um clima de insatisfação entre a classe trabalhadora. Para Veloso, Falcão estava “infringindo a legislação trabalhista” ao permitir “que senhoras trabalhem

⁶⁰⁴ APA, TRABALHADORES ARTICULAM GREVE pelo pagamento do salário-mínimo. *Diário de Alagoas*. Maceió, 8 fev. 1959, p. 6.

⁶⁰⁵ APA, DIA 17 – GREVE geral. *Diário de Alagoas*. Maceió, 13 fev. 1959, pp. 5-6.

⁶⁰⁶ APA, SINDICATOS DEVEM ENVIAR à Delegacia do Trabalho. *Diário de Alagoas*. Maceió, 18 fev. 1959, p. 6.

depois das 22 horas, que os menores trabalhem mais de oito horas e que os trabalhadores da produção, para atingir o salário, trabalhem de 10 até 14 horas por dia”⁶⁰⁷. Ou seja, se repetia a mesma situação de 1956: muitos operários têxteis, por exemplo, recebiam por hora trabalhada – os chamados “horistas”. Essa é uma das razões pelas quais muitos patrões (como a citada Fábrica Carmen) declaravam já estarem pagando o novo salário. Acontece que os operários precisavam aumentar a produção ou o número de horas trabalhadas por dia para alcançar o valor estipulado pelo Decreto – e, dessa forma, terem seu ordenado “regularizado”. Havia também os chamados “tarefeiros”, que por “sua condição de ganhar por unidade produzida e não por hora trabalhada”, sofriam outras formas de exploração, sendo as duas mais comuns: deixavam de ganhar hora extra⁶⁰⁸ – o que era contra a lei –, ou ficavam sem trabalho por falta de matéria prima ou máquinas defasadas e ineficientes e, conseqüentemente, sem receber⁶⁰⁹. Era como se não fossem amparados pela CLT.

Resolvendo na Justiça

Um ano depois de o aumento ter sido referendado, foram abertos dois processos na JCJ de Maceió – e posteriormente transformados em um só. O primeiro é o processo n. 2 de 4 de janeiro 1960 e o segundo, do dia 28 do mesmo mês, é o de n. 13. Basicamente, o que muda de um processo para o outro são as listas anexadas, contendo o nome, número da carteira de trabalho e data de admissão de cada operário reclamante. Por exemplo, uma das listas do primeiro processo conta com cerca 297 operários; já uma do segundo apresenta apenas 37, totalizando 334 trabalhadores⁶¹⁰.

Em seu livro *A tessitura dos direitos*, Larissa Corrêa chama a atenção para um meio de ação encontrado nas petições iniciais dos processos trabalhistas impetrados por trabalhadores: para casos de querelas por aumento salarial, os valores solicitados eram bem mais elevados em decorrência da provável redução no momento da decisão final⁶¹¹. Na visão de Clarice Speranza “isso demonstra que os trabalhadores e seus representantes tinham plena

⁶⁰⁷ APA, DELEGACIA DO TRABALHO não autuou ainda. *Diário de Alagoas*. Maceió, 21 fev. 1959, pp. 2, 6.

⁶⁰⁸ CORRÊA, op. cit., pp. 74-75.

⁶⁰⁹ NEGRO, “Não trabalhou porque não quis”, op. cit., p. 111.

⁶¹⁰ Os números do primeiro processo não são muito precisos em razão de várias repetições nas diversas listas anexadas. Tem lista dos operários que deram entradas, dos que receberam o pagamento, lista de procuração etc. Já o segundo, bem mais curto (37 operários), só possui uma única listagem, com os nomes adicionados nas listas subsequentes.

⁶¹¹ CORRÊA, op. cit., p. 96.

consciência da diferença entre o que era reivindicado e o que seria pago”⁶¹². Para o nosso caso, isso não ocorreu: foi pedido o valor estabelecido pelo decreto federal, afinal os operários não estavam pedindo um aumento, pois o mesmo já havia sido dado. Desejavam, apenas, recebê-lo, como era de direito.

Os 334 operários da Fábrica Alexandria deram entrada na JCJ de Maceió contra seu patrão, utilizando-se do Decreto 45.106-A, que instituiu que o novo salário mínimo e entrou em vigor a partir de janeiro de 1959. “No entanto, a reclamada somente passou a pagar os salários de acordo com o supracitado Decreto nº 45.106-A, a partir de fevereiro de 1959”. Dessa forma, os trabalhadores reivindicavam “o pagamento da diferença salarial de Cr\$ 1.400,00 por cada reclamante abaixo relacionado”.

Ora, a CLT – ou seja, a própria lei⁶¹³ – acobertava a classe patronal nesse sentido, ao permitir que os reajustes fossem pagos em até 60 dias a partir da publicação do decreto. E assim agiram os proprietários da Fábrica Alexandria, atualizando o salário de seus funcionários no prazo estipulado. Se a lei é mais um instrumento da classe dominante, a reclamação era improcedente em sua origem.

Compreender o direito como espaço de conflito implica diretamente em restituir à plenitude da condição de sujeitos os setores submetidos ao longo da história às mais variadas formas de dominação, em contraposição a análises contemporâneas que, ao reduzir a experiência dos primeiros à sua vitimização, tendem a negar a inserção de sua agência ao processo histórico⁶¹⁴.

No entanto, os têxteis da Alexandria vislumbraram uma abertura dentro da arena jurídica e mostraram-se dispostos a enfrentá-la, pela via da legalidade tão evocada pelos advogados patronais e pelos trabalhistas assentados no Estado, como Edson Falcão e o próprio governador. Não deixava de ser uma aposta. A lei estava, sim, em disputa e iriam reaver seus direitos pelos meios legais, porque era possível⁶¹⁵.

Com a impossibilidade prevista na lei de um dissídio coletivo, havia outras formas de um número alto de trabalhadores darem entrada ao mesmo tempo na Justiça, como Speranza analisa em seu estudo:

⁶¹² SPERANZA, “Nos termos das conciliações...”, op. cit., p. 53.

⁶¹³ Versava o artigo 116: “O decreto fixando o salário mínimo, decorridos 60 (sessenta) dias de sua publicação no Diário Oficial, obrigará a todos que utilizem o trabalho de outrem mediante remuneração”.

⁶¹⁴ FORTES, Alexandre. “O direito na obra de E. P. Thompson”. *História Social*, Campinas, nº 2, 1995, p. 107.

⁶¹⁵ THOMPSON, *Senhores e caçadores...*, op. cit., p. 351.

O sindicato representa, de uma só vez, *dezenas* de trabalhadores, que ingressam conjuntamente na Justiça do Trabalho, em ações *plúrimas*, reclamationárias individuais que tramitam *como se fossem uma só*. Trata-se aqui, na prática, de uma mudança significativa do caráter individualizador dessa Justiça para sua utilização como arma de luta coletiva pelos trabalhadores e líderes sindicais. Mesmo que fosse necessário nominar todos os trabalhadores reclamantes, eles enfrentavam as mineradoras *coletivamente*, representados e organizados por um sindicato⁶¹⁶.

No caso em questão, todos “os reclamantes” solicitaram e foram “representados” pelo tintureiro Aurélio Cavalcante Vieira e por Rubem Ângelo, respectivamente presidente e advogado do Sindicato de Maceió⁶¹⁷.

Jogando firme e apostando alto, logo na petição inicial os operários apresentaram seu maior trunfo: a enorme quantidade de operários engajados naquela causa poderia até paralisar “a indústria durante vários dias”. Era uma estratégia significativa e bem ousada. “A Justiça, por sua vez, tem sido uma arena em que muitas fichas são lançadas. (...) Se muitas das regras são públicas, não o são as diversas maneiras de jogar com elas”⁶¹⁸. Para evitar que fosse considerada uma ameaça, explicaram a opção por representantes legais porque se todos os operários listados entrassem individualmente, a fábrica, de fato, pararia suas atividades. Ao invés de uma movimentação paredista, os operários resolveram lutar por outro meio igualmente legal, enxergando na Justiça Trabalhista um caminho válido para encampar suas lutas: “A lei e a justiça (...) deixaram de ser vistas como simples instrumentos de dominação de classe para se configurarem como recursos que poderiam ser apropriados por diferentes sujeitos históricos que lhes atribuíam significados sociais distintos”⁶¹⁹.

Após alguns adiamentos de audiência pelas mais diversas razões, no dia 23 de fevereiro o advogado Rubem Ângelo apresentou à JCJ um documento no qual dizia “haver celebrado um acordo com a reclamada na base de 60%” – ou seja, os trabalhadores receberiam Cr\$ 840,00 pela diferença salarial de janeiro. Para tanto, os proprietários da Fábrica Alexandria desembolsariam um valor total de Cr\$ 280.560,00, pagos “em quatro prestações semanais”⁶²⁰. Além disso, cada operário ainda deixaria Cr\$ 73,20 na Junta, como pagamento pelas custas do processo. Aurélio Cavalcante, presidente do sindicato, ficou

⁶¹⁶ SPERANZA, “Nos termos das conciliações...”, op. cit., p. 67. Grifos da autora.

⁶¹⁷ MPM, TRT19, Processos n. 2 e 13, 1960.

⁶¹⁸ SILVA, Fernando Teixeira da. “Prefácio”. In: CORRÊA, Larissa Rosa. *A tessitura dos direitos: patrões e empregados na Justiça do Trabalho, 1953-1964*. São Paulo: LTr, 2011, p. 11.

⁶¹⁹ LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (org.). *Direitos e justiças no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006, pp. 11-12.

⁶²⁰ MPM, TRT19, Processos n. 2 e 13, 1960.

responsável de ir à JCJ receber o dinheiro e repassá-lo aos associados. Os pagamentos foram realizados nas datas indicadas.

Assim, um ano depois, os trabalhadores da Fábrica Alexandria conseguiram reaver, *legalmente*, ao menos uma parte do novo salário mínimo referente ao mês de janeiro. Souberam usar a justiça a seu favor. Demonstraram que as mesmas leis que pareciam ter sido criadas para onerá-los, podiam ser utilizadas no sentido contrário, como uma forma de luta válida para garantir conquistas essenciais, e uma construção de mais recursos para a resistência cotidiana⁶²¹. Outrossim, revelaram serem conhecedores de um leque de estratégias de luta bem maior do que aparentavam ter, não se reduzindo a um certo roteiro pré-estabelecido por algumas lideranças (e respaldado por algumas interpretações históricas); seu poder de barganha tinha peso e consistência⁶²².

Os operários da Fábrica Alexandria resolveram não esperar o sindicato, a Federação e a CNTI, com seus telegramas, reuniões de cúpula e possibilidades de greve que nunca ocorreram. Perceberam que poderiam lutar eles próprios, revelando sua autonomia perante a entidade⁶²³, e ainda levaram o sindicato junto, usando-o como seu representante legal, como de fato era. O ponto alto da estratégia dos trabalhadores foi a sutil, porém real, ameaça de greve, algo bem mais concreto do que as promessas das lideranças sindicais trabalhistas. O ano separando a publicação do aumento e a ida à Justiça do Trabalho pode ilustrar como as lideranças sindicais e seu atrelamento ao Estado emperravam o movimento. Mesmo assim, os trabalhadores não se deixaram depender exclusivamente das entidades que os representavam, e essa distância temporal pode também ser um indício de grandes embates dentro do sindicato.

O desfecho da ação judicial revela um pouco da percepção dos trabalhadores, pois demonstravam saber o que estavam fazendo. Afinal, havia também o risco de uma derrota, a depender da interpretação dos juízes de um artigo da CLT. José Sérgio Leite Lopes indicou que a atuação dos trabalhadores na Justiça do Trabalho, independente dos resultados, era benéfico para a classe, mobilizando-a e criando uma percepção de direitos em seu seio⁶²⁴. Da mesma forma, trazia a justiça e as leis para o centro da luta de classes, ao diminuir a distância e manter os direitos ao alcance; enfim, apropriaram-se desse instrumento que fora criado

⁶²¹ CORRÊA, op. cit., p. 30.

⁶²² LINDEN, op. cit., p. 195.

⁶²³ COSTA, *Em busca da memória...*, op. cit., p. 11.

⁶²⁴ LOPES, *A tecelagem dos conflitos de classe*, op. cit., pp. 359-368.

apenas para combatê-los e oprimi-los⁶²⁵. Com um acordo firmado tão rapidamente, os operários da Alexandria estavam cientes do seu poder de barganha e conhecedores desse novo terreno de lutas, levaram a disputa para dentro da esfera jurídica.

Por meio dos organismos oficiais

Grande defensor da unidade sindical, José Luiz Ferreira provavelmente ficou satisfeito com essa atuação do Sindicato de Maceió na Justiça do Trabalho. Em uma entrevista dada no final de 1958 ao *Diário de Alagoas*, fez críticas à situação sindical alagoana e deixou um apelo aos operários alagoanos, para que lutem pela liberdade de seus sindicatos, sem perseguições, “sendo respeitada, portanto, a autonomia sindical assegurada na constituição e garantida pelo governador Muniz Falcão”⁶²⁶.

Bem antes de todo movimento pela fixação dos novos níveis salariais, os têxteis de Fernão Velho reuniram-se em seu sindicato para escolher de três vogais e três suplentes para compor a Comissão de Salário Mínimo do Estado de Alagoas. Isso em junho de 1958, exatos sete meses antes do decreto presidencial. Naquela ocasião, os escolhidos foram Pitágoras Bertolino Café, Antônio Domingos Santos e Bráulio Feliciano da Silva, tendo como suplentes José Lisboa Menezes, José Antônio da Silva e Abelardo Cavalcante Lins (presidente do sindicato). Esse foi o único intuito daquela reunião⁶²⁷.

Efetivamente, só encontramos algo sobre essa comissão meses depois, mais próximo do final do ano. Na citada reunião do Sindicato de Fernão Velho em que o operário Sólton Araújo propôs um salário de Cr\$ 8.000, Bráulio Feliciano participou já como integrante da Comissão de Salário Mínimo. Naquela oportunidade, “dissera se esforçar por salário melhor para Alagoas”⁶²⁸.

O Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho (SEPT, órgão ligado ao Ministério do Trabalho⁶²⁹) era o responsável por “levantar as estatísticas referentes às

⁶²⁵ THOMPSON, *Senhores e caçadores...*, op. cit. e SILVA, *A carga e a culpa*, op. cit., p. 102.

⁶²⁶ APA, SALÁRIO MÍNIMO DE cinco mil cruzeiros no nordeste. *Diário de Alagoas*. Maceió, 18 nov. 1958, pp. 5-6. Grifos meus.

⁶²⁷ SFV, Ata da reunião, 1 de jun. de 1958. Não deixa de ser, no mínimo curioso, que o presidente sindical não assuma a liderança de tão importante comissão.

⁶²⁸ SFV, Ata da reunião, 22 de nov. de 1958.

⁶²⁹ Sobre o mesmo, ver: SILVA, *O “mínimo” em disputa...*, op. cit., em especial o terceiro capítulo.

atividades do trabalho, da indústria, do comércio e da previdência social no país”⁶³⁰. Segundo Larissa Corrêa, esse “dispositivo impedia os juizes de determinarem um reajuste maior do que aquele previsto pelos serviços de estatísticas, sendo este o motivo pelo qual os tribunais passaram a ser criticado pelos trabalhadores (...)”⁶³¹. Em dezembro de 1958, o SEPT apresentou uma tabela no qual apontava que o novo salário mínimo em Alagoas seria (ou deveria ser) de Cr\$ 3.200, bem abaixo dos Cr\$ 5.000 pleiteados e dos Cr\$ 3.600 fixados. A tabela apresentada pelo SEPT foi debatida, posteriormente, pela Comissão do Salário Mínimo, formada por três operários, três patrões e um representante governamental (que seria o presidente. Chamava-se Ivanildo Bezerra e não é mencionado onde trabalhava). Os operários escolhidos foram Pedro Farias e José Francisco da Silva (ambos têxteis de Rio Largo) e o citado Bráulio Feliciano da Silva, escolhas estas que demonstram bem a representatividade dos têxteis perante toda a classe trabalhadora⁶³². O lado patronal era representado por Abelardo Lopes, Cícero Cabral Toledo e Napoleão Barbosa (presidente da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA) durante todo o mandato do governador Muniz Falcão). Os operários alagoanos não estavam nada satisfeitos com a tabela do Serviço de Estatística. “Conforme seu pensamento, ela não foi estabelecida com finalidades honestas de dar à citada classe uma condição de vida capaz de garantir sua subsistência”⁶³³.

A Comissão, no entanto, pendeu para o lado mais forte. Com um número igual de membros, a votação acerca dos valores apresentados pelo SEPT aconteceu na DRT e terminou empatada, como não poderia deixar de ser. Ivanildo Bezerra, na condição de presidente, desempatou a mesma para o lado patronal, deixando os trabalhadores descontentes e resultando

(...) num protesto por parte dos operários que, reunidos em comissão, visitaram os principais jornais desta capital, afirmando os seus propósitos de luta pacífica, a fim de que sejam aceitas as suas reivindicações que representam as verdadeiras necessidades indispensáveis à manutenção de suas famílias⁶³⁴.

⁶³⁰ *Boletim do MTIC*, ano IV, v. 1, p. 95, jan./mar. 1954 – janeiro a março de 1954 *apud* CORRÊA, op. cit., p. 96.

⁶³¹ CORRÊA, op. cit., p. 96.

⁶³² Segundo Hélio da Costa, em São Paulo os têxteis também exerciam grande influência sobre as demais categorias de trabalhadores. COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995, p. 253, Nota 32.

⁶³³ APA, FALHA A TABELA apresentada pelo Serviço E. da Previdência. *Diário de Alagoas*. Maceió, 11 dez. 1958, p. 6.

⁶³⁴ APA, TRABALHADORES DESCONTENTES COM salário mínimo fixado. *Diário de Alagoas*. Maceió, 18 dez. 1958, pp. 5-6.

Após algumas notas semanais na última página cobrindo, sobretudo, a movimentação da cúpula sindical, o jornal governista escancarou o lado político da comissão do salário mínimo em Alagoas com uma matéria de capa, deixando claro a origem partidária de Ivanildo.

O presidente da Comissão, Sr. Ivanildo Bezerra, membro militante do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que deveria ser, por todos os princípios, um defensor intransigente dos direitos dos trabalhadores, votou, desempatando, contra o salário de Cr\$ 5.000,00, ficando ao lado dos patrões, em flagrante atentado contra os interesses da massa obreira de Alagoas.

Revoltados, os trabalhadores “imediatamente pediram às autoridades federais” a destituição de Bezerra, por meio de um telegrama enviado ao presidente Juscelino e ao ministro do Trabalho, Fernando Nóbrega (também membro do PTB), relatando sobre o desejo de um salário de Cr\$ 5.000, conforme expresso em reuniões ocorridas em Fortaleza⁶³⁵.

Na noite da sexta-feira em que foi publicada a matéria denunciando a atuação de Ivanildo Bezerra dentro da Comissão, reuniram-se no Palácio do Trabalhador líderes sindicais e operários para protestarem contra o novo mínimo. “Apesar de se notar a ausência dos vogais da referida Comissão, os trabalhadores concentraram-se em grande assembleia acertando medidas no sentido de reparar a injustiça que representa para Alagoas a aprovação do novo salário mínimo naquela importância”. Após os debates, decidiu-se enviar um telegrama a Muniz Falcão, aos senadores e deputados federais alagoanos. “Num ambiente da mais perfeita ordem, os representantes dos diversos sindicatos de classe, foram unânimes em manifestar o mais veemente protesto contra a atitude do Sr. Ivanildo Bezerra (...)”⁶³⁶.

Mais interessante ainda foram alguns discursos da bancada governista na Assembleia Legislativa de Alagoas. O deputado estadual Cleto Marques Luz, eleito em 1958 pelo PSP de Muniz e aliado antigo, foi à tribuna na sessão de 21 de fevereiro de 1959 e ressaltou “as dificuldades por que passam os trabalhadores alagoanos”, destacando “que essa situação veio a se agravar com a recente decretação do salário mínimo que, muito embora já esteja em vigor, ainda não está sendo pago por várias firmas e indústrias”. Marques Luz aproveitou para criticar o PTB. Ao acrescentar “que os industriais não somente se recusam a pagar o salário mínimo, como dispensam em massa seus empregados”, deixou claro “que

⁶³⁵ APA, PROTESTO (UNÂNIME) DOS trabalhadores contra o esbulho do salário mínimo. *Diário de Alagoas*. Maceió, 19 dez. 1958, p. 1.

⁶³⁶ APA, PROTESTOS CONTRA O salário-mínimo aprovado. *Diário de Alagoas*. Maceió, 21 dez. 1958, p. 6.

nenhuma atitude” foi “tomada pelo Delegado do Trabalho [Edson Falcão], que faz acordos com empresas lesivos aos trabalhadores”⁶³⁷.

Finalizo com uma entrevista dada pelo então presidente da FIEA, Napoleão Barbosa, ao *Diário de Alagoas* no final de janeiro de 1959. Vale ressaltar que Barbosa, “proprietário de uma pequena fábrica de móveis”, elegeu-se presidente da FIEA com amplo apoio de Muniz Falcão, desbancando os dois principais setores industriais e econômicos de Alagoas: açucareiro e têxtil⁶³⁸. De acordo com Barbosa, o novo salário só podia (e não deveria) ser pago a partir do final de fevereiro, quando completado 60 dias do decreto. Ainda segundo o presidente, uma empresa ganhou uma causa na Justiça do Trabalho na Bahia, baseado na CLT. Em Sergipe, os industriais fizeram uma espécie de pacto e só pagariam a partir de 25 de fevereiro. Ainda segundo Barbosa, “A multa (...) é inconstitucional. Eu quero crer que a própria Delegacia do Trabalho não pode multar qualquer empresa que se disponha a não pagar até antes do dia 25 de fevereiro”⁶³⁹.

Em 1961, a conjuntura já era outra. O PIB crescia 7,7% e a indústria 12%. Por outro lado, a inflação chegava aos 52,3% e a dívida externa só aumentava. “O problema de a que classes impor perdas a fim de estabilizar a economia já se anunciava e marcaria a conjuntura pelos anos seguintes”⁶⁴⁰. Em Maceió, era a classe trabalhadora quem perdia, pois continuava com dificuldades para receber um novo aumento. Nesse ano de 1961, operários de Fernão Velho queixavam-se mais uma vez pelo não pagamento do valor integral do mínimo; a Fábrica Carmen ignorava outro reajuste salarial. Em reunião ordinária ocorrida em fevereiro de 1961, na sede do sindicato, o operário José Antônio denunciava “a empresa Othon Bezerra [proprietária da fábrica], pois a mesma vem pagando salários inferiores ao mínimo a diversos empregados que trabalham 48 horas [semanais] completas”. Ainda segundo José Antônio, “em uma semana anterior recebeu o seu salário faltando Cr\$ 200,00 para o mínimo”. Após fazer essa denúncia, o presidente sindical “declarou que vai tomar providência”⁶⁴¹.

⁶³⁷ APA, DIFICULDADES DOS TRABALHADORES agravadas com a decretação do novo salário mínimo. *Diário de Alagoas*. Maceió, 21 fev. 1959, p. 3.

⁶³⁸ TENÓRIO, Douglas Apratto. *A tragédia do populismo – O impeachment de Muniz Falcão*. 2º ed. Maceió: EDUFAL, 2007, p. 205.

⁶³⁹ APA, “AS EMPRESAS NÃO são obrigadas a pagar o salário em janeiro”. *Diário de Alagoas*. Maceió, 24 jan. 1959, p. 6.

⁶⁴⁰ LEAL, op. cit., p. 288.

⁶⁴¹ SFV, Ata da reunião, 26 de fev. de 1961. Juscelino Kubitschek decretou um novo salário mínimo quatro meses antes dessa reunião, através do Decreto nº 49.119-A, de 15 de Outubro de 1960. No ano seguinte, seria reajustado pelo Decreto nº 51.336, de 13 de Outubro de 1961. Sobre as campanhas salariais a partir da década de 1960, cf.: MELO, *A passos de tartaruga...*, op. cit.

Em resumo, vimos a classe operária lutando por um salário mais digno, em meio a uma conjuntura econômica completamente desfavorável. Igualmente, os trabalhadores não encerraram a luta com a publicação de decretos presidenciais. A experiência adquirida ao longo de décadas de embates entre capital e trabalho, serviu para que os trabalhadores soubessem que deveriam sempre seguir pelejando, pois havia um completo desrespeito dos patrões para com os direitos conquistados. Ano após ano, os empregadores insistiam em não cumprir com suas obrigações e os trabalhadores seguiam alertas. Vimos em 1956, por exemplo, o operário José Correia escancarar os desmandos e o desrespeito de seus patrões na Fábrica Carmen para com seus funcionários, e o próprio juiz trabalhista confirmou esse fato, através das condenações impostas aos proprietários da mesma.

5. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O SINDICALISMO ALAGOANO

Diante do que foi exposto até aqui, considero válido apresentar um panorama do sindicalismo alagoano, por se tratar de uma temática primordial. Um estudo que trate do período de redemocratização no Brasil (1945-1964) fica incompleto sem inserir os sindicatos nas análises, com sua importância ímpar, reverberada até os dias de hoje⁶⁴². E como não poderia deixar de ser, o tema ajuda a compreender muitos aspectos da classe operária alagoana, para situá-la no contexto nacional. Longe de pretender esgotá-lo, apresento algumas questões e considerações iniciais.

O Sindicato de Fernão Velho⁶⁴³ foi criado em pleno Estado Novo, em 3 de dezembro de 1939, no bojo da publicação do Decreto 24.694 de 1934 (que regulamentou os sindicatos brasileiros) e da intervenção ministerial no associativismo operário⁶⁴⁴ – portanto, antes da interventoria de Ismar de Góis Monteiro (aquele incumbido pelo ditador de aplicar as legislação social varguista em Alagoas⁶⁴⁵) e da chegada de Muniz Falcão ao estado, que se deu em 1942, mesmo ano da fundação da Caixa Beneficente do Sindicato. Como a fábrica data de meados do século XIX, são quase 80 anos até sua fundação. Todavia, isso não significa 80 anos sem qualquer tipo de associativismo ou movimento operário. Ao contrário, quando o Sindicato de Fernão Velho foi criado, os têxteis da Carmen tinham uma vasta experiência associativa acumulada: no simbólico dia 21 de abril de 1876, criava-se a Sociedade Proteção e Auxílio da Cia. União Mercantil (antigo nome da fábrica)⁶⁴⁶. A tabela abaixo apresenta todos os presidentes até o fechamento da fábrica.

⁶⁴² MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002, p. 7.

⁶⁴³ Será tomado como base pelo simples fato de ter mais informações concretas acerca de seu funcionamento. Das fábricas Alexandria e Norte Alagoas há pouquíssima documentação.

⁶⁴⁴ VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 199.

⁶⁴⁵ TENÓRIO, op. cit., p. 103.

⁶⁴⁶ Cf.: MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. “Estatutos de sociedades mutualistas e a História Social do Trabalho: conjecturas em torno da Sociedade Beneficente Proteção e Auxílio da Cia. União Mercantil (Fernão Velho, 1876/1879).” *Revista Crítica histórica*. Ano I, nº 1. Maceió: UFAL/CPDHis, 2010, pp. 226-241. Por seu turno, Linden afirma “que os sindicatos surgiram de muitas outras maneiras, como imitação ou por meio da transformação das organizações já existentes” (LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 247).

Tabela 13: presidentes do Sindicato de Fernão Velho⁶⁴⁷.

Vigência do mandato	Presidente
Julho/1939 – julho/1945	Carlos de Araújo
Julho/1945 – julho/1947	Demerval F. de Menezes
Julho/1947 – julho/1949	Benedito José
Julho/1949 – julho/1951	Estevão
Julho/1951 – julho/1953	Carlos de Araújo
Julho/1953 – abril/1956	Lourival Lira da Rocha
Abril/1956 – abril/1958	Abelardo Cavalcante Lins
Abril/1958 – junho/1959	Abelardo Cavalcante Lins
Junho/1959 – setembro/1959	Antônio Domingos dos Santos
Setembro/1959 – abril/1962	José Idalício Costa
Abril/1962 – abril/1964	José Conrado Alves
Abril/1964 – julho/1965	Arenito Pessoa Spinelle
Julho/1965 – julho/1967	José Gomes
Julho/1967 – março/1969	Pitágoras Bertolino Café
Março/1969 – julho/1969	Edval Ramires
Julho/1969 – julho/1972	Hermínio Cardoso
Julho/1972 – julho/1990	Veríssimo F. dos Santos
Julho/1990 – Janeiro/2010	Fábio A. de Farias

Fonte: MELO, *Operários têxteis em Alagoas...*, op. cit., pp. 109-110.

Há pouquíssimas informações sobre os presidentes. Entretanto, esse pouco é valioso. O primeiro deles, Carlos de Araújo, ingressou na Fábrica Carmen aos 11 anos, em 1923. Sendo assim, assumiu a presidência do sindicato ainda jovem, mas com bastante experiência: tinha então 27 anos de idade, dos quais 16 foram como operário. E, nessa condição, presidiu a entidade durante seis anos, deixando o cargo apenas no fim do Estado

⁶⁴⁷ “A tabela abaixo foi construída a partir da cronologia feita pelo STFV [Sindicato de Fernão Velho], mas com as modificações descobertas na análise das atas das reuniões, contradizendo a construção da memória realizada por alguns membros do Sindicato, possivelmente nos anos 1990” (MELO, *Operários têxteis em Alagoas...*, op. cit., p. 109). A cronologia em questão são quadros afixados na parede da sede do sindicato, com a foto e data do mandato de cada presidente. A tabela de Melo contém todos os presidentes, até o fechamento da fábrica já no século XXI. Meu recorte engloba até 1969 (ao invés de ir até 1961 – fim do mandato de Muniz – ou 1964) apenas por ter presidentes citados ao longo deste trabalho.

Novo. Quando retornou, mais maduro, tinha 39 anos de idade e 28 de fábrica. Era mestre geral da tecelagem, a mais alta função entre os operários⁶⁴⁸. Certamente, era muito respeitado e estimado por seus companheiros, não só por sua experiência, mas também por seu cargo. José Sérgio Leite Lopes explica essa característica dos têxteis, de ter mestres e contramestres como presidentes sindicais: “(...) uma autoimagem como chefe de equipe e companheiro dos operários, eles [os contramestres] historicamente têm grande importância nas reivindicações coletivas dos operários têxteis além de fornecerem recorrentemente quadros para o movimento sindical”⁶⁴⁹.

Lourival Lira da Rocha – o primeiro a quebrar a sequência de dois anos de mandato após a saída de Araújo – será apresentado bem rapidamente no capítulo seguinte. Abelardo Cavalcante Lins merece uma menção especial. As circunstâncias de sua primeira vitória são bem nebulosas: elegeu-se em 6 de novembro de 1955, mas assumiu apenas em 14 de abril de 1956. Não existem atas do Sindicato de Fernão Velho para 1955 e a folha comunista publicou uma nota bem curta sobre a eleição *apenas* no mês seguinte, em dezembro. Durante esse tempo, Arenito Pessoa Spinelle aparece nas atas de 1956 como “administrador do sindicato” – como presidente “oficial”, assumiu após o golpe de 1964, o que pode indicá-lo como interventor após algum problema na gestão de Lourival da Rocha. Os quatro meses separando o pleito e a posse aumentam as suspeitas. De toda forma, de acordo com *A Voz do Povo*, sua vitória foi significativa.

Foi vitoriosa a chapa independente encabeçada pelo tecelão Abelardo Lins que teve 81% da votação. Teve mais de 5.000 votos enquanto a chapa da empresa conseguiu 120. *Com o pretexto do anticomunismo*, os golpistas pretendem anular a eleição, impedindo a posse dos candidatos independentes. Cumpre ao povo defender sua posse. A vitória de Abelardo não é isolada. É uma vitória do movimento sindical da região e do país, defendamos as liberdades sindicais⁶⁵⁰.

A pequena nota é carregada de mistérios e levanta, ao menos, duas questões pertinentes. A primeira: Abelardo Lins era comunista? O anticomunismo utilizado durante a campanha por seus adversários não é uma prova concreta, pois taxar alguém de “comunista” era uma acusação bem genérica em muitos casos e nem sempre condizia com a verdade⁶⁵¹.

⁶⁴⁸ MPM, TRT19, Processo n. 109, 1951.

⁶⁴⁹ LOPES, “Fábrica e vila operária...”, op. cit., p. 34.

⁶⁵⁰ APA, VITÓRIA DA CHAPA de Fernão Velho. *A Voz do Povo*. Maceió, 11 dez. 1955, p. 2. Grifos meus.

⁶⁵¹ Cf.: MOURA, Anderson Vieira. *Comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas (1951-1961)*. 2012. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. Em especial o segundo capítulo, no qual são analisadas as fichas da Delegacia de

Por outro lado, é inegável a empolgação de *A Voz do Povo* com sua vitória e sua posse. De forma complementar, isso nos leva à segunda questão: a situação do Sindicato de Fernão Velho estava calamitosa? Temos um punhado de indícios: 1) algumas atas de 1956 são bem curtas, pois não houve reunião por falta de quorum, mas temos uma quantidade enorme de votantes (além do percentual de votos para Abelardo). A votação maciça em um candidato “oposicionista” e o não comparecimento dos operários às reuniões seriam algum tipo de protesto ou boicote contra a atual gestão? De toda forma, outras reuniões em momentos distintos também não aconteceram por falta de associados. Não era uma novidade nem exclusividade daquele ano; 2) não existem atas para o ano de 1955 e Lourival não chegou a concluir seu mandato; 3) trata-se do último ano do mandato de Arnon Mello, que perdeu o pleito de 1955 para Muniz Falcão, que teve boa votação entre os têxteis. A repressão de seu governo aos movimentos sociais pode ser medida pela série de empastelamentos do periódico comunista e prisões arbitrárias de seus militantes. Teria sido o governador responsável, mesmo indireto, de uma possível intervenção no Sindicato de Fernão Velho? 4) A suposta tentativa de anular a eleição sindical.

Diante de uma conjuntura tão obscura, no dia 14 de abril de 1956, Abelardo Cavalcante Lins assumia a presidência do Sindicato de Fernão Velho, com alguns convidados ilustres e conhecidos nossos: José Viana (presidente da Federação dos Trabalhadores), Osvaldo Veloso (delegado da CNTI) e Edson Falcão (delegado do Trabalho). Em sua fala, José Viana convidou todos os operários a se juntarem à nova diretoria e citou vice-presidente João Goulart, que esperava a união dos trabalhadores por dias melhores. Ao citar Jango, José Viana deu-nos mais uma pista de suas ligações com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Antes disso, seu correligionário Osvaldo Veloso pediu a palavra, dando outras pistas ao tratar “*sobre as divergências entre capital e trabalho*” (não há mais detalhes). Finalizou com um convite a “todos os trabalhadores para a manifestação de apoio ao governo do estado [recém-empossado], no dia seguinte, que também tinha o objetivo de, junto ao governador, apresentar as reivindicações da classe”. Por seu turno, o presidente empossado falou bem rapidamente: limitou-se a agradecer a todos pela vitória e pediu apoio ao delegado e ao governador⁶⁵².

Ordem Política, Social e Econômica de Alagoas (DOPSE), órgão que generalizava propositadamente o termo “comunista”, a fim de vigiar e prender pessoas consideradas “subversivas” e “agitadoras”.

⁶⁵² SFV, Ata da reunião, 14 de abr. de 1956. Grifos meus. Foi nessa reunião que Edson Falcão disse que as portas do Palácio e da DRT estavam abertas aos trabalhadores e que cobraria o respeito das leis trabalhistas por parte da classe patronal.

Dois anos depois, uma matéria de *A Voz do Povo*, que tratava da reeleição de Abelardo, oferece mais elementos sobre as possíveis dificuldades enfrentadas pelo Sindicato de Fernão Velho antes de 1956, além de apresentar um curto panorama de sua primeira gestão.

Grande é a movimentação dos operários em Fernão Velho visando reconduzir à presidência do Sindicato o operário Abelardo Cavalcante, *que bem tem sabido manter o sindicato independente do tacão da empresa, que por sua vez, se não pode realizar o seu programa de trabalho, pelo menos tem um mérito: termina seu mandato sem ser instrumento da empresa contra os operários*, até hoje desde o dia da sua eleição e posse, jamais se passou para a empresa *nem tampouco deixou de atender aos associados do sindicato* e este é o motivo principal que leva os operários a estarem dispostos a reconduzi-lo na presidência⁶⁵³.

O primeiro trecho destacado, junto com a informação da existência de um “administrador” no sindicato, leva-nos a crer que houve algum tipo de intervenção na entidade têxtil em algum momento entre 1954 e 1956. O segundo trecho revela a postura do PCB perante a atuação de Abelardo: vimos seu posicionamento na greve de 1956, bem no início de sua gestão, quando não ficou integralmente ao lado dos trabalhadores naquele momento; agiu de maneira dúbia e esquivou-se de qualquer responsabilidade quando pressionado. Além disso, parecia haver alguma rixa entre Abelardo e o delegado do Trabalho.

Não era apenas na Fábrica Carmen que o sindicato passava por problemas. Uma comissão de trabalhadores de Rio Largo dirigiu-se até a sede de *A Voz do Povo* para denunciar medidas coercitivas contra sua entidade. Marcada para o dia 20 de novembro de 1956, duas chapas disputavam as eleições daquele sindicato: “uma encabeçada pelo operário José Júlio de Oliveira e apoiada pelos operários e a outra, pelo escriturário Pedro Farias da Silva, apoiada pelos patrões”. Segundo os membros da referida comissão, no dia do pleito, o gerente da fábrica juntamente com o prefeito de Rio Largo coagiram os operários em suas próprias máquinas e os ameaçaram “de perderem o trabalho e a gratificação” caso não votassem em Pedro Farias. Outros foram amedrontados na gerência, pois havia a necessidade de se passar no setor para conseguir uma licença e, assim, poder votar. Espalhou-se um clima de terror. Trabalhadores de Fernão Velho que ali se encontravam para acompanhar o processo eleitoral igualmente foram ameaçados de expulsão da cidade pelo prefeito. “Os operários de Rio Largo fazem seu protesto ao governador do Estado e ao Delegado do Trabalho, pois

⁶⁵³ APA, PARA PRESIDENTE DO sindicato: será reeleito Abelardo Cavalcante. *A Voz do Povo*. Maceió, 16 mar. 1958, p. 4. Grifos meus.

enquanto eles pregam a liberdade sindical em nosso Estado e dizem garantir esta liberdade”, os mesmos sofriam esses abusos por parte da classe dominante⁶⁵⁴. Essa foi a primeira crítica feita pelos comunistas à gestão Muniz Falcão.

Transcorridos quase um ano de mandato, a questão sindical em Alagoas continuava sofrendo com práticas antigas de mandonismo e coerção tão comum em todo o país. Nem mesmo em uma conjuntura política favorável os sindicalistas alagoanos estavam livres para atuar. Outrossim, o caso explicita a ineficácia da atuação da DRT alagoana, nesse momento bem próximo do poder executivo. Todo o discurso do delegado de fiscalizar aplicação das leis trabalhistas nos ambientes fabris cai por terra diante do intervencionismo patronal nas entidades representativas dos operários.

Inspirados no exemplo de Rio Largo, os comunistas publicaram mais uma matéria abordando o tema, com um apanhado geral na situação sindical em Alagoas ao fim do primeiro ano de mandato de Muniz Falcão. Porém, resolveram poupar o governador e toda a responsabilidade pelos problemas sindicais de Alagoas caiu sobre os ombros de Edson Falcão. A DRT era a responsável direta por tais situações, pois sua incumbência era fiscalizar as fábricas e coibir essas práticas autoritárias. Todavia, não deixa de ser revelador de sua política e engajamento com a gestão a blindagem feita pelos comunistas. Nem ao menos apelos foram dirigidos à figura do governador no sentido de que providências fossem tomadas – principalmente por ser Muniz Falcão um ex-delegado do Trabalho, que, segundo seus correligionários, foi muito atuante em seu tempo de fiscalizador.

A reportagem, bem incompleta e generalizante, é dividida por sindicato: Rio Largo, Açúcar, Alexandria e Saúde. Atenho-me aos dois últimos (de Rio Largo é apenas um resumo da matéria anterior). As eleições sindicais da Companhia Norte Alagoas, em Saúde, tiveram irregularidades previstas no regulamento da entidade. O então presidente, José Reis, concorria novamente e, para isso, deveria se afastar do cargo, coisa que não fez. Além disso, dois operários de sua chapa “não possuíam os dois anos exigidos pela Portaria 11” – não sabemos se de empresa ou de filiação ao sindicato. Assim como em Rio Largo, os donos da fábrica intimidaram os operários, perseguindo aqueles “que soubesse ir votar na chapa independente, ameaçando-os de perda de máquinas, multas, suspensões e até demissão. Isso levou a que em uma empresa com mais de 600 operários, somente votassem cerca de 190”. Diante dessas irregularidades estatutárias, e com a vitória da “chapa patronal”, alguns

⁶⁵⁴ APA, COAÇÃO NAS ELEIÇÕES de Rio Largo. *A Voz do Povo*. Maceió, 25 nov. 1956, p. 4.

operários entraram com recurso contra o pleito, “que de maneira estranha e suspeita não foi aceito”. Além da vitória, José Reis “foi promovido a subdelegado de polícia”.

Em outras poucas reportagens do mesmo jornal, é citada essa condição “ambígua” de José Reis: presidente sindical e subdelegado de polícia. Porém, não possui qualquer informação sobre esse fato, a não ser indicações de Saúde ser um povoado dominado pela forte repressão dos proprietários da Norte Alagoas, algo que seria bem reforçado com o apoio e subserviência da polícia dentro do sindicato da categoria – até porque havia uma relação de proximidade entre polícia e as fábricas têxteis de Maceió. Não restam dúvidas, portanto, de que a polícia era um elemento importante dentro do sistema fábrica com vila operária⁶⁵⁵. Talvez a novidade fosse a “inclusão” de um policial dentro do sindicato em pleno período democrático.

No caso da Fábrica Alexandria, as eleições ainda iriam ocorrer e ao ler a reportagem percebe-se que os comunistas apenas queriam reforçar as críticas ao delegado do Trabalho ao mesmo tempo em que sugeriram uma intervenção do órgão na entidade. Das quatro chapas inscritas, uma era comandada por João Santiago, citado como ex-gestor sindical (não é especificado sua função), e que “nada mais fez senão defender o patrão”. Para os comunistas, eram motivos suficientes para que Edson Falcão não permitisse “que um cidadão que desviou bens do sindicato volte a se candidatar”⁶⁵⁶.

Em uma das primeiras reuniões da nova diretoria de Fernão Velho, Abelardo Lins apresentou os novos dirigentes da Caixa Beneficente: José Correia (presidente), Cícero Laurentino (secretário) e Ulisses Gomes Silva (tesoureiro). Tal apresentação não era gratuita: a reunião deliberou um novo aumento para a contribuição dos operários à Caixa. A proposta vencedora foi a de Sólon Araújo: Cr\$ 2,00 cruzeiros por mês. Com salários defasados – o presidente Kubitschek decretaria um novo salário mínimo em menos de 45 dias após essa reunião –, alguns associados foram contra o novo aumento. Luiz de Araujo, por exemplo, considerou “que o aumento de 2 cruzeiros era muito, apenas 1 ele apoiava”. José Gabriel da Silva estava disposto a pagar o valor proposto, mas apenas quando recebesse aumento salarial. Para convencer os companheiros a aceitar o aumento, seria necessário invocar a solidariedade entre os associados, quando a consciência de classe dos têxteis falaria mais alto. Coube ao

⁶⁵⁵ MELO, *Operários têxteis em Alagoas...*, op. cit., sobretudo o último item do terceiro capítulo.

⁶⁵⁶ APA, FALSA LIBERDADE SINDICAL. *A Voz do Povo*. Maceió, 9 dez. 1956, p. 4. O desvio citado seria a doação do telefone da entidade a uma faculdade.

comunista Silvio Lira⁶⁵⁷ essa tarefa, com “sua grande oração, nos disse que o sindicato tem grande responsabilidade com 1 médico para nossos associados e precisa do aumento de 2 cruzeiros para sustentar os operários que se acham em questão com a indústria”⁶⁵⁸.

Algumas atas existentes nos daria alguma noção da situação financeira do sindicato: a reunião ocorrida em 27 de junho 1956 aprovou, por unanimidade (votação secreta), a previsão orçamentária para o ano seguinte; na plenária de 12 de maio de 1957 a diretoria prestou contas; em julho de 1958, mais uma vez por unanimidade de votos, aprovou-se o orçamento de 1959. No entanto, não há números nem qualquer tipo de indicação de aumento, receitas ou despesas. Na prestação de contas, a assembleia só aconteceu em segunda chamada, devido à falta de associados⁶⁵⁹.

Nos primeiros meses de 1958, temos novas posses nas diretorias sindicais: em março, na Companhia Norte Alagoas, o subdelegado deixava o cargo; no mês seguinte, em Fernão Velho, Abelardo era reeleito. Talvez fosse um momento tão importante no Sindicato de Saúde que até mesmo o jornal governista cobriu a mudança de gestão. A solenidade, presidida por Edson Falcão, contou ainda com a presença do secretário Odilon de Souza Leão Filho (representando Muniz Falcão), Antonio Nogueira (diretor-geral da fábrica), Abelardo Lins e uma comitiva de Fernão Velho, além de José Reis, definido apenas como “ex-presidente do sindicato que, num gesto de solidariedade, dirigiu palavras de entusiasmo ao seu sucessor”. Membros da nova diretoria discursaram e um jovem operário, “representando todos os seus colegas de trabalho”, ao proferir um “amontoado de palavras bonitas, fez recordar o nome do grande protetor dos trabalhadores brasileiros, o saudoso Presidente Getúlio Vargas”. Após os discursos, todos se divertiram ao som de uma banda⁶⁶⁰.

A posse do reeleito Abelardo foi ainda mais festiva e prestigiada. O vice-governador Sizenando Nabuco prestigiou o evento e Muniz Falcão, expondo o racha em sua gestão, enviou seu próprio representante, o capitão Cícero Malaquias (“assistente militar do governador”⁶⁶¹); outrossim, fizeram-se presentes “várias autoridades civis e eclesiásticas”, entre eles o delegado do Trabalho. Dois membros da nova diretoria discursaram – Abelardo

⁶⁵⁷ Silvio Lira foi dirigente do PCB e secretário de organização do comitê estadual por muitos anos. Chegou a administrar a folha comunista e candidatou-se a vereador em 1958, mas não se elegeu.

⁶⁵⁸ SFV, Ata da reunião, 31 de maio de 1956.

⁶⁵⁹ SFV, Ata da reunião, 27 de junho de 1956, 12 de maio de 1957 e 24 de julho de 1958.

⁶⁶⁰ APA, POSSE FESTIVA DA diretoria do sindicato operário de Saúde. *Diário de Alagoas*. Maceió, 2 abr. 1958, p. 6.

⁶⁶¹ APA, MUNIZ FALCÃO TEM encorajado os trabalhadores a se organizarem. *Diário de Alagoas*. Maceió, 3 jun. 1958, p. 5.

Lins e José Idalício; da mesma forma fizeram uso da palavra Edson Falcão, Sizenando Nabuco e o vigário Salomão,

(...) que em sua oração deitou falas contra o comunismo, mas se esqueceu de dizer que aquela fábrica já condenou milhares de operários à tuberculose; que outros tantos estão no instituto sem receber suas pensões; que a lei de Previdência Social precisa de ser melhorada em benefício da classe operária; nem uma palavra disse aquele sacerdote contra a fome e o novo salário mínimo⁶⁶².

Diante do contentamento de Edson Falcão, Abelardo Lins agradeceu mais uma vez a confiança de seus companheiros em seu trabalho, “prometendo aos mesmos continuar na sua incansável luta em defesa dos direitos dos trabalhadores”⁶⁶³.

E, finalmente, Muniz Falcão compareceu a uma solenidade: em dezembro de 1958, empossou a nova diretoria do Sindicato dos Estivadores de Maceió, um dos mais antigos da capital, com uma imponente sede própria e um (provável) grande número de associados⁶⁶⁴. A presença do governador em tal evento já é por si só prova incontestada da força e importância dessa categoria no cenário sociopolítico alagoano. O jornal governista parecia não discordar dessa assertiva, ao deixar claro que Muniz “conta com inúmeros amigos no seio da laboriosa classe”. Além do governador, marcaram presença dois secretários de Estado, o pároco da Pajuçara e representantes da Delegacia Regional do Trabalho e da Delegacia do Trabalho Marítimo (Edson Falcão não compareceu). A nova diretoria possuía membros e suplentes para o conselho da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alagoas, mas nenhum sindicalista ligado a cúpula da entidade assistiu a solenidade⁶⁶⁵. Não há nas fontes qualquer registro de proximidade do Sindicato dos Estivadores com as querelas da Federação com a DRT ou em qualquer outro momento. Da parte dos comunistas, as fontes mostram uma grande proximidade do partido com os têxteis, conforme atesta Rubens Colaço em seu depoimento: “(...) porque havia uma penetração do Partido muito grande nos sindicatos de

⁶⁶² APA, SINDICATO DE FERNÃO Velho: tomou posse o sr. Abelardo Cavalcante. *A Voz do Povo*. Maceió, 27 abr. 1958, p. 4.

⁶⁶³ SFV, Ata da reunião, 20 de abr. de 1958.

⁶⁶⁴ Não há qualquer tipo de estudo acerca dos trabalhadores portuários da capital. A importância do Porto de Maceió para a economia alagoana também não foi mensurada como se deve.

⁶⁶⁵ APA, MUNIZ FALCÃO EMPOSSOU diretório do Sindicato dos Estivadores de Maceió. *Diário de Alagoas*. Maceió, 4 dez. 1958, p. 1.

Saúde, Fernão Velho e Rio Largo”⁶⁶⁶; mas não há informações sobre os portuários. Não é possível fazer qualquer tipo de conjectura acerca desses fatos.

Voltemos aos têxteis para discutir sobre a segunda gestão de Abelardo Lins à frente do sindicato. Mostrei acima um pouco da postura do PCB diante de seu mandato: os comunistas acreditavam piamente em sua reeleição⁶⁶⁷; várias autoridades prestigiaram sua segunda posse. Entretanto, a tabela 12 mostra que seu segundo mandato não foi completo, encerrando-se pouco mais de um ano depois. O que houve?

No início de julho de 1959, uma concorrida reunião aconteceu na sede social do Sindicato de Fernão Velho; Osvaldo Veloso, José Luiz Ferreira e Aurélio Cavalcante Vieira (presidente do Sindicato de Maceió) estavam entre os presentes. O motivo: informar aos associados sobre uma investigação acerca de possível desvio do patrimônio da entidade, sendo o presidente, naquele momento licenciado, o principal suspeito. Na ata, consta que Antônio Domingues dos Santos já atuava como presidente em exercício e este leu para a assembleia um documento cujo teor é o seguinte:

Declaro para os fins devidos, que recebi nesta data do senhor Pedro Farias da Silva, em nome do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Rio Largo, a importância de Cr\$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos cruzeiros) referente a quantia que lhe emprestei também em nome do mesmo sindicato, inclusive taxa de 2% de juros ao mês por ocasião da compra de uma caminhonete marca Chevrolet que o mesmo senhor comprou para aquela entidade. Fernão Velho, 3 de fevereiro de 1959.

O recibo estava assinado por Abelardo, que foi convocado a prestar esclarecimentos, mas não compareceu àquela reunião. A primeira medida aprovada foi o envio de uma solicitação ao secretário do Interior e Segurança Pública para abertura de inquérito policial visando apurar as irregularidades. Porque havia mais: além do empréstimo nebuloso, falou-se da venda da ambulância do sindicato sem o conhecimento da direção e dos associados. E não parou por aí: “Em seguida vários associados denunciaram irregularidades praticadas na administração do senhor Abelardo Cavalcante Lins, tendo a assembleia nomeado uma comissão de sindicância para fiscalizar e fazer um levantamento na documentação do movimento financeiro do sindicato”. Essa comissão convocaria o tesoureiro

⁶⁶⁶ MAJELLA, *Rubens Colaço...*, op. cit., p. 57. O interlocutor questionou-o sobre a participação das mulheres nos sindicatos e Colaço explicou que era possível fazê-lo graças à penetração do PCB nesses sindicatos, cujas fábricas possuíam enormes contingentes de mulheres, como dito no início desse capítulo.

⁶⁶⁷ APA, PARA PRESIDENTE DO sindicato: será reeleito Abelardo Cavalcante. *A Voz do Povo*. Maceió, 16 mar. 1958, p. 4.

e outros membros da gestão com o intuito de prestar esclarecimentos sobre as diversas acusações. Em vista de manter tudo na via da legalidade, uma cópia da ata seria enviada à DRT, formalizando a questão no órgão trabalhista oficial. Por fim, aprovou-se uma moção de confiança para Antônio Domingues, que presidiria o sindicato até que tudo fosse esclarecido⁶⁶⁸.

Na semana seguinte, como era de se esperar, a assembleia extraordinária estava repleta de operários, com pessoas fora do prédio do sindicato; além dos “convidados especiais”: o secretário do Interior e Segurança Pública, coronel Henrique Cordeiro Oest; o representante da DRT, José Gomes da Cunha; um vereador de Maceió, o comunista e líder operário Renalvo Siqueira dos Santos; e, mais uma vez, José Luiz Ferreira e Osvaldo Veloso – este último presidiu a assembleia a pedido do presidente interino. De acordo com o edital de convocação da mesma, a assembleia, com poderes deliberativos, objetivava saber dos associados “se o senhor Abelardo Cavalcante Lins (...) deveria ser afastado da presidência até o término do inquérito instaurado para apurar sua responsabilidade criminal”. Novamente convocaram Abelardo para prestar esclarecimentos e mais uma vez ele não compareceu.

Osvaldo Veloso franqueou a palavra e José Gomes se inscreveu para denunciar a suposta irregularidade da assembleia, por não ter sido convocada pelo presidente. Lembremos que naquele momento, segunda metade de 1959, os embates entre DRT e Federação dos Trabalhadores estavam muito acirrados e próximos de seu dramático desfecho, e o clima provavelmente refletiu nessa reunião, porque logo em seguida Osvaldo Veloso rebateu a desconfiança de Gomes. Para Veloso, o pensamento de Gomes “não tinham procedência, em face de Abelardo Cavalcante Lins ter passado o exercício da presidência ao Sr. Antônio Domingues dos Santos”, pois Abelardo e o secretário do sindicato estavam “de viagem marcada para o Rio, (...) para representarem os têxteis na capital da República”. Para espantar de vez qualquer desconfiança, a mesa “indagou dos senhores José Idalício da Costa, secretário do sindicato, Ulisses Gomes da Silva, tesoureiro”, se Abelardo, de fato, havia passado a presidência a Antônio Domingues, “tendo os mesmos afirmado ser verdade (...), [e] acrescentaram ainda que não é a primeira vez que este fato ocorre”.

Nesse momento, Veloso resolveu incendiar ainda mais a assembleia, ao questionar do representante da DRT “se a convocatória era ilegal, como afirmava, por que o mesmo tinha comparecido? Bastante exaltado e procurando tumultuar os trabalhos, o

⁶⁶⁸ SFV, Ata da reunião, 2 de jul. de 1959.

representante da Delegacia Regional do Trabalho declarou não concordar com a mesma e pediu licença”, deixando o local. Com isso, os trabalhadores votaram e, mais uma vez por unanimidade, afastaram Abelardo de suas funções “até a conclusão do inquérito”⁶⁶⁹.

Infelizmente, não sabemos o desfecho desse caso. Não há edições de *A Voz do Povo* para o período e o *Diário de Alagoas* aproveitou-se do problema para envolver Edson Falcão, cerca de um mês após os acontecimentos⁶⁷⁰. Nas atas, há um salto temporal até setembro, com relatos sobre a difícil situação financeira da Caixa Beneficente e mais uma menção negativa a Abelardo: o fiscal da Caixa, José Lisboa, “confessa que não fiscalizou porque o presidente Abelardo não autorizava a fiscalização a este órgão”. Ainda assim, José Lisboa é mantido na função, dividindo as obrigações com mais dois operários⁶⁷¹. Essa é a última ata de 1959 – o livro salta para abril de 1960, quando é empossada uma nova diretoria, tendo como presidente José Idalcio, ex-secretário da gestão de Abelardo, que sumiu das fontes.

A matéria do periódico governista citada logo acima apresenta um panorama do sindicalismo alagoano naquele momento, em consonância com a visão dos comunistas, mas com outros objetivos:

Considere-se que a vida sindical em Alagoas já está quase em colapso *devido à má administração aqui instaurada pelo representante do PTB*, que vem malsinando as organizações dos trabalhadores (...).

Apesar de, noutras épocas, o sindicalismo em Alagoas ter sido bastante florescente, nos últimos anos a vida sindical enfraqueceu muito em face do comportamento desleal e inescrupuloso do Sr. Edson Falcão⁶⁷².

Ou seja, não bastou ter sido praticamente fundado quando Muniz Falcão esteve à frente da DRT: o sindicalismo alagoano também era “melhor” naquela época. Nesses termos, Muniz fez mais pela classe trabalhadora alagoana quando atuou como delegado do Trabalho; como governador – e com outra pessoa no comando da DRT – os sindicatos alagoanos enfretavam

⁶⁶⁹ SFV, Ata da reunião, 10 de jul. de 1959.

⁶⁷⁰ A reportagem de capa basicamente acusa, de forma gratuita e irresponsável, o então ex-delegado do Trabalho de tentar transferir a sede do Sindicato de Fernão Velho para a casa do presidente afastado, Abelardo Lins. O motivo? “Não se sabe com que intuítos procedeu o Sr. Edson Falcão, suspeitando-se [que] esteja envolvido no escândalo que está sendo apurado em inquérito policial (...)”; em nenhum momento seu nome foi vinculado ao caso e nas poucas vezes que ambos são citados nas fontes parece existir uma inimizade. APA, EX-DELEGADO DO TRABALHO quis encobrir falcaturia no Sindicato de Fernão Velho. *Diário de Alagoas*. Maceió, 11 ago. 1959, p. 1.

⁶⁷¹ SFV, Ata da reunião, 13 de set. de 1959.

⁶⁷² APA, EX-DELEGADO DO TRABALHO quis encobrir falcaturia no Sindicato de Fernão Velho. *Diário de Alagoas*. Maceió, 11 ago. 1959, p. 1. Grifos meus.

irregularidades, corrupção, repressão e um completo atrelamento ao Estado, seja através da DRT ou do poder executivo. A política sindical do governador Muniz revela-se falha, favorecendo apenas as lideranças próximas e fieis ao Palácio dos Martírios.

5.1 OS CONGRESSOS SINDICAIS

Ao tempo em que o operário identificado apenas como Estevão esteve à frente do Sindicato de Fernão Velho, realizou-se o I Congresso Sindical de Alagoas, no dia 31 de janeiro de 1951. Não podemos inferir acerca da escolha da data, mas não deixa de ser simbólica: justamente no último dia de Eurico Gaspar Dutra como presidente do Brasil (e de Silvestre Péricles de Góis Monteiro como governador de Alagoas), período marcado pela ascensão do movimento operário e da repressão a esse mesmo movimento, além da cassação do PCB⁶⁷³.

Ao estudar os metalúrgicos cariocas, Marco Aurélio Santana destaca as dificuldades dos comunistas em participar do sindicato da categoria nesse contexto repressivo.

As restrições promovidas pelo governo Dutra ao processo de redemocratização em curso produziram no campo sindical o cerceamento da atuação da militância comunista. *Proibida de transitar no espaço sindical, a militância do PCB na base metalúrgica passa a atuar 'por fora' do sindicato, elegendo o interior da fábrica como local central de sua atividade*⁶⁷⁴.

Dessa forma, não é de se estranhar o fato de o I Congresso Sindical ter contado com forte influência e participação de lideranças e militantes do PCB. Nesse momento, os comunistas alagoanos estavam inseridos e atuando na base têxtil⁶⁷⁵, diante da impossibilidade de agir livremente no sindicato.

O evento nos fornece mais algumas informações e pistas acerca da situação sindical no estado. A conjuntura política era incerta: Getúlio Vargas acabara de voltar à presidência e Arnon de Mello assumia o poder executivo. Se o retorno de Vargas nutria a

⁶⁷³ SANTANA, Marco Aurélio. “Trabalhadores e militância sindical – A relação partido/sindicato/classe no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (1947-1964)”. In: RAMALHO, José Ricardo e SANTANA, Marco Aurélio (org.). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro – A trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: De Paulo Editora / FAPERJ, 2001, p. 169.

⁶⁷⁴ Ibid., p. 170.

⁶⁷⁵ Cf.: MOURA, Anderson Vieira. “Professando o credo vermelho: comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas na década de 1950”. In: SALDANHA, Alberto (org.). *A Indústria Têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2011, p. 55-90.

classe trabalhadora com alguma esperança, vimos no primeiro capítulo a forma de atuação de Mello em seu discurso de posse, quando mandou prender um grupo de militantes comunistas.

Do evento participaram portuários, operários têxteis, da construção civil e da indústria do açúcar, padeiros, comerciários, alfaiates e sapateiros. Alguns sindicatos que teriam atuação destacada dentro da Federação após a chegada de Muniz Falcão ao Palácio dos Martírios – Extração de Óleo, Termoelétrica e Metalurgia – não compareceram nem enviaram representantes. O redator comunista chamou José Viana e mais duas pessoas de “traidores”. Como não há maiores detalhes nem informações sobre Viana, não sabemos se ele já era ligado à Federação nesse momento – a incerteza se mantém, pois o texto destaca a criação e estruturação da “Central Sindical Estadual que será uma filial da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (C.T.B.)⁶⁷⁶”.

Sem qualquer tipo de apoio oficial, o congresso utilizou a tática dos comícios relâmpagos nas portas das fábricas – são citadas Carmen, Alexandria e Rio Largo, com a Norte Alagoas, mais uma vez, fora do radar sindical. A polícia tratou de prender e espancar os organizadores dos comícios em várias ocasiões. Em Fernão Velho, por exemplo, esfaquearam o jovem Jaime Miranda. “Mas a sanha da polícia e dos donos da Fábrica de Fernão Velho não intimidou os trabalhadores e para o Congresso eles enviaram uma delegação de 10 operários, inclusive menores”. Ao final, sabemos que o evento aconteceu em praça pública: “Impossibilitados de realizar a sessão do Congresso no Palácio do Trabalhador (?), os delegados reuniram-se na Praça Emilio de Maia”⁶⁷⁷. A interrogação mostra que nem mesmo o redator sabia o motivo de tal proibição: nesse momento, Muniz Falcão ainda era, oficialmente, delegado do Trabalho em Alagoas e o Palácio do Trabalhador foi uma de suas realizações no cargo. A proibição foi obra do governador Arnon de Mello ou do delegado do Trabalho? Certamente ambos estavam em rota de choque e Muniz já se dividia entre DRT e Câmara dos Deputados⁶⁷⁸.

⁶⁷⁶ Essa era mais uma tentativa do movimento de integrar todos os sindicatos. A CTB substituíra o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) e chegou ao fim ainda no governo Dutra. Cf. SANTANA, “Trabalhadores e militância sindical”, op. cit., p. 169. Em Alagoas, em 1932, por exemplo, foi criada a União Geral dos Trabalhadores, seguindo o caminho inverso: a partir da União surgiram vários sindicatos, como carroceiros, ferroviários, sapateiros, construção civil, alfaiates, trabalhadores das usinas e portuários. As primeiras entidades operárias alagoanas datam no século XIX. Cf.: MACIEL, Osvaldo. *Trabalhadores, identidade de classe e socialismo: Os gráficos de Maceió (1895-1905)*. Maceió: EDUFAL, 2009 e ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Crônicas alagoanas vol. II – Notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2006.

⁶⁷⁷ APA, INSTALADO EM PRAÇA pública o I Congresso Sindical de Alagoas. *A Voz do Povo*. Maceió, 18 fev. 1951, pp. 1-2.

⁶⁷⁸ Elegeu-se em outubro de 1950 e em sua foto oficial na sede da delegacia em Maceió, consta que ficou no cargo até 21 de março de 1951.

As resoluções do Congresso nos dão mais algumas informações relevantes. Segundo a nota, além do “salário de fome”, os operários alagoanos viviam “sem liberdade e sem organização eficiente para sua defesa”. Tutelados pelo Estado por meio do Ministério do Trabalho, imperava a intervenção ministerial: as diretorias eram as “impostas”, o que acarretava em falta de reuniões regulares e com pautas que não contemplavam “as reivindicações de seus associados” ou que representassem “os interesses dos trabalhadores”. Em São Paulo, maior polo industrial do Brasil, duas grandes categorias operárias estavam, nesse momento, fora de seus sindicatos, construindo “formas de organização de base independentes”. Somente a partir de 1952, metalúrgicos e têxteis paulistas retornaram em massa às entidades⁶⁷⁹. Paulo Fontes aponta como a intervenção estatal no Sindicato dos Químicos de São Paulo contribuiu de maneira significativa para conter o avanço da militância sindical dentro da fábrica Nitro Química⁶⁸⁰. Destarte, reforça-se a possibilidade de uma intervenção em Fernão Velho em 1955, conforme indicado acima. Ademais, essas diretorias alheias à classe trabalhadora justificariam a falta de associados em várias reuniões do sindicato, mesmo em diretorias eleitas pelos próprios trabalhadores.

Ao fim do Congresso, os operários reunidos naquele dia 31 de janeiro firmaram 12 pontos: “1 – Aumento Geral de salário, de acordo com o custo de vida familiar; (...) 2 – Salário igual para igual trabalho; (...) 3 – Abolição da assiduidade de 100%; (...) 4 – Aposentadorias e pensões” também deveriam sofrer reajuste, com o pagamento de salário integral; “5 – Extensão da assistência social aos associados agrícolas”; 6 – contra o pagamento do imposto sindical; “7 – Liberdade e autonomia sindicais; (...) 8 – Luta pelas liberdades e garantias democráticas; (...) 9 – Reconhecimento da C.T.B.; (...) 10 – Organização dos trabalhadores por setores profissionais; (...) 11 – Organização dos trabalhadores numa central sindical livre; (...) 12 – Defesa da paz”⁶⁸¹. Mesmo distantes, as lideranças sindicais alagoanas, sob influência dos comunistas, mostraram-se em consonância com duas grandes bandeiras defendidas pelo PCB (luta pela paz e pela democracia com volta do PCB à legalidade), e com as propostas do movimento brasileiro de uma forma geral, como a luta pelo fim da assiduidade integral. Paradoxalmente, no ano seguinte, a Comissão Intersindical Contra a Assiduidade Integral (CISCAI) organizou um congresso para discutir o

⁶⁷⁹ LEAL, op. cit., p. 339.

⁶⁸⁰ FONTES, *Um Nordeste em São Paulo...*, op. cit., pp. 233-234.

⁶⁸¹ APA, RESOLUÇÕES DO CONGRESSO Sindical de Alagoas. *A Voz do Povo*. Maceió, 18 fev. 1951, p. 4.

tema e Alagoas não enviou representante; do Nordeste, os estados que enviaram delegados foram Pernambuco, Paraíba, Ceará e Maranhão⁶⁸².

Se o I Congresso Sindical de Alagoas aconteceu apenas em 1951, o segundo possivelmente se verificou oito anos depois. A incerteza se dá porque nesse intervalo não há informações sobre um evento parecido e o congresso de 1959 intitulava-se II Congresso Regional dos Trabalhadores de Alagoas⁶⁸³. Com uma nova conjuntura e outro caráter, a convenção teve mais tempo e o Congresso começou a tomar forma em julho daquele ano. Muniz Falcão recebeu a comissão organizadora no Palácio dos Martírios e foi por ela convidado para ser o presidente de honra⁶⁸⁴.

Antes da visita ao governador, formou-se a comissão organizadora no Palácio do Trabalhador. Pelos nomes envolvidos é possível sabermos as mudanças entre o congresso de 1951 e o de 1959. Entre os mais conhecidos, tínhamos José Luiz Ferreira (presidente), Joel dos Santos (secretário), Aurélio Cavalcante (tesoureiro), além de Francisco Claudemiro e Daniel Alcântara. Para a comissão de divulgação, nomearam Nilson Miranda, o presidente do Sindicato dos Jornalistas e um representante do Sindicato dos Gráficos. Por fim, escolheram os temas a serem abordados durante o Congresso:

Normas Gerais da Tutela do Trabalho, Contratação Coletiva de Trabalho, Previdência Social, Organização Sindical, Legislação Social, Energia e sua Distribuição, Contenção do Custo de Vida, Direito de Greve, Salário Móvel, Posição diante do Fundo Monetário Internacional Nacionalismo, Reforma Agrária CODENO etc⁶⁸⁵.

Após reafirmar que a classe trabalhadora considerava Muniz Falcão um “verdadeiro líder”, a reportagem do *Diário de Alagoas* deu mais detalhes dos temas citados acima, dos quais destaco três deles. O primeiro, denominado “Da Previdência Social”, os trabalhadores propuseram-se a debater a lei que, naquele momento, regulava a previdência e o funcionamento das entidades administrativas, incluindo no debate o assistencialismo ligado à saúde (com criação de hospitais para tratar a tuberculose), ampliação dos benefícios e a cobrança do pagamento das contribuições à previdência feitas pelo Estado e classe patronal. Ponto importante e bastante discutido em reuniões sindicais, a Caixa Beneficente de Fernão

⁶⁸² LEAL, op. cit., p. 122.

⁶⁸³ Não encontrei informações a respeito do evento de 1957, exceto uma entrevista de Osvaldo Veloso ao jornal comunista, denominado I Congresso dos Trabalhadores de Alagoas e que ocorreu em janeiro de 1957.

⁶⁸⁴ APA, TRABALHADORES FARÃO CONGRESSO (setembro). *Diário de Alagoas*. Maceió, 8 jul. 1959, p. 1.

⁶⁸⁵ APA, ENTRE OS DIAS 3 e 7 de setembro. *Diário de Alagoas*. Maceió, 8 jul. 1959, p. 6. Apesar do título da reportagem, o evento aconteceu em outubro.

Velho, por exemplo, vivia no vermelho e a de Rio Largo passou por sérios entraves com a arrecadação. Era uma temática muita cara a toda classe, que sentia na pele a falta de itens básicos.

O segundo, “Da Legislação Social”, deságua na discussão apresentada nos dois primeiros tópicos deste capítulo. A proposta era aumentar o número de Juntas de Conciliação e Julgamento em Maceió e partir em direção ao interior do estado – fato que se concretizaria quase vinte anos depois. A Justiça Trabalhista abriu uma nova seara na luta pela garantia dos direitos adquiridos ao longo das décadas passadas, sendo cada vez mais utilizada pelos trabalhadores⁶⁸⁶. Em paralelo, a comissão colocava na pauta o direito de greve, assunto muito debatido nacionalmente e que gerava as mais diversas interpretações entre os magistrados. Ainda nesse ponto, havia um tópico referente à autonomia da classe, ao solicitar, em caso de acidentes de trabalho, que o benefício concedido fosse liberado para o trabalhador e não para os institutos de pensões. Diante de diretorias sindicais alheias à classe – e de irregularidades financeiras como o caso de Fernão Velho –, essa discussão adquiria suma importância.

Por fim, “Da Organização Sindical”, cujo primeiro item era “autonomia”, referendando, mais uma vez, as suspeitas acerca de intervenções estatais nos sindicatos e mais uma prova incontestada da relevância atribuída aos sindicatos pelos operários. Eram as suas entidades e deveriam ser geridas e controladas por eles. Como o provável intervencionismo afastou as bases, esse mesmo ponto abordava a sindicalização em massa, com o retorno daqueles que se afastaram e a filiação de novos membros.

A matéria finaliza com uma lista com todos os responsáveis pelo Congresso. Além da aludida comissão organizadora – com integrantes oriundos da Federação dos Trabalhadores nessa e em outras comissões –, as outras pessoas envolvidas e seus nomes são ainda mais reveladoras sobre a influência indireta do governador na modelagem do evento, sobretudo através da chamada “Assessoria Técnica do Congresso”. Lá estavam o líder do PCB alagoano Jaime Miranda e o advogado e redator da folha comunista Rubem Ângelo, mais o deputado estadual governista Cleto Marques Luz, o jornalista do *Diário de Alagoas*, Floriano Ivo Júnior e Osvaldo Veloso como “orientador sindical”⁶⁸⁷.

⁶⁸⁶ CORRÊA, op. cit., p. 24.

⁶⁸⁷ APA, PREPARATIVOS AO CONGRESSO dos Trabalhadores. *Diário de Alagoas*. Maceió, 12 jul. 1959, pp. 1-2.

Com apoio e verba oficial (Muniz “concedeu” 20 mil cruzeiros para a realização do congresso⁶⁸⁸), José Luiz e seus companheiros foram até os sindicatos realizar assembleias para divulgar o evento, efetuar a escolha dos delegados e discutir os pontos do temário. Mostrando o alcance e a grandeza do congresso, até mesmo aqueles sindicados de localidades mais esquecidas, como Saúde, Delmiro Gouveia, São Miguel dos Campos, Piassabuçu, Penedo e Pilar foram visitados⁶⁸⁹. À primeira vista, a visita a esses sindicatos tão desprezados por todo o movimento seria um indicativo de mudanças no sindicalismo oficial alagoano. No entanto, pelo que foi exposto até aqui, fica claro que o II Congresso Regional dos Trabalhadores seria utilizado – tanto pelo próprio, quanto por seus aliados – como mais uma grande realização do governador Muniz Falcão para com a classe trabalhadora, com um evento de alcance verdadeiramente estadual.

Com isso, entre 1 e 4 de outubro no Palácio do Trabalhador, realizou-se o II Congresso Regional dos Trabalhadores de Alagoas, com a participação do governador Muniz Falcão, deputados, vereadores, DRT (Manoel Rolemberg representou o órgão), Federação das Indústrias e lideranças sindicais vindas de outros estados: Roberto Morena (Rio de Janeiro), Lourival Sales (Bahia) e Plácido Pessoa (Pernambuco), “além de jornalistas, radialistas, advogados, industriais e comerciantes”. Com um maior alcance, o Congresso contou com delegados de 26 sindicatos e quatro associações também se fizeram presentes, vindos de Rio Largo, Pilar, São Miguel dos Campos, Penedo, Piaçabuçu, Delmiro Gouveia e, claro, Maceió. Entre as entidades, tínhamos: os sindicatos têxteis da Fábrica Alexandria, Saúde e Fernão Velho, metalúrgicos, trabalhadores da extração de óleo, da construção civil e energia elétrica, gráficos, estivadores e portuários, condutores de veículos e rodoviários, panificação, conferentes, comerciários, enfermeiros, calçados, bancários e jornalistas⁶⁹⁰.

Como presidente do evento, coube a José Luiz saudar aos presentes. Comentou sobre “as constantes lutas dos trabalhadores alagoanos” e como, graças “ao governo democrata do Sr. Muniz Falcão, os trabalhadores (...) já avançaram bastante, pois já se reúnem para num Congresso debater os problemas”. Diante do governador e do representante

⁶⁸⁸ APA, SABOTAGEM! VERBA MINISTERIAL. Edson Falcão contra o C. de Trabalhadores. *Diário de Alagoas*. Maceió, 19 ago. 1959, p. 1. A “sabotagem” seria uma possível interferência de Edson Falcão, já não mais em Alagoas, no Ministério do Trabalho, impedindo a entrega de uma verba ministerial para o congresso.

⁶⁸⁹ TRANSFERIDO (13 A 16) Congresso dos Trabalhadores de Alagoas. *Diário de Alagoas*. Maceió, 2 set. 1959, p. 6. A data do evento ainda seria modificada outras vezes, especialmente por conta de reformas no Palácio do Trabalhador, local do evento.

⁶⁹⁰ APA, VIBRAÇÃO PATRIÓTICA E reafirmação de luta na instalação do II Cong. dos Trabalhadores. *A Voz do Povo*. Maceió, 4 out. 1959, p. 4.

da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas, José Luiz asseverou “que além do governador Muniz Falcão representar uma garantia dos direitos dos operários, observava que o Capital e o Trabalho estão unidos visando o engrandecimento do país”. Ao encerrar, aludiu acerca do momento de liberdade por qual passava Alagoas.

O comunista Nilson Miranda mudou o teor dos discursos do primeiro dia. Segundo Miranda, o Congresso não servia apenas para os trabalhadores reivindicarem melhores salários, mas também para refletirem a respeito dos problemas do povo brasileiro de uma forma geral, não esquecendo, é claro, de suas próprias lutas, em especial pelo direito de greve e por uma previdência social realmente justa. A aproximação entre PCB e governo se deu na fala do vereador Renalvo Siqueira. Afirmou “que com o governo de Muniz Falcão uma nova era surgiu para os trabalhadores de Alagoas, pois há mais compreensão entre governo e trabalhador”. Fez alusão ao passado imediato, quando a repressão ao movimento operário era a tônica do Estado, governado por Arnon de Mello.

Por fim, Muniz Falcão discursou. Repetiu o teor de outros pronunciamentos, quando garantiu que o clima de liberdade e respeito seria mantido, em especial para as reuniões sindicais e do movimento operário, como era o caso do II Congresso. Comentou alguns dos eixos temáticos do evento e finalizou com suas principais realizações enquanto governador: a rodovia ligando Maceió a Recife e o plano de eletrificação do estado (que seria concluído apenas no governo seguinte)⁶⁹¹. De seus comentários em relação ao temário do Congresso, destaco sua fala sobre o direito de greve.

Aqui também será debatido o direito de greve e eu quero assegurar aos trabalhadores de Alagoas que o direito de greve tem sido respeitado em todo o estado e até 31 de janeiro de 1961, podem ficar certos os trabalhadores, o governo que teve a consagração do povo de Alagoas, é sagrado o cumprimento dos direitos democráticos assegurados na Constituição Federal⁶⁹².

As campanhas salariais apresentadas neste capítulo por si mesmas vão de encontro ao discurso do governador, quando reprimiu, através de seu representante legal, o movimento dos tecelões da Fábrica Carmen em 1956, e protelou uma greve geral via seus aliados dentro do sindicalismo, greve esta convocada por essas mesmas lideranças – pelo visto com o intuito de apenas dar alguma satisfação à base. Nesse sentido, o Congresso

⁶⁹¹ APA, INSTALADO ONTEM O Congresso dos Trabalhadores de Alagoas. *Diário de Alagoas*. Maceió, 2 out. 1959, pp. 1-2.

⁶⁹² APA, PERANTE O II Congresso dos Trabalhadores: Muniz Falcão reafirma suas posições patrióticas. *A Voz do Povo*. Maceió, 4 out. 1959, pp. 1; 4. Grifos meus.

parecia mais um evento para reforçar a ideia de um governo *dos* trabalhadores, quando na verdade pouco foi *para* os trabalhadores, além de fortalecer politicamente o nome dos próceres da Federação – e a falta de um operário na mesa de abertura, composta apenas de autoridades políticas, dar-nos uma dimensão das reais intenções desse encontro.

O II Congresso adotou o sistema de “assembleias democráticas para estudos, debates e medidas em defesa dos interesses trabalhistas e das reivindicações gerais do povo”. Ao seu fim, publicaram as seguintes resoluções: fortalecer a luta operária no estado, com o “reajustamento salarial, apoio a reforma da assistência social, pela aprovação da lei orgânica da Previdência, democratização da vida sindical, ações concretas contra a carestia de vida e medidas de reforma agrária” e discussões acerca do fortalecimento da nação perante os Estados Unidos⁶⁹³. Ainda que com um teor e caráter diferentes de 1951, as resoluções seguiam praticamente o mesmo caminho, apenas incorporando as tendências do momento. Ao fim e ao cabo, a liberdade sindical e a luta por melhores salários continuaram na pauta do movimento ao longo dos cinco anos de mandato de Muniz Falcão.

5.2 ACIMA DOS TRABALHADORES: AS FEDERAÇÕES

Existe mais uma instigante questão: o fato de não haver uma única entidade para os têxteis maceioenses; cada um das três fábricas da capital possuía seu próprio sindicato. Distância e dificuldade de locomoção entre as fábricas? Algumas poucas vezes o presidente de um sindicato comparecia na reunião de outro, mormente em questão “especiais”, como as campanhas salariais, na qual a união dos operários era de suma importância (além de ser uma pauta agregadora). O fato é que esse isolamento, intrínseco ao sistema de fábrica com vila operária⁶⁹⁴, contribuiu para essa divisão – e afinal, não era esse um dos objetivos desse sistema?

A divisão era amparada pela lei: a CLT permitia esse leque de sindicatos de uma mesma categoria e região e os têxteis de Maceió seguiram nessa toada até o fechamento das fábricas. Contudo, houve uma tentativa de unificação do movimento: em fevereiro de 1958, nascia a Federação dos Trabalhadores Têxteis de Alagoas. Legalista desde sua gênese, a reunião de fundação aconteceu na DRT, quando se escolheu também uma diretoria provisória

⁶⁹³ APA, ATO SOLENE DE encerramento do vitorioso II Congresso Regional dos Trabalhadores do Estado de Alagoas. *A Voz do Povo*. Maceió, 4 out. 1959, p. 1.

⁶⁹⁴ LOPES, *A tecelagem dos conflitos de classe...*, op. cit.

composta pelos presidentes dos maiores sindicatos: Pedro Farias, de Rio Largo, na presidência; o secretário era da Alexandria, Arlindo Feitosa; e o tesoureiro, Abelardo Lins (Fernão Velho). A curta nota do periódico comunista não informa sobre outros presentes à reunião e assim não ficamos sabendo do envolvimento dos sindicalistas do interior do estado e da sempre ausente Companhia Norte Alagoas nas questões sindicais. Informa-nos somente que as lideranças aproveitariam “a viagem do sr. Delegado do Trabalho ao Rio de Janeiro, [e] encaminharão por este os papeis para o necessário registro da entidade máxima dos têxteis em Alagoas⁶⁹⁵”. Tudo dentro dos rigores da lei.

No entanto, as aparições da Federação dos Têxteis na documentação são bem escassas. Na campanha salarial de 1958, por exemplo, não temos nenhum posicionamento da entidade. Dois anos depois, em junho de 1960, o então presidente do Sindicato de Fernão Velho, José Idalício, informou aos associados sobre um movimento iniciado na Federação dos Sindicatos Têxteis de Alagoas em prol de um novo salário mínimo, um ano e meio após o último aumento. Bem resumida, na ata consta apenas isso⁶⁹⁶. Infelizmente, a entidade não aparece mais nas fontes e não sabemos seu desfecho.

Poderíamos apenas inferir acerca de seu poder político e sua influência em todo o movimento operário se, de fato, tivesse se estruturado – e também de suas deficiências. Para tal, baseio-me nos números de têxteis alagoanos. De acordo com o censo industrial de 1960, a média mensal⁶⁹⁷ de trabalhadores têxteis em Alagoas caiu de 10.380 para 7.597 operários ao longo da década de 1950⁶⁹⁸. Entre as seis fiações e tecelagens (as maiores da categoria) do estado, havia 5.389 trabalhadores, dos quais 5.245 eram operários⁶⁹⁹ e apenas sete eram técnicos com curso superior. Em outras palavras, os têxteis alagoanos representavam 0,5% dos habitantes do Estado. Esses números são bem elucidativos para uma melhor reflexão a respeito dos trabalhadores urbanos de Alagoas.

Entretanto, se há pouca documentação para a federação dos têxteis, a Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alagoas deixou um pouco mais de pistas. Em seu trabalho acerca do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Lucília de Almeida Neves Delgado

⁶⁹⁵ APA, CRIADA A FEDERAÇÃO dos têxteis de Alagoas. *A Voz do Povo*. Maceió, 23 fev. 1958, p. 1.

⁶⁹⁶ SFV, Ata da reunião, 8 de jun. de 1960.

⁶⁹⁷ “A *média mensal* dos operários ocupados foi obtida somando-se o número de operários ocupados, no estabelecimento em cada mês do ano de 1959, (inclusive sócios e proprietários que trabalhavam efetivamente como operários), e dividindo-se o resultado pelo número de meses em que houve operários ocupados”. IBGE. Censo Industrial de 1960 – Paraíba, Pernambuco e Alagoas, p. XVII. Grifos no original.

⁶⁹⁸ IBGE. Censo Industrial de 1960 – Paraíba, Pernambuco e Alagoas, p. 65.

⁶⁹⁹ IBGE. Censo Industrial de 1960 – Paraíba, Pernambuco e Alagoas, p. 70.

propõe dois eixos investigativos: a própria estrutura sindical do país, com destaque para os meios utilizados para atuar dentro dos limites da lei, e a relação dos sindicatos com as bases, relação esta limitada pela própria lei. Delgado também sublinha a dependência que as intersindicais tinham de seus líderes e de sua vanguarda⁷⁰⁰. É exatamente essa subordinação à suas lideranças e um problema de autonomia perante o Estado que caracteriza a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), uma entidade criada pelo Estado.

Para John French, o verticalizado “sindicalismo oficial extraía sua força, não de seus membros, mas de sua relação com as elites que detinham o poder do Estado”⁷⁰¹. Foi exatamente isso que vimos nas vezes em que citei a Federação – a melhor representação do sindicalismo oficial em Alagoas – neste trabalho.

A CLT vetava a criação das intersindicais, permitindo a organização de trabalhadores apenas por categorias, em um sistema piramidal: sindicatos (municípios), federações (estado), confederações (país); daí a criação da CNTI. De maneira esquemática, Kenneth Erickson atribui aos sindicatos à preponderância nos embates econômicos, “enquanto as federações e confederações têm maior importância no campo político e administrativo, porque seus líderes geralmente possuem contatos em nível ministerial”⁷⁰², fato atestado nas entrevistas e declarações dos líderes da CNTI alagoana.

Dessa forma, o CGT e todas as outras intersindicais criadas no país no período, como o Pacto de Unidade Intersindical (PUI) e o Pacto de Unidade e Ação (PUA) foram uma alternativa “por fora” da lei, legitimada entre os próprios trabalhadores, com lideranças de dentro do movimento e disputada pelos mesmos. Essas intersindicais demonstram que havia alternativas ao sindicalismo oficial tutelado pelo Estado, que nem sempre era a única opção dos trabalhadores, mesmo que fosse a mais disseminada e conhecida. Na visão de Lucília Delgado, o surgimento do CGT “significa uma superação dos limites impostos pela Legislação corporativista, tornando-se uma organização marginal perante o Estado, mas existindo de fato enquanto organismo sindical com forte poder de liderança”⁷⁰³.

Os têxteis, sobretudo os da Fábrica Carmen, foram os mais combativos entre a classe trabalhadora no período de redemocratização, quando buscaram “construir de forma

⁷⁰⁰ DELGADO, *O Comando Geral dos Trabalhadores...*, op. cit., p. 83.

⁷⁰¹ FRENCH, John D. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classes em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo: Hucitec / São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995, p. 4.

⁷⁰² ERICKSON, Kenneth Paul. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p. 54.

⁷⁰³ DELGADO, *O Comando Geral dos Trabalhadores...*, op. cit., p. 89.

mais ativa o movimento operário alagoano, assumindo o papel de destaque” também “diante do proletariado em Alagoas”⁷⁰⁴. No campo sindical, todavia, a CNTI era quem possuía mais força e maior poder de mobilização em Alagoas nesse momento, tomando a frente nas negociações e assumindo o protagonismo do movimento, principalmente através da Federação dos Trabalhadores. A discussão passa por sua forma de atuação e sua inquestionável aproximação com o poder central. Como se sabe, uma profunda mudança ocorreu na CNTI apenas em fins de 1961, quando as principais lideranças finalmente perderam as eleições e uma “chapa encabeçada por Clodsmidt Riani, de oposição, tomou a direção do órgão do grupo liderado por Deocleciano de Holanda Cavalcanti”. Como atestado de um novo momento na CNTI, tínhamos as propostas dessa nova direção “a) 13º salário; b) participação nos lucros das empresas; c) salário-família; d) direito de greve; e) cumprimento da Lei Orgânica da Previdência Social; f) autonomia sindical; g) férias de 30 dias”⁷⁰⁵.

Um dos mais destacados líderes têxteis de São Paulo, Antonio Chamorro, possuía uma visão bastante crítica dessas organizações: “(...) a eleição mais perigosa que tem no Brasil no movimento sindical é a para cima do sindicato. É federação e confederação. Aí é uma desgraça, porque tem muita corrupção e o suborno é grandioso”⁷⁰⁶. Conforme demonstrado no capítulo anterior, nas federações votavam os delegados sindicais e não os trabalhadores – a Federação alagoana possuía menos de 15 delegados. Por exemplo, em decorrência da corrupção e do peleguismo da Federação paulista⁷⁰⁷, os comunistas empenharam-se na organização do PUI, uma das entidades paralelas criadas no interregno democrático (e em todas essas entidades os comunistas participaram ativamente).

Não possuo quaisquer informações que levantem dúvidas quanto à integridade da Federação alagoana – apenas o imbróglio durante a eleição relatado no capítulo anterior. O mesmo não pode ser dito de sua burocratização. Apresentei no capítulo anterior os principais líderes da entidade e vimos sua ligação com a CNTI. A todo o momento, em declarações, entrevistas e em seus atos (mormente o envio de telegramas), eles mostraram-se bem envolvido com deputados alagoanos, levando até eles a luta da classe operária e buscando solucioná-la por essa via. Contudo, parecia mais uma tentativa de envolver os políticos com os trabalhadores, posto que até mesmo a bancada trabalhista se mostrava alheia aos problemas

⁷⁰⁴ MELO, *A passos de tartaruga...*, op. cit., p. 2.

⁷⁰⁵ MATTOS, *Trabalhadores e sindicatos no Brasil...*, op. cit., p. 58.

⁷⁰⁶ Depoimento de Antonio Chamorro concedido ao pesquisador Fábio Munhoz, sem data. Fundo Fábio Munhoz, CEDEM / UNESP, *apud* CORRÊA, op. cit., p. 98.

⁷⁰⁷ CORRÊA, op. cit., p. 102.

da classe trabalhadora. A atuação desse grupo estava em consonância com a legalidade trabalhista e dentro dos preceitos da harmonia entre o capital e o trabalho. Apenas por isso já é possível entendermos que a luta dos trabalhadores seria sempre atravancada pela Federação, com o intuito de não desarmonizar esse embate. Ao mesmo tempo, eram aliados de primeira linha de Muniz Falcão. Relação semelhante pode ser vista em São Paulo, quando Jânio Quadros era governador:

Ao governador, portanto, interessava ampliar ainda mais sua esfera de influência e ao sindicato era vital ampliar os apoios, particularmente quando vindo do próprio governo estadual. *O apoio do primeiro mandatário do Estado ajudava a reforçar a própria legitimidade do movimento em um momento de tensão e conflito*⁷⁰⁸.

Alguns exemplos foram apresentados demonstrando o funcionamento e forma de atuação da Federação alagoana. Encerro com mais um, bem específico e elucidativo. Em meados de 1959, após a campanha salarial, Osvaldo Veloso concedeu mais uma entrevista ao *Diário de Alagoas*. Nesse momento, Veloso era secretário da CNTI no estado e supervisor das delegacias da entidade no Norte e Nordeste. O assunto em questão era de sumo interesse para os trabalhadores: a previdência social e o direito de greve. A previdência tinha uma série de problemas e carecia de uma melhor regulação; a chamada Lei Orgânica da Previdência Social ainda tramitava no Senado. Quanto ao direito de greve, a falta de uma legislação específica apenas trazia “prejuízos” e fortalecia a classe patronal. Sem a regulamentação, o movimento operário estava sujeito “a flutuações e caprichos de autoridades, que, legalizando-se algumas vezes e outras tachando-os de espúrios, fortaleceram ou enfraqueceram *movimentos que deveriam ser impendentes, ativos, e sempre legais*”⁷⁰⁹. Nesse sentido, enquanto o direito de greve não fosse plenamente regulado por uma lei específica, ficaria a mercê do Decreto-lei nº 9.070. Daí a “dificuldade” da Federação alagoana em convocar uma greve geral quando o salário mínimo não entrou em vigor, em 1959⁷¹⁰.

Mesmo diante do que foi exposto, o sindicalismo alagoano exerceu importante função entre o operariado, sobretudo nas questões assistencialistas (médicos, dentistas,

⁷⁰⁸ FONTES, *Trabalhadores e cidadãos*, op. cit., p. 169. Grifos meus.

⁷⁰⁹ APA, SECRETÁRIO DA CNTI à reportagem: dia nacional da previdência social e do direito de greve será em agosto. *Diário de Alagoas*. Maceió, 19 jul. 1959, p. 6. Grifos meus.

⁷¹⁰ Não estou, com isso, menosprezando o poder de uma ameaça de greve. Marcel van der Linder (op. cit., p. 246) aponta que esse recurso é uma das principais armas utilizadas pelos sindicatos e vimos como os operários da Alexandria souberam utilizá-lo a seu favor. No entanto, tencionei deixar claro o fato de como isso fora usado pela Federação mais para atravancar o movimento do que para, de fato, fazê-lo avançar. Dificilmente a entidade convocaria uma greve geral em pleno governo Muniz Falcão – como de fato não o fizeram.

remédios, advogados) e culturais (comemorações festivas e atividades esportivas). Além disso, independente da forma de atuação de suas lideranças, a Federação teve um papel fundamental na organização sindical de Alagoas, especialmente por agregar e unificar a luta em torno de si.

No que tange ao movimento operário em si, vimos diversas atitudes intervencionistas por parte do Estado, com uma vigilância constante exercida através de seu braço trabalhista, a DRT, sobre o pretexto de fiscalizar e fazer valer as leis trabalhistas nas fábricas. O intervencionismo estatal aliado à postura e certas decisões de alguns dirigentes, especialmente das associações, comprometidos com a classe patronal (e por ela apoiados) e com o poder executivo, terminaram por dispersar o movimento, com reuniões esvaziadas e desinteresse pelas questões sindicais, o que culminou em situações com essa em Fernão Velho relatada acima. Mesmo com essas dificuldades, os trabalhadores não abandonaram suas entidades de classe por completo e “mostraram que a luta fabril não dispensava os sindicatos existentes, estes que haviam sido arquitetados para controlá-los”⁷¹¹.

Ao lidarem com a organização pronta e acabada das entidades oficiais, com regras próprias estabelecidas pela lei, apropriaram-se das brechas existentes após a experiência acumulada em momentos anteriores. Mirta Lobato, ao estudar os trabalhadores dos frigoríficos argentinos, destaca justamente isso: cada vez mais conhecedora das “regras do jogo do trabalho fabril”, a classe operária conseguiu por meio de caminhos alternativos, redefini-lo. Aos poucos, modificou o caráter do sindicalismo de décadas anteriores⁷¹².

Os associados levaram até a entidade os seus problemas e angústias, pois sabiam que a luta por dias melhores passava pelos sindicatos e que, juntos, eram maiores que as diretorias⁷¹³. Os dois exemplos expostos no capítulo anterior demonstram como os operários foram até os sindicatos em busca de garantir seus direitos e, diante da imobilidade de suas diretorias, trouxeram a entidade consigo para o campo de batalha. A classe, ao seu tempo e seu modo, ia se constituindo como tal, historicamente.

⁷¹¹ NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)*. São Paulo: FAPESP/Boitempo, 2004, pp. 305-306.

⁷¹² LOBATO, Mirta Zaida. “O perigo vermelho – Comunismo e anticomunismo na experiência operária dos trabalhadores da carne (Berisso, 1930-1943)”. In: BATALHA, Claudio H. M., SILVA, Fernando Teixeira da, FORTES, Alexandre (org). *Culturas de classe – Identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005, p. 253.

⁷¹³ Paulo Fontes demonstra, por exemplo, como a subseção do Sindicato dos Químicos de São Paulo em São Miguel Paulista “tornou-se, naquele período, o principal polo de mobilização e discussão política na região” (FONTES, *Um Nordeste em São Paulo...*, op. cit., p. 215).

PARTE III

OS OPERÁRIOS TÊXTEIS DE MACEIÓ

INTRODUÇÃO

Classe é uma formação social e cultural (frequentemente adquirindo expressão institucional) que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes; e, em última análise, a definição só pode ser feita através do tempo, isto é, ação e reação, mudança e conflito. (...) Mas classe, mesmo, não é uma coisa, é um acontecimento⁷¹⁴.

A falta de documentação sobre os operários têxteis ou produzida por eles foi a principal dificuldade encontrada para o término desta tese. A Fábrica Carmen praticamente monopoliza as poucas fontes existentes. Aliem-se a esse fato as dificuldades de ordem historiográfica. Na espaçada produção alagoana, há poucos trabalhos acadêmicos acerca da classe operária urbana. Nesse oásis, são justamente os têxteis a se destacarem sobremaneira.

Durante o intervalo democrático entre 1945 e 1964, os funcionários das fiações e tecelagens eram o maior contingente de trabalhadores urbanos – em um estado de população majoritariamente rural. Apesar da importância ímpar para a economia alagoana e da proximidade com o governador Muniz Falcão, os portuários pouco são lembrados; as demais categorias surgem apenas como nota de rodapé ou por meio de suas lideranças (inclusive nesta tese). A meu ver, o curto legado documental dos têxteis – existente muito por causa do número elevado de trabalhadores –, ainda que rarefeito, é a principal razão para esse protagonismo. Somente os operários de Fernão Velho foram tema de uma dissertação de mestrado⁷¹⁵ e uma tese de doutorado⁷¹⁶. Por fim, por concentrarem a moradia no mesmo bairro, é mais fácil encontrar os antigos trabalhadores das tecelagens nas três vilas operárias de Maceió – no histórico bairro de Jaraguá também habitam muitos estivadores aposentados; porém, é bem mais disperso. No entanto, o pouco mostrado aqui revela como é de suma importância um estudo acerca dos portuários alagoanos – essa lacuna precisa ser preenchida pelos historiadores locais. Em conjunto com as pesquisas que tratam dos têxteis, poderemos alargar com mais propriedade a História Social e Política de Alagoas e jogar uma luz ainda maior sobre o período republicano no estado.

⁷¹⁴ THOMPSON, E. P. “As peculiaridades dos ingleses”. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p. 169.

⁷¹⁵ FARIAS, Ivo dos Santos. *Dominação e resistência operária no núcleo fabril de Fernão Velho (1953-1962)*. 2012. 114 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012.

⁷¹⁶ TAVARES, Marcelo Góes. *Do tecer da memória ao tecido da História: cotidiano e trabalho na indústria têxtil em Fernão Velho/AL (1942-1978)*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Não tive acesso a esse material.

Os têxteis alagoanos também foram examinados, direta ou indiretamente, por um punhado de dissertações e alguns poucos artigos, nem sempre publicados em revistas especializadas, circulando apenas entre um pequeno grupo de pesquisadores. Nesse conjunto, dois pontos se destacam em relação aos demais: a repressão ao movimento operário e a vigilância e o controle aos trabalhadores executadas por patrões e pelo Estado (ou com apoio e consentimento deste) em pleno período de redemocratização⁷¹⁷. Em razão disso, esta terceira e última parte versa sobre alguns outros aspectos do cotidiano dos têxteis maceioenses: moradia, acesso à saúde e à educação, higiene e outras formas de assistencialismo, buscando inseri-los na conjuntura proposta (1955-1961). Assim, após as questões políticas tratadas anteriormente, observaremos os trabalhadores de uma perspectiva mais abrangente. Entretanto, isso não significa dizer que esses dois assuntos não serão abordado. Pelo contrário, ambos perpassam por todo o texto, por meio de seus mais variados agentes (Estado e patrões) e ganharão, ao final, um parte apenas para analisá-los. O que pretendo mostrar é como esses temas estão ligados a outros aspectos do cotidiano operário, tirando-lhes o protagonismo, mas sem negá-los. A repressão e a vigilância eram constantes; cabe-nos agora explicitar as estratégias dos trabalhadores para viverem em um ambiente tão adverso a suas demandas e necessidades.

⁷¹⁷ Sobre a violência, perseguições, vigilância e prisões durante a democracia dos anos 1945 a 1964, ver: NEGRO, Antonio Luigi e FONTES, Paulo. “Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de polícia. O acervo do DEOPS paulista e o movimento sindical”. In: AQUINO, Maria Aparecida de, MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi de, e SWENSSON Jr., Walter Cruz (org). *No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2001, pp. 157-179. Ver também: MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, pp. 25-48.

6. MORADIA: A CASA COMO FORMA DE SUBORDINAÇÃO

Oh, a storm is threat'ning
My very life today
If I don't get some shelter
Oh yeah, I'm gonna fade away⁷¹⁸.

Penso ser necessário, para um melhor entendimento do que vem a seguir, situar o leitor geograficamente. Até mesmo os maceioenses podem não saber a localização exata das localidades citadas. Observe o mapa a seguir.

De forma bem grosseira, Maceió divide-se topograficamente da seguinte forma: a parte alta, um enorme tabuleiro onde se concentra grande parte da população, de povoamento mais tardio. No mapa abaixo, é praticamente toda a área cinza (com exceção das faixas litorânea e lacustre). Os únicos bairros assinalados que fazem parte dessa região são o Pinheiro (uma subdivisão mais recente do bairro Farol) e o Jacintinho; e a parte baixa, que engloba a orla marítima, os canais e as lagoas, onde encontramos uma maior movimentação econômica nos dias atuais, além de ter sido os primeiros núcleos de povoamento da capital. São os bairros destacados em branco e toda a faixa litorânea. As três fábricas e suas vilas foram construídas nessa região. No entanto, havia operários da Alexandria e da Carmen residindo em bairros da parte alta (Farol e Tabuleiro dos Martins, respectivamente). Essas duas foram erguidas às margens da Lagoa Mundaú e a Cia. Norte Alagoas próxima ao Rio Meirim.

O portão principal da Alexandria ficava defronte à maior ladeira do Bom Parto, bairro onde estava situada⁷¹⁹. Nessa região mais alta residiam alguns de seus operários, como Maria José da Silva. Em seu depoimento, contou-me que morou por um bom tempo no bairro do Farol e possuía casa própria (“casinha pequena”). No local, havia muito “mato” e sítios e seus pais, com quem morava, não quiseram “descer”, pois a família criava galinha e tinha um pequeno roçado. Para trabalhar, descia a ladeira a pé, tal como vários outros operários que moravam nas redondezas⁷²⁰.

⁷¹⁸ JAGGER, Mick e RICHARDS, Keith. “Gimme shelter”. In: Rolling Stones. *Let it bleed*. Londres: Decca Records, 1969. 1 Disco. Faixa 1.

⁷¹⁹ Hoje, boa parte do local é a sede da Secretária Municipal de Educação (SEMED) e o ginásio de esportes Tenente Madalena.

⁷²⁰ Depoimento de Maria José da Silva concedido ao autor em 29 de maio de 2014. Maria nasceu em 1930, em Maceió.

Mapa 1: os bairros de Maceió com maior concentração operária.



O bairro de Fernão Velho fica em um pequeno vale, cercado pela Mata Atlântica e pela citada Lagoa Mundaú, o que o deixava bem isolado⁷²¹. Distante 12 km do Centro de Maceió, seu acesso durante a década de 1950, por exemplo, dava-se apenas pela linha férrea –

⁷²¹ MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. *Fios da rede: industrial e trabalhadores na criação e expansão de um grupo empresarial (1920-1949)*. 2012. 239 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012, p. 183.

existente até os dias de hoje⁷²² – e por caminhos de terra por onde os moradores viajavam a pé, em meio à vegetação natural. E, é claro, uma estrada de rodagem (indicada no mapa a seguir), por onde os carros chegavam até o local. Talvez devido a esse fato, Aideé Santos tenha asseverado: “O povo [de Fernão Velho] nem sabia nem andar em Maceió”⁷²³. Jonas Hortêncio complementa: a vida cotidiana era em Fernão Velho. Ia à capital somente para fazer algumas compras⁷²⁴.

A parte superior era deserta: naqueles anos, quem subisse a ladeira que hoje dá acesso ao bairro e seguisse pela movimentada e povoada estrada da atualidade, só encontraria residências após cinco ou seis quilômetros de caminhada por veredas⁷²⁵. As terras ao redor da fábrica pertenciam ao dono desta, o industrial pernambucano Othon Bezerra de Mello, inclusive na parte alta. Algumas das casas localizadas no Tabuleiro dos Martins e em Fernão Velho⁷²⁶, residência de muitos operários, eram sua propriedade. Ao menos duas fontes fazem essa indicação. A primeira é o depoimento de Antonio Cardoso: segundo ele, havia operários residindo no Rio Novo, Satuba, Bebedouro e Flexal (uma localidade do bairro de Bebedouro), além do ABC e da Goiabeira; algumas das casas desses locais pertenciam à fábrica⁷²⁷. A segunda é o anúncio abaixo, publicado em um jornal de grande circulação, que comprova a posse das terras circunvizinhas à fábrica:

⁷²² De acordo com Golbery Lessa, baseando-se em depoimentos de ex-funcionários, “o transporte terrestre era precário (já que não havia linha de ônibus e o transporte ferroviário de passageiros era precário, pois os trens paravam em intervalos de tempo muito espaçados e sequer existia ramal de trilhos ligando Fernão Velho à parte alta de Maceió) (...)”. LESSA, Golbery Luiz. “Trama da memória, urdidura do tempo – *Ethos* e lugar dos operários têxteis alagoanos”. In: TENÓRIO, Douglas Apratto e LESSA, Golbery Luiz. *O ciclo do algodão e as vilas operárias*. Maceió: SEBRAE em coedição com EDUFAL, 2013, p. 154.

⁷²³ Depoimento de Aídeé Santos ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 1. 1 DVD. Color.

⁷²⁴ Depoimento de Jonas Hortêncio ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 5. 1 DVD. Color.

⁷²⁵ Esse é o caminho mais comum que se faz hoje, subindo a Chã de Bebedouro e passando pela Santa Amélia e Conjunto Medeiros Neto. Na década de 1950, para chegar a Fernão Velho via automóvel, seguia-se pela Durval de Góis Monteiro e entrava na Bomba do Gonzaga.

⁷²⁶ Fernão Velho tornou-se bairro de Maceió apenas no início do século XXI. Até então, era um distrito da capital alagoana. Ao contrário dos outros núcleos fabris, o bairro é relativamente extenso e abriga algumas pequenas localidades em seu interior, como a Goiabeira e o ABC, além do Rio Novo, outro bairro maceioense. As casas do núcleo fabril ficavam no “centro” de Fernão Velho, bem próximas da fábrica e outros prédios pertencentes à companhia. As casas da Goiabeira, do ABC e do Tabuleiro dos Martins, ainda que provavelmente fossem propriedades de Othon Bezerra de Mello Fiação e Tecelagem, não faziam parte “oficialmente” da vila.

⁷²⁷ Depoimento de Antonio Cardoso concedido ao autor em 22 de outubro de 2014. Antonio nasceu e se criou em Fernão Velho. Na Carmen, trabalhou por mais de 30 anos nas mais diversas funções, nunca como tecelão.



Figura 6: propaganda da venda de lotes de pertencentes ao proprietário da Fábrica Carmen. Fonte: APA, *Diário de Alagoas*. Maceió, 14 de jul. 1959, p. 5.

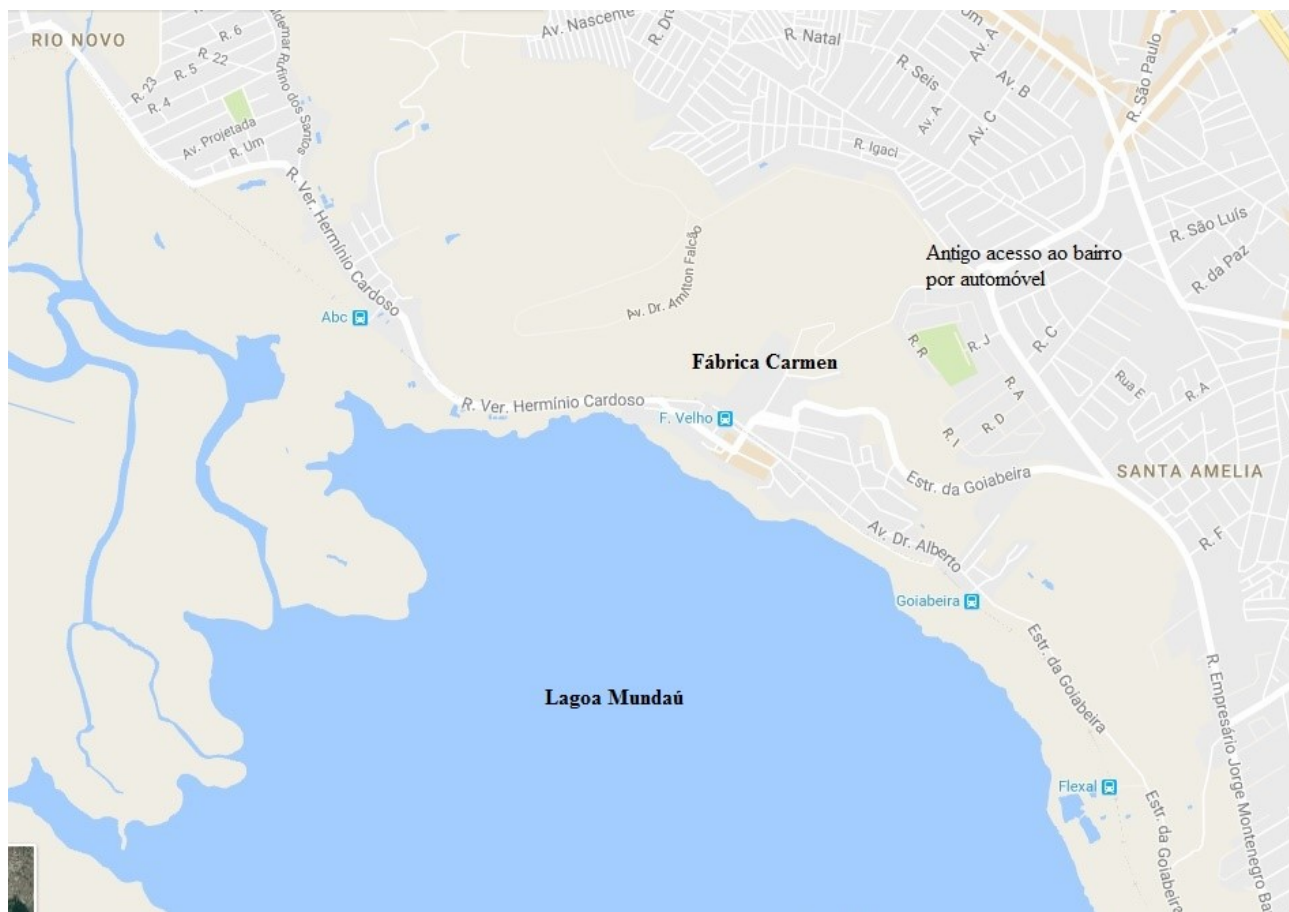
Percebamos que, após citar as dimensões do lote, a publicidade destacou suas principais vantagens: duas estradas de rodagem e ônibus de hora em hora, situação bem adversa daquela encontrada pelos trabalhadores da Carmen. Em seu depoimento, Antonio Cardoso falou sobre os problemas de deslocamento enfrentados pelos operários para saírem de Fernão Velho: “Aqui tinha o trem, mas não tinha na hora certa. Ônibus era perdido. (...) A gente saía daqui a pé (...), apanhava um ônibus lá em Bebedouro, onde é o Flexal. (...) Quando voltava era do mesmo jeito, aquela quantidade de 10, 15 pessoas tudo a pé de Bebedouro pra cá”,⁷²⁸. Além de isolados geograficamente, os têxteis da Carmen deparavam-se com uma grande dificuldade de transporte e acesso.

O jornal *A Voz do Povo* publicou uma matéria para demonstrar como estava “insuportável a desorganização dos transportes coletivos que fazem a linha Maceió-Fernão Velho. Não há horário certo e a maioria dos carros anda caindo os pedaços pela estrada”. Em todas as entrevistas que fiz, perguntei aos ex-funcionários como eles faziam para ir até Maceió e nenhum deles citou a existência desses automóveis – o mesmo ocorre com o material do projeto *Trama da memória, tessitura do tempo*, o que pode indicar, além dos

⁷²⁸ Depoimento de Antonio Cardoso concedido ao autor em 22 de outubro de 2014.

problemas apresentados pela reportagem, a pouca utilização desses veículos pelo grosso dos operários. Por outro lado, o redator comunista indicava justamente o contrário, quando se referiu aos “milhares de operários que se utilizam das lotações de Fernão Velho”⁷²⁹.

Mapa 2: Fernão Velho e suas principais sublocalidades.



Fonte: Google Inc.

Josefa Alves dos Santos deu um panorama geral dessa situação, complementando o relato de Antonio Cardoso:

Não saía muito, não, porque esses ônibus não tinham, não. O trem descia de manhã e subia à tarde. Pra você ir pra Maceió, você tinha que descer no trem e almoçar no hotel, porque não tinha, não podia; só quando o trem subia. [Só] Depois [foi] que chegou os ônibus. Quando eu cheguei aqui não tinha ônibus. Depois começou: o Gonzaga botou um e começaram a lotar e encheu. Para ir para Maceió era um sufoco: tinha que passar o dia lá (...). A não ser o povo que tinha carro, que ia e vinha de carro. Era muita pouca gente que tinha carro: o gerente, os mestres da fábrica, o dono, tudo tinha carro; os pobrezinhos é que sofriam.

⁷²⁹ APA, SEM HORÁRIO AS lotações de Fernão Velho. *A Voz do Povo*. Maceió, 12 jan. 1958, p. 1.

Ela ainda complementa: trabalhador não tinha carro, pois “o dinheiro dos operários mal dava pra comer”. Ao falar sobre outras formas de divertimento para além de Fernão Velho, a ex-liceira cita o Catolé⁷³⁰: “fui muitas vezes pra lá. O rio bem grande, a piscina toda no mosaico. A pessoa levava o lanche, comia, passava o dia, só chegava à noite. *Mas foi depois que chegou o ônibus*. O ônibus leva e depois trazia”⁷³¹.

Nesse sentido, a folha comunista tornou a publicar uma matéria sobre esse assunto. De acordo com a reportagem, apenas dois ônibus e quatro marinetes (um tipo de ônibus menor e bem antigo, bastante popular no Nordeste) serviam ao distrito e suas atividades encerravam às 18h – os carros não são citados. De mais a mais, havia “o estado deplorável” da “maioria dos transportes coletivos que servem aos habitantes de Fernão Velho e Tabuleiro” naquele momento, início de 1958⁷³². Decerto, essa era a situação geral do transporte público em Maceió, como outras reportagens do jornal. Todavia, é possível que o redator traçasse um esboço do Tabuleiro dos Martins como um todo. Essa região, composta por inúmeros bairros, engloba uma fatia generosa do território maceioense e por muitas décadas sofreu com problemas de transporte coletivo e isolamento.

E, se ainda assim, a Fábrica Carmen era a mais visitada por políticos, pelo delegado do Trabalho, lideranças sindicais e comunistas, podemos de antemão visualizar a situação na Cia. Norte Alagoas. Questionado sobre o acesso à vila operária, Luís Paulino falou das dificuldades: “Porque naquela época não tinha ônibus aqui. Quem queria ir a Maceió tinha que ir lá para aquela ponte [na entrada do povoado], na pista principal, esperar um caminhão de açúcar, caminhão que carregava coco (...)”⁷³³. A distância do local onde se localizava a vila da Cia. Norte Alagoas até a ponte citada é de mais de dois quilômetros por veredas, sendo necessário atravessar um riacho. Hoje em dia pode-se atestar o isolamento e as

⁷³⁰ O Catolé é uma espécie de “balneário natural” bem conhecido em Maceió e não muito distante de Fernão Velho. Encravado na Mata Atlântica, pelo local passa o Rio Mundaú (que deságua na lagoa de mesmo nome), sendo esse um dos motivos de ser muito procurado até hoje. A região pertenceu aos proprietários da Fábrica Carmen.

⁷³¹ Entrevista com Josefa Alves dos Santos concedida a Ivo dos Santos Farias em 13 de novembro de 2010. Maceió, 2010. 1 DVD. Color. Josefa era natural de Murici, em Alagoas, e chegou a Fernão Velho em 1940, aos 10 anos de idade. Seu pai era dono de um sítio em Murici e que vendeu, temendo perdê-lo para os proprietários da Usina Alegria, após muita pressão. Certamente esse caso é ilustrativo de muitos outros semelhantes – ela não é a única natural daquela cidade. Ao contrário das demais, ficou alguns anos trabalhando no liçador quando passou à fiscal da tecelagem, se aposentando nessa função.

⁷³² APA, FERNÃO VELHO VILA sem transportes. *A Voz do Povo*. Maceió, 9 mar. 1958, p. 2. O texto jogou a culpa pela situação no prefeito de Maceió e na empresa proprietária da fábrica, para depois, bem timidamente, cobrar o governador Muniz Falcão.

⁷³³ Depoimento de Luís Paulino concedido ao autor em 28 de outubro de 2014.

difficultades para se chegar até Saúde: só há uma linha de ônibus para abastecer o povoado e a pista que dá acesso é uma estrada de barro⁷³⁴.

Mapa 3: o povoado de Saúde.



Fonte: Google Inc.

Enquanto os deputados comunistas lutavam, em 1947, por passagens mais acessíveis e ônibus de qualidade para bairros pobres de Maceió (incluindo o Bom Parto), os moradores de Fernão Velho e Saúde viam-se isolados e desprovidos de transporte público, assunto que sequer entrou na pauta dos deputados trabalhistas e dos situacionistas ao longo dos cinco anos do governo Muniz Falcão. Na realidade, exceto pelas já citadas cobranças dos comunistas em seu jornal oficial, essa questão praticamente passou em branco por todos os governos do intervalo democrático.

6.1 O LAR OPERÁRIO

As três fábricas têxteis estudadas (Alexandria, Carmen e Cia. Norte Alagoas) possuíam vila operária e disponibilizavam casas, mediante pagamento de aluguel descontado em folha, aos seus funcionários em graus diferentes. Do ponto de vista espacial, a arquiteta

⁷³⁴ Novamente, caso queiram mais opções, os moradores de Saúde devem caminhar até citada “pista principal” (que liga Maceió a Recife pelo litoral), onde há uma parada de ônibus na entrada do povoado.

Telma de Barros Correia apresenta uma sucinta diferenciação que dialoga com caso maceioense:

Assim, julgamos pertinente nomear “vilas operárias” os grupos de casas – algumas vezes acompanhados de equipamentos coletivos, como escola, igreja ou clube – localizados dentro de cidades ou em subúrbios. Em se tratando de assentamentos isolados criados por indústrias, dotados de moradias e serviços essenciais, consideramos adequado chamá-los “núcleos fabris” ou “núcleos operários”, quando conservam uma dimensão reduzida e as empresas mantêm o controle sobre a vida econômica e política do lugar e, sobretudo, o monopólio sobre a propriedade imobiliária. Embora em termos de tamanho possam não se diferenciar das “vilas operárias”, afastam-se delas pelo isolamento em relação a outras aglomerações – com repercussões sobre o cotidiano local – e especialmente pelo grau de autonomia da empresa na gestão do lugar⁷³⁵.

Grosso modo, a Fábrica Carmen e da Cia Norte Alagoas encaixam-se na ideia de “núcleo fabril” apresentado por Correia. Por seu turno, a Fábrica Alexandria ilustra um caso típico de “vila operária”, pois se localizava em um bairro populoso de Maceió. Todavia, há outros elementos a serem analisados nesse contexto. Entendo que o estudo de qualquer núcleo fabril têxtil em Alagoas ainda deve dialogar com a noção de “fábrica com vila operária” apresentado por José Sérgio Leite Lopes em seu conhecido trabalho *A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”*⁷³⁶. Isso porque o antropólogo alarga o conceito historicamente, não se restringindo apenas à distinção espacial das vilas operárias⁷³⁷.

Para Leite Lopes, o isolamento intrínseco aos núcleos fabris não se restringe apenas ao controle patronal⁷³⁸. A escolha desse tipo de local era feita também devido a fatores econômicos. As matas ao redor das indústrias (Carmen e Cia. Norte Alagoas eram cercadas pela Mata Atlântica) serviam, primordialmente, para o fornecimento do combustível das caldeiras: a lenha. Ademais, a madeira era aproveitada para os mais diversos consertos. No povoado de Saúde, o Rio Meirim corta a estrada de terra que dá acesso à fábrica, cuja ponte era sempre reparada pela carpintaria da empresa, utilizando a madeira das matas ao redor,

⁷³⁵ CORREIA, Telma de Barros. “De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, ano III, nº 4. Recife: UFPE, 2001, p. 95.

⁷³⁶ LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”*. São Paulo: Marco Zero / Brasília: Editora de UnB em coedição com MTC/CNPq, 1988.

⁷³⁷ Com isso, não estou dirigindo críticas a Telma Correia, obviamente. A autora tem outras pretensões bem distintas das apresentadas aqui (e, frise-se, não deixa de citar a ideia de subordinação dos operários por seus patrões através desse sistema de moradias).

⁷³⁸ Sobre essa questão em Alagoas, ver: MELO, Airton de Souza. *Operários têxteis em Alagoas: organização sindical, repressão e vida na fábrica (1951 – 1964)*. 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012, pp. 80-81.

operários e seu imediato acesso a tais bens. Outrossim, encontrava uma forma de agregar estes antigos camponeses ao sistema fabril de forma indireta. Leite Lopes narra que, no caso específico de Paulista, além de controlar os preços, a administração da fábrica exigia que a venda dos produtos fosse feita exclusivamente na vila operária, fiscalizando intensamente não apenas os preços, mas suas fronteiras, impedindo os agricultores de comercializarem em outras freguesias⁷⁴².

Ainda segundo o autor, esse tipo de sistema é caracterizado pelas “fábricas que subordinam diretamente os seus trabalhadores para além da esfera da produção”⁷⁴³. Isto é, os patrões não se limitam apenas a controlar a força de trabalho: sua dominação estende-se para além dos muros da fábrica, suscitando as outras esferas da vida de seus funcionários fora do ambiente laboral, “através principalmente do recurso estratégico da moradia”⁷⁴⁴. Nesse sentido, as fábricas eram promotoras do lazer, da educação, do sistema de saúde, da religiosidade e, é claro, da moradia⁷⁴⁵.

Ao tratar de operários franceses no século XIX, Michelle Perrot constata a universalidade do tema. Segundo a historiadora francesa, o domínio patronal amplifica-se para além dos muros das fábricas, alcançado o cotidiano dos operários. Por meio das instituições, do Estado e de um sistema espacial previamente determinado, os proprietários fabris controlam a vida de seus funcionários até mesmo quando não estão trabalhando. Ainda de acordo com Perrot, o objetivo é muito mais do que uma “ordem do trabalho”: é uma adequação a disciplina fabril, visando um custo menor e sua reprodução em todas as esferas do trabalho⁷⁴⁶.

De antemão, já podemos inferir o quanto o poder público estava distante desses operários, surgindo apenas no período eleitoral ou em comemorações, muitas vezes através de

⁷⁴² LOPES, José Sérgio Leite. “Fábrica e vila operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa”. In: LOPES, José Sérgio Leite et. ali. *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação (estudos sobre trabalhadores urbanos)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (Série Estudos sobre o Nordeste vol. 5), pp. 73-76.

⁷⁴³ LOPES, *A tecelagem dos conflitos de classe...*, op. cit., p. 16.

⁷⁴⁴ LOPES, *A tecelagem dos conflitos de classe...*, op. cit., p. 38. Ver também: MELO, *Operários têxteis em Alagoas...*, op. cit., p. 85.

⁷⁴⁵ Por outro lado, nenhuma empresa alagoana desenvolveu um nível de dominação sociopolítica semelhante ao caso (típico) da fábrica de Paulista estudada por Leite Lopes – e corro o risco de vulgarizar o conceito definido pelo antropólogo. Quem faz o alerta é Lessa: “No caso alagoano, nenhuma fábrica fez coincidir sua área de domínio com todo o território de um município” (LESSA, op. cit., p. 123). O autor alagoano sugere que o caso mais próximo seria o de Rio Largo. No entanto, a Usina Leão (uma das maiores de Alagoas na primeira metade do século XX) estava localizada na cidade, rivalizando com a companhia têxtil.

⁷⁴⁶ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 71.

um representante. Isolados, os têxteis encontravam-se cercados pelo controle absoluto dos patrões, com o consentimento do Estado. Por conseguinte, a repressão patronal e a resistência operária terminam por se destacar entre os temas escolhidos pelos pesquisadores.

É o que podemos notar em duas dissertações de mestrado citadas anteriormente: *Dominação e resistência operária no núcleo fabril de Fernão Velho (1953-1962)*, de Ivo dos Santos Farias (Sociologia), e *Operários têxteis em Alagoas: organização sindical, repressão e vida na fábrica (1951 – 1964)*, de Airton de Souza Melo (História). Pelo título de ambas, observamos a atenção dada ao tema da repressão. Cada um dos autores dedica um capítulo para fazer um balanço da indústria têxtil no Brasil e em Alagoas, dos primórdios até os anos 1960⁷⁴⁷. As semelhanças de temas continuam, quando os dois autores analisam a divisão do trabalho no interior das fábricas dentro da lógica capitalista, a utilização do isolamento espacial das indústrias e a disposição da vila operária como formas de dominação patronal, sublinhando a exploração da força de trabalho e a resistência operária diante da vigilância constante. As mais óbvias diferenças entre os dois trabalhos estão na abordagem e na metodologia. Enquanto Farias envereda por uma discussão conceitual e teórica acerca desses pontos a partir de uma concepção marxista, Melo assenta sua análise em documentos (o jornal comunista *A Voz do Povo*, em atas do Sindicato de Fernão Velho e nas entrevistas do projeto *Trama da memória, tessitura do tempo*), aproximando-se mais de seu objeto.

A bem da verdade, Farias utiliza fontes documentais em seu texto. O autor ancora-se em algumas poucas edições do jornal comunista e também faz uso das atas do Sindicato de Fernão Velho e das entrevistas citadas acima (além de outras realizadas pelo próprio e o documentário “Memória da vida e do trabalho”). Contudo, Farias relaciona todas as esferas do mundo operário ao controle patronal para, em seguida, mostrar a “resposta” dos trabalhadores a esse mesmo controle, em especial uma greve ocorrida em 1962. Nesse momento, insere os comunistas em sua narrativa para debater a atuação do PCB em Fernão Velho. Os usos das fontes, nesse caso, são mais no sentido de exemplificar sua conceituação e debate teórico mais abstrato, bem comum em trabalhos sociológicos.

Melo, por seu turno, não foge do monopólio temático da repressão patronal dentro da lógica capitalista. O espaço geográfico do núcleo fabril, no seu entendimento, estava a serviço dessa submissão, sendo um elemento importante no controle dos funcionários feito

⁷⁴⁷ Esse, aliás, é o primeiro capítulo de Farias. Melo inicia apresentando o contexto político do período de redemocratização em Alagoas para, enfim, fazer o balanço no segundo capítulo.

pelos patrões, juntamente com a moradia, lazer, salário e assistencialismo. Por conseguinte, o autor, assim como Farias, apresenta logo em seguida o sindicalismo, o movimento operário e o cotidiano fabril como uma “resposta” ao caráter repressivo das vilas operárias. Destarte, a principal diferença entre seu trabalho e o de Farias está na abordagem documental: Melo parte das fontes e não do conceito para explicar seu objeto – além disso, inclui a todo o momento a realidade das outras fábricas alagoanas, ainda que a Carmen termine se destacando pelas razões já apresentadas anteriormente.

Dessa forma – e ao contrário do que possa parecer –, não vejo um exagero no uso da repressão como forma de abordar o universo têxtil de Alagoas, posto que este seja o objetivo desses estudos. Não apenas pela importância da questão, como também pelo seu ineditismo na historiografia alagoana. A possível obviedade se desfaz no exato momento em que consideramos que esses trabalhos fundam (juntamente com a publicação do mestrado de Osvaldo Maciel⁷⁴⁸) a pesquisa acerca os operários urbanos em Alagoas.

Outros autores utilizam a questão da moradia para debater a repressão em núcleos fabris – ou seja, é um tema relevante. Clarice Speranza, em estudo sobre os mineiros gaúchos, afirma:

O sistema fábrica-vila já era utilizado na exploração de carvão desde os séculos anteriores na Europa. Na França do século XIX, ele foi especialmente útil para garantir um enquadramento rigoroso e uma severa disciplina de trabalho, exigências desse tipo de produção. Tal enquadramento e disciplina tiveram repercussões importantes sobre a constituição identitária do grupo de mineiros, conforme [a historiadora francesa Rolande] Trempé⁷⁴⁹. *O isolamento retardou a organização de entidades de resistência, por exemplo, mas, por outro lado, alimentou comportamentos de revolta*⁷⁵⁰.

Essa espécie de via de mão dupla característico do isolamento espacial (impedir e ao mesmo tempo estimular a organização operária) está presente em praticamente todos os trabalhos. Os estudiosos demonstram, sobretudo por meio de entrevistas, como o retraimento dos núcleos fabris dificultou as ações do movimento operário, em especial nos seus primeiros momentos – vimos como o Sindicato de Fernão Velho foi tardiamente fundado, em um local com uma forte tradição anterior com sociedades mutuais. Quando os patrões não se aproveitavam de

⁷⁴⁸ MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *Trabalhadores, identidade de classe e socialismo: os gráficos de Maceió (1895-1905)*. Maceió: EDUFAL, 2009.

⁷⁴⁹ TREMPÉ, Rolande. Les caractéristiques du syndicalisme minier français et son apport au mouvement ouvrier français. *Halifax*, v. 16, n. 1, 1981, p. 144-154.

⁷⁵⁰ SPERANZA, Clarice Gontarski. *Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1954)*. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2014, pp. 69-70. Grifos meus.

sua presença constante da vida de seus funcionários para coibir diretamente a organização operária, o Estado cedia seus aparelhos trabalhistas para exercer tal função: a presença constante do delegado do Trabalho em reuniões sindicais e o posterior imbróglio com a Federação dos Trabalhadores é um caso ilustrativo.

De modo semelhante, outros estudos demonstraram o espaço fabril como um local de subordinação e adequação do trabalhador, principalmente aqueles (a grande maioria) de origem rural, não afinados com a realidade industrial.

O espaço fabril é, portanto, um espaço hierarquicamente organizado e disciplinado. (...) A efetivação da sociedade do trabalho passa a ser uma experiência da própria trajetória do capital, a partir do momento em que um processo de acumulação e de extração de mais-valia esteja em curso. A presença dos mestres e contramestres como peças fundamentais da estrutura hierárquica simbolizando o mando, o controle e a vigilância sobre o trabalhador, é uma característica geral da indústria têxtil brasileira no período. A facilidade na imposição da disciplina nas fábricas pode estar ligada à própria composição da força de trabalho, com grande número de mulheres e crianças, não pela incapacidade de resistência ou do conflito, mas pela transposição para o espaço da produção de uma situação de submissão e autoridade a que esses elementos já estavam subordinados em todos os aspectos da vida social⁷⁵¹.

Em fábricas com vila operária, essa subordinação extrapolava o ambiente de trabalho, englobando todas as esferas da vida do operário – daí o papel fundamental da moradia nesse processo de dominação. Outrossim, a presença de mulheres em número, no mínimo, igual ao de homens em setores importantes do processo fabril têxtil, como fiação e tecelagem, demonstra a clara opção patronal em duas vertentes: salários mais baixos pagos às trabalhadoras (cujo movimento sindical apenas levantou a bandeira em congressos, sem ações mais efetivas nesse sentido) e a manutenção de uma cultura de submissão já bem assentada na sociedade. Portanto, a comparação entre lar e trabalho feita por Heloísa Cardoso na citação anterior é tão ilustrativa – e algumas entrevistadas revelaram problemas de hierarquia com os contramestres no cotidiano laboral, quando estes claramente adotavam uma postura diferente com as operárias.

Embora seja essa a forma mais debatida e utilizada pela maioria dos autores, a moradia não deve ser associada unicamente à temática da repressão e do controle patronais. Murilo Leal lembra-nos que “a casa, a família, o bairro são os lugares onde ocorre o processo

⁷⁵¹ CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. “Disciplina e controle no espaço fabril: o trabalhador têxtil em Minas Gerais”. *Revista Brasileira de História*, vol. 6, n. 11. São Paulo: ANPUH, 1985-1986, p. 69.

de reprodução social, assim como as fábricas são o espaço de produção”⁷⁵². Nesse sentido, entender o espaço geográfico em sua plenitude – o bairro, a vila ou até mesmo a cidade – é essencial para analisarmos a moradia e não deixá-la terminar como sendo um fim em si mesmo.

Em seu estudo sobre a Nitro Química e o bairro paulistano de São Miguel Paulista, Paulo Fontes igualmente estendeu a noção de reprodução social da moradia. O autor mostra como as redes sociais forjadas ainda no local de origem dos imigrantes fortaleciam-se fora da fábrica, no bairro, consolidando laços de solidariedade e sendo essenciais para o amadurecimento dos operários enquanto classe. Essa interação entre os trabalhadores fora do ambiente de trabalho, na proximidade das casas dentro da vila, revelou-se um elemento vital para a superação do paternalismo fabril, em que o patrão era responsável e promotor de todos os aspectos da vida do funcionário⁷⁵³.

Em Fernão Velho houve um caso elucidativo. Avelino Francisco Silva, mais conhecido como Laranjeira, era um operário da Fábrica Carmen e afamado militante do Partido Comunista do Brasil (PCB) no bairro. No início de 1951, a fábrica o demitiu e, seis dias depois, o trabalhador entrou na Justiça do Trabalho para reaver seus direitos: indenização, férias e aviso prévio⁷⁵⁴. Praticamente todos os entrevistados recordam-se de Laranjeira e citaram o fato dele ter sido comunista – alguns foram além e relataram que Laranjeira fora muito importunado por patrões e polícia (a principal justificativa para sua demissão foi justamente a sua militância comunista na fábrica e no bairro); tanto é que, após um tempo, partiu em direção ao Rio de Janeiro e nunca mais retornou. Os entrevistados também afirmaram que Laranjeira sempre era visto com os irmãos Jayme e Nilson Miranda, além de Dirceu Lindoso (os mais conhecidos dirigentes do PCB alagoano) e realizava reuniões em sua barbearia, localizada em sua residência, em plena vila operária: uma casa da fábrica era utilizada como célula comunista em Fernão Velho. Nos momentos em que os

⁷⁵² LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 96.

⁷⁵³ FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 126. Ver também: FONTES, Paulo. “Migração nordestina e experiências operárias – São Miguel Paulista nos anos 1950”. In: BATALHA, Claudio H. M., SILVA, Fernando Teixeira da, FORTES, Alexandre (org). *Culturas de classe – Identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005, p. 363-402.

⁷⁵⁴ Sobre o processo, ver: MOURA, Anderson Vieira. “Professando o credo vermelho: comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas na década de 1950”. In: SALDANHA, Alberto (org.). *A Indústria Têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2011, p. 55-90. Sobre comunistas em Fernão Velho, ver: FARIAS, op. cit., p. 91.

sindicatos estiveram nas mãos de interventores, de diretorias apoiados e influenciadas pelos patrões ou eram visitados por elementos estranhos aos operários (como o delegado do Trabalho), a moradia certamente tornava-se um local alternativo para as discussões do movimento operário, sobretudo aquele mais combativo.

O sociólogo britânico Mike Savage é um dos principais estudiosos que relacionam o espaço físico com classe trabalhadora. “Os lugares não são apenas cenários passivos para o processo social, mas estão ativamente envolvidos na construção de identidades sociais”⁷⁵⁵. Savage questiona a ideia de que comunidades isoladas são mais propícias a um movimento sindical mais combativo e abertas ao pensamento comunista; por outro lado, comunidades mais urbanas (como Alexandria), por conta da alta rotatividade de pessoas (e ideias), haveria uma maior dificuldade de mobilização por parte dessas correntes.

O estudo de [Stuart] MacIntyre da “Pequena Moscou” mostra que, no período entreguerras, uma cultura política militante organizada em torno do Partido Comunista pôde ser criada em poucas comunidades industriais isoladas, frequentemente assentadas em torno de uma única indústria, tais como mineração ou têxtil. (...) MacIntyre mostra como o isolamento destas comunidades em relação ao mundo exterior permitiu ao Partido Comunista destacar-se, constituindo-se como o partido local de governo por desempenhar um papel-chave nos negócios locais. Nessas situações, o Partido Comunista estava apto a atrair lealdades e identificação locais e a se apresentar como o partido natural do governo municipal⁷⁵⁶.

Ainda de acordo com Savage, “seria simplista pensar que a mobilização da classe trabalhadora seja mais fácil em comunidades pequenas e densas do que em grandes conglomerados urbanos”⁷⁵⁷. O que podemos inferir é uma maior solidariedade nesse tipo de localidade, pois a noção de que todos estavam na mesma situação e enfrentavam os mesmos problemas diariamente, a percepção das deficiências de infraestrutura locais, por exemplo, era mais ativa em um número maior de pessoas – o que não significa uma apatia nas “comunidades urbanas”, como exemplifiquei na atuação dos trabalhadores da Alexandria na campanha salarial de 1958.

De maneira abrangente, observamos como José Sergio Leite Lopes expõe a situação da fábrica de Paulista: mesmo com o controle quase absoluto dos Lundgren, os têxteis daquela companhia conseguiram romper com o paternalismo reinante em determinados momentos, fazendo emergir a luta. Observar o lar além de seu viés disciplinador

⁷⁵⁵ SAVAGE, Mike. “Espaço, rede e formação de classe”. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 3, n. 5, janeiro-junho de 2011, p. 20.

⁷⁵⁶ Ibid., p. 23.

⁷⁵⁷ Ibid., p. 24.

e opressivo – mas sem perdê-lo no horizonte – é o entendimento que busco neste capítulo. Em virtude disso, essa mesma repressão e o controle nos núcleos fabris maceioenses, comprovados e fartamente discutidos em ambos os trabalhos citados (Farias e Melo), encontram-se mais diluídos e pontuados ao longo desta tese. Optei por uma análise mais geral desses temas para inseri-los em questões pouco abordadas ou até mesmo inexploradas pela historiografia alagoana.

6.2 OS NÚCLEOS FABRIS

Poderíamos mensurar a importância da moradia na vida dos trabalhadores têxteis – caso fosse necessário – por meio das entrevistas realizadas com ex-funcionários⁷⁵⁸. Todos os entrevistados por mim ou pelo projeto *Trama da memória, tessitura do tempo* possuem casa própria, quase sempre fruto de acordos com os patrões – e todos deram algum destaque a esse fato. Ainda que a classe patronal tenha utilizado a casa como elemento de barganha durante as negociações, visando diminuir os valores das pesadas indenizações trabalhistas de funcionários antigos ou em processo de aposentadoria, estes preferiram ficar com a casa na qual já residiam a ter que lutar na Justiça pelo pagamento integral de suas rescisões – lembremos que em alguns casos, as empresas já estavam em processo de falência, como aconteceu na Alexandria (encerrou as atividades em meados da década de 1960). Por lá, nem todos tiveram a chance de negociar com a empresa: “Só fazia acordo quem tinha mais de 10 anos” de fábrica; em outras palavras, os estabilizados no emprego pela lei. Entretanto, entre aqueles que foram chamados a fazer acordo, alguns abriram mão da morada: houve os que preferiram receber o dinheiro⁷⁵⁹.

Em seu depoimento, Antonio Cardoso elucida essa questão para o caso da Fábrica Carmen, em Fernão Velho:

Todos esses que fizeram acordo tinham mais de 30 anos [de fábrica]. [O patrão] Não tinha interesse de indenizar. Além de não ter interesse, a indenização de um funcionário como eu era um bom dinheiro (...). [Pergunto se todos conseguiram

⁷⁵⁸ O caso dos Lundgren na cidade de Rio Tinto, na Paraíba, é um exemplo claro de como a moradia é utilizada como forma de atrelamento e controle mesmo após o fechamento da fábrica. Cf.: VALE, Eltern Campina. *Tecendo fios, fazendo história: a atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964)*. 2008. 225 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008, p. 55.

⁷⁵⁹ Depoimento de Ednaura Oliveira da Silva concedido ao autor em 27 de maio de 2014.

casa] Só quem ele chamou pra fazer acordo. *Têm outros que se aposentaram por tempo de serviço e compraram a casa particular, compraram já a empresa*⁷⁶⁰.

Em outras palavras, provavelmente apenas uma minoria conseguiu sua casa da mesma forma que Antonio. Emília Souza foi uma delas: fez acordo com a fábrica para ficar com a casa onde mora até hoje em 1981, ano em que se aposentou. Não obstante, nem todos alcançaram esse objetivo: “(...) só quem estava na fila. Tiveram muitos que se aposentaram e não tiveram direito”⁷⁶¹. Maria de Lourdes da Conceição exemplifica a outra faceta, sublinhada na fala de Antonio. Vinda de outra cidade, primeiro morou no Tabuleiro dos Martins, em casa de aluguel. Após o casamento, mudou-se para a Goiabeira. Terminou suas mudanças na casa onde reside até hoje, próxima ao Recreio Operário. Por ser casa da vila operária, pagava aluguel à fábrica até quando, finalmente, comprou-a junto à direção, sem fazer acordo semelhante aos casos anteriores⁷⁶².

Muitos trabalhadores tiveram que procurar lares mais distantes desde o primeiro dia de trabalho; afinal, não oferecer moradia a todos os seus funcionários era uma estratégia largamente utilizada de controle patronal. Na Alexandria, por exemplo, havia uma regra bem clara: somente dois operários da mesma família tinham direito a uma casa da vila⁷⁶³. Contudo, era um expediente comum mais de uma família residir em uma mesma morada, sendo outra forma de os patrões utilizarem a moradia como forma de controle e até mesmo violência, como observa Leite Lopes: “Ela [a violência] está embutida, também, no cumprimento das ‘regras de residência’ da vila operária, particularmente nos seus períodos de superpopulação, quando várias famílias são obrigadas a coabitar na mesma casa (...)”⁷⁶⁴.

Em Fernão Velho, o maior núcleo fabril da capital, essa prática não era estranha: “Antigamente, (...) tinha casa de morar três famílias. (...) Cada uma tomava conta de um

⁷⁶⁰ Depoimento de Antonio Cardoso concedido ao autor em 22 de outubro de 2014. Grifos meus.

⁷⁶¹ Depoimento de Emília Souza concedido ao autor em 25 de setembro de 2014. Emília nasceu em 1935, em Fernão Velho, onde trabalhou por 35 anos na Fábrica Carmen. O pai era de Atalaia/AL e a mãe de Canhotinho/PE, mas se conheceram em Fernão Velho.

⁷⁶² Depoimento de Maria de Lourdes da Conceição Silva concedido ao autor em 20 de outubro de 2014. Natural de Murici, chegou a Fernão Velho em 1948, com 15 anos, para trabalhar. Aposentou com 30 anos de serviço, sempre como tecelã.

⁷⁶³ Maria José da Silva, com o apoio da mãe, aproveitou-se da imposição patronal para conseguir um emprego e superar o machismo do pai, que só permitia que ela trabalhasse em “casa de família”, algo que fez até seus 18 anos, quando se tornou operária. Seu irmão era empregado na Alexandria (juntamente com sua esposa) e já possuía um lar na vila. Seu pai consentiu que sua filha pudesse trabalhar na fábrica, juntamente com outro irmão, e assim Maria “ganhou” sua morada. Depoimento de Maria José da Silva concedido ao autor em 29 de maio de 2014.

⁷⁶⁴ LOPES, *A tecelagem dos conflitos de classe*, op. cit., pp. 191-192.

cômodo”⁷⁶⁵. Obviamente, havia resistências. Em seu depoimento, o sindicalista Luís Gitai comprova o uso dessa tática patronal, da qual era taxativamente contrário: “Na minha casa, não. Na minha casa não aceito (...). Na minha casa só eu de homem e de mulher minha mulher e de filhos, meus filhos”. No mesmo documentário, a fiandeira Maria de Lourdes revela que morou com seus três filhos na casa de uma colega de trabalho e, após algum tempo nessa situação, pediu aos patrões uma casa para si, o que conseguiu⁷⁶⁶. A Cia. Norte Alagoas igualmente colocou mais de uma família na mesma residência e criou um sistema para os trabalhadores solteiros, geralmente vindos de outras localidades: “eu me lembro que tinha de quatro a cinco castelos, que se chamava na época república e morava dez, doze, quinze homens solteiros, que vinham de fora, trabalhador de Fernão Velho, de Cachoeira, (...), Rio Largo, Alexandria (...)”. Em razão da rotatividade desses operários no emprego (sobretudo em momentos de grande euforia econômica ou de crises no setor), as repúblicas terminavam sendo uma opção barata e, ao mesmo tempo, atraente. Nesses locais, a maioria dormia em redes e havia um hotel (pertencente aos proprietários para hospedar trabalhadores especializados e visitantes ilustres) que fornecia comida para esses operários – certamente descontado do salário –, existindo também a opção de fazerem a própria refeição em um grande fogão nos fundos dos “castelos”. A fábrica possuía um refeitório, mas não fornecia alimentação: era apenas um espaço com mesas para os trabalhadores comerem o que traziam de casa. “Tinha gente que ganhava dinheiro somente pra carregar comida dos funcionários que não podiam ir pra casa meio-dia”. Os que moravam na vila, iam para casa; os outros, dependiam dessa marmitta⁷⁶⁷.

Ainda de acordo com Luís Paulino, na antiga vila da Cia. Norte Alagoas havia 216 residências. As casas eram brancas por dentro, com a parede da frente amarela e as portas vermelhas, com a área externa branca. As fachadas eram, assim, padronizadas, sendo impossibilitada a pintura externa de alguma cor diferente daquela determinada (como era comum nesse tipo de empresa). Por dentro, era permitido ao morador pintar da cor que quisesse – uma liberdade restrita e aparente, visto que eram mínimas as chances de haver condições financeiras de o morador arcar com os custos da pintura interna. As casas tinham

⁷⁶⁵ Depoimento de Antonio Cardoso concedido ao autor em 22 de outubro de 2014.

⁷⁶⁶ MEMÓRIA da vida e do trabalho. Direção e produção de Celso Brandão. Argumento: José Sérgio Leite Lopes e Rosilene Alvim. Roteiro: Regina Coeli. Maceió: Estrela do Norte, 1986. 20 min., som, color. Disponível em: <http://vimeo.com/77505991>. Acesso: 11 ago. 2016.

⁷⁶⁷ Depoimento de Luís Paulino concedido ao autor em 28 de outubro de 2014. Seu pai “tomava conta” do refeitório durante o dia.

três quartos e, no geral, quinze metros de profundidade por seis metros de largura. O aperto era “compensando” nos quintais, enormes, com mais de 30 metros, bastante utilizado para criar animais (galinha e caprinos, por exemplo). As ruas eram de terra, mas havia calçada nas casas, cobrindo toda a vila. Por volta da década de 1950, a energia elétrica era gerada pelas caldeiras e não mais por força hidráulica, e abastecia a fábrica e a parte externa da vila. Havia também um motor a diesel para eventuais necessidades, ligado apenas à fiação e tecelagem. “Tinha um chafariz público no meio do arruado. (...) Todo mundo apanhava água ali. Ali tinha um vigia. Ninguém bagunçava a água pra ficar água com as torneiras lá derramando. Tomar banho lá, não. (...) Era organizado”⁷⁶⁸.

José Sérgio Leite Lopes explica-nos as razões para a forma como as casas eram dispostas na vila, bem como seus usos pelos patrões:

“(...) existe a tendência à economia de espaço e economia na construção das casas ditadas pelo próprio cálculo econômico do empresário capitalista proprietário ou administrador dessas habitações operárias. Daí a tendência ao predomínio das casas coladas umas às outras e enfileiradas, que seriam mais econômicas quanto à sua construção tanto em relação às casas individualizadas quanto em relação aos grandes prédios. Estes últimos seriam próprios às fábricas com pouco terreno disponível, geralmente em meio urbano. Por outro lado, a forma *arruado* teria também a vantagem da visibilidade imediata apresentada por essa forma de agrupar os operários do ponto de vista desse observador hierárquico, que é a administração da fábrica, conseguindo assim estender o controle e vigilância de dentro da fábrica para o domínio das casas onde residem seus trabalhadores”⁷⁶⁹.

Apesar da suposta “organização” na vila da Cia. Norte Alagoas, tão apregoada repetidas vezes pelo entrevistado, o tema moradia por lá poderia ter um final bem triste e revoltante. Após o fechamento da fábrica (em meados dos anos 1980), as casas da vila operária seriam demolidas. A família proprietária alegava os altos custos de manutenção (como o IPTU) e ameaçou de forma velada expulsar os moradores de lá, mandando cada um ir “procurando o seu destino. (...) Então muita gente, com aquele dinheiro [da indenização], comprou terreno em Maceió (...). Outros compraram [casa] em Riacho Doce, Pescaria, Ipioca, Paripueira, nesse meio de mundo”. Por intermédio do então prefeito de Maceió, Fernando Collor de Mello (até hoje muito bem quisto no povoado), os ex-patrões doaram um terreno um pouco mais próximo da rodovia para a construção de uma nova vila, onde até hoje moram os antigos trabalhadores e seus familiares. Ao invés de demolir, os patrões permitiram aos ex-trabalhadores “desmancharem” as casas e usar o material na ampliação das novas (foram

⁷⁶⁸ Depoimento de Luís Paulino concedido ao autor em 28 de outubro de 2014.

⁷⁶⁹ LOPES, “Fábrica e vila operária”..., op. cit., p. 44. Grifo do autor. Ver também: FARIAS, op. cit., p. 75.

construídas as casas da COHAB – com seis metros de comprimento por cinco metros de largura – pela prefeitura de Maceió). Essa história me foi contada por mais de um morador em ocasiões distintas. Luís Paulino, com sua razão, ameniza o caso: “Indenizou todo mundo: se pagou bem ou se pagou mal, mas ele pagou. Isso é comprovado pelo sindicato dos trabalhadores, assinado pelo presidente do sindicato e nós todos recebemos nossa indenização”⁷⁷⁰.

Da Alexandria, sabemos muito pouco. Ednaura Oliveira assevera que as casas da vila possuíam dimensões diferentes: algumas que eram pouco maiores que outras, mas não explica o motivo. Telma Correia tem uma explicação razoável para essa prática: “O tamanho das casas variava tanto em decorrência do lugar do morador na hierarquia fabril quanto e razão do número de operários nelas residentes”⁷⁷¹. Ednaura deu-nos outras informações: “A fábrica só tinha uma pintura, que fazia de ano em ano. (...) Era amarelo. Quem quisesse botasse outra cor, mas a frente tinha que ser amarelo”. Os pedreiros da fábrica faziam o serviço de pintura e retoques – inclusive a interna, desde que o morador adquirisse a tinta⁷⁷².

Em Fernão Velho, Antonio Cardoso sustenta a existência de 1004 casas pertencentes à vila da Fábrica Carmen⁷⁷³. Independente do número, o ex-trabalhador nos forneceu mais algumas informações:

Nós não pagávamos aluguel. A casa era da empresa, mas a gente morava sem pagar, *tinha direito à moradia*. (...) Você ou eu, quem fosse morador da casa não tinha direito de pregar um prego, não tinha direito de mudar a pintura, tudo era com a

⁷⁷⁰ Depoimento de Luís Paulino concedido ao autor em 28 de outubro de 2014. A razão de Luís se dar por dois motivos: primeiro, ele ainda é funcionário (ainda que os proprietários do local sejam outros), atuando como vigia e zelador do espaço físico; segundo, ele fora repreendido em uma outra ocasião, por conta de uma entrevista vinculada na imprensa (não soube especificar o órgão nem entrou em maiores detalhes). No geral, penso ter deixado bem claro a forma como a família proprietária tratava seus funcionários.

⁷⁷¹ CORREIA, Telma de Barros. *Pedra: plano e cotidiano operário no sertão*. Campinas: Papirus, 1998, p. 121 *apud* FARIAS, op. cit., p. 75.

⁷⁷² Depoimento de Ednaura Oliveira da Silva concedido ao autor em 27 de maio de 2014.

⁷⁷³ Sem incluir as moradias da Goiabeira e ABC, por exemplo, que eram em menor quantidade naquela época e não há comprovações de todas pertencerem ao Grupo Othon. O ex-funcionário repetiu a informação mais de uma vez, em dias diferentes e não possui meios ou qualquer indicação que confirmem o número. Nem mesmo sabemos a quantidade de empregados – segundo alguns entrevistados, chegou a 5.000 na década de 1950, auge de sua produção. Por outro lado, até 1911, a União Mercantil (primeiro nome da Fábrica Carmen) era uma pequena indústria têxtil. A partir desse ano, os filhos do proprietário (o português José Teixeira Machado) assumiram a direção e iniciaram uma ampliação dos negócios industriais, aumentando de 80 para 1.000 o número de teares ao longo de sua gestão, que vai até o final da década de 1930 – vimos no capítulo 4 que, na década de 1920, a fábrica possuía menos de 1.000 operários e 550 teares. Esse aumento significativo na produção e nas instalações trouxe melhorias para Fernão Velho, que passou por um processo de urbanização com a construção de novas casas da vila. Em 1943, é adquirida pelo Grupo Othon, tem seu nome modificado e alcança seu apogeu. MELLO, *Fios da rede...*, op. cit. pp. 182-186.

empresa. E a pintura aqui de Fernão Velho era uma pintura única: branca com as portas verdes, todas as casas⁷⁷⁴.

Obviamente, Antonio Cardoso não se recorda (ou apenas ignora) o fato de o aluguel ser descontado em folha, conforme informaram outros entrevistados. No jornal governista *Diário de Alagoas*, a “Coluna Sindical de Rio Largo”⁷⁷⁵ abordou esse tópico:

“A lei nova criada para melhoria de condição social do trabalhador não permite interpretações outras que deturpem os propósitos do legislador. O DESCONTO DE UTILIDADES NÃO PODE REDUZIR O SALÁRIO ANTERIORMENTE AJUSTADO”. (RT-44-564.)

“Sem entendimento prévio com os empregados, é ilegal o ato do empregador que majora o valor das prestações alimentares e de HABITAÇÃO pagas pelo empregado”. (DOU 3/8/46, pg. 1432, DJ.)

Com os dois casos de jurisprudência citados, queremos, apenas, nos referir às *indústrias que fornecem habitações aos seus operários e injustamente majoram, constantemente os seus alugueis*, sem que para isto tenham havido razões⁷⁷⁶.

A coluna também sublinhou a forma como os patrões utilizavam a moradia para exercer seu controle e domínio, além de ser mais uma estratégia patronal para não pagar o salário mínimo decretado de forma integral, buscando as mais variadas formas de burlar a lei em vigor. A propósito, Michelle Perrot sublinha que, por muito tempo, o movimento operário lutou contra os valores dos alugueis e reivindicou preços mais justos e acessíveis: a morada enquanto espaço físico não era questionada. “Desta, fala-se em termos de custo, de peso no orçamento, não de conforto ou espaço. Não surpreende que as greves nada digam a respeito: não é esse seu objeto⁷⁷⁷”.

Voltando a Fernão Velho, Manuel Lourenço relata a quase completa falta de móveis nas residências da vila operária. Os moradores dormiam em esteiras, utilizavam tamboretes como cadeiras e as mesas eram bem rústicas, certamente fabricadas pelos próprios operários. A partir da década de 1950, os operários puderam comprar móveis industrializados,

⁷⁷⁴ Depoimento de Antonio Cardoso concedido ao autor em 22 de outubro de 2014. Grifos meus. Ainda de acordo com Antonio, o morador solicitava a pintura e a fábrica mandava os funcionários fazer o serviço. A ex-funcionária Josefa Alves dos Santos afirma que as casas eram pintadas anualmente. Cf.: Entrevista com Josefa Alves dos Santos concedida a Ivo dos Santos Farias em 13 de novembro de 2010. Maceió, 2010. 1 DVD. Color.

⁷⁷⁵ Publicada entre 1959 e 1960, o espaço semanal abordava assuntos referentes à vida operária na cidade de Rio Largo. Não encontrei informações acerca de sua autoria.

⁷⁷⁶ APA, COLUNA SINDICAL DE Rio Largo: desconto de habitação. *Diário de Alagoas*. Maceió, 19 dez. 1959, p. 5. Grifos meus.

⁷⁷⁷ PERROT, op. cit., p. 102.

comercializados pelo empório da fábrica e pagos em prestações descontadas diretamente na folha de pagamento, tal qual acontecia com o aluguel⁷⁷⁸.

Aidéa Santos conta que não havia luz elétrica nas casas e nem todas as ruas possuíam postes com iluminação: “Na praça era que tinha aqueles postes de pau (...) e aquelas lâmpadas pareciam uma brasa”⁷⁷⁹. Como dito acima, a energia produzida pela própria indústria servia para o consumo da mesma. “A energia produzida em hidroelétrica e distribuída via rede pública só se tornou disponível para a maioria das fábricas têxteis alagoanas a partir de 1955, quando houve a inauguração da usina de Paulo Afonso”⁷⁸⁰. Em Fernão Velho, isso aconteceu em 1958, mais precisamente na tarde do dia 12 de março, com a presença do governador Muniz Falcão e de Alberto Bezerra de Mello, diretor da Fábrica Carmen: “Passou, assim, aquele distrito, a receber energia de Paulo Afonso (...)”, através de uma subestação existente dentro da Carmen e construída pelos trabalhadores da fábrica⁷⁸¹. O que não fica claro é o alcance dessa distribuição, principalmente aos moradores do núcleo fabril. De acordo com Antonio Cardoso, até provavelmente a década de 1960, “não tinha energia pra todo mundo”. Em outro momento, asseverou existir energia nas residências, mas somente “para as lâmpadas”; nesse caso, o morador colocava a única luz existente no meio da casa para iluminar todo o ambiente⁷⁸².

Ao menos no ABC, em Fernão Velho, dois anos antes da inauguração da subestação construída na Fábrica Carmen, não havia luz elétrica nas casas dos operários que ali residiam. De acordo com a reportagem de *A Voz do Povo*, após sucessivos apelos à família proprietária do local, os moradores recorreram ao governador Muniz Falcão, em seu primeiro ano de mandato, para que este intercedesse e sensibilizasse os Bezerra de Mello. Em julho de 1956, os habitantes do ABC fizeram um abaixo-assinado e reuniram 500 assinaturas (se o número estiver correto, certamente mobilizaram os vizinhos da vila operária e da Goiabeira) e entregaram a Muniz. Em outubro, não obtiveram qualquer resposta. “É evidente que

⁷⁷⁸ Depoimento de Manuel Lourenço ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 2. 1 DVD. Color.

⁷⁷⁹ Depoimento de Aidée Santos ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 1. 1 DVD. Color.

⁷⁸⁰ LESSA, op. cit., p. 119.

⁷⁸¹ APA, FERNÃO VELHO LIGADO ao sistema de distribuição da “Nordeste”. *Diário de Alagoas*. Maceió, 14 mar. 1958, pp. 2; 6.

⁷⁸² Depoimento de Antonio Cardoso concedido ao autor em 22 de outubro de 2014.

semelhante silêncio do Sr. Muniz Falcão compromete o prestígio que o governador goza entre os operários”⁷⁸³.

Questionei Antonio Cardoso se havia água encanada, ele respondeu: “Água tinha suficiente. Ainda hoje tem três açudes imensos”. Tornei a questionar dando ênfase ao acesso à água em casa: “Distribuí pra todo mundo”, algo que deve ter acontecido provavelmente algum tempo após a chegada de energia proveniente de Paulo Afonso. Aidée Santos foi categórica: “Não existia água encanada. Eram aquelas cacimbas lá atrás”. Ainda segundo a ex-liçadeira, a partir do momento que a família Leão comprou a fábrica, começou-se a pensar em saneamento básico e na construção de esgotos para as casas da vila operária. Antes disso, existiam valas no quintal e córregos nas portas das casas. Não havia calçamento, as ruas eram de barro batido.

Josefa Alves corrobora o depoimento da ex-liçadeira. Josefa não nasceu em Fernão Velho: sua família chegou em 1940. “Quando eu cheguei aqui, tinha muita pouca gente. A rua só chegava até a Rua Nova, aí embaixo. Aqui em cima tudo era terra, era mato. Essa rua todinha daqui de cima, Bela Vista, foi feita depois que eu cheguei aqui”. Mais a frente, complementa: “As ruas eram na lama, todinha na lama, até a feira”. Entre meados daquela década e o fim, as ruas foram terminadas, ou seja, durante a gestão dos Bezerra de Mello. Ainda segundo Josefa, o acesso à água se dava por “um brejo com uma bica, todo mundo apanhava água e tomava banho”. Somente algum tempo depois, construiu-se “esses açudes todinhos e botou água para as casas, não tinha, não”⁷⁸⁴.

Com efeito, essas melhorias executadas inicialmente pela família Leão e seguidas pelos Bezerra de Mello demoraram bastante a se consolidar e não envolveram todo o distrito Fernão Velho. Em 1958, muitas casas do local não possuíam aparelhos sanitários (algo bem comum em Maceió naquela época) e “faziam-se os despejos numa valeta de água corrente”⁷⁸⁵, geralmente nos quintais das casas.

O caso da Alexandria é mais ilustrativo e com uma disposição semelhante a Saúde – e sendo uma indústria situada em uma porção populosa de Maceió, reflete as circunstâncias

⁷⁸³ APA, LUZ PARA OS operários do ABC. *A Voz do Povo*. Maceió, 7 out. 1956, p. 2.

⁷⁸⁴ Entrevista com Josefa Alves dos Santos concedida a Ivo dos Santos Farias em 13 de novembro de 2010. Maceió, 2010. 1 DVD. Color.

⁷⁸⁵ APA, COM VISTAS À saúde pública. *A Voz do Povo*. Maceió, 9 fev. 1958, p. 2. Contudo, esse não era o objetivo da matéria: além dessa situação, o capataz Campina (citado por alguns entrevistados como um homem violento e que perseguia os operários a mando e com o consentimento dos patrões) utilizou cimento para fechar a citada valeta. “Como os moradores protestaram, disse-lhes [Campina] que eles comprassem caixões e estava tudo resolvido”.

da capital. O jornal comunista denunciou em diversas oportunidades as condições em que se encontravam alguns bairros maceioenses, como, por exemplo, Prado e Ponta Grossa, circunvizinhos ao Bom Parto: “Em toda Maceió, a cada passo que se dá só se encontra lixo, lama e água podre”⁷⁸⁶. A fábrica construiu uma caixa d’água na parte superior, no bairro do Farol, em um lugar que Maria José da Silva chamou de “vila operária” (onde morou com os pais antes de mudar-se). Como não havia água encanada, os moradores carregavam água do chafariz, em enormes filas, pois era o único local onde poderiam conseguir água⁷⁸⁷.

Fernão Velho e Saúde, ao contrário do Bom Parto, eram bairros que efetivamente pertenciam aos proprietários das fábricas ali instaladas, visto que estes eram provedores de toda infraestrutura da localidade. A precariedade dessa mesma infraestrutura denota a falta de cuidado dos patrões com temas externos à produção; por conseguinte, revela a ausência do Estado em garantir os moradores de condições mínimas para a moradia – a casa, dessa forma, tornava-se um fim em si mesmo.

Sistema eficiente de esgotos, limpeza urbana e recolhimento de lixo, distribuição de água e energia elétrica em todo o bairro, transporte público e conservação dos espaços comuns de convivência: tudo isso estava sob responsabilidade das empresas e podemos inferir com algum grau de certeza o interesse e o financiamento dispensado para tais questões. O Bom Parto, por sua vez, era um bairro tipicamente maceioense, pertencente à cidade (veja o mapa 4). Sua precariedade expressa as condições em que viviam os moradores das periferias da capital alagoana, mormente no que tange ao saneamento básico, acesso à água encanada e o insuficiente transporte público⁷⁸⁸. Vale citar que essa não era uma situação exclusiva de Maceió para esse período. Em São Paulo, por exemplo, são numerosos os casos de lutas dos moradores – muitas vezes organizados em entidades próprias ou ligadas ao PCB – por melhorias em bairros periféricos da maior cidade do Brasil⁷⁸⁹.

O saneamento básico e o aspecto das paisagens urbanas vigentes eram preocupações antigas e interligadas em algumas capitais e grandes cidades brasileiras desde, pelo menos, o final século XIX, e suscitaram diversas ações do poder público nesse sentido.

⁷⁸⁶ APA, ONDE A CISTERNA Sr. Prefeito? *A Voz do Povo*. Maceió, 5 jan. 1958, p. 3.

⁷⁸⁷ Depoimento de Maria José da Silva concedido ao autor em 29 de maio de 2014.

⁷⁸⁸ Cf.: AMARAL, Luciana Pucu Wollmann do. “Barreto, ‘bairro operário’: trabalhadores, política e associativismo em uma comunidade operária fluminense nos anos 1940 e 1950”. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 3, nº 5, janeiro-junho de 2011, p. 114-135.

⁷⁸⁹ DUARTE, Adriano Luiz. “‘Em busca de um lugar no mundo’: movimentos sociais e política na cidade de São Paulo nas décadas de 1940 e 50”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 42, julho-dezembro de 2008, p. 195-219.

“Essas experiências inspiravam-se na medicina social e foram articuladas em torno do ideário de civilização e progresso comum em países como França e Inglaterra”; posteriormente, Estados Unidos⁷⁹⁰. Tais mudanças objetivaram, segundo o discurso oficial, combater principalmente surtos epidêmicos nos subúrbios e nos centros dessas cidades, quando essa região ainda oferecia moradias a preços mais baixos; de outro modo, promoveram uma profunda alteração estética aliada à especulação imobiliária, com a retirada de cortiços e vilas nos quais residiam, majoritariamente, membros das classes subalternas, em especial trabalhadores⁷⁹¹. Segundo Fabio de Sousa, as ações do poder público tinham esse duplo caráter: combater as epidemias e moldar o espaço “às exigências do capitalismo em expansão”⁷⁹².

Thompson nos mostra como isso era um grave problema na Inglaterra, nação que servia de modelo para as autoridades brasileiras.

Porém, na medida em que as novas cidades industriais envelheciam, multiplicavam-se os problemas de abastecimento de água, saneamento, superpopulação, além dos gerados pelo uso de casas para serviços industriais (...). Essas condições, nas vilas rurais ou nas aldeias têxteis, eram, provavelmente, tão precárias quanto em Preston ou em Leeds, mas a dimensão do problema era certamente maior nas grandes cidades, pela facilidade de proliferação de epidemias⁷⁹³.

Os moradores das cidades industriais inglesas também conviviam com o odor proveniente dos esgotos (e do lixo industrial) que corriam pelas ruas. Os trabalhadores sentiam na pele as mais nefastas consequências da Revolução Industrial.

Não nos esqueçamos de que, por conta de sua localização (à beira de lagoas e próxima a rios), o saneamento básico nesses bairros operários de Maceió poderia motivar as autoridades e os patrões a remediarem os prováveis surtos de doenças, em especial as verminoses típicas dessas localidades. No entanto, a julgar pelos relatos dos ex-operários, suas idas aos ambulatórios e postos de saúde eram motivados por doenças mais “imediatas”, como dores, febres e acidentes de trabalho. Não havia trabalho preventivo. Por sua importância e por estar diretamente relacionada ao que foi posto nesse capítulo, a saúde é abordada no próximo capítulo.

⁷⁹⁰ SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. “Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945)” *Revista Brasileira de História*, vol. 23, n. 46. São Paulo: ANPUH, 2003, p. 63.

⁷⁹¹ Cf.: CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim – O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2º ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

⁷⁹² SOUSA, op. cit., p. 63.

⁷⁹³ THOMPSON, E. P. *A formação classe operária inglesa II – A maldição de Adão*. 4º ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002, p. 185.

7. O ACESSO À SAÚDE E SEUS LIMITES

Via de regra, quando se aborda a saúde dos operários em pesquisas acadêmicas, os acidentes de trabalho são unânimes; porém, em poucos casos protagonizam: surgem mais como consequências das condições de trabalho⁷⁹⁴, ainda que haja uma clara e inerente correlação entre saúde e ambiente de laboral. Por seu turno, poucos historiadores adentraram nessa seara, carecendo de uma maior pluralização nas pesquisas, seja em relação ao alcance geográfico ou em uma maior diversificação das diferentes categorias profissionais⁷⁹⁵.

E. P. Thompson, por exemplo, não se furtou e teceu alguns comentários acerca desse assunto. Tratando do início do século XIX, demonstra como melhorias na higiene e no processo de trabalho afetaram diretamente a saúde dos operários, especialmente após uma carga horária definida (e reduzida), melhorias técnicas no maquinário e uma maior higienização do ambiente de trabalho⁷⁹⁶. Maria Elisa Lemos Nunes da Silva explica-nos a principal razão para os acidentes de trabalho protagonizar os poucos estudos que discutem a saúde do trabalhador: eram acontecimentos que chocavam, interrompiam o processo de trabalho e mobilizava os companheiros – mormente quando os patrões negavam sua responsabilidade e jogavam no trabalhador toda a culpa pelo acidente. As doenças adquiridas em decorrência do serviço desenvolviam-se mais lentamente; em alguns casos, silenciosamente, sem que o enfermo desconfiasse de sua situação até ser muito tarde⁷⁹⁷. A grande dificuldade, então, era correlacionar uma doença adquirida com a atividade profissional exercida, sobretudo diante de uma grande pressão e repressão patronais. Ademais, na imensa maioria dos casos, o único médico a que tinham acesso os operários era aquele oferecido e pago pela fábrica, o que só aumentavam os obstáculos. Maria Elisa da Silva sublinha a recorrência de um mesmo tipo de acidente, sem que a empresa realizasse um trabalho de prevenção para evitá-los⁷⁹⁸.

⁷⁹⁴ ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá. “*As parcelas (in)visíveis da saúde do trabalhador*”: uma contribuição à história da medicina do trabalho no Brasil (1920-1950). 2004. 314 f. Tese (Doutorado em História) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004, p. 18.

⁷⁹⁵ SILVA, Maria Elisa Lemos Nunes da. “Entre lançadeiras, guindastes e trilhos: doenças e acidentes de trabalho em Salvador nas décadas de 1930 e 1940”. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 7, n. 13, janeiro-junho de 2015, pp. 218-219.

⁷⁹⁶ THOMPSON, E. P. *A formação classe operária inglesa II – A maldição de Adão*. 4º ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002, p. 196.

⁷⁹⁷ SILVA, “Entre lançadeiras, guindastes e trilhos”..., op. cit., pp. 226-227.

⁷⁹⁸ SILVA, “Entre lançadeiras, guindastes e trilhos”..., op. cit., p. 230.

Até mesmo nas entrevistas com ex-funcionários, a primeira coisa que vem à tona são os acidentes. No caso dos têxteis, o acidente mais comum tinha como grande vilã a *lançadeira*, uma peça feita de madeira com uma ponta de aço e fundamental dos teares. O fio da trama era preso à lançadeira e esta se movimentava em alta velocidade de um lado para o outro no tear, fabricando o tecido. Os acidentes ocorriam justamente quando a lançadeira desprendia-se do tear, podendo atingir qualquer um que estivesse por perto. Sua recorrência, ainda que não haja números oficiais – e Óscar Gallo adverte-nos “que qualquer cifra aproximada pode ser aterradora”⁷⁹⁹ –, é impressionante. Todos os operários têm ou conhecem alguém com algum tipo de infortúnio com a lançadeira.

Maria de Lourdes da Conceição, por exemplo, contou-me que nunca se acidentou gravemente, mas a lançadeira atingiu-a na barriga uma vez. Segundo ela, vários operários se acidentaram por conta dessa peça⁸⁰⁰. Luís Paulino, ex-funcionário da Cia. Norte Alagoas (Saúde), corrobora essa informação: “Acidente sempre era constante” e igualmente cita a lançadeira como a grande vilã. Seu depoimento vai um pouco além nessa questão: “Mas sempre, lá dentro, às vezes a máquina imprensava o dedo de um, às vezes arrancava a unha de outro. (...) E sempre tinha serviço pra enfermaria. (...) Não parava. Era injeção, aplicar no povo, nos doentes e sempre era isso aí contínuo”⁸⁰¹. Na Alexandria, a lançadeira não deixou de ser citada: “Já voava a lançadeira. Era uma pancada infeliz na pessoa. Ela batia em qualquer canto (...). Se bater no olho, cega”. Ednaura Oliveira conheceu um homem que perdeu o olho em um acidente desse tipo. Segundo a ex-tecelã, os acidentes não eram frequentes, mas aconteciam: ela própria perdeu uma unha da mão enquanto trabalhava⁸⁰².

Em seu estudo sobre a Companhia Valença Industrial, uma fábrica têxtil localizada em Valença, na Bahia, Neli Ramos Paixão aponta a lançadeira como grande vilã dos acidentes de trabalho, relatando até mesmo um caso de cegueira naquela indústria. A autora identifica a falta de segurança no trabalho e o consequente alto índice de acidentes. A Companhia Valença não oferecia serviço odontológico e o médico era bem precário; nem ao menos disponibilizavam transporte para os acidentados buscarem tratamento em Salvador, distante cerca 270 km da cidade-sede por via terrestre, cotornando a Baía de Todos os Santos (pelo mar, essa distância cai para mais da metade). Segundo Neli Paixão, baseando-se em José

⁷⁹⁹ GALLO, Óscar. “Acidentes de trabalho na Colômbia. Doutrina, lei e jurisprudência (1915-1950)”. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 7, n. 13, janeiro-junho de 2015, p. 131.

⁸⁰⁰ Depoimento de Maria de Lourdes da Conceição Silva concedido ao autor em 20 de outubro de 2014.

⁸⁰¹ Depoimento de Luís Paulino concedido ao autor em 28 de outubro de 2014.

⁸⁰² Depoimento de Ednaura Oliveira da Silva concedido ao autor em 27 de maio de 2014.

Sérgio Leite Lopes, somente a partir de 1930 a situação começou a se modificar, com a efetivação das leis trabalhistas, criação do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (I.A.P.I.) e uma organização sindical mais sólida. Contudo, a autora parece supervalorizar o alcance da Justiça Trabalhista, sem problematizá-la mais a fundo: “As leis trabalhistas impunham limites aos possíveis desmandos das empresas e, em alguma medida, proporcionavam certa garantia aos trabalhadores, constantemente expostos à possibilidade de problemas de saúde vinculados à sua atividade profissional”⁸⁰³.

Quando questionada sobre as condições de trabalho, Maria José foi mais uma a citar a lançadeira. No entanto, revela-nos algo mais:

Oxe! Era um barulho tão grande nesse mundo! Quando a gente entra vai começando aquela zoadá. Ninguém sabia o nome de ninguém, ninguém falava com ninguém, falava que nem mudo [através de sinais]. A zoadá era tremenda que hoje em dia tem muita gente com problema. *A lançadeira voava e batia na gente*, tem muita gente cega por aí⁸⁰⁴.

As têxteis eram fábricas muito insalubres – obviamente, não do mesmo nível das químicas, por exemplo⁸⁰⁵ –, que afetavam sobretudo o sistema respiratório dos operários: o algodão liberava uma poeira que, aliada a pouca ventilação, causava falta de ar e cansaço.

O próprio ambiente conspirava contra a salubridade do espaço fabril. A poeira do algodão, o superaquecimento da sala, a falta de ventilação, o barulho intenso provocado pelo movimento ininterrupto das máquinas em um lugar fechado, a pouca liberdade de movimento do corpo, a posição física – constantemente, de pé, ou, constantemente, sentada, a depender da função – tudo isso acarretava uma série de prejuízos à saúde dos operários⁸⁰⁶.

Esses problemas não eram novidade nos anos 1950. Desde pelo menos o final do século XIX e, mais acentuadamente, nas duas primeiras décadas do século XX, os operários debatiam os problemas de saúde acarretados pelas péssimas condições de higiene dos locais

⁸⁰³ PAIXÃO, Neli Ramos. *Ao soar do apito da fábrica: idas e vindas de operárias(os) têxteis em Valença – Bahia (1950-1980)*. 2006. 113 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006, pp. 69-70. Saliento, no entanto, que Neli Paixão não utiliza os processos trabalhistas como fonte, não tecendo maiores comentários a respeito ao longo da dissertação.

⁸⁰⁴ Depoimento de Maria José ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 6. 1 DVD. Color. Grifos meus. Maria também revelou que seu marido trabalhou na fábrica e foi aposentado por invalidez.

⁸⁰⁵ Cf.: FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos – Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997.

⁸⁰⁶ PAIXÃO, op. cit., pp. 70-71.

de trabalho. Os diversos congressos operários daqueles anos deram algum destaque a essa causa, mostrando uma preocupação latente do movimento sindical⁸⁰⁷.

Diante disso, esse capítulo busca discutir o serviço médico oferecido pelas fábricas aos seus operários como parte integrante de sua política assistencialista; paralelamente, veremos a forma como os pacientes utilizavam esse mesmo serviço. Os sindicatos serão abordados por complementarem a assistência fabril, apesar de seus limites. Com isso, veremos a completa ausência do Estado em oferecer aos cidadãos um direito tão primordial quanto este: os trabalhadores estavam à mercê de um sistema que não foi criado para comportar um universo tão grande de usuários, ainda que cobrasse por isso – daí a necessidade peremptória dos sindicatos.

Além de ser um tema pouco debatido pela historiografia, a saúde dos trabalhadores surgiu quase sempre de forma marginal ao longo das entrevistas, exceto quando direcionadas nesse sentido. Nas fontes impressas, é abordado apenas em caso excepcionais – que não são poucos. A principal base documental desse capítulo é um processo trabalhista impetrado na Justiça do Trabalho alagoana no início de 1957⁸⁰⁸.

José Aquino Correia era o enfermeiro prático de plantão no ambulatório da Fábrica Carmen na noite de 1º de dezembro de 1956. Seu turno iniciou-se às 22h indo até às 6h da manhã do dia seguinte, quando Benedita Maria Pitombeira – enfermeira do ambulatório desde 1949 – assumiu o posto. Aquino não era um novato. Começou a trabalhar na fábrica de Fernão Velho em 1941, como tecelão. Algum tempo depois (não é especificado), tornou-se enfermeiro do ambulatório pertencente à fábrica, ganhando diariamente Cr\$ 96,00 cruzeiros⁸⁰⁹. Era relativamente conhecido no distrito e bastante estimado pelos operários e suas companheiras de trabalho não tinham queixas contra Aquino, muito pelo contrário: todas afirmaram ser ele zeloso e cumpridor de suas tarefas. Mesmo com toda essa estima, o enfermeiro respondeu durante três anos⁸¹⁰ um processo trabalhista na Junta de Conciliação e

⁸⁰⁷ Um panorama mais geral pode ser visto em: ALMEIDA, “*As parcelas (in)visíveis da saúde do trabalhador*” ..., op. cit., pp. 22-42.

⁸⁰⁸ Sobre os pormenores do processo, ver: MOURA, Anderson Vieira. “Operários têxteis e o acesso à saúde: os limites do serviço médico oferecido pelos patrões, sindicato e Estado (Maceió, anos 1950)”. *Tempos Históricos*, Ano XVII, vol. 19, n. 2. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2015, p. 46-64.

⁸⁰⁹ Vimos que para Maceió, o valor diário do novo salário mínimo ficou em Cr\$ 73,33 (o mensal fechava em Cr\$ 2.200). Sendo assim, o salário mensal de Aquino girava em torno de Cr\$ 2.880.

⁸¹⁰ A fábrica deu entrada na JCJ no dia 2 de janeiro de 1957 e o processo concluiu-se apenas em dezembro de 1959, tendo passado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (Recife) e Tribunal Superior do Trabalho (Rio de Janeiro). O mesmo está disponível para consulta no Memorial Pontes de Miranda.

Julgamento de Maceió (JCJ). O processo foi aberto para apurar uma suposta falta grave cometida pelo enfermeiro: furto de tubos de penicilina.

Naquela madrugada, José Aquino abriu, sem permissão, um armário onde eram guardados alguns medicamentos, “ficando, no dia seguinte, constatado a falta de diversos tubos de penicilina”. O objetivo era atender ao filho menor de idade de Paulo Martins, mestre da oficina mecânica, aplicando-lhe uma injeção de “Asmocrinal”⁸¹¹.

Resumidamente, foi isso que ocorreu nos primeiros dias de dezembro de 1956. Porém, o objetivo não é tratar sobre a falta cometida ou não por José Aquino. O processo de quase duzentas páginas nos legou várias informações e indícios acerca do atendimento médico oferecido pela Fábrica Carmen para com os seus operários, além de escancarar seus limites e do que era oferecido pelo Estado e sindicato. É a melhor (talvez a única) fonte documental que encontrei para abordar o assunto. Na medida do possível, inseri a situação das outras duas grandes fábricas maceioenses.

7.1 POR DENTRO DO AMBULATÓRIO

O surto industrial inglês do século XVIII quase sempre é relacionado à degradação da vida dos operários envolvidos naquele processo. A epidemia de doenças infecciosas, surgidas e/ou disseminadas, mormente por conta das condições de moradia, igualmente está relacionada a essa conjuntura⁸¹². O desenvolvimento material e as transformações sociais proporcionados ou resultantes da industrialização monopolizam os estudos – nas Ciências Humanas – e quase sempre terminam por segmentar – para as Ciências Médicas – o aparecimento dessas epidemias, quando os dois temas – industrialização e disseminação de epidemias – estão intrinsecamente ligados.

No Brasil, Anna Beatriz Almeida, assim como vários outros autores⁸¹³, considera os anos de 1940 e 1950 como de grande movimentação, mudanças e acontecimentos no

⁸¹¹ “Asmocrinal” é o nome comercial para uma medicação a base de Aminofilina, um broncodilatador outrora muito utilizado para pacientes com dispneia (falta de ar) e pouco indicado atualmente. Consultando alguns guias farmacêuticos recentes, não encontrei nenhum registro sobre o “Asmocrinal”.

⁸¹² UJVARI, Stefan Cunha. *A história e suas epidemias – A convivência do homem com os microorganismos*. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora SENAC Rio / São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2003, pp. 146-148.

⁸¹³ Entre outros, Cf.: COSTA, Hélio da. *Em busca da memória. Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1989. FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. FRENCH, John D. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classes em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo: Hucitec / São Caetano do Sul: Prefeitura de

mundo operário em seus mais variados aspectos, inclusive na questão da saúde, com “a entrada em cena de novos atores e instituições no campo da ‘medicina do trabalho’: os serviços médicos de empresas”. A autora cita como um dos exemplos pioneiros a General Motors, que em 1941 se filiou “à Associação Brasileira de Prevenção de Acidentes ao iniciar seus serviços de medicina industrial”⁸¹⁴. No caso das fábricas maceioenses, os dados são mais raros; talvez inexistentes. A melhor informação, novamente, vem da Carmen: de acordo com seu próprio depoimento, Ulisses Pinheiros era chefe dos enfermeiros desde 1945⁸¹⁵. Fora essa pista, não encontrei qualquer outro indício de quando começou o serviço médico em Fernão Velho – o processo aqui utilizado não fornece datas, apenas o funcionamento desse serviço.

As três indústrias têxteis de Maceió possuíam ambulatório, bem distintos uns dos outros no que tange ao espaço físico, quantidade de profissionais e qualidade e diversificação de atendimento. Para Alexandria e Cia. Norte Alagoas, possuo apenas as entrevistas como referência. Início pelo povoado de Saúde.

De acordo com Luís Paulino, existia um “posto dentro da fábrica. Até hoje ainda tem lá o setor”. Havia um casal de enfermeiros (ela atuava também como parteira) que eram fixos, ou seja, estavam à disposição dos funcionários todos os dias. Isaurina era a enfermeira-chefe e ficou lá até a aposentadoria. O enfermeiro Benedito, que chegou a fazer um curso superior, deixou a fábrica antes de se aposentar. O médico e o dentista visitavam a fábrica juntos, às segundas-feiras, às quartas-feiras e às sextas-feiras. O entrevistado recorda-se apenas do Dr. Emerson. “Ele morava lá no Farol; (...) todo dia de médico o motorista da empresa ia buscá-lo e ia levá-lo”.

Dentro da fábrica, além de um ambulatório (o referido posto) e da farmácia, havia quartos nos quais as grávidas e mães com filhos de colo descansavam. “Tinha mais outros quartos com as macas, com aquelas camas, se alguém sofresse um acidente, ou mesmo assim desmaiasse, uma doença assim, botava pra recuperar lá. (...) Tinha bom conforto essa empresa”. Questionei acerca da rotatividade de pacientes no ambulatório, se era cheio: “Não ficava muito, não, porque operário só era faixa de uns 400 e poucos operários e no meio dessa

São Caetano do Sul, 1995. LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa. Os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade*. São Paulo: Hucitec / Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

⁸¹⁴ ALMEIDA, “*As parcelas (in)visíveis da saúde do trabalhador*”..., op. cit., p. 214.

⁸¹⁵ Antonio Cardoso foi o único a recordar-se do enfermeiro: “era um camarada organizador, um camarada de com uma família descecente”. Sua esposa era enfermeira e sua irmã professora (ambas da fábrica). Depoimento de Antonio Cardoso concedido ao autor em 22 de outubro de 2014.

jogada quem mais frequentava o médico só era mulher. (...) E então criança. E ele [o médico] ficava aí de duas horas da tarde até cinco horas da tarde”.

Os medicamentos disponibilizados pela empresa eram fornecidos aos enfermos após a consulta com o Dr. Emerson, quando solicitado pelo mesmo, ou em casos de emergência. “Porque a farmácia era no almoxarifado da empresa. Lá tinha um quarto, assim uma repartição, que só era medicamento. E lá mesmo no ambulatório da fábrica, tinha o setor do médico, que era um salão grande, e tinha os armários grandes cheio de medicamentos”. Uma moça, ajudante da enfermagem, ficava encarregada de entregar o remédio autorizado pelo médico. Casos mais graves, como procedimentos cirúrgicos ou alguns partos mais complicados, eram enviados para Maceió. Mas havia ambulância? “Tinha não, mas tinha carro pequeno. Na época tinha Rural, tinha perua Kombi (...)”⁸¹⁶. Apesar da referida quantidade, certamente a variedade de remédios era bem limitada, sobressaindo-se os analgésicos, antissépticos, possivelmente penicilina ou algum outro antibiótico, além de xaropes infantis para tosse e fármacos como o citado “Asmocrinal”, para dispneia, sintoma bem comum em operários nesse tipo de ramo industrial.

Talvez essas informações fossem suficientes para observarmos o alcance do sistema de saúde da Cia. Norte Alagoas e o investimento (utilizando-se a taxa de higiene descontada em folha) de seus proprietários nesse quesito. Um médico cobria um universo de, no mínimo, 400 pessoas durante meio período, três dias na semana⁸¹⁷. Em razão disso, nas horas de maior necessidade, os trabalhadores terminavam por recorrer a soluções caseiras ou até mesmo aos enfermeiros.

No bairro do Bom Parto, a Fábrica Alexandria disponibiliza aos seus funcionários igualmente um casal de enfermeiros: Bento e Alda. Maria José da Silva não soube dizer (e nem foi perguntada sobre), mas acredita que ambos provavelmente não eram formados. Havia um único médico, Dr. Carlos, encarregado de conceder as licenças por conta de doenças⁸¹⁸. Sua cunhada, Ednaura Oliveira, forneceu mais detalhes. O trio era responsável por toda a fábrica – cujo espaço físico era menor em comparação com a Carmen e a Cia. Norte Alagoas –, inclusive para a realização dos partos nas casas das operárias. Os remédios eram dados aos

⁸¹⁶ Depoimento de Luís Paulino concedido ao autor em 28 de outubro de 2014.

⁸¹⁷ Apenas a título de informação: atualmente, as equipes (compostas por um médico, um enfermeiro e alguns auxiliares) do Programa Saúde da Família atendem um número bem superior a esse. Cf.: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/partes/guia_psfl.pdf

⁸¹⁸ Depoimento de Maria José da Silva concedido ao autor em 29 de maio de 2014. Não deixa de ser algo interessantíssimo o fato de Maria José fazer essa correlação entre médico e licença.

pacientes (provavelmente descontados da taxa de higiene). Ednaura comprova o que foi dito, sobre a variedade limitada e a pouca quantidade de medicamentos: “Se fosse homem, se fosse mulher, só tomava aquele remédio. (...) Só havia uma quantidade de remédio”. Ao fim dos mesmos, os enfermos tomavam o que restavam, inclusive homens tomando remédio específico para mulheres.

Devido a esse sistema de saúde deficiente, os operários da Alexandria recorriam a outras opções – afinal, havia vantagens em residir próximo ao Centro de Maceió. Com efeito, a principal alternativa dos trabalhadores dessa fábrica era o Serviço Social da Indústria (SESI); o local onde ficava sua sede é hoje a Vila Olímpica Albano Franco, bem próximo ao Bom Parto: “Eu me consultava com os médicos que atendiam aí no SESP”. O serviço médico do SESI atendia, “mensalmente, mais de mil operários” somente em Maceió. As especialidades médicas eram bem semelhantes ao que deveria existir no ambulatório da Fábrica Carmen: clínica médica, cirurgia, dermatologia, ginecologia e obstetrícia, neuropsiquiatria, oftalmologia, otorrinolaringologia, pediatria, tisiologia (especialidade que estuda a tuberculose e ligada à pneumologia, sublinhado como a doença atingia os mais pobres), radiologia e odontologia. O SESI era munido com aparelhos para fazer exames como o eletrocardiograma e Raios-X; havia enfermeiras, aplicavam-se injeções e faziam-se curativos. “Há, ainda, uma farmácia, a qual vende, *por preços módicos*, os medicamentos, evitando assim que os mesmos sejam adquiridos por preços mais altos, no comércio”, uma prática bem semelhante a do Sindicato de Fernão Velho. O texto institucional, publicado no jornal governista *Diário de Alagoas*, enaltecia o órgão e sua proximidade com os trabalhadores: “Somente em seu serviço médico, o SESI dá uma fiel demonstração dos benefícios que presta à classe operária deste estado”⁸¹⁹.

Da mesma forma que sua cunhada, Ednaura Oliveira relaciona o Dr. Carlos com as licenças médicas: “Era quem dava a licença no povo que tava doente”. Mesmo sem ser questionada, a ex-tecelã se encarrega de mensurar a importância desse fato: “Se faltasse um dia, não ganhava, perdia o domingo remunerado”⁸²⁰. Dessa forma, adoecer ganhava uma dimensão social (e porque não, cultural), não se reduzindo apenas ao aspecto biológico. Apesar dessa referência, elas recordam-se que as licenças não eram dadas tão facilmente; o médico tanto sabia dos usos que os operários poderiam fazer da mesma para faltar ao trabalho

⁸¹⁹ APA, NOTÁVEL TRABALHO DO SESI em benefício da classe operária. *Diário de Alagoas*. Maceió, 22 abr. 1958, p. 1. Grifos meus. O SESI é assunto do próximo capítulo.

⁸²⁰ Depoimento de Ednaura Oliveira da Silva concedido ao autor em 27 de maio de 2014.

pelas mais diversas razões como também poderia posicionar-se “a favor da empresa” e da produtividade. O nível de barganha dentro do consultório terminava sendo determinante na estratégia do paciente, seja para ter tempo de recuperar-se corretamente de sua enfermidade, seja para burlar o patrão e conseguir dias de folga em sua exaustiva jornada de trabalho sem ter perda salarial. Segundo Maria de Lourdes, não era raro um trabalhador aventurar-se a enganar a fábrica, fingindo ter algum problema de saúde para não trabalhar e ficar em casa ou ir assistir jogo de futebol no estádio Rei Pelé⁸²¹.

Os comunistas denunciaram a Fábrica Carmen por conta dessa questão. De acordo com o curto texto, Antonio Francisco machucou-se no dedo (não é especificado se em serviço ou fora dele) e consequentemente inflamou, impossibilitando-o para o trabalho. Antonio procurou o serviço médico da empresa, sendo atendido pelo médico-chefe e

(...) este, por sua vez, muito embora reconhecesse a impossibilidade do operário poder trabalhar, (...) declarou que não dava licença porque o Dr. Alberto Bezerra de Mello não queria que formasse licença nenhuma e que por isso mesmo o operário teria que trabalhar ou perderia os dias em que estivesse parado.

Eis aí até onde vai a chamada assistência social prestada pelos Bezerra de Mello e seus médicos, que deixam um operário passando fome para não dar licença⁸²².

Não há maiores indicações ou pistas nas fontes e entrevistas dessa luta travada entre classe trabalhadora e patrões pelo direito à licença decorrente de problema de saúde. Está clara a existência desse jogo entre não ter uma perda salarial por falta e utilizar a licença para outros fins que não fosse o repouso, junto com a intransigência médico-patronal em não conceder o direito, seja por mera questão financeira, seja para coibir uma prática de burlar o trabalho.

Ademais, vários operários, quando questionados sobre o assunto, enfatizaram suas poucas idas aos ambulatórios, por quase nunca adoecerem – positivando sua disposição para o trabalho. Por exemplo, Maria de Lourdes da Conceição salientou em seu depoimento que não era de adoecer e compareceu ao ambulatório apenas quando se acidentou com a lançadeira. Apenas se tivesse uma “doença forte” é que pegava licença para se tratar em casa (e depois retonava ao trabalho)⁸²³. Outros frisaram que, enquanto ativos, eram muito saudáveis, ao

⁸²¹ Depoimento de Maria de Lourdes ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 7. 1 DVD. Color.

⁸²² APA, O MÉDICO DE F. Velho não concede licença aos operários. *A Voz do Povo*. Maceió, 8 jun. 1958, p. 2. O texto encerra cobrando o presidente do sindicato (Abelardo Lins) e o delegado do Trabalho, “esquecendo-se” do governador Muniz Falcão.

⁸²³ Depoimento de Maria de Lourdes da Conceição Silva concedido ao autor em 20 de outubro de 2014.

passo em que reclamaram dos problemas de saúde na velhice, sem fazer um paralelo com os anos de trabalho exaustivo e em condições insalubres.

O ambulatório da Fábrica Carmen

Do serviço oferecido pela Fábrica Carmen temos mais informações⁸²⁴. Os médicos não iam todos os dias, existindo dias certos na semana para o comparecimento⁸²⁵. “Tudo aqui por conta da empresa”⁸²⁶. Ao responder o ofício enviado pelo juiz e anexado ao processo de José Aquino, a médica Vitória Pontes de Miranda informou o seguinte: atendia entre “40 e 50 pessoas cada vez que vou a Fernão Velho, o que faço três vezes por semana”⁸²⁷. Além dela, o quadro médico da Carmen era composto por um dentista e mais dois médicos, entre eles o irmão de Vitória, médico-chefe Manuel Machado Pontes. Antonio Cardoso recorda-se que Manoel Machado era “um senhor de idade, ele já era velho”⁸²⁸. Segundo Aidée Santos, ele nem esperava o paciente falar: “Quando a gente ia se sentando, doutor Machado já ia [escrevendo]. Eu dizia: ‘Doutor Machado já sabe da doença, ele já vai logo escrevendo’. Era um médico bom (...)”⁸²⁹. Além dos três médicos e do dentista, havia três enfermeiras e quatro enfermeiros⁸³⁰. Através do depoimento de Benedita Pitombeira, ficamos sabendo como era a divisão dos turnos entre esses profissionais no ambulatório, uma carga horária semelhante à divisão por turmas empregada na tecelagem, com um enfermeiro de plantão para cobrir a chamada 3º turma⁸³¹.

No ambulatório, em ambas as seções, era atendido um paciente por vez. A função de Benedita no ambulatório, por exemplo, era “aplicar injeções e fazer curativos”, existindo uma sala para os homens e outra para as mulheres para tal finalidade. No local existiam “muitas seções”; Benedita trabalhava “na seção especializada de otorrinolaringologia” – essa especialidade certamente era uma das mais procuradas pelos funcionários. A prova disso é o

⁸²⁴ E a julgar pela semelhança em vários aspectos, pode servir como panorama mais geral para a situação nas outras duas fábricas.

⁸²⁵ Depoimento de Emília Souza concedido ao autor em 25 de setembro de 2014.

⁸²⁶ Depoimento de Antonio Cardoso concedido ao autor em 22 de outubro de 2014.

⁸²⁷ MPM, TRT19, Processo n. 03, 1957, p. 33.

⁸²⁸ Depoimento de Antonio Cardoso concedido ao autor em 22 de outubro de 2014.

⁸²⁹ Depoimento de Aidée Santos ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 1. 1 DVD. Color.

⁸³⁰ Depoimento de Antonio Cardoso concedido ao autor em 22 de outubro de 2014.

⁸³¹ MPM, TRT19, Processo n. 03, 1957, p. 39.

fato de, nos plantões, apenas funcionavam a otorrinolaringologia e as seções masculinas e femininas onde eram “aplicadas as injeções e feitos os curativos”.

Para repor os remédios nos armários, o encarregado dos enfermeiros solicitava “ao médico-chefe que prescrevesse” quais estavam em falta “a fim de regularizar a situação”⁸³². Com o pedido em mãos, um empregado do ambulatório ia até a farmácia e pegava o que havia sido solicitado com Hilda Maria do Nascimento, auxiliar da botica. O registro feito por Hilda no momento da solicitação era, então, o único controle existente com fármacos de urgência. Para o chefe dos enfermeiros Ulisses Pinheiro, por serem remédios de uso imediato e frequente, não havia necessidade de fazer um balanço ou registrar sua aplicação e uso pelos enfermeiros durante o serviço⁸³³. No entender do advogado de José Aquino, toda essa “desorganização” do controle de medicamentos facilitava o desaparecimento ou a aplicação entre os enfermeiros e em suas redes sociais. Com efeito, além de utilizarem os remédios em si mesmos⁸³⁴, enfermeiros aproveitavam-se da falta de controle dos medicamentos de urgência e usavam fora do ambulatório em parentes e amigos. Se pensarmos em um ambulatório lotado de pacientes, em algum grau de empecilho no fornecimento dos medicamentos por parte da empresa ou até mesmo nas “dificuldades” em se conseguir uma licença, esse “mercado” informal faz muito sentido. Na ausência do Estado em garantir-lhes de um direito básico e com um sistema que não comportava todos os envolvidos (e pagantes), essas alternativas podiam ser, muitas vezes, o único acesso da classe trabalhadora a um tratamento de saúde minimamente digno, indo além das soluções caseiras forjadas em tempos mais remotos.

Como se recorda Emília Souza, em Fernão Velho “ninguém comprava remédio”⁸³⁵. Antonio Cardoso confirma: “Não existia receita, era discriminado na ficha. Você pegava pela ficha, ia pro ambulatório e tirava o remédio lá mesmo. Ele [o médico] não passava um remédio pra você ter dificuldade de conseguir. Só era os que tinham lá mesmo”⁸³⁶. Dessa forma, limitava as opções (vide o caso da Alexandria), conforme indica Aidée Santos: “Remédio era aquele da farmácia [da fábrica] (...)”. Ainda segundo ela, o remédio que o Dr. Manoel Machado dizia tomar em casa era “azeite de carrapato na cerveja

⁸³² MPM, TRT19, Processo n. 03, 1957, p. 23.

⁸³³ MPM, TRT19, Processo n. 03, 1957, p. 37.

⁸³⁴ MPM, TRT19, Processo n. 03, 1957, p. 110.

⁸³⁵ Depoimento de Emília Souza concedido ao autor em 25 de setembro de 2014.

⁸³⁶ Depoimento de Antonio Cardoso concedido ao autor em 22 de outubro de 2014.

preta. Curava tudo”⁸³⁷. Conforme indicado, diante da precariedade do serviço e da disponibilidade reduzida de medicamentos – além da falta de uma farmácia no bairro –, os trabalhadores recorriam a métodos antigos de cura. Até porque, em muitos casos, já sabiam o que esperar: “Somente pra tomar injeção, gripado, tomar injeção, me consultar pra tomar um xarope, porque antigamente só era remédio pra gente xarope”⁸³⁸.

Em Fernão Velho, “todo mundo se consultava” no ambulatório, o que ocasionava em um local bem movimentado⁸³⁹. Testemunha de José Aquino, o operário e negociante Luís Vasconcelos Melo contou já ter trabalhado na farmácia como enfermeiro e por isso sabia que o local costumava “atender muitos doentes, acontecendo que às vezes aquele compartimento fica tão cheio que os empregados ficam sem poder se mexer dentro”. Os enfermeiros aplicavam remédios “mesmo sem ouvir médicos”, pois os médicos vão até o local apenas para consultar os pacientes⁸⁴⁰. O nosso conhecido Sebastião Ramos Galvão também testemunhou a favor de Aquino e, assim como Luís, estava afastado do serviço por conta de processo trabalhista. Em seu depoimento, Galvão afirmou que ia geralmente

(...) à farmácia tomar injeção e lá encontrava vinte pessoas na sala de espera, aproximadamente e, e no local onde as injeções eram aplicadas sempre tinha no local cerca de oito a dez pessoas; que algumas vezes a farmácia tinha os medicamentos necessários e em outras oportunidades faltavam os mesmos medicamentos⁸⁴¹.

Todos os entrevistados ressaltaram o fato de que o ambulatório estava sempre lotado de pacientes. Vimos no segundo capítulo, o governador Muniz Falcão admitir a falta de estabelecimentos hospitalares em Alagoas – daí ter sido tão comemorada por sua gestão a inauguração do II Centro de Saúde de Maceió, em um dos bairros mais populares da capital. O serviço da Fábrica Carmen era a única opção dos moradores da localidade (não nos esqueçamos das dificuldades de transporte). Recorrer a remédios caseiros e aos amigos tornava-se uma medida de urgência.

De acordo com Antonio Cardoso, caso alguém adoecesse à noite, era enviado para casa de um dos médicos, que já estavam cientes dessa situação (algo semelhante aconteceu no

⁸³⁷ Depoimento de Aidée Santos ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 1. 1 DVD. Color.

⁸³⁸ Depoimento de Antonio Cardoso concedido ao autor em 22 de outubro de 2014.

⁸³⁹ Depoimento de Maria de Lourdes da Conceição Silva concedido ao autor em 20 de outubro de 2014.

⁸⁴⁰ MPM, TRT19, Processo n. 03, 1957, p. 62.

⁸⁴¹ MPM, TRT19, Processo n. 03, 1957, p. 65.

processo de Aquino). “Aqui tinha uma ambulância, tinha Kombi, tinha duas Veraneios [Chevrolet], tinha seis caminhões e parece que dois jipes”⁸⁴². Emília Souza fala sobre a existência de uma “maternidade e parteira formada” para os partos normais⁸⁴³. Ela foi a única a citar esses dois fatos. De acordo com Maria de Lourdes da Conceição, os partos eram feitos em casa⁸⁴⁴. A outra Maria de Lourdes não apenas confirma o depoimento de sua homônima, como fornece mais detalhes. Segundo a ex-tecelã, de maneira geral não havia boa assistência médica. Na hora dos partos, dependia-se muito da ajuda das vizinhas e das parteiras – não fica claro se eram as enfermeiras ou moradoras de Fernão Velho⁸⁴⁵.

Além de muito cheio, no ambulatório existia a prática da automedicação ou dos enfermeiros aplicarem remédios sem a solicitação dos médicos. Em todo o desenrolar do processo os envolvidos negaram tais práticas. José Aquino dividiu sua defesa por escrito em sete eixos. No sexto ele afirmava “que, muitas vezes, o Sr. Ulisses (...) entrega medicamentos a diversas pessoas, inclusive operários ou manda aplicar injeções (mesmo de penicilina), sem tomar a devida anotação”. A intenção de Aquino é demonstrar que o controle do estoque não era exato, não havendo como saber quantas penicilinas sumiram⁸⁴⁶. Sebastião Galvão confirmou essa informação em seu depoimento. Disse ter “conhecimento de que às vezes pessoas estranhas recebiam aplicação de remédios da farmácia e não eram feitas anotações”.

Em resumo, com o ambulatório lotado e poucos médicos com um volume muito grande de pacientes para serem atendidos costumeiramente, os operários recorriam a outros meios para curar suas enfermidades, acionando suas redes sociais e de solidariedade, bastante fortalecidas em comunidades operárias mais isoladas⁸⁴⁷. Por conseguinte, a prática recorrente dos enfermeiros de receitarem e disponibilizarem medicamentos sem o devido registro da empresa ganha uma importância ímpar, em um universo de atendimento médico tão escasso. Podemos observar nos depoimentos prestados pelas testemunhas arroladas por José Aquino o

⁸⁴² Depoimento de Antonio Cardoso concedido ao autor em 22 de outubro de 2014.

⁸⁴³ Depoimento de Emília Souza concedido ao autor em 25 de setembro de 2014.

⁸⁴⁴ Depoimento de Maria de Lourdes da Conceição Silva concedido ao autor em 20 de outubro de 2014.

⁸⁴⁵ Relata uma prática comum na localidade: quando nascia uma criança, colocavam embaixo do berço uma telha com brasa e alfazema para “passar o menino”. Depoimento de Maria de Lourdes ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 7. 1 DVD. Color.

⁸⁴⁶ O sexto eixo da defesa dizia também que subdelegado havia constatado que os enfermeiros – no plantão ou serviço diário – não tinham conhecimento da quantidade de remédios disponíveis. José Aquino estranhou o processo na JCJ, pois supostamente o subdelegado informou ao diretor da fábrica – Dr. Alberto – as suas conclusões sobre o caso, inocentando José Aquino das acusações. MPM, TRT19, Processo n. 03, 1957, p. 27.

⁸⁴⁷ Cf.: FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 126.

quanto os operários lhes eram gratos, ainda que não expressassem essa gratidão – por razões óbvias – publicamente e perante um tribunal. O próprio esforço empreendido pelo enfermeiro para salvar o filho de um trabalhador já seria prova suficiente da sua relevância para a comunidade. Esse “sistema informal de curas” revelava-se tão influente e necessário quanto o ambulatório em si.

7.2 RECORRENDO AO SINDICATO

No capítulo 5, demonstrei o contexto histórico em que o Sindicato de Fernão Velho estava inserido ao tempo de sua fundação: a chegada de Getúlio Vargas ao poder, a obrigatoriedade dos sindicatos serem reconhecidos pelo recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para tornarem-se legais perante o Estado e o consequente surgimento dos sindicatos oficiais, tutelados pelo governo. Muitos dos sindicatos surgidos antes de Vargas eram contrários a esse atrelamento e viram-se forçados com a estratégia governamental: os novos benefícios sociais só seriam usufruídos pelos sindicatos reconhecidos pela pasta do Trabalho. Assim, os trabalhadores só teriam acesso a esses direitos se fizessem parte desses sindicatos, forçando os demais a se enquadrar no modelo estatal⁸⁴⁸.

Dessa forma, o serviço médico oferecido pelas fábricas não eram as únicas opções no horizonte dos têxteis maceioenses – ainda que fossem, é claro, mais completo e variasse de sindicato para sindicato. Segundo John French, o período pós-1930 é marcado igualmente pelo assistencialismo largamente difundido: os sindicatos passam a ser os responsáveis pela assistência médica, odontológica e jurídica dos operários, substituindo o Estado nessa função⁸⁴⁹. Lucília Neves Delgado destaca o artigo 514 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que “prevê com deveres do sindicato a colaboração com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social; a manutenção de serviços de assistência jurídica para os associados; a promoção e a conciliação dos dissídios de trabalho”⁸⁵⁰. Apesar de não deixar claro o significado de “solidariedade social”, o governo sabia da condição de vida miserável dos trabalhadores, necessitados de assistência social, salários mais dignos e direitos

⁸⁴⁸ MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, pp. 13-14.

⁸⁴⁹ FRENCH, John D. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classes em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo: Hucitec / São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995, p. 5.

⁸⁵⁰ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil 1961-1964*. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986, p. 85

básicos. Dessa forma, o assistencialismo promovido pelos sindicatos tornava-se um grande atrativo, levando os operários à sindicalização⁸⁵¹. Assim como outros estudiosos, Thomas Jordan teceu críticas aos pesquisadores que enxergam nesses serviços oferecidos pelos sindicatos como assistencialismo puro e simples.

Certos observadores do movimento operário brasileiro desqualificam o fornecimento de importantes serviços sociais, médicos e legais como mero “assistencialismo”. Desse ângulo, o sindicato funciona como um canal por cujo intermédio graças e favores são outorgados aos trabalhadores pelo Estado. (...) Nada disso foi prescrito na CLT. Na visão do sindicato, a assistência social não era um fim em si mesmo, mas um meio de assegurar a estabilidade do quadro associativo⁸⁵².

O Sindicato de Fernão Velho oferecia acesso à saúde e suporte jurídico aos seus associados e são em suas atas sindicais que encontramos pistas e indícios acerca do funcionamento do serviço médico. Em abril de 1953, os associados discutiam a proposta do presidente Carlos de Araújo apoiado por alguns trabalhadores: vender o gabinete dentário ou a contratação de um prático para extração de dentes. Apesar de ser um serviço muito oneroso, “foi decidida a manutenção do gabinete dentário e a contratação do prático” pela maioria dos presentes⁸⁵³. A principal fonte de renda dos sindicatos era o imposto descontado em folha e muito provavelmente Araújo estava pensando em cortar gastos, afinal a fábrica tinha um dentista disponível. Os trabalhadores sabiam da importância do serviço dentário oferecido pelo sindicato como uma opção ao patronal, bastante sobrecarregado (era apenas um profissional para toda a fábrica).

Nesse mesmo mês há reunião na qual é questionado por que o médico do sindicato, Antônio Gervase, tinha deixado de atender os pacientes (a mãe do médico encontrava-se doente)⁸⁵⁴. Lourival Lira da Rocha substituiu Araújo na presidência ainda em 1953 e passou a impressão de estar mais interessado na saúde de seus associados. Em uma reunião ainda naquele ano, “disse que para melhor servir o operariado, Fernão Velho

⁸⁵¹ COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995, p. 22. Além desse, ver também: COSTA, Hélio da. “Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953)”. In: FORTES, Alexandre *et. ali*. *Na luta por direitos – Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p.87-121.

⁸⁵² JORDAN, Thomas. “Redefinindo o sindicalismo corporativo nos anos 1950: o caso dos metalúrgicos do Rio de Janeiro”. *Cadernos AEL*. Campinas: n. 20/21, 2004, p. 159.

⁸⁵³ SFV, Ata da reunião, 8 de abril de 1953.

⁸⁵⁴ SFV, Ata da reunião, 22 de abril de 1953.

precisava um aparelho de Raios-X, o que solicitava do Sr. Dr. Alberto [diretor da fábrica] a aquisição do referido aparelho para combater a propagação a tuberculose”⁸⁵⁵.

Segundo Murilo Leal, apesar da conjuntura de 1945 a 1964 ter sido marcada por um forte atrelamento dos sindicatos junto ao Estado, essas entidades não perderam sua relevância para a classe trabalhadora. Contudo, não deixava de existir uma relação de clientela entre diretoria e operários. Em alguns casos, como nos têxteis paulistas, a assistência médica, era controlada diretamente pelos diretores e muitos deles lançavam-se em carreiras políticas⁸⁵⁶.

As atas do Sindicato de Fernão Velho dão um salto de três anos e já observamos mudanças significativas no quadro médico. Em maio de 1956, o então presidente Abelardo Lins prometeu “trazer o Dr. Diógenes Jucá Bernardes para o nosso serviço medico, para cortar as consultas dos médicos em Maceió”, proposta aprovada pelos presentes⁸⁵⁷. Ou seja, em algum momento nesse intervalo de três anos o sindicato ficou sem médico, forçando seus associados a se deslocarem até o centro de Maceió para consultas; sem postos de saúde do Estado e com o serviço da empresa bastante inchado, os trabalhadores buscavam alternativas.

No entanto, não era apenas com médicos e dentistas que o Sindicato de Fernão Velho assistia seus associados⁸⁵⁸. Em meados de 1957, por exemplo, é apresentado um balanço financeiro no qual indica que existia Cr\$ 9.827,60 para a compra medicamentos e Cr\$ 6.212 para serem gastos com transportes⁸⁵⁹. Ao contrário da fábrica, os medicamentos adquiridos pelo sindicato não eram dados aos sindicalizados e sim vendidos, a preço de custo. Ou pelo menos passaram a ser vendidos. Em uma reunião, o operário Edson Martins solicitou mais esclarecimentos acerca dessas vendas, ouvindo do presidente Abelardo Lins ser esta uma determinação deliberada em assembleia. José Conrado não concordava com essa deliberação, “pois este órgão de classe tem como dever dar os remédios gratuitos aos seus sócios”. Mas na atual situação financeira, não havia a menor “possibilidade de dar os remédios”. Para Abelardo Lins, “o medicamento vendido pelo sindicato evita do associado comprá-lo por maior preço no comércio”⁸⁶⁰. Economicamente, classe trabalhadora e sindicato amargavam

⁸⁵⁵ SFV, Ata da reunião, 27 de novembro de 1953.

⁸⁵⁶ LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, pp. 340-342.

⁸⁵⁷ SFV, Ata da reunião, 16 de maio de 1956.

⁸⁵⁸ Não nos esqueçamos da ambulância, supostamente vendida pelo presidente Abelardo Lins, conforme relatado no capítulo 5. SFV, Ata da reunião, 29 de junho de 1959.

⁸⁵⁹ SFV, Ata da reunião, 20 de junho de 1957.

⁸⁶⁰ SFV, Ata da reunião, 15 de maio de 1958.

uma situação de penúria e muitas dificuldades, o que só expõe o mérito desse serviço oferecido aos associados. Ambos tentavam contornar, da melhor forma possível, os obstáculos financeiros.

Quanto à Fábrica Alexandria, não possuo quaisquer informações sobre a atuação do sindicato nesse sentido. Maria José da Silva recorda-se apenas da entidade organizando bailes e festas no bairro (o pai não deixava ela e irmãs irem, exceto com um irmão mais velho). Insisto no tema: “O sindicato não fazia assim quase nada, não fazia nada, não. (...) Era só pra ter o nome (...). Somente para fazer animação”. Não tem lembrança nem ao menos de lutas ou movimentação política⁸⁶¹.

No povoado de Saúde, a Caixa Beneficente não se limitava apenas aos funerais: havia médico, dentista e ambulância para os associados, cabendo ao sindicato a organização da luta política e das festas. A Caixa fora criada posteriormente, por um “chefe do escritório, chamado José Rodrigues”. Ou seja, surgiu de um ambiente exterior ao chão da fábrica, revelando o nível de controle patronal sobre os operários – além de uma sindicalização bem mais limitada que as demais⁸⁶².

Em Fernão Velho, de acordo com os depoimentos, a Caixa Beneficente parecia limitar-se apenas aos funerais e a auxílios aos desempregados – o resto era no sindicato. “Você tinha aquele direito de você ser sócio, contribuindo do quanto você ganhava, aquela quantidade X. (...) Por exemplo: morria, você tinha direito ao funeral. Se você tava desempregado, era associado, você tinha remunerado; pequeno, mas tinha pela Caixa. Era ajuda de auxílio”⁸⁶³. Maria de Lourdes da Conceição pagava sindicato e Caixa Beneficente. “Todos que trabalhavam pagava o sindicato e a Caixa Beneficente. Quando morria, tinha a Caixa para dar o enterro”. Segundo a ex-tecelã, a Caixa custeava apenas os enterros; remédios e médico eram com o sindicato⁸⁶⁴. Aidée Santos também contribuía: “Durante os anos que eu trabalhei, eu paguei sindicato. Depois que eu me aposentei, fiquei pagando a Caixa para, quando morrer, ter direito”⁸⁶⁵.

⁸⁶¹ Depoimento de Maria José da Silva concedido ao autor em 29 de maio de 2014. A bem da verdade, a ex-funcionária passou mais tempo trabalhando, pela empresa, na Igreja de Nossa Senhora do Bom Parto.

⁸⁶² Depoimento de Luís Paulino concedido ao autor em 28 de outubro de 2014.

⁸⁶³ Depoimento de Antonio Cardoso concedido ao autor em 22 de outubro de 2014.

⁸⁶⁴ Depoimento de Maria de Lourdes da Conceição Silva concedido ao autor em 20 de outubro de 2014.

⁸⁶⁵ Parou de pagar quando soube que apenas ela teria direito; dessa forma, “migrou” para um plano de assistência funerário privado para toda a família. Depoimento de Aidée Santos ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 1. 1 DVD. Color.

Além de contribuir com o sindicato, os têxteis pagavam a chamada “taxa de higiene”, que era descontada em folha, juntamente com o aluguel das casas. Devido a essa característica, não existe muitas referências diretas à tarifa. Entre os depoentes, o ex-tecelão José de Freitas foi o único a citar a mais esse desconto diretamente⁸⁶⁶. Nas atas do Sindicato de Fernão Velho, existem apenas duas menções.

A primeira é de uma reunião ocorrida em 1953. Naquele ano, os têxteis da Carmen estavam em campanha por aumento salarial. Em determinado momento, o operário comunista Silvio Lira questionou o presidente sindical sobre o pagamento dessa taxa. Lira sugeria que os trabalhadores, ao invés de pagar a taxa aos patrões, dessem o dinheiro ao sindicato, para que este providenciasse a compra de remédios e financiasse a assistência médica dos seus associados. Certamente, Lira considerava a tarifa abusiva diante do serviço oferecido pela empresa. Não só isso: tencionava que os próprios associados fossem responsáveis pelo uso do valor descontado de seus salários minguados e controlassem suas finanças, ao invés de relegarem essa função aos patrões.

A segunda reunião a tocar nesse assunto aconteceu exatos dez anos depois. O Sindicato de Fernão Velho era presidido por José Conrado e teve Joel dos Santos, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alagoas, como membro da mesa. E novamente, o tema principal era aumento salarial. Rubem Ângelo, nesse momento advogado do sindicato, pediu a palavra e

(...) falou sobre reclamações feitas a ele sobre os não atendimentos feitos a trabalhadores afastados do trabalho e suas famílias, na farmácia, como também a filhos de operários maiores de 16 anos. Adiantou ainda que tinha sabido que não passava de 15 consultas diárias, entretanto a taxa de higiene dava para arrecadar, mensalmente, mais ou menos Cr\$ 800.000,00; era preciso, pois, uma solicitação à empresa, um esclarecimento dos fins destinados desta importância para podermos saber se estamos ou não prejudicados.

Na opinião do operário Antônio Mariano, a farmácia deveria voltar a ser o que era, ou seja, atender os filhos maiores de 16 anos. Caso os patrões se recusassem a atender esse pedido, que “a taxa de higiene fosse derrubada”. Antônio Soares sugeriu a criação de uma comissão para debater com o diretor da Fábrica Carmen, Alberto Bezerra de Mello, para

⁸⁶⁶ MEMÓRIA da vida e do trabalho. Direção e produção de Celso Brandão. Argumento: José Sérgio Leite Lopes e Rosilene Alvim. Roteiro: Regina Coeli. Maceió: Estrela do Norte, 1986. 20 min., som, color. Disponível em: <http://vimeo.com/77505991>. Acesso: 11 ago. 2016.

que a farmácia voltasse a atender a todos (sugestão essa aprovada pela maioria)⁸⁶⁷. Infelizmente, não sabemos o desfecho desse caso, pois não é abordado na ata seguinte (setembro).

Esse debate demonstra como os operários enxergavam a assistência médica oferecida pelos patrões, expõe seus limites e como o sistema de saúde da Fábrica Carmen vinha sendo atacado e encolhido gradativamente, ao passo que a taxa de higiene continuava sendo cobrada – e seus valores certamente eram corrigidos ao longo dos anos. Mesmo críticos, os trabalhadores estavam cientes da importância dessa assistência e mostraram-se dispostos a combater as atitudes patronais.

7.3 AS PRINCIPAIS ENFERMIDADES

Desde pelo menos o começo do século XX, os trabalhadores mostravam preocupação com o ambiente de trabalho e sua própria saúde. Analisando resoluções de congressos operários das primeiras décadas do século XX, Anna Beatriz Almeida sintetiza os principais causadores de enfermidades em meios fabris: “salários baixos, longas jornadas, péssimas condições de saúde e de higiene, ambientes insalubres, elementos que agiam diretamente na saúde do trabalhador, causando inúmeras doenças e acidentes”⁸⁶⁸. Leila Dacorso, citada por Almeida, ao pesquisar acidentes de trabalho nas fábricas têxteis do Rio de Janeiro, chamou-nos a atenção pelas debilitações causadas em decorrência da exposição prolongada a resíduos tóxicos, impregnados nos locais de trabalho úmidos e de pouco ventilação⁸⁶⁹. Por sua vez, Maria Alice Rosa Ribeiro apresenta alguns debates do início do século relacionando o ambiente fabril têxtil a doenças como a tuberculose⁸⁷⁰.

Para a conjuntura apresentada aqui, a partir de 1941 o regime estadonovista debatia sobre higiene e segurança no trabalho, com a formação de uma comissão para elaborar a Codificação de Normas de Higiene do Trabalho⁸⁷¹. No ano seguinte, o Decreto-Lei nº 5.092 reorganizava o Departamento Nacional do Trabalho (DNT), ligado ao Ministério do Trabalho,

⁸⁶⁷ Igualmente fizeram-se presentes àquela reunião: Nilson Miranda, Antônio Vitorino (presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar e do Alcool) e João Araujo (presidente do Sindicato de Saúde). SFV, Ata da reunião, 14 de julho de 1963.

⁸⁶⁸ ALMEIDA, “*As parcelas (in)visíveis da saúde do trabalhador*” ..., op. cit., p. 31.

⁸⁶⁹ Ibid., p. 33.

⁸⁷⁰ RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998, p. 120.

⁸⁷¹ ALMEIDA, “*As parcelas (in)visíveis da saúde do trabalhador*” ..., op. cit., p. 153.

criando cinco órgãos internos, entre eles a Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho, subdividida em Secção de Higiene do Trabalho, Secção de Assistência a Mulheres e Menores e Secção de Segurança do Trabalho; ou seja, o foco do Estado era nos acidentes e na higiene do ambiente laboral.

Na virada do século XIX para o XX, o assunto rendia amplas discussões governamentais. Legislações e jurisprudências específicas para os acidentes de trabalho eram criadas ao redor do mundo. Os europeus foram os pioneiros, na virada do século XIX para o XX. Na América Latina, as legislações trabalhistas vão surgindo nas duas primeiras décadas do século XX⁸⁷². Alguns estados norte-americanos também são dessa época: Nova Iorque (1898), Maryland (1902), Massachusetts (1908) etc⁸⁷³.

De acordo com Óscar Gallo, essa legislação das primeiras décadas do século XX limitava-se aos acidentes de trabalho, ignorando outro tema muito preocupante: “o problema das doenças ocupacionais foi adiado até as décadas de 1930 e 1940”. E como acontece com questões legais, a prática diferia bastante da teoria: as interpretações da lei em vigor eram bastante flexíveis, sobretudo em seu alcance, “de maneira que as doenças desconsideradas no registro dos acidentes de trabalho, eventualmente, eram indenizadas por algum tribunal de justiça”⁸⁷⁴. Prossegue esse autor:

Para a maioria dos historiadores, as razões pelas quais se deu esse tipo de intervenção social do Estado mudavam de um lugar para outro, porém, coincidiam num ponto: no final do século XIX, os reformadores sociais estavam conscientes dos efeitos colaterais do progresso industrial e dos benefícios econômicos da saúde. Com efeito, o reconhecimento dos perigos da sociedade industrial e do maquinismo não era novidade. Entre 1830 e 1860, foram realizadas várias investigações médicas, nas quais a pobreza foi a figura central. Nessas primeiras “epidemiologias urbanas”, o fator profissional estava atrelado aos problemas da higiene pública. No entanto, a “violência, quotidiana ou acidental, física ou moral” do trabalho começava a revelar-se, ao mesmo tempo em que se peritava um saber científico sobre os corpos em risco⁸⁷⁵.

Não apenas o Estado, mas os sindicatos também estavam em alerta com essa questão. Murilo Leal evidencia a preocupação das entidades sindicais com a saúde do trabalhador, em especial na falta de higiene nos locais de trabalho e com a segurança do funcionário, os assuntos mais citados dessa matéria. Quanto à segurança, com o surto

⁸⁷² A título de exemplo: Guatemala (1906), Peru (1911), Argentina (1915), Colômbia (1915), Venezuela (1915), Cuba (1916), Chile (1916), México (1917), Brasil (1919), Uruguai (1920), Equador (1921), Bolívia (1924) etc.

⁸⁷³ GALLO, op. cit., p. 131.

⁸⁷⁴ Ibid., p. 132.

⁸⁷⁵ Ibid., ibidem.

industrial do pós-1930, o Brasil tornou o país com a maior quantidade de acidentes de trabalho no mundo do pós-guerra. Nesse sentido, os sindicatos desconfiavam dos números apresentados: deviam ser bem maiores, sobretudo quando envolviam mortes durante o serviço⁸⁷⁶.

Através de seu órgão de imprensa, os comunistas denunciavam as más condições de higiene nas indústrias alagoanas. Na coluna “Nosso Direito”, o advogado Rubem Ângelo expunha e explicava de maneira clara e com uma linguagem mais acessível os pontos de maior destaque da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Em 1956, ainda não representava o Sindicato de Fernão Velho, mas não deixou de tecer críticas as têxteis e ao Estado, através do Ministério do Trabalho. Pelo texto, sabemos “das condições de trabalho em algumas das secções das fábricas de tecidos, que trabalham continuamente sob uma permanente poeira d’água sem qualquer proteção aos trabalhadores das referidas secções”. O advogado continua:

Ora, pelo que se vê, a proteção da poeira d’água é para o tecido; assim sendo, o tecido merece mais considerações que a criatura humana que o produz. A nossa lei trabalhista, no entanto, não cogita tal matéria sob esse ponto de vista. Tanto isto é verdade, que diz o Art. 168º: “Deverá ser evitada, tanto quanto possível, na atmosfera dos locais de trabalho, a existência de suspensóides tóxicos, alergênicos, irritantes ou incômodos para o trabalhador”.

O redator da folha comunista explica que a CLT prevê, no Art. 188ª, o fornecimento de material de proteção ao trabalhador pelo patrão. Em seu depoimento, Maria de Lourdes conta que os operários trabalhavam com roupas comuns do dia a dia⁸⁷⁷. Rubem Ângelo prossegue, dirigindo-se aos sindicatos que, na qualidade de “maiores responsáveis pela incolumidade e saúde de seus associados”, deveriam encampar a luta por uma maior higiene no ambiente de trabalho e proteção do operário, e cobrar um posicionamento e uma atuação da Delegacia Regional do Trabalho (nesse momento, bem afinada com o governador), órgão responsável por fiscalizar os locais de trabalho e aplicar as leis trabalhistas⁸⁷⁸ – tarefa pouco realizada pelo órgão, mais preocupado em vigiar o movimento operário.

Fora esse problema relatado, as têxteis eram indústrias muito barulhentas. Vimos no início deste capítulo Maria José referir-se ao barulho. Ela não foi a única. Aidée Santos

⁸⁷⁶ LEAL, op. cit., p. 136.

⁸⁷⁷ Depoimento de Maria de Lourdes ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 7. 1 DVD. Color.

⁸⁷⁸ APA, NOSSO DIREITO: HIGIENE do trabalho. *A Voz do Povo*. Maceió, 25 nov. 1956, p. 4.

relembra como era lá dentro: “A gente conversava bem alto”⁸⁷⁹. Hoje, Maria de Lourdes tem problemas auditivos por conta do ruído das máquinas. Não bastasse o barulho, havia também problemas de temperatura. Segundo Antonio Cardoso, o local dentro da fábrica era iluminado, mas não ventilado. “Ventilador não existia. Ventilador de antigamente era isso aí” [aponta para um basculante]⁸⁸⁰. Edilma, filha de Maria de Lourdes, contou que a fiação é um lugar quente, ao passo que a tecelagem é fria, para conservar os fios. Outras entrevistadas citaram o fragor e a existência de ventiladores no local de trabalho, para refrescá-lo.

Continuando, Edilma contou que a fábrica deixou muitos operários mutilados por conta de acidentes de trabalho, mormente pela já citada lançadeira. Sua mãe foi atingida pela lançadeira no rosto, quebrando os dentes e cortando a gengiva, deixando sequelas⁸⁸¹. Jonas Hortêncio acidentou-se, mas não com a lançadeira: havia uma máquina de fabricar gelo, necessária para utilizar junto a uma tinta na secção de acabamento. Uma explosão na máquina o feriu e mais dois operários⁸⁸². Tudo isso era um problema bem antigo e conhecido da classe trabalhadora, conforme demonstra Óscar Gallo:

O que se dizia com sofisticação científica já era parte do inventário de experiências traumáticas dos operários desde começos do século XIX. Em toda parte, pululavam relatos sobre ruídos enlouquecedores, fábricas com pouca luz, filhos perdidos em acidentes, crianças doentes e frágeis, organismos enfraquecidos pelo trabalho ou “máquinas come-homens”. Entretanto, as estatísticas sobre a questão estão despojadas de qualquer credibilidade em quase todos os países do mundo⁸⁸³.

Rubem Ângelo tocou no assunto em três oportunidades na sua coluna “Nosso Direito”, publicadas seguidamente em fevereiro de 1958. De acordo com o advogado, no Brasil, já havia legislação que solucionava ou ao menos diminuía “as consequências do infortúnio do trabalho”. Essa legislação dividia-se em dois tipos: as preventivas e as compensatórias. “A previdência social hoje às combina, procurando dar às famílias uma segurança na possibilidade da capacidade econômica dos Institutos e Caixas”. Para Ângelo,

⁸⁷⁹ Depoimento de Aidée Santos ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 1. 1 DVD. Color.

⁸⁸⁰ Depoimento de Antonio Cardoso concedido ao autor em 22 de outubro de 2014.

⁸⁸¹ Depoimento de Maria de Lourdes ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 7. 1 DVD. Color.

⁸⁸² Depoimento de Jonas Hortêncio ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 5. 1 DVD. Color.

⁸⁸³ GALLO, op. cit., p. 132.

todos os personagens envolvidos contribuíam de alguma forma para obstruir uma melhor eficácia das leis: uma grande parte dos patrões era irresponsável; os trabalhadores desconheciam seus direitos; e os órgãos estatais encarregados em dirimir os acidentes eram burocratizados e ineficientes.

Como era de praxe em sua coluna, Ângelo direcionou seu texto aos operários. Citou a lei que tratava do assunto (Lei 7.036 de 10 de novembro de 1944) e suas atualizações posteriores, partindo logo para o que era de interesse imediato dos acidentados:

As indenizações são devidas em caso de a) morte; b) incapacidade total e permanente; c) incapacidade parcial e permanente; d) incapacidade temporária. Além da indenização devida, nos casos das letras “b”, “c” e “d”, deverá haver de parte do órgão previdenciário a que estiver filiado o acidentado, o tratamento médico e hospitalar necessário. Após o transcurso de um ano, passara o acidentado de incapacidade temporária a permanente⁸⁸⁴.

Na semana seguinte, destrinchou o Art. 45º da Lei 7.036. Esse artigo versava sobre a obrigatoriedade do acidentado comunicar o incidente ao patrão em um “prazo de até 24 horas, salvo impossibilidade absoluta” – não sendo possível, podia ser facultada a outra pessoa que tomou conhecimento do caso. Após a comunicação, o operário tinha direito à “assistência médica, farmacêutica e hospitalar, assim como condução e transporte”, disponibilizado pelo patrão. No descumprimento desse direito, o trabalhador deveria entrar na Justiça. No caso de morte, o ocorrido deve ser informado também à autoridade policial, para que fosse instaurado inquérito e remetido em até dez dias ao juiz⁸⁸⁵.

Na terceira e última parte, Ângelo preocupa-se com a família do operário. No texto, o advogado explicou a quem se destinava legalmente a “compensação infortunistica”, sobretudo por causa da dependência que muitas famílias tinham do salário daquele trabalhador. Não apenas isso, Ângelo teve o cuidado de mostrar a quem *não* se destinava a compensação, justificando: “Como são muitos frequentes os casos de ludibrio ao Decreto-lei n. 7.036 e demais leis de infortúnio, convém sempre que aqueles que se julguem beneficiários, procurem com a máxima brevidade o curador geral ou advogado”⁸⁸⁶.

Com efeito, não havia qualquer política patronal voltada para o bem-estar do trabalhador dentro da fábrica. Instalações precárias, barulho, ausência de ventilação e iluminação adequadas, material de segurança e máquinas obsoletas formavam um cenário

⁸⁸⁴ APA, NOSSO DIREITO: DO acidente do trabalho. *A Voz do Povo*. Maceió, 9 fev. 1958, p. 2.

⁸⁸⁵ APA, NOSSO DIREITO: DO acidente do trabalho. *A Voz do Povo*. Maceió, 16 fev. 1958, p. 2.

⁸⁸⁶ APA, NOSSO DIREITO: DO acidente do trabalho. *A Voz do Povo*. Maceió, 23 fev. 1958, p. 2.

perfeito para os constantes acidentes. O assistencialismo preocupava-se com a vida fora do ambiente de trabalho, garantindo um controle total da vida do funcionário, não somente dentro do serviço⁸⁸⁷.

Os acidentes surgiram mais nos depoimentos; as demais fontes apontam na direção das enfermidades, principalmente aquelas adquiridas no ambiente fabril. Não encontrei qualquer referência aos acidentes de trabalho na documentação escrita.

Em seu estudo sobre as consultas médicas para o ano de 1941 em uma fábrica têxtil do município de Cataguases, na Zona da Mata mineira, Lucilene Nunes da Silva apresenta-nos os seguintes números: em um universo de 435 operários (54,7% de mulheres e 45,3% de homens), a quantidade de operários diagnosticados com doenças do aparelho respiratório foi de 29,4%, o segundo maior grupo, ficando atrás apenas das enfermidades do aparelho digestivo (32,8%)⁸⁸⁸. Se existissem os números para Maceió, talvez fossem semelhantes aos de Cataguases, pois a falta de saneamento básico nas vilas é um indicativo de um provável alto índice de doenças do aparelho digestivo.

Os dois medicamentos citados no processo trabalhista, “Asmocrinal” e penicilina, oferecem algumas pistas dos problemas de saúde mais frequentes em Fernão Velho⁸⁸⁹. A injeção de “Asmocrinal”, como vimos antes, era utilizada em casos de asma e dispneia. Em ofício anexado ao processo, a Dra. Vitória Pontes de Miranda justificou o uso desse broncodilatador: “Tratando-se porém, de um medicamento de urgência existente na farmácia da Fábrica, *receito-o sempre, pois casos de asma ocorrem frequentemente naquele núcleo fabril*”⁸⁹⁰. Por sua vez, o médico-chefe Manoel Pontes listou as aplicações do medicamento feitas entre 1º de novembro e 1º de dezembro de 1956, totalizando 121 ampolas (49 em adultos e 72 em crianças) assim distribuídas⁸⁹¹:

⁸⁸⁷ MELO, Airton de Souza. *Operários têxteis em Alagoas: organização sindical, repressão e vida na fábrica (1951 – 1964)*. 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012, pp. 102-103.

⁸⁸⁸ SILVA, Lucilene Nunes da. *As condições de saúde do operário têxtil na Zona da Mata mineira, 1941 – Cataguases*. 2005. 144 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005, p. 67.

⁸⁸⁹ Segundo Aidée Santos, as doenças mais comuns na localidade eram tuberculose, maleita (malária), sarna, sarampo e catapora; todas enfermidades bem comuns em regiões pobres dos centros urbanos. Depoimento de Aidée Santos ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 1. 1 DVD. Color. Ver também: ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá. “As doenças ‘do trabalho’ no Brasil no contexto das políticas públicas voltadas ao trabalhador (1920-1950)”. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 7, n. 13, janeiro-junho de 2015, p. 65-84.

⁸⁹⁰ MPM, TRT19, Processo n. 03, 1957, p. 33. Grifos meus.

⁸⁹¹ MPM, TRT19, Processo n. 03, 1957, p. 32.

Tabela 14: Aplicações de “Asmocrinal” em adultos.

Aplicação	Gênero	Quantidade de ampolas
Receitadas individualmente	Feminino	-
	Masculino	2
Urgência no ambulatório	Feminino	30
	Masculino	17
Total		49

Tabela 15: Aplicações de “Asmocrinal” em crianças.

Aplicação	Gênero	Quantidade de ampolas
Receitadas individualmente	Feminino	20
	Masculino	30
Urgência no ambulatório	Feminino	8
	Masculino	14
Total		72

Poderíamos imaginar de antemão a superioridade dos casos de asma em crianças. No entanto, os casos em adultos também são bem elevados, ficando assim a divisão: 59,5% de aplicações em crianças e 40,5% em adultos. Os adultos superaram as crianças na quantidade de injeções aplicadas no ambulatório. Há uma pista para essa diferença dos atendimentos individuais e no ambulatório no processo. Em seu depoimento, Maria Correia de Oliveira afirmou não existir injeções de “Asmocrinal” infantil no armário, pois a seção era destinada ao tratamento de adultos, não sendo guardado qualquer tipo de remédio infantil. No entanto, “havendo prescrição médica, o enfermeiro pode aplicar em uma criança” uma dose menor, mais especificamente “metade [de] uma injeção de ‘Asmocrinal’ adulto”⁸⁹². A enfermeira, porém, era contra esse recurso. Em sua opinião, mesmo que Aquino estivesse falando a verdade, a conduta foi errada: “em caso de socorro urgente para o qual não se possa apelar para o médico, mesmo assim o enfermeiro não pode fazer a aplicação de ‘Asmocrinal’ adulto pela metade em uma criança, devendo aplicar em tal caso uma injeção de coramina efedrina”, igualmente pela metade. Esse medicamento é de urgência e tinha guardado na gaveta

⁸⁹² MPM, TRT19, Processo n. 03, 1957, p. 45.

(segundo a própria, nunca viu faltá-lo) destinada para esse fim, não sendo necessária a prescrição médica para seu uso. Tanto o “Asmocrinal” quanto a coramina servem para falta de ar e asma⁸⁹³.

Em sua obra, E. P. Thompson cita um “Primeiro Relatório do Oficial Geral de Registros”, datado de 1839. Segundo esse documento, “aproximadamente 20% da taxa global de mortalidade se devia à tuberculose, uma doença normalmente associada à pobreza e à superpopulação, predominando tanto nas regiões rurais quanto nas urbanas”⁸⁹⁴. Stefan Ujvari vai além:

Apesar de a tuberculose existir desde milênios antes da era cristã, somente no século XIX surgiram condições sociais para que se desse a sua maior epidemia. Nos aglomerados industriais da época, os doentes com tuberculose pulmonar apresentavam emagrecimento progressivo, tosse seca e febre diária. (...) Durante todo esse tempo, o enfermo eliminava, pela tosse, o bacilo da tuberculose nos cômodos das casas sem iluminação e ventilação, úmidas e com excesso de moradores, o que facilitava a disseminação da doença. As pessoas depauperadas pelas longas jornadas de trabalho e pela miséria não apresentavam defesa adequada contra a infecção, ficando tuberculosas com facilidade. O século XIX foi o século da tuberculose em razão da urbanização industrial, a que se aliaram condições humanas para que a doença surgisse e meios propícios à sua transmissão⁸⁹⁵.

Na leitura prévia que fiz do processo, deparando-me com o sumiço de tubos de penicilina⁸⁹⁶, a primeira doença que me veio à mente foi a tuberculose, posteriormente descartada⁸⁹⁷. “Apesar da penicilina ser um fármaco extremamente eficaz contra diversas doenças, e a primeira defesa real contra infecções causadas por bactérias, mostrou-se curiosamente ineficaz contra a tuberculose”⁸⁹⁸. Contudo, as atas do Sindicato de Fernão Velho mostram casos dessa doença infecciosa. Por exemplo, em uma reunião acontecida no dia 21 de maio de 1953, falou-se muito em operários doentes, sendo vários deles com tuberculose, pedindo auxílio do sindicato⁸⁹⁹. No final daquele mesmo ano, aconteceu uma reunião com algumas presenças ilustres: o delegado do Trabalho, Edson Falcão, o deputado estadual

⁸⁹³ MPM, TRT19, Processo n. 03, 1957, p. 46.

⁸⁹⁴ THOMPSON, *A formação classe operária inglesa II...*, op. cit., p. 193.

⁸⁹⁵ UJVARI, op. cit., p. 149.

⁸⁹⁶ A penicilina foi o primeiro antibiótico descoberto pelo homem, mais especificamente pelo biólogo e farmacologista escocês Alexander Fleming, no final dos anos 1920. A penicilina só chegaria ao Brasil em meados da década de 1940.

⁸⁹⁷ Sobre a tuberculose nesse período, cf.: BERTOLLI FILHO, Claudio. *História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900-1950*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. O mesmo pode ser consultado no seguinte endereço eletrônico: <http://static.scielo.org/scielobooks/4/pdf/bertolli-9788575412886.pdf>.

⁸⁹⁸ SOUZA, Marcus Vinícius Nora de e VASCONCELOS, Thatyana Rocha Alves. “Fármacos no combate à tuberculose: passado, presente e futuro”. *Química Nova*, São Paulo, vol. 28, nº 4, pp. 678-682, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/qn/v28n4/25117.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2014, p. 678.

⁸⁹⁹ SFV, Ata da reunião, 21 de maio de 1953.

Abraão Fidélis de Moura e o advogado do sindicato, Milton Ramires. Este último destacou o fato de ser necessária uma fiscalização na “higiene trabalhista, pois o índice de óbito era 30% somente de tuberculose”⁹⁰⁰.

Mesmo não sendo eficaz contra a tuberculose, a penicilina tinha um uso bastante abrangente: difteria, febre tifoide, meningite bacteriana, sífilis, infecções respiratórias (amigdalites, faringites, otites etc.), entre outras enfermidades. Interessa-nos aqui especificamente uma indicação do antibiótico: as infecções respiratórias.

Em um estudo publicado em 2010, na *Revista Portuguesa de Pneumologia*, encontramos o seguinte:

Na indústria têxtil, a exposição a poeiras de algodão e outras fibras vegetais está na origem de doenças respiratórias ocupacionais⁹⁰¹, tendo a primeira descrição sido estabelecida no século XVIII por Ramazzini, que relacionou a presença de sintomas respiratórios com a exposição a fibras vegetais de linho, cânhamo e algodão⁹⁰².

Os autores destacam também o fumo “e a presença de atopia” como mais duas grandes influências na supremacia dos problemas respiratórios nas indústrias têxteis. Não era sem razão que, como vimos anteriormente, a sessão de otorrinolaringologia – especialidade médica responsável por problemas no ouvido, nariz, faringe, laringe, cabeça e pescoço – ficasse sempre aberta, inclusive durante os plantões noturnos.

Infelizmente, as fontes (sobretudo o processo) não vão mais além do que foi relatado aqui em relação às enfermidades adquiridas pelos trabalhadores têxteis de Maceió. Apesar de seus limites enquanto fonte, o processo utilizado nesse artigo reforçou o que já havia sido destacado com muita propriedade por Silvia Lara e Joseli Mendonça: um caminho alternativo para acessarmos o dia a dia de operários “cujas vozes não haviam sido registradas nos chamados ‘documentos oficiais’ (do Executivo ou do Legislativo), ou em outras fontes, como os jornais”⁹⁰³.

⁹⁰⁰ SFV, Ata da reunião, 2 de dezembro de 1953.

⁹⁰¹ As doenças ocupacionais respiratórias (denominação brasileira) nada mais são que enfermidades contraídas ou agravadas em decorrência do trabalho e seu ambiente, por conta de poluição do ar, gases ou partículas tóxicas. Entre as mais conhecidas estão a asma ocupacional, a rinite ocupacional e o câncer de pulmão.

⁹⁰² COSTA, J. Torres, FERREIRA, J. Alberto, CASTRO Eunice et al. “Asma ocupacional na indústria têxtil: avaliação pela hiperreactividade brônquica e registo do DEMI”. *Revista Portuguesa de Pneumologia*, Lisboa, nº 2, pp. 1-15, 2010. Disponível em: <http://www.sppneumologia.pt/publications/publication/editions/1543>. Acesso em: 25 mar. 2014, p. 3.

⁹⁰³ LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (org.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006, p. 10.

O processo n. 3/57 permitiu-me adentrar no ambulatório da Fábrica Carmen e mostrar seu funcionamento, um pouco de sua demanda e os principais problemas de saúde que acometiam os trabalhadores de Fernão Velho, indo além dos sempre destacados e igualmente importantes acidentes de trabalho. Contudo, não encontramos apenas isso nesse processo.

Temos também a rede de solidariedade invocada por José Aquino em sua defesa – característica própria não apenas do ambiente operário, mas também de uma localidade isolada como era Fernão Velho. Vimos no capítulo anterior, como a moradia e a disposição das casas na vila operária fortaleciam esses laços. Os depoimentos demonstram que o enfermeiro prático era bastante conhecido e estimado em todo o bairro. E foram essas testemunhas os responsáveis por virar o jogo a seu favor.

Sebastião Dantas, José Izídio e Luís Melo trouxeram um fato novo ao processo: uma rixa de Ulisses Pinheiro (chefe dos enfermeiros) com José Aquino. Sebastião afirmou não existir “bom entendimento entre o Sr. Ulisses Pinheiro e o requerido, pois o primeiro sempre dizia que o segundo queria tomar o lugar dele Ulisses”⁹⁰⁴. José Izídio escancarou o motivo, em sua opinião. Para ele, “Ulisses tinha certa inveja de Aquino, porque o mesmo atendia muito bem como enfermeiro”. A seu ver, “Ulisses pensava que o reclamado queria tomar o lugar do mesmo, em virtude de tratar bem a seus assistidos”⁹⁰⁵. Luís Melo complementou. Para ele, as razões do ciúme recaiam sobre o fato de Aquino ser um “bom trabalhador” e “Ulisses sempre” perguntava-lhe “se Aquino lhe queria tomar o lugar”. Mesmo estando afastado da fábrica durante o ocorrido, Luís sabia dos fatos por ter trabalhado na farmácia⁹⁰⁶.

De acordo com Paulo Duarte Quintella Cavalcanti, juiz da Junta de Conciliação de Julgamento, a fábrica não comprovou a falta grave cometida por José Aquino. De mais a mais, ficou provado ser o enfermeiro um bom funcionário que nunca cometeu qualquer falta ou problema, e mesmo nesse caso, Aquino não foi sequer punido com alguma suspensão. Destacou também o depoimento do subdelegado e o fato de as testemunhas da fábrica não darem garantias de existir penicilina no armário⁹⁰⁷. Obviamente, a Fábrica Carmen iria

⁹⁰⁴ MPM, TRT19, Processo n. 03, 1957, p. 60.

⁹⁰⁵ MPM, TRT19, Processo n. 03, 1957, p. 61.

⁹⁰⁶ MPM, TRT19, Processo n. 03, 1957, p. 62.

⁹⁰⁷ MPM, TRT19, Processo n. 03, 1957, p. 84.

recorrer da decisão no Tribunal Regional do Trabalho (TRT). No entanto, não foi apenas isso que se sucedeu.

Não se conforma o requerido com a volta ao trabalho. O tratamento recebido pelo requerido e proveniente da requerente, como a acusação aberta e plenamente desmascarada de roubo, a sua denúncia junto à subdelegacia daquele Distrito, o tratamento chocante, constrangedor e violento que recebeu de parte de seus representantes, diretores e superiores hierárquicos, da situação criada dentro do local de trabalho, e o próprio processo ora em curso, tudo isto demonstra a impossibilidade de continuar o requerido com o seu contrato de trabalho com a requerente, pelo surgimento de incompatibilidades insanáveis arquitetadas pelo requerente e ora apelada. (...) Trata-se, no entanto, de questão de honra, da honra e do bom nome de um empregado que, durante mais de um decênio serviu bem e fielmente a empresa, acusado de maneira brutal e peremptória sem qualquer consideração ou base legal e verídica⁹⁰⁸.

Ou seja, Aquino não queria voltar ao seu antigo emprego. Seu desejo era “que lhe seja paga a indenização em dobro, por ser de inteira justiça”⁹⁰⁹.

No TRT da 6ª Região, a sentença se manteve. Para os juízes do Recurso, além de não ter sido provado o furto de José Aquino, esse “ainda parece ter sido vítima de ardil e intriga forjados no sentido de ser arrastado a um inquérito evidentemente injusto, sem qualquer base legal para se decretar sua procedência”⁹¹⁰.

Das quatro testemunhas do enfermeiro, apenas Olival Vieira Gonçalves não compareceu nem depôs – não sabemos o motivo. Os outros três estavam, como vimos, afastados da empresa naquele momento, respondendo a processo na Justiça do Trabalho. Optei por seguir o caminho de um possível laço fraternal existente entre o requerido e suas testemunhas, baseado em seus depoimentos, que não foram contestados pelo advogado patronal – esse apenas solicitou que não fossem tomados tais depoimentos por conta dos processos movidos contra eles na Justiça Trabalhista (nesse instante, estava sendo julgado o recurso de Sebastião Dantas e Sebastião Ramos, por exemplo). Em virtude disso, poderia seguir o caminho proposto por Thompson: “As testemunhas podiam ser intimidadas ou estar

⁹⁰⁸ MPM, TRT19, Processo n. 03, 1957, p. 106.

⁹⁰⁹ MPM, TRT19, Processo n. 03, 1957, p. 107. O valor da indenização, calculada pela JCJ, foi de Cr\$ 154.464,00 (sendo Cr\$ 852.704,00 de salários, Cr\$ 97.920,00 de indenização e Cr\$ 3.840,00 de férias), recebidos no dia 14 de janeiro de 1960, exatos três anos depois do início do processo – finalizado no Tribunal Superior do Trabalho. Já Ulisses, permaneceu na fábrica. Segundo Elias (o mais novo entre os entrevistados do projeto *Trama da memória, tessitura do tempo*), de meados dos anos 1970 em diante, ficou apenas um enfermeiro (Ulisses), que fazia tudo (extraía até dente), confirmando os depoimentos arrolados no processo. Depoimento de Elias ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 10. 1 DVD. Color.

⁹¹⁰ MPM, TRT19, Processo n. 03, 1957, p. 128.

com segundas intenções, como o caso dos informantes contra infratores da Floresta de Sherwood que, de repente, sentiram escrúpulos em prestar juramento sobre a Bíblia”⁹¹¹.

Isso porque mais importante do que conhecermos o funcionamento do serviço médico oferecido pela fábrica e pelo sindicato, é observarmos os laços de solidariedade forjados no interior de uma comunidade operária, isolada do resto da cidade. Como o próprio Thompson alerta, a classe dominante não precisa “da lei para oprimir os dominados”, da mesma forma que é inverídico achar “que os dominados não tinham necessidade de lei alguma”⁹¹². Os “de baixo” sabiam como se movimentar pelos terrenos jurídicos, utilizando os recursos e as brechas existentes na lei a seu favor.

⁹¹¹ THOMPSON, *Senhores e caçadores...*, op. cit., p. 71.

⁹¹² THOMPSON, *Senhores e caçadores...*, op. cit., p. 351.

8. A VIDA FORA DA FÁBRICA

Pobreza por pobreza, sou pobre em qualquer lugar
A fome é a mesma fome que vem me desesperar
E a mão é sempre a mesma que vive a me explorar⁹¹³.

Sabedor de que, em indústrias do porte das têxteis alagoanas, é cientificamente difícil conjecturar hipóteses baseado em um punhado de entrevistas com ex-operários, irei utilizá-las por ser a única fonte disponível a revelar a origem desses funcionários: a maioria veio do interior do estado, agricultores sem terra, agora dominada pela cana de açúcar que invadira os tabuleiros. Os que nasceram nas vilas operárias, eram filhos de antigos trabalhadores que vieram nessas condições.

A década de 1950 observou duas mudanças distintas no campo industrial brasileiro: em primeiro lugar, o declínio das fábricas têxteis, em uma crise sem precedentes no setor após o retorno ao mercado dos países europeus produtores arrasados pela guerra⁹¹⁴; em segundo lugar, a expansão da agroindústria açucareira nacional e a mudança regional na hegemonia produtora, do Norte/Nordeste para o Centro/Sul, com o protagonismo de São Paulo, apesar dos esforços governamentais para proteger o setor⁹¹⁵. Mesmo com essa perda hegemônica, a agroindústria alagoana estava em franca ascensão, vivendo seu melhor momento justamente na década de 1950: nesse período, o processo de produção englobou as extensas áreas de tabuleiro de Alagoas⁹¹⁶. Segundo Araken Lima, a ampliação das áreas de cultivo para os tabuleiros deu-se, sobretudo, por questões de cunho capitalista: a indústria sucroalcooleira começou um processo de expansão⁹¹⁷, o primeiro grande movimento dessa magnitude desde o período colonial, quando a produção de açúcar teve início no Nordeste.

⁹¹³ GONZAGA JR, Luiz. “Pobreza por pobreza”. In: GONZAGA, Luiz. *Canaã*. Rio de Janeiro: RCA, 1968. 1 Disco. Faixa 2.

⁹¹⁴ LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”*. São Paulo: Marco Zero / Brasília: Editora de UnB em coedição com MTC/CNPq, 1988, p. 432 e VALE, Eltern Campina. *Tecendo fios, fazendo história: a atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964)*. 2008. 225 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008, p. 98.

⁹¹⁵ LIMA, Araken Alves de. *Evolução da agroindústria canavieira alagoana no século XX*. Maceió: EDUFAL, 2014, p. 79.

⁹¹⁶ ANDRADE NETO, Joaquim Correia Xavier de. *A evolução da agroindústria açucareira de Alagoas a partir da década de 50: modernização e proletarização do trabalhador rural*. Recife, 1984. (Dissertação de Mestrado, UFPE/CFCH/DCG), p. 64. Antes dessa “conquista”, as plantações de cana de açúcar em Alagoas seguiam o mesmo ritmo dos tempos coloniais, restritas a algumas regiões.

⁹¹⁷ LIMA, *Evolução da agroindústria canavieira...*, op. cit., p. 80.

O principal fator a “atrasar” essa expansão foi a pobreza do solo desses tabuleiros. Arenoso e deficiente em humos, a terra necessitava de avanços técnicos e, claro, de investimentos aos quais os produtores não estavam acostumados nem dispostos a fazer, esperando pela generosidade do Estado. Além disso, era uma área de Mata Atlântica, o que inviabilizava o plantio imediato.

Para vencer essas dificuldades, foram utilizadas mudas mais “mais rústicas e resistentes” e a aplicação de adubos químicos em larga escala⁹¹⁸. Destarte, as usinas estavam instaladas nesses tabuleiros, o que barateava o transporte da matéria-prima. Interessa-nos algumas das principais consequências dessa expansão: o fim da pecuária como segunda atividade nas terras “ociosas”; aumento da concentração fundiária e desaparecimento das pequenas propriedades e da cultura de subsistência; precarização da mão de obra e um empobrecimento ainda maior dos trabalhadores rurais; deslocamento populacional para os grandes centros urbanos (no estado, concentrado em Maceió); forte impacto ambiental, com o desmatamento desenfreado da Mata Atlântica, vegetação típica dos tabuleiros, e poluição dos rios pelo descarte de resíduos pelas usinas; e elevação do preço dos alimentos nas áreas urbanas, aumentando assim ainda mais a pobreza na periferia⁹¹⁹.

Josefa Alves, ao contar sua história, exemplificou algo que pode ter acontecido com diversas famílias vindas do interior para trabalhar nas indústrias têxteis. Em Murici, cidade distante cerca de 50 km de Maceió, sua família possuía um sítio. Típica localidade com intensa atividade canavieira, Josefa fez questão de frisar que a terra pertencia ao seu pai. A Usina Alegria “queria tomar as terras para plantar cana, se ele não entregasse ou não vendesse, a usina tomava, aí ele vendeu e viemos para aqui [Fernão Velho]”, onde chegaram em 1940⁹²⁰.

Ao chegar às vilas operárias, as famílias vindas do interior do estado não apenas encontraram ampla oferta de emprego para todos os membros (incluindo mulheres e crianças), como também assistência social a que nunca tiveram acesso nas localidades onde residiam. No capítulo 2, vimos as condições gerais a que estavam submetidos os alagoanos na época, com metade das residências sem instalações elétrica e sanitária. Já no capítulo 6, observamos que as três vilas operárias de Maceió não fugiam muito desse panorama. No entanto, além de

⁹¹⁸ LIMA, *Evolução da agroindústria canavieira...*, op. cit., p. 82.

⁹¹⁹ LIMA, *Evolução da agroindústria canavieira...*, op. cit., pp. 83-84.

⁹²⁰ Depoimento de Josefa Alves dos Santos concedido a Ivo dos Santos Farias em 13 de novembro de 2010. Maceió, 2010. 1 DVD. Color.

uma “casa própria” de alvenaria, essas famílias se depararam com serviços essenciais oferecidos pelos patrões. E isso sempre foi destacado por todos os entrevistados.

Diante disso, nesse capítulo, apresento um quadro mais geral de três aspectos basilares do sistema fábrica com vila operária. O primeiro, mais abrangente, diz respeito ao cotidiano laboral sob a perspectiva do trabalho nas fábricas e da forma de vida fora delas; ou seja, como os trabalhadores sobreviviam a uma fatigante jornada de trabalho com salários baixíssimos, que nem sempre alcançava o mínimo estipulado por lei. O segundo é o assistencialismo intrínseco desse sistema, como forma de amenizar os embates entre capital e trabalho, promovido tanto por patrões quanto pelo Serviço Social da Indústria (SESI). Em razão dessa prática, o Estado mantinha-se completamente alheio às formas de sociabilidade nas vilas operárias. O terceiro e último versa sobre a vigilância constante nesses locais, quando até mesmo o aparato policial do Estado estava a serviço dos industriais para manter os operários sob controle ferrenho. Em outras palavras, mesmo com todo trabalho assistencial, a oportunidade de morar em uma casa, o lazer e as festas promovidas, era necessário vigiar os operários, pois todo esse aparato não era suficiente para mantê-los dóceis e obedientes, como tencionavam seus patrões.

8.1 CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO

Vimos rapidamente no capítulo 4 a precariedade salarial a que estavam submetidos os operários têxteis e as estratégias da classe patronal para burlar a lei do salário mínimo. Quando o tema surge nas entrevistas, alguns ex-funcionários destacaram o fato de o salário ser pago em dia, não se recordando de atrasos. Alexandria e Norte Alagoas pagavam por semana, enquanto a Fábrica Carmen, quinzenalmente; em comum, o dia escolhido: o sábado. O objetivo desse subtópico é observarmos os limites do soldo em paralelo com o regime de trabalho nas fábricas⁹²¹.

Os depoimentos do documentário “Memória da vida e do trabalho” ilustram bem o poder de compra do salário pago em Maceió. A fiandeira Maria de Lourdes demonstra

⁹²¹ Sobre o salário mínimo, campanhas salariais e a importância do tema na vida dos trabalhadores, entre outros: MELO, Airton de Souza. “A passos de tartaruga: operários têxteis e campanhas salariais em Fernão Velho – Maceió/AL (1962 – 1964)”. In: *XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social*, 2013, Natal. Anais Eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, p. 1-15 e SILVA, Nauber Gavski da. *O “mínimo” em disputa: salário mínimo, política, alimentação e gênero na cidade de Porto Alegre (c. 1940 – c. 1968)*. 2014. 385 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

quanto “valia” o ordenado pago e uma das soluções disponíveis para contornar a escassez financeira: “E quando a gente recebia o dinheiro, não dava pra fazer a feira, comprava pouca coisa. Quando chegava dia de segunda-feira não tinha mais nada. Então a gente ia na fábrica, pedia um vale. Eles davam aquele vale e a gente ia pra estiva comprar alguma coisa”. Isto é, seu pagamento dava apenas para sustentar precariamente a família dos itens de primeira necessidade. Recebendo no sábado, dois dias após o pagamento não tinha mais dinheiro. Como terminava em tão pouco tempo? O tecelão José de Freitas explica em quê era gasto o seu salário: “Todo mês se descontava a casa, descontava sindicato, higiene e Caixa Beneficente. E esse dinheiro todinho era tirado daquele pouco dinheiro que a gente ganhava. (...) Nós ganhava uma média de somente de um terço. Dois terços era de desconto”. Não soa gratuito, assim, a fala orgulhosa do ex-sindicalista Luís Gitaí: “(...) e com esse salário que eu tinha, não dava pra criar quatro filhos e nem educar quatro filhos como eduquei, graças a Deus”⁹²².

Cabia aos operários recorrerem a outras formas de subsistência⁹²³. Benedito Aguiar tinha uma renda complementar: “Fazia limpeza, (...) fazia corda” e vendia na feira. Na década de 1970, começou a trabalhar como garçom em Maceió⁹²⁴. Maria de Lourdes da Conceição fazia beiju e tapioca para a filha mais velha vender na feira de Fernão Velho, como forma de complementar o salário. O marido pescava sururu e ela “despincava” para vender, tudo para aumentar a renda. Com a maioria dos seus companheiros, recebia salário por produção: “Quanto mais trabalhava, mais ganhava. Não ganhava só o salário, ganhava mais do salário”⁹²⁵. Fazia hora-extra para aumentar a produção e, consequentemente, o ordenado.

Em vista disso, as lagoas não serviam apenas como força motriz para gerar energia para as fábricas; eram um importante meio de subsistência para os moradores das vilas operárias. Aidée Santos recorda-se da fartura vinda da lagoa, quando se via “homens com os balaies de camarão, tudo vendendo na época, que hoje em dia para comprar um quilo de camarão tem que se acordar cedo (...)”. Ainda de acordo com a ex-liçadeira, “quando não

⁹²² MEMÓRIA da vida e do trabalho. Direção e produção de Celso Brandão. Argumento: José Sérgio Leite Lopes e Rosilene Alvim. Roteiro: Regina Coeli. Maceió: Estrela do Norte, 1986. 20 min., som, color. Disponível em: <http://vimeo.com/77505991>. Acesso: 11 ago. 2016.

⁹²³ Cf.: FARIAS, Ivo dos Santos. *Dominação e resistência operária no núcleo fabril de Fernão Velho (1953-1962)*. 2012. 114 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012, pp. 85-87.

⁹²⁴ Depoimento de Benedito Aguiar ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 8. 1 DVD. Color.

⁹²⁵ Depoimento de Maria de Lourdes da Conceição Silva concedido ao autor em 20 de outubro de 2014.

tinha o que comer, a minha mãe dizia: ‘vou na beira da lagoa tirar sururu’ (...). Uma alternativa eram seus avós, que traziam do sítio, de 15 em 15 dias, produtos como feijão, massa puba, arroz, macaxeira, galinha. A carne, sua mãe comprava: “Nesse tempo, aqui só tinha aquela feirinha dia de sábado. (...) Quem tinha dinheiro para comprar, comprava. (...) Tendo dinheiro não faltava nada”⁹²⁶. Josefa Alves apresenta um panorama geral da lagoa, mas não se recorda de companheiros seus utilizando o local como meio de subsistência.

A lagoa... Muito peixe, tinha cais ali no porto, até hoje tem. Todo mundo que queria peixe ia comprar ali. Chegavam os balaies, camurim, (...) mandim, o que quisesse. Tinha sururu também. Sururu, quem não queria comprar ia tirar no Flexal, tinha muito. O trabalhador não ia lá, não: era o pessoal que precisava. Quem não trabalhava ia tirar o sururu para vender. (...) Os pescadores pescavam muito, muito peixe, muito siri. Naquela época era ótimo, tinha muito peixe⁹²⁷.

De acordo com Maria de Lourdes, o salário da fábrica não era suficiente para manter a família; dessa forma, ela fazia refresco e bolacha, que eram vendidos pelos filhos; estes também pescavam sururu na lagoa. Ainda segundo a ex-tecelã, alguns operários furtavam pedaços de pano, escondendo o material nas garrafas secas de café que levavam para o trabalho – apropriavam-se do produto de seu trabalho, a que não tinham acesso, seja para costurar para si ou para vendê-los – e, devido a isso, a Fábrica Carmen colocou um vigia na porta do estabelecimento para realizar uma verificação e revistar os operários e as suas garrafas⁹²⁸. Era o patronato local em consonância com as mais práticas europeias, conforme Michelle Perrot identificou: “As principais preocupações dos donos das fábricas são combater o furto de matérias-primas e controlar a qualidade dos produtos acabados”⁹²⁹.

Por sua vez, Manuel Lourenço é taxativo: o ordenado sempre foi muito baixo, nem sempre alcançava o valor do salário mínimo oficial. Os únicos a receberem salários

⁹²⁶ Depoimento de Aidée Santos ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 1. 1 DVD. Color.

⁹²⁷ Entrevista com Josefa Alves dos Santos concedida a Ivo dos Santos Farias em 13 de novembro de 2010. Maceió, 2010. 1 DVD. Color.

⁹²⁸ Depoimento de Maria de Lourdes ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 7. 1 DVD. Color. Dando sequência ao seu relato, Maria de Lourdes contou que saía da fábrica com a sua garrafa destampada para não levantar dúvidas, e, certa vez, o vigia agarrou seu braço para intimidá-la e olhar o recipiente. Valente e destemida, não deixou barato: atingiu o rosto do vigia com a vasilha de leite que carrega em sua outra mão (segundo ela, os operários ganhavam leite para beber na fábrica, mas Maria de Lourdes guardava-o e trazia para seus filhos). Disse ainda que foi chamada pela direção, mas não aconteceu nada.

⁹²⁹ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 56.

melhores era o pessoal do escritório (em média, dois salários e meio) e aqueles poucos trabalhadores com habilidades específicas, como os soldadores, os serralheiros e os eletricitas⁹³⁰.

No povoado de Saúde, abastecido pelo Rio Meirim e próximo ao mar, a situação não diferia daquela de Fernão Velho.

Aqui, na época que tinha boa produção de venda de pano, a gente fazia hora extra até dez horas da noite. Mas tinha época, a gente passava cinco, seis meses sem fazer hora extra, só era [o salário] em cima das oito horas de serviço; aí o dinheiro diminuía. Então a gente pescava, pegava [caranguejo] guaiamu para vender, a gente tocava roça. Outros faziam outras coisas para vender: vendia tapioca, fazia beiju. Quase todo operário tinha uma roça. (...) E o povo vendia farinha, vendia goma (...).

Esses produtos eram comercializados no próprio povoado; outros, levavam até Maceió; ainda havia aqueles que vendiam “mandioca ali pra Riacho Doce, que tem um grande progresso de bolo. Então o pessoal vinha buscar aqui. E a minha mãe também era uma fabricante de bolo, de tapioca (...). E eu sei que existia esse progresso, que dava pra ir sobrevivendo”⁹³¹.

Para José Sérgio Leite Lopes, a prática relativamente difundida dos padrões de concederem pequenos roçados aos funcionários não se restringia apenas a garantir uma forma a mais de subsistência – ainda que fosse apropriado pelos trabalhadores nesse sentido⁹³². Afinal, com salários baixíssimos em uma época de inflação crescente, era necessário complementar a renda de alguma forma. No entanto, Leite Lopes aponta duas formas mais comuns de ampliar o ordenado: aumento da jornada de trabalho (horas-extras) e consequente diminuição de suas horas de lazer, subordinando-se ainda mais a lógica capitalista; e inclusão da família em atividades remuneradas, seja na própria fábrica (que via com bons olhos o emprego de mulheres e crianças, pagando salários mais baixos) ou em empregos informais, como a venda de pescados, por exemplo⁹³³.

⁹³⁰ Depoimento de Manuel Lourenço ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 2. 1 DVD. Color.

⁹³¹ Depoimento de Luís Paulino concedido ao autor em 28 de outubro de 2014. Riacho Doce, assim como Saúde, é um povoado do distrito de Ipioca; a diferença entre ambos é que Riacho Doce fica a beira do mar e possui uma intensa atividade pesqueira.

⁹³² LOPES, *A tecelagem dos conflitos...*, op. cit., pp. 93-94.

⁹³³ LOPES, José Sérgio Leite e Luís Antonio Machado da Silva. “Introdução: estratégias de trabalho, formas de dominação na produção e subordinação doméstica de trabalhadores urbanos”. In: LOPES, José Sérgio Leite et. al. *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação (estudos sobre trabalhadores urbanos)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (Série Estudos sobre o Nordeste vol. 5), p. 10.

Não apenas isso: a pequena empresa “agropecuária” doméstica mantinha o funcionário ocupado fora do trabalho, estreitava os laços familiares (cultivar o roçado e criar animais eram tarefas realizadas por todos os membros da família) e o mais importante (na visão dos patrões): criava “hábitos de trabalho mesmo no seu tempo livre e evitando o consumo perdulário no bar”⁹³⁴.

As duas ex-funcionárias da Fábrica Alexandria entrevistadas não citaram outro meio de subsistência ao tempo em que trabalhavam. Vimos como o bairro é igualmente margeado pela Lagoa Mundaú e fica bem próximo ao Centro de Maceió, uma vantagem importantíssima para seus moradores, em comparação com Saúde e Fernão Velho. Ednaura Oliveira costurava, mas começou na profissão apenas quando pediu as contas na fábrica – e vimos também que a motivação para iniciar esse novo trabalho foi a criação dos filhos. Maria José da Silva não casou nem teve filhos, mas ajudava os pais. Questionei se ela melhorou de vida após o emprego na Alexandria: “Melhorou, porque sempre tinha aquele dinheirinho certo todos os sábados, a gente tinha casinha própria. (...) Já fazia a feira diretinho”⁹³⁵.

Se por um lado, o salário não garantia o sustento de uma família, por outro, a jornada de trabalho era extenuante. Na Alexandria, Ednaura Oliveira trabalhava na tecelagem de segunda a sábado, das 6h às 10h da manhã, com uma hora de almoço: retornava às 11h indo até 15h. Segundo ela, tanto a preparação (urdidores, fiadores, batedores etc.) quanto a tecelagem trabalhavam em turmas; recebia por produção e não havia atraso de salário, apesar de boatos, sobretudo em tempos de crise⁹³⁶. Sua cunhada recorda-se do mesmo horário: uma turma começava às 6h até às 10h, em turnos de quatro em quatro horas, trocando o horário na semana seguinte. Ainda houve por algum tempo uma terceira turma, que ia das 16h até às 22h. O refeitório localizava-se fora da fábrica e geralmente era utilizado por aqueles que moravam mais distantes do local. Os que residiam por ali, almoçavam ou jantavam em casa: “Dava tempo ir pra casa, almoçava e voltava. Os apitos da fábrica chamando, tinham os horários”. Após o soar do alarme, todos deveriam estar dentro da fábrica⁹³⁷. A Cia. Norte Alagoas possuía um sistema bem semelhante ao da Alexandria.

Na Carmen, o sistema de turmas funcionava de maneira diferente, segundo o relato de Aidée Santos: a primeira turma começa às 6h e terminava às 10h; a segunda turma

⁹³⁴ LOPES, *A tecelagem dos conflitos...*, op. cit., p. 94.

⁹³⁵ Depoimento de Maria José da Silva concedido ao autor em 29 de maio de 2014. Inicialmente, ela junto com seus pais moravam em uma casa de taipa e aos poucos foi construindo uma de alvenaria.

⁹³⁶ Depoimento de Ednaura Oliveira da Silva concedido ao autor em 27 de maio de 2014.

⁹³⁷ Depoimento de Maria José da Silva concedido ao autor em 29 de maio de 2014.

então assumia, indo das 10h até às 14h. A primeira turma voltava: das 14h até às 18h para, enfim, a segunda turma encerrar seu expediente, das 18h às 22h. Nesse momento, começava a terceira turma – aquela em que José Aquino ficava responsável na enfermaria –, em horário corrido de 22h até às 6h da manhã do dia seguinte⁹³⁸. Nenhuma das três indústrias funcionava aos domingos e os sábados o expediente não era completo.

A exploração da mão de obra repousava no sistema de pagamentos: a produção. O trabalhador recebia por aquilo que produzia, daí que, para alcançar o salário mínimo, deveria trabalhar mais – assim, legalmente, as horas extras deixavam de ser contabilizadas. Em sua coluna “Nosso Direito”, o advogado Rubem Ângelo abordou o tema do salário mínimo às vistas da lei, enfatizando as irregularidades cometidas pelos patrões no intuito de não conceder os aumentos estipulados. “Os mais atingidos, aqueles que mais sofrem com esta ocorrência, são aqueles que trabalham por tarefa ou por produção”⁹³⁹. Outra forma de explorar o empregado era através do pagamento por hora, pois diminuía o salário⁹⁴⁰.

Vimos essas situações pela ótica patronal e do movimento operário no capítulo 4. Agora, vamos entender pela visão do trabalhador. Nas épocas em que as vendas de tecido estavam a todo vapor, os trabalhadores aproveitavam o bom momento para aumentar o ordenado, só que por meio de mais trabalho: “E quando chegava pedido de tecido, pronto: as coisas melhoravam. Porque dentro de um dia só a gente fazia 16 horas”⁹⁴¹. Em Fernão Velho, João Venâncio, ao relembrar que a fábrica produzia vários tipos de tecido (incluindo brim e o bramante Carmen, “conhecido mundialmente”), afirmou que o de melhor qualidade era exportado. Segundo ele, uma vez viu saindo de uma só vez 52 caminhões com tecidos para exportação – não recorda o ano; porém, foi antes de sua entrada (1952), provavelmente no

⁹³⁸ Depoimento de Aidée Santos ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 1. 1 DVD. Color. O relato de Aidée foi o seguinte: “seis horas da manhã já era para estar dentro da fábrica, para largar dez horas do dia. Outra turma entrava dez para as duas. E aquela que largava as dez entrava de duas para seis. Uma semana, a gente trabalhava de seis pras dez [da noite]”. A montagem do horário acima é baseada nas entrevistas existentes, porque, por razões óbvias, nem todos se recordam do horário exato, apesar de haver muitas concordâncias. Cf.: MELO, Airton de Souza. *Operários têxteis em Alagoas: organização sindical, repressão e vida na fábrica (1951 – 1964)*. 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012, pp. 93-94.

⁹³⁹ APA, NOSSO DIREITO: DO salário mínimo. *A Voz do Povo*. Maceió, 5 jan. 1958, p. 2.

⁹⁴⁰ CORRÊA, Larissa Rosa. *A tessitura dos direitos: patrões e empregados na Justiça do Trabalho, 1953-1964*. São Paulo: LTr, 2011, p. 201.

⁹⁴¹ Depoimento de Luís Paulino concedido ao autor em 28 de outubro de 2014.

imediatamente pós-guerra⁹⁴². Nesses momentos de euforia do mercado, os patrões aumentaram seus lucros de forma exorbitante; já os trabalhadores, no que lhes diz respeito, elevaram sua carga horária. Quando não aproveitaram os bons ventos do capitalismo, quando a oferta de trabalho ampliava, mas os salários permaneciam os mesmos, os trabalhadores têxteis faziam intermináveis horas extras porque necessitavam criar seus filhos. A ex-tecelã Maria de Lourdes, por exemplo, trabalhou demasiadamente na terceira turma, de madrugada, pois tinha seis filhos e ficou viúva muito cedo⁹⁴³.

Fazer hora extra não era a única forma de alargar o ordenado. Aumentar o número de máquinas operadas era uma tática largamente utilizada, mas não pelos trabalhadores⁹⁴⁴. Com a venda da Alexandria para um grupo pernambucano, proprietários da Fábrica da Torre em Recife, os antigos funcionários começaram a sentir as mudanças. Segundo o vereador Renalvo Siqueira, após conversas com os operários, “muitas tecelãs [estavam] trabalhando com três e quatro máquinas, ganhando 300, 280 e até mesmo 250 cruzeiros por semana; em uma das sessões que trabalham 20 operárias, apenas 5 tiraram o salário mínimo (...)”. Várias irregularidades e abusos contra a lei estavam ocorrendo no centro fabril. A taxa de insalubridade, uma das grandes conquistas da classe trabalhadora brasileira, havia sido cortada pelos novos diretores, reduzindo ainda mais os baixos salários. Renalvo logo identifica as razões: “As mudanças drásticas e violentas introduzidas pela nova diretoria, tem sua fonte de justificação nas dificuldades que está passando a indústria; os trabalhadores não podem concordar que estas dificuldades sejam jogadas em suas costas (...)”⁹⁴⁵.

O largo emprego de menores era outra maneira de aumentar o lucro. Entre os entrevistados, poucos iniciaram no trabalho fabril após os 18 anos. Da parte dos trabalhadores, era uma estratégia válida para aumentar a renda familiar e conseguir uma casa na vila operária. Do lado dos patrões, era mão de obra ainda mais barata – e amparada pela lei: a partir dos 14 anos, já era permitida a contratação. Emília Souza deu uma explicação

⁹⁴² Depoimento de João Venâncio ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 4. 1 DVD. Color.

⁹⁴³ Depoimento de Maria de Lourdes ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 7. 1 DVD. Color.

⁹⁴⁴ Uma das maiores e mais conhecidas greves ocorridas em Fernão Velho teve como causa primordial o aumento de teares. Esse movimento, deflagrado em 1962, foi tão marcante que praticamente todos os entrevistados recordam-se dos fatos. Muitos, inclusive, citam essa greve como o único acontecimento desse porte na Fábrica Carmen. Cf.: MELO, *Operários têxteis em Alagoas...*, op. cit., pp.130-136 e FARIAS, op. cit., pp. 100-107.

⁹⁴⁵ APA, EXPLORAÇÃO E OPRESSÃO na Fábrica Alexandria. *A Voz do Povo*. Maceió, 1 jun. 1958, p. 4.

geral sobre esse procedimento. A partir dos 14 anos, a maioria começava a trabalhar na fábrica como aprendiz (ela começou em 1951, aos 15), com uma espécie de “carteira de menor trabalhador” e recebiam metade do salário dos adultos. Emília iniciou como ajudante de urdidor, ganhando por produção. “Ganhava pela produção do ‘dono’ da máquina, do urdidor. (...) Ganhava mais que o salário de maior”⁹⁴⁶. Por seu turno, Maria de Lourdes da Conceição revela outra prática amplamente difundida: sua mãe aumentou sua idade em um ano para conseguir emprego, como aprendiz de tecelã⁹⁴⁷.

Em seu Artigo 404, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) expressa o seguinte: “Ao menor de 18 (dezoito) anos é vedado o trabalho noturno, considerado este o que for executado no período compreendido entre as 22 (vinte e duas) e as 5 (cinco) horas⁹⁴⁸”. Contudo, a reportagem de *A Voz do Povo* identificou menores de idade trabalhando nesse horário na Fábrica Alexandria – e dessa vez, não recorreu à DRT e sim ao presidente sindical. “A empresa determinou que seus contramestres apertem os operários, para produzirem mais, e, por outro lado, mandar que se os menores não quiserem trabalhar, rua. Isto é, se se recusarem a trabalhar na 3º turma, ou seja, depois das 22 horas, devem ser demitidos”. Ao procurar o presidente da entidade, os operários descobriram que, ao invés de tomar alguma providência, afirmou “que os operários precisam ajudar a empresa”, por causa da crise porque passava o setor (menos de dez anos depois, a fábrica encerraria suas atividades). O redator comunista repete o discurso anterior: “(...) submeter os trabalhadores a maiores sacrifícios não é possível, por isso o presidente do Sindicato precisa encontrar outra saída sem que necessite abrir mão dos direitos dos trabalhadores”⁹⁴⁹.

Uma das formas de tentar mascarar a exploração da mão de obra era premiar os operários “mais eficientes”. Por certo período de tempo, a Fábrica Carmen premiou anualmente, os trabalhadores com grandes produções⁹⁵⁰. A Cia. Norte Alagoas possuía outro sistema: “Quem trabalhava na produção, os tecelões, eles recebiam prêmio por produção. (...)”

⁹⁴⁶ Depoimento de Emília Souza concedido ao autor em 25 de setembro de 2014.

⁹⁴⁷ Depoimento de Maria de Lourdes da Conceição Silva concedido ao autor em 20 de outubro de 2014. Disse ainda que teve a carteira assinada assim que entrou e aposentou-se com 30 anos e seis meses de serviço. Em consequência dessa prática, vários trabalhadores não sabem sua idade exata. Entre os entrevistados, Maria José é o caso mais confuso.

⁹⁴⁸ Apesar dos ataques constantes que sofre a CLT, esse artigo não foi revogado e permanece válido nos dias de hoje.

⁹⁴⁹ APA, MENORES TRABALHANDO DEPOIS das 22 horas na Fábrica Alexandria. *A Voz do Povo*. Maceió, 6 jul. 1958, p. 4.

⁹⁵⁰ Cf.: MOURA, Anderson Vieira. “Professando o credo vermelho: comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas na década de 1950”. In: SALDANHA, Alberto (org.). *A Indústria Têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2011, p. 55-90.

Os chefes de cada setor daquele (...), cada um no final do ano também tinha um prêmio. Só não os operários, a gente só recebia o décimo mesmo”⁹⁵¹. A Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA) e o Serviço Social da Indústria (SESI) criaram o concurso “Operário Eficiente”, em meados de 1959. O presidente da FIEA, Napoleão Barbosa, explicou a principal (ou única) justificativa para o evento era

(...) estimular a produção industrial de Alagoas. (...) Queremos, com este concurso, despertar no operariado alagoano (...) o interesse por uma melhor e maior produção. Os prêmios que a Federação distribuirá com os vencedores, dinheiro e uma casa, refletem por seu valor o quanto de importância ele possui para nós.

O SESI ficou incumbido da divulgação do concurso nos centros fabris e da organização da festa onde seriam entregues os prêmios. Não haveria divisões em categorias, dando a oportunidade para toda a classe operária alagoana participar, desde que seu patrão contribuísse com o SESI. “Acredito (...) que conseguiremos interessar patrões e operários, que unidos serão os grandes vitoriosos do concurso recém-lançado”⁹⁵². Aliado do governador Muniz Falcão, Napoleão Barbosa também compartilhava a ideia de paz social e harmonia entre capital e trabalho.

Não bastasse todo esse abuso, comprovadamente ignorada pelo agente responsável pela fiscalização, os operários lutavam diariamente para receber por aquilo que produziam de forma justa. “Contramestre era uma presepada”, revelou-me Ednaura Oliveira⁹⁵³. Michelle Perrot possui uma definição precisa para a incumbência desses trabalhadores, cujo ofício era imprescindível dentro do processo de produção:

Por outro lado, o contramestre tem uma função técnica crescente; ele deve vigiar e muitas vezes regular as máquinas, e com isso insinua-se pessoalmente no processo de produção que assim escapa aos trabalhadores. O contramestre pode regular até o ritmo de trabalho da máquina. A máquina, portanto, pelo viés do saber, introduziu um tipo de disciplina mais sutil. Por outro lado, ela contribuiu para fixar o trabalhador, colado ao seu lugar na oficina. Pouco a pouco, impondo-lhe seu ritmo, ela se torna a senhora do jogo e tende a substituir o contramestre. Com ela, não é mais necessário o olhar”⁹⁵⁴.

⁹⁵¹ Depoimento de Luís Paulino concedido ao autor em 28 de outubro de 2014.

⁹⁵² APA, PRÊMIOS EM DINHEIRO e uma casa serão sorteados com os mais eficientes operários alagoanos. *Diário de Alagoas*. Maceió, 1 ago. 1959, p. 6. Os valores eram os seguintes: vinte mil, dez mil, quinze mil e cinco mil cruzeiros.

⁹⁵³ Depoimento de Ednaura Oliveira da Silva concedido ao autor em 27 de maio de 2014.

⁹⁵⁴ PERROT, op. cit., pp. 70-71

De forma bem sucinta, Maria de Lourdes da Conceição disse-me apenas que os mestres e contramestres consertavam a máquina⁹⁵⁵. Maria José vai além da questão laboral: “Os gerentes, os mestres queriam massacrar o povo, mas o Dr. Alberto [diretor da fábrica] era um homem bom”⁹⁵⁶. Em seu estudo, Airton Melo identificou o chão da fábrica como um ambiente de frequentes tensões e até mesmo de grande hostilidade em certos momentos, sobretudo devido à intimidação feita por mestres, contramestres e vigilantes⁹⁵⁷.

No entanto, muitas vezes, o primeiro contato com esses profissionais dava-se antes do trabalho começar, durante o ingresso na fábrica. E nos depoimentos colhidos, há certa uniformidade no processo de contratação e na lembrança de que, naqueles tempos, havia emprego em abundância. Em Alagoas, o processo de entrada no mundo operário era bem distinto do “sistema Paulista” tão bem explicitado por José Sérgio Leite Lopes. Uma das principais razões é o tamanho das têxteis alagoanas: nenhuma delas sequer podia rivalizar com a Companhia de Tecidos Paulista. Melo resume bem o *modus operandi* em Alagoas:

*Nas fábricas alagoanas, a indicação de um parente ou um amigo era forma muito recorrente, mas não era a única. Boa parte dos operários contratados era de origem rural, no entanto, não havia um aparato como a fábrica Paulista que possuía recrutadores. A utilização dos filhos dos operários e a indicação de parentes criavam um vínculo entre esses trabalhadores*⁹⁵⁸.

Como os casos são bastante semelhantes, citarei dois apenas a título de exemplo. As amigas de Aidée Santos que sugeriram dela ir trabalhar na fábrica, por conta do salário. “Eu comecei a trabalhar com 14 anos e tirei o meu registro com 15 para poder entrar. (...) Eu sei que eu trabalhei 32 anos assim no duro, sem nem um dia de INPS”. A ex-liceadeira prossegue: “Nesse tempo não tinha documento e nem nada. – Quer trabalhar? – Quer. Aí entrava dentro da fábrica, ficava no corredor e os mestres da fábrica iam tirando e botando nas seções para trabalhar, era assim”. Sua irmã já trabalhava no liçador e falou com o mestre para ficarem juntas, ela como aprendiz da irmã⁹⁵⁹.

⁹⁵⁵ Depoimento de Maria de Lourdes da Conceição Silva concedido ao autor em 20 de outubro de 2014.

⁹⁵⁶ Depoimento de Maria José ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 6. 1 DVD. Color.

⁹⁵⁷ MELO, *Operários têxteis em Alagoas...*, op. cit., p. 90.

⁹⁵⁸ Ibid., ibidem. Grifos meus.

⁹⁵⁹ Depoimento de Aidée Santos ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 1. 1 DVD. Color.

Confirmando o depoimento acima, Manuel Lourenço atesta a importância da documentação no processo de contratação e como os patrões desrespeitaram a lei trabalhista. Iniciou na fábrica antes da década de 1950, ao tempo em que Muniz Falcão atuava como delegado do Trabalho. Seu irmão já era funcionário da Carmen, começou aos 18 anos, e levou Manuel para, juntos, conversar com o mestre Luiz Bernardino, no intuito de empregá-lo. “Quando cheguei aqui o homem disse: ‘Olhe, só emprego sem carteira’. (...) Com três dias, veio a fiscalização e multou a companhia por estar com 300 homens trabalhando clandestino. Daí por diante eles empregaram com carteira”⁹⁶⁰.

Após participarem ativamente do processo de admissão de novos funcionários, inclusive na determinação das funções, visto que a imensa maioria era inexperiente nesse ramo – função essa exercida pelo Coronel Frederico Lundgren em Paulista –, os mestres e contramestres atuavam diretamente do cotidiano laboral dos operários, de forma bastante intensa. E em virtude de sua ocupação, do teor de seu cargo, os conflitos eram inevitáveis.

Na Fábrica Alexandria, um deles recusava-se a consertar as máquinas, chegando até mesmo a esconder-se, fingindo não ouvir os chamados dos operários por causa do barulho na tecelagem. Depois disso, se dirigia até o escritório para denunciar ao patrão, afirmando que os tecelões não queriam trabalhar. “As máquinas se desmantelavam, as máquinas tudo velhas, esculhambadas (...)”⁹⁶¹.

Na Carmen, por conta de iluminação fraca dentro da fábrica, era comum os operários trocarem as cores dos fios, sendo necessário realizar a correção no outro dia. Em razão disso, houve até uma mudança no horário a partir da chegada de um novo gerente. “Eu ainda fui suspensa umas três vezes, porque eles pensavam que a gente errava porque queria”⁹⁶². E com essas suspensões, é claro, tinha perda salarial.

Maria de Lourdes deu mais detalhes. Segundo a ex-tecelã, por causa de marcação errada na produção, entrou em muita briga com os apontadores, responsáveis pelo registro da produção de cada funcionário. Quando vinha no marcador vermelho era ruim, e quando vinha

⁹⁶⁰ Depoimento de Manuel Lourenço ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 2. 1 DVD. Color. Essa suposta atuação do delegado Muniz, respaldada pelo governador Silvestre Péricles, expõe possíveis dissabores entre o representante da DRT e a classe industrial alagoana, desaguando no *impeachment*, alguns anos depois, o auge do conflito.

⁹⁶¹ Depoimento de Ednaura Oliveira da Silva concedido ao autor em 27 de maio de 2014. Ela ainda contou que o proprietário da fábrica, vez ou outro, andava pelo estabelecimento, fiscalizando a produção.

⁹⁶² Depoimento de Aidée Santos ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 1. 1 DVD. Color.

azul era uma boa produção. Esse controle também era realizado pelos contramestres, que anotavam a produção e repassavam para o escritório. Sua filha Edilma trabalhou na fábrica e fazia esse cálculo a partir do que era coletado pelo contramestre. De acordo com Edilma, quando a produção da mãe dava “vermelho”, ela tirava satisfação com a própria filha, sendo que os números eram repassados pelo contramestre. Ainda segundo Edilma, havia muitos erros e o mais comum era a inércia dos contramestres, ao não coletarem todas as máquinas, deixando de registrar corretamente a produção⁹⁶³.

Elias também trabalhou nessa função. Seu depoimento é interessante por conta de sua função e origem. Seu pai trabalhou na Fábrica Anita, em Recife, pertencente ao grupo Othon. Veio a Fernão Velho para realizar um trabalho na Fábrica Carmen durante três meses e acabou ficando – a família veio de trem. Trabalhou como mestre do setor de Cardagem, por volta do início dos anos 1960. Elias começou a trabalhar na fábrica aos 20 anos de idade, em maio de 1970, após dar baixa no Exército. Lotado no escritório, registrava o “processo de produção de fiação e tecelagem”. Atribui a sua admissão para a função por conta de sua instrução, uma vez que possui o ensino fundamental completo, antigo ginásio, algo incomum em um local onde a escola só ofertava o ensino básico. Assim, mostra a visão do setor: “Sempre existiu conflito entre o operador, no caso o tecelão, e o apontador. (...) A gente tinha aproximadamente quase duas mil máquinas para você registrar a produção e às vezes você cometia algum equívoco, alguma falha. (...) Quem saía perdendo era o tecelão”. E fora da fábrica? “Saiu da fábrica, era todo mundo igual”⁹⁶⁴.

Em resumo, além de receberem salários diminutos, muitas vezes abaixo do mínimo estipulado, ficando desamparados pela lei tão apregoada pelos trabalhistas, seus maiores defensores, os operários têxteis precisavam lidar com as estratégias de seus

⁹⁶³ Depoimento de Maria de Lourdes ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 7. 1 DVD. Color. Maria de Lourdes ainda conta outro caso. A bancada era o local em que se retiravam os fios que estavam sobrando no pano (catação), e o operário era chamado para ir arrumar o pano que não estava na qualidade exigida, deixando suas máquinas por um tempo e perdendo um pouco da sua produção. Segundo conta, foi chamada diversas vezes pela bancada para ir arrumar os panos “defeituosos”. Após “catar o pano”, Maria de Lourdes voltou para o trabalho e quando vestiu o avental era chamada novamente pela bancada, perdendo a paciência com a situação. Chegou ao local e falou: “Pronto, minha patroa, minha rainha, o que deseja da tua escrava? E ela [a responsável pelo setor] olhou pra mim e disse: ‘Olha para esta moleca, eu chamo todo mundo e vem besta com desaforo!’” Tomada pela raiva, Maria socou o rosto da funcionária e pulou em cima dela, sendo separada pelos colegas presentes. O mestre da bancada, a quem tinha grande apreço, falou que ela poderia ser demitida sem direito a nada, sem indenização. No entanto, nada aconteceu; nem sequer foi chamada pela chefia para prestar esclarecimentos.

⁹⁶⁴ Depoimento de Elias ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 10. 1 DVD. Color.

superiores para aumentar a exploração. Se os responsáveis pela fiscalização da legislação trabalhista não coíbiavam as práticas mais óbvias e escancaradas dos industriais, podemos imaginar o nível de abuso no cotidiano fabril, aquelas ações que não são vistas nas fontes e surgem nos depoimentos da forma mais cristalina possível. A repressão não residia apenas no aparelho policial das fábricas; ela assumia as mais diversas formas.

8.2 O ASSISTENCIALISMO PATRONAL E O SISTEMA S

Em seu estudo acerca da Nitro Química em São Paulo, Paulo Fontes debruçou-se sobre Serviço Social daquela empresa. Esse departamento atuava entre a classe operária de modo a transformar o discurso patronal em realidade, não ficando apenas no campo das ideias. Vinculado à direção, o Serviço Social da Nitro Química centralizou todos os benefícios oferecidos pelos patrões aos seus funcionários: moradia, serviços médicos, creche, jornal empresarial, restaurante, esportes e lazer⁹⁶⁵. Ou seja, serviços bem semelhantes àqueles oferecidos pelas têxteis alagoanas, talvez diferenciados apenas pelo fato de ser um patamar mais elevado, visto que o porte da Nitro Química superava e muito as indústrias alagoanas.

O Serviço Social terminava sendo um grande chamariz publicitário – afinal, tratava-se de uma indústria com um alto grau de periculosidade e insalubridade – e o componente fundamental na conexão entre empresa e funcionários, pois validava a dominação patronal. Para o caso aqui exposto, Paulo Fontes apresenta outros elementos que nos ajuda a compreender a primeira parte desse capítulo.

Mas a política de benefícios ia além de uma resposta às dificuldades dos trabalhadores em seu local de trabalho, ou de uma lógica assistencialista inserida no paternalismo dos empresários, era também uma forma de crescimento da produtividade, baseada em melhores condições de vida para seus empregados⁹⁶⁶.

De outro modo, os dirigentes da Nitro Química (e a classe patronal como um todo) esperavam receber algo em troca ao “ceder” todos esses benefícios sociais a uma população carente desses mesmos serviços, que não era coberta pelas estruturas do Estado de fato. Não deixava de ser uma forma de compensar os baixos salários, os riscos eminentes de acidentes por conta do trabalho e uma tentativa de evitar greves, paralisações e uma

⁹⁶⁵ FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos – Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997, p. 68.

⁹⁶⁶ Ibid., p. 70.

disseminação do discurso comunista no seio da classe operária. Contudo, a relação era bem mais complexa e não uma simples troca entre patrão e empregados. Os operários não recebiam esses benefícios para abrir mãos de outros direitos e por melhores condições de vida⁹⁶⁷.

O assistencialismo patronal está necessariamente incorporado à ideia do paternalismo empresarial; é um dos componentes das relações travadas nas fábricas.

O paternalismo por muito tempo foi, e por vezes ainda continua a ser, um dos sistemas mais importantes de relações sociais do trabalho. Ele supõe pelo menos três elementos: 1) presença física do patrão nos locais de produção, e mesmo a moradia patronal; 2) linguagem e prática de tipo familiar entre patrões e operários; 3) adesão dos trabalhadores a esse modo de organização. (...) Os conflitos são raros nessas condições, e assumem um significado mais dramático: dilaceramento do tecido familiar, revolta contra o pai, mais difícil do que a coalizão contra um empregador comum. A ausência de greves, que merece a mesma atenção que a existência delas, pode se explicar pela densidade de tais relações, que sob certos aspectos assemelham-se à condição doméstica⁹⁶⁸.

Ainda assim, mesmo com a possível adesão por parte dos trabalhadores, isso não significa completa apatia e indiferença daqueles que foram “dominados”. Vimos a ex-operária Maria José da Silva, da Fábrica Alexandria, afirmar que sua vida melhorou após o emprego. Com efeito, a imensa maioria dos funcionários devia pensar de maneira semelhante – o que de fato deve ter acontecido. Casa de alvenaria, assistência médica-odontológica, opções de lazer, salário, escola para os filhos: eram “privilégios” aos quais não estavam familiarizados, pois o Estado não os proporcionava em suas vidas anteriores, seja para aqueles vindos do interior ou das periferias de Maceió.

Não obstante todas essas “regalias”, os trabalhadores estavam cientes de seu papel nas relações estabelecidas nas vilas operárias. Não se consideravam “filhos” de seus patrões, especialmente os funcionários da Alexandria e da Cia. Norte Alagoas (possivelmente os da Carmen também não, já que a política paternalista de Othon Bezerra de Mello⁹⁶⁹ não foi devidamente implantada na fábrica maceioense). Os têxteis lutaram, muitas vezes de forma silenciosa e indireta, contra a opressão patronal, personificada nas ações constantes de vigias, mestres e contramestres; exigiram salários justos e corretos, constantemente ameaçados pelas

⁹⁶⁷ Ibid., p. 78.

⁹⁶⁸ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 82-83.

⁹⁶⁹ MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. *Fios da rede: industrial e trabalhadores na criação e expansão de um grupo empresarial (1920-1949)*. 2012. 239 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012, p. 23.

mais diversas estratégias dos funcionários do escritório para ludibriar a legislação em vigor, com o consentimento e ausência do Estado, responsável pela fiscalização e aplicação da lei que tanto defendia. Quando não era possível partir para o embate direto, adotaram subterfúgios variados com apenas objetivos bem claros: sobreviver e garantir uma vida melhor aos filhos.

José Sérgio Leite Lopes saliente outra faceta do assistencialismo, mais próximo da conjuntura aqui proposta. Por meio dos relatórios anuais da Companhia de Tecidos Paulistas aos seus acionistas (a grande maioria é das décadas de 1930 e 1940), o autor igualmente identifica os elementos que compõe a assistência social oferecida pela empresa na ótica dos provedores:

(...) assistência médica, as subvenções e auxílios aos esportes e diversões, às escolas, à Igreja local e às associações religiosas. Por outro lado, a inclusão dos “benefícios sociais”, e particularmente da assistência médica nos relatórios aos acionistas, que ocorre a partir de 1930, parece estar relacionada à necessidade de legitimação perante a aparição da legislação trabalhista e previdenciária e aos conflitos sociais que ocorrem, seja em escala nacional, seja em escala local⁹⁷⁰.

No caso de Maceió isso fica mais diluído. O principal concorrente da família Lundgren em Pernambuco, Othon Bezerra de Mello (proprietário da Fábrica Carmen em Alagoas), “não fazia uma oposição direta à instituição da legislação do trabalho (...), o que não significa que não houvesse resistência à aplicação das leis do trabalho e outras intervenções promovidas pelo Estado Novo (...)”⁹⁷¹. Daí todo o investimento em um serviço social para seus empregados, especialmente por constatar a utilidade desse serviço em sua estratégia de controle social.

Ainda sobre o caso alagoano, Golbery Lessa recua até os anos 1920 quando, após a consolidação das plantas fabris, tivemos um “aumento das concessões feitas pelos proprietários nos campos da assistência social, do lazer e mesmo das questões trabalhistas”. O autor, assim como Leite Lopes, tem como base os relatórios anuais enviados aos acionistas e publicados na imprensa. Segundo esses relatórios, a partir da instalação desses serviços assistenciais, “os operários estariam sendo tratados com respeito, que se expressaria na construção de casas para todas as famílias empregadas, na organização de creches, como o cinema e os recreios operários”. No entanto, o autor parece supervalorizar as condições

⁹⁷⁰ LOPES, *A tecelagem dos conflitos...*, op. cit., pp. 169-170.

⁹⁷¹ MELLO, op. cit., p. 91.

materiais (“avanço da urbanização”) e sociopolíticas da época, quando uma “ampliação das instituições democráticas, mesmo que tênue, gerara no seio da sociedade civil exigências de humanização do trabalho e da vida nas fábricas e vilas”. Apesar disso, alerta sobre o “cuidado para não se exagerar a dimensão das melhorias sociais e políticas efetivadas. Elas ainda eram residuais, quase simbólicas”⁹⁷².

Se na década de 1950, todos esses elementos ainda estavam se consolidando em Alagoas, o quadro nos anos 1920 não devia ser nada animador. A começar pelo processo de urbanização e modernização de uma forma geral. Douglas Tenório, por exemplo, indica que essas transformações, em Alagoas, começaram justamente a partir de 1950⁹⁷³. De fato, algumas dessas mudanças podem ser vistas nos jornais: mais cinemas, anúncios de aparelhos eletrônicos domésticos e passagens de avião.

Além disso, Lessa aponta como essas concessões assistenciais promovidas pelos patrões coincidem com a demanda do movimento operário e sindical daqueles anos; porém, não demonstra o poder de inserção dessa militância entre a classe trabalhadora e a opinião pública, para justificar um projeto desse porte. A demanda, obviamente, existia. O movimento operário lutava por essas questões – universais, não nos esqueçamos – desde algum tempo. O que não está claro até que ponto o movimento conseguiu pressionar o empresariado para tal fim. Não obstante, o autor assinala uma questão pouco explorada pelos pesquisadores alagoanos: o assistencialismo patronal serviria para impedir que os operários têxteis deixassem as fábricas e retornassem ou se dirigissem ao campo, com a ampliação do número de usinas no estado nesse momento (entre as décadas de 1930 e 1950). Para Lessa, “as usinas poderiam aparecer, à época, como uma alternativa de trabalho em áreas um pouco mais salubres, por serem menos povoadas”⁹⁷⁴. Falta-nos um estudo mais aprofundado dessa relação laboral entre campo e cidade, têxtil e canavial. Se há poucos indícios de uma grande incidência de operários vindos de áreas de plantio de cana de açúcar, não temos elementos para verificar um possível retorno, independente do motivo e apesar dos benefícios sociais. Certo é, apenas, tratar-se de uma questão de suma importância para entendermos a classe trabalhadora alagoana como um todo.

⁹⁷² LESSA, Golbery Luiz. “Trama da memória, urdidura do tempo – *Ethos* e lugar dos operários têxteis alagoanos”. In: TENÓRIO, Douglas Apratto e LESSA, Golbery Luiz. *O ciclo do algodão e as vilas operárias*. Maceió: SEBRAE em coedição com EDUFAL, 2013, p. 142.

⁹⁷³ TENÓRIO, Douglas Apratto. *A tragédia do populismo – O impeachment de Muniz Falcão*. 2º ed. Maceió: EDUFAL, 2007, p. 29.

⁹⁷⁴ LESSA, “Trama da memória, urdidura do tempo”..., op. cit., p. 144.

O Sistema S em Alagoas

Para Barbara Weinstein, a década de 1950 não viu apenas a ascensão da classe trabalhadora na conjuntura sociopolítica brasileira. O momento igualmente era propício “para a liderança industrial fomentar seu projeto de paz social e aumento da produtividade”, quando muitos empresários apoiaram e financiaram a candidatura de Getúlio Vargas em 1950, apesar de uma parcela maior ver com grande desconfiança o seu retorno ao Palácio do Catete⁹⁷⁵.

Antes disso, porém, surgiram as duas entidades industriais brasileiras: o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI, em 1942) e o citado Sesi (em 1946). Ainda segundo a autora:

A fundação do SENAI e do Sesi deu à liderança industrial a oportunidade sem igual de estabelecer programas e atividades visando a racionalização do ambiente industrial, tanto dentro quanto fora da fábrica. (...) Em ambos os casos, o papel do governo foi criar uma entidade que era pouco mais que um recipiente vazio; de caso pensando, ele deixou aos industriais e aos seus tecnocratas a tarefa de preencher essas novas estruturas com programas e doutrinas adequados⁹⁷⁶.

As duas organizações eram completamente controladas pelos industriais. Não havia espaço para a participação direta de qualquer entidade operária e os representantes do governo tinham um papel bem limitado dentro de sua estrutura organizacional. De maneira simples, ambos surgiram para suprir carências específicas do mundo industrial. Ao SENAI, obviamente, cabia instruir e especializar operários, cada vez mais raros e necessários com a expansão da industrialização brasileira; essa carência era devida, em especial, ao estancamento da imigração europeia no pós-guerra e a falta de escolas para formar operários especializados. No entender de Barbara Weinstein, as lideranças industriais estavam cientes do grande “poder de barganha” daqueles trabalhadores especializados. Por outro lado, também estavam cientes que, nas ações em prol de uma maior produtividade e eficiência, esses operários teriam papel central⁹⁷⁷.

No Nordeste, onde a privação de estudo era maior, a imensa maioria de trabalhadores estudou apenas até a antiga quarta série do ensino primário; ou seja, sabiam ler

⁹⁷⁵ WEINSTEIN, Barbara *(Re)Formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez Editora / Bragança Paulista: CDAPH-IFAN – Universidade São Francisco, 2000, p. 305.

⁹⁷⁶ Ibid., p. 135.

⁹⁷⁷ WEINSTEIN, op. cit., p. 140.

e escrever, para assinar a carteira de trabalho e estarem aptos a votar – eram cidadãos. Poucos tinham condições de continuar os estudos em Maceió, visto que as escolas das vilas operárias não ofereciam o restante do ensino, pois não era do interesse dos proprietários. Assim, os novos contratados aprendiam o trabalho com os mais velhos, trabalhando.

Para a autora, a justificativa para a criação do SESI foram as mobilizações do pós-guerra, acarretadas, em especial, por conta do problema da carestia⁹⁷⁸. Na falta de política assistencialista por parte do Estado, os industriais enxergaram no SESI a forma de amenizar os embates sociais por meio de políticas de saúde e lazer voltadas para os trabalhadores. Talvez por isso o SESI estivesse tão afastado das vilas operárias de Maceió, posto que sua função era exercida pelos donos dos estabelecimentos fabris – por outro lado, havia uma unidade bem próxima a Fábrica Alexandria.

Por exemplo, entre todos os entrevistados, o único que frequentou o SENAI foi o Antonio Cardoso. Lá, estudou eletricidade e mecânica de carros por três anos. Recorda-se apenas de mais quatro pessoas de Fernão Velho que fizeram algum curso no SENAI e nenhum deles retornou para o bairro, conseguindo empregos melhores em Maceió e consequentemente mudando de vida. Antonio Cardoso exerceu diversas funções na Fábrica Carmen, inclusive como motorista e encarregado da garagem, onde certamente seus dotes de mecânicos eram postos à prova⁹⁷⁹.

Então o SESI e o SENAI não atuavam em Alagoas? Longe disso. A “parceria” com a FIEA não se restringia apenas ao concurso “Operário Eficiente”. Em uma página inteira publicada na edição de domingo do jornal governista *Diário de Alagoas*, encontramos algumas informações. Como se desejassem expressar os lemas do órgão, os primeiros dizeres abaixo do nome completo da FIEA são os seguintes: “Harmonia entre Capital e Trabalho – Paz Social – Bem-estar dos operários e suas famílias”, os mesmos valores expressos pelos trabalhistas alagoanos. Paulo Fontes elucida a ideia por trás desse conceito:

Um dos pilares da ideologia corporativista, a “paz” ou “harmonia social” era concebida por seus ideólogos como uma consequência da anulação de uma política que priorizasse a luta de classes e a promoção de uma que enfatizasse a cooperação entre trabalhadores e patrões (...). Afinal, para existir uma boa família era necessário haver harmonia. E esta, só seria conseguida com muita compreensão e colaboração de todos os seus membros⁹⁸⁰.

⁹⁷⁸ WEINSTEIN, op. cit., p. 136.

⁹⁷⁹ Depoimento de Antonio Cardoso concedido ao autor em 22 de outubro de 2014.

⁹⁸⁰ FONTES, *Trabalhadores e cidadãos...*, op. cit., pp. 52-53.

Um dos caminhos para se alcançar essa “paz” era oferecer uma gama de serviços assistenciais aos trabalhadores, suprimindo o papel do Estado como provedor desses mesmos serviços; no caso, os direitos de todo cidadão. Cabia, então, ao SESI esse papel, sobretudo naquelas empresas em que não havia uma política assistencialista, seja por falta de recursos ou interesse dos proprietários. Em virtude disso, por exemplo, não havia postos do Sistema S nas duas grandes têxteis de Maceió, Carmen e Norte Alagoas, as mais distantes da capital.

O intuito da publicação era divulgar a FIEA, “entidade mantenedora do Serviço Social da Indústria (SESI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)”. O SESI, como dito anteriormente, localizava-se em um bairro vizinho ao Bom Parto, o que facilitava para os operários da Fábrica Alexandria. No local, eles tinham acesso a “serviços médicos, odontológicos e educativos – Assistência jurídica – Recreação e esporte”. No interior, havia quatro polos, todas cidades próximas a Maceió: Pilar (40 km), Atalaia (50 km), Murici (56 km) e Penedo (166 km)⁹⁸¹.

Seguindo com a tarefa de divulgar o SESI entre a classe obreira alagoana, temos mais uma matéria no jornal governista *Diário de Alagoas*, dessa vez tomando metade da capa. O longo texto destrinchava as atividades exercidas pelo SESI nas suas áreas de atuação: atendimentos médico e jurídico, atividades culturais, educacionais e esportivas e, claro, assistência social, enfatizando que não mediam “esforços no sentido de que os trabalhadores sejam atendidos em suas necessidades”. De acordo com a matéria, o setor de educação era dos mais importantes, atuando também no interior do estado. “Até o ano passado, nesta cidade, o Serviço Social da Indústria possuía apenas os seus cursos de Letras – com as quatro séries primárias e dois cursos de alfabetização de adultos”. A partir daquele ano, cursos pré-primários, para crianças de 5 a 8 anos, foram ofertados para os filhos dos trabalhadores, juntamente com um curso de culinária e outro de “prendas domésticas”; o curso de corte e costura ganhou equipamento novo – todos os serviços bem semelhantes aos ofertados pelas fábricas têxteis e o Sindicato de Fernão Velho.

No campo da assistência social, o órgão procurava “ajustar a pessoa humana do operário em seu ambiente de trabalho, no lar e na sociedade, sendo que a maior preocupação se prende às suas atividades profissionais”. Para facilitar as atividades do setor de assistência social, o mesmo era dividido em três clubes: o das Mães, com um trabalho de amparo com a

⁹⁸¹ APA, FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS do Estado de Alagoas. *Diário de Alagoas*. Maceió, 14 jul. 1957, p. 6. O endereço informado do SENAI é o mesmo de hoje, na Av. Comendador Leão e não é informado se havia polos fora de Maceió.

“esposa gestante, não a deixando abandonada”; o das Crianças e o dos Adolescentes, com ações específicas para cada faixa etária dos filhos dos operários. “Há também uma Equipe Familiar, em que a Assistente Social discute com os casais os seus problemas de família, ajudando-os a resolver suas questões caseiras”. Ou seja, não diferia muito da completa interferência patronal no sistema fábrica com vila operária. Em indústrias de menor porte, no qual o controle absoluto não era possível, cabia ao SESI a tarefa de “domesticar” os funcionários. Outrossim, a opressão de gênero tinha seu espaço: “E, *para melhor amparar as famílias operárias*, o SESI fundou o Clube de Dona de Casa, o qual se reúne logo após as aulas do curso de Aula Culinária”⁹⁸². Era algo bem próximo às finalidades do braço de aprendizagem do Sistema S, conforme Barbara Weinstein sublinhou: “O SENAI (...) acreditava em educação moral e cívica mas também considerava a oficina como um lugar de socialização, com ênfase em ordem, autocontrole e hierarquia”⁹⁸³.

O campo jurídico igualmente era contemplado. E aqui temos a informação mais reveladora do texto: “Encontram os operários alagoanos, neste setor, caminho para conseguir seus direitos na Justiça, *com exceção na Justiça do Trabalho*. Conceituados advogados, diariamente dão expediente, a fim de que possa o operário ser melhor [sic] atendido”. Sendo o departamento jurídico do SESI “um os seus mais eficientes setores”, a única incumbência da seção citada é o casamento no civil⁹⁸⁴. Os dirigentes do SESI, 15 anos após a instalação da Justiça do Trabalho no Brasil e em Alagoas, atestavam a sua importância nos embates entre capital e trabalho, embate esse que eles buscavam a todo custo amortecer com sua política de paz social. Se, em seu início, essa Justiça era uma arena que muitos patrões consideravam como mais um instrumento a seu favor contra os empregados, logo descobriram que estava aberta para disputa⁹⁸⁵.

Podemos também cogitar uma possível obviedade nessa situação, sendo uma questão estritamente prática: a classe patronal não iria alimentar algo para ser usado contra si – e mesmo se pensarmos por esse viés, comprova a importância que davam à Justiça do Trabalho. Clarice Speranza sustenta que a classe trabalhadora iniciou a década de 1950 sabedora do peso que esse novo elemento possuía nas querelas com os patrões. Em muitos

⁹⁸² APA, NOTÁVEL TRABALHO DO SESI em benefício da classe operária. *Diário de Alagoas*. Maceió, 22 abr. 1958, p. 1. Grifos meus.

⁹⁸³ WEINSTEIN, op. cit., p. 145.

⁹⁸⁴ APA, NOTÁVEL TRABALHO DO SESI em benefício da classe operária. *Diário de Alagoas*. Maceió, 22 abr. 1958, p. 1. Grifos meus.

⁹⁸⁵ SILVA, Fernando Teixeira da. “Prefácio”. In: CORRÊA, Larissa Rosa. *A tessitura dos direitos: patrões e empregados na Justiça do Trabalho, 1953-1964*. São Paulo: LTr, 2011, p. 11.

casos, era uma alternativa às ações diretas (como as greves); em outros, um complemento. Para Speranza, com todos os seus problemas e longe de representar na realidade social o discurso de seus fundadores, mormente Getúlio Vargas, a Justiça do Trabalho “apresentava limites reais ao poder patronal e, mais do que qualquer outra coisa, alternativas de luta aos operários. Em 1949, a lei definitivamente fazia parte do jogo”⁹⁸⁶. De qualquer modo, os industriais alagoanos pareciam em conformidade com seus pares de São Paulo, sendo reticentes em relação à Justiça do Trabalho⁹⁸⁷.

Larissa Corrêa corrobora essa visão da classe patronal em relação ao aparato jurídico, mas sem discutir o mérito da funcionalidade da lei, posto que nenhuma das partes nesse jogo – os trabalhadores e os patrões – estavam interessadas nesse debate. Para os primeiros, era mais uma alternativa em sua luta para garantir seus direitos; para os segundos, um instrumento vinculado ao Estado que, talvez estranhamente, não estava a seu favor. As idas reiteradas dos operários à Justiça Trabalhista causou alguma preocupação entre a classe patronal, que não cessava suas queixas acerca dos “problemas” da legislação que regulava os embates entre capital e trabalho. A dedicação contínua dos industriais em impedir a ida de seus funcionários aos tribunais – após passarem anos fazendo justamente o contrário – é bem sintomático nesse sentido⁹⁸⁸.

Independente da vontade e do desejo dos patrões, os trabalhadores usufruíram da lei criada supostamente para preservá-los e valeram-se da Justiça Trabalhista para garantir os direitos previstos nessa lei. Do mesmo modo, beneficiaram-se do aparato judicial e mobilizaram e organizaram o movimento operário, fortalecendo toda a classe⁹⁸⁹.

Atividades lúdicas

Para os ideólogos do SESI, a vida do operário não devia se restringir apenas ao trabalho: o descanso e lazer eram muito importantes para melhorar seu rendimento. Naquele momento, as competições esportivas internas estavam suspensas e o órgão “compensava” distribuindo ingressos “para os jogos intermunicipais, interestaduais e internacionais que são

⁹⁸⁶ SPERANZA, Clarice Gontarski. *Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1954)*. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2014, p. 24.

⁹⁸⁷ FRENCH, John D. *Afogados em leis – A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002, p. 16.

⁹⁸⁸ CORRÊA, op. cit., p. 16.

⁹⁸⁹ Ibid., p. 25. Ver também: LOPES, *A tecelagem dos conflitos...*, op. cit.

promovidos pelos clubes das cidades”. Filmes eram exibidos no cinema da sede aos sábados e, além disso, havia sessões nos sindicatos. Peças de teatro eram encenadas em seu auditório, que também recebia atrações do rádio, para “dar aos operários alagoanos formidáveis diversões”⁹⁹⁰.

Uma das festas promovidas pelo SESI era o Carnaval. Em 1958, convidaram os trabalhadores para um baile nas dependências do órgão, na tarde daquela terça-feira, animado por uma banda de frevo. “A brincadeira dos operários na terça-feira é no SESI”, encerrava o convite⁹⁹¹. Os têxteis, no entanto, dificilmente prestigiariam essa festa, pois seus patrões eram responsáveis pelos bailes e toda parte lúdica. A Fábrica Alexandria, por exemplo, contribuía com as festas e com a ornamentação da rua⁹⁹². Para Josefa Alves, o Carnaval em Fernão Velho “era muito bom”.

O Carnaval aqui era bloco de rua. Eram três: se juntava um no ABC, um no Tabuleiro e um daqui. Era Mário Doidinho, o finado Chico do ABC, o daqui era Mário Doidinho e Tabuleiro, João Góes. Era (...) “Levanta Saia”, “Arranca Tampa” e “Emburaca” (risos). Era bloco mesmo de você ver, com banda de música e tudo⁹⁹³.

Na Igreja de Nossa Senhora do Bom Parto, localizada defronte a Fábrica Alexandria, havia uma sala de cinema para os filhos dos operários. O padre e a manutenção da Igreja eram pagos pelos proprietários da fábrica. Em um salão da igreja funcionou a escola, também pertencente e mantida pelos patrões (ainda que existisse um grupo escolar estadual bem próximo do local)⁹⁹⁴. No povoado de Saúde, bem mais isolado, as opções de lazer proporcionadas pela fábrica eram variadas.

Tinha um clube do Esporte Clube Norte Alagoas, era uma organização, um negócio fantástico. Tinha outro chamado Esporte Clube Saúde. *Era outro negócio organizado*. E isso tinha baile quase todo sábado, pra mocidade se divertir. Campo de futebol tinha logo dois. Uma quadra de basquete (...). Natal, Ano, Carnaval, mês de junho, tudo tempo de brincadeira que existia naquela época. Chegança, quadrilha, reisado, pastoril: tudo de brincadeira “seu” Aloísio [diretor da Cia. Norte Alagoas] mandava buscar pros operários. Carnaval ele pagava quatro dia de orquestra aqui na Saúde pra banda tocar aí direto pros operários brincar.

⁹⁹⁰ APA, NOTÁVEL TRABALHO DO SESI em benefício da classe operária. *Diário de Alagoas*. Maceió, 22 abr. 1958, p. 1.

⁹⁹¹ APA, TERÇA-FEIRA A brincadeira dos operários é no SESI. *Diário de Alagoas*. Maceió, 15 fev. 1958, p. 3.

⁹⁹² Depoimento de Maria José da Silva concedido ao autor em 29 de maio de 2014.

⁹⁹³ Entrevista com Josefa Alves dos Santos concedida a Ivo dos Santos Farias em 13 de novembro de 2010. Maceió, 2010. 1 DVD. Color.

⁹⁹⁴ Depoimento de Maria José da Silva concedido ao autor em 29 de maio de 2014.

Como nas demais, a igreja foi construída pela empresa. No entanto, houve certa rotatividade de vigários e estes não se metiam nas questões operárias. Provedora do lazer, a fábrica controlava até os excessos. O dono gostava de ver seus empregados se divertirem, mas caso extrapolassem, passavam a noite na cadeia⁹⁹⁵. Podemos inferir de antemão o nível de opressão naquela localidade, conhecida no círculo sindical maceioense pela alcunha de “Alemanha Pequena”.

No quesito festa e animação, Fernão Velho não fica atrás: “Hoje Fernão Velho está acabado, por conta do Estado. Muitas coisas são do Estado”⁹⁹⁶. Elias contou que a fábrica ajudava a patrocinar o Carnaval, São João e outras festas (realizadas geralmente no Recreio Operário). Havia um cinema, que transmitia séries de TV norte-americana. Eram três os tipos de programação: matinê (só com adolescentes), adulto e para o pessoal idoso⁹⁹⁷. Aidée Santos relembra de tempos mais antigos:

Quando o povo largava da fábrica, no mais tardar que o povo ficava acordado era umas dez e meia, onze horas. Ninguém via mais ninguém na rua. (...) Cinema, era aquele cinema mudo. Quando era tempo de festa, o doutor Antônio (...) botava aquele telão e a gente ia assistir aqueles filmes. Agora tudo mudo, só fazendo gesto.

Seu marido, o tecelão José Olimpio, era músico da banda da fábrica e tocou bastante no Recreio Operário⁹⁹⁸. Até quem não podia sair de casa para frequentar os bailes lembra-se deles. É o caso de Josefa Alves, cujo pai não permitia que ela e as irmãs participassem dos festejos.

Tinha [festa] para os “grandão”, lá na sede (...). Não entrava operário, não. (...) Era o Recreio Operário: chegou dia de domingo, sábado, podia trabalhar, trocar de roupa e dançar. Tinha baile de amanhecer o dia. Carnaval também, no Recreio, entrava todo mundo que não tivesse com dinheiro, porque lá, a sede era só para os “grandões”. (...)

As festas daqui era demais, muito boa, a festa de Natal era uma maravilha. Pastoril, Guerreiro, a Chegança vinha do outro lado, do Coqueiro Seco. (...) Era festa que

⁹⁹⁵ Depoimento de Luís Paulino concedido ao autor em 28 de outubro de 2014. Grifos meus.

⁹⁹⁶ Depoimento de Maria de Lourdes da Conceição Silva concedido ao autor em 20 de outubro de 2014. O prédio do Recreio Operário e a quadra esportiva, por exemplo, pertencem à prefeitura.

⁹⁹⁷ Depoimento de Elias ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 10. 1 DVD. Color.

⁹⁹⁸ Depoimento de Aidée Santos ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 1. 1 DVD. Color.

ninguém podia andar. Festa de Natal era festa que ninguém podia andar, maravilha⁹⁹⁹.

Por outro lado, Jonas Hortêncio recorda-se que nem tudo era alegria. Já houve, por parte fábrica, ordem para a banda de música não tocar em determinados festejos, especialmente quando eram convidados para se exhibir fora de Fernão Velho. E como os instrumentos eram custeados pelos proprietários, havia esse poder¹⁰⁰⁰.

Nas atas do Sindicato de Fernão Velho, o padre Cabral aparece nas reuniões com alguma frequência. Todos os entrevistados garantiram que ele não se envolvia com as questões operárias e sindicais. “Ele não era de política. (...) Ele tomava conta da igreja”¹⁰⁰¹. Não apenas da igreja: a educação dos filhos dos trabalhadores estava sob sua responsabilidade direta. “O padre Cabral foi meu professor, daqui do colégio. (...) Ele era um camarada curioso, um camarada bem quisto, cidadão amável, família descente (...). O padre Cabral era padre 100%, muito conhecido, todo mundo gostava do padre”¹⁰⁰². Segundo Elias, todos os alunos do grupo iam aos domingos à missa. Ele mesmo fez parte de um grupo chamado “Cruzada Eucarística”, que ia às casas das pessoas, catequizar¹⁰⁰³.

Situação semelhante ocorria em Saúde: “O colégio aqui na época, a gente só estudava até a quarta série primária. Chegou à quarta série, encerrava. Também não tinha como nós ir estudar em Maceió porque não tinha transporte”. A escola pertencia à fábrica e os patrões eram responsáveis por tudo, desde o fardamento aos professores. Havia também aqueles moradores que foram estudar em Maceió (e lá se formaram: professores, policiais, engenheiros), em especial os que possuíam familiares na capital – geralmente, voltavam no fim de semana para a localidade. Os que ficavam, quando terminava os estudos, iam trabalhar na fábrica¹⁰⁰⁴.

Se o ensino básico era garantido aos filhos dos operários, o mesmo parecia não acontecer com o material escolar. Em 1961, durante uma reunião sindical em Fernão Velho, o Padre Salomão sugeriu a criação de uma “caixa escolar”, através da contribuição dos

⁹⁹⁹ Entrevista com Josefa Alves dos Santos concedida a Ivo dos Santos Farias em 13 de novembro de 2010. Maceió, 2010. 1 DVD. Color.

¹⁰⁰⁰ Depoimento de Jonas Hortêncio ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 10. 5 DVD. Color.

¹⁰⁰¹ Depoimento de Emília Souza concedido ao autor em 25 de setembro de 2014.

¹⁰⁰² Depoimento de Antonio Cardoso concedido ao autor em 22 de outubro de 2014.

¹⁰⁰³ Depoimento de Elias ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 10. 1 DVD. Color.

¹⁰⁰⁴ Depoimento de Luís Paulino concedido ao autor em 28 de outubro de 2014.

associados. Obviamente, a proposta gerou revolta. Os trabalhadores foram categoricamente contra mais um desconto em seus salários já bastante minguados e repartidos. Como forma de amenizar as discussões e acatar a proposta, alguns dos presentes sugeriram procurar ajuda dos parlamentares, pedir de porta em porta ou outras ações, provando a necessidade da proposta. No entanto, o debate tomou outro rumo, envolvendo disputas internas na diretoria e não sabemos o desfecho¹⁰⁰⁵.

Manuel Lourenço elogiou o apoio da fábrica ao lazer, frisando a importância que tiveram as equipes de futebol, basquete e vôlei, todas com técnicos, equipamentos esportivos e locais de treinamento pagos pela empresa¹⁰⁰⁶. Por seu turno, Maria de Lourdes falou dos festejos nas épocas como Carnaval, festa da padroeira, Natal, tudo custeado pela fábrica. Segundo ela, os trabalhadores ganhavam corte de pano duas vezes por ano, em junho (São João) e em dezembro (Natal). Anos depois, com as crises do setor, a prática reduziu-se apenas ao Natal. Lembrou-se que na época em que Othon Bezerra de Mello era vivo, havia muita festa. A fábrica parava quando ele vinha, em passeata, e distribuía presentes para os operários. Após sua morte, seu filho Alberto manteve boa parte das festas e presentes, mas não da mesma maneira do pai¹⁰⁰⁷.

À vista disso, penso ter contemplado as esferas do assistencialismo patronal têxtil, variando o grau de intensidade em decorrência das fontes disponíveis (por exemplo, são poucos os dados acerca do sistema de ensino das fábricas). Para finalizar esse capítulo, passo a discutir o policiamento nas vilas operárias, o mais vistoso elemento da repressão patronal. Além da importância do tema, entrevistei dois ex-funcionários que trabalharam diretamente nesse setor e forneceram informações valiosas a respeito.

8.3 O “GRANDE IRMÃO”: A VIGILÂNCIA CONSTANTE NAS VILAS

Em determinado momento de sua entrevista, Aidée Santos empenhou-se em positivar o passado em contraste com o presente, algo bem comum nesse tipo de depoimento: “E Fernão velho era aquela pobreza, mas era uma pobreza sadia. *A gente dormia até de porta*

¹⁰⁰⁵ SFV, Ata da reunião, 15 de outubro de 1961.

¹⁰⁰⁶ Depoimento de Manuel Lourenço ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 2. 1 DVD. Color.

¹⁰⁰⁷ Depoimento de Maria de Lourdes ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 7. 1 DVD. Color.

aberta (...)”¹⁰⁰⁸. Interessa-nos a parte grifada: Fernão Velho era um lugar seguro. Bem antes disso, nas três primeiras décadas do século XX, a situação parecia não ser muito diferente, conforme o depoimento de Otávio Brandão.

Não podíamos, por exemplo, fazer um sindicato de tecelões. Havia fábrica de tecidos em Jaraguá, mas aquilo era como fortalezas, muito difícil de penetrar; havia a fábrica de tecidos de Fernão Velho, em Rio Largo, mas era também muito difícil penetrar. (...) Porque eu morava em Maceió, e era preciso ir morar naqueles lugares. *E a vigilância era tão grande! Havia os capangas, bandidos pagos pelas fábricas para vigiar, espiões e tudo isso*¹⁰⁰⁹.

A fábrica de Rio Tinto, na Paraíba, pertencente aos mesmos proprietários da Companhia de Tecidos Paulista, possuía um corpo de vigilantes que policiava não apenas as instalações físicas, como também o trabalho. Segundo Eltern Vale, os vigias eram empregados de confiança dos patrões, inspecionavam os demais operários e relatavam à diretoria qualquer tipo de descumprimento. Dessa forma, patrulhavam a vila operária, sendo responsáveis pela segurança de fato da cidade, e fiscalizavam as seções fabris¹⁰¹⁰. Paulo Fontes, por sua vez, revela a ligação entre classe patronal e força policial com o objetivo de coibir os trabalhadores e manter o controle quase absoluto nos bairros operários comandados pelas grandes indústrias¹⁰¹¹. Polícia e vigias se misturavam nas vilas operárias das grandes fábricas têxteis, ambos a serviço dos patrões.

Ao fazer referência ao uso do chafariz público existente na vila operária da Cia. Norte Alagoas, Luís Paulino, de forma indireta – e isso permeia boa parte de seu relato –, falou sobre a forte vigilância no local, para evitar bagunça. Nas festas, arruaças eram logo coibidas pela força policial. O mesmo acontecia nas partidas de futebol. Distúrbios e brigas eram coisas raras; quando aconteciam, era provocado por alguém de fora, alheio à rotina da comunidade. Em função disso, os moradores tratavam logo de avisar aos visitantes acerca do

¹⁰⁰⁸ Depoimento de Aidée Santos ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 1. 1 DVD. Color. Grifos meus.

¹⁰⁰⁹ BRANDÃO, Otávio. Depoimento ao Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC) / Fundação Getúlio Vargas (FGV), 1975. Grifos meus.

¹⁰¹⁰ VALE, Eltern Campina. *Tecendo fios, fazendo história: a atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964)*. 2008. 225 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008, p. 132.

¹⁰¹¹ FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 19.

forte aparato policial e da “paz” que reinava naquela localidade. “Eu sei que aqui tudo era correto. Era um lugar de ordem, era um lugar bom”¹⁰¹².

Expliquei anteriormente como Luís Paulino conduziu seu depoimento com extrema cautela e buscando, a todo o momento, positivar as ações de seus antigos patrões, enaltecendo certos aspectos do local como algo bom e ordeiro, acima de tudo. Tanto é que, em diversos momentos, ele repete: Saúde era um lugar “organizado”. E o motivo de toda essa organização, não nos enganemos, era único: um bem arranjado esquema policial de vigilância e opressão, bem mais forte e organizado que nas outras localidades têxteis.

Em outro momento, mencionei existir entre o sindicalismo têxtil certa tradição: o fato de várias gestões terem como presidente um mestre ou contramestre, alguém com posição de mando e controle. O último a comandar o Sindicato de Saúde era mestre da fiação: José Sebastião. Também salientei que esse mesmo sindicato fora presidido por um policial ao tempo em que Muniz Falcão governou Alagoas: José Reis. Subdelegado da localidade, Reis era operário *antes* de adentrar na polícia. Segundo Luís Paulino, ele veio de Fernão Velho para trabalhar na Cia. Norte Alagoas. Na Carmen, exerceu a função de “mestre do enrolador”, seguindo o padrão. “Quando é um tempo, ‘seu’ Aloísio Nogueira, que era o dono, junto lá com os políticos, ajeitaram para ele ser o subdelegado daqui. E ele ficou comandando os policiais. Agora, que ele era operário”. E seguiu por algum tempo exercendo as duas funções.

Sem embargo, ter um membro efetivo do corpo policial no comando da entidade sindical e constantemente entre os operários como sendo um dos seus, parecia não ser suficiente para os proprietários da fábrica. Assim, havia oito seguranças: quatro em cada turno (dia e noite). O pai de Luís Paulino era um deles e trabalhava armado. Mais adiante, o depoente informa que durante o dia ficava apenas um vigia na portaria; os demais trabalhavam à noite, na fábrica (e não na vila). “Tinha a polícia, que a delegacia era bem pertinho no muro da fábrica pela parte de trás. Tinha delegacia, um delegado, na época subdelegado, quatro policiais, (...) viatura aqui da empresa. (...) Vivia a garagem a disposição dos policiais”. Se não houvesse motorista na polícia, um trabalhador da fábrica era encarregado para o serviço. O prédio da delegacia também pertencia à fábrica.

Destarte, não poderia ser diferente: o povoado era muito tranquilo e “civilizado”, sem assaltos ou “bagunça”. Ninguém bebia nos balcões das mercearias ou na praça da vila: apenas em casa. Nem mesmo era permitido andar de bicicleta pelo calçamento de pedestres.

¹⁰¹² Depoimento de Luís Paulino concedido ao autor em 28 de outubro de 2014.

No Carnaval, o policiamento era reforçado, pois pessoas de outras localidades iam ao povoado, quando a fabricava parava, e nem assim havia prisões por conta de balbúrdia. Luís Paulino recordou-se até de uma conversa do delegado com um sargento: “Aqui não precisa de policial. Porque a polícia daqui é a ordem dono”.

Questionei acerca de comunistas visitando Saúde e Luís Paulino disse não se recordar deles pelo local. Greve? “Aqui houve uma greve. Uma. Durante todo o período que eu conheci esse lugar, houve uma greve. Foi na época que foi preso em Pernambuco Miguel Arraes, Brizola correu pra Suíça. Aqueles movimentos em 64, revolução”. Contudo, não fica exatamente claro o período, podendo haver uma pequena confusão por parte do depoente:

Foi quando chegou o direto de décimo terceiro mês. O operário receber o décimo terceiro mês. Naquela época houve uma greve, porque os empresários, *nenhum empresário brasileiro quis pagar*¹⁰¹³. E nessa época houve uma greve aqui, fechou a fábrica por oito dias. O presidente do sindicato era um rapaz chamado João Araújo. E esse rapaz ficou dentro do sindicato (...). E veio a polícia e prendeu ele [sic].

O primeiro presidente pós-golpe de 1964, Castelo Branco, apenas fez reformulações na lei que oficializou o pagamento do décimo terceiro salário, à época chamado de “Abono de Natal”, uma das lutas do deputado federal Muniz Falcão. A Lei 4.090, de 1962, foi promulgada por João Goulart antes dos eventos citados pelo entrevistado para situar a greve. Durante o movimento, Luís Paulino não estava em Saúde¹⁰¹⁴, soube do ocorrido por meio de seus pais. Tanto o presidente quanto a diretoria do sindicato foram presos, além dos líderes do movimento em Maceió: novamente, não fica claro se ele está se referindo ao golpe de 1964 ou a greve. “Mas depois que resolveram tudo, a firma resolveu pagar”. O presidente do sindicato trouxe a lei [“(…) de Maceió, da Justiça do Trabalho”] e mostrou ao patrão: agora era obrigado a pagar o Abono de Natal. Com a recusa, a greve começou. “Fizeram protesto na rua, no sindicato, o sindicato com todos os operários quase de dia à noite aberto lá”. A luz (cujo fornecimento era feito pela fábrica) chegou até a ser cortada. Após isso, uma comissão negociou com os proprietários e os pagamentos foram regularizados¹⁰¹⁵.

¹⁰¹³ Observe a maneira como Luís Paulino conduz a entrevista. Faz questão de ressaltar o fato de todos os industriais e empresários se recusarem a pagar o décimo terceiro.

¹⁰¹⁴ Luís Paulino aprendeu a dirigir e trabalhou com fiador e pedreiro, além de vigilante (já com a fábrica desativada). Saiu e voltou para a fábrica três ou quatro vezes durante sua vida. Segundo ele, era fácil conseguir emprego, desde que você não tivesse sido demitido ou tivesse algum problema com os patrões (ele sempre saiu por conta própria).

¹⁰¹⁵ Depoimento de Luís Paulino concedido ao autor em 28 de outubro de 2014. Grifos meus.

Em Fernão Velho, Antonio Cardoso não era filho de um vigia: ele próprio exerceu cargo. Entretanto, não gostava do serviço e pediu ao gerente para mudar de função.

Foi uma das funções que ocupei que eu não gostei nem me adaptei em nada. Era um povo analfabeto, um povo antigo, que eu não podia mudar o quadro porque quem me apresentou foi um sargento da polícia. Ele se reformou e me deixou lá. (...) Esse pessoal antigo, que não tem estrutura de nada, aí também não poderia mudar o quadro. (...) Ainda trabalhei quatro anos.

Provavelmente, trabalhou como segurança entre o fim da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970¹⁰¹⁶. Ou seja, um período em que a fábrica começava a entrar em declínio. Podemos supor que, durante a década de 1950, o aparato fosse maior, ao menos na quantidade de homens. “A empresa não queria investir no que era necessário para o quadro de segurança. (...) Antigamente não era segurança, antigamente era vigia”. Ao seu tempo, havia 14 vigias apenas no seu quadro, e mais 14 no turno da noite. “Cada um tinha seu posto determinado”, distribuídos entre as edificações pertencentes à fábrica. No portão ficavam dois: “o atendente e o vigilante mesmo. Lá pra fábrica, dois no mesmo portão e lá dentro, cada entrada tinha um”.

Nem todos estavam munidos com arma de fogo. Alguns ficavam com uma espécie de cassetete. Outros, a que ele denomina de “curiosos”, andavam com facas peixeira. “Aqueles curiosos que gostavam da besteira tinha uma armazinha que antigamente era pistola. E a empresa só tinha oito revólveres e quatro fuzis. Os fuzis era pro ponto estratégico mais pesado, pro cara fazer medo de longe. E o revolver era aqui dentro mesmo”. O fuzil ficava com alguém mais “estabelecido, mais instruído”, pois o “manejo é diferente”. O resultado não poderia ser outro: “Não havia crime, não havia nada, nada, nada”.

Com todo esse aparato, a polícia não precisava de muito. “Polícia aqui era pouco: um soldado antigo com três recrutas (...). Os três iniciantes [recrutas] ia dar um girozinho por ali, Recreio, na praça (...). E o delegado ficava lá sentado para esperar as queixas”. A empresa cedia um imóvel para o delegado e os soldados morarem. O prédio onde funcionava a delegacia também era de propriedade da Fábrica Carmen¹⁰¹⁷.

Por conseguinte, o clima não poderia ser outro: segurança para dormir com as portas de casa aberta, organização, lugar ordeiro e sem bagunça. Porém, como o intuito principal era o controle dos operários, havia excessos. Todo esse sistema repressivo de

¹⁰¹⁶ Antonio Cardoso recorda-se de Hermínio Cardoso como presidente do sindicato (1969-1972).

¹⁰¹⁷ Depoimento de Antonio Cardoso concedido ao autor em 22 de outubro de 2014.

segurança, com policiais a serviço da empresa e vigias armados às vistas de todos, não era suficiente para amedrontar os moradores das vilas. As greves, mesmo em número reduzido se comparado a outros centros, comprovam que o movimento operário não estava inerte e intimidado – e quando houve atuação, a polícia rapidamente foi acionada. No cotidiano fabril, os habitantes daquelas localidades também não se privavam por completo.

Há pelo menos um caso registrado, que veio à tona justamente devido aos excessos. No final de 1958, um operário da Fábrica Carmen foi brutalmente espancado pelos seguranças da empresa. José Ferreira da Silva tinha então 14 anos de serviço e fora espancado na rua por dois vigias da fábrica “a mando de ‘Campina’ e se não é a intervenção de terceiros, eles, os espancadores, tinha lhe posto termo a vida”¹⁰¹⁸. A matéria, feita com o próprio José Ferreira, não fornece maiores detalhes, como o local em que aconteceu o ocorrido e as circunstâncias. Apenas informa que os vigias estavam foragidos e a fábrica ameaçava com suspensão aqueles companheiros que fossem prestar algum tipo de solidariedade ao enfermo ou fizesse quaisquer comentários sobre o caso. “O tirano Campina, que devia estar na cadeia, continua fazendo ameaças, afirmando que a estabilidade da turma que trabalha com ele é cacete e ainda tem dois para entrar no pau”¹⁰¹⁹.

Algo semelhante aconteceu em Saúde, no mesmo período: um operário teria sido esfaqueado por um vigia da fábrica. Após fugir com medo de ser assassinado, a polícia interveio, e a vítima, juntamente com o agressor, compareceu à delegacia, na época tendo como subdelegado o citado José Reis. No local, o delegado de plantão prendeu o operário e liberou o vigilante. Não bastando a prisão por 24 horas, o trabalhador ainda foi suspenso por 15 dias. “Eis aí, como se inverte os papeis: o operário foi agredido, por pouco não morreu e agora está suspenso como agressor”¹⁰²⁰. Mesmo incompleta, a matéria demonstra o grau de repressão da Cia. Norte Alagoas. Certamente, o trabalhador cometeu alguma desordem ou desobedeceu ao seu superior e vemos a forma como eram tratados os casos de rebeldia na localidade.

Se por um lado, a Justiça do Trabalho mostrou-se mais um espaço de lutas pelos direitos conquistados, por outro, colocou os trabalhadores em uma situação bem delicada. Em

¹⁰¹⁸ APA, ESPANCADO BARBARAMENTE UM operário pelos vigias da fábrica de Fernão Velho. *A Voz do Povo*. Maceió, 23 nov. 1958, p. 1.

¹⁰¹⁹ APA, CADEIA PARA OS espancadores do operário de Fernão Velho. *A Voz do Povo*. Maceió, 30 nov. 1958, pp. 1; 4.

¹⁰²⁰ APA, AGREDIDO UM OPERÁRIO pelo vigia da Fábrica de Saúde e ainda foi suspenso por 15 dias. *A Voz do Povo*. Maceió, 30 nov. 1958, p. 4.

1953, durante uma reunião do Sindicato de Fernão Velho, “o senhor presidente fez um apelo aos presentes no sentido que os mesmo ajudassem a destruir o hábito que tem muitos operários de irem depor na justiça contra seus próprios companheiros”¹⁰²¹, certamente também por conta de pressão de superiores. O tema gerou uma coluna “Nosso Direito” de Rubem Ângelo. “As testemunhas dos trabalhadores na Justiça do Trabalho, se veem em situação difícil sob a ameaça do patrão; muitas delas desertam no momento decisivo, quando mais necessário se torna a sua presença para a afirmação do direito do seu companheiro de classe”. O advogado acusou a falta de zelo dos magistrados com relação ao desdém das testemunhas para com a responsabilidade perante a Justiça. Da mesma forma, Ângelo não poupou seus clientes: “Saibam também os trabalhadores que servir de testemunha é uma obrigação e não um favor. A testemunha é uma fonte segura em muitos casos, para a convicção dos juízes, para um processo alcance o seu fim: fazer justiça”¹⁰²².

Obviamente, o movimento operário era vigiado de perto e atingido de outras maneiras. Uma das lideranças, Luís Gitaí, afirmou o seguinte:

Nós tratávamos com os companheiros sobre a política, agora política como? Sobre reajustamento de salário, quando a companhia não queria pagar. Falava para o presidente do sindicato para fazer reuniões. Ele não queria. Nós obrigávamos, juntava com a turma, fazia com que ele fizesse a reunião para chegar um salário; às vezes a companhia pagava faltando em nosso ordenado. *Chegava o ponto onde ninguém não poder fazer uma reclamação no escritório e os vigias criminosos, vigias criminosos que vinha de fora, pra o operário não poder falar*¹⁰²³.

Quando o golpe civil-militar de 1964 foi deflagrado, todo o movimento se desmantelou. Benedito Aguiar recordar-se desse fato: “Quando foi em 1964, quando deu aquela revolução, foi preso todo mundo, só sobrou eu e Vanderval. Mas eu fui lá visitar eles, não tive medo, não”. Ele não chegou a ser preso, mas a fábrica o rebaixou de função de dentro da seção de cardas: virou servente. Em virtude disso, procurou a Justiça do Trabalho. Benedito lembra que, após 24 audiências, saiu vitorioso. Assevera ainda que, na Junta de Conciliação e Julgamento, denunciou ao juiz o receio de seus companheiros em buscar seus

¹⁰²¹ SFV, Ata da reunião, 2 de julho de 1953.

¹⁰²² APA, NOSSO DIREITO – DA testemunha na Justiça do Trabalho. *A Voz do Povo*. Maceió, 19 jan. 1958, p. 2.

¹⁰²³ MEMÓRIA da vida e do trabalho. Direção e produção de Celso Brandão. Argumento: José Sérgio Leite Lopes e Rosilene Alvim. Roteiro: Regina Coeli. Maceió: Estrela do Norte, 1986. 20 min., som, color. Disponível em: <http://vimeo.com/77505991>. Acesso: 11 ago. 2016. Grifos meus.

direitos: “Excelência, é o seguinte: tem muita gente lá onde eu trabalho que é massacrado, não vem para aqui porque tem medo”¹⁰²⁴.

A intensa presença de comunistas especialmente em Fernão Velho e a existência de operários militando pelo partido já estão comprovadas¹⁰²⁵. Jonas Hortêncio conheceu os irmãos Jaime e Nilson Miranda. Lembra-se até de Jaime sendo preso vendendo *A Voz do Povo* e da prisão de outros operários¹⁰²⁶. Emília Souza recorda-se de alguns comunistas que eram operários da fábrica, mas poucos. “Ninguém podia falar em comunista. Falava escondido. (...) Eu não sei [se era perigoso], ninguém queria, só falava tudo escondido”¹⁰²⁷. De acordo com Paulo Fontes, o forte discurso nacionalista do PCB naquele momento diminuía a influência do outro discurso, anticomunista, que associava o partido ao estrangeiro ou a ideias antinacionalistas. O maior problema era, de fato, o medo: muitos moradores de São Miguel Paulista, por exemplo, tinham grande receio de serem associados ao PCB por conta da forte repressão policial ao partido¹⁰²⁸.

O mais novo entre todos os entrevistados, Elias, recorda-se que havia muita repressão e conta que uma vez estava conversando com amigos, durante a Ditadura Militar, e quando a polícia passou e ordenou: “Todo mundo para casa, não quero ver motim aqui”. Quando se juntavam na rua entre três e quatro pessoas, a viatura passava e mandava dispersar. Ainda segundo ele, “Os partidos de esquerda aqui era muito forte”. Comunistas eram afamados: “Nilson Miranda sempre frequentava aqui Fernão Velho. (...) Esclarecer os trabalhadores e dialogar muito com os militantes da parte da esquerda. (...) Sempre [se reuniam] na casa de uma pessoa. (...) Era mais aqui na barbearia [pertencente ao Laranjeira]. (...) Tinha muito simpatizante”¹⁰²⁹.

O medo da presença ou de ser associado aos comunistas reflete não apenas como o PCB era visto nos anos 1950. Mostra que o sentimento de medo, o temor, era geral,

¹⁰²⁴ Depoimento de Benedito Aguiar ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 8. 1 DVD. Color.

¹⁰²⁵ Cf.: MOURA, Anderson Vieira. *Comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas (1951-1961)*. 2012. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

¹⁰²⁶ Depoimento de Jonas Hortêncio ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 10. 5 DVD. Color.

¹⁰²⁷ Depoimento de Emília Souza concedido ao autor em 25 de setembro de 2014.

¹⁰²⁸ FONTES, *Um Nordeste em São Paulo...*, op. cit., p. 236.

¹⁰²⁹ Depoimento de Elias ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 10. 1 DVD. Color.

alcançava todas as esferas da vida nas vilas operárias, pois o corpo policial e os vigias particulares encarregavam-se de disseminar esse medo nas localidades fabris¹⁰³⁰.

Esse receio é disfarçado nas entrevistas pela posituação que se faz do passado, sobretudo em relação ao presente: fábrica fechada, desemprego entre os jovens e uma ausência ainda maior do Estado – e agora não há mais empresa para substituí-lo. Ainda assim, os trabalhadores colocaram em prática pequenas estratégias cotidianas para burlar de alguma forma o onipresente aparato repressivo das indústrias, personificado em seus vigilantes, mestres, contramestres e zeladores. Se os sindicatos, apesar de ter encampado diversas lutas e ter sido rebocado pela base em outros momentos, nem sempre podem superar esse controle, os trabalhadores e o movimento operário de uma forma geral souberam lidar com essa situação. Não se intimidaram com a violência, os espancamentos, as armas e a presença constante dos vigias. Se sabiamente não partiram para o embate direto – afinal, não teriam como medir forças diante até mesmo da polícia, que parecia estar contra os cidadãos –, contornaram a situação das mais diversas formas possíveis, nem sempre dentro da legalidade. Se os patrões não respeitavam as leis e o Estado não se fazia presente, a classe trabalhadora resolveu não esperar uma ajuda externa, vinda de cima – ainda que não deixasse de contar com esse apoio sempre que possível. Era importante, igualmente, ter amigos “poderosos”. Em virtude disso, o voto, por exemplo, era um grande trunfo entre a classe operária.

¹⁰³⁰ LOPES, *A tecelagem dos conflitos...*, op. cit., p. 191. Grifos do autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Porque a gente trabalhar é do agrado do Senhor, a gente obedecer é do agrado do Senhor. Ele diz: se a gente não obedecer os senhores aqui da terra, como é que vai obedecer a Ele que não tá vendo? Então nós temos obrigação de trabalhar, obedecer o nosso senhor: os mestres, os contramestres, o gerente¹⁰³¹.

Após a deflagração do golpe civil-militar, em 31 de março de 1964, o periódico comunista *A Voz do Povo* foi completamente empastelado e nunca mais foi editado (exceto em uma edição comemorativa, em meados dos anos 1980). No que lhe diz respeito, o *Diário de Alagoas*, outrora jornal governista, era dirigido pelo então deputado federal Muniz Falcão, situação análoga ao período anterior a 1955. Após o golpe, o *Diário de Alagoas* retornou às ruas apenas em 15 de abril de 1964, uma quarta-feira normal no estado. Ao que parece, os quinze dias parados serviram para uma profunda reflexão por parte de seu diretor – ou para a retomada de convicções antigas a muito acalentadas.

O editorial publicado na quarta e última página de um jornal agora mais modesto tem o sugestivo título de “Em defesa das instituições”. Não assinado, podemos inferir com algum grau de certeza tratar-se de um texto escrito por Muniz Falcão. Contudo, o ex-governador não se mostrou inclinado a combater a ditadura recém-instalada; naquele momento, não nos esqueçamos, ainda era chamada de “revolução”. Para isto – e sem que, aparentemente, ninguém tivesse questionado –, iniciou justificando a ausência da publicação: “Voltamos à circulação, depois de um período em que se procedeu ao reequipamento de nossas máquinas”. Teria o *Diário de Alagoas* sofrido do mesmo mal que se abateu sobre a publicação comunista? Houve empastelamento, destruição de sua oficina e prisão de seus funcionários por parte dos militares? “A suspensão de nossas atividades ocorreu muito antes da eclosão do movimento restaurador da democracia brasileira, e foi determinada por motivos de ordem técnica”¹⁰³². O fato é que Muniz Falcão foi preso, conforme indica sua ficha na Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica, a DOPSE/AL: “Como também foi indiciado em IPM [Inquérito Policial Militar], em março de 1964”¹⁰³³.

Outrossim, mesmo sendo ex-membro do Partido Trabalhista Brasileiro, que fez sua vida política seguindo os preceitos mais básicos do trabalhismo nacional, Muniz Falcão

¹⁰³¹ Depoimento de Maria José ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 6. 1 DVD. Color.

¹⁰³² BGR, EM DEFESA DAS instituições. *Diário de Alagoas*. Maceió, 15 abr. 1964, p. 4. Grifos meus.

¹⁰³³ APA, DOPSE. Ficha nº 114, Pasta 14, p. 9.

não pediu votos a Getúlio Vargas em 1950. Entre os adversários políticos que “conquistou” ao longo de sua gestão governamental estão as lideranças do PTB em Alagoas, em especial o maior defensor e aliado do ex-presidente João Goulart no estado, o ex-delegado do Trabalho Edson Falcão. Tudo isso seria suficiente para Muniz Falcão fazer crer que o movimento de 1964, de fato, “restaurou” a democracia brasileira? Logo Muniz, um ferrenho defensor da legalidade?

Reconhecendo o alto mérito das nossas Forças Armadas, queremos salientar a oportunidade e o patriotismo com que se decidiu o Governador Ademar de Barros, nosso chefe partidário e amigo leal, em defesa das legítimas instituições do regime representativo brasileiro.

Integrados na linha dessa defesa, seguimos a orientação segura de Muniz Falcão, *interprete do ademarismo e dos anseios do povo alagoano no Congresso Nacional*. Ocupamos, portanto, uma posição que nos dá autoridade de participarmos ativamente das providências da hora presente, *na organização do dispositivo político-militar de salvaguarda da democracia*.

O autor do texto seguiu nessa toada e afirmou que a “ordem legal” foi reestabelecida com o golpe e que o jornal seguiria na luta “em prol da sobrevivência dos autênticos ideais democráticos” e a “moralização dos serviços públicos”. Finalizou com a certeza – garantida pelo comandante do IV Exército – de que, em dois meses, toda a situação estaria contornada e o poder seria devolvido à esfera civil¹⁰³⁴.

Se essas citações já levantam dúvidas e instigam reflexões, o que dizer dessa passagem: “Urge, porém, que os líderes civis e o Congresso cooperem com os novos braços militares, ajudando-os a banir o comunismo de todos os quadrantes da nossa Pátria”? Apesar da paranoia e dos exageros que lhe são inerentes, vejamos o que diz a ficha de Muniz Falcão na DOPSE/AL:

[Cortado] Partido Comunista. Quando no poder, deu ampla cobertura e incentivou os comunistas em Alagoas. Nomeou para Secretário do Interior o Cel. Henrique Cordeiro Oest, ex-Deputado comunista que desenvolveu intensa política ideológica no meio sindical. Nomeou vários funcionários comunistas para ocupar cargos públicos, autorizou a reabertura do Jornal comunista *A Voz do Povo*, “nota – é do conhecimento públicos que doou um prédio público para a família Miranda, toda ela Comunista”. Candidato ao cargo de Governador recebeu apoio de todos os elementos comunistas e subversivos que atuam neste Estado¹⁰³⁵.

Afora as exorbitâncias – como a doação de “prédio público” –, todas as informações contidas em sua ficha são verídicas e foram citadas ao longo desta tese.

¹⁰³⁴ BGR, EM DEFESA DAS instituições. *Diário de Alagoas*. Maceió, 15 abr. 1964, p. 4. Grifos meus.

¹⁰³⁵ APA, DOPSE. Ficha nº 114, Pasta 14, p. 9.

Em outro editorial, o *Diário de Alagoas* fez um resumo de como se encontrava o Brasil ao tempo do governo de João Goulart, dando mais uma justificativa para o golpe de 1964:

Antes da deflagração do movimento revolucionário que apeou do poder o dr. João Goulart, então presidente da República, era muito comum a apreciação do povo contrário aos desmandos políticos e administrativos reinantes naquele tempo. A grande maioria do povo brasileiro não estava satisfeita com a mal arrumação que imperava no centro do Poder Público Federal, o grande responsável pela desordenada ordem social e política que imperava em largo assanho em forma de cogumelo venenoso capaz de destruir em tempo não muito distantes as seivas sanguíneas que alimentava ontem, e alimentam hoje a corporificação estatal do Brasil¹⁰³⁶.

A sanha de manter-se “politicamente ativo” (e talvez fora da prisão) fez o ex-governador esquecer-se de que, ele próprio, sete anos antes, foi “apeado” do poder por razões bem semelhantes, em um cenário pintado por seus inimigos políticos similar ao que o texto descreve. De modo igual, é uma descrição bem próxima àquela feita pelo *Diário de Alagoas* dos últimos anos da gestão de Arnon de Mello à frente do executivo estadual.

Se não apoiou o golpe no momento em que aconteceu, Muniz Falcão mostrou-se favorável a ele quinze dias após o ocorrido. Entrou em contradição? Aquele que, quando atuava como delegado do Trabalho, supostamente enfrentou a classe patronal alagoana em prol dos trabalhadores (mas perseguiu os setores mais aguerridos e radicais dos movimentos operário e sindical baianos) teria “mudado de lado” e apoiado a prisão dos comunistas e do movimento operário combativo? Sua atuação na Delegacia Regional do Trabalho resumia-se apenas à aplicação e fiscalização das leis trabalhistas, não importando as condições de vida dos trabalhadores nas vilas operárias? O protetor da lei manteve seu discurso: os militares atuavam em defesa da democracia, da legalidade.

Infelizmente, não encontrei meios para responder esses questionamentos. Sobretudo porque, dois anos depois, Muniz Falcão faleceu, vítima de um câncer, em junho de 1966, sete meses após a Assembleia Legislativa de Alagoas impedir seu retorno ao Palácio dos Martírios¹⁰³⁷. Em 15 de junho, dia seguinte a sua morte, ocorreu o “seu sepultamento”,

¹⁰³⁶ BGR, EVOLUÇÃO PROGRESSISTA. *Diário de Alagoas*. Maceió, 19 abr. 1964, p. 4.

¹⁰³⁷ Nas eleições de 1965, Muniz Falcão elegeu-se novamente governador de Alagoas. Contudo, sem a maioria absoluta dos votos, seu nome deveria ser referendado pelos deputados – em outras palavras, uma eleição indireta. “A Assembleia Legislativa, em sessão especial e sob voto secreto, com a ostensiva presença de militares em suas dependências, nega referendo ao nome de Muniz Falcão ao governo de Alagoas. O deprimente episódio é repetido no Tribunal Regional Eleitoral que sofre as mesmas pressões, validando a decisão do Legislativo”.

que “se constituiu no maior preito de estima até hoje tributado a um homem em nossa terra”¹⁰³⁸. Segundo Douglas Tenório, uma “multidão incalculável acompanha o corpo da maior liderança política de Alagoas em todos os tempos” até o local do sepultamento, o “Cemitério N. S. da Piedade, em Maceió, (...). Centenas de pessoas rasgam seus títulos de eleitor e os depositam em oferenda no túmulo do morto”¹⁰³⁹.

Obviamente, não questionei a existência de uma política voltada para os trabalhadores por parte de Muniz. No entanto, ele não foi o único a utilizar essa estratégia, ainda que fosse o que mais estivesse próximo e por mais tempo da classe trabalhadora. Em seu depoimento, Emília Souza contou que o irmão trabalhou no Sindicato de Fernão Velho ao tempo em que Muniz Falcão era delegado do Trabalho. Falcão lhe conseguiu emprego de conferente no Porto de Maceió, mas não lembra exatamente o motivo. Recorda-se de Muniz pelo bairro, provavelmente a trabalho. Emília disse ainda que as pessoas falavam bem dele e seu pai votou em Muniz¹⁰⁴⁰. Jonas Hortêncio igualmente votou em Muniz Falcão, pois o ex-governador andava por Fernão Velho, quando atuava como delegado do Trabalho, e era bem conhecido por lá¹⁰⁴¹. Repetindo o discurso, Benedito Aguiar, ao lembrar-se da atuação de Muniz como delegado do Trabalho, considerou-a como boa, pois Falcão agia pela lei, e, devido a isso, recebeu muito voto em Fernão Velho. Nesse sentido, rememora que Arnon de Melo realizou muitos comícios no bairro¹⁰⁴².

Maria de Lourdes tem lembrança desse tempo e conta que o período eleitoral era uma “festa”; havia muita disputa pelo voto do operariado. “O Arnon de Mello quando vinha pr’aqui [sic], a gente fica tão alegre neste mundo. Ele era muito bom, dava valor a gente, pagava comida e bebida, passeava com a gente, dava dinheiro (...)”¹⁰⁴³. Mais novo, Elias considera que eram bem vistas em Fernão Velho as seguintes lideranças: Muniz Falcão, Oséas

TENÓRIO, Douglas Apratto. *A tragédia do populismo – O impeachment de Muniz Falcão*. 2º ed. Maceió: EDUFAL, 2007, pp. 279-280.

¹⁰³⁸ BGR, ÚLTIMAS HOMENAGENS DE Alagoas ao líder popular Muniz Falcão. *Jornal de Hoje*. Maceió, 16 jun. 1966, p. 1. Não possuo informações sobre esse periódico, apenas que foi dirigido por Jorge Assunção, talvez o único petebista aliado de Falcão. O jornal nem sequer circulou no dia 15, quando Muniz foi sepultado.

¹⁰³⁹ TENÓRIO, op. cit., p. 280.

¹⁰⁴⁰ Depoimento de Emília Souza concedido ao autor em 25 de setembro de 2014.

¹⁰⁴¹ Depoimento de Jonas Hortêncio ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 5. 1 DVD. Color.

¹⁰⁴² Depoimento de Benedito Aguiar ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 8. 1 DVD. Color.

¹⁰⁴³ Depoimento de Maria de Lourdes ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 7. 1 DVD. Color.

Cardoso, Silvestre Péricles e Arnon de Mello¹⁰⁴⁴. Em Saúde, Luís Paulino garantiu que Arnon de Mello era amigo do dono da fábrica. “Mas eles [os proprietários] não tinham esse negócio de ‘vote no meu candidato, vote em fulano, em sicrano’, não. A gente tinha o direito de escolher”¹⁰⁴⁵. E os operários escolheram.

Em 1960, quando Muniz Falcão indicou seu sucessor, subestimou sua influência no seio da classe trabalhadora, fazendo-nos questionar a sua real integração àquele segmento. Os trabalhadores urbanos recusaram-se a votar em Abraão Fidélis de Moura, um candidato que lhes era alheio, apesar da pesada propaganda oficial, seja por jornais, comícios ou aliados no movimento sindical. Parcelas do movimento operário eram aliadas a Muniz Falcão e deram-lhe apoio, inclusive publicamente nas reuniões sindicais. Isso era suficiente para se converter em votos? Se a pesada votação obtida pelo candidato da Frente Popular Alagoana nos centros obreiros de Maceió fosse motivada apenas pela sua pessoa, certamente Abraão Moura teria se consagrado governador em 1960, mormente por conta da diferença substancial que Maceió fazia na contagem final. E, no entanto, não fora o mais votado na capital.

Se Muniz Falcão exercesse um grande controle entre os trabalhadores, não haveria greves em sua gestão. Se houve poucas ações “mais vistosas” por parte do sindicalismo alagoano durante seu mandato, a situação não foi muito diferente antes ou depois. O forte aparato policial nas três fábricas têxteis de Maceió, aliado ao paternalismo patronal e à ausência e conivência do Estado, foram determinantes das práticas desse mesmo movimento operário.

Porém, os trabalhadores não se mostraram passivos nem submissos. Em determinados momentos, irromperam as amarras existentes e submergiram do rio (ou da lagoa) repressivo em que estavam mergulhados até o pescoço – muitas vezes, sem qualquer ajuda direta ou intervenção daquele que era considerado por aliados e setores da historiografia alagoana como “sua maior liderança”. Muniz Falcão nunca liderou a classe trabalhadora alagoana porque ela nunca precisou de um líder, sobretudo um vindo de fora. Forjou sua identidade no chão da fábrica, a partir de suas próprias estratégias, uma vez que eram os únicos sabedores de suas dificuldades, anseios e angústias.

¹⁰⁴⁴ Depoimento de Elias ao projeto *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL*. Maceió, 2008, vol. 10. 1 DVD. Color.

¹⁰⁴⁵ Depoimento de Luís Paulino concedido ao autor em 28 de outubro de 2014.

À luz de alguns trabalhos acadêmicos, reinou o imobilismo absoluto da classe operária alagoana, fruto de um estado pequeno, pobre, rural, e do paternalismo e controle patronais. A inexistência de entidades sindicais paralelas, de movimentos grevistas amplos, a criação tardia da federação dos têxteis unificando a luta e as pautas e a apatia política da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alagoas são os principais argumentos. Sem ações mais vistosas, passeatas enormes, piquetes e greves gerais, o movimento operário alagoano caía (na verdade, era jogado) na vala comum do populismo mais trivial caracterizado pelas Ciências Humanas dos anos 1960 e 1970. E leva junto consigo toda a classe trabalhadora.

Não obstante, os depoimentos colhidos, as reportagens de jornais, os processos trabalhistas e as atas sindicais, mesmo em número pequeno e espaçado, se comparado aos grandes centros com uma tradição de estudos calcados na História Social, serviram para que eu conseguisse demonstrar que os operários urbanos de Maceió estavam longe de ser apáticos, passivos e subordinados. Diante das dificuldades encontradas, de ordem social e estrutural, elaboraram estratégias por vezes bem sucedidas e criaram seus filhos com dignidade. Souberam enfrentar seus patrões, a polícia e o Estado em uma luta contínua por dias melhores. A grande vitória, afinal, não estava no recuo do empregador em algum movimento paredista; ela repousa na forma coerente e honesta em que conduziram suas vidas.

As intimidações diárias, corriqueiras, não os desviaram de sua meta: viver com honradez. “A gente era pobre, mas a gente era feliz. (...) Fernão Velho era uma família, todo mundo se conhecia”¹⁰⁴⁶. E assim, juntos, enfrentaram todas as diversidades postas por aquele cotidiano difícil. Eram sabedores que nenhum político “grande”, vindo de fora, resolveria suas vidas, como não resolveram. Porém, souberam usar uma de suas principais armas – o voto – para barganhar junto a esses mesmos políticos algumas de suas demandas.

Em resumo, esse foi o principal objetivo deste trabalho: mostrar que os trabalhadores não foram manipulados por um líder carismático e “obedeceram” cegamente as ordens que vinham “de cima”; por outro lado, observar o quão carismático esse líder buscou ser e se realizou obras e uma política voltadas efetivamente para a classe operária, se sua “plataforma política” era, com efeito, popular como apregoava seus seguidores, correligionários e uns poucos textos da historiografia alagoana.

¹⁰⁴⁶ Depoimento de Emília Souza concedido ao autor em 25 de setembro de 2014.

A década de 1950 foi palco de grandes transformações culturais, econômicas, políticas e sociais no Brasil, quando podemos observar o apogeu de um movimento iniciado bem antes: os operários romperam as amarras. Inseridos em um ambiente socialmente hostil e repressivo, mascarado por um assistencialismo forjado no paternalismo das classes industriais, benfeitoras e promotoras de um bem-estar social para com seus funcionários, os trabalhadores brasileiros, em determinados momentos, foram capazes de irromper esse tão bem ajambrado esquema para manter-lhes “na linha”. Se não possuíam números para encher avenidas como em centros maiores, lutaram com o que estava disponível independente de quem estava no comando do estado.

De maneira geral, os quase vinte anos de interregno democrático foram de muita oscilação econômica (quase sempre para baixo) e mudanças sociais significativas, apesar dos alagoanos terem presenciado conjunturas políticas bem distintas, por vezes antagônicas. Pretendi evidenciar, igualmente, que algumas particularidades marcantes desse período podem ser observadas em Alagoas, mesmo com um governador “fora da curva” para os padrões estabelecidos pela política local até aquele momento – nesse sentido, o fato de Muniz Falcão não ser alagoano soa quase como algo proposital. A principal característica dos anos entre 1945 e 1964, no meu entender, é o protagonismo da classe trabalhadora, seja em questões mais específicas (como as eleições), seja dentro da sociedade como um todo. No Brasil ou em Alagoas, os trabalhadores influenciaram as mais relevantes agendas políticas em disputa naquele momento. Constatar esse protagonismo terminou por ser a mais preponderante finalidade desta tese.

FONTES

Depoimentos cedidos ao autor

Antonio Cardoso (22/10/2014).
 Ednaura Oliveira da Silva (27/05/2014).
 Emília Souza (25/09/2014).
 Luís Paulino (28/10/2014).
 Maria José da Silva (29/05/2014).
 Maria de Lourdes da Conceição Silva (20/10/2014).
 Thomas Edson Muniz Falcão (11/07/2013).

Jornais

A Notícia
A Voz do Povo
Boletim da Associação Comercial
Correio da Manhã
Diário de Alagoas
Diário Oficial de Alagoas
Gazeta de Alagoas
Jornal de Alagoas
Jornal de Hoje
Vozes da Família de Deus

Livros

ALAGOAS. *História da Justiça do Trabalho em Alagoas (1941 – 1956) I Volume*. Maceió: TRT da 19ª Região, 1996.

FALCÃO, Muniz. *Mensagem apresentada pelo governador Muniz Falcão à Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas em 21 de abril de 1956-1960*. Maceió: Imprensa Oficial, 1956-1960.

GUSMÃO, Carlos de. *Bôca da grotta – Reminiscências*. Maceió: Serviços Gráficos Gazeta de Alagoas, 1970.

MAJELLA, Geraldo de. *Mozart Damasceno, o bom burguês*. Recife: Edições Bagaço, 2011.

_____. *Rubens Colaço: paixão e vida – A trajetória de um líder sindical*. Recife: Edições Bagaço, 2010.

MARROQUIM, Adalberto. *Terra das Alagoas*. Maceió: Grupo João Lyra, 2000 (edição fac-similar).

ROSA E SILVA, Enaura Quixabeira, e BOMFIM, Edilma Acioli (org.). *Dicionário mulheres de Alagoas ontem e hoje*. Maceió: EDUFAL, 2007.

Processos trabalhistas

Processo n. 109/51.

Processo n. 128/53.

Processo n. 182/56.

Processo n. 183/56.

Processo n. 184/56.

Processo n. 03/57

Processo n. 02/60.

Processo n. 13/60.

Vídeos

MEMÓRIA da vida e do trabalho. Direção e produção de Celso Brandão. Argumento: José Sérgio Leite Lopes e Rosilene Alvim. Roteiro: Regina Coeli. Maceió: Estrela do Norte, 1986. 20 min., som, color. Disponível em: <http://vimeo.com/77505991>. Acesso: 11 ago. 2016.

TRAMA da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL. Maceió, 2008, 10 DVDs. Color.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Tecendo lutas, abrindo espaços – Mulheres nos movimentos sociais dos anos 50*. Recife: Editora Oito de Março, 2004.

ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá. “As doenças ‘do trabalho’ no Brasil no contexto das políticas públicas voltadas ao trabalhador (1920-1950)”. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 7, n. 13, janeiro-junho de 2015, p. 65-84.

_____. “As parcelas (in)visíveis da saúde do trabalhador”: uma contribuição à história da medicina do trabalho no Brasil (1920-1950). 2004. 314 f. Tese (Doutorado em História) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Crônicas alagoanas vol. II – Notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2006.

AMARAL, Luciana Pucu Wollmann do. “Barreto, ‘bairro operário’: trabalhadores, política e associativismo em uma comunidade operária fluminense nos anos 1940 e 1950”. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 3, n. 5, janeiro-junho de 2011, p. 114-135.

ARAÚJO, Camilo Buss. *Marmiteiros, agitadores e subversivos: política e participação popular em Florianópolis, 1945-1964*. 2013. 492 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Clara dos Anjos*. 13º ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. *ABC das Alagoas: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

BARROS, Luiz Nogueira. *A solidão dos espaços políticos*. Maceió: EDICULTE/SECULTE, 1988.

BATALHA, Claudio H. M., SILVA, Fernando Teixeira da., FORTES, Alexandre (org). *Culturas de classe – Identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo – Ambiguidades do liberalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *O governo Kubitschek – Desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *O PTB e o trabalhismo – partido e sindicato em São Paulo: 1945-1964*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BIAVASCHI, Magda Barros. *O Direito do Trabalho no Brasil – 1930/1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas*. 2005. 662 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. “Disciplina e controle no espaço fabril: o trabalhador têxtil em Minas Gerais”. *Revista Brasileira de História*, vol. 6, n. 11. São Paulo: ANPUH, 1985-1986, p. 63-74.

CARVALHO, Cícero Péricles de. *Formação histórica de Alagoas*. 3º ed. Maceió: EDUFAL, 2015.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim – O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2º ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

CORRÊA, Larissa Rosa. “A ‘rebelião dos índices’: política salarial e Justiça do Trabalho na ditadura civil-militar (1964-1968)”. In: GOMES, Angela de Castro e SILVA, Fernando Teixeira da (org.). *A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, pp. 263-300.

CORRÊA, Larissa Rosa. *A tessitura dos direitos: patrões e empregados na Justiça do Trabalho, 1953-1964*. São Paulo: LTr, 2011.

CORREIA, Telma de Barros. “De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, ano III, n. 4. Recife: UFPE, 2001, pp. 83-98.

COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995.

COSTA, J. Torres, FERREIRA, J. Alberto, CASTRO Eunice et al. “Asma ocupacional na indústria têxtil: avaliação pela hiperreatividade brônquica e registo do DEMI”. *Revista Portuguesa de Pneumologia*, Lisboa, nº 2, pp. 1-15, 2010. Disponível em: <http://www.sppneumologia.pt/publications/publication/editions/1543>. Acesso em: 25 mar. 2014.

COSTA, Rodrigo José da. *O golpe civil-militar em Alagoas: o governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais (1961 – 1964)*. 2013. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

_____. “Repressão e resistência dos movimentos sociais em Alagoas (1961-1964)”. *Revista Crítica Histórica*, ano II, n. 4. Maceió: UFAL/CPDHis, 2011, pp. 234-247.

_____. “Trabalhadores, greves, campanhas e repressão em Alagoas (1961 – 1964)”. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 5, n. 10, julho-dezembro de 2013, pp. 125-144.

D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O segundo governo Vargas: 1951-1954 – democracia, partidos e crise política*. São Paulo: Editora Ática, 1992.

_____. “Partidos trabalhistas no Brasil: reflexões atuais”. *Estudos Históricos*, vol. 3, n. 6. Rio de Janeiro, 1990, p. 196-206.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil 1961-1964*. 2º ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

_____. *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1989.

DI TELLA, Torcuato. *Para uma política latino-americana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

DUARTE, Adriano Luiz. “‘Em busca de um lugar no mundo’: movimentos sociais e política na cidade de São Paulo nas décadas de 1940 e 50”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 42, julho-dezembro de 2008, p. 195-219.

DUARTE, Adriano e FONTES, Paulo. “O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953)”. *Cadernos AEL*, vol. 11, n. 20/21, Populismo e trabalhismo. Campinas: Unicamp/IFCH/AEL, 2004, pp. 83-123.

ERICKSON, Kenneth Paul. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

FARIAS, Ivo dos Santos. *Dominação e resistência operária no núcleo fabril de Fernão Velho (1953-1962)*. 2012. 114 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012.

FERREIRA, Brasília Carlos. *Trabalhadores, sindicatos, cidadania – Nordeste em tempos de Vargas*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem / Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1997.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história – Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FONTES, José Raimundo. *A Bahia de todos os trabalhadores. Classe operária, sindicatos e política – 1930-1947*. 1997. 466 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

FONTES, Paulo. “Centenas de estopins acessos ao mesmo tempo – A greve dos 400 mil, piquetes e a organização dos trabalhadores em São Paulo”. In: FORTES, Alexandre et. ali. *Na luta por direitos – Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, pp.145-180.

_____. *Trabalhadores e cidadãos – Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997.

_____. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FORTES, Alexandre. “O direito na obra de E. P. Thompson”. *História Social*, Campinas, n. 2, 1995, pp. 89-111.

FORTES, Alexandre et. ali. *Na luta por direitos – Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

FRENCH, John D. *Afogados em leis – A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classes em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo: Hucitec / São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995.

GALLO, Óscar. “Acidentes de trabalho na Colômbia. Doutrina, lei e jurisprudência (1915-1950)”. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 7, n. 13, janeiro-junho de 2015, p. 129-149.

GERMANI, Gino. *Política e sociedade numa época de transição*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1973.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GOMES, Angela de Castro (org). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GOMES, Angela de Castro e D’ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

GOMES, Angela de Castro e SILVA, Fernando Teixeira da (org.). *A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro Editora, 2008.

HALL, Michael. “Prefácio”. In: FORTES, Alexandre et. ali. *Na luta por direitos – Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p. 9-10.

HOBSBAWM, Eric J. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. 2º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

JATOBÁ, Roniwalter. *O jovem JK*. São Paulo: Nova Alexandria, 2005.

JORDAN, Thomas. “Redefinindo o sindicalismo corporativo nos anos 1950: o caso dos metalúrgicos do Rio de Janeiro”. *Cadernos AEL*. Campinas: n. 20/21, 2004, p. 127-167.

LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (org.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

LESSA, Golbery Luiz. “Trama da memória, urdidura do tempo – *Ethos* e lugar dos operários têxteis alagoanos”. In: TENÓRIO, Douglas Apratto e LESSA, Golbery Luiz. *O ciclo do algodão e as vilas operárias*. Maceió: SEBRAE em coedição com EDUFAL, 2013, p. 97-184.

LIMA, Araken Alves de. *Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional*. 2006. 183 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2006.

LIMA, Mario de Carvalho. *Sururu apimentado – Apontamentos para a história política de Alagoas*. 2º ed. Maceió: Editora da Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2008.

LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LOPES, José Sergio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”*. São Paulo: Marco Zero / Brasília: Editora de UnB em coedição com MTC/CNPq, 1988.

LOPES, José Sérgio Leite et. ali. *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação (estudos sobre trabalhadores urbanos)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (Série Estudos sobre o Nordeste vol. 5).

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. “A Voz do Povo – Um registro da esquerda alagoana (1954-1964)”. *Cabanos: Revista de História*. Arapiraca: v. 1, n. 4, 2007a, p. 129-144.

_____. *Operários em movimento – Documentos para a história da classe trabalhadora em Alagoas (1870-1960)*. Maceió: EDUFAL, 2007b.

_____. *Trabalhadores, identidade de classe e socialismo: os gráficos de Maceió (1895-1905)*. Maceió: EDUFAL, 2009.

MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MATTOS, Marcelo Badaró *et. ali*. *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca – 1945-1964*. Rio de Janeiro: APERJ / FAPERJ, 2003.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

MEDEIROS, Fernando. *Montando o cenário: o quadro de redefinição/modernização social e econômica (Alagoas nas décadas de 1950-1960)*, 2011 (mimeo).

_____. *O homo inimicus: Igreja católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2007.

MELO, Airton de Souza. “A passos de tartaruga: operários têxteis e campanhas salariais em Fernão Velho – Maceió/AL (1962 – 1964)”. In: *XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social*, 2013, Natal. Anais Eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, p. 1-15.

_____. *Operários têxteis em Alagoas: organização sindical, repressão e vida na fábrica (1951 – 1964)*. 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

_____. “Repressão e resistência nas indústrias têxteis em Alagoas: a luta operária por melhores condições de vida (1950-1964)”. In: SALDANHA, Alberto (org). *A Indústria Têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2011, p. 23-54.

MELO, Airton de Souza e MOURA, Anderson Vieira. “Uma greve espontânea em Fernão Velho: comissão operária, Justiça do Trabalho e repressão patronal”. *Revista Crítica Histórica*, ano III, n. 5. Maceió: UFAL/CPDHis, 2012, pp. 106-123.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. *Fios da rede: industrial e trabalhadores na criação e expansão de um grupo empresarial (1920-1949)*. 2012. 239 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MOURA, Anderson Vieira. *Comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas (1951-1961)*. 2012. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

_____. “O partido da classe operária: a campanha eleitoral comunista em Alagoas (1947)”. *Revista Piauiense de História Social e do Trabalho*, Ano II, n. 3. Parnaíba: UFPI, 2016, p. 25-34.

_____. “Operários têxteis e o acesso à saúde: os limites do serviço médico oferecido pelos patrões, sindicato e Estado (Maceió, anos 1950)”. *Tempos Históricos*, Ano XVII, vol. 19, n. 2. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2015, p. 46-64.

_____. “Os operários urbanos em Alagoas nos anos 1950: notas para uma pesquisa histórica”. In: *II Encontro De História: Historiografia Brasileira – Problemas, Debates & Perspectivas*, 2010, Maceió. Anais de História: Historiografia Brasileira – Problemas, Debates & Perspectivas. Maceió: UFAL, 2010, p. 1-16.

_____. “Os trabalhadores também são notícia: a relação dos operários alagoanos com os jornais nos anos 1950”. *Revista Crítica Histórica*, Ano V, n. 9. Maceió: UFAL/ICHCA, 2014.

_____. “Professando o credo vermelho: comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas na década de 1950”. In: SALDANHA, Alberto (org.). *A Indústria Têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2011, p. 55-90.

NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)*. São Paulo: FAPESP/Boitempo, 2004.

_____. ““Não trabalhou porque não quis”: greve de trabalhadores têxteis na Justiça do Trabalho (Bahia, 1948)”. *Revista Brasileira de História*, vol. 32, n. 64. São Paulo: ANPUH, 2012, p. 101-128.

_____. “O que a Justiça do Trabalho não queimou: novas fontes para o estudo do trabalho no século XX”. *Politeia: História e Sociedade*. Vitória da Conquista: v. 6, n. 1, 2006, p. 193-209.

_____. “Paternalismo, populismo e história social”. *Cadernos AEL*, Campinas, vol. 11, n. 20/21, p. 9-37, 2004.

_____. “Zé Brasil foi ser peão – Sobre a dignidade do trabalhador não qualificado na fábrica automobilística”. In: BATALHA, Claudio H. M., SILVA, Fernando Teixeira da., FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe – Identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005, p. 403-435.

NEGRO, Antonio Luigi e FONTES, Paulo. “Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de polícia. O acervo do DEOPS paulista e o movimento sindical”. In: AQUINO, Maria Aparecida de, MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi de, e SWENSSON Jr., Walter Cruz

(org). *No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2001, pp. 157-179.

NICOLAU, Jairo. *História do voto no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

OLIVEIRA, Jorge. *Curral da morte – o impeachment de sangue, poder e política no Nordeste*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

OLIVEIRA, José Alberto Saldanha de. “Governadores alagoanos e os ‘tempos de antes’”. *Revista Crítica Histórica*, ano I, n. 1. Maceió: UFAL/CPDHis, 2010, pp. 56-72.

PAIXÃO, Neli Ramos. *Ao soar do apito da fábrica: idas e vindas de operárias(os) têxteis em Valença – Bahia (1950-1980)*. 2006. 113 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

PALMEIRA, Marta; MACIEL, Osvaldo; e GUSMÃO, Renata. “Quando novos personagens irrompem no museu: o acervo do Memorial Pontes de Miranda e a pesquisa em História Social”. *Espaço Plural*, Ano XVII, n. 34. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE/CEPEDAL, 2016, pp. 498-519.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PUREZA, Fernando Cauduro. “Isso não vai mudar o preço do feijão”: as disputas em torno da carestia em Porto Alegre (1945 a 1964). 2016. 353 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

RAMALHO, José Ricardo e SANTANA, Marco Aurélio (org.). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro – A trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: De Paulo Editora / FAPERJ, 2001.

RIBEIRO, Jayme. “Os ‘combatentes da paz’ – a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950)”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 42, julho-dezembro de 2008, p. 261-283.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

SÁ JÚNIOR, Heider Lisboa de. *A Justiça Eleitoral em Alagoas*. Maceió: Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, 2008.

SALDANHA, Alberto (org.). *A Indústria Têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2011.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos – Comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SANTOS, Bárbara Cacau dos. “*Trabalhadores cearenses, uni-vos!*”: o pacto de unidade sindical em Fortaleza (1957-1964). 2009. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal de Ceará, Fortaleza, 2009.

SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *Entre o porto e a estação: cotidiano e cultura dos trabalhadores urbanos de Camocim-CE. 1920-1970*. 2008. 259 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SAVAGE, Mike. “Espaço, rede e formação de classe”. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 3, n. 5, janeiro-junho de 2011, p. 6-33.

SEGATTO, José Antonio. “PCB: a questão nacional e a democracia”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano v.3 – O tempo da experiência democrática*. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 217-240.

SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa. Os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade, 1937-1968*. São Paulo: Hucitec; Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

SILVA, Lucilene Nunes da. *As condições de saúde do operário têxtil na Zona da Mata mineira, 1941 – Cataguases*. 2005. 144 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

SILVA, Maria Elisa Lemos Nunes da. “Entre lançadeiras, guindastes e trilhos: doenças e acidentes de trabalho em Salvador nas décadas de 1930 e 1940”. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 7, n. 13, janeiro-junho de 2015, p. 215-231.

SILVA, Nauber Gavski da. *O “mínimo” em disputa: salário mínimo, política, alimentação e gênero na cidade de Porto Alegre (c. 1940 – c. 1968)*. 2014. 385 f. Tese

(Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. “Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945)” *Revista Brasileira de História*, vol. 23, n. 46. São Paulo: ANPUH, 2003, p. 61-92.

SOUZA, Ednaldo Antonio Oliveira. *Lei e costume: experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho*. Salvador: EDUFBA, 2012.

_____. *Trabalho, política e cidadania: trabalhadores, sindicatos e lutas por direitos (Bahia 1945-1964)*. 2015. 294 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SOUZA, Marcus Vinícius Nora de e VASCONCELOS, Thatyana Rocha Alves. “Fármacos no combate à tuberculose: passado, presente e futuro”. *Química Nova*, São Paulo, vol. 28, nº 4, pp. 678-682, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/qn/v28n4/25117.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2014.

SOUZA, Samuel Fernando de. “*Coagidos ou subornados*”: trabalhadores, sindicatos, Estado e as leis do trabalho nos anos 1930. 2007. 225 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

SPERANZA, Clarice Gontarski. *Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1954)*. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2014.

_____. “Nos termos das conciliações: os acordos entre mineiros de carvão do Rio Grande do Sul e seus patrões na Justiça do Trabalho entre 1946 e 1954”. In: GOMES, Ângela de Castro e SILVA, Fernando Teixeira da (org.). *A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, pp. 51-81.

TENÓRIO, Douglas Apratto. *A tragédia do populismo – O impeachment de Muniz Falcão*. 2º ed. Maceió: EDUFAL, 2007.

TENÓRIO, Douglas Apratto e LESSA, Golbery Luiz. *O ciclo do algodão e as vilas operárias*. Maceió: SEBRAE em coedição com EDUFAL, 2013.

THOMPSON, E. P. *A formação classe operária inglesa I – A árvore da liberdade*. 4º ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

_____. *A formação classe operária inglesa II – A maldição de Adão*. 4º ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

_____. *A formação classe operária inglesa III – A força dos trabalhadores*. 3º ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

_____. *Costumes em comum – Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. *Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra*. 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

UJVARI, Stefan Cunha. *A história e suas epidemias – A convivência do homem com os microorganismos*. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora SENAC Rio / São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2003.

VALE, Eltern Campina. *Tecendo fios, fazendo história: a atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964)*. 2008. 225 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

VAREJÃO, Luciana Rodrigues Ferreira. *Nos fios da resistência feminina: o labor e o enfrentamento ao patronato no setor têxtil recifense (1960-1964)*. 2011. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

WEFFORT, Francisco C. *O populismo na política brasileira*. 5º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

WEINSTEIN, Barbara. *(Re)Formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez Editora / Bragança Paulista: CDAPH-IFAN – Universidade São Francisco, 2000.